

Jeanne Marie Penvenne

**WOMEN, MIGRATION &
THE CASHEW ECONOMY
IN SOUTHERN
MOZAMBIQUE
1945–1975**



Jeanne Marie Penvenne

Tarana:

mulheres, migração e a
economia do caju no sul de

Moçambique

1945 - 1975

Tarana

mulheres, migração e a economia do caju
no sul de Moçambique
1945 - 1975

Jeanne Marie Penvenne

Tradução
António Roxo Leão

2019

James Currey
is an imprint of Boydell & Brewer Ltd
PO Box 9, Woodbridge, Suffolk IP12 3DF (GB)
www.jamescurrey.com

and of

Boydell & Brewer Inc.
668 Mt Hope Avenue, Rochester, NY 14620-2731 (US)
www.boydellandbrewer.com

© Jeanne Marie Penvenne 2015
First published 2015
Portuguese edition 2019

Esta obra agora intitulada *Tarana: mulheres, migração e a economia do caju no sul de Moçambique, 1945-1975*, é a versão em língua portuguesa da obra original em língua inglesa, *Women, Migration & the Cashew Economy in Southern Mozambique, 1945-1975*, publicada em 2015

The right of Jeanne Marie Penvenne to be identified as
the author of this work has been asserted in accordance with
sections 77 and 78 of the Copyright, Designs and Patents Act 1988

This book is published as Open Access and subject to a Creative Commons
Attribution-NonCommercial 4.0 International Public (CC-BY-NC) License.
For full details of these license terms please see the legal code at
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/legalcode>

The publisher has no responsibility for the continued existence or accuracy of URLs for
external or third-party internet websites referred to in this book, and does not guarantee that
any content on such websites is, or will remain, accurate or appropriate

Funded by a gift to the History Department, Tufts University, from the Troy Foundation

British Library Cataloguing in Publication Data

A catalogue record for this book is available from the British Library

ISBN 978-1-84701-128-2 (James Currey cloth)
ISBN 978-1-78744-724-0 (James Currey Portuguese Edition)

Índice

<i>Lista de Ilustrações</i>	ix
<i>Agradecimentos</i>	
<i>A versão em língua portuguesa</i>	x
<i>A versão original</i>	xi
<i>Abreviaturas</i>	xiv
<i>Glossário</i>	xvi
Introdução	1
As mulheres moçambicanas e a economia do caju	1
Contexto histórico	3
A economia do caju e as descascadeiras de caju	9
As pessoas e o lugar	11
O processo	17
Os desafios da história das mulheres e da sua oralização	20
História, memória e narrativas de estado	23
Estrutura e argumentos	29
1 Um Século de Contestação a propósito do Caju	34
Desde os primeiros frutos até Tarana	34
Anatomia do caju: Pseudofrutos, nozes, amêndoas e toxinas líquidas	36
O cajual do sul de Moçambique	39
Os cajueiros no contexto da agricultura familiar	40
As mulheres do Sul do Save e os cajueiros	42
Os rituais e o negócio dos consumos de verão	44
Fabrico de bebidas e capital social: As economias doméstica, da oferta e informal	47
O caju na economia formal: Exportações e processamento industrial	50
A industrialização do descasque do caju	52
Camponeses africanos e vendas de caju	59
A economia do caju: perícia, políticas e prática	61
2 Tarana:	
<i>História a partir da fábrica</i>	65
Histórias em camadas	65
A mulher industrial chega à cidade	73
Mapeando Tarana: de djamangwana a tinumerini	75

Relações de produção: Nomes e tratamento no recinto da fábrica	78
A era de Tharani: desde os satélites até ao Chamanculo	79
‘Nós contámos para alguma coisa’: Papá Tarana lembrado	81
A Era BNU: Roquette e Malalanyana	86
O sistema de quotas / bónus: ‘Só problemas’	91
Perspectivas contrastantes sobre preços, remuneração, políticas e produção	94

3 Migração: *Caminhos da Pobreza até Tarana* 98

Migração rural de género: Indígenas e agência no final do período colonial em Moçambique	101
Raça e género nos conceitos de controle de mão-de-obra	102
As mulheres na migração dos homens: Magaiça, n'wamacholo e n'wasalela	106
Mulheres rurais sem homens: Camadas de ironias do esquema do Limpopo	110
Mátchiuassane Boa trata os assuntos pelas suas próprias mãos	114
Os homens na migração das mulheres: ‘Vai para Tarana! Vais esquecer o que te faz mal!’	115
Morte e desventura	116
A solidariedade de irmãos e hahánis	120

4 Vidas à volta da Subsistência *‘As Crianças Não São Como as Galinhas’* 124

Dilemas de tomar conta dos filhos	124
Potenciando os salários descontados: Vales, xitiques e biscates	127
Famílias resilientes e colaborativas	131
Joana Tinga Chilaule: ‘... alguém tinha de tomar conta daquelas crianças.’	131
Raquelina Machava: ‘As nossas mães sofreram para segurar os seus casamentos.’	133
Pobreza, humilhação e isolamento	135
Buscando perspectivas de género através das cantigas	136
‘Agostinho, Meu Marido’	137

5 Famílias Africanas Urbanas em Finais da Era Colonial *Agência* 144

Tirar a cidade negra das projecções da cidade branca	145
Interface do cimento com o caniço	149
Mudança dos perfis de emprego: Trabalho caseiro e emprego doméstico	152
Contextualizando as descascadeiras de caju	156
Famílias, fertilidade e pobreza	159
Formas de famílias urbanas	161

Conclusões *Perspectivas de Género sobre Trabalho, Famílias e Autoridade* 168

O valor e a visibilidade do trabalho das mulheres	168
História e memória: Narrando uma nova respeitabilidade	170
Epílogo	
<i>A Economia do Caju de Moçambique, 1975 a 2014</i>	173
O declínio da economia do caju de Moçambique: O clima e a guerra	174
Produtores, processadores e lutas em torno de políticas, 1975 a 2014	177
O fiasco do Banco Mundial	178
Iniciativas relacionadas com o caju desde 2000: norte e sul	180
Género, mercados e contextos complexos	183
Fontes e Bibliografia	185
<i>Fontes Primárias</i>	
Narradores de História Oral	185
Depoimentos Orais, Maputo 1977	191
Arquivos	192
Documentos, Relatórios e Teses não publicados	192
Imprensa	194
Documentos Publicados	195
<i>Fontes Secundárias</i>	
Livros Publicados, Artigos, Ensaios em Coleções Editadas	195

Lista de Ilustrações

Mapas

1	África Austral, 1974	4
2	Moçambique no Final da Era Colonial, 1974	5
3	Cajual – Condições para Exportação, Colheita de 1971–1972	62
4	Bairros da Cidade de Lourenço Marques, 1974	66

Gráficos

1	Exportações de castanha de caju em bruto, 1937-1974	51
2	Exportações de amêndoa de caju, 1955-1974	58
3	Exportações de amêndoa de caju e de LCC, 1955-1974	58
4	Castanha de caju exportada, 1970-1984	60
5	Amêndoa de caju exportada, 1975-1984	60
6	Tendência da área e da produção de castanha em bruto, 1961-2013	177

Figuras

1	Jiva Jamal Tharani, fundador da Caju Industrial de Moçambique, c. 1945	09
2	Descascadeiras de caju Rosalina Tembe e Raquelina Machava, 1991	11
3	Joaquina Boane Machava, assistente de pesquisa, 1993	19
4	O Xiconhoca e a Pita, banda desenhada didáctica da Frelimo, 1977	26
5	O pseudofruto do caju com a castanha [<i>Anacardium occidentale</i>]	37
6	Descascadeira de caju Rosa Joaquim Tembe, 1993	67
7	<i>Djamangwana</i> , nome vernacular da secção de descasque e despeliculagem da Caju Industrial de Moçambique	77
8	Descascadeira de caju Cristina Miambu, 1993	126

Agradecimentos

A versão em língua portuguesa

Desde a publicação deste livro em língua inglesa, em 2015, que alimentei a esperança de o ver traduzido para português e de o disponibilizar em Acesso Livre para descarregamento gratuito para quem quer que esteja interessado na obra. Demorou. Em 2017, Joana Pereira Leite encorajou-me a procurar mais activamente as possibilidades de financiamento da tradução e também Terezinha da Silva, Teresa Cruz e Silva, Colin Darch, Harriet McGuire, Sidney Bliss, Norman Robert Bennett, Aurélio Rocha, Nelson Saúte e Danilo de Sousa Nhantumbo acabaram por colaborar na minha busca de um tradutor e uma estratégia de tradução que pudesse funcionar para mim.

Fiquei encantada quando António Roxo Leão concordou em assumir a tradução. Foi um prazer trabalhar com ele e estou realmente satisfeita com o seu trabalho. Teresa Cruz e Silva levou a cabo uma leitura completa e aturada da tradução e fez sugestões excelentes. Joana Pereira Leite também leu a tradução, focando a economia do caju. Sinto-me grata pelo seu tempo e dedicação intelectual investidos nesta obra. Pauline Peters, Carla Braga, Kathleen Sheldon, Heidi Gengenbach e Arianna Huhn, todas responderam rapidamente com ajuda útil a questões relativas à tradução de termos técnicos.

A tradução foi possível graças à disponibilização de uma doação da Troy Foundation ao Departamento de História da Tufts University. O nosso filho John Norman Bennett ajudou-nos a identificar os critérios para o uso dos fundos. James Rice, o Professor Walter S. Dickson da Cadeira de História da Inglaterra e da América, e Director do Departamento, conseguiu a doação da Troy Foundation com a assistência de Matthew Scheck do Tufts University Office of Advancement, Annette Lazzara, Administradora do Departamento de História, geriu com firmeza a implementação da doação.

James Currey, Rachel Reeder e Lynn Taylor apoiaram o meu objectivo de ter a publicação da tradução disponibilizada em 'Acesso Livre' com o editor original, James Currey, uma marca da Boydell and Brewer. Martha Kelehan, Directora Adjunta de Research and Learning na Tufts University's Tisch Library, foi uma apoiante entusiástica, e guiou-me com perícia pelas escolhas relativas à publicação em Acesso Livre.

A Troy Foundation e todas estas pessoas me ajudaram a realizar o meu sonho de conseguir uma boa tradução. Não há palavras para expressar o meu agradecimento. Faço-o com sinceridade e profunda gratidão.

Jeanne Marie Penvenne
Duxbury, Massachusetts, USA
Setembro 2019

A versão original

Estou profundamente embaraçada pelo tempo que demorou até à publicação deste livro impresso. Adiei a redacção desta pesquisa para diversificar o meu processo a submeter à consideração para a minha promoção e mandato na Tufts University. Resultou. A transcrição, tradução e análise das narrativas orais em três línguas demorou bastante tempo. Pesquisar, escrever e rescrever a um ritmo glacial é o que, infelizmente, faço. Obrigada pela vossa paciência. Acumulei bastantes dívidas. Espero que as pessoas que tanto me ajudaram e de cujos nomes eu me tenha esquecido de mencionar me desculpem.

O primeiro e mais importante agradecimento é para as trabalhadoras, o pessoal e a administração da Caju Industrial de Moçambique. Mais de cem pessoas espalhadas pelas fábricas de descasque do Chamanculo e da Machava assumiram este projecto com seriedade. Partilharam os seus pensamentos e memórias e ouviram atentamente os outros. As suas palavras e rostos viveram comigo ao longo de todo este processo, ajudando-me a reajustar o enfoque e a tentar acertar as ideias. Não pretendo, obviamente, falar pelas mulheres e homens da Caju Industrial. Elas falaram por si próprias e as suas palavras registadas estão disponíveis no Arquivo Histórico de Moçambique.

Ensinaram-me muito. Tentei partilhar isso neste livro. Também estou certa de que percebi mal algumas coisas que tentaram transmitir-me e estou grata pela sua paciência. Espero que este esforço honre o seu tempo e as suas palavras.

O financiamento generoso que recebi do Fulbright Regional Research Award (1992-1993), Fulbright Scholar-Lecturer Award (2004-2005), U.S. Speaker and Specialist Award (1998), Gulbenkian Foundation International Fellowship (1993) e dos Tufts Faculty Research Awards (1995, 1996, 2008), ficam a dever-se aos esforços dos maravilhosos colegas que escreveram infinitas referências e autorizaram a liberação de fundos para apoiar o meu programa de pesquisa: Sara Berry, Frederick Cooper, Allen Isaacman, James McCann, Jean Hay, o falecido Gerald R. Gill, Howard Malchow, Leila Fawaz, Sugata Bose, David Northrup, Kevin Dunn e Laura Walters. Obrigada por acreditarem que os meus esforços podiam resultar nalguma coisa. O falecido Leroy Vail foi um dos meus críticos mais apurados e mais leais apoiantes. A sua capacidade para fazer as ligações entre as perspectivas dos arquivos, dos textos, das cantigas e das entrevistas, e manter em jogo narrativas concorrentes, constitui um elevado padrão para todos nós.

Todos os fundos da Fulbright e da USIA foram concedidos através do Council for International Exchange of Scholars e administrados através da United States Information Agency e do Public Affairs Office da Embaixada dos Estados Unidos em Maputo. Um agradecimento especial a Harriet McGuire, David Ballard, Edward Kemp, às suas famílias e aos profissionais verdadeiramente espantosos do Public Affairs Office.

Muitas pessoas contribuíram para o projecto de história oral que é a alma deste livro, começando pelos meus professores de língua portuguesa, zulu, changana e ronga: Katherine Demuth da Boston University, Aurélio Simango e Bento Siteo, do Departamento de Letras Modernas da UEM. Bento Siteo respondeu infalivelmente às perguntas sobre palavras em ronga e changana. As autorizações de pesquisa para as indústrias de descasque de caju e de processamento de tabaco foram garantidas com a ajuda de José Mateus Kathupa e Arlindo Lopes. Eles apresentaram-me ao então Secretário de Estado do Caju, Juliano Saranga, que autorizou o projecto. Filipe Guambe guiou-me através das fábricas do Chamanculo e da Machava, proporcionando as apresentações à administração das fábricas. Todos eles tornaram possível o projecto de história oral da indústria do caju. Devica Nystedt providenciou a apresentação a George Tsilhakis, proprietário da Sociedade Agrícola de Tabacos (SAT), que generosamente hospedou uma sessão de entrevistas com um grupo de aposentados da SAT.

Bento Siteo apresentou-me a Joaquina Boane Machava que trabalhou comigo desde Janeiro a Agosto de 1993 como assistente de investigação, intérprete e na transcrição a partir do ronga e do changana. A nossa relação de trabalho será discutida mais pormenorizadamente na introdução. O espírito radioso, a perspicácia, a transparência e a profunda humanidade de Joaquina Machava deram o diapasão para a nossa relação com todas as pessoas que fomos encontrando. Rimo-nos muito, chorámos algumas vezes e tivemos um verdadeiro prazer em trabalhar em equipa.

O meu trabalho de arquivo foi moldado pela generosidade e a competência do pessoal do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM). A falecida Directora, Maria Inês Nogueira da Costa, concedeu-me graciosamente o acesso aos armazéns largamente por catalogar, na baixa da cidade. António Sopa guiou-me através dos jornais publicados, periódicos, revistas de negócios, arquivos de correspondência, documentos e, em especial, de fotografia. Ele é simplesmente um tesouro nacional. Desde que Joel das Neves Tembe sucedeu na Direcção do Arquivo, ele e a sua equipa foram infalíveis no apoio que prestaram ao meu trabalho. Agradeço o profissionalismo e o acolhimento caloroso que sempre associei à direcção e ao pessoal do AHM.

Manuel Araújo, então Director da Faculdade de Letras, e o pessoal e colegas do Departamento de História e do Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), do Arquivo do Património Cultural e da Universidade Pedagógica, todos partilharam o seu trabalho e teceram considerações críticas à minha proposta de pesquisa e às publicações subsequentes. Estou grata a Bento Siteo, Arlindo Lopes, Joel das Neves Tembe, David Hedges, Amélia Neves de Souto, Carlos Serra, Arlindo Chilundo, Aurélio Rocha, Luís Covane, Benigna Zimba, Gerhard Liesegang, João Paulo Borges Coelho, Mário Chitaúte Cumbe, Adriana Cândida Biosse de Caifaz, Vitorino Sambo, Olga Iglésias das Neves, Denise Malauene, Fátima Mendonça, Matteo Angius, Sidney Bliss, José Fialho Feliciano, Anna Maria Gentili, Yussuf Adam e Alexandrino José. A história das mulheres foi iniciada no CEA, no Núcleo de Género e no projecto Women and Law in Southern Africa (WLSA), Muleide e no Forum Mulher. Estou especialmente grata a Teresa Cruz e Silva, Ana Maria Loforte, Isabel Casimiro, Valdemir Zamparoni, Eulália Tembe e Terezinha da Silva pela partilha de recursos e pelas discussões sobre o seu trabalho sobre género. David Hedges, Alda Saúte Saíde e Joaquim Saíde criticaram repetida e generosamente o meu trabalho, fizeram traduções difíceis e partilharam recursos.

Tive o apoio de dezenas de colegas em materiais, discussões críticas e amizade. As críticas e os materiais de Kathleen Sheldon foram essenciais, como o foram também os materiais não publicados de Signe Arnfred. Agradeço a David Morton a partilha de um relatório não publicado que fotografou a custo. Os estudantes, os funcionários e os colegas da History, Women Studies, International Relations and Africa in the New World, da Tufts University, o African Studies Center da Boston University, e a Lusophone African Studies Organization da African Studies Association, todos apoiaram o meu trabalho. É um prazer agradecer aos colegas o seu apoio continuado: Joseph Miller, David Birmingham, Landeg e Alice White, Sherilynn Young, Anne Pitcher, Derek Peterson, Rosemary Galli, Ayesha Jalal, Randall Packard, Eric Allina, Maurine Flanagan, James Armstrong, Heidi Gengenbach, Pauline Peters, Kenneth Wilson, William Minter, Michel Cahen, Didier Péclard, Eric Morier-Genoud, Patrick Harries, Joana Pereira Leite, Hermínia Manuense, Nuno Miguel Rodrigues Domingos, Edward Alpers, Steven Lubkemann, Nazneen Kanji, o falecido José Soares Martins, Modhumita Roy, Rosalind Shaw, Pearl Robinson, Ina Baghdiantz McCabe, Sol Gittleman, Angela Raven-Roberts, Astier Almedom, Karen Jacobsen, Leila Fawaz, Sonia Hofkosh, Elizabeth Remick, Laura Walters, Regina Raboin, o pessoal do Tisch Digital Design Studio, Annette Lazzara, Lori Piracini e a minha maravilhosa nova coorte de jovens historiadores na Tufts.

O falecido Mucove Joaquim Cossa tomou conta da nossa família durante 15 meses. Era-nos uma pessoa muito querida e sentimos a sua falta. Muitas pessoas, incluindo as já mencionadas, se excederam por nós durante cada uma das viagens, e é simplesmente muito pouco agradecer-lhes: J. Michael Turner, George e Susan Jenkins, João Paulo Borges Coelho, Maria Manuel Rodrigues Seno, Teresa e Jacinto Veloso, Bento Siteo, Alzira Machanga, a falecida Gabriela Mukavele, Rita e Arlindo Lopes, Joaquina Ferreira da Silva, o falecido José Soares Martins, Matteo e Fernanda Angius, Manoela e Joel das Neves Tembe, Benigna Zimba e Gilberto Cossa, Lara e Renato Carilho, Patrocínio e Lúcia da Silva, António Sopa, Amélia e Luís Souto, Nadja e Alpheus Manghezi, a família Katupha. Quando tivemos problemas em Maputo, muitas pessoas vieram em nosso auxílio. Alda Saúte, Joaquim Saíde, Teresa Cruz e Silva, Humberto Coimbra, Manuel Araújo, Terezinha da Silva, David Hedges e Sophia Beal foram excelentes amigos, vizinhos e colegas. Tenho uma saudade especial do chocalhar das chaves e do peixe fresco acabado de pescar cozinhado entre gargalhadas!

Nancy Warner, Eileen Penvenne, Perry Penvenne e as suas famílias sempre apoiaram o meu trabalho. A minha tia e tio, Eileen Shugg e o falecido Tillar Shugg, tomaram muito bem conta dos nossos filhos John e Louis. Para essa enorme dádiva não há palavras que expressem o meu agradecimento. Desde então, os nossos filhos acrescentaram pessoas maravilhosas às nossas vidas: Shauna Sadowski, Simrin Parmar, Mika Sage Sadowski Bennett e Kavi Norman-Singh Bennett. Partilhe este projecto com Norman Robert Bennett, John Norman Bennett e Louis Penvenne Bennett. Aprendemos juntos, rimos muito, discutimos em voz alta quando foi preciso e sempre nos inspirámos uns aos outros. De todos os milagres com que conto, o mais importante é ter a minha adorada família na minha vida.

Finalmente, os editores e eu agradecemos a todas as instituições e indivíduos listados pela permissão de reprodução de materiais sobre os quais detêm direitos autorais. Foram envidados todos os esforços para identificar todos os detentores de direitos autorais; pedimos desculpa por quaisquer omissões e os editores ficarão felizes por acrescentar quaisquer outros agradecimentos devidos em edições subsequentes.

Jeanne Marie Penvenne
Tufts University & Duxbury MA

Abreviaturas

- ACLM – Administração do Concelho de Lourenço Marques
 AHM – Arquivo Histórico de Moçambique
 AHR – *American Historical Review*
 AIA – *Agribusiness Industries Association*
 AICAJU – Associação da Indústria do Caju
 ASR – *African Studies Review*
 BNU – Banco Nacional Ultramarino
 BSEM – Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique
 CEA – Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane
 CEP – Centro de Estudos da População
 CIM/M – Caju Industrial de Moçambique na Machava
 CJAS – *Canadian Journal of African Studies*
 CMM – Conselho Municipal de Maputo
 CNCDP – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
 CNSL/LCC – *Cashew Nut Shell Liquid* / Líquido da Castanha de Caju
 Cx – Caixa
 DGS – Direcção Geral de Segurança (1969-1974), sucedeu à PIDE
 DPAC – Direcção Provincial da Administração Civil
 DPCCN – Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais
 FGG – Fundo do Governador Geral
 IIED – *International Institute for Environment and Development*
 IJAH – *International Journal of African Historical Studies*
 ILO / OIT – *International Labour Organisation* / Organização Internacional do Trabalho
 INCAJU – Instituto de Fomento do Caju
 Inh – Inhambane
 ISANI – Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas
 JAH – *Journal of African History*
 JAPA – Junta Autónoma de Povoamento do Baixo Limpopo
 JSAS – *Journal of Southern African Studies*
 LM – Lourenço Marques
 MRLS – *Mozambique Rural Labour Market Survey*
 OMM – Organização da Mulher Moçambicana
 ONG – Organização Não Governamental
 PAM – Posto Administrativo da Munhuana
 PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado (1945-1969), sucedida pela DGS – Direcção Geral de Segurança
 PNG – *Personal Narratives Group*
 R/ Cx – Caixa vermelha não catalogada
 RCNI – Repartição Central dos Negócios Indígenas
 RIEA – Revista Internacional de Estudos Africanos

RoAPE – *Review of African Political Economy*

RTE – Repartição Técnica de Estatística

SAT – Sociedade Agrícola de Tabacos

SINTIC – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria do Caju

SPSS – *Statistical Package for Social Sciences*

TO – Testemunho Oral

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

USACLM – *American Consul General, Lourenço Marques, Moçambique*

USAID – *United States Agency for International Development*

WLSA – *Women and the Law in Southern Africa*

WNLA – *Witwatersrand Native Labour Association*

Glossário

- Acção Social – agência de assistência social da era colonial em Moçambique.
- Amancebamento – viver em união de facto, sem casamento formal civil, religioso ou tradicional; relação reconhecida e validada pela vizinhança e comunidade.
- Amêndoa – a amêndoa da castanha de caju.
- Arrumar – pôr cada coisa no seu lugar, pôr ordem nas coisas; neste uso: pôr de lado o esforço de descasque despendido num dia para completar a quota diária no dia seguinte.
- Assimilado(a) – Pessoas de ascendência africana que eram consideradas cidadãs portuguesas durante a era colonial.
- Bairros de caniço – Bairros suburbanos onde as habitações tinham de ser construídas com materiais precários não permanentes.
- Bebidas cafreais - Bebidas alcoólicas tradicionais, fermentadas ou destiladas, de fabrico caseiro; designação genérica da linguagem colonial portuguesa. Origem da palavra cafre: kaffir/kafir, palavra árabe que significa infiel ou pagão, normalmente usada para designar pessoas negras, com sentido pejorativo e indigno, com uso corrente e generalizado pelos brancos na África do Sul do apartheid.
- Biscate – trabalho esporádico, geralmente de carácter informal, em pequenas vendas e serviços, normalmente como suplemento do orçamento familiar.
- Brincadeiras – também usado para referir malandrices, intriga ou assédio sexual.
- Caju – designação vernacular para referir a indústria e a fábrica de descasque de caju.
- Cajueiro – árvore do caju, *Anacardium occidentale*.
- Canião – Juncos e palhas usados na construção de casas, vernáculo para referir os bairros de caniço.
- Cantina – Pequena venda de produtos não perecíveis, muitas vezes combinando venda de bebidas, loja e aluguer de quartos.
- Cantineiro – Lojista.
- Capulana – Comprimento de tecido de algodão usado pelas mulheres como saia ou corpete, ou usado para segurar as crianças às costas. O jogo do traje de capulana é composto por três peças: a saia, o corpete e o lenço.
- Castanha – A noz do caju não descascada.
- Colono – Pessoas que vinham povoar as colónias, no caso colonos portugueses em Moçambique.
- Criado – Designação genérica de empregado doméstico; serviçal.
- Djamangwana – Literalmente, 'difícil'; vernáculo para significar as secções de trabalho duro de descasque e despeliculagem da indústria; também para designar os prisioneiros políticos e a cadeia da PIDE na Machava.
- Dono(a) da casa – Literalmente, o 'senhor' ou a 'senhora' da casa, marido ou mulher; [não confundir com 'dona de casa', que designa a mulher que fica em casa; doméstica].
- Época de Ucanhé – época do ritual dos primeiros frutos e das bebidas que o acompanham.
- Escudo / Escudos – moeda portuguesa com curso corrente em Moçambique entre 1911 e 1980.
- Hahani* – Tia paterna, irmã do pai cujo lobolo era acrescido ao seu casamento no sistema patrilinear do sul de Moçambique.
- Indígena – Literalmente, nativo ou pessoa natural do lugar; também súbdito colonial, destituído de cidadania.
- Indigenato – Termo genérico corrente para designar o Estatuto do Indígena, corpo de leis que se aplicava a pessoas consideradas indígenas e a quem eram aplicados impostos e controles especiais.
- Ku thekela – Convocação de dívida social para compra de comida em tempo de fome e dificuldades.

- Kwakwanana – Literalmente ‘depressa, depressa’, vernáculo para uma forma de tratamento brusca, indigna, usada pelo pessoal dos Negócios Indígenas.
- Lar – casa do agregado familiar.
- Lobolo – compensação matrimonial paga pela família do marido à família da mulher.
- Machamba – Terreno agrícola, horta.
- Magaíça – trabalhador moçambicano, normalmente mineiro, que regressa a Moçambique no fim do contrato na África do Sul.
- Malalanyana – quer dizer literalmente, ‘magricela’; era o apelido dado a A. H. Ferraz de Freitas.
- Mamamele – pessoa que anda sorrateiramente, como um gato, era o apelido de Roquette.
- Mamana – Mãe, forma carinhosa de tratar uma mulher adulta.
- Mamparra magaíça, alternativamente mambarha gayisa – magaíça que esbanjava os salários antes de voltar para casa.
- Marcar – marcar a folha da quota de descasque como completa para pagamento.
- Mathlothlomana – caos total, vernáculo aplicável aos bordéis e áreas da cidade com bordéis.
- Matrikin* / família matrifocal – pessoas relacionadas através da linhagem da mãe.
- Mestiço(a) – pessoa descendente de várias origens étnicas.
- Metical / meticais (pl.) Moeda da República de Moçambique, substituiu o Escudo em 1980.
- Milando – disputa, litígio, frequentemente em torno de reivindicações do foro do lobolo a propósito de mulheres e crianças.
- Monhés – Vernáculo depreciativo para designar pessoas de origem indiana, paquistanesa, bangladeshiana, cingalesa, em particular os muçulmanos; também aplicado aos comerciantes negros e mistos islamizados (suailis e muânis da costa de Cabo Delgado).
- Mudahomu – erva ritual necessária para resolver litígios.
- Mugwaza – trabalho voluntário remunerado, mas que podia servir para camuflar trabalho forçado, se os empregadores tivessem falta de mão-de-obra, principalmente de mulheres e crianças.
- Mulher sem dono – mulher que vivia fora da autoridade / cuidado de um homem.
- N’wamacholo - Literalmente ‘velhos conhecidos’; vernáculo para designar pessoas que eram recorrentemente apanhadas para o trabalho forçado por não terem pago o imposto, por outra infracção ou por azar.
- N’wamafasitela – Literalmente, quer dizer ‘pessoa que usa óculos’; apelido de Duarte Eduardo da Silva, na Caju / Tarana, da administração do BNU.
- N’wamagange – Literalmente, quer dizer ‘pessoa que usa calças de ganga’; era o apelido de Bardin da Silva, colaborador de Jiva Jamal Tharani na Caju.
- N’wasalela – Literalmente, ‘pessoa que fica para trás / pessoa que não vai com os outros’; vernáculo para um homem suficientemente rico para não precisar de emigrar para trabalhar assalariado.
- Palmatória – instrumento de tortura e castigo, em madeira, usado pelos portugueses para punir; com a forma de uma colher achatada, com buracos, usada para bater nas mãos, nádegas e nos seios.
- Pancada de graça – agressão gratuita, vernacular para a violência doméstica.
- Pombe – cerveja caseira feita à base de milho.
- Quintal – área vedada nas traseiras da casa, normalmente em chão de terra, onde têm lugar várias actividades domésticas, como pilar, preparar alimentos, cozinhar, onde normalmente há pequenas hortas e árvores de fruto, se lava e engoma a roupa, e onde as crianças também brincam.
- Sul do Save – antiga região administrativa a sul do rio Save, abrangendo as províncias de Gaza, Inhambane e Maputo.
- Tarana – Vernáculo que refere o empresário Jiva Jamal Tharani e as suas fábricas da Caju Industrial.
- Tinumerini – Vernáculo que designa 'trabalhar com números', usado para as pessoas que sabiam fazer contas, mas também a actividade de fazer contas e o lugar onde se faziam as contas.

Uputsu – cerveja caseira feita à base de milho.

Vale – uma nota de débito contraída com um cantineiro, mas não só. Era uma forma corrente de pagamento aos trabalhadores, que assim iam descontando dos seus salários. A prática mantém-se até aos dias de hoje. Era comum as empresas pagarem aos trabalhadores com vales.

Wusiwana – pobreza comum.

Xaniseká – pobreza extrema, capaz de causar grande sofrimento e privação.

Xawani vamamana – forma respeitosa de saudação a mulheres adultas.

Xibalo – palavra grafada de várias maneiras, designa trabalho forçado, trabalho mal pago.

Xicaju – termo genérico para designar bebidas alcoólicas à base de caju.

Xicalamidade – termo genérico para mercadorias doadas pela ajuda internacional, [a propósito dos desastres naturais cíclicos que afectam o país,] adoptado especificamente para o grande mercado da roupa usada; também calão para designar uma mulher viúva ou divorciada por analogia da ideia de 'usada'.

Xiculungo – pessoa muito pobre, socialmente isolada.

Xidanguane – pessoa que vive da venda de bebidas alcoólicas de fabrico caseiro.

Xilunguine – literalmente, o lugar dos brancos, nome dado a Lourenço Marques.

Xipswahla – Serviços dos Negócios Indígenas na Munhuana.

Xitique – Sistema rotativo de poupança de grupo.

Xungwa – mulher que vive sozinha; sugere promiscuidade / prostituição, estrato social baixo, falta de educação.

Zaunzwanas – intriguista e boateiro.

Introdução

As mulheres moçambicanas e a economia do caju

No início dos anos 1970, quando chegava ao fim a era colonial, Moçambique era um dos líderes mundiais na produção de castanha de caju. A indústria de processamento de caju foi inaugurada nos anos 1950 e em 1970 representava uma importante quota da produção mundial, sendo a maior fonte de moeda externa do país. A economia do caju era grande e importante. Em quase todos os seus estágios, desde a plantação até à exportação, a indústria baseava-se fundamentalmente no trabalho de mulheres moçambicanas. As mulheres que sustentavam as fábricas da indústria emergente do caju abandonavam o seu instrumento de trabalho habitual, a enxada com que cultivavam as machambas familiares, para abraçarem o que chamavam de 'enxada da cidade'. Celeste Mpandane explica: '*Axikomuxa lomukutihra* – a enxada da cidade é o emprego'.¹ Os empregos para mulheres nas fábricas moçambicanas de descasque de caju tornaram-se um chamariz, alimentando a migração urbana das mulheres do sul de Moçambique que queriam trocar ou tinham trocado a enxada das suas machambas por empregos na cidade. Embora seja uma verdade irrefutável que toda a indústria de processamento de caju dependia da mão de obra de mulheres africanas, a esmagadora maioria da imprensa e da literatura científica e económica colonial não fazia praticamente qualquer referência à mão de obra desta promissora indústria de trabalho intensivo, e a mancha de artigos que mencionavam as mulheres retratavam-nas como uma limitação à produção, em vez de se lhes referirem como a espinha dorsal da indústria. Esta é a história da indústria mais bem-sucedida da era tardo-colonial. Foi reconstruída por meio de um projecto alargado de história oral ancorado em três gerações de mulheres que compunham a grande maioria da mão-de-obra da indústria do caju, entre finais dos anos 1940 e a independência em 1975. Esta história também retira conceitos de quatro cantigas populares das mulheres do sul de Moçambique, pedras-de-toque que fluem ao longo das narrativas e dos capítulos que se seguem.

A imprensa escrita colonial pode não ter conseguido reconhecer as mulheres moçambicanas ao traçar o espectacular crescimento de marca que foi o da indústria do caju, mas as mulheres cujas narrativas compõem a base deste estudo reclamam o que lhes é de direito. Rosa Joaquim Tembe fez parte dessa coorte original de trabalhadoras da que veio a ser a maior fábrica de processamento da colónia, a Caju Industrial de Moçambique, no bairro do Chamanculo em Lourenço Marques, cidade capital de Moçambique. Após a independência, a cidade foi rebaptizada Maputo.² Tembe falava em nome do seu grupo e das gerações subsequentes de descascadeiras de caju ao afirmar: "Nós trabalhamos duro por esta fábrica. Ela cresceu da nossa força".³ De uma maneira ou outra, as narrativas das mulheres realçaram a sua contribuição para a fundação, crescimento e perseverança da economia do caju de Moçambique. Os seus testemunhos orais foram bastante reveladores sobre a indústria, as pessoas e as relações de poder na vida da fábrica do Chamanculo, e também sobre a migração e a vida nos bairros africanos da antiga capital colonial. Falaram sobre os inúmeros percursos que trouxeram as mulheres do campo para as fábricas de descasque. Explicaram a sua determinação em construir as suas vidas e modos de subsistência em Lourenço Marques e, ao fazê-lo, providenciaram entendimentos diferenciados das formações familiares urbanas, ritmos quotidianos e estratégias das mulheres em torno da habitação, subsistência, parcerias e filhos. As suas narrativas e cantigas insistem em que as perspectivas das mulheres são co-normativas com as dos homens. As narrativas encerram uma

¹ TO, Celeste Marcos Mpandane, 26 de Maio de 1993

² Este estudo retém o nome colonial de Lourenço Marques.

³ TO, Rosa Joaquim Tembe, 2 de Junho de 1993.

enorme riqueza de histórias complexas e contrastadas, e uma janela para as formas notavelmente diferentes como homens e mulheres viveram e explicaram a migração, o trabalho na fábrica e a vida na cidade, no final da era colonial.⁴ As narrativas e as cantigas preenchem uma enorme lacuna.

As narrativas de história oral que compõem a alma do estudo captam uma grande quantidade de informação relevante, mas também contêm uma parcialidade muito importante – elas são as histórias de pessoas que sobreviveram ao trabalho na perigosa e tóxica indústria de descasque de caju. Entre as pessoas que partilharam as suas lembranças com este projecto havia as que sobreviviam com dificuldade, as que tinham prosperado e muitas outras entre os dois extremos, mas se os actores históricos aqui parecem desproporcionadamente fortes, é porque o foram. Não ouvimos falar dos milhares de mulheres que 'não aguentaram' e saíram.⁵

As mulheres moçambicanas tiveram um papel fundamental em todos os aspectos do desenvolvimento da economia do caju da colónia. Elas plantavam e cuidavam dos cajueiros e colhiam os frutos e as castanhas para vender aos armazenistas. Elas processavam os frutos e as castanhas em alimentos e bebidas para a economia da família e da oferta, e vendiam-nos no circuito da economia informal. Finalmente, compunham o núcleo da mão de obra para o processamento industrial do caju. Embora as narrativas das mulheres foquem a industrialização do descasque e a vida na fábrica, também esclarecem aspectos da economia mais alargada das bebidas alcoólicas e dos alimentos de caju, dos padrões das migrações regionais e da história social e económica africana. A introdução delinea o contexto histórico apropriado, explica os métodos de pesquisa e sugere como estas constatações e interpretações potenciam a literatura académica contemporânea; sedimenta os argumentos principais e procede à indicação da sua localização na ordem subsequente dos capítulos.

O conhecimento das mulheres e as preocupações fundamentais sobre a produção da fábrica e a vida urbana descentram a narrativa essencialmente androcêntrica da história da mão-de-obra colonial. Essa narrativa assume inadequadamente as contribuições profundas e basilares das mulheres e reproduz análises que turvam a sua contribuição histórica.⁶ As experiências e explicações das mulheres associam explicitamente a sua participação, reivindicações e obrigações sociais transversalmente às economias doméstica, da oferta, informal e formal, realçando a necessidade de uma análise que permita aos historiadores ver a conectividade e ultrapassar as divisões artificiais que dão mais importância aos sectores da economia dominados por homens relativamente aos povoados por mulheres e crianças. Os discursos da primeira e da segunda gerações de migrantes entretencem encantadoramente imagens do rural e do urbano, do formal e do informal, do que é doméstico e do que é da fábrica.⁷

As mulheres desenvolviam recursos por costume, investiam e arregavam reivindicações em múltiplas linhagens familiares e redes sociais de maneiras que os académicos ainda descuram e interpretam mal, em vez de preverem e avaliarem. Embora a grande maioria das mulheres que partilharam as suas experiências vivessem em sociedades correctamente descritas como

⁴ Como acima se detalha, muitos estudiosos realçam as diferentes formas como as mulheres e os homens explicam o passado. Jan Bender Shetler, *Imagining Serengeti: A History of Landscape Memory in Tanzania from Earliest Times to the Present* (Athens: Ohio University Press, 2007); Jan Bender Shetler, 'The Gendered Spaces of Historical Knowledge: Women's Knowledge and Extraordinary Women in the Serengeti District, Tanzania', *International Journal of African Historical Studies* [IJAH], Vol.36, No. 2 (2003): 283–307; Nancy Rose Hunt, 'Introduction', *Gender & History*, 8, 3 (Nov. 1996): 323–37; Nancy Rose Hunt, 'Placing Women's History and Locating Gender,' *Social History*, 14 (1989): 359–79.

⁵ Como detalhado no Capítulo 2, 'Não aguentaram' era a frase que a maior parte das mulheres usava para explicar porque algumas deixaram os seus empregos na fábrica de caju e outras não. TO, grupo de reformados, 2 de Junho de 1993; TO, Ester Tafula, 3 de Junho de 1993

⁶ Isso foi certamente verdade no que se refere ao início do meu trabalho, Jeanne Marie Penvenne, *African Workers and Colonial Racism: Mozambican Strategies for Survival in Lourenço Marques, Mozambique, 1877–1962* (Portsmouth: Heinemann, 1995); Jeanne Marie Penvenne, *Trabalhadores de Lourenço Marques, 1870–1974* (Maputo: AHM, 1993).

⁷ TO, Celeste Marcos Mpandane, 26 de Maio de 1993; TO, Rabeca Notiço, 24 de Maio de 1993.

patrilinares, patriarcais e virilocais, e de, depois de casadas, a maior parte das mulheres se ter mudado das terras e do controle familiar da casa dos seus pais, para as terras e o controle familiar da casa dos seus maridos, elas não renunciavam nem deixavam de fazer reivindicações relacionadas com os recursos nas linhagens ou terras de seus pais ou mães depois do casamento. O vasto leque de formas de agregados e de famílias que as mulheres desenvolveram, sugere a necessidade de testar pressupostos inseridos sobre a superioridade de – e a preferência por – algumas formas de agregado e família relativamente a outras. A literatura académica retrata frequentemente os agregados chefiados por mulheres, as uniões de facto e a poliginia como desfavoráveis às mulheres, mas muitas mulheres explicaram as vantagens e desvantagens que experimentaram com essas e outras formas.

Finalmente, a análise histórica da migração laboral e da mão-de-obra urbana que se baseia na integralidade e na conectividade das experiências e explicações das mulheres, deve abrir o campo à agência das mulheres e interrogar a utilidade das distinções de género e hierárquicas desenhadas entre as economias formais, informais, da oferta e domésticas.⁸ Isto é particularmente importante para a economia do caju. A industrialização do descasque do caju e dos seus subprodutos pelo sector formal, bem como a exportação de castanha não processada, geraram moeda externa e foram mapeadas nas estatísticas do Governo, mas, por todo Moçambique, apesar de o caju e as bebidas de caju serem produtos básicos sazonais importantes na economia doméstica, da oferta e informal, não foram entendidos nem valorizados da mesma maneira. Estas componentes eram parte integrante da economia abrangente do caju. As contribuições amplas e importantes das mulheres só se revelam plenamente quando a economia e a sociedade de Moçambique são tratadas como um único tecido. O importante trabalho feito pelas mulheres é obscurecido quando o foco se limita à economia formal, ou mesmo às economias formal e informal. Este é um esforço para alargar o ângulo de visão.

Contexto histórico

Esta secção expõe o mais resumido dos contextos históricos de Moçambique na África Austral e enquanto colónia de Portugal.⁹ Ao longo do século XX, Portugal e as suas colónias africanas (Moçambique, Angola, Guiné Bissau, São Tomé, Príncipe e Cabo Verde) estiveram amplamente envolvidos em relações e tensões coloniais, regionais e internacionais. A era colonial tardia em Moçambique, 1945 a 1975, foi moldada por muitos factores, mas quatro desses foram particularmente importantes: o regime autoritário do Estado Novo português e a sua estratégia de patrocínio do povoamento branco nas suas colónias africanas continentais; a capacidade da vizinha África do Sul para atrair mão de obra migratória da região da África Austral para emprego nos sectores mineiro, agrícola e manufactureiro; a construção sul africana do poder de uma minoria branca no seu território e o seu apoio aos regimes minoritários brancos da região, incluindo Moçambique, a Rodésia do Sul, Angola e a Namíbia; e, finalmente, a sombra da Guerra Fria sobre a estratégica e economicamente importante região da África Austral. Embora houvesse um grande desequilíbrio entre o controle político, a dominação política, as riquezas minerais e em recursos, a região da África Austral apresentava claramente um poder branco autoritário e o desenvolvimento de recursos para o benefício das populações coloniais e minoritárias, à custa da maioria da população africana.

⁸ Paul Tiyambe Zeleza chamou a atenção para muitas destas dinâmicas em ‘Gender Biases in African Historiography’, in Ayesha M. Imam, Amina Mama, Fatou Sow, eds, *Engendering African Social Sciences* (Dakar: CODESRIA Book Series, 1997): 81–115.

⁹ Malyn Newitt, *A History of Mozambique* (Bloomington: Indiana University Press, 1995); Malyn Newitt, ‘The Late Colonial State in Portuguese Africa,’ *Itinerário*, 23, 3/4 (1999): 110–22



Mapa 1 África Austral, 1974
(Com base em maps-africa.blogspot.com)



Mapa 2 Moçambique no Final da Era Colonial

(Com base em David Birmingham e Phyllis Martin *History of Central Africa: The Contemporary Years* (Longman, 1998), 230)

Na esteira da 2ª Guerra Mundial, quando a Grã-Bretanha, a França e a Bélgica começaram a transição do poder colonial, o chamado regime do Estado Novo em Portugal (1933-1974), sob a direcção de António Salazar (até 1968) e Marcello Caetano (1968-1974), dedicou-se perversamente ao patrocínio estatal do assentamento de colonos brancos em Angola e Moçambique.¹⁰ Apesar da intransigência de Portugal na exclusão política e na exploração económica da maioria africana, o investimento português no crescimento e diversificação económica de Moçambique nas últimas décadas da era colonial providenciou o aumento do emprego tanto para africanos como para portugueses. Investimentos privados e estatais em indústrias de substituição de importações para o mercado colono crescente e o processamento de produtos agrícolas para os mercados doméstico e de exportação criaram mais e melhores empregos. Quando o Estado Novo abriu o investimento a companhias internacionais, nos anos 1960, em parte para cortejar apoio para a continuidade da dominação portuguesa em África, algumas dessas companhias pressionaram no sentido do estabelecimento de uma força de trabalho da maioria, mais estável, mais qualificada e mais bem paga.¹¹ A burocracia do Estado Novo aspirava a colocar portugueses nas posições mais atractivas, antagonizando assim os moçambicanos negros educados e qualificados.¹² Os africanos compunham a base da força de trabalho nas novas vagas de emprego da indústria manufactureira e de processamento em Lourenço Marques e nos subúrbios.

O investimento de Portugal nas infraestruturas de Moçambique e na abertura e expansão das indústrias de processamento foi feito em paralelo com a reconfiguração da mão de obra local e migratória nas minas e outros sectores de emprego na África do Sul. De 1900 a 1970, entre 60 e 80 por cento da força de trabalho mineira sul-africana era composta por imigrantes internacionais. No início do século XX, cerca de 70 por cento do total eram homens oriundos do sul de Moçambique. Até ao fim dos anos 1920, a percentagem de moçambicanos tinha caído para os quarenta por cento e a seguir à 2ª Guerra Mundial era cerca de um quarto do total, mas, mesmo com essa percentagem, continuamos a falar em mais de 100,000 homens. A África do Sul foi recrutando cada vez mais no Lesotho e acabou por vir a incorporar mais sul-africanos no emprego do sector mineiro. À medida que as oportunidades de emprego na África do Sul diminuíram, nos anos 1960 e 1970, os homens moçambicanos passaram a procurar emprego em Lourenço Marques. Nunca tinha havido recrutamento de mulheres para emprego na África do Sul, mas as mulheres moçambicanas também procuravam cada vez mais emprego assalariado nas novas fábricas de diferente natureza manufactureira e de processamento, particularmente de

¹⁰ Cláudia Castelo, *Passagens para a África Portuguesa: O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (c. 1920–1974)*. Tese PhD (Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2005); Eric Morier-Genoud e Michel Cahen, eds, *Imperial Migrations: Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World* (New York: Palgrave Macmillan, 2012); Valentim Alexandre, 'The Colonial Empire,' in António Costa Pinto, ed. *Modern Portugal* (Palo Alto, CA: The Society for the Promotion of Science and Scholarship, 1998): 41–59; Jeanne Marie Penvenne, 'Settling against the Tide: The Layered Contradictions of Twentieth Century Portuguese Settlement in Mozambique', in Caroline Elkins and Susan Pederson, eds, *Settler Colonialism in the Twentieth Century: Projects, Practices and Legacies* (Nova Iorque: Routledge, 2005): 79–94.

¹¹ Newitt, 'The Late Colonial State,' 110–22; Michel Cahen, 'Corporatisme et Colonialisme – Approche du Cas Mozambicain, 1933–1979,' [Part I, 'Une Genèse difficile, um Mouvement Squelettique,' Part II, 'Crise et Survivance du Corporatisme Colonial 1960–1979,'] *Cahiers d'Etudes Africaines*, 92 (1983): 383–417 e 93 (1984): 5–24; 'Annual Economic Report' e 'Annual Labor Report' [os títulos variam] dos Escritórios Consulares dos EUA em Lourenço Marques de 1940s ao início dos anos 1970s são esclarecedores. Há muitos disponíveis nas colecções 'Documents concerning Labor and Economic Conditions in Mozambique from 1951 to 1963,' e 'Documents concerning Labor and Economic Conditions in Mozambique from 1964 to 1974' obtidos do Department of State através do Freedom of Information Staff, Bureau of Public Affairs, US Department of State, arquivados e à cura da Biblioteca de Estudos Africanos da Universidade de Boston.

¹² As implicações do povoamento branco para os trabalhadores negros são discutidas em Jeanne Penvenne, 'Here Everyone Walked with Fear': The Mozambican Labor System and the Workers of Lourenço Marques, 1945–1962', in Frederick Cooper, ed. *Struggle for the City: Migrant Labor, Capital and the State* (Berkeley: Sage, 1983): 131–66 e 'Settling against the Tide'.

produtos da agricultura, têxteis e vestuário. Estas mudanças económicas alimentaram e foram alimentadas pela iniciativa de mudança política.

O autoritário Estado Novo português não tolerava contestação política na metrópole nem nas colónias. Moçambicanos e portugueses acabaram por mobilizar apoio político e militar para combater o poder colonial. Em 1962, um grupo de insurgentes moçambicanos que emergiu da contestação pela liderança denominou-se Frente de Libertação de Moçambique e ficou conhecido pelo acrónimo FRELIMO.¹³ A FRELIMO organizou bases na Tanzânia e lançou uma sublevação armada no norte de Moçambique em 1964. A estratégia portuguesa de combate à insurreição exigiu uma grande expansão da infraestrutura de transportes e comunicações. Tal como no caso dos investimentos económicos de Portugal, a maior parte das novas infraestruturas foram concebidas para beneficiar os colonos portugueses e apoiar o estado colonial. A imprensa e os arquivos revelam que grande parte dos administradores coloniais continuavam a ver a maioria africana como implementos ou como impedimentos do desenvolvimento dirigido pelos colonos. Não obstante, estas mudanças e o impulso impresso por Portugal para africanizar o exército colonial e cortejar a colaboração de uma certa elite africana no quadro da insurgência da FRELIMO, providenciaram uma janela para que os homens, em particular, passassem a ter empregos mais seguros, mais bem pagos e mesmo a aceder a posições de autoridade no funcionalismo público e no exército.¹⁴

Embora os últimos anos do colonialismo em Moçambique se tenham caracterizado por investimentos económicos e em infraestruturas e uma moeda relativamente estável, o crescimento era regional e racialmente desequilibrado. Nas regiões meridionais e em Lourenço Marques, o investimento e o crescimento económico eram mais fortes e o povoamento branco era mais denso.¹⁵ Estas regiões não sentiam directamente a violência da insurreição anticolonial na altura em que o golpe militar de 25 de Abril de 1974 assinalou o início do fim do Estado Novo e do seu empenho na continuidade da dominação colonial.¹⁶ No seguimento do golpe, a FRELIMO forçou a negociação da independência de Moçambique com Portugal, reivindicando ser o único representante legítimo do povo moçambicano e rejeitando as tentativas dos grupos rivais de concorrerem pelo poder político. Ao passar da insurgência militar para uma liderança política, a FRELIMO manteve o nome, mas já como Frelimo e não como acrónimo.¹⁷ A 25 de Junho de 1975, Moçambique declarou a independência. Quase dois anos mais tarde, a Frelimo declarou-se Partido de Vanguarda Marxista-Leninista, sinalizando o seu alinhamento com a União Soviética e os países do Bloco do Leste que ajudaram a treinar e apoiaram os quadros militares e políticos da Frelimo.

A onda apressada do povoamento branco português em Moçambique tinha diminuído ao longo dos anos 1960 e acabou mesmo por se inverter em 1971. Milhares de portugueses partiram no início dos anos 1970, particularmente após o golpe de 1974.¹⁸ Depois da independência, a nacionalização de algumas propriedades e empresas, associada ao alinhamento ao Bloco do

¹³ Walter Opello, 'Pluralism and Elite Conflict in an Independence Movement: FRELIMO in the 1960s,' *Journal of Southern African Studies [JSAS]* Vol. 2, 1 (1975): 66–82; Georgi Derlugian, 'The Social Origins of Good and Bad Governance: Re-Interpreting the 1968 Schism in Frelimo', in Eric Morier-Genoud, ed. *Sure Road? Nationalisms in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique* (Leiden: Brill, 2012): 90–98.

¹⁴ John P. Cann, *Counterinsurgency in Africa: The Portuguese Way of War, 1961–1974* (Westport: Greenwood Press, 1997).

¹⁵ Durante os anos de 1950, a quota de capital da capacidade industrial nacional aumentou de cerca de 10 por cento para 62 por cento e em 1970 era de quase 89 por cento. Maria Clara Mendes, 'A rede urbana em Moçambique', *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, Vol. 2 (Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1988): 609–17; Penvenne, 'Settling Against the Tide,' 79–94.

¹⁶ Norrie MacQueen, *The Decolonization of Portuguese Africa: Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire* (Nova Iorque: Longman, 1997).

¹⁷ John Saul, *Recolonization and Resistance in Southern Africa in the 1990s* (Trenton, NJ: African World Press, 1993): p. xiii, n. 1. A partir daqui, uso Frelimo em vez do acrónimo em maiúsculas, FRELIMO, para me referir a este grupo, independentemente do período.

¹⁸ Castelo, *Passagens para a África*, p. 178 fig. 3, p. 179 Quadro 17.

Leste, encorajou um novo êxodo de portugueses e indianos de Moçambique. Os portugueses controlavam a gestão e o trabalho especializado na indústria, na manufactura, transportes e funcionalismo público, e os indianos eram cruciais no comércio, particularmente na comercialização agrícola. A sua fuga significou a ruptura económica generalizada e rapidamente resultou na escassez de bens básicos.

A situação de escassez económica, avarias nas comunicações e transportes estava exacerbada em finais dos anos 70, quando surgiu uma nova insurreição. A Resistência Nacional Moçambicana, conhecida pelo acrónimo RENAMO (normalmente escrito Renamo), foi recrutada, treinada, financiada e disposta no terreno pelos serviços de inteligência do governo de minoria branca rodesiano. Quando a Rodésia estava prestes a transitar para um poder da maioria, em 1980, como Zimbabwe, as forças de segurança e inteligência sul-africanas tomaram conta do apoio à Renamo, que lhes foi passado pelos rodesianos.

A Renamo também foi apoiada por moçambicanos que nunca tinham aceitado a Frelimo ou que tinham ficado desiludidos. Em meados para fins dos anos 1980, os insurrectos estavam espalhados por todo o lado e tinham provocado uma violência e destruição horríveis, particularmente no centro e no sul do país.¹⁹ Com as transformações políticas do início dos anos 1990, a Renamo deixou de poder contar com o apoio logístico e as armas sul-africanas. As tentativas regionais, internacionais e moçambicanas para forjar um acordo entre a Renamo e a Frelimo foram muitas e demoradas. Essas acabaram por produzir o Acordo de Paz de Roma em Outubro de 1992.²⁰ Nessa altura, mais de um terço dos moçambicanos estavam refugiados, deslocados internamente ou afectados pela guerra. Centenas de milhar tinham ficado mutilados ou sido mortos e muitos outros milhares morreram de doença ou de fome. A economia e as infraestruturas de Moçambique ficaram totalmente em ruínas. Minas antipessoal mal mapeadas ou não mapeadas de todo estavam espalhadas pelas zonas rurais. A cidade capital tinha um recolher obrigatório diário. Era perigoso viajar para qualquer lugar, mesmo em colunas militares.²¹ Os dez anos de 1982 a 1992 foram um tempo de fome, insegurança, deslocação e desilusão para centenas de milhar de moçambicanos. Nunca se deverá esquecer que as indústrias, a infraestrutura e as plantações do país não foram nem simplesmente negligenciadas nem mal geridas, elas foram intencionalmente destruídas.

Apesar de as tensões terem continuado e de ter havido escaramuças violentas entre a Frelimo e a Renamo nas décadas que se seguiram ao Acordo de Roma, Moçambique manteve a paz. O país realizou eleições e tem vindo gradualmente a reconstruir as suas infraestruturas e economia. O investimento estrangeiro e estatal é regionalmente mais equilibrado do que era no tempo colonial, mas a capital a sul continua a ser o centro do poder. Algumas partes da economia do tempo colonial recuperaram, mas outras não. Foram construídos sectores completamente novos, mudando o perfil global da economia do país e da região.²²

¹⁹ William Finnegan, *A Complicated War: The Harrowing of Mozambique* (Berkeley: University of California Press, 1992); Lina Magaia, *Dumba Nengue, Run for Your Life: Peasant Tales of Tragedy in Mozambique* (Trenton, N.J.: Africa World Press, 1988); Karl Maier, *Conspicuous Destruction, War, Famine and the Reform Process in Mozambique* (Nova Iorque: Human Rights Watch, 1992); David Birmingham, *Nationalism in Angola and Mozambique* (Trenton: Africa World Press, 1992); Phyllis Johnson and David Martin eds, *Frontline Southern Africa: Destructive Engagement* (Nova Iorque: Four Walls Eight Windows, 1988).

²⁰ Alex Vines, 'Renamo's Rise and Decline: The Politics of Reintegration in Mozambique,' *International Peacekeeping*, Vol.20, No.3 (Junho de 2013): 375–93; Margaret Hall e Tom Young, *Confronting Leviathan: Mozambique Since Independence* (Athens: Ohio University Press, 1997); Cameron Hume, *Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices* (Washington: United States Institute of Peace Press, 1994).

²¹ Jeanne Marie Penvenne, 'A Tapestry of Conflict: Mozambique 1960–1995', in David Birmingham and Phyllis Martin, eds, *History of Central Africa: The Contemporary Years* (London: Longman, 1998): 230–66.

²² A economia de Moçambique tem sido avaliada por inúmeros académicos desde a independência. Carlos Nuno Castel-Branco e os colegas do Instituto de Ciências Sociais <http://www.iese.ac.mz/>, Fernando Lima e colegas no semanário Savana, <http://www.savana.co.mz/> e Joseph Hanlon, publicam artigos regularmente. <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/>. Hanlon também

A economia do caju e as descascadeiras de caju

O Capítulo 1 é uma introdução detalhada à economia do caju de Moçambique. Mais uma vez, o caju e os seus subprodutos tornaram-se a principal exportação de Moçambique em termos de valor, ultrapassando as principais culturas coloniais tradicionais, como o algodão e o açúcar. Historicamente, as exportações de caju tinham sido da maior importância para os indianos: os comerciantes que faziam troca directa ou compravam castanha a pequenos produtores rurais e os exportadores que mandavam castanha não descascada para a Índia – o maior processador mundial de castanha em casca. À medida que a indústria se tornou mais promissora, nos anos cinquenta, vários empresários de Moçambique experimentaram o descasque e o processamento de subprodutos do caju a nível doméstico. Um desses empresários, o comerciante indiano Jiva Jamal Tharani, transformou o descasque de caju, em Lourenço Marques, de uma indústria artesanal amplamente dispersa num empreendimento industrial. As moçambicanas que trabalhavam com ele chamavam-lhe Tarana, uma adaptação vernacular de Tharani.²³ De acordo com um padrão

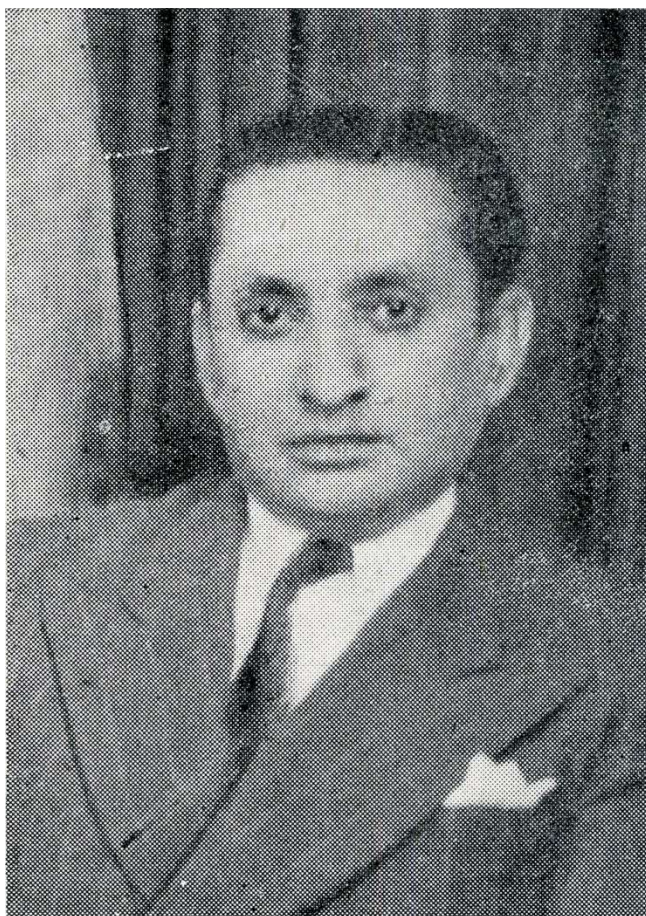


Figura 1 Jiva Jamal Tharani, Fundador da Caju Industrial de Moçambique, foto tirada c. 1945
(Crédito: Habib V. Keshavjee, compilador. *The Aga Khan and Africa: His Leadership and Inspiration. An Illustrated Souvenir of the Diamond Jubilee Celebrations of His Imamate and His Visits to Lourenço Marques and South Africa* (Durban: Mercantile Printing Works, África do Sul, ca. 1947): 183

publicou uma série de monografias sobre as mudanças económicas e sociais em Moçambique, por exemplo, Hanlon e Teresa Smart, *Do Bicycles Equal Development?* (Woodbridge, Rochester, NY: James Currey, 2008); Kathleen Sheldon, *Pounders of Grain: a History of Women, Work and Politics in Mozambique* (Portsmouth, NH: Heinemann, 2002); Anne Pitcher, *Transforming Mozambique: the Business of Politics, 1975–2000* (Nova Iorque: Cambridge University Press, 2002); Merle Bowen, *The State against the Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique* (Charlottesville: University Press of Virginia, 2000); Chris Alden, *Mozambique and Construction of the New African State: from Negotiations to Nation Building* (Nova Iorque: Palgrave (cont.) Macmillan, 2001); Carrie Manning, *Politics of Peace in Mozambique's Post Conflict Democratization, 1992–2000* (Westport: Praeger, 2002).

²³ O nome de Jiwa Jamal Tharani (ou Jiva Jamal Tharani) escreve-se de várias maneiras nas fontes em língua portuguesa. Eu uso Jiva Jamal Tharani com base no estudo de Joana Pereira Leite e Nicole Khouri, *Os Ismailis de Moçambique: Vida Económica no Tempo Colonial* (Lisboa: Edições Colibri, 2012): 54–66, 235–38.

recorrente de conflação de nomes, as pessoas locais usavam o nome Tarana para designar o homem, a sua fábrica de caju no Chamanculo e a indústria do caju em geral.

O estado colonial, bem como os bancos e empresas associadas de perto com a indústria do caju, cedo se envolveram em todos os aspectos da indústria, desde a agronomia e inovação técnica a impostos sobre a exportação e regulamentos de produção. A quantidade de castanha de caju descascada em Moçambique entre 1950 e 1970 aumentou 2,495 por cento, de 5,897 toneladas em 1953 para 147,000 em 1970.²⁴ A concorrência económica entre portugueses e indianos em Moçambique era tão intensa quanto antiga. Ela atingiu o pico em Dezembro de 1961 quando, por causa da anexação de Goa, Damão e Diu pela Índia, os enclaves costeiros desde há muito reclamados por Portugal no subcontinente indiano. A fuga de portugueses e indianos na altura da independência causou uma grave ruptura em todos os níveis da economia do caju. Nos anos 80, os ataques da Renamo apagaram os esforços para apoiar e desenvolver as indústrias de processamento de produtos agrícolas. O processamento de caju mal conseguia funcionar durante os anos de guerra. Depois do Acordo de Paz de Roma, o apoio do estado e a inovação privada no âmbito da indústria aumentaram. Teria, de qualquer forma, sido difícil recuperar da perda da posição de mercado a favor do Brasil, da Índia e do Sudeste Asiático durante o tempo da guerra, mas em meados da década de 1990 os moçambicanos sofreram a sabotagem da interferência do Banco Mundial nos seus esforços de privatizar e revitalizar aquela que tinha sido uma das indústrias de marca do país. Embora a economia do descasque de caju de Moçambique tenha crescido exponencialmente, atingindo uma projecção nacional e internacional antes da independência em 1975, nunca conseguiu, desde então, recuperar a sua estatura.²⁵ O meu enfoque é sobre a indústria no período colonial tardio (1945-1975), mas o epílogo considera brevemente as lutas em torno da indústria do caju e da sua força de trabalho até 2014.

²⁴ J. Ismar Parente e Lopes Neto. 'A Agro-Indústria do Cajú em Moçambique', [Instituto de Investigação Agronómica de Moçambique, Comunicações 79] (Lourenço Marques: Instituto de Investigação Agronómica de Moçambique, 1973): 56

²⁵ Joana Pereira Leite é a principal historiadora económica sobre a indústria do caju de Moçambique, mas muitos estudiosos contribuíram para os debates em torno da indústria do descasque de caju após a independência: Joana Pereira Leite, 'A Guerra do Caju e as Relações Moçambique – Índia na Época Pós-Colonial,' *Lusotopie* (2000): 294–332; Pitcher, *Transforming Mozambique*, 225–35; Joseph Hanlon, *Peace without Profit: How the IMF Blocks Rebuilding in Mozambique* (Oxford: The International African Institute em associação com James Currey, 1996); Hanlon, 'Power without Responsibility: The World Bank and Mozambican Cashew Nuts,' *Review of African Political Economy [ROAPE]*, 27, 83 (2000): 29–45; Christopher Cramer, 'Can Africa Industrialize by Processing Primary Commodities? The Case of Mozambican Cashew Nuts,' *World Development*, Vol. 27, No. 7 (July 1999): 1247–9; Margaret McMillan, Dani Rodrik, Karen Horn Welch, 'When Economic Reform Goes Wrong: Cashews in Mozambique,' *Faculty Research Working Paper* (Cambridge: Kennedy School of Government, Harvard University, 2002)

O Capítulo 1 inclui um rastreio completo da produção e do uso do caju e dos produtos de caju – desde as bebidas alcoólicas de fabrico caseiro e do caju descascado manualmente que circulava no interior da economia doméstica, da oferta e informal, até às castanhas descascadas industrialmente, subprodutos para tintas e vernizes produzidos pelo sector formal para exportação. O objectivo é captar a história económica e social desta indústria chave do final da era colonial através das experiências e interpretações da sua força de trabalho, mas também confirmar a abrangência total da economia do caju. A força de trabalho da indústria do caju era



Figura 2 As descascadeiras de caju
Rosalina Tembe e Raquelina
Machava, 1993
(© Jeanne Marie Penvenne)

muito incomum para este período. Ela era composta principalmente por mulheres do sul de Moçambique que tinham deixado as suas machambas rurais para procurar emprego nas fábricas de caju. Mulheres imigradas de outras regiões e mulheres locais trabalhavam ao lado das suas mães, irmãs, primas, tias, sobrinhas e filhas. Inúmeros trabalhadores do caju, maioritariamente mulheres, partilharam as suas memórias de infância, de família, de maternidade, migração, trabalho na fábrica e das suas vidas nos bairros africanos da Lourenço Marques dos últimos anos do tempo colonial.

Começamos necessariamente por uma discussão da lógica e metodologia do projecto. A secção seguinte trata as seguintes questões: porque foi necessário ancorar uma investigação da economia do caju de Moçambique num projecto de história oral? Quem participou no projecto de história oral, como e porquê? O que enquadrou o convite à participação? Como foi o projecto realizado e por quem?

As pessoas e o lugar

A minha pesquisa foi sempre motivada por curiosidade e frustração. Em finais dos anos 1970, a minha curiosidade centrava-se nos trabalhadores urbanos do sector dos portos e caminhos de

ferro em Lourenço Marques, na era colonial, e na relação entre trabalho voluntário e trabalho forçado. Dados os sectores específicos que selecionei, gravei entrevistas a moçambicanos no porto, nos caminhos de ferro e no Município. Acabei por falar com dezenas de homens empregados num leque de ocupações que iam desde o serviço doméstico até ao matadouro municipal.²⁶ É claro que eles tinham mulheres nas suas vidas, mas pouco soube a seu respeito. Muitos me disseram ter abandonado uma mulher ou uma parceira. O estudo que daí resultou, *African Workers and Colonial Racism*, pouco fez para sediar os homens nas suas vidas familiares e abordou as experiências das mulheres muito mais cuidadosamente do que as dos homens.²⁷ Quando comecei a escrever esta pesquisa, notei a limitadíssima existência de mulheres nos materiais de arquivo e na imprensa, e confirmei tanto a minha distância em relação às mulheres moçambicanas como a minha ignorância sobre a maior parte das relações familiares dos homens.

A minha primeira experiência transformadora com mulheres moçambicanas acabou completamente com os estereótipos da altura sobre os poderosos académicos estrangeiros e as submissas mulheres moçambicanas. Eu tinha acabado de começar uma conversa pública perante uma grande audiência no auditório do Conselho Municipal de Maputo, quando uma multidão de mulheres, umas de pé e outras sentadas, no fundo da sala, começaram a gritar. Fiquei horrorizada – pensando que tivesse de alguma forma baralhado uma tradução e conseguido insultar toda a comunidade das mulheres moçambicanas. As mulheres foram insultadas. Queriam saber o que eu tinha a dizer, mas eu estava a falar português e elas não entendiam. Pararam a reunião, insistindo em que se resolvesse o problema delas, disponibilizando tradução simultânea para changana ou ronga.

Assim que me refiz do susto e percebi o que queriam, fiquei bastante sensibilizada. Eu conseguia fazer-me entender entre a maior parte dos homens, misturando português e um changana muito tosco. As mulheres moçambicanas com educação falavam português, mas, na altura, a grande maioria das mulheres africanas falavam ronga, changana e chope, mas não português. Com a ajuda de alguns homens que se encontravam sentados comigo no palco, encerrei a minha intervenção em changana, dizendo algo como: 'espero que um dia os meus filhos conheçam os vossos filhos'. Pouco importa que o meu changana fosse trôpego, e não importa que eu não tivesse filhos na altura – as mulheres saudaram o meu esforço para lhes falar directamente em changana. Isso lacrou a minha determinação em realizar um projecto de história oral com mulheres e melhorar o changana. Este foi mais difícil e demorou muito mais tempo do que eu tinha imaginado.

Quando iniciei este projecto, o meu objectivo era desenvolver uma história laboral e social da Lourenço Marques do final da era colonial (1945-1975) baseada nas experiências das mulheres assalariadas africanas que trabalhavam num leque variado de sectores. A minha pesquisa anterior terminava nos anos 50 e, depois, no início dos anos 60, tendo como datas finais as mudanças legais, políticas e militares da insurgência da Frelimo. Este projecto de pesquisa mudou intencionalmente o foco dos homens para as mulheres e sondou as importantes mudanças que tiveram lugar durante a última geração do poder colonial, de 1960 a 1975.

Fui imediatamente surpreendida pelos desafios emergentes das perspectivas de género relativas tanto a fontes como a enquadramentos. Enquanto uma tinha de escavar para extrair das fontes coloniais os homens moçambicanos como indivíduos, ali apenas mencionados como indígenas, pelo menos assumia-se que esses indivíduos eram homens. Era muito mais difícil encontrar mulheres nos arquivos e fontes primárias. Os modelos contemporâneos na vasta literatura sobre urbanização na África Austral e trabalho migratório corroboravam o meu trabalho anterior porque ambos, basicamente, assumiam os homens como actores históricos. Embora os actores de sexo masculino ainda dominem uma grande parte desta literatura, sabemos que os pressupostos sobre urbanização e o trabalho migratório funcionam de uma maneira bastante

²⁶ Na minha pesquisa anterior, só tive três sessões de narração com mulheres moçambicanas.

²⁷ Penvenne, *African Workers and Colonial Racism*.

diferente para homens e mulheres.²⁸ Este novo material é bastante revelador sobre essas diferenças.

A bolsa inicial que garantiu esta pesquisa intitulava-se 'Mulheres na Cidade – Mulheres da Cidade'.²⁹ Interrogava a permanência duradoura das mulheres na cidade, mas de certa forma uma 'verdadeira' mulher não podia ou não devia ser uma mulher da cidade. O estudo mais importante sobre a população da cidade de Lourenço Marques na era colonial foi realizado por António Rita-Ferreira, um sociólogo português e funcionário público nos anos 60. O estudo incluiu uma secção intitulada 'a posição das mulheres', mas o enfoque era realmente sobre os homens. O questionário em que se baseou o levantamento perguntava ao presumível homem: 'Porque prefere que a sua mulher fique nas zonas rurais?' A pergunta também entrava em choque com os dados do levantamento, mostrando que 87 por cento dos homens urbanos não tinham mulheres rurais.³⁰ Uma coisa é ler contra o sentido do texto e interrogar essas fontes, mas na maior parte dos casos, as publicações, documentos e cobertura de imprensa coloniais simplesmente ignoravam completamente as mulheres africanas.³¹

Quaisquer percepções significativas terão de se articular nas memórias das mulheres. As mulheres africanas nasceram e viveram as suas vidas em Lourenço Marques, obviamente, e algumas mulheres rurais acompanharam os seus maridos na ida para a cidade. No entanto, a partir de meados da década de 1940, as mulheres rurais e os seus filhos do sul de Moçambique, a região chamada de Sul do Save, partiam em número cada vez maior para a capital. Apesar de a legislação proibir a sua partida das suas terras rurais sem autorização e de a polícia persistir em devolvê-las à procedência se fossem apanhadas em situação irregular na cidade, cada vez mais mulheres ali se dirigiam, muitas vezes com os seus filhos.³² Eu queria saber porque tinham elas vindo, como tinham conseguido construir as suas vidas e modos de subsistência, e qual o impacto da sua presença sobre a cidade e da cidade sobre elas. O primeiro desafio era decidir quais as pessoas e o lugar para um projecto de história oral centrado nas mulheres.

A grande maioria das mulheres na Lourenço Marques colonial trabalhavam sem receber, nos seus próprios agregados familiares. Muitas também tinham empreendimentos não licenciados, em pequenas vendas de bebidas fermentadas e excedentes agrícolas, ou em serviços, incluindo prostituição. Tanto no tempo colonial como após a independência, as vendas de produtos e serviços sem licença faziam parte do que se chama de mercado negro, clandestino, paralelo ou economia informal, tudo tecnicamente ilegal. As actividades ilegais estavam por todo o lado, mas podiam de qualquer forma sujeitar-se a penalizações graves e arbitrárias. Aprendi o que pude sobre maneiras urbanas ilegais de ganhar a vida através da imprensa, arquivos, fotografia, fontes

²⁸ Hilary Sapire e Jo Beall, 'Introduction: Urban Change and Urban Studies in Southern Africa,' *JSAS*, 21 (1995): 3–17.

²⁹ A pesquisa para este trabalho foi apoiada por um Prémio Fulbright Regional Research, pela Gulbenkian Foundation Fellowship e um Prémio Tufts Faculty Research. Foi realizada com um protocolo do Institutional Review Board através do Centro de Estudos Africanos da Universidade de Boston,

³⁰ António Rita-Ferreira, 'Os Africanos de Lourenço Marques,' [separata de] *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, Vol. 9 Ser. C [Ciências Humanas] (1967–1968), 'Modelo do Questionário' entre as páginas 100 e 101, 300.

³¹ Embora o seu foco seja principalmente a África anglófona e francófona, Helen Bradford, Dorothy L. Hodgson e Sheryl A. McCurdy discutem a tendência para desvirtuar a história das mulheres em qualquer artigo de arquivo colonial, 'Introduction: 'Wicked' Women and the Reconfiguration of Gender in Africa,' in Hodgson e McCurdy, eds, 'Wicked' Women and the Reconfiguration of Gender in Africa (Portsmouth: Heinemann, 2001); Helen Bradford, 'Women, Gender and Colonialism: Rethinking the History of the British Cape Colony and its Frontier Zones, c. 1806–70', *Journal of African History*, 37 (1996): 351–70; o ensaio clássico de Steven Feierman's realça a tendência mais geral dos arquivos da era colonial para darem como invisíveis populações e práticas africanas inteiras, mas particularmente as associadas com as mulheres, in 'Colonizers, Scholars and the Creation of Invisible Histories,' Victoria E. Bonnell e Lynn Hunt, eds, *Beyond the Cultural Turn: New Directions in the Study of Society and Culture*, (Berkeley: Univ. of California Press, 1999): 182–216.

³² Rita-Ferreira identifica e discute todo o leque de legislação de controle de acesso à cidade no século XX, mas nota, em especial, que o controle apertado dos anos 1940 foi mantido para as mulheres, muito depois de ter sido abandonado em relação aos homens, 'Os Africanos,' 153ff.

literárias e efêmeras – incluindo relatórios da polícia. Sentia-me desconfortável com as implicações éticas de pôr em risco qualquer mulher que colaborasse comigo, pelo que apenas considereei mulheres empregadas legalmente.³³

Durante a maior parte do período colonial no século XX, os moçambicanos eram administrados e controlados por um corpo detalhado de leis e práticas que era conhecido no seu conjunto como Estatuto do Indígena, derivado da palavra 'indígena'.³⁴ O Capítulo 3 detalha a forma como o indigenato moldou as relações de género, mas, para já, o ponto é que os indígenas eram obrigados a registar-se na Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas a nível municipal, para obterem permissão para trabalhar legalmente na cidade. Não o fazer constituía risco de castigo e repatriamento. As autoridades coloniais portuguesas usavam o registo como um instrumento de controle do afluxo à cidade, para manter baixos os salários dos africanos e limitar a sua ascensão social. Embora o registo fosse um grande peso para os africanos urbanos homens e mulheres, o arquivo de registo providenciava um manancial de informação para os historiadores que procuravam uma visão geral da força de trabalho africana urbana. Usei uma amostragem sistemática de 5% dos registos de mão de obra africana da capital para o período entre finais dos anos 40, altura em que a responsabilidade pelos registos de mão de obra transitou da polícia para o município, até ao início da década de sessenta, quando o indigenato foi legalmente abolido. A amostra forneceu um retrato quantitativo de onde trabalhavam as mulheres africanas assalariadas em Lourenço Marques, os salários que ganhavam, e os seus níveis gerais de atrito e estabilidade. A amostra revelou que as mulheres eram uma minoria em crescimento da força de trabalho na fase final do período colonial.³⁵

Eu pretendia fazer um projecto de história oral focado em três indústrias que, de acordo com a amostra, tinham empregado historicamente um número significativo de mulheres: a indústria de vestuário, o processamento de tabaco e o descasque de caju. Queria comparar as experiências das mulheres imigrantes e das locais, e também especializadas, semiespecializadas e não especializadas. As trabalhadoras da indústria de vestuário e de processamento de tabaco eram semiespecializadas e predominantemente locais. Eram muito mais as mulheres que trabalhavam na indústria de descasque de caju do que em qualquer outra indústria. Elas possuíam um leque de habilidades, mas eram, na sua maioria, imigrantes sem preparação. Infelizmente, a maior parte das indústrias que empregavam mulheres no final do período colonial tinham fechado. A indústria de vestuário ruiu, não havia arquivos disponíveis e as trabalhadoras e trabalhadores dispersaram-se pela cidade.

Embora as mulheres e as raparigas tivessem composto uma parte importante da força de trabalho do tabaco nos estágios finais do processamento e empacotamento, eu não tinha reparado, na amostra, que a maior parte dos empregos tinha desaparecido com a mecanização do empacotamento dos cigarros já no início dos anos 50. Apesar de ter adoptado o empacotamento

³³ Por vezes, as mulheres levantavam e discutiam estes tópicos nas suas narrações. Nunca os levantei e se as mulheres o faziam eu não lhes dava seguimento. Algumas pistas sugestivas foram deixadas penduradas porque eu ia até onde as mulheres me levavam na questão da prostituição, mas não fazia mais perguntas.

³⁴ *African Workers and Colonial Racism* detalha o indigenato como um processo de engenharia da desigualdade, ao espremer injusta e fraudulentamente valor da maioria da população para o benefício do estado e da minoria branca. As obras clássicas sobre o trabalho forçado na África colonial portuguesa são: James Duffy, *A Question of Slavery* (Cambridge: Harvard University Press, 1967) e James Duffy, *Portuguese Africa* (Cambridge: Harvard University Press, 1959). Ver também, Bridgette O'Laughlin, 'Class and the Customary: The Ambiguous Legacy of the Indigenato in Mozambique,' *African Affairs*, 99 (2000): 5–42.

³⁵ Os registos municipais da mão-de-obra eram gerados pela Administração do Concelho de Lourenço Marques [ACLM]. Estes estavam alfabetados pelo primeiro nome do trabalhador no ficheiro principal, e também arquivados por empresas específicas em ficheiros secundários. A colecção completa está agora ao cuidado do AHM. Os ficheiros empresariais da Caju Industrial não estão disponíveis porque os arquivadores estão armazenados no depósito de tal maneira que as gavetas não podem ser abertas. Em princípio, a informação desses ficheiros deverá corresponder à informação dos ficheiros gerais, com cerca de 146,000 registos, de que tirei uma amostra sistemática de 5% de toda a informação dos empregados. Os dados da amostra sistemática são daqui em diante referidos como amostra da ACLM.

mecanizado, uma empresa reteve uma pequena força de trabalho feminina até aos anos 1960 e 1970. O proprietário da Sociedade Agrícola de Tabacos [SAT] não quis despedir as mulheres que tinham trabalhado para ele durante décadas, por isso encaixou-as em empregos de limpeza e de escritório. Os arquivos coloniais da SAT perderam-se, mas o proprietário e um pequeno grupo de reformados participaram neste estudo³⁶.

Também foram gravados alguns depoimentos orais de mulheres que trabalhavam numa gama de ocupações urbanas, em projectos realizados pouco depois da independência por Hermínia Manuense, Kathleen Sheldon, Signe Arnfred e uma equipa de pesquisa que estava a trabalhar com a Organização da Mulher Moçambicana [OMM].³⁷ Em 1982, a equipa da OMM investigou a situação social das mulheres em Maputo.³⁸ O seu enfoque era contemporâneo e entrevistaram dez trabalhadoras de cada um de sete locais de trabalho, incluindo a fábrica de processamento de caju da Machava – a mais nova das duas grandes fábricas da cidade.³⁹ O material publicado e não publicado desses estudos deixou claro que a melhor oportunidade para um projecto de história oral significativo sobre mão de obra colonial seria a força de trabalho do descasque de caju da cidade.

A Caju Industrial de Moçambique era a única indústria do tempo colonial baseada em mão de obra feminina que tinha mantido o emprego e a produção. Os arquivos da actividade comercial da empresa desapareceram, mas ficaram alguns registos do pessoal. Como questão prática, isso confirmou o meu enfoque nas descascadeiras de caju como uma janela para a migração e a vida na fábrica e nos bairros da cidade, no final da era colonial. Tanto nas instalações da Machava como nas do Chamanculo, trabalhadores e administradores da Caju Industrial de Moçambique participaram no estudo, mas a fábrica do Chamanculo tornou-se o foco deste estudo por ter sido a fábrica mais antiga e porque os reformados iam lá regularmente para receberem as suas pensões.

Mais de cem mulheres e sete homens das fábricas de descasque de caju e de processamento de tabaco contribuíram para este projecto de história oral. Não dou números exactos porque, no início, não tinha noção de que os reformados haveriam de aparecer em grandes grupos na fábrica do Chamanculo no início de cada mês, para levantarem as suas pensões mensais. Na excitação da chegada do primeiro grupo, não tomei nota de todos os nomes da animada entrevista em grupo que gravámos. A gravação deixa claro que havia muitas mulheres, mas é difícil precisar quantas. Nos meses seguintes, eu estava muito melhor organizada, mas não estou certa de que os grupos fossem os mesmos. Os nomes, as datas e os locais de nascimento dos participantes constam do

³⁶ Entrevistas com George Tsilhakis, filho de Telemachus Tsilhakis, fundador da SAT, bairro da Polana, Maputo, Moçambique 1 e 2 de Julho de 1993. Os trabalhadores da SAT e todos os outros narradores são integralmente citados na bibliografia.

³⁷ Hermínia Manuense, 'Contribuição ao Estudo da Mulher Operária no Maputo: o Caso da Caju,' in Ana Elisa de Santana Afonso, ed., *Eu Mulher em Moçambique* (Maputo: Comissão Nacional UNESCO em Moçambique e Associação dos (cont.) Escritores Moçambicanos, 1994): 39–59; Signe Arnfred, 'Reflections on Family Forms and Gender Policy in Mozambique,' [dactilografado não publicado, 1990]; Arnfred, 'Women in Mozambique: Gender Struggle and Gender Politics,' *ROAPE*, 41 (1988): 5–16; Arnfred, *Sexuality and Gender Politics in Mozambique; Rethinking Gender in Africa* (Woodbridge/Rochester, NY: James Currey, 2011); Sheldon, *Pounders of Grain*; Hermínia Manuense, *Contribution a l'étude de la famille ouvrière à Maputo*. Tese PhD (Paris: EHESS, 1989). O trabalho abrangente realizado pela Women and Law in Southern Africa [WLSA] e o Centro de Estudos Africanos da UEM sobre as mulheres em Maputo, foca amplamente o período pós-independência. Agradeço a Hermínia Manuense o acesso à sua tese Ph.D. não publicada e a autorização para a citar.

³⁸ Signe Arnfred, 'Estudo da Situação Social das Mulheres Trabalhadoras na Cidade de Maputo,' [Sinopse não publicada da pesquisa realizada pela OMM como base para o seu 'Relatório sobre a Situação Social das Mulheres Trabalhadoras na Cidade de Maputo,' 1982.] Kathleen Sheldon facultou uma cópia mimeografada deste relatório. Todo o trabalho não publicado de Arnfred é aqui citado com sua permissão. Agradeço a Signe Arnfred, Kathleen Sheldon e OMM pelo acesso a esta pesquisa e a permissão de a incorporar aqui.

³⁹ Os outros locais de trabalho incluíram: a Companhia Industrial de Matola, o pessoal da limpeza do Hospital Central de Maputo, a Empresa de Vestuário Manufatos, o Mercado 25 de Junho, a Cooperativa de Costura Luís Cabral e a Cooperativa das Zonas Verdes.

anexo. Tivemos conversas subsequentes de acompanhamento com vinte por cento das narradoras da Caju.

De acordo com os registos da fábrica do Chamanculo, cerca de 80 por cento dos trabalhadores eram mulheres e, quando a produção estava no seu pico nos anos 90, eram 2500 mulheres trabalhadoras.⁴⁰ Dado o estado das estradas e os cortes no fornecimento de energia eléctrica, causados pela continuada insurgência, a produção raramente estava a funcionar em pleno. A maior parte do pessoal administrativo e de supervisão eram homens, mas a vasta maioria dos trabalhadores, desde o cais de chegada dos produtos e armazém até à triagem final, pesagem, empacotamento e expedição, eram mulheres. Algumas pessoas tinham trabalhado na Caju mais de quarenta anos. Essas incluíam o contingente original que fundou a fábrica do Chamanculo. Mais uma vez, algumas tinham trabalhado noutras indústrias urbanas, em pequenas vendas, serviço doméstico e na agricultura. Resumindo, o projecto das narrativas orais reproduziu um retrato detalhado e de longo-prazo da força de trabalho da fábrica de caju, mas também forneceu uma perspectiva comparativa das experiências das pessoas em muitos outros sectores.

Embora as narrativas das descascadeiras de caju tenham providenciado uma abertura para os complexos processos da urbanização e da migração de força de trabalho, não afirmo aqui que estes tenham sido típicos ou representativos das mulheres urbanas ou dos trabalhadores das fábricas, pelo menos no sentido corrente desses termos. De acordo com Susan Geiger e James Ferguson, concordo que o típico e o representativo são conceitos que vale a pena questionar.⁴¹ Embora as trabalhadoras do caju tendessem a partilhar certas características com outras mulheres da cidade, não havia certamente trabalhadoras típicas do caju nem experiências típicas de uma trabalhadora do caju. A diversidade de experiências internas à força de trabalho foi uma descoberta importante. É claro que a idade, a etnicidade, a fertilidade, o estado civil, a educação e a relativa prosperidade davam forma à experiência e revelavam-se frequentemente ao longo da narração, mas o projecto não criou perfis sociológicos completos nem histórias de vida dos narradores.

Os académicos apreciam as formas como a idade e aquilo a que chamamos de 'estado civil' moldam as experiências, perspectivas, prioridades e memórias de cada um. As tensões e solidariedades geracionais vinham ao de cima, particularmente ao considerar a mudança ao longo do tempo entre as famílias.⁴² No fim, graças em grande parte à participação dos reformados, as narradoras estavam bastante equilibradamente divididas em três grupos etários: mulheres nascidas entre 1910 e 1930, que estavam entre a meia-idade e a reforma em 1975 (31 por cento), mulheres nascidas entre 1931 e 1940, que estavam entre os 35 e os 45 (34 por cento), e mulheres nascidas entre 1941 e 1954, que eram ainda bastante jovens (35 por cento). O leque por região de origem tendia a reflectir tanto a distribuição da população do sul de Moçambique como a distribuição global de migrantes entre a população masculina para o mesmo período. As mulheres vinham de todos os distritos do sul de Moçambique da era colonial: Inhambane (35 por cento),

⁴⁰ TO, Filipe Guambe, Secretaria de Estado do Caju, 10 de Maio de 1993, Maputo; Júlio Cuamba, Caju Industrial de Moçambique na Machava [CIM/M], 26 de Junho de 1993; Luís Guila Muhale, 26 de Junho, 29 de Junho e 9 de Julho de 1993 CIM/M; TO, Custódio Silva e Paulina Benjamina Hugo, 26 de Junho de 1993.

⁴¹ Susan Geiger, 'What's so Feminist about Doing Women's Oral History?' in *Expanding the Boundaries of Women's History: Essays on Women in the Third World*, editado por Cheryl Johnson-Odim e Margaret Strobel (Bloomington: Indiana (cont.) (cont.) University Press, 1992): 305–18, esp. 308–9; Geiger, 'Women's Life Histories: Method and Content,' *Signs* 22, No. 2 (1986): 334–351; James Ferguson, 'Mobile Workers, Modernist Narratives: A Critique of the Historiography of transition on the Zambian Copperbelt,' Part I, *JSAS*, Vol. 16, No 3 (1990): 385–412 e Part II, *JSAS*, Vol. 16, No. 4 (1990): 603–21

⁴² Ensaios clássicos captando mudanças na família e a lei do poder colonial encontram-se em Margaret Jean Hay e Marcia Wright, eds, *African Women and the Law: Historical Perspectives* (Boston: African Studies Center, 1982.) Lee extrai as diferenças entre mulheres em três gerações de família, e o enfoque de Carton situa-se nas tensões geracionais entre homens: Rebekah Lee, *African Women and Apartheid: Migration and Settlement in Urban South Africa* (Londres: I. B. Tauris Publishers, 2009) e Benedict Carton, *Blood from Your Children: The Colonial Origins of Generational Conflict in South Africa* (Charlottesville: University of Virginia Press, 2000).

Gaza (29 por cento), Lourenço Marques (25 por cento), Maputo (4 por cento), e lugar incerto (7 por cento).⁴³

A informação sobre o estado civil era incompleta e complexa. Em diferentes momentos das suas vidas, as mulheres podiam ser solteiras, casadas, separadas, divorciadas, viúvas e estar a viver relações maritais por união de facto. Tanto as mulheres como os homens usavam a palavra 'abandonar' relativamente a deixar ou ser deixado por um parceiro. As maneiras como as pessoas discutiam as suas relações e formas familiares são importantes. As próximas secções questionarão mais de perto o discurso, a linguagem figurativa e as formas de narrar a história, mas por agora, na altura do estudo, as oitenta e duas mulheres que declararam claramente o seu estado civil, identificaram-se como: mulheres solteiras (25 por cento), separadas do marido (15 por cento), viúvas (15 por cento), abandonadas por um homem (5 por cento), casadas (4 por cento), casadas com lobolo (6 por cento), casadas sem lobolo (1 por cento), casadas a 'devolver lobolo' (1 por cento), casamentos 'forçados' (2 por cento), divorciadas (17 por cento), mulheres que abandonaram um homem (6 por cento).⁴⁴ Tal como esclarecem as narrações mais completas, uma mulher separada ou divorciada também pode ter sido abandonada por um homem ou ter abandonado um homem. Em suma, a força de trabalho do descasque de caju da maior e mais antiga fábrica da capital colonial, Lourenço Marques, no bairro do Chamanculo, englobava as pessoas e o lugar. Viramo-nos agora para o processo e aspectos de interpretação.

O processo

A realização do projecto de história oral contou com uma ampla colaboração. Primeiro, foi aprovado através dos protocolos do *Institutional Review Board* da Universidade de Boston, onde eu era Investigadora. Apresentei o projecto em círculos académicos e políticos em Maputo, através da direcção e do pessoal do Arquivo Histórico de Moçambique [AHM] e da universidade nacional, a Universidade Eduardo Mondlane [UEM]. Expliquei as minhas intenções e solicitei autorização para gravar, partilhar e preservar as entrevistas pertencentes ao projecto. Circulei amplamente uma versão em português da minha proposta de investigação, convidei a colaboração e comentários de colegas e estudantes de História, Antropologia, Centro de Estudos Africanos e Núcleo de Estudos de Género. O Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, a Directora do Arquivo Histórico de Moçambique (que é também o Arquivo Nacional) e o então Secretário de Estado do Caju aprovaram a proposta, o projecto piloto e o projecto final. Quando o projecto começou na Caju Industrial, era garantida uma cópia da gravação do seu depoimento a todos os narradores que quisessem. No fecho do projecto, todas as gravações da narrativa oral foram depositadas no arquivo nacional para que os académicos moçambicanos e outros as pudessem ouvir e interpretar.⁴⁵

Todas as preocupações dos narradores devem ser consideradas pelo processo investigativo e a sua informação e atribuição de significado devem ser respeitadas e tratadas eticamente, quer os

⁴³ As percentagens são calculadas sobre uma base de 107. O lugar de origem foi confirmado por 91 de 98 narradores do caju. Como explicam Ana Bénard da Costa e Adriano Bisa em 'Home Space as a Social Construct,' as pessoas podem identificar um leque de lugares como sendo o seu local de origem, não simplesmente o lugar onde nasceram, Home Space Ethnographic Report [http://homespace.dk/tl_files/uploads/publications/Summaries/HomeSpace_Ethnographic_english_summary_text.pdf]; Abílio Mendes Gil, 'Relatório, Maputo e seus Postos, Administração de Catembe, Catuane, Inhaca e Manhoca,' 1954 & 1960, Inspecção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas [ISANI] caixas 2 e 12 respectivamente AHM. ISANI reports and the ACLM sample.

⁴⁴ Idade, estado civil e área de residência são estatísticas calculadas a partir do projecto de história oral. Os dados de base não estão completos para todos os participantes. Ver o apêndice sobre fontes.

⁴⁵ O estudo foi autorizado pelo falecido Reitor Fernando Ganhão da UEM, a Prof^a Dr^a Maria Inês Nogueira da Costa e, mais tarde, pelo Prof. Dr. Joel das Neves Tembe, Directores do Arquivo Histórico de Moçambique, e o então Secretário de Estado do Caju, Juliano Saranga. Depositei trinta e nove fitas áudio com essas gravações no AHM em Agosto de 1993.

narradores sejam homens, mulheres ou crianças. A academia exige uma consideração diferente relativamente a crianças, mas essa também deriva de preocupações mais vastas de desigualdade de poder e autoridade. É famosa a observação de Laura Bohannan de que não é sensato assumir ou projectar uma paisagem específica de poder, mas antes prestar atenção à evolução de dinâmicas do poder à medida que elas surgem, ao descodificar a paisagem.⁴⁶ Questões como autoria, parceria, apropriação de informação e métodos históricos, são importantes seja qual for o tópico e seja quem for o autor.⁴⁷

Quais eram as minhas intenções e práticas relativamente à autoria e à reprodução e interpretação das narrativas gravadas deste projecto, e qual era a minha estratégia para a sua incorporação neste trabalho? As narrativas das mulheres ensinaram-me muitos dos pontos mais alargados que apresento como argumentos nos capítulos que se seguem. Se as percebi correctamente, o que apresento como as suas verdades e perspectivas são claramente delas, mas as narradoras não são responsáveis pelo que eu fiz com as suas palavras. Cito as narradoras com algum detalhe e incluo as suas cantigas. Destaco as interpretações das mulheres ao mesmo tempo que faço a distinção entre a minha voz e a voz delas. Isso não constitui apropriação das suas vozes. Não reivindico estar a falar em nome das narradoras. As mulheres falam por si nas narrações gravadas que depositei no Arquivo Histórico de Moçambique. Tento interrogar as lições e discernimento que retirei do nosso envolvimento. Da mesma maneira que Barbara Cooper em *Marriage in Maradi*, confirmo com franqueza que as mulheres da Caju podem muito bem contestar as minhas interpretações das suas narrativas.⁴⁸ Eu centro os discursos frequentemente contra-hegemónicos das mulheres e transmito o que percebi das suas visões.

Os esforços no sentido de perceber aconteceram em várias línguas. Apesar de ter estudado changana e ronga durante anos, no dilema típico da aquisição de uma língua estrangeira, conseguia perceber mais do que conseguia exprimir verbalmente. Embora seja fluente em português, não conseguia de jeito nenhum formular questões e responder rapidamente, fosse em changana ou ronga. O Prof. Bento Siteo, cujos materiais de ensino das línguas ronga e changana informaram o meu estudo, apresentou-me aos meus instrutores de línguas e a Joaquina Boane Machava, que passou a ser minha assistente de investigação e tradutora para este projecto. Quando mais adiante digo 'nós', quero dizer Joaquina Machava e eu. As duas passámos sete meses juntas, preparando, realizando e juntando pontas soltas do projecto de história oral. Ela conduzia as narrações realizadas em changana e ronga, e eu dirigia as narrações realizadas em português. Cada uma de nós tinha a liberdade de fazer interjeições em qualquer momento e em qualquer língua. A Sra. Machava escrevia as traduções livres das narrações de changana e ronga para português e transcrevia algumas das narrações em português, em que trabalhávamos juntas. Eu transcrevia as entrevistas conduzidas individualmente por mim em português. Os funcionários do Arquivo Histórico transcreveram todas as trinta fitas nas línguas originais das narrações.

⁴⁶ As observações clássicas de Bohannan encontram-se em [Laura Bohannan] Eleanore Smith Bowen. *Return to Laughter: An Anthropological Novel* (Garden City: Doubleday Anchor, 1964): ix. 46, 215; Bohannan, 'Shakespeare in the Bush,' *Natural History*, 75, 7 (Agosto-Setembro de 1966): 28–33.

⁴⁷ A introdução de Heidi Gengenbach explora as formas de saber e de contar das mulheres e a introdução de L. Lloys Frates trata assuntos de história e memória; Heidi Gengenbach, 'Where Women Make History: Pots, Tattoos, Stories and Other Gendered Accounts of Community and Change in Magude District, Mozambique, c. 1800 to the Present,' Tese PhD (Minneapolis: University of Minnesota, 1999). Esta foi mais tarde publicada em e-book das Ciências Humanas da ACLS, *Binding Memories: Women as Makers and Tellers of History in Magude District, Mozambique*, mas as referências são da tese, 1–40; L. Lloys Frates, 'Memory of Place, The Place of Memory: Women's Narrations of Late Colonial Lourenço Marques,' Tese PhD (Los Angeles, University of California at Los Angeles, 2002); Susan Geiger, 'Women and Gender in African Studies,' *African Studies Review*, Vol. 42, No 3 (Dezembro de 1999) 21–33; Iris Berger and E. Frances White, eds, *Women in Sub-Saharan Africa; Restoring Women to History* (Bloomington: Indiana University Press, 1999); Partha Chatterjee, 'The Nation and Its Women,' e Dipesh Chakrabarty, 'Postcoloniality and the Artifice of History: Who Speaks for Indian Pasts?' ambos em Ranajit Guha, ed. *A Subaltern Studies Reader, 1986–1995* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997): 240–62 e 263–93.

⁴⁸ Barbara Cooper, *Marriage in Maradi; Gender and Culture in a Hausa Society in Niger, 1900–1989* (Portsmouth: Heinemann, 1997): 193.



Figure 3
Joaquina Boane Machava,
Assistente de Investigação, 1993
(© Jeanne Marie Penvenne)

Todos os dias, Joaquina Machava e eu discutíamos as narrações durante as viagens para a fábrica e no regresso, e, mais tarde, enquanto ela trabalhava as transcrições. Embora eu seja responsável pela maneira como incorporei as narrações nesta análise, a sua riqueza foi sem dúvida encorajada pelo espírito radioso, humor, maturidade e afabilidade de Joaquina Machava.

O projecto era enquadrado pela ligação que eu tinha com o Departamento de História da UEM. Quando a minha pesquisa coincidia com o ano académico, sempre me voluntariei para ensinar uma cadeira no curso. Ao longo dos anos, o número de mulheres nas minhas aulas e em posições de autoridade na universidade aumentou firmemente, mas apesar dos esforços de académicos excelentes e criativos, a narrativa histórica dominante da História de Moçambique ensinada na Universidade nessa altura, ainda era amplamente de género masculino. A recolha da colecção de história oral do Arquivo também tinha muito mais narrativas de homens do que de mulheres. Esta foi uma oportunidade para alterar esse desequilíbrio.

Apresentámos o projecto à administração e aos trabalhadores da fábrica do Chamanculo como uma componente de um esforço mais alargado para assegurar que os jovens moçambicanos soubessem tanto sobre as experiências das mulheres do tempo colonial como das dos homens. O testemunho das mulheres ajudaria a providenciar a base para futuros trabalhos sobre história de Moçambique, incluindo este. Tal como tinha acontecido com as minhas anteriores experiências de história oral entre homens moçambicanos, antevi que a narrativa providenciaria material para cobertura de imprensa, aulas e publicações futuras. Pedimos às descascadeiras de caju ajuda para transmitir a uma maior audiência os significados que as mulheres atribuíam às suas experiências como trabalhadoras fabris e habitantes da cidade durante as últimas décadas do período colonial. Sublinhámos que as suas narrativas, que tínhamos gravado, estariam disponíveis no Arquivo

Histórico para que os seus netos as pudessem ouvir. Foi assim que enquadrámos as nossas intenções para os participantes. Também convidámos as mulheres a perguntar o que quisessem e a sugerir estratégias alternativas para o projecto, como achassem melhor.

A administração da Caju Industrial de Moçambique autorizou os trabalhadores a participar no projecto individualmente ou em pequenos grupos, sem comprometer os seus salários. Joaquina Machava e eu não seleccionámos mulheres para participarem no projecto de história oral. Apresentámos o projecto à administração da fábrica. Pelo que percebemos, eles circularam a informação e convidaram pessoas a participar, se quisessem. Foi por pura sorte que acabámos por ficar com um grupo de narradoras tão diverso e interessante. Aos reformados que vinham todos os meses levantar as suas pensões não foi pedido que usassem do seu tempo connosco, mas eles fizeram-no generosamente, graciosamente e para grande benefício do projecto global. Normalmente, falávamos com as mulheres em grupos de duas, mas falámos com algumas mulheres sozinhas e com alguns grupos que chegaram a ter doze pessoas. A duração das conversas variava entre meia hora e várias horas. O apêndice reflecte o ritmo das narrações, mas nós passávamos quatro a sete horas na fábrica. As nossas conversas eram faladas e cantadas, iam de sóbrias a roucas. Embora eu tivesse falado a vários administradores e dirigentes de sindicatos sem a presença da Sra. Machava, ela e eu estivemos ambas presentes em todas as narrações dos trabalhadores de base. Durante os meses passados na fábrica de caju, ouvimos, dançámos, rimos, cantámos e chorámos. Muito foi transmitido em silêncios respeitosos. O objectivo era ouvir o que um grande leque de mulheres nos queria dizer sobre o desenvolvimento da indústria de descasque de caju, o seu trabalho e vidas familiares. Dito isto, porém, não há dúvida de que as mulheres rapidamente perceberam e discutiram entre elas que nós queríamos saber porque elas tinham vindo trabalhar como descascadeiras de caju e como se lembravam das suas experiências na fábrica e nos bairros de Lourenço Marques no final da era colonial. A esse respeito, elas contaram-nos o que pensavam que queríamos ouvir, mas também nos contaram muito mais que isso.

As académicas feministas envolvidas na pesquisa histórica usam vários termos para se referirem às pessoas que participam em pesquisa oral, incluindo historiadoras orais.⁴⁹ Este termo localiza autoridade, agência, atribuição de significados e julgamentos analíticos com as pessoas que contam as suas histórias. Nesse sentido, é infinitamente preferível ao termo que costumava usar, informador(a). Quando comecei a trabalhar, usava informador na sua forma de dicionário menos imaginativa – uma pessoa que dá informação. É obviamente insatisfatório e já não o uso. Neste estudo, adoptei narrador(a). Ao contrário de informador, como pessoa que dá informação, narrador conota com mais plenitude a agência, autoridade, atribuição de significados e análise. Muitos homens e mulheres que participaram neste projecto eram na verdade historiadores orais – eles e elas compunham e transmitiam criativamente um sentido do passado que incluía a sua participação pessoal, mas que também ia bastante além disso. Essas pessoas emergem nos próximos capítulos – com as suas palavras e letras de cantigas extensivamente citadas. Algumas mulheres chegavam mesmo a representar as suas interpretações do passado para grande deleite das suas audiências.

Os desafios da história das mulheres e da sua oralização

Muitas controvérsias e dilemas nasceram em redor da história oral das mulheres africanas. Eu mesma tratei alguns deles noutros lugares.⁵⁰ A narração oral por mulheres africanas tornou-se

⁴⁹ Os termos narrador, texto, fonte, informador, respondente, entrevistado, parceiro de entrevista e historiador oral estão todos presentes na literatura. Susan Geiger usa o termo historiador oral e Lloys Frates segue-lhe o exemplo: Geiger, 'What's so Feminist?' e Frates, 'Memory of Place,' prefácio e capítulos 1 & 2.

⁵⁰ Jeanne Marie Penvenne, 'Elsa Joubert's Poppie Nongena,' in Margaret Jean Hay, ed. *African Novels in the Classroom* (Boulder: Lynne Rienner, 2000): 153–66; Penvenne, 'Rethinking Orality: Ways of Knowing and Telling Truths,' Módulo de pós-graduação em História e Ciências Sociais desenvolvido para a UEM, Julho de

uma espécie de pára-raios para preocupações éticas relativas às relações de poder nos processos de investigação. As preocupações éticas devem estar sempre acima de tudo. Precisamos de saber sobre contar e ouvir, e ambos são processos complicados. Na África do Sul, os académicos desenvolveram colecções e arquivos de narrações de história oral muito antes dos académicos de Moçambique e marcaram o tom dos debates.⁵¹

Judith Lütge Coullie afirma que a identificação e publicação de testemunhos orais da África Austral é muitas vezes motivada, conduzida e programada pelos investigadores.⁵² As suas observações são ao mesmo tempo óbvias e adequadas. Isso assinala dilemas metodológicos críticos como os levantados em duas obras clássicas da história oral das mulheres: a colecção *Interpreting Women's Lives*, do *Personal Narratives Group*, e o ensaio de Susan Geiger, 'What's so Feminist about Doing Women's Oral History?' Elas criticaram a inerente roteirização de qualquer questionário, notaram a tendência dos narradores para dizerem ao investigador aquilo que ele queria ouvir e instaram os académicos a providenciarem um espaço mais aberto para que as narradoras pudessem ordenar e moldar o que partilhavam da maneira que melhor achassem. O *Personal Narratives Group* apelou a uma apreciação mais texturada ao que tinha ou não tinha sido dito na narração, incluindo o que provocava um riso nervoso ou um desvio de olhar.⁵³

Muitos académicos potenciaram e criticaram estas visões clássicas, sondando os espaços entre o que é dito e o que é ouvido, realçando o poder do boato e da intriga, e chamando a atenção para as texturas e contornos da acção das mulheres nas maneiras como se inclinam, submergem e gritam história em representações orais.⁵⁴ O que viam as mulheres como um espaço apropriado para se exprimirem? Que formas de expressão, discursos e interpretações desenvolveram? Como podem os académicos começar a entender os significados e as verdades que preenchem estas narrações?

Heidi Gengenbach, ao trabalhar no interior rural da capital de Moçambique nos anos 1990, chamou a atenção para o facto de as mulheres considerarem *matimu* – a palavra changana para história – como não lhes dizendo respeito. *Matimu* era coisa de homens. Gengenbach percebeu rapidamente que as ideias das mulheres e as formas de transmitir o conhecimento e os significados do passado eram importantes e interessantes, mas tinham pouco a ver com o *matimu* dos homens. As mulheres, afirma ela, mapeavam a história por meio de entalhes no corpo, na olaria, nos nomes e histórias que contavam – histórias que podiam ser muito diferentes das

2006; Penvenne, 'Gender Studies, Area Studies and the New History, with Special Reference to Africa,' in *Curricular Crossings: Women's Studies and Area Studies – a Web Anthology for the College Classroom* (2000). [<http://www3.amherst.edu/~mrhunt/womencrossing/penvenne.html>].

⁵¹ Ciru Getecha e Jesimen Chipika, et al., *Zimbabwe Women's Voices*, [Fotografia por Margaret Waller e David Gombera] (Harare: Zimbabwe Women's Resource Centre and Network, 1995); Suzanne Gordon, *A Talent for Tomorrow: Life Stories of South African Servants* (Johannesburg: Ravan Press, 1985); Hanlie Griesel et al., *Sibambene: The Voices of Women at Mboza* (Johannesburg: Ravan Press, 1987); Belinda Bozzoli com Mmantho Nkotsoe, *Women of Phokeng: Consciousness, Life Strategy and Migrancy in South Africa, 1900–1983* (Portsmouth: Heinemann, 1993); Charles van Onselen, *The Seed is Mine: The Life of Kas Main, a South African Sharecropper, 1894–1985* (Nova Iorque: Hill and Wang, 1996).

⁵² Judith Lütge Coullie, 'The Power to Name the Real: The Politics of Worker Testimony in South Africa,' *Research in African Literatures*, Vol. 28, no. 2, 1997:132–44.

⁵³ *Personal Narrative Group [PNG]*, eds, *Interpreting Women's Lives; Feminist Theory and Personal Narratives* (Bloomington, Indiana University Press, 1989); Geiger, 'What's So Feminist,' Bender Shetler, 'The Gendered Spaces.'

⁵⁴ Luise White, Stephan F. Miescher, e David William Cohen, eds, *African Words, African Voices: Critical Practices in Oral History* (Bloomington: Indiana University Press, 2001); Luise White, *Speaking With Vampires: Rumor and History in Colonial Africa* (Berkeley: Univ. of California Press, 2000); Barbara M. Cooper, 'Oral Sources and the Challenge of African History,' e Kathleen Sheldon, 'Writing about Women: Approaches to a Gendered Perspective in African History,' in John Edward Philips, ed. *Writing African History* (Rochester, NY: University of Rochester Press, 2005):191–215 e 465–89 respectivamente.

histórias que os homens contavam.⁵⁵ De acordo com a pesquisa de Jan Bender Shetler na região tanzaniana do Serengeti,

... as mulheres não só possuíam uma outra visão como tipos de conhecimento totalmente diferentes sobre o passado... homens e mulheres não partilham nem os estilos de narração oral nem os tipos de conhecimento sobre o mesmo passado. Homens e mulheres ocupam esferas separadas nas suas rotinas diárias, partilhando o mesmo mundo, mas participando em diferentes tipos de discurso, embora se intersectem, sobre esse mundo... é necessário fazer uma análise da tradição oral informada pelo gênero para descobrir o seu significado histórico.⁵⁶

Elinami Veraeli Swai sublinhou a importância dos sistemas de conhecimento das mulheres, que são frequentemente negligenciados e mal percebidos. Swai realçou que as formas de vestir (os panos *khanga*, na Tanzânia, ou capulana em Moçambique), tal como a escarificação do corpo, podem ser um meio para veicular um significado.⁵⁷ Rebekah Lee explorou ressonâncias semelhantes relativamente aos espaços de habitar construídos e partilhados por múltiplas gerações de mulheres na Cidade do Cabo, na África do Sul.⁵⁸

Trabalhando em Moçambique e no vizinho Malawi nos anos 1970 e 1980, Leroy Vail e Landeg White exploraram versões da história mapeadas e analisadas sob o ponto de vista do gênero – formas que as pessoas julgavam apropriadas e significativas para transmitirem a lembrança do passado, de maneira a moldar o futuro imaginado.⁵⁹ Vail e White afirmaram que os africanos do sul 'mapeavam' as suas experiências através de cantigas e representações.⁶⁰ A *vimbuz* [posse espiritual] das mulheres *tumbuka* '... constitui uma leitura específica, feita por mulheres, da história *tumbuka*... com preocupação particular em mudar as relações entre homens e mulheres no contexto da família'.⁶¹ Para além disso, '... as mulheres insistiram em manter o *vimbuz* porque este era um dos poucos lugares onde podiam expressar a *sua* [ênfase no original] visão do que era realmente a história da área. Rejeitando as visões optimistas dos missionários europeus sobre o valor do 'progresso', e encontrando pouco conforto na gabarolice étnica dos homens locais, as mulheres usaram o *vimbuz* com a sua voz pública'.⁶² Muitos estudiosos exploraram as maneiras como os africanos do sul zombavam dos colonizadores e resgatavam alguma dignidade das circunstâncias do trabalho forçado por meio de cantigas de trabalho, protegidos tanto pela língua como pela natureza do espaço da representação.⁶³ Tanto homens

⁵⁵ Heidi Gengenbach, 'Boundaries of Beauty: Tattooed Secrets of Women's History in Magude District, Southern Mozambique,' *Journal of Women's History* 14, 4 (Winter 2003): 106–37; Gengenbach, 'I'll Bury You in the Border!': Women's Land Struggles in Post-War Facazisse (Magude District), Mozambique,' *JSAS* 24, 1 (1998): 7–36; Gengenbach, 'Naming the Past in a 'Scattered' Land: Memory and the Powers of Women's Naming Practices in Southern Mozambique.' *IJAHS* 33, 3 (2000): 523–42; Gengenbach, 'Truth-Telling and the Politics of Women's Life History Research in Africa: A Reply to Kirk Hoppe,' *IJAHS* 27, 3 (1994): 619–27; Gengenbach, "'What My Heart Wanted'", *Gendered Stories of Early Colonial Encounters in Southern Mozambique.* in *Women and African Colonial Histories*, editado por Jean Allman, Susan Geiger e Musisi Nakanyike, 19–47 (Bloomington: Indiana University Press, 2002).

⁵⁶ Bender Shetler, *Imagining Serengeti*, 11–12.

⁵⁷ Como adiante se menciona, a insistência das descascadeiras de caju em capulanas iguais para os membros do grupo de trabalho também sinalizava uma identidade. Elinami Veraeli Swai, *Beyond Women's Empowerment in Africa: Exploring Dislocation and Agency* (Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010): Cap. 3 sobre *khngas*.

⁵⁸ Lee, *African Women and Apartheid*.

⁵⁹ Isto parafraseia Martin Murray, '...o poder do passado lembrado para moldar o futuro,' de um artigo apresentado por ele, 'Crime Talk: Alarmist Fantasies and Youthful Imaginaries in the 'New' South Africa,' *African Studies Association Annual Meeting*, Boston, November 2003.

⁶⁰ Leroy Vail e Landeg White, 'Forms of Resistance: Songs and Perceptions of Power in Colonial Africa,' *American Historical Review*, 88 (1983): 883–919; Leroy Vail e Landeg White, *Power and the Praise Poem: Southern African Voices in History* (Charlottesville, Univ. of Virginia, 1991).

⁶¹ Vail & White, *Power and the Praise Poem*, 245–6.

⁶² Vail & White, *Power and the Praise Poem*, 248.

⁶³ Alpheus Manghezi, 'A Mulher e o Trabalho: Entrevistas,' *Estudos Moçambicanos*, 3 (Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1981): 45–56; Allen F. Isaacman, *Cotton is the Mother of Poverty: Peasants, Work, and*

como mulheres conseguiam cantar o que não haveriam de dizer, sendo isso mais particularmente verdadeiro para as mulheres. Os homens africanos escarneciam dos colonizadores, enquanto as mulheres frequentemente representavam a sua contestação em relação aos homens que tinham poder sobre elas – fossem os colonizadores ou as suas famílias.

História, memória e narrativas de estado

O momento histórico em que as mulheres fizeram uma pausa para partilharem as suas lembranças para este projecto foi 1993.⁶⁴ Todos vemos o passado através das lentes do presente. É difícil destrinçar exactamente como isso acontece, mas as possibilidades são importantes e interessantes. Que factores podem ter dado forma às narrativas destas mulheres? A actividade da polícia secreta e as tensões políticas agudizadas moldavam a actividade de homens e mulheres no sul de Moçambique desde o início dos anos sessenta. As pessoas de Lourenço Marques não conheceram o conflito armado nas ruas até Setembro e Outubro de 1974, quando a tentativa falhada de comprometer a transição política da independência negociada pela Frelimo e Portugal desencadeou a violência. Essa violência foi certamente importante para as pessoas que sofreram com ela, mas foi relativamente curta e contida.⁶⁵ Em fins dos anos de 70 e início de 80, a insurgência da Renamo tinha-se espalhado ao Sul do Save e tinha aumentado exponencialmente devido à pressão da seca cíclica. O resultado foi uma fome que tirou a vida a centenas de milhar de pessoas. Em 1984, a crise estava grave a ponto de convencer a Frelimo a assinar o humilhante Acordo de Nkomati – um pacto de boa vizinhança – com a África do Sul do *Apartheid*. A África do Sul gastou a conversa fiada política que ganhou com Nkomati numa ofensiva diplomática na Europa, mas continuou a apoiar a Renamo. Como antes referido, a economia nacional estava arruinada e, à medida que a violência aumentava no sul, milhares de pessoas fugiam para a relativamente maior segurança de Maputo. Pessoas locais e deslocadas, cada vez mais desesperadas, viravam-se para o roubo e práticas predatórias.

Nos anos de fome do início da década de 80, inúmeras descascadeiras de caju foram multadas, punidas e despedidas por comerem ou roubarem caju.⁶⁶ No início dos anos 90, Moçambique estava classificado como um dos países mais pobres do mundo.⁶⁷ Quando iniciámos o projecto piloto e, depois, o projecto de narração na Caju Industrial, os bairros da cidade ainda estavam sujeitos a recolher obrigatório e apenas começavam a regressar a níveis mínimos de segurança. A era da distribuição socialista de alimentos da Frelimo e dos controles de preços, parecia ser já um passado muito distante. A escassez absoluta dos anos 1980 tinha passado, mas a pleora de novos produtos nos mercados da cidade era vendida a preços que a maior parte dos trabalhadores do caju não conseguia pagar. Apesar dos ajustamentos salariais periódicos para trabalhadores e as pensões dos reformados, todas estas mulheres tinham enormes dificuldades, com recursos muito limitados. As reformadas eram atingidas com particular dureza. A sua pensão de reforma chegava apenas para comprar um pão dos mais baratos da cidade durante 26 dias, mas elas não tinham

Rural Struggle in Colonial Mozambique, 1938–1961 (Portsmouth, N.H.: Heinemann, 1996); Penvenne e Bento Siteo, 'Power, Poets and the People – Mozambican Voices Interpreting History,' *Social Dynamics*, Vol. 26, No. 2 (2000): 55–86; Penvenne, *African Workers*; Vail & White, *Power and the Praise Poem*.

⁶⁴ Sim, isso foi realmente há muito tempo, portanto também está certo que estas sejam narrativas históricas e não notícias da actualidade.

⁶⁵ Frelimo Militant, por Ndabaningi Sithole, apresenta uma narrativa interessante deste período de transição, particularmente sobre a violência de Setembro e Outubro de 1974, *Frelimo Militant; The Story of Ingwane from Mozambique, an ordinary, yet extraordinary, man, awakened...* (Nairobi: Transafrica, 1977): Caps. 1, 2, 15.

⁶⁶ Os roubos de caju foram notados nos registos pessoais das mulheres, mas sobre os abusos durante o período de transição dos anos 1970, ver 'O Partido – A Luta dos Trabalhadores na 'Caju Industrial,' *Tempo*, No. 405 (9 de Julho de 1978): 15–20.

⁶⁷ Finnegan, *A Complicated War*; Penvenne, 'A Tapestry of Conflict,' Robert Gersony, 'Summary of Mozambican Refugee Accounts of Principally Conflict-Related Experience in Mozambique' (Washington, DC, Department of State, Abril de 1988). Grata a James McCann pela cópia antecipada deste artigo.

dinheiro para comer nos últimos 4 ou 5 dias. Não sobrava nada para o chá, açúcar, ou para o traje habitual das mulheres, a capulana (um comprimento de tecido para a saia) e o lenço da cabeça.⁶⁸

As características mais importantes do momento histórico durante o qual as narradoras partilharam o seu passado eram a pobreza e a insegurança persistentes. As trabalhadoras mais velhas eram as que mais sofriam, enquanto as mulheres mais jovens se agarravam à promessa de paz, recuperação económica e à possibilidade de ascensão social. As histórias dos bons velhos tempos reflectem a idade, a história e a memória, mas a inflação recorde mostra a verdade da mudança material. Naturalmente, os reformados recordavam o passado à luz da juventude que tiveram e das circunstâncias do presente. A longa caminhada desde casa até à fábrica era-lhes cada vez mais difícil e, mesmo com uma melhor segurança, as mulheres mais velhas eram vulneráveis ao roubo e à violência por parte de jovens bandidos a que chamavam *maninjas*.⁶⁹ Os *ninjas* sabiam que os reformados levantavam as suas pensões na viragem do mês e que os lojistas muçulmanos davam esmolas aos velhos e aos pobres à sexta-feira.

Estas mulheres eram todas veteranas do limiar da passagem do colonialismo à independência.⁷⁰ Elas viveram durante o período em que a Frelimo virou do avesso a política colonial da mão-de-obra. A Frelimo sublinhou que os trabalhadores tinham direitos que os empregadores deviam proteger e garantir, e que empregadores e empregados não eram apenas brancos e de sexo masculino.⁷¹ Apesar do desvio cultural patriarcal contra as mulheres urbanas que tinham empregos, o Presidente da Frelimo, Samora Machel, elogiou explicitamente as mulheres que trabalhavam nas fábricas da cidade.⁷² Nos primeiros anos da independência, o discurso público da Frelimo era amplamente tido como pró-mulher. Os funcionários do Partido realçavam a força da mulher, a sua solidariedade e o seu papel na forja da nova nação moçambicana. Nesse momento decisivo, a imprensa estatal castigava os homens por poligamia, por exigirem a subserviência das suas mulheres, e por desencorajarem a participação política das mulheres na Organização da Mulher Moçambicana. Os académicos têm chamado a atenção para a falta de consistência entre o discurso público da Frelimo e da Organização da Mulher Moçambicana e as suas práticas e políticas, mas não há dúvida de que houve uma mudança marcada na narrativa pública a respeito do papel das mulheres relativamente à era colonial.⁷³

A Frelimo produziu a personagem de banda desenhada *Xiconhoca – o Inimigo*, para veicular as políticas elaboradas pelo seu departamento de propaganda, o Departamento de Trabalho Ideológico.⁷⁴ O Xico, como era familiarmente conhecido, era o mais perfeito macho dominador, irresponsável, corrupto, calculista, que personificava todos os aspectos negativos que pudessem ser concebidos para o seu mais abrangente ser. Era um bêbado, fumador de suruma, polígamo; deixava que as suas sobrecarregadas mulheres o seguissem a uma distância razoável enquanto ele

⁶⁸ TO, Julieta Mulungu, 20 de Maio de 1993; Laura Nhachunha Tsombe, 20 de Maio de 1993; Ofélia Mbebe, 4 de Junho de 1993.

⁶⁹ TO, Grupo de reformados, 2 e 4 de Junho de 1993.

⁷⁰ Para as muitas mudanças na transição de Lourenço Marques para Maputo, ver Brigitte Lachartre, *Enjeux Urbaines au Mozambique: de Lourenço Marques à Maputo* (Paris: Karthala, 2000).

⁷¹ Leroy Vail e Landeg White, *Capitalism and Colonialism in Mozambique: A Study of Quelimane District* (Minneapolis: University of Minnesota, 1980): Cap. 8 e 9; TO, Pedro Timba, 9 de Julho de 1993 para o caso específico da Caju Industrial.

⁷² Sobre a transição, ver Sheldon, *Pounders of Grain*, Ch. 5–7; Stephanie Urdang, *And Still They Dance: Women, War and the Struggle for Change in Mozambique* (Nova (cont.) Iorque: Monthly Review Press, 1989), Ch. 7; ‘O Partido – A Luta,’ 15–20; Pitcher, *Transforming Mozambique* Cap.1; Sithole, *Frelimo Militant*, Cap. 1, 2, 15.

⁷³ Isabel Casimiro, ‘Paz na Terra, Guerra em Casa: Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique’ (Maputo: Promédia, 2004); Casimiro, ‘Situação Legal da Mulher perante o Direito a Alimentos,’ in *Eu Mulher em Moçambique*. coord. Ana Elisa de Santana Afonso (Maputo: Comissão Nacional da UNESCO em Moçambique e Associação dos Escritores Moçambicanos, 1994): 147–72; Kathleen Sheldon, ‘Women and Revolution in Mozambique: A Luta Continua,’ in Mary Ann Tétreault, ed. *Women and Revolution in Africa, Asia and the New World*, (Columbia: University of South Carolina Press, 1994): 33–61; Urdang, *And Still They Dance*; Arnfred, *Sexuality and Gender*, 5–8.

⁷⁴ Frelimo, *Xiconhoca, o Inimigo* (Maputo: Frelimo, Edição do Departamento de Trabalho Ideológico, 1979).

caminhava na frente de mãos a abanar, e proibia-as de terem qualquer relação com a política da Organização da Mulher Moçambicana. Embora haja quem tenha lido o Xico como uma figura sinistra, outros acharam que a sua própria figura de maltrapilho e malandro o transformaram num anti-herói cativante.⁷⁵ Chegou mesmo a inspirar uma progenitura do século vinte e um, na figura de banda desenhada do Nhoca Jr. Filho do Xico. O filho do Xico pegou de frente a nova forja de males que acompanhou a reinvenção do país como candidato a menino querido do Ocidente capitalista.⁷⁶

Xiconhoca era um homem, criado por homens para comunicar principalmente com homens, mas as mulheres repararam em como eram concebidas em cena e fora de cena. As tiras do Xico abriram espaços novos para as mulheres como tractoristas, como mulheres que faziam frente aos abusos dos seus maridos, e como cidadãs que punham ponto final à corrupção. A maior parte dos homens e das mulheres das histórias desenhadas do Xico eram quadros pró-Frelimo, representados com uma uniformidade intercambiável, zelosos, bem postos – indistintos e inominados, excepto um. Reminiscente do estereótipo enganador de que "mulheres bem-comportadas raramente fazem história", a única mulher que aparecia com roupas diferentes, era do mesmo tamanho ou maior que o Xico e tinha o seu próprio nome – ela era a mal-afamada Pita. A Pita não era uma operária fabril nem uma mulher zelosa. Era uma rapariga da festa, usava *go boots*, mini-saia e cabeleira afro. Era muito parecida com as prostitutas captadas pelo proeminente fotógrafo Ricardo Rangel nos bares e cabarés da Rua Araújo, e nas esquinas dos bairros da Mafalala e das Lagoas, os conhecidos bairros da prostituição da cidade.⁷⁷

⁷⁵ Penvenne, 'Tapestry of Conflict,' 250–51; Lars Buur, 'Xiconhoca, Mozambique's Ubiquitous Post-Independence Traitor,' in Sharika Thiranagama and Tobias Kelly, *Traitors: Suspicion, Intimacy and the Ethnics of State-Building* (Philadelphia: Univ. of Pennsylvania Press, 2009): 24–47.

⁷⁶ O espírito do Xico continua vivo em 'Nhoca Jr. – O Filho do Xico,' uma figura de banda desenhada apresentada semanalmente no Sacana; suplemento Humorístico do Savana, No. 106, 15 de Julho de 2005.

⁷⁷ Ricardo Rangel, *Pão nosso de cada noite; our nightly bread*, [Textos de Calane da Silva, José Craveirinha, José Luís Cabaço, Luís Bernardo Honwana, Nelson Saúte e Rui Nogar] (Maputo: Marimbique, 2004); Aldino Muianga, *Meledina (ou a história duma prostituta)* (Maputo: Ndjira, 2004).

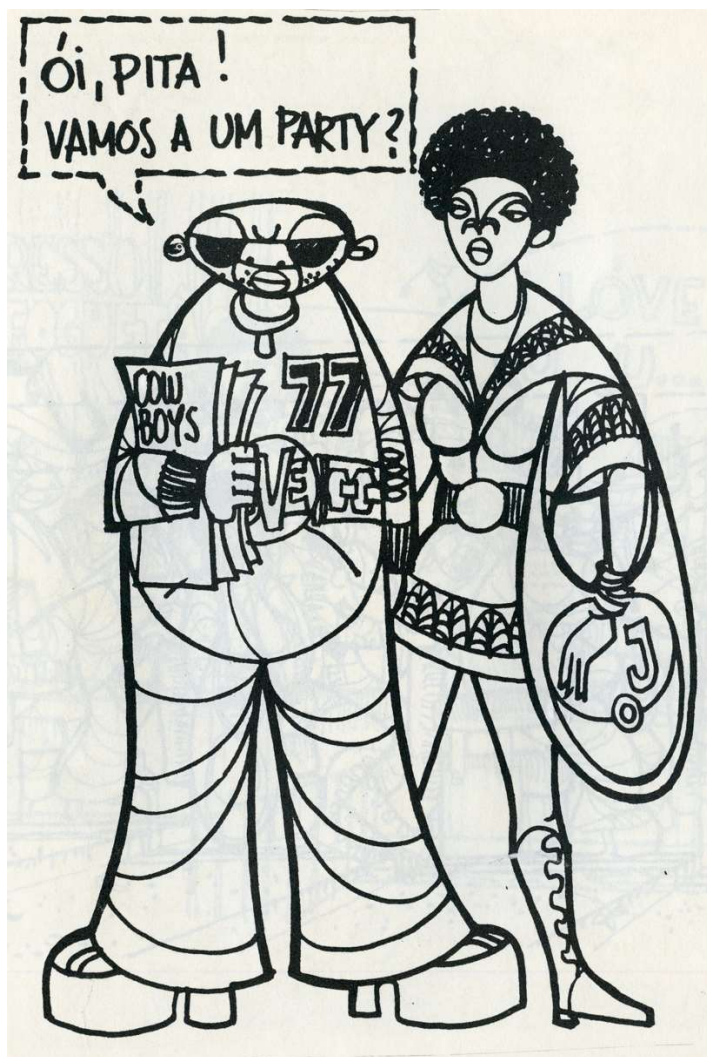


Figure 4 O Xiconhoca e a Pita, 1977
(Crédito: Frelimo, *Xiconhoca o Inimigo* (Maputo: Frelimo, Edição do Departamento de Trabalho Ideológico, 1979))

As declarações da Frelimo sobre as mulheres e as trabalhadoras orgulhosas e confiantes promoveram essas qualidades nos narradores deste estudo? O Presidente Samora Machel da Frelimo reconheceu orgulho e confiança entre as trabalhadoras, agricultoras e vendedoras de caju dos mercados e, portanto, celebra-as?⁷⁸ É difícil saber com certeza se as alocuções públicas de Machel influenciaram os testemunhos recolhidos nessa era. Machel morreu num acidente de aviação seis anos antes.⁷⁹ É claro que algumas mulheres moçambicanas deixaram as suas famílias para se juntarem à Frelimo, algumas deixaram os seus maridos violentos ou não apoiantes para procurarem trabalho assalariado, e algumas demonstraram ter bastante orgulho e autoconfiança nos seus locais de trabalho antes de Samora Machel elogiar as trabalhadoras fabris pelo seu trabalho. Teriam as mulheres enquadrado as suas narrativas da mesma maneira sem o potencial reforço de confiança do discurso da Frelimo?⁸⁰

De acordo com a pesquisa de Vail e White, o autoritarismo, intervencionismo e burocracia do estado colonial tardio, tinham de facto amarfanhado a confiança e a iniciativa dos trabalhadores moçambicanos nas plantações de Quelimane. Apesar de o Presidente da Frelimo, Samora Machel, ter apelado à iniciativa criadora dos trabalhadores e agricultores, Vail e White afirmam

⁷⁸ Richard Roberts, 'History and Memory: The Power of Statist Narratives,' *IJAHS*, Vol. 33, No. 3 (2000): 513–22.

⁷⁹ Allen Isaacman realça a recolha oral em 'Colonial Mozambique, an Inside View: The Life History of Raúl Honwana,' *Cahiers d'Etudes Africaines*, XXVIII, 1, 109 (1988): 60–2; Centro de Estudos Africanos, *Oficina de História, Não Vamos Esquecer!* Vol. I, Nos. 1 and 2/3, 1983.

⁸⁰ Sheldon, *Pounders of Grain* trata algumas destas questões.

que a herança da Frelimo era um padrão de dependência que não seria facilmente transformado.⁸¹ O governo da Frelimo organizou conselhos de produção dos trabalhadores e nomeou organizadores políticos, chamados Grupos Dinamizadores, para ostensivamente encorajar e estimular iniciativas dos trabalhadores. A transição da resistência ao colonialismo para apoio à independência não foi isenta de problemas.

Muitos supervisores da era colonial deixaram a fábrica de caju imediatamente a seguir ao golpe militar de 1974 ou durante a transição para a independência. Os conselhos de trabalhadores denunciavam os abusos dos supervisores de todas as etnias e cores. As pessoas que insultavam ou destrataavam os trabalhadores na era colonial, menosprezando-os pelas suas roupas e comportamentos, eram confrontadas, acusadas e castigadas.⁸² Nalguns casos, a fuga dos portugueses foi precedida de actos de sabotagem, desvios de dinheiros e fraudes monetárias, mas, em todos os casos, o êxodo dos gestores, pessoal especializado e de nível superior, causou a ruptura e a confusão.⁸³ A Frelimo nacionalizou a Caju Industrial de Moçambique em 1979, em parte para pôr fim à continuada fuga de capitais, fraude e sabotagem.⁸⁴

Embora a Frelimo tenha incitado a iniciativa dos trabalhadores, nem todos os trabalhadores tinham o tipo de iniciativa que agradava à Frelimo. Algumas pessoas tiraram partido da confusão para tentar defraudar a indústria do caju, os trabalhadores e o estado. Numa fábrica em que mais de 80 por cento da força de trabalho era de sexo feminino, foi interessante notar que todas as pessoas detidas e presas em 1978 por roubo de dinheiro dos trabalhadores, desvio de dinheiro da cantina, fundos de funerais, dinheiro do caixa e dos salários da sede foram homens.⁸⁵ Enquanto a maior parte das mulheres achava confrangedor confrontar os homens da fábrica um a um, o facto de as mulheres serem a maioria e muitas terem adquirido experiência como chefes de equipa facilitava uma melhor liderança.

Fossem quais fossem os desafios do momento histórico da narração, as mulheres situaram a mudança do colonialismo para a independência em torno do respeito pela dignidade humana, sublinhando particularmente as indignidades da era colonial que tinham deixado de ocorrer. Carolina Manelele explicou:

Na era colonial, havia pouco respeito pelas pessoas e as suas vidas. As mulheres tinham de voltar imediatamente ao trabalho depois do parto. *Isso já não acontece*. Agora, quando morre alguém da família, um representante da fábrica vem prestar respeito. Dão-nos tempo. Antigamente, o teu filho ou marido morria e tinhas de vir trabalhar. *Isso já não acontece*. Agora há respeito; os dirigentes sabem dizer '*xawani vamamana*' [saudação de respeito a uma mulher adulta].

Cristina Muzamane lembra: 'Quando o meu filho morreu, fui mandada voltar ao trabalho antes de termos tido uma cerimónia de luto adequada. No dia seguinte à morte do meu sobrinho, tive de deixar toda a gente que nos tinha vindo consolar para voltar ao trabalho. Nesse tempo, o chefe dizia - "Porque foste ao hospital em vez de vires trabalhar?", Isso já não acontece.'⁸⁶

Muitos reformados ficaram reconhecidos pelos benefícios. 'A Frelimo ajudou-nos... graças à Frelimo temos uma pensão de reforma.'⁸⁷ Mas também viveram as dificuldades com entusiasmo, como notou Saquina Malassanhane, 'esta independência é muito difícil para nós.'⁸⁸ O respeito e a dignidade eram cruciais, mas, tal como o prestígio, não se comem. Todas as pessoas concordaram com a comparação de Amélia Chiconela, 'o que era importante era ter o que chegasse para

⁸¹ Vail e White, *Capitalism and Colonialism*, Cap. 9; Pitcher, *Transforming Mozambique*, Cap. 1.

⁸² TO, Marta Moiana, 9 de Julho de 1993, CIM / M.

⁸³ Penvenne, 'A Tapestry of Conflict,' 246–59.

⁸⁴ Sobre a nacionalização da indústria do caju pela Frelimo, ver: Pitcher, *Transforming Mozambique*; Pereira Leite, 'A Guerra do Caju,' 294–332; Hanlon, 'Power without Responsibility,' 29–45; Cramer, 'Can Africa Industrialize?' 1247–49.

⁸⁵ 'O Partido – A Luta,' 15–20.

⁸⁶ TO, Carolina Mundao Manelele e Cristina Muzamane – testemunho conjunto, 4 de Junho de 1993.

⁸⁷ TO, Ester Tafula, 3 de Junho de 1993.

⁸⁸ TO, Saquina Malassanhane, 13 de Julho e 26 de Maio 1993.

comer', mas muitos outros continuaram: 'Na era colonial passávamos mal, mas comíamos. Agora não sofremos, mas também não conseguimos comer bem.'⁸⁹ Julieta Mulungu elaborou: 'eu agradeço a oportunidade de vos contar como trabalhei durante o colonialismo, porque passei mal para criar os nossos filhos, mas não era como agora. Eu só ganhava 240 escudos [por mês] – e muitas vezes não recebia tudo – mas o dinheiro chegava para comermos. Já não tenho filhos pequenos, mas os meus netos vão ficar a saber por este testemunho, como se pudessem ver as nossas barrigas por dentro, como se estivessem a olhar através de uma vidraça, vão ver como vivíamos e o que comíamos na altura. Não tínhamos fome como agora.'⁹⁰

As descascadeiras de caju da era colonial ganhavam o salário legal mais baixo do município, e muitas não chegavam a conseguir sequer isso. O escudo da era colonial mantinha o seu valor, em grande parte porque o estado se preocupava com o bem-estar dos pobres brancos. Quando o custo de vida subia, a camada mais baixa dos funcionários do estado português fazia ouvir um uivo político. Essa pressão forçou vários aumentos graduais para os trabalhadores de salário mínimo entre 1945 e 1970. Quando possível, as mulheres suplementavam os seus salários cultivando pequenos talhões de alimentares ao fim-de-semana. Desenvolvendo várias estratégias, as mulheres que tinham apenas um ou dois filhos conseguiam normalmente cobrir os custos de alimentação, renda e água, mas as mulheres com famílias mais alargadas tinham de lutar duramente.⁹¹

No que se refere às mudanças que a independência trouxe, as mulheres jovens com famílias jovens deram prioridade à importância das férias de parto e por doença, enquanto pessoas de todas as idades valorizaram as dispensas para funerais e chorar os mortos: 'Durante a era colonial, o mais difícil para as mulheres era que não tínhamos direito a férias de parto, mas quando ficámos independentes a Josina Machel libertou as mulheres e isso mudou.'⁹² Josina Machel, mulher do Presidente da Frelimo, Samora Machel, morreu três anos antes da independência, mas com a confluência comum de pessoa, prática e lugar, Josina Machel veio a simbolizar o que muitas trabalhadoras sentiam ser a política pró-mulher da Frelimo.⁹³ O contingente de trabalhadoras jovens era de certa forma melhor educado, mais apto e com tendência a ser local. Nalguns casos, elas eram a segunda ou terceira geração de descascadeiras de caju, trabalhando junto com mães, avós e filhas. Não é de surpreender que, com as suas vidas ainda pela frente, as mulheres mais jovens vissem mais vantagem e possibilidade de mudança com a independência do que as mais velhas. Com homens e mulheres mais especializados e mais educados em posições de chefia na Caju, a reputação de toda a força de trabalho melhorou.⁹⁴

Resumindo, eu certifiquei este projecto de pesquisa oral tanto nos Estados Unidos como em Moçambique. Consultei moçambicanos a nível do estado, dos arquivos, da universidade e da fábrica, relativamente a todas as fases da estratégia que propus. Colegas moçambicanos e pessoas em posições de poder providenciaram conselhos e, em última análise, autorizaram e apoiaram o projecto. A moçambicana Joaquina Boane Machava foi assistente do projecto de história oral e trouxe uma grande energia positiva à tarefa. A força de trabalho e os reformados da Caju Industrial de Moçambique na Matola e no Chamanculo foram claramente o centro do projecto. O testemunho das mulheres e as suas perspectivas sobre o passado formaram-se pelas suas experiências acumuladas até ao momento da narração. As suas experiências, idades, personalidades e posições sociais, influenciaram as visões que resultaram e, mais uma vez, elas foram as sobreviventes.

⁸⁹ TO, Amélia Chiconela, 17 de Maio de 1993; Laura Tsomba, 21 de Maio de 1993; e Saquina Malassanhane, 13 de Julho e 26 de Maio de 1993; Ofelia Manana Mbebe, 4 de Junho de 1993.

⁹⁰ O Escudo era a moeda portuguesa do tempo colonial. A moeda actual chama-se Metical, plural, meticais. TO, Julieta Mulungu, 20 de Maio de 1993.

⁹¹ Capítulos 3 e 4 abaixo e TO, Laura Tsombe, 21 de Maio de 1993; Julieta Mulungu, 20 de Maio de 1993; Ester Tafula, 3 de Junho de 1993; Elina Mulungu, 4 de Junho de 1993.

⁹² TO, Cristina Duzenta Cuambe, 17 de Maio de 1993.

⁹³ Sheldon, *Pounders of Grain*; Vail and White, *Capitalism and Colonialism*.

⁹⁴ TO, Luis Guila Muhale, 29 de Junho de 1993, CIM/M.

Estrutura e argumentos

Enquanto, tipicamente, os registos publicados e de arquivo ignoraram, distorceram e apagaram provas da agência e produtividade das mulheres urbanas africanas, as narradoras deste processo afirmaram energeticamente que deram uma importante contribuição para a plena expansão da economia do caju na era colonial, a vitalidade do sul de Moçambique e dos bairros africanos de Lourenço Marques. As suas narrativas e cantigas fornecem perspectivas ricas, divertidas e de uma astúcia profunda sobre migração, trabalho urbano e história social no período final da era colonial. Elas revelaram temas importantes que ligavam as experiências de muitas mulheres e também as formas como elas lutavam fundamentalmente umas com as outras. O testemunho das mulheres constitui a nossa âncora, mas um leque vasto de outras fontes providencia contexto e suporta o objectivo de veicular uma história muito mais abrangente.

O Capítulo 1, 'Um Século de Contestação à volta do Caju', faz uma introdução à economia do caju da região. Explica as muitas formas como a planta do caju e os seus subprodutos foram desenvolvidos de um modo geral e, em particular, pelas mulheres moçambicanas. Embora a política colonial portuguesa tenha acabado por promover alguns aspectos da economia do caju, há muito que tinha proscrito outros. Este capítulo pormenoriza três argumentos que se prolongam pelos capítulos subsequentes. Primeiro, o caju que as mulheres colhiam para segurança alimentar e para o fabrico de bebidas alcoólicas, continuava a ser importante para os produtores e consumidores africanos de formas que os indicadores da economia padronizada não conseguiam analisar. As narrativas insistem numa abordagem à economia do caju como um tecido abrangente. Segundo, os produtores africanos e os trabalhadores das fábricas de caju eram sistematicamente defraudados no seu direito a uma compensação mínima pelos cajus que produziam, vendiam e processavam na economia de mercado formal. Os camponeses e os comuns trabalhadores moçambicanos subsidiavam substancialmente os lucros do caju que outros metiam ao bolso. Terceiro, os papéis persistentes das mulheres no lugar económico e social do caju como comida e como bebida, nas áreas sobrepostas das economias da família, da oferta e do processamento informal e industrial do caju, eram essenciais. As mulheres eram não só a mão de obra principal do descasque industrial da castanha de caju, como também plantavam a maior parte do cajual do sul, tomavam conta das árvores, colhiam a castanha, fabricavam e vendiam bebidas alcoólicas de caju que sustentavam as redes familiares de apoio, muito mais previsíveis do que os pagamentos e os salários da economia de mercado. Muitas mulheres participavam simultaneamente nestas arenas sobrepostas de produção e consumo de caju.

O Capítulo 2, 'Tarana: História a partir da Fábrica', abre com a cantiga de lamento de Oselina Marindzi: 'Oh, ai de mim! Oh, para onde devo ir? Oh, como posso lá chegar?'. Ela colocava as questões que tinham em mente todas as mulheres que deixavam as suas casas rurais por Tarana: 'o que será de mim, se partir?'. O Capítulo 3 explora mais cabalmente o processo de migração mais abrangente, mas é necessariamente introduzido aqui. A cantiga de lamento de Marindzi e a cantiga de Filomena Mataya sobre o estoicismo de ficar num 'lugar ermo e vazio', capta os dilemas essenciais que foram profundamente roteirizados nas narrativas de migração e da condição de mulher.

Este capítulo descreve de perto as vivências de Tharani que lançaram os alicerces permanentes da incipiente indústria de descasque de caju, e segue as mudanças notáveis que tiveram lugar quando os investidores portugueses tomaram conta nos anos sessenta. Os testemunhos das trabalhadoras revelam a natureza de cada uma das áreas distintas de trabalho e dos seus padrões de contestação e solidariedade. Apesar dos parâmetros estreitos da sua autoridade, as mulheres apropriaram-se dos seus espaços através de padrões de denominação, atribuição de significados e estratégias para partilha de cargas de trabalho. Elas desenvolveram uma linguagem contra-hegemónica que assegurava as suas próprias interpretações da vida quotidiana. As mulheres tiveram de fazer compromissos penosos para aguentarem o ritmo do trabalho sazonal e os esforços da gestão para as enganar nos salários. Elas tanto tinham orgulho na sua contribuição para a indústria como ficavam revoltadas pelo abuso de que eram vítimas às mãos dos

supervisores, da indústria e do governo. O seu testemunho confronta directamente a atitude paternalista da era colonial relativamente à sua contribuição. É uma história que nunca tínhamos ouvido.

O Capítulo 3, 'Migração – Caminhos da Pobreza até Tarana', confirma que o empobrecimento rural e a ampla emigração masculina da década de 1950, levaram algumas mulheres e os seus filhos além da sua capacidade de se adaptarem. Confirma a importância histórica da migração masculina do sul de Moçambique para as minas, plantações e cidades da África do Sul, mas também realça a visão de Sean Redding em como o movimento das mulheres e dos seus filhos no fazer, desfazer e tornar a fazer famílias noutros lugares, também foi uma forma de migração de mão-de-obra.⁹⁵ Considerar o movimento de mão-de-obra num leque maior de possibilidades, num campo único de análise, aumenta a conectividade e retém a análise das mulheres e do seu trabalho. Mapeia os caminhos das mulheres desde a pobreza rural até ao piso da fábrica em Tarana, e identifica os padrões que as levaram a deixar a enxada da machamba e a lutar pela enxada da cidade. Quem partiu? Porquê? Para onde foram? Como? Quem ajudou e quem atrasou o processo de migração? Que significado atribuíram as mulheres ao seu movimento?

Com tantos homens adultos do sul do Save cronicamente ausentes, as mulheres rurais enfrentaram uma grande sobrecarga de trabalho e a erosão do apoio económico, social e emocional. As mulheres recordaram ter partido quando atingiram um ponto de saturação. A certa altura, elas simplesmente não conseguiam ver como a sua situação poderia mudar para melhor – as coisas estavam mal e havia pouca esperança de que viessem a melhorar. A literatura académica sugere que as mulheres que vivem em sociedades patrilineares e se mudam, quando casam, para ir viver na linhagem dos seus maridos, sentem a mudança como desfavorável ou ambígua. Embora fosse esse, sem dúvida, o caso de muitas, não era essa, de forma alguma, a história toda. As mulheres desenvolviam uma grande diversidade de reivindicações e recursos para seu próprio benefício em pelo menos três linhagens: a dos pais, a das mães e a dos maridos.⁹⁶ Elas aprendiam com a experiência de outras que viviam em linhagens diferentes. As mulheres têm mais capacidade e motivação para desenvolver reivindicações em múltiplas linhagens do que os homens e isso, mais que uma desvantagem, pode ser uma vantagem criativa.

O Capítulo 4, 'Vidas à volta da Subsistência – as crianças não são como as galinhas', investiga os dilemas centrais que a maior parte das mulheres enfrentava ao tentar gerir o trabalho da fábrica, as tarefas domésticas e cuidar das crianças. O título é tirado da observação de Rabeca Notiço: 'as crianças não são como as galinhas, não se as pode simplesmente deixar no quintal para os vizinhos lhes darem de comer.'⁹⁷ As histórias dos homens sobre as suas vidas de trabalho raramente mencionam os seus filhos. As histórias das vidas de trabalho das mulheres centram-se normalmente nos seus filhos. Elas elaboravam um conjunto de estratégias para garantir o cuidado das crianças através de redes familiares e do apoio da fábrica. Toda a gente aprendia a fazer render os seus salários através de investimentos no sector informal, da família e da oferta, para alimentar, vestir e educar os seus filhos – normalmente por essa ordem. Muitas narradoras insistiam em que os seus filhos 'não tinham pais'.⁹⁸ O Capítulo 4 foca mais nitidamente os homens que viviam com mães sozinhas e investiga a política colonial relativamente às famílias urbanas africanas, no que diz respeito às grandes diferenças de enquadramento dos bónus para os ganha-pães da família, por um lado e, por outro, as penalizações que as mulheres chefes-de-família pagavam pela sua fertilidade, e os papéis dos cuidadores dos mais novos e dos doentes.

A secção final apresenta a nossa terceira cantiga pedra-de-toque, de Mindawu Bila, e pausa para sublinhar a riqueza e os desafios da história falada e cantada que ainda não foram totalmente assumidas. Se quisermos entender a história e a experiência das mulheres, teremos de ouvir e

⁹⁵ Sean Redding, 'South African Women and Migration in Umtata, Transkei, 1880–1935', In Kathleen Sheldon, ed. *Courtyards, Markets, City Streets, Urban Women in Africa* (Boulder: Westview Press, 1996): 31–46.

⁹⁶ José Fialho Feliciano, *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique* (Maputo: AHM, 1998): 442ff; Ana Maria Loforte, *Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique* (Maputo: Promédia, 2000).

⁹⁷ TO, Rabeca Notiço, 24 de Maio de 1993.

⁹⁸ TO, Elina Chivavale Mulungu, 4 de Junho de 1993.

trabalhar com este material da mesma maneira que trabalhamos com os documentos coloniais e a imprensa. A cantiga de Bila junta migração, aspectos dos cuidados com as crianças e os desafios mais amplos enfrentados pelas famílias africanas urbanas. A cantiga documenta continuidade, mudança e criatividade, das maneiras sábias com que as mulheres seleccionavam de entre o que se lembravam dos seus passados, para cantar uma visão de um futuro imaginado.

O Capítulo 5, 'Famílias Urbanas Africanas na Era Colonial Tardia', estende a análise da fábrica à comunidade. As mulheres de Tarana, como a grande maioria da população africana da cidade, viviam em zonas especificamente destinadas a serem impermanentes.⁹⁹ Os chamados bairros de caniço de Lourenço Marques eram bairros de casas construídas em caniço (canas ou juncos), capim, chapas metálicas, estacas de madeira e outros materiais precários. Os bairros de caniço estendiam-se para lá da estrada circular que literalmente cercava as estruturas de cimento e aço do coração da cidade.¹⁰⁰ Este capítulo compara os pressupostos da administração colonial e municipal sobre a vida socioeconómica nesses bairros com as experiências quotidianas transmitidas pelas narrativas das mulheres e documentadas pelos poucos estudos realizados nessa era.¹⁰¹ Conclui que os bairros tinham as suas próprias estruturas, ordens e ritmos, que a municipalidade e as autoridades coloniais liam como desordem e, portanto, não conseguiam ver nem entender.¹⁰² Também conclui que a chocante negligência da municipalidade relativamente a serviços e instalações nos bairros africanos contribuía directamente para as doenças e morbidade que significavam que as mulheres, mães, irmãs e filhas permanecessem em casa, doentes elas próprias ou cuidando de doentes, em vez de irem trabalhar. O que os empregadores chamavam de absentismo deve ser visto de um ponto de vista alternativo.

As uniões de facto ou parcerias, chamadas de amancebamento, eram generalizadas, complicadas e mal-interpretadas. Do ponto de vista da lei colonial para as mulheres africanas, o acesso legal e social mais seguro à residência urbana era por meio de um casamento formalmente sancionado com um homem que tivesse um emprego. Não é, portanto, de surpreender que as uniões de facto fossem frequentemente tidas como desvantajosas para as mulheres, mas as narrativas das mulheres questionam essa visão. Muitas mulheres tinham pouca esperança no apoio dos homens e tinham tido experiências de violência e instabilidade com parceiros íntimos. Ter acesso seguro a casa própria, filhos e posses era um factor importante na preferência sólida de algumas mulheres em chefiarem as suas próprias famílias e em se amancebarem. É claramente difícil, sempre, manter fronteiras entre intimidade, companhia e controle. As narrativas revelam que as mulheres aspiravam a controlar o que era básico para os seus filhos e a sua segurança.¹⁰³

A Conclusão – 'Perspectivas de Género sobre Trabalho, Família e Autoridade', retoma o trabalho, a família, a definição de reivindicações de posse e autoridade, e lembra o que as

⁹⁹ Karen Tranberg Hansen e Mariken Vaa, eds, 'Introduction', 'Reconsidering Informality: Perspectives from Urban Africa (Uppsala, Nordiska Afrikainstitut, 2002): 7–24.

¹⁰⁰ Exceptuando as padarias e as mercearias (também chamadas cantinas) que a lei exigia que fossem construídas em alvenaria, a construção permanente era limitada ao centro da cidade ou 'cidade de cimento'.

¹⁰¹ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' Hilary Flegg [Mitchell] e W. Lutz, 'Report on an African Demographic Survey,' *Journal of Social Research [South Africa]* 10 (1959): 1–24; Norberto Teixeira Santos, 'Avaliação Nutricional da População Infantil Bantu (0–5 Anos) de uma zona suburbana da Cidade de Lourenço Marques,' *Revista de Ciências Médicas [Lourenço Marques]* 17 (Ser. B) (1974) (Lourenço Marques: Tipografia Académica, 1975); 'Inquérito habitacional realizado no bairro da Munhuana,' *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, 72 (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

¹⁰² A observação de Henri Bergson de que a 'desordem é meramente a ordem que não se procura,' e a observação semelhante de James C. Scott sobre a legibilidade oficial, são ambas úteis neste caso. Henri Bergson (citado por Schuman) in Louise G. White, *Political Analysis: Technique and Practice* (Belmont: Wadsworth Publishing Co. 1994): 211; James C. Scott, *Seeing like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition have Failed* (New Haven: Yale University Press, 1998).

¹⁰³ TO, Rabeça Notião, 24 Maio 1993. Estudos da África do Sul à Tanzânia corroboram esta mudança. Lee, *African Women and Apartheid*, 104; Margarida Paulo, Carmeliza Rosário, et al., 'Xiculungo'. *Social Relations of Urban Poverty in Maputo, Mozambique* (Bergen: Chr. Michelsen Institute, 2007): 4–5; Paulo, Rosário et al., 'Xiculungo' Revisited: Assessing the implications of PARPA II in Maputo, 2007–2010, (Bergen: Chr. Michelsen Institute 2011), Bender Shetler, 'The Gendered Spaces,' 304.

narrações nos ensinaram. Pôr as mulheres no centro de uma narrativa histórica muda necessariamente muitos pressupostos incorporados sobre a política de trabalho colonial, hierarquia económica e agência social. As experiências das mulheres em matéria de migração, trabalho urbano e famílias, começavam frequentemente pelos agregados nucleares: como se fizeram, desfizeram e refizeram. As suas abordagens à demarcação das reivindicações para garantirem o reconhecimento dos seus direitos e interesses nas linhagens dos seus pais e dos seus parceiros, somadas às parcerias urbanas que procuravam e asseguravam, eram robustas, inovadoras e frequentemente bem-sucedidas. Os múltiplos investimentos e reciprocidade de ajuda das mulheres em relações pessoais através das economias doméstica, da oferta, informal e formal, eram centrais aos seus esforços de vida para construir capital social e material.¹⁰⁴ As mulheres que tinham as redes sociais mais robustas eram as mais prósperas e tendiam a construir as suas seguranças escoradas por pessoas, enquanto as mulheres que, por uma mudança de circunstâncias ou por doença, ficavam isoladas e inseguras, tendiam para uma espiral de miséria ainda maior.

As narrativas das mulheres fornecem perspectivas de género poderosas e negligenciadas sobre o trabalho na indústria urbana e a vida dos imigrantes na cidade capital, nas últimas décadas da era colonial. Ao centrar o conhecimento das mulheres, as suas experiências e interpretações sobre a indústria mais importante, a necessidade de ver a economia do caju como um tecido único torna-se evidente. Esta análise confirma as ligações entre as muitas maneiras como as mulheres trabalhavam e presta atenção às múltiplas estratégias que mantiveram vivas, no seu esforço de cuidarem de si próprias e das suas famílias. Esta análise salienta a multiplicidade de formas – também dissimuladas – por meio das quais a administração colonial e as empresas privadas espremiavam intencionalmente valor do seu trabalho, ao mesmo tempo que lhes negavam os recursos e equipamentos municipais de que precisavam para serem saudáveis e produtivas. Irónica e escandalosamente, a mesma administração colonial e empregadores que tinham colaborado para canalizar serviços de saúde e segurança para as áreas residenciais de brancos, negligenciando grosseiramente os bairros de caniço, culpavam os residentes do caniço por estarem doentes e pela perda de produtividade que essas condições inevitavelmente provocavam.

Essas conexões e desconexões não são tão óbvias se seguirmos os homens ao longo do seu trabalho e vidas quotidianas, mas é impossível não as ver se se seguir as mulheres. As experiências laborais e memórias de trabalho de homens e mulheres podem constituir-se mutuamente, mas as memórias de trabalho dos homens eram mais acessíveis aos historiadores e foram tomadas como sendo a norma com que as mulheres acabaram por ser comparadas, descobrindo-se que eram diferentes. O que o governo colonial percebia como desordem na fábrica de caju, na economia do caju e nos bairros de Lourenço Marques onde vivia a sua força de trabalho, pode bem ter sido uma importante ordem não reconhecida – uma ordem que esse governo não tinha previsto e não estava preparado para ver.¹⁰⁵ Resistindo à tentação de arrumar formações socioeconómicas e culturais organicamente desarrumadas e complicadas, chamo a atenção para as ligações através das experiências e perspectivas das mulheres.

O epílogo traça as linhas gerais da economia do caju de Moçambique entre 1975 e 2015. Salienta os factores que levaram ao declínio acentuado de Moçambique como produtor global de topo, e afirma que a contínua incapacidade de ver a economia do caju como um tecido único e de reconhecer integralmente tanto o papel das mulheres em todos os sectores da economia como o contexto socioeconómico do plantio, da colheita e do uso do caju, promove análises enganadoras e incompletas.

Finalmente, este projecto deixa muitas áreas importantes insuficientemente exploradas. Preciso de mencionar duas. Primeiro, nalgumas partes dos vizinhos da África Austral,

¹⁰⁴ As Conclusões retomam as narrativas das descascadeiras de caju como representações de género em diálogo com os pontos levantados por Bender Shetler, Gengenbach, Geiger, Vail & White, e outros: Bender Shetler, 'Gendered Spaces'; Gengenbach, 'Women Make History'; Geiger, 'What's so Feminist'; Vail & White, 'Forms of Resistance'; Vail & White, Power and the Praise Poem.

¹⁰⁵ Mais uma vez, tirado de Bergson, citado por Schuman in White, Political Analysis, 211 e Scott, Seeing Like a State.

associações espirituais e religiosas de mulheres africanas prestavam tipos essenciais de ajuda mútua, particularmente para mulheres africanas urbanas.¹⁰⁶ Na Maputo actual, essas associações estão por todo o lado e são importantes.¹⁰⁷ Durante os tempos finais da era colonial, porém, a Igreja Católica estava formalmente associada com o estado, e o estado desconfiava profundamente das igrejas Protestantes e ditas Separatistas ou Etíopes, por vezes submetendo os seus membros a assédio e muito pior.¹⁰⁸ Durante a primeira geração da independência de Moçambique, a Frelimo proscreveu formal e informalmente pessoas e grupos religiosos e espirituais e manifestou abertamente o seu cepticismo em relação aos curandeiros.¹⁰⁹ Embora o projecto de história oral tenha inquirido especificamente sobre pessoas ou instituições que pudessem ter prestado apoio aos trabalhadores ou aos seus filhos, é muito possível que, se as mulheres recebiam extras como curandeiras, ou se os grupos religiosos prestavam apoio, as mulheres podem ter escolhido não o mencionar. A maior parte das trabalhadoras disse que, quando a produção de caju estava em pleno, gastavam o pouco e precioso tempo que tinham a reproduzir e a reforçar a sua capacidade de sustentar as suas famílias – os trabalhos caseiros, tomar conta dos filhos, o pequeno comércio e a produção, preenchiam o seu tempo fora da fábrica. As mulheres mais velhas e as mulheres sem filhos podem ter tido mais tempo para as curas espirituais e as comunidades das igrejas, mas esse aspecto é, aqui, descurado.

Segundo, embora muitas mulheres falassem sobre o que pensavam ser ideal, importante e de valor duradouro, este estudo não tratou as relações simbólicas com a mesma profundidade e interesse que as relações económicas e sociais. As mulheres davam importância simbólica a possuírem a sua própria casa e a prover a subsistência dos que estavam ao seu cuidado. Bento Siteo sublinha as muitas maneiras como imagens, práticas e comportamentos culturais moldam o contar, o ouvir, o ver e o entender de muitas formas de comunicação.¹¹⁰ Eu estive presente para absorver os vários textos dos sorrisos, risos, lágrimas, hesitações, movimentos e silêncios das narradoras, mas não tenho, nem de perto, a pretensão de os ter entendido todos. Estou segura de ter perdido as significações espirituais e simbólicas entre o dizer e o ouvir. Apenas por essa razão, tenho pena de ter registado estes encontros em áudio, em vez de os ter registado em vídeo. O projecto só contribuiu com as vozes das mulheres que construíram a principal indústria de Moçambique no final da era colonial, para a história e património cultural do país. Finalmente, à luz disto, espero sinceramente que os moçambicanos, para quem as linguagens e as cadências são a língua materna e as referências simbólicas e espirituais são muito familiares, oiçam estas gravações e saiam de lá com aspectos diferentes dos que me chamaram a atenção a mim.

¹⁰⁶ Marc Epprecht, 'Domesticity and Piety in Colonial Lesotho: the Private Politics of Basotho Women's Pious Associations,' *JSAS* 19, 2 (Junho 1993): 202–225; Deborah Gaitskell, 'Devout Domesticity? A Century of African Women's Christianity in South Africa,' In *Women and Gender in Southern Africa to 1945*, Cheryl Walker, ed. (Cidade do Cabo: David Phillip, 1990): 251–72; Gaitskell, 'Wailing for Purity': Prayer Unions, African Mothers and Adolescent Daughters, 1920–1940,' *Industrialisation and Social Change in South Africa*, Shula Marks e Richard Rathbone, eds. (Londres: Longman, 1982): 338–57; Gaitskell, comp., 'Special Issue on Women in Southern Africa,' *JSAS*, 10 (1983).

¹⁰⁷ James Pfeiffer, 'African Independent Churches in Mozambique: Healing the Afflictions of Inequality,' *Medical Anthropology Quarterly*, 16, 2 (2002): 176–99; Pfeiffer, 'Money, Modernity and Morality, Traditional Healing and the Expansion of the Holy Spirit in Mozambique,' in Tracy J. Luedke and Harry G. West, eds, *Borders and Healers: Brokering Therapeutic Resources in Southeast Africa* (Bloomington: Indiana University Press, 2006): 81–100.

¹⁰⁸ Teresa Cruz e Silva, *Protestant Churches and the Formation of Political Consciousness in Southern Mozambique (1930–1974)* Introdução por David Hedges, editado por Didier Péclard (Basel: P. Schlettwein Publishing, 2001); Alda Romão Saúde, *O Intercâmbio entre os Moçambicanos e as Missões Cristãs e a Educação em Moçambique* (Maputo: Promédia, 2005).

¹⁰⁹ Alf Helgesson, *Church, State and People in Mozambique: An Historical Study with Special Emphasis on Methodist Developments in the Inhambane Region*, Teses de PhD (Uppsala: Faculdade de Teologia, Universidade de Uppsala, 1994).

¹¹⁰ Bento Siteo, 'Translation: Languages and Cultures in Contrast,' Boston University African Studies Center, African Humanities Program; Discussion Papers in the African Humanities, No 9 (1990).

1 Um Século de Contestação a propósito do Caju

‘O cajueiro é uma árvore de vício e de ruína.

Bom marquês de Pombal seria quem os mandasse arrancar a todos.’

António Enes, Comissário Régio de Portugal em Moçambique, 1893¹

‘Durante os três meses da época do caju, não há força conhecida da humanidade que faça o nativo trabalhar... eles conseguem estar constantemente embriagados.’

A.A. Freire de Andrade, Governador Geral de Moçambique, 1907–1910²

‘Não há dúvida de que o caju ganhará um lugar de destaque na economia de Moçambique, um lugar que nem mesmo os nossos melhores produtos conseguirão ultrapassar’.

Joaquim Viegas, 1952³

‘Em 1974, o rendimento associado ao comércio externo em produtos de caju compreendia 21.3 por cento do total das exportações ... nessa altura, a economia do caju superava o algodão e o açúcar, as principais culturas que davam forma à economia colonial de exportação’

Joana Pereira Leite, 2000⁴

Desde os primeiros frutos até Tarana

Entre o virar do século XX e o fim da era colonial o estado transformou a imagem que tinha da importância do cajual e da economia do caju de Moçambique. Freire de Andrade explicou, no início do século XX, o vaticínio de António Enes sobre o cajual, em fins do século XIX. Afirmava ele que a embriaguez dos africanos 'privava os agricultores europeus da mão-de-obra indígena, logo na altura do ano em que era mais necessária... além disso, precisamente quando deviam estar a plantar, os nativos não tratavam das suas próprias culturas.'⁵ Nessa altura, a administração colonial focava-se apenas num aspecto da grande e complexa economia do caju. As bebidas alcoólicas feitas a partir de caju, diziam as autoridades, não só competiam com a indústria nacional do vinho, como eram um flagelo para a produção agrícola, a saúde e a segurança pública!⁶

Enes chamava o caju de 'fruto amaldiçoado' e, pouco lhe faltando para arrancar todo o cajual nacional, fez o que pôde para desencorajar a sua propagação. Os seus colegas do início do século XX seguiram-lhe o exemplo. Em Inhambane, em 1909, foi aplicado um imposto por árvore a todas as pessoas que tivessem mais de 300 cajueiros, e o imposto duplicava para quem tivesse mais de mil árvores.⁷ A produção de álcool à base de caju foi expressamente proibida em quase todo o país, durante a maior parte do século XX. A correlação entre o caju, a venda de bebidas

¹ António Enes, citado por Eduardo Medeiros, *Bebidas Moçambicanas de Fabrico Caseiro* [Estudos, 5] (Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998): 56.

² Freire de Andrade, citado por Medeiros, *Bebidas Moçambicanas*, 90.

³ Joaquim Viegas, ‘Problemas Agrícolas em Moçambique: A Castanha de Caju: Mecanização Industrial e a sua Influência na Estrutura Económica de Moçambique,’ *Império*, (Março / Abril, 1952): 9, 85–8.

⁴ Pereira Leite, ‘A Guerra do Caju,’ 295.

⁵ Freire de Andrade, citado por Medeiros, *Bebidas Moçambicanas*, 90.

⁶ Por exemplo, ‘... todos vimos como [o fruto do caju fermentado] estragou a saúde do nativo. Os nativos mantêm um estado de embriaguez permanente durante a época.’ Tarquinio Hall, ‘Entrevista com Sr. Engº. Gomes e Sousa,’ *Império* (4 Ago. 1951):16.

⁷ Série sobre caju no *Notícias*, 15, 16, 17,19 e 20 Dez. 1966, cit. 16 Dez. 1966.

fermentadas ilegais, a embriaguez e o absentismo dos trabalhadores continuou a ser mais que um leitmotiv na correspondência e relatórios coloniais e dos missionários, principalmente na Secretaria dos Negócios Índigenas, o aparelho burocrático colonial encarregue da supervisão das vidas e empregos da maioria da população. Desde o início dos anos 1950, porém, que o governo e os investidores locais promoveram o caju como estando entre 'as grandes riquezas de Moçambique', especialmente promissora para a exportação.⁸ O negócio do consumo de bebidas alcoólicas de caju continuou a ser uma preocupação importante, mas principalmente para a polícia e as comunidades religiosas que as tentaram abolir.

A economia de exportação do caju desenvolveu-se como parte do comércio rural e do comércio de exportação, ligada em grande parte a comerciantes indianos em Moçambique, como Jiva Jamal Tharani. À medida que um pequeno grupo de empresários forjava o desenvolvimento da indústria de descasque de caju, no início dos anos 1950, a atenção do governo acabou por mudar da supressão das bebidas de caju para a venda de castanha de caju e o processamento industrial de subprodutos do caju. Joaquim Viegas instou o estado a apoiar os empresários portugueses, esperando aproveitar uma oportunidade na economia de exportação de caju.⁹ Quando isso acabou por acontecer, nos anos 1960, já existia uma indústria nacional de descasque de caju bem estabelecida, em grande parte liderada por indianos. Portugueses, indianos, italianos, sul-africanos e outros investidores internacionais acabaram por escorar investimentos na 'riqueza' do caju moçambicano. A mudança do perfil manufactureiro e industrial de Portugal, as suas ligações mais próximas à Europa e os esforços para internacionalizar o investimento de capitais à vista das insurreições armadas em todas as suas colónias africanas, juntaram-se para encorajar novas políticas no sentido da industrialização em Moçambique e potenciaram o apoio do estado ao processamento do caju.¹⁰

Desde os anos 1930 que a Tharani & Company vinha comprando caju em casca aos camponeses por todo o sul de Moçambique e exportava-o como matéria-prima para fornecer a grande indústria de descasque de caju da Índia. A empresa de Tharani fazia parte de uma extensa rede de comerciantes indianos, retalhistas de pequena e grande escala, grossistas e exportadores que trocavam mercadorias manufacturadas e processadas por produtos agrícolas africanos, por todo Moçambique.¹¹ A partir de finais do século XIX, as redes de pequenas lojas rurais, chamadas cantinas, maioritariamente pertencentes a indianos, eram a linha da frente nos esforços de comercialização agrícola em Moçambique. Como veremos, nos anos 1940 Tharani experimentou descascar caju a partir de uma indústria rústica de esquina de rua em Lourenço Marques. Em 1950, a empresa fundou a primeira grande fábrica mecanizada de descasque de caju

⁸ Em finais da década de 1960, Rita-Ferreira opôs-se à perseguição policial 'irracional' às bebidas de caju e outras, e promoveu o seu valor nutritivo, 'Os Africanos', 440; 'As grandes riquezas de Moçambique; A castanha de caju e seus derivados', Lourenço Marques Guardian, 29 Jan. 1948.

⁹ Viegas, 'Problemas Agrícolas', 9, 85–8; José de Oliveira Boleo, 'Conversa inconfidencial sobre castanha de caju,' Notícias, 1 Jun. 1950; José Soares Rebelo Domingos, 'Moçambique pode e deve marcar uma posição no comércio de castanha de caju,' Notícias, 19 Ago. 1952.

¹⁰ Malyn Newitt compara os interesses de Portugal num leque de culturas e conclui que, basicamente, o chá e o caju foram lançados e vingaram apesar do desinteresse do estado, *A History of Mozambique*, 454ff; Newitt, 'The Late Colonial State,' 110–22; Pereira Leite, 'A economia do Caju,' 640ff; Martin Schaedel, 'The Growth and Consolidation of a Mozambican Proletariat in the Last Phase of Colonial Rule,' [daqui em diante 'Last Phase of Colonial Rule.'] Excerto traduzido por Gottfried Wellmer e editado por David Hedges a partir de *Eingenborenenem Arbeit: Formen der Ausbeutung unter der Portuguisischen Kolonial herrschaft in Mosambique (Colonia Dahl-Rugenstein Verlag, 1984)*; David Hedges, 'Protection, Finance and integration in Colonial Mozambique, 1920–1974,' artigo não publicado, Conferência SIAS, Financial Institutions in the Political Economy, Bergen 11–14, Junho 1998; David Hedges, 'Transition and Reform, 1957–1966/67: Contradictory Perspectives for Colonial Defense and Development,' artigo não publicado, Maputo: UEM, 1993. O meu agradecimento a David Hedges por realçar o trabalho de Schaedel e pela permissão de citar o seu trabalho não publicado.

¹¹ Susana Pereira Bastos, 'Indian Transnationalisms in Colonial and Postcolonial Mozambique,' *Stichproben; Wiener Zeitschrift für Kritische Afrikastudien*, 8 (2005): 277–306.

de Moçambique, no bairro do Chamanculo, na capital.¹² Em 1951, a Tharani & Cia. Reivindicava ser '... a única fábrica da Província de Moçambique dedicada ao negócio de descasque e processamento de castanha de caju, óleos de caju e derivados da casca.'¹³

Fosse caseiro ou mecanizado, na Índia ou noutra lugar, o descasque de caju dependia bastante de 'dedos ágeis', para realizar os necessários processos de descasque, limpeza e selecção. Em Moçambique e na Índia, a maior parte desse trabalho manual era realizado por mulheres.¹⁴ Em 1974, quando a era colonial chegava ao fim, Moçambique tinha onze fábricas de descasque de caju em produção, de norte a sul, e mais três em construção. A indústria empregava mais de 17,000 pessoas e desenvolveu-se de maneiras diferentes no sul e no norte. Embora a sua trajectória global seja apresentada mais adiante, o enfoque aqui é na indústria do sul e, especificamente, na maior fábrica, a Caju Industrial, no bairro do Chamanculo, em Lourenço Marques.

Por um breve momento, no crepúsculo da era colonial, a indústria do caju constituiu a fonte mais importante de moeda externa de Moçambique, mas ao longo de toda a era colonial, o caju providenciou alimento valioso e bebidas alcoólicas altamente valorizadas para a maioria da população, nas economias da família, da oferta e informal.¹⁵ Enquanto, no início do século XX, a administração colonial promoveu o arrancamento dos cajueiros para impedir que a maioria da população gozasse do seu fruto, no fim da era colonial promoveu a grande expansão do cajual nacional para a exportação da castanha e subprodutos, com pouquíssimas menções a bebidas de caju. O consumo de caju e de bebidas de caju pelos moçambicanos, porém, não diminuiu ao longo do tempo.

Anatomia do caju: Pseudofrutos, nozes, amêndoas e toxinas líquidas

O descasque do caju nunca deu dinheiro fácil a ninguém. Quer se trate do processamento das nozes para consumo caseiro, oferta, vendas locais, quer da produção industrial, o descasque do caju é tão carregado de riscos, nocivo, demorado e complicado, que é difícil imaginar porque as pessoas se dão a todo esse trabalho. Este capítulo apresenta o fruto do caju, o cajual e a sua diversificada economia, desde a apreciação familiar e da oferta das bebidas durante a época dos primeiros frutos, a chamada época de *ucanhé*, até ao descasque industrial e à economia de exportação. Explora a atitude esquizofrénica do governo, com a atenção obsessiva às bebidas alcoólicas de caju no início do século e a mesma atenção obsessiva ao descasque do caju para exportação quando já se punha o sol da era colonial. Apesar da atenção dividida do governo, o capítulo apresenta a economia do caju como um 'tecido único'. Os moçambicanos dependiam do fruto e da amêndoa do caju para a sua segurança alimentar, das bebidas alcoólicas para consumir em casa, partilhar como ofertas, e das bebidas e castanhas para vender a dinheiro. Todos os aspectos eram importantes, mas a transformação do fruto em aguardente de caju era provavelmente o que mais rendia. Quem plantava, tratava e colhia os cajus tinha sempre a escolha de o fermentar, comer, destilar, oferecer ou vender a sua colheita. No Sul do Save, a

¹² 'Tharani & Companhia Limitada, Principal Associada de Caju Industrial de Moçambique, Lta, Lourenço Marques: A única fábrica de descasque e extracção de amêndoas, óleos e derivados de castanha de caju existente na Província de Moçambique,' *Império*, 4 (Agosto 1951) ii.

¹³ *Império*, 5 & 6 (Out. 1951); 11 & 12 (Mar. /Apr. 1952) Tharani & Company continua a ser a única fábrica de processamento de caju de Moçambique.

¹⁴ Anna Lindberg, *Experience and Identity: A Historical Account of Class, Caste and Gender among the Cashew Workers of Kerala, 1930 –2000* (Lund: Studia Historica Lundensia, 2001); Lindberg, *Modernization and Effeminization in India: Kerala Cashew Workers since 1930* (Copenhagen: Nordic Institute of Asian Studies Press, 2005).

¹⁵ Pereira Leite, 'A Guerra do Caju,' 295; Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 34.

economia do caju era importante, complexa, e estava fundamentalmente ligada aos interesses e à mão-de-obra das mulheres, e às famílias camponesas em geral.¹⁶

Carl Linaeus atribuiu ao cajueiro a denominação botânica de *Anacardium occidentale*. A anatomia e a nomenclatura do caju são complicadas e contraintuitivas. Praticamente todas as partes do fruto do caju são conhecidas por um nome diferente, dependendo da literatura e da língua. Dado que a Índia e os Estados Unidos da América dominam a produção e o consumo



Figura 5 Pseudofruto do Caju com Amêndoa [*Anacardium occidentale*] (Créditos: url: http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3ACashew_apple_with_nut_-_Caju.jpg FileUrl: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b2/Cashew_apple_with_nut_-_Caju.jpg (Atribuição: por Ben Tavener (Flickr: Cashew fruits – Cajú) [CC BY 2.0 (<http://creativecommons.org/licenses/by/2.0>)], via Wikimedia Commons, acedido 11 Fev. 2015))

mundiais de caju, a língua de negócio dominante no comércio do caju é o inglês. O cajueiro produz um pseudofruto, que é verde em novo e vermelho quando maduro. O pseudofruto é correntemente chamado de caju ou fruto de caju. Os botânicos consideram que o fruto do caju é um falso fruto. O produto genuíno é a pequena castanha de forma estranha pegada à base do pseudofruto. A castanha tem diferentes partes e diferentes nomes. A maior parte dos moçambicanos chama castanha à noz toda. A casca dura exterior, que envolve toda a noz, contém vários produtos comerciáveis, mas o produto essencial é a alma interior, que tem aproximadamente a mesma forma estranha e a que a maior parte dos moçambicanos chama de amêndoa. O termo da indústria para o núcleo interior da castanha é amêndoa. A amêndoa é a parte comestível a que o leitor provavelmente chama de castanha do caju. É uma excelente fonte de nutrientes, com elevado teor de vitaminas, proteínas e gorduras saudáveis.¹⁷ No período colonial, tanto as nozes como as amêndoas de caju eram comercializadas e exportadas. As

¹⁶ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 1–7.

¹⁷ Carin Vijfhuizen, Carla Braga, Luis Artur and Nazneen Kanji, 'Liberalisation, Gender and Livelihoods: the Cashew Nut Case,' Working Paper 1 (English) Mozambique Phase 2: The South, Janeiro-Dezembro 2003, [daqui em diante, Kanji et al., 'Liberalisation – South'] International Institute for Environment and Development [IIED], Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Agronomia & Silvicultura (Novembro, 2003): 7.

castanhas de caju eram exportadas em bruto, sem serem descascadas – normalmente para a Índia. As amêndoas eram extraídas pelo processo de descasque da castanha e exportadas – normalmente para os Estados Unidos.¹⁸

A amêndoa é separada da casca exterior mais dura por uma membrana delicada, chamada testa, e um líquido cáustico que deve ser extraído, como parte do processo de descasque. Pelo menos, o líquido expulso tem um nome sensato. É conhecido como CNSL, iniciais do nome em inglês (*Cashew Nut Shell Liquid*), ou LCC, líquido da castanha de caju, em português. Noventa por cento é ácido anacárdico e dez por cento é cardol. O cardol, comercializado como cardolite, é usado para fazer resinas, vernizes e tintas e é um subproduto comercial importante. O valor comercial do ácido anacárdico é mais limitado. Por contacto, o ácido causa queimaduras químicas na pele e, se inalado, irrita o tracto respiratório – qualidade que, obviamente, complica o processo de descasque.¹⁹

A maior parte das estratégias de descasque envolvem a humidificação e desumidificação da castanha em diferentes estágios. As castanhas têm de ser suficientemente aquecidas para que a casca parta e expulsa o LCC, mas não o suficiente para queimar a amêndoa. A amêndoa do caju é nutritiva mesmo que seja queimada ou partida no processo de descasque, mas o produto mais apreciado comercialmente – o ideal da indústria – é a amêndoa branca maior, inteira, dita amêndoa de caju *fancy* ou *dessert*. Esse ideal da indústria atinge preços significativamente mais altos do que as castanhas mais escuras, mais pequenas, deformadas ou queimadas. Depois de separada a amêndoa da casca e extraído o LCC, segue-se, a remoção da testa da castanha, o passo de trabalho mais intensivo do processo de descasque. É difícil remover a testa sem partir a amêndoa. O objectivo de Tharani na fábrica de descasque do Chamanculo era produzir as grandes amêndoas ideais de sobremesa, mas também todos os subprodutos do caju, desde a cardolite até às migalhas das castanhas partidas, chamadas '*baby bits*'.²⁰ A dureza e a forma irregular da casca exterior da castanha, a toxicidade do LCC, a extremamente fina película que protege a amêndoa no interior, dificultam os esforços para extrair da castanha inteira a amêndoa interior limpa e intacta – é o mínimo que se pode dizer. Desde há muitos anos que este desafio vem mantendo ocupadas gerações de engenheiros, inventores, investidores e empresários.

Dado que o pseudofruto do caju amadurece antes da castanha, basicamente os camponeses têm de decidir no momento da colheita se o produto que querem é o pseudofruto ou a castanha. Se o pseudofruto é colhido antes de a castanha amadurecer, não produz uma castanha boa. Para a maioria da população, o uso preferido do pseudofruto do caju era a destilação ou a fermentação, mas também era comido como fruto, usado para fazer sumo e, se se estragava por estar verde ou demasiado maduro, era usado como forragem para os animais.²¹ A polpa do pseudofruto é uma excelente fonte de vitamina C, embora a fermentação e a destilação comprometam claramente esse valor.

Considerando a promoção que Portugal fazia dos seus vinhos nacionais, as discussões acaloradas e detalhadas sobre a rentabilidade de uma gama de produtos de caju que emergiram na imprensa de negócios a partir de meados do século XX, raramente sugeriam a destilação comercial do pseudofruto do caju. No início dos anos 1970, o estado emitiu várias licenças para empresas portuguesas e suíças explorarem a industrialização do pseudofruto do caju para a produção de sumos ou forragem para animais.²² Fazendo o balanço, porém, os proprietários e inovadores da indústria por todo o mundo interessaram-se mais pelas amêndoas de caju do que pelos pseudofrutos. Infelizmente, também se interessaram mais em proteger as amêndoas comercializáveis do que as trabalhadoras que as descascavam. Gerações de trabalhadores do caju

¹⁸ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 47ff.

¹⁹ Viegas, 'Problemas Agrícolas,' 9, 85–88.

²⁰ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 48.

²¹ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 66.

²² Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 66; Guilherme de Melo, 'A Industrialização do Caju,' Notícias, 18 Fev. 1968; 'O caju na economia de Moçambique,' Indústria de Moçambique, Vol. 4, No. 6 (1971): 171–172. Em 2005, os supermercados de Maputo vendiam embalagens de caju feitas no Brasil.

de todo o mundo, tiveram de se manter vigilantes por si próprios nesta indústria perigosa e tóxica.²³ O *Anacardium occidentale* pode ser uma planta bastante nefasta.

O cajual do sul de Moçambique

Os cajueiros são uma das muitas ofertas da América do Sul a África. São originários da região de Pernambuco, no Brasil. Desde o século XV que os marinheiros portugueses faziam circular plantas da América do Sul por todo o mundo. No século XVI, os portugueses, que chamavam ao cajueiro 'o pão e o vinho' do povo, introduziram-no nas zonas costeiras do Índico, desde Malaca até Moçambique, no sul da África Oriental. Nalgumas partes da Índia, o caju é conhecido como Parangi Andi, ou amêndoa portuguesa.²⁴

Os cajueiros responderam bem à propagação local, ao longo da planície costeira moçambicana e, no século XIX, tinham-se espalhado de norte a sul. O norte de Moçambique tem o maior cajual. Apesar dos solos geralmente arenosos e das chuvas irregulares, as árvores deram-se bem nos Distritos de Lourenço Marques, Inhambane e Gaza, no sul. O Distrito de Inhambane tornou-se o maior produtor de caju da região sul, em parte por causa de João Loforte, oficial do exército português, ter, em meados do século XIX, ignorado a atitude do governo em relação ao caju e promovido a sua propagação para destilação e para consumo das amêndoas. Ao sair da Depressão da década de 1930, as vendas de caju em bruto foram particularmente robustas em Inhambane, onde o empresário agrícola Manuel Mendes encorajou a comercialização. A imprensa captou a mudança de atitude, questionando o que diriam sobre o promissor mercado do caju as gerações de governantes que tinham advogado a destruição do cajual nacional.²⁵ Nos anos 60, o cajual da região foi apelidado de 'o ouro de Inhambane'.²⁶

No final da era colonial, o cajual nacional estava estimado em cerca de 45 milhões de árvores, a maior parte das quais no Distrito nortenho de Nampula.²⁷ Embora as árvores produzam frutos ao longo de dois ou três meses, a colheita em Moçambique prolongava-se graças à distância e à grande variação do clima entre o norte e o sul.²⁸ Com as árvores a produzir sequencialmente, as castanhas chegam ao mercado ao longo de seis meses, todos os anos, começando com a colheita do norte e terminando com a do sul.

Os institutos portugueses de investigação geraram a maior parte da informação científica e estatística sobre os cajuais de Moçambique para o período entre 1945 e 1975. Eles dedicaram uma atenção desproporcionada à produção do pequeno sector de agricultura comercial dominado por europeus, em detrimento daquilo a que chamavam de agricultura tradicional, que produzia 97 por cento da cultura de cajueiros do sul.²⁹ Os investigadores do governo definiam a agricultura tradicional por escala e género: 'machambas de pequena escala cultivadas por mulheres usando

²³ Lindberg, *Experience and Identity*; Lindberg, *Modernization and Effeminization*, 42.

²⁴ Viegas, 'Castanha de Caju,' 9, 85; Notícias, *Série sobre Caju*, 15–17, 19 e 20 Dezembro 1966.

²⁵ O Brado Africano, 30 Jan. 1937. 'O que diria o falecido Comandante Augusto Cardoso sobre o activo mercado do caju, quando advogou arrancá-los pela raiz. Pensamos que foi Manuel Mendes, da vila de João Belo, que pôs tudo isto em andamento em 1933.' O meu agradecimento a António Sopa por esta referência.

²⁶ *Série sobre caju*, Notícias, 16 Dezembro 1966.

²⁷ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 3, 7.

²⁸ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 18; Medeiros, *Bebidas Moçambicanas*, 101.

²⁹ Os mais importantes foram a Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar e a Missão de Inquérito Agrícola de Moçambique. Estimativas do Recenseamento Agrícola de Moçambique para a região sul em meados dos anos 1960, Colin Darch, 'Trabalho Migratório na África Austral; um Apontamento Crítico sobre a Literatura Existente – Análise Bibliográfica,' *Estudos Moçambicanos*, Vol. 3 (1981): 85; Mário de Carvalho, *A Agricultura Tradicional de Moçambique*, I. Distribuição Geográfica das Culturas e sua Relação com o Meio (Lourenço Marques: Missão de Inquérito Agrícola de Moçambique, 1969); Recenseamento Agrícola de Moçambique, Vol. 9 Inhambane, Vol. 10 Gaza, Vol. 11 Lourenço Marques (Lourenço Marques, 1965–66).

técnicas agrícolas rudimentares'.³⁰ A maior atenção à agricultura comercial e plantações relativamente à produção familiar, resultava num retrato distorcido do cajal e da economia.

Entre 1955 e 1960, Inhambane sozinha representava 27 por cento de toda a produção de caju.³¹ Em meados dos anos 1960, a Missão de Inquérito Agrícola do Sul do Save contabilizou mais de dezasseis milhões de cajueiros compondo o cajal das três províncias do sul (Inhambane, Gaza e Lourenço Marques), dos quais menos de 3 por cento eram propriedade e geridos por agricultores comerciais, e a sua distribuição era irregular.³² Ao contrário dos agricultores comerciais, que plantavam os cajueiros em linhas de monocultura, as famílias camponesas moçambicanas plantavam os cajueiros em consociação com culturas sazonais e de subsistência, com a configuração familiar dos três níveis misturados, que encoraja sinergias entre as plantas de diferentes alturas e diferentes necessidades de sol e solos. Normalmente, os camponeses misturavam amendoim, milho, batata doce, mandioca, bananeira, ananás, coqueiros e cajueiros.³³ Os cajueiros plantados perto de machambas em uso eram mais fácil e frequentemente podados e limpos, enquanto as árvores que estavam no mato eram deixadas sobreviver por si.³⁴

Os cajueiros podem realmente produzir no seu primeiro ano, mas normalmente a frutificação começa ao terceiro ano, com colheitas plenas no sexto e ótimas no nono. Se forem regularmente podados e mantidos livres de pragas e doenças, os cajueiros podem manter-se altamente produtivos apesar do envelhecimento. Na era colonial, a produção de dez a quinze quilos de castanha por árvore era considerada ótima, mas árvores mais velhas, não cuidadas e mesmo árvores comprometidas poderiam ainda produzir dois a cinco quilos por época.³⁵ As estirpes introduzidas no início do século XXI prometiam produzir até trinta quilos por época, mas essa promessa ainda está por ser demonstrada.³⁶ As pragas e as doenças podem reduzir a produtividade de uma árvore, mas raramente a matam. As variações de temperatura, precipitação, vento e humidade, afectam as árvores e o desenvolvimento e amadurecimento do fruto. As queimadas descontroladas e os vendavais são as maiores ameaças à longevidade das árvores.³⁷ Nos fins da era colonial, o cajal de Moçambique era grande e diversificado.³⁸ O cajal do Sul do Save que abastecia a florescente indústria do sul estava esmagadoramente ao cuidado de mulheres moçambicanas que conheciam o seu valor e cuidavam dele.³⁹

Os cajueiros no contexto da agricultura familiar

A investigação agrária de finais do período colonial concentrou-se em três áreas: culturas de exportação de interesse do estado (algodão e arroz), culturas de exportação do interesse das

³⁰ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 4.

³¹ 'Um Comerciante do Chibuto, Mercados de Castanha de Caju,' Notícias, Série sobre Caju, 15–17 Dec, 19, 20 Dec. 1966.

³² Quase três quartos das árvores estavam no Distrito de Inhambane, com cerca de 2 por cento geridos comercialmente. Gaza tinha 21 por cento com menos 2 por cento comerciais e Lourenço Marques tinha 4 por cento com 11 por cento comerciais, Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' Quadro 1, 7.

³³ Missão Agrícola, Recenseamento; Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 4.

³⁴ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 4.

³⁵ As estimativas variam Kanji et al., 'Liberalisation – South,' 6–7; Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 18–20.

³⁶ 'Disponíveis cinco milhões de Euros para reabilitar o sector do caju,' Notícias (8 Julho 2005): 6.

³⁷ Os cajueiros são atacados pelas doenças *oidium anacardium* [oidio do cajueiro] e a *anthracnose*, e insectos como o *helopeltis* e a *cochonilha*, Kanji et al., 'Liberalisation – South,' 6; Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 20–34. Em 2005, no espaço de três meses, os vendavais mataram mais de 10,000 cajueiros, 4,700 à volta da cidade de Maputo, e 5,193 no norte; 'Vendaval destrói mais de 4 mil Cajueiros' Domingo (22 Maio 2005): 1 e 'Vendaval desaloja pessoas em Angoche,' Notícias (6 Junho 2005): 1.

³⁸ Nos anos 1970, Parente e Neto calcularam o cajal nacional em 45 milhões de árvores. 'A Agro-Indústria do Caju,' 4.

³⁹ Martha Butler Binford, 'Stalemate: A Study of Cultural Dynamics,' Tese de Doutoramento (East Lansing: Michigan State University, 1971): 82.

grandes plantações (açúcar, sisal ou citrinos) e culturas de subsistência para o sector agrícola familiar (milho, amendoim, mandioca e feijões).⁴⁰ Embora os cajueiros fossem claramente plantados e os frutos e as castanhas consumidos ao longo do século XX, só começaram a surgir nos dados científicos em finais dos anos 1950.⁴¹ O censo agrícola de meados dos anos 60 focou desproporcionadamente a agricultura comercial e aquela estreita faixa de agricultores brancos.⁴²

A investigação sobre a produção agrícola africana para o mercado no Sul do Save é irregular, mas parece que na década de 1940 as famílias vendiam periodicamente alguns excedentes de milho e amendoim, embora normalmente os produzissem como culturas básicas de subsistência para consumo da família, suplementados por mandioca e feijão. Em 1950, foram comercializados menos de 4% da produção agrícola das famílias africanas em Gaza, mas, a partir de 1960, a participação da família na economia de mercado aumentou notavelmente, com as famílias a comercializarem até 27% da sua produção.⁴³ É provável que a expansão das redes de estradas e caminhos de ferro esteja relacionada com a concomitante proliferação de cantinas e aluguer de camiões, explicando pelo menos uma parte desse aumento.⁴⁴ As redes de transportes básicos permitiram aos camponeses a colocação dos seus produtos num mercado, ou num mercado mais promissor do que a cantina local. Embora os cajueiros abundassem nas planícies costeiras do Sul do Save, os estudos coloniais nem sempre distinguiam claramente as vendas sazonais de caju no quadro das suas estimativas de culturas comercializadas.⁴⁵ Em finais dos anos sessenta, o milho, o amendoim, o caju e a manga eram culturas alimentares das famílias em redor de Lourenço Marques, e pelo menos um observador atento notou que o caju se tinha tornado uma importante cultura de rendimento a que as pessoas davam valor.⁴⁶

Os estudos agrícolas do tempo colonial não detalhavam a posse e a gestão dos cajueiros familiares do sul do Save. Pelo contrário, a literatura científica e de negócios focava questões do comércio, do processamento e da indústria.⁴⁷ Estudos etnográficos do início do século XX, detalharam a divisão familiar do trabalho, das culturas e do uso dos alimentos, mas não detalharam a posse do cajual.⁴⁸ O estudo histórico de Paulo Soares sobre a produção de caju no norte de Moçambique focou o período de 1930 a 1950 e não tratou as diferenças de género nem a posse das árvores.⁴⁹ A importante antropologia económica de José Fialho Feliciano sobre a

⁴⁰ Fialho Feliciano, *Antropologia Económica*, 126ff., 166.

⁴¹ A *Bibliografia Sobre a Economia Portuguesa* indexada por Amaro D. Guerreiro nos anos 1940 a 1971, fez o levantamento das publicações portuguesas com artigos de interesse económico. A partir de 1948, apareciam anualmente alguns artigos sobre caju, mas quando o interesse português na indústria aumentou, nos anos 1960, o número de artigos também aumentou bastante (Lisboa: Instituto Nacional de Estatística: 1948/9 to 1971).

⁴² Carvalho, *A agricultura tradicional de Moçambique*; Fialho Feliciano, *Antropologia Económica*, 291ff; Darch, 'Trabalho Migratório na África Austral.'

⁴³ Fialho Feliciano, *Antropologia Económica*, 126–7, 167, 291–2.

⁴⁴ Arlindo Chilundo estabelece um paralelo entre a expansão comercial e as estradas e transportes em Arlindo Chilundo, *Os Camponeses e os Caminhos de Ferro e Estradas em Nampula (1900–1961)* (Maputo: Promédia, 2001): 345ff.

⁴⁵ Fialho Feliciano, *Antropologia Económica*, 126–7, 167, 291–2.

⁴⁶ Binford, 'Stalemate,' 82.

⁴⁷ Joana Pereira Leite interessa-se mais pelo comércio. Os trabalhos científicos coloniais sobre o plantio de cajueiros incluem: J. do Amparo Baptista, *Moçambique, província portuguesa de ontem e hoje* (Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico, 1962); Baptista, *O cajueiro em Moçambique: série de artigos publicados no 'Diário' de Lourenço Marques* (Lourenço Marques: Tipografia Diário, 1959); A.B. Ramalho Correia, *A Industrialização da castanha de caju* (Lourenço Marques: Direcção dos Serviços de Economia e Estatística Geral da Província de Moçambique, 1963); Hélder Lains e Silva, *Parecer sobre a Industrialização da Castanha de Caju em Moçambique* (Lisboa: Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar, [1968?]); Lains e Silva, 'O alargamento do mercado mundial corresponde a uma ofensiva da União Indiana para eliminar a concorrência da África,' *Gazeta do Agricultor*, 14, No. 162 (Nov. 1962):10–12.

⁴⁸ Emily Dora Earchy, *Valenge Women: The Social and Economic Life of the Valenge Women of Portuguese East Africa: An Ethnographic Study* (Londres: Oxford University Press, 1933); Henri A. Junod, *The Life of a South African Tribe*, Vols. 1 e 2 (Nova Iorque: University Books, Inc. 1962).

⁴⁹ Paulo Ribeiro Soares, 'O caju e o regime das propriedades no Mossuril entre 1930 e 1950,' *Arquivo*, 4 (1988): 91–104.

provincia de Gaza, no sul de Moçambique, foi realizada a seguir à independência, entre 1975 e 1981, e providenciou uma rara análise sobre as famílias de Gaza e as suas estratégias agrícolas. Ele considerou o controle da terra e a divisão familiar do trabalho e confirmou que as árvores de fruto eram consideradas parte da riqueza da família, mas não tratou explicitamente o caju ou a propriedade das árvores.⁵⁰

Por todo o sul de Moçambique, homens e mulheres reivindicaram acesso ao uso e controle da terra, mão de obra e muitos recursos através da negociação, mediação e desenvolvimento de relações sociais, redes e práticas tanto de direito costumeiro como de direito civil. A delimitação dessas reivindicações é agora comumente referida como 'pacote de direitos'.⁵¹ O estudo clássico de José Negrão sobre as famílias camponesas moçambicanas, sublinhou múltiplas estratégias de reivindicação, gestão e produção de recursos. A base empírica do seu trabalho foi a Zambézia, onde a configuração das culturas de rendimento difere e o padrão migratório masculino não distorceu tão gravemente a demografia da região, comparativamente ao Sul do Save, mas a ênfase de Negrão em múltiplas estratégias e decisões sociais é válida também para as famílias do sul. Negrão nota que a análise das decisões económicas da família rural deve tomar em conta coisas que não podem ser medidas e podem não parecer lógicas ou racionais em termos económicos clássicos, mas que são essenciais porque dizem respeito a 'identidades e incentivos que se sobrepõem', para indivíduos, famílias, famílias alargadas e clãs, e são moldadas por género e idade.⁵²

Numa nota semelhante, as observações de Fialho Feliciano em relação às famílias do Sul do Save sugerem que enquanto os homens investiram social e economicamente quase exclusivamente nas terras das suas patrilinhagens, as mulheres tinham papéis importantes enquanto detentoras de interesses e mediadoras no quadro e para além das suas famílias e linhagens. Em particular, notou que a posição estrutural das mulheres em pelo menos duas linhagens – a sua patrilinhagem de nascimento e a dos seus maridos – significava que elas podiam desenvolver poder, investimentos e solidariedades em cada uma delas. Nessa capacidade, as mulheres eram simultaneamente mediadoras e potenciais bodes expiatórios.⁵³ Como veremos, as mulheres que partilharam as suas experiências para este estudo, desenvolveram várias estratégias de reivindicação nas patrilinhagens dos seus pais, das suas mães e dos seus maridos. O potencial das mulheres para a delimitação de reivindicações em mais de uma linhagem deveria ser apreciado como potencialmente vantajoso.

As mulheres do Sul do Save e os cajueiros

Não apareceu nenhuma pesquisa sobre propriedade e gestão de árvores relativa à época colonial, mas um estudo de 2003, coordenado pelo International Institute for Environment and Development [IIED], investigou a propriedade e a gestão dos cajueiros por homens e mulheres no sul de Moçambique. A pesquisa do século XXI não pode consistir simplesmente em virar um telescópio para meados do século XX. O estudo do IIED foi realizado mais de três décadas

⁵⁰ Fialho Feliciano, *Antropologia Económica*, 189ff.

⁵¹ 'Pacotes de direitos' refere-se a direitos de origens frequentemente diferentes, sobrepostos e complementares, como os direitos de uso e herança (possuir) e dispor (cont.) (alugar, emprestar, vender ou oferecer) da terra e dos recursos. Se as mulheres têm ou não alguns desses direitos, depende das normas e práticas costumeiras, bem como de negociações internas aos agregados relativamente a esses direitos e práticas. Ver Kanji et al., 'Liberalisation – South,' com base em Anne Pitcher e Scott Kloeck-Jenson, 'Men, Women, Memory and Rights to Natural Resources in Zambezi Province,' in Rachel Waterhouse e Carin Vijfhuizen, eds, *Strategic Women, Gainful Men: Gender, Land and Natural Resources in Different Rural Contexts in Mozambique*, (Maputo: UEM e Action Aid, 2001):125–52.

⁵² José Negrão, *Cem anos de economia da família rural Africana* (Maputo: Texto Editores, 2005): 156–176. A versão em língua inglesa é, *One Hundred Years of African Rural Family Economy: The Zambezi Delta in Retrospective Analysis*. PhD Lund: University of Lund, 1995.

⁵³ Fialho Feliciano, *Antropologia Económica*, 436–45.

depois do período colonial. As amostras do estudo de caso foram pequenas e a deslocação generalizada de famílias durante a insurgência pós-independência pode bem ter alterado os padrões de trabalho e posse da terra. No entanto, os dados, a abordagem, as questões e premissas do IIED levantam aspectos essenciais para este estudo.

O IIED alegou que um censo realizado ao cajual na viragem do século pelo Banco Mundial, subestimou largamente o número de árvores porque não contou as que eram propriedade de todos os membros da família e, em particular, as que eram propriedade de mulheres e geridas por elas.⁵⁴ A sua premissa foi que as famílias rurais são fluidas, complexas, e personificam múltiplos conjuntos de interesses em conflito, segundo o género, a patrilinhagem e a idade. Aprendendo com a experiência de todo o país, o estudo destaca as muitas maneiras diferentes como homens e mulheres asseguram os seus direitos de uso, aluguer, empréstimo, venda, oferta e herança de recursos – os seus pacotes de direitos – e reforça a ênfase na importância da competência das mulheres para negociarem esses pacotes de direitos.⁵⁵ Essa asserção articula-se com o ponto de Fialho Feliciano sobre a posição estrutural das mulheres relativamente aos seus papéis potenciais como mediadoras e autoridades, e com o ponto de Negrão sobre a sobreposição de identidades e incentivos. As mulheres aprenderam a identificar, a gerir e a mediar os seus pacotes de direitos, e fizeram-no observando outras mulheres.⁵⁶

O estudo do IIED constatou que tanto os homens como as mulheres plantavam, herdavam e eram 'proprietários' de árvores, mas sugeriu que um termo como 'propriedade' poderia ser vantajosamente substituído pelo termo 'posse'.⁵⁷ Propriedade e posse são ambos termos propensos a serem culturalmente complexos e negociáveis – mas, pelo menos, posse não promove um sentido facilmente confundido com propriedade plena privada, transformação em mercadoria e susceptibilidade de comercialização. O estudo documentou a plantação de cajueiros por mulheres em terras detidas pela sua patrilinhagem e também em terras que lhes são atribuídas a elas ou aos seus maridos no quadro da patrilinhagem do marido.

O estudo concluiu o que era de esperar: que era mais provável que as mulheres plantassem e cuidassem das árvores nas terras que detinham com maior segurança, e que era menos provável que plantassem árvores em terras onde os seus direitos estavam menos seguros. Quando as mulheres plantavam cajueiros nas terras dos seus maridos ou sogros, faziam-no mais para os seus filhos do que para elas próprias. Embora o divórcio ou a viuvez pudessem separar as mulheres dos seus direitos sobre as árvores que tivessem plantado nessas terras, os direitos dos filhos das mulheres sobre essas árvores estariam seguros.⁵⁸ Porém, as mulheres viúvas, divorciadas e separadas continuavam a controlar as árvores que tinham plantado nas terras detidas pela sua própria patrilinhagem. Nem o marido de uma mulher nem o seu pai considerariam as árvores plantadas por elas como pertencentes às famílias que chefiavam. Se não se tiver perguntado às mulheres pelas suas próprias árvores, essas árvores não terão sido contadas no censo dos cajueiros, resultando numa contagem inferior à real.

Finalmente, o estudo do IIED confirmou o que estudos anteriores sugeriram, que as mulheres estavam profundamente envolvidas com o cajual em praticamente todas as fases: na sementeira, no plantio das mudas, na poda, na limpeza, na monda e na colheita. A única actividade que estava muito mais fortemente ligada aos homens do que às mulheres era a poda. Mas mesmo nesse caso os autores frisaram que nas zonas rurais do Sul do Save, onde a migração da mão-de-obra masculina aumentava o ratio de mulheres por homens, as mulheres que não tinham acesso a mão-de-obra masculina faziam elas próprias a poda com a ajuda dos filhos. Todas as fontes confirmaram que as mulheres e as crianças faziam a apanha do caju, embora algumas indicassem

⁵⁴ Ministério da Agricultura e Banco Mundial, 'Cashew production and marketing among smallholders in Mozambique: a gender-differentiated analysis based on household survey data,' Discussion paper #1, [MAP / Governo de Moçambique e Banco Mundial / AFTMA Southern Africa Division] Março, 1998.

⁵⁵ Kanji et al., 'Liberalisation – South,' 13ff.

⁵⁶ Kanji et al., 'Liberalisation – South,' 13ff.

⁵⁷ Kanji et al., 'Liberalisation – South,' 13ff.

⁵⁸ Kanji et al., 'Liberalisation – South,' 13ff; Fialho Feliciano, *Antropologia Económica*, 442ff.

que também os homens participavam regularmente nesta actividade.⁵⁹ Em 1960, António Rita-Ferreira, um dos pouquíssimos portugueses académico/funcionário público a escrever sobre as mulheres do sul de Moçambique, notou explicitamente que elas e os seus filhos davam valor às suas plantações de árvores, incluindo cajueiros, e apanhavam e processavam os seus frutos com ou sem ajuda masculina.⁶⁰

Mais uma vez, havia mais probabilidade de os homens adultos do sul de Moçambique estarem ausentes, a trabalhar por salários na África do Sul ou noutros lugares. As decisões de uma família camponesa sobre a safra de caju para venda ou para consumo, se o interesse era a castanha ou o fruto, para os preparar para fazer bebida ou para comer, eram sempre complicadas e multifacetadas. Essas decisões ganhavam forma tanto pelo consumo ritual e do negócio do verão, como pelos preços de mercado da castanha de caju. Embora nos anos 60 as famílias comercializassem mais de um quarto da sua produção, a maior parte dos produtores continuava a privilegiar as redes das trocas sociais, familiares e da oferta relativamente à venda às cantinas.⁶¹ E fazia-o por boas razões.

Os rituais e o negócio dos consumos de verão

No sul de Moçambique, o verão acontece entre fins de Dezembro e fins de Março. Se as condições meteorológicas cooperam, é uma época generosa em frutos: ananases pequenos, manga, abacate, papaia, goiaba, mafurra e maracujá. Estes frutos são comidos frescos, mas também são consumidos como sumos, cervejas, vinhos ou destilados. As árvores de fruto não providenciam só a sombra e as bebidas que são uma parte importante da renovação social e dos prazeres do verão, mas, dado que o tempo nesta região nem sempre coopera, elas também são apreciadas pelo papel que têm nas estratégias de segurança alimentar. A venda e o consumo do que as árvores dão formam um excedente que potencia o prestígio da família nos tempos bons e providencia uma margem para sobrevivência nos tempos menos bons.⁶² Acolher encontros com muita comida e bebida reforçava as relações sociais e tinha implicações económicas importantes.⁶³

Fevereiro é a época dos frutos do canhoeiro, conhecidos localmente como *nkanyi* [*Sclerocarya birrea*] e do cajueiro.⁶⁴ Dependendo do botânico em que se acredite, no sul os cajueiros dão fruto entre Novembro e Fevereiro. A época do fruto do canhoeiro, *nkanyi*, decorre entre Dezembro e Janeiro no norte e entre Janeiro e Março no sul.⁶⁵ Embora os frutos de ambas as árvores sirvam para fazer bebidas alcoólicas que são amplamente consumidas e apreciadas, a bebida do canho,

⁵⁹ W. A. Hance e I.S. van Dongen, 'Lourenço Marques in Delagoa Bay,' *Economic Geography*, 33 (1957):251; 25 e 136. 954 pp. 48,80,121 – Kanji et al., 'Liberalisation – South,' 13ff; Parente e Neto discutem a poda, mas com ênfase no plantio comercial e mecanizado. Eles notam que são principalmente as mulheres que cuidam das árvores e que a colheita é normalmente feita por mulheres e crianças. De resto, não mencionam a divisão do trabalho. 'A Agro-Indústria do Caju,' 18.

⁶⁰ António Rita-Ferreira, 'Labour Emigration among the Moçambique Thonga: Comments on a Study by Marvin Harris,' *Africa: Journal of the International African Institute*, 30, 2 (April 1960): 141–52.

⁶¹ Fialho Feliciano, *Antropologia Económica*, 436–45.

⁶² O caju contribui para a segurança alimentar através do valor de mercado e como alimento de alta qualidade. António Sefane 'Devido à irregularidade das chuvas, o espectro da fome paira sobre o sul de Inhambane,' *Notícias*, 12 Março 2005; Kanji et al., 'Liberalisation – South.'

⁶³ Negrão, *One Hundred Years*, 202 ff.

⁶⁴ Os parágrafos seguintes baseiam-se em Medeiros, *Bebidas Moçambicanas*. As maneiras de escrever variam devido às mudanças ortográfica e às línguas regionais. Ver também Ministério da Saúde, *Direcção Nacional de Medicina Preventiva, Bebidas Alcoólicas Tradicionais – Algumas Considerações e Resultados Preliminares de um Estudo Bibliográfico e Laboratorial* (Maputo: Ministério da Saúde, 1979).

⁶⁵ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 8; Medeiros, *Bebidas Moçambicanas*, 101–102; Herbert L. Bishop baseando-se em Henri Junod em 'Recent Works on the Ba-Ronga,' *London Quarterly Review*, Vol. 108, 4ª Série, No. 6 (Julho & Outubro, 1907): 74–86, esp. 81–82.

bukanye, é ritualizada.⁶⁶ Ao contrário das outras bebidas à base de frutos, o *bukanye* não pode ser comprado nem vendido como uma mercadoria.

Quando o *nkanyi* está pronto a ser processado em *bukanye*, é a altura em que começa a época do *ucanhé* – o festival dos primeiros frutos.⁶⁷ Os primeiros *bukanye* estão reservados para o consumo ritual pelos líderes espirituais e políticos da comunidade – incluindo uma libação aos antepassados.⁶⁸ Depois de os chefes consumirem o *bukanye* nas cabaças do costume, a época começa e toda a gente pode beber à vontade, sempre que queira, até que a época seja ritualmente encerrada, quando acabam as reservas. As cantigas de época, de renovação social, louvam os antepassados por mais uma colheita celebrada entre familiares e amigos. 'Bebemos *bukanye* novo! Quem haveria de pensar? Que haveríamos de voltar a beber desta cabaça?'⁶⁹

As bebidas fermentadas e destiladas feitas à base de caju não eram ritualizadas. Os cajueiros eram valorizados como árvores de sombra e fonte de bebidas alcoólicas 'cujos efeitos eram mais fortes do que os de qualquer outro fruto silvestre'.⁷⁰ Desde meados do século XIX que as bebidas fermentadas e principalmente as destiladas feitas a partir do caju, se tornaram as bebidas preferidas da época do *Ucanehé*, quase substituindo o próprio *bukanye*.⁷¹ Ao longo do século XX, as bebidas de caju de todos os tipos tornaram-se importantes mercadorias sazonais, mesmo sendo a sua produção ilegal e punida por lei. Estas bebidas fermentadas e destiladas são conhecidas por dezenas de nomes – cada região tem o seu nome especial para várias bebidas de caju. Por uma questão de simplificação, chamo a todas xicaju.⁷²

António Enes culpava o xicaju pelo que chamou de alcoolismo epidémico durante a época do *ucanhé*: '... na época deste maldito fruto e dos seus preparados, que felizmente não chegam para o consumo do ano todo; [...] os trabalhadores indígenas largam a enxada, os carregadores abandonam os fardos, os criados fogem aos patrões, desertam soldados e marinheiros, tamborilam os batusques por toda a parte...' ⁷³ chamando as pessoas para a festa. Meio século mais tarde, observadores ainda notavam que durante a época de *ucanhé* as bebidas de caju eram amplamente consumidas, mesmo sendo ilegais. Os administradores queixavam-se de que 'na época do caju [os trabalhadores] gostam de estar permanentemente embriagados' e os 'foliões [são] praticamente incapazes de trabalhar ou pensar durante os dias seguintes'.⁷⁴ Na verdade, a festa podia prolongar-se por várias semanas.⁷⁵ Robert Nunez Lyne foi talvez o único funcionário europeu que disse qualquer coisa de bom acerca do xicaju. No seu inquérito agrícola a Moçambique, no início do século XX, concordou que durante a época de *ucanhé* quase toda a população ficava intoxicada, mas continuou afirmando: 'Isto é uma fonte de problemas para os

⁶⁶ Medeiros, Earthy, Bishop e Junod escrevem o nome da bebida de formas diferentes e alternativamente *wukanyi*, *makanye*, *bukanyi* e *bukanye*. Usa-se aqui preferencialmente a forma *bukanye* de Junod. Earthy, *Valenge Women* (1933 ed.), 25ff and 109ff; Junod, *African Tribe*, 1, 397–9.

⁶⁷ Henri Junod, *African Tribe*, 1, 397–9.

⁶⁸ Medeiros, *Bebidas Moçambicanas*, 46; Junod, *African Tribe*, 1, 397.

⁶⁹ Medeiros, *Bebidas Moçambicanas*, 42.

⁷⁰ C.F. Spence, *The Portuguese Colony of Mozambique: An Economic Survey* (Cape Town: A.A. Balkema, 1951): 44; Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 34.

⁷¹ Medeiros, *Bebidas Moçambicanas*, 55.

⁷² Os nomes incluem xicaju, bucadju, jukwebee, jujú, chicadju, ou ucanzu, Medeiros, *Bebidas Moçambicanas*, 55; Armando Jorge Lopes, Salvador Júlio Siteo, Paulino José Nhamuende, *Moçambicanismos: Para um Léxico de Usos do Português Moçambicano* (Maputo: Livraria Universitária, 2002): 148; Pereira Leite, 'A economia do Caju,' 635 n. 10; Spence, *The Portuguese Colony*, 44; xidanguane significa viver da venda de aguardente de caju, Ana Loforte, 'Migrantes e Sua Relação com o Meio Rural.' *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia*, 4, (1987): 55–69, 60.

⁷³ António Enes, *Moçambique: Relatório apresentado ao Governo* [4a edição, facsimilada pela de 1946] (Lisboa: Imprensa Nacional, Agência-Geral do Ultramar, 1971): 50.

⁷⁴ Spence, *The Portuguese Colony*, 44; José Firmo de Sousa Monteiro, *Relatório sobre o Resgate dos Machongos de Sul do Save: Referente a 31 de Dezembro 1951* (Lourenço Marques: Imprensa Nacional [IN], 1953): 28.

⁷⁵ Junod e muitos outros observadores mencionam intoxicações durante esta época: 'Na época do bucadju, há uma enorme quantidade de embriaguez pela cidade fora,' *African Tribe*, Vol. 2, 41–42; Vol. 1, 399.

patrões, mas para os nativos pode ser tão saudável como, para nós na Europa, "ir a banhos", pois o fruto é um antiescorbútico.⁷⁶ As festas das colheitas, com comida e consumo excessivo de álcool são muito comuns entre as comunidades agrícolas de todo o mundo.⁷⁷ As lembranças da época de *ucanhé* reflectem simultaneamente preocupações de sobriedade e uma apreciação do raro prazer da abundância celebrada com familiares e amigos, música, comida e bebida. Missionários, funcionários coloniais e elites africanas emergentes baseadas nas missões, não viam com bons olhos as orgias alcoólicas.⁷⁸

O xicaju e outras bebidas de fabrico caseiro disputavam clientes com os vinhos, rum, whisky e cervejas produzidas industrialmente. A lei portuguesa misturava todas as bebidas indígenas fermentadas e destiladas, chamando-lhes simplesmente 'bebidas cafreais', e proibia a maior parte delas.⁷⁹ Embora os moçambicanos usassem normalmente o termo genérico de 'bebidas' para se referirem às bebidas que tomavam, fermentavam ou destilavam, para oferta ou para venda, se se perguntasse às pessoas sobre bebidas específicas, elas descreviam com entusiasmo dezenas delas, por época, por receita e por utilidade.⁸⁰

Ao contrário dos missionários, as autoridades coloniais fizeram as pazes com o facto de as pessoas tomarem bebidas alcoólicas, mas guerreavam-se a propósito de quem seria autorizado a beber o quê, onde e quando. A partir da entrada do século XX, o licenciamento, o controle, as vendas e as sanções em torno do consumo de álcool eram lucrativas, competitivas e importantes em Lourenço Marques e no Sul do Save.⁸¹ Os vinhateiros portugueses produziam vinhos de elevado teor alcoólico (24 por cento) especificamente para consumidores africanos. A administração colonial queria o mercado dominado por vinhos portugueses e cervejas fabricadas industrialmente por monopólios licenciados, pelo que baniram ou, pelo menos, contestaram, a produção local de bebidas fermentadas e destiladas à base de açúcar, frutos e cereais.⁸²

O sentido do *ucanhé* como tempo de relaxamento e indulgência nos prazeres tem diferenciação de género.⁸³ Os frutos não se apanham, não se fermentam nem se destilam a si próprios. As árvores do terreiro da casa ou que bordejam as machambas eram fáceis de colher, mas colher árvores espalhadas pelo mato era uma tarefa que cabia frequentemente às mulheres e às crianças.⁸⁴ A produção de potes de bebidas fermentadas ou destiladas de frutos ou cereais era igualmente um empreendimento especializado e moroso. Embora a destilação fosse feita tanto

⁷⁶ Robert Nunez Lyne, *Mozambique – Its Agricultural Development* (Londres: T. Fisher Unwin, 1913): 126.

⁷⁷ Charles Ambler, 'Alcohol, Racial Segregation and Popular Politics in Northern Rhodesia,' *JAH*, 31 (1990): 296.

⁷⁸ Alda Romão Saúte e Teresa Cruz e Silva, ambas consideram estratégias das missões relativas às bebidas alcoólicas e à sociedade do sul de Moçambique, no século vinte. Saúte para os anglicanos e Cruz e Silva para os presbiterianos suíços. Saúte, *O Intercâmbio entre os Moçambicanos e as Missões Cristãs e a Educação em Moçambique* (Maputo: Promédia, 2005): Cap. 7 esp. 278–89; Cruz e Silva, *Protestant Churches and the Formation of Political Consciousness in Southern Mozambique (1930–1974)* (Basel: P. Schlettwein Publishing, 2001, Cap. 2.

⁷⁹ Era legal produzir pequenas quantidades de cerveja de milho com baixo teor alcoólico, uputsu ou pombe, para consumo da família. Provavelmente, Medeiros tituló o seu livro de *Bebidas Moçambicanas de Fabrico Caseiro*, para evitar a frase mais comum de 'bebidas cafreais.' 'Bebidas cafreais' deriva de uma corruptela da palavra kaffir. Kaffir é um termo depreciativo. Era definido, em Português, até tão tardiamente como 1980, como 'uma pessoa perversa, um bárbaro, ignorante ou (cont.) (cont.) mesquinho' e cafreal (singular de cafreais) como selvagem. *Dicionário do Estudante, Dicionário Português* (Porto: Porto Editora, 1980): 167.

⁸⁰ Medeiros, *Bebidas Moçambicanas*, 37ff; Earthy. *Valenge Women* (1933 ed.), 25ff e 109ff; TO, Saul Tembe, *Câmara Municipal de Maputo 7 Junho 1977*.

⁸¹ Penvenne, *African Workers*, 40–43.

⁸² José Capela, *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colónias (1834–1909)* (Porto: Afrontamento, 1975); José Capela, *O Vinho para o Preto: Notas e Textos Sobre a Exportação do Vinho para Africa* (Porto: Afrontamento, 1973); José Capela, *O Álcool na Colonização do Sul do Save, 1860–1920* (Maputo: Edição do Autor, 1995).

⁸³ 'Taninga em festim de 'ucanhé,' *Zambeze* (10 Fevereiro 2005) III, No. 125.

⁸⁴ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 18.

por mulheres como por homens, quem normalmente fabricava e vendia o caju eram as mulheres.⁸⁵

Homens e mulheres gostavam de beber e festejar, mas no Sul do Save os homens bebiam primeiro e mais frequentemente. As sessões de consumo de álcool da época do *ucanhé* eram frequentemente retratadas como uma escaramuça masculina: quem era suficientemente forte para vazar os potes de *ucanhé* fermentado pelas mulheres.⁸⁶ As cantigas de época de *ucanhé* ligavam explicitamente a violência à intoxicação sazonal: 'Este é um novo ano. Não nos matem uns aos outros! Vamos comer pacificamente!... Que este *bukanyi* [sic] não cause danos. Que não nos esfaqueemos uns aos outros sob a sua influência. Que não cause alterações.'⁸⁷ As mulheres que fabricavam as bebidas alcoólicas não estavam, obviamente, livres de violência doméstica ou da comunidade potenciada pela embriaguez.⁸⁸

Nas zonas rurais, as bebidas sazonais são também ofertas para festas de trabalho ou antevendo uma futura colaboração agrícola ou serviços. As mulheres fabricavam as bebidas para outras mulheres ou homens de cujo trabalho pudessem vir a precisar mais tarde.⁸⁹ Ao contrário dos empregadores, que viam a sua força de trabalho reduzida por causa da bebida, as mulheres serviam bebida para gerar uma força de trabalho reforçada para as suas machambas. Mas tanto nas zonas rurais como nas urbanas, as mulheres fermentavam e destilavam bebidas de caju como negócio regular, vendendo à caneca, principalmente a homens. Milhares de mulheres dependiam da fermentação de frutos sazonais como parte da sua vida económica mais alargada, potenciando o seu capital social e económico desde o nível doméstico até ao nível das economias da oferta e informal.⁹⁰ Fialho Feliciano e outros confirmam que as famílias do Sul do Save tinham maior propensão para investir em trocas familiares, de oferta e informais entre vizinhos do que em bens de equipamento ou em vendas no mercado. Como a seguir se explica, os camponeses do Sul do Save confiavam mais e tinham maior controle sobre o valor e o retorno dos investimentos pessoais do que nos do mercado.

Fabrico de bebidas e capital social:

As economias doméstica, da oferta e informal

As mulheres de toda a África Austral estavam largamente envolvidas na concorrência rural e urbana pelo dinheiro que os homens gastavam em bebidas alcoólicas.⁹¹ As mulheres

⁸⁵ As mulheres têm o trabalho árduo da fermentação e os jovens, em articular, andam de aldeia em aldeia a acabar os potes até que tudo tenha acabado. Medeiros, *Bebidas Moçambicanas*, 37ff; Earthy, *Valenge Women*, (1933 ed.), 25ff e 109ff; Junod, *African Tribe*, 1, 398–9.

⁸⁶ 'Taninga em festim de 'ucanhi', 125.

⁸⁷ Junod, *African Tribe*, 1, 398–9.

⁸⁸ Notícias 12 Fev. 2005; WLSA, 'Some reflections on the working of the Assistance Centres for Victims of Domestic Violence, 2000–2003,' *Outras Vozes*, Suplemento do Boletim, No. 8 (Maputo, Agosto 2004):1–7; WLSA, 'Research on Violence Against Women,' *Outras Vozes*, Suplemento do Boletim, No. 8 (Maputo, Agosto 2004): 8–11; 'Introduction', Emily S. Burrill, Richard L. Roberts, e Elizabeth Thornberry, eds, *Domestic Violence and the Law in Colonial and Postcolonial Africa* (Athens Ohio: Ohio University Press, New African Histories, 2010):1–29; Lee, *African Women and Apartheid*, 63, 73–4, 186–7.

⁸⁹ Earthy, *Valenge Women*, 25ff; Negrão, *One Hundred*, 202ff.

⁹⁰ Medeiros, *Bebidas Moçambicanas*, 56–57; 'Taninga em festim de 'ucanhi', 125; Kathleen Sheldon, 'Markets and Gardens: Placing Women in the History of Urban Mozambique,' *Canadian Journal of African Studies* 37, 2/3 (2003): 358–395; Carin Vijfhuizen, Carla Braga, Luis Artur and Nazneen Kanji, 'Cashing in on cashew nuts: women producers and factory workers in Mozambique', in *Chains of Fortune: Linking Women Producers and Workers with Global Markets*, editado por Marilyn Carr (London: Commonwealth Secretariat, 2004): 84, 87.

⁹¹ A literatura sobre as mulheres fabricantes de bebidas alcoólicas na África Austral é vasta, mas, por exemplo, Kathleen Sheldon, *Pounders of Grain*, Charles Ambler e Jonathan Crush, eds, *Liquor and Labour in Southern Africa* (Athens: Ohio University Press, 1992); Teresa A. Barnes, 'We Women Worked so Hard': Gender, Urbanization and Social Reproduction in Colonial Harare, Zimbabwe, 1930–1956 (Portsmouth: Heinemann,

fermentavam, destilavam, levavam ao mercado e vendiam uma vasta gama de bebidas, e sustentavam a sua própria família e os interesses em força de trabalho através das bebidas alcoólicas que ofereciam e trocavam por outros produtos no circuito das economias doméstica e da oferta.⁹² Moçambicanos da classe média emergente, tal como as suas contrapartes por toda a África Austral, tinham opiniões divergentes relativamente à fermentação, à destilação e ao consumo de bebidas alcoólicas. Muitos apoiavam a fabricação e o consumo caseiros de cervejas de baixo teor alcoólico à base de cereais, tanto pelo seu valor social como pelo muitas vezes crucial rendimento que a sua venda providenciava para as mulheres das famílias da elite urbana, mas muitos também pertenciam a confissões religiosas que, por princípio, se opunham ao consumo de álcool.⁹³

A oposição da elite africana urbana à venda de álcool também se relacionava com os seus esforços no sentido de reduzir a proliferação de bares nos bairros africanos e em redor dos compondes onde ficavam temporariamente estacionados os trabalhadores contratados em trânsito, indo e vindo das minas da África do Sul. No início do século XX, o seu jornal *Grémio Africano*, focou cada vez mais a indecência do alcoolismo, da violência e da prostituição associadas à cultura do bar. Geralmente, essas elites apoiavam o consumo ritual durante a época do *ucanhé*, por razões espirituais e culturais, mas censuravam frequentemente o comportamento geralmente 'escandaloso' associado aos excessos da época.⁹⁴ Não é de surpreender que a administração colonial, a comunidade de negócios e os missionários interagissem de forma um pouco diferente com o vasto leque de preocupações e oportunidades em torno do consumo de álcool, e a maior parte das opiniões sobre o tema fosse de homens.⁹⁵ Resumindo, as mulheres tinham uma mão em praticamente todas as componentes da economia do caju, mas a produção, a troca e a venda de bebidas alcoólicas eram das mais proximamente associadas com a produção e o rendimento das mulheres. A literatura de negócios da era colonial ignorava quase totalmente esse aspecto. O não conseguir relacionar este importante uso e mercado do caju com a mais vasta economia do caju, induzia um entendimento limitado dessa economia a nível regional e nacional.

Se, na era colonial, os camponeses decidiam vender ou trocar por produtos a castanha de caju, as cantinas eram a ligação essencial ao mercado que abastecia fábricas como Tarana. Na maior parte dos lugares, porém, mesmo quando o mercado da castanha subia, os camponeses continuavam a apanhar os frutos e as castanhas.⁹⁶ A economia do caju que se centrava no xicaju não era canalizada através das cantinas. Tinha os seus próprios percursos, em grande parte controlados por mulheres. Já bem entrados nos anos sessenta, apesar da participação cada vez maior no mercado, as famílias camponesas tendiam a investir o pequeno excedente que tivessem nas relações sociais em vez de em bens de capital. Isso sugere que os camponeses tenderiam mais a fermentar ou a destilar o caju para investir em ofertas e trocas sociais do que a vendê-lo para conseguirem dinheiro para eventualmente comprarem charruas e implementos agrícolas. Eles sabiam que as fomes mortíferas ocorriam cerca de uma vez de dez em dez anos, pelo que investiam e confiavam nas redes sociais de apoio de uma forma muito semelhante à das pessoas

1999); Philip Bonner, 'Desireable or Undesireable Basotho Women?', *Liquor, Prostitution and the Migration of Basotho Women to the Rand, 1920–1945*, in Cheryl Walker, ed. *Women and Gender in Southern Africa to 1945* (Cape Town, 1990); Ambler, 'Alcohol, Racial Segregation'.

⁹² Dora Earthy detalha os papeis das mulheres no fabrico rural de bebidas alcoólicas fermentadas e destiladas no Sul do Save nos anos 1930, *Valenge Women*, 24ff; Medeiros, *Bebidas Moçambicanas*, 60, levantam questões interessantes sobre os papeis das mulheres no mercado urbano de bebidas de caju; Sheldon, 'Markets and Gardens'.

⁹³ Ambler, 'Alcohol, Racial Segregation,' 295–313; Saúte, *O Intercâmbio*, Cap. 7.

⁹⁴ O *Brado Africano* reportou que no fim de Janeiro cerca de quatro mil pessoas de Lourenço Marques apanhavam as carreiras e o comboio para o interior, 'para gozarem a época do *ucanhé*,' 5 Fev. 1948; Medeiros, *Bebidas Moçambicanas*, 15; Valdemir Zamparoni, 'Copos e Corpos: A Disciplinarização do Prazer em Terras Coloniais,' *Travessias; Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, 4/5 (Lisboa, Julho 2004): 119–37.

⁹⁵ Ver Capítulo 5 e Medeiros, *Bebidas Moçambicanas*, 57 ff.

⁹⁶ Spence, *The Portuguese Colony*, 44.

que investem e confiam em contas de poupança e seguros de saúde e de vida. Os investimentos sociais eram feitos de várias maneiras, incluindo o lobolo, as bebidas e uma ampla gama de ofertas.⁹⁷ Embora o xicaju não fosse uma bebida ritual, não deixava de ter um papel nesses importantes investimentos sociais – na interacção das economias essenciais da família e da oferta.⁹⁸

É obviamente difícil mapear e medir as trocas, as vendas e a produção informais e ilegais de xicaju e, assim, documentar o seu papel nos mercados e redes sociais da região. A economia das bebidas alcoólicas como um todo continua pouco estudada. Dado que me desviei intencionalmente das discussões sobre actividades ilegais de qualquer tipo, este estudo pouco adianta para remediar esse problema.⁹⁹ Embora os testemunhos para o Sul do Save e Lourenço Marques sejam inconsistentes e circunstanciais, eles sugerem que o xicaju era fundamental para as economias da família e da oferta e mantinha um mercado na economia informal, fora dos radares coloniais. O Capítulo 4 explora as muitas maneiras como as narradoras incluíam as bebidas nas estratégias familiares, mas esta é uma área que carece de mais pesquisa.

A perseverante economia das bebidas alcoólicas é em parte revelada pela leitura nas entrelinhas, ou pesquisando os registos de sanções. As queixas dos empregadores pelo elevado absentismo e o impacto das bebidas cafreais, particularmente durante a época de *ucanhé*, fornecem provas indirectas da produção e consumo continuados de xicaju. Os registos das prisões e os relatórios administrativos corroboram o processamento legal de centenas de mulheres pela produção e venda de bebidas, e a colaboração clandestina com as vendas das mulheres de inúmeros polícias e chefes designados. Finalmente, as prisões municipais por causa de bebidas alcoólicas aumentavam durante a época do caju. Dado que, na maior parte dessas fontes, todas as bebidas foram identificadas simplesmente como bebidas, não se pode afirmar com certeza que as prisões se deveram ao xicaju, mas é o mais provável.¹⁰⁰

Com alguma frequência, porém, alguém levantava a cortina que ocultava o que, de resto, era um comércio clandestino. Em meados da época do caju do sul, em 1968, o principal jornal de Lourenço Marques, o Notícias, publicou a pergunta de Guilherme de Melo: porque era o mercado potencial do sumo de caju totalmente ignorado pelos industriais do caju? Notava ele que o fruto do caju era vendido em todos os mercados dos bairros do caniço, ao longo das duas principais estradas que corriam das áreas periurbanas densamente povoadas do Infulene e Mahotas para os bairros onde a maior parte da população vivia. Obviamente, as pessoas compravam-nos para fazerem xicaju para a época da festa social. 'Vêm brigadas de controle e partem os potes da fermentação, proibindo as pessoas de se envolverem nesses 'abusos'! Certo, mas isso nunca faz bem nenhum! Que desperdício vergonhoso!¹⁰¹

A reclamação de Melo sugeria que, apesar da perseguição da polícia, o comércio das bebidas de caju e do xicaju gozavam de um excelente mercado sazonal nas áreas residenciais africanas urbanas. Muitos camponeses continuavam a apostar que haviam de ganhar mais a vender o fruto do que a castanha. Para além disso, o 'valor acrescentado' do xicaju era acumulado pelas mulheres suburbanas que compravam o caju, o processavam e o vendiam à caneca nos bairros que envolviam a cidade. Muitas descascadeiras contavam com o rendimento do xicaju durante a época para comprarem roupa, pagar as propinas escolares e comprar materiais para a construção

⁹⁷ Fialho Feliciano, *Antropologia Económica*, 284,288, n.20; Negrão, *One Hundred Years*, 202.

⁹⁸ Alpheus Manghezi, 'Ku Thekela: Estratégias de Sobrevivência Contra a Fome no Sul de Moçambique', *Estudos Moçambicanos* (1983): 19–21; Kanji et al, 'Cashing in on Cashew Nuts', 84 & 87; Fion de Vletter, *Migration and Development in Mozambique: Poverty, Inequality and Survival* [Migration Policy Series, No. 43] (Cape Town: Southern African Migration Project, 2006): 12.

⁹⁹ As Bebidas Moçambicanas de Medeiros é uma das poucas obras publicadas que detalha o processo de fabrico de bebidas fermentadas em Moçambique.

¹⁰⁰ Amostra da ACLM, exemplos de trabalhadores (por número de registo) presos por transgredirem o regulamento 256 de 23 de Agosto de 1950 (bebidas): 5,361, 6,221, 35,001,45,061, 29,601.

¹⁰¹ Guilherme de Melo, 'A Industrialização do Caju', *Notícias*, 18 Fev. 1968; Rita-Ferreira, 'Os Africanos', 440.

das casas.¹⁰² O xicaju à caneca era uma parte importante do cenário social dos fins da era colonial no cruzamento de Milhulamethini, no bairro da Mafalala, em Lourenço Marques. Nessa época, o bairro era igualmente conhecido pelos seus bordéis. Ana Loforte refere que era comum que as mulheres viúvas, divorciadas e separadas dos bairros suburbanos da cidade vivessem da venda de bebidas alcoólicas de caju.¹⁰³

Domingos Utuí era um dos muitos clientes regulares de Milhulamethini, pelo menos a partir do início dos anos 1970. Ele achava que as mulheres podiam cobrar um bocadinho mais que continuariam a ter clientes, dado que este mercado era conhecido pela boa qualidade e o preço razoável das suas bebidas de caju. Utuí concluiu, '[o xicaju] é uma festa; e nós gostamos dele ainda mais intensamente porque não dura o ano todo – [o facto de ser um prazer transiente] é um castigo pelos pecados dos que o gozam.'¹⁰⁴ As mulheres que confeccionavam as bebidas estavam sujeitas a ser presas e a ter o seu investimento confiscado ou destruído. Os clientes de sexo masculino não corriam riscos, excepto talvez deixarem cair a caneca durante a rusga. As mulheres que juntavam a prostituição com a venda de bebidas, na Mafalala, podiam ser presas pelas duas razões, enquanto os homens seus clientes não estavam sujeitos a nada. Enquanto as trocas familiares e as ofertas de xicaju se mantiveram largamente fora do controle e interferência do governo, não foi esse o caso das economias informal e formal.

O caju na economia formal: Exportações e processamento industrial

Os caminhos do mercado do caju do Sul do Save começavam nas pequenas cantinas que pontilhavam as áreas rurais por todo o sul. Os lugares onde se encontravam as cantinas reflectiam mais a presença de mineiros regressados, com mais poder de compra que os camponeses com culturas comercializáveis. Se os camponeses tinham um acesso conveniente a cantinas que ofereciam o que eles consideravam ser um preço razoável, vendiam as castanhas de caju como parte da sua gestão da produção agrícola disponível. Medir a colocação de produtos rurais no mercado e a exportação de caju é um desafio a muitos níveis. Primeiro, a capacidade de monitorização do estado era, na melhor das hipóteses, inadequada e, segundo, nem todo Moçambique estava sob controle do estado até 1941. Os perfis estatísticos da comercialização e da exportação de caju anteriores a 1941 incluem o Sul do Save, mas excluem importantes regiões do norte que sempre produziram mais que o sul.

A exportação de castanha não processada para a indústria de descasque da Índia começou nas primeiras décadas do século XX, mas teve flutuações consideráveis até meados dos anos 20, quando se desenvolveu com um ritmo de crescimento bastante consistente. Mais uma vez, tal como a maior parte dos produtos agrícolas comercializados pelos agricultores familiares, as vendas de caju reflectiam tipicamente uma grande e complexa gama de factores. As crises políticas e o clima contavam-se entre os muitos factores que influenciavam os níveis de produção, preços, formas de pagamento e produtos alternativos. As condições locais eram influenciadas pelos preços regionais, nacionais e globais, e também pelos impostos, políticas laborais e políticas de importação e exportação de Moçambique.

Entre 1920 e 1924, as secas e as fomes mortais vividas em muitas partes do país, juntamente com a pressão do estado para construir estradas usando trabalho forçado, explicam a queda

¹⁰² TO, Christina Jossias Phelembe, 17 Maio 1993; TO, Celeste Guambe, 17 Maio 1993; TO, Joana Massacaira, 24 Maio 1993; TO, Amélia Samuel Muzima, 27 Maio 1993; Revista Tempo, 858, (22 Mar. 1987) in Medeiros, *Bebidas Moçambicanas*, 57.

¹⁰³ Loforte, 'Migrantes e Sua Relação,' 60.

¹⁰⁴ Medeiros, *Bebidas Moçambicanas*, 57.

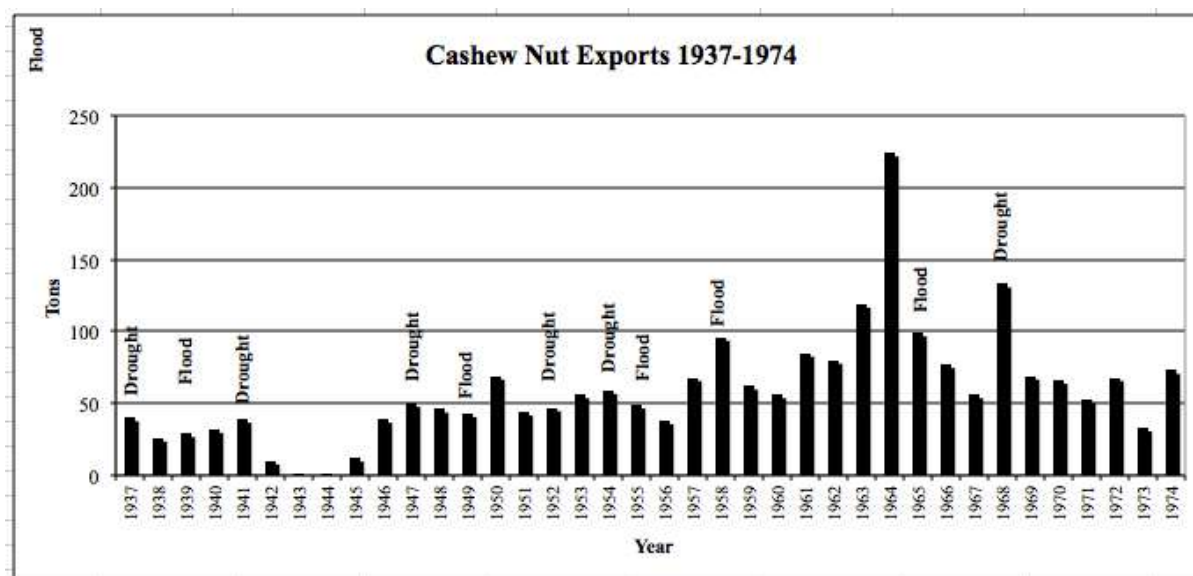


Gráfico 1 Exportações de castanha em bruto 1937–1974

(Compilado de Joana Pereira Leite 'A Economia do Caju em Moçambique e as Relações com a Índia: dos Anos 20 ao fim da Época Colonial', in Comissão Organizadora, *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura* (Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, 1995): 643 nota 29, 651 nota 65; Paulo Ribeiro Soares, 'O Caju e o Regime das Propriedades no Mossuril entre 1930 e 1950', *Arquivo* (Maputo, Moçambique) Vol. 4 (Out. 1988): 91–3)

acentuada das exportações. As fomes podem encorajar respostas contraditórias: alguns camponeses podem recorrer à castanha de caju para a alimentação e, assim, estar menos dispostos a vendê-la; outros podem esforçar-se por colher e vender a maior quantidade possível de castanha para poderem ter dinheiro com que comprar outros géneros alimentares. Embora as árvores sejam bastante resistentes, a seca pode tê-las pressionado demasiado, a ponto de deixarem de produzir frutos e, juntamente com a escassez de mão-de-obra relacionada com o trabalho forçado, podem ter comprometido os esforços da apanha e armazenamento da castanha. Sem inquéritos detalhados aos camponeses, os padrões do produto comercializado neste período ou posteriormente, não são fáceis de explicar.

Durante a crise económica dos anos 1930, as machambas comerciais do sul de Moçambique aumentaram de facto a produção agrícola, apesar da queda de preços de muitas culturas. Primeiro, os proprietários de terras continuavam a usar trabalho forçado para aumentarem a produção, esperando conseguir aguentar-se apesar dos preços mais baixos, e, segundo, eles também conseguiam exigir uma parte das colheitas dos seus rendeiros. O valor da maior parte dos produtos agrícolas caiu acentuadamente entre 1928 e o nadir em 1934, mas a tonelagem das exportações aumentou. À parte uma ligeira queda entre 1931 e 1933, na verdade a produção agrícola aumentou ao longo do período anterior. A partir de 1933 as exportações aumentaram consistentemente, antecedendo a tendência da curva dos preços até que a economia acabou por recuperar em finais de 1936.¹⁰⁵

O cajueiro foi uma das raras culturas que não sofreu as quedas de preços devastadoras típicas da era da depressão – muito pelo contrário¹⁰⁶. Num dos piores anos da depressão, 1933, o preço por tonelada da castanha de caju subiu impressionantemente de 14.93 escudos para 306.39

¹⁰⁵ David Hedges, coordenador, *História de Moçambique; Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930–1961* (Maputo: Livraria Universitária, 1999–2000): 38–39 Quadro 1 & 2; Newitt, *A History of Mozambique*, 459ff; Soares, 'O Caju,' passim; Penvenne, *African Workers*, 95ff.

¹⁰⁶ Soares, 'O Caju,' 93–93; Estatísticas Industriais, 1948 a 1955 aparece em 'diversas', mas a partir de 1956 cobria totalmente a amêndoa, a castanha de caju e o pessoal.

escudos – um aumento de 20 vezes.¹⁰⁷ O maior interesse pelas exportações de castanha de caju data dessa subida de preços. Paulo Soares atribuiu a subida de preços ao fim da Lei Seca nos EUA, em 1932. Os EUA eram o maior mercado mundial de castanha de caju. Soares especula que a chegada da cultura do bar aumentou a procura de castanha de caju como aperitivo de eleição e, assim, forçou a subida de preços.¹⁰⁸ Como condição imposta para quem servisse bebidas alcoólicas após a *Prohibition*, muitas municipalidades exigiam que os bares servissem comida. Os bares conseguiam evadir a despesa, o espaço, pessoal e o incómodo de uma cozinha regulamentada comercialmente, servindo amêndoas, batatas fritas e bolachas como alternativas convenientes. A amêndoa de caju era um alimento nutritivo e, tal como a maior parte dos aperitivos de bar, era salgada para aumentar a sede do cliente.¹⁰⁹

Os números mais altos das exportações datam de 1929 e também reflectem a retoma da administração das terras da Companhia do Niassa por Portugal. Os camponeses dessas áreas vinham exportando caju desde há muito tempo, mas essas exportações não apareciam nos registos do estado, pelo que os números podem não reflectir um salto na produção, apenas um alargamento das vendas reportadas. As exportações de castanha de Moçambique para a Índia tinham aumentado até 30,000 e mesmo 40,000 toneladas por ano no início dos anos 1940, mas depois caíram, devido à interrupção dos carregamentos e da produção na Índia e no Oceano Índico, durante a 2ª Guerra Mundial.

Em Moçambique, o descasque da castanha começou a ser realizado durante os anos quarenta para usar as castanhas acumuladas que tinham sido compradas, mas não enviadas para a Índia. Na altura, os empresários moçambicanos não se sentiam capazes de atingir as especificações industriais da classificação e do empacotamento necessários para exportar directamente para o mercado dos EUA, tal como não conseguiam expedir para os EUA devido às restrições impostas pela guerra. Em vez disso, orientaram-se para os potenciais mercados locais e regionais da África do Sul e da Rodésia do Sul para a amêndoa do caju. Os custos de transporte eram razoáveis e os padrões da indústria sul-africana para as amêndoas importadas eram menos onerosos do que os da América do Norte. No entanto, a experiência de mercado teve pouca duração. Em 1948, o Governo Nacionalista da África do Sul apertou os controles às importações e proibiu totalmente as importações de amêndoa de caju, acabando assim rapidamente com as primeiras tentativas de desenvolver o descasque industrial. Os mercados regionais só reabriram no final dos anos sessenta.¹¹⁰ Após recuperar da interrupção do tempo da guerra nos anos 1940, as exportações de caju passaram a ser uma fonte reconhecida de receitas de Moçambique em moeda externa. Entre 1945 e 1975, as exportações de castanha de caju de todo o território de Moçambique variaram entre um mínimo de 12 mil toneladas, em 1945, e o máximo de 133 mil toneladas em 1968. No ano de 1974, a última colheita anual completa da era colonial, Moçambique exportou 73 mil toneladas de castanha de caju.¹¹¹

A industrialização do descasque do caju

Em 1948, o principal jornal da capital, o *Lourenço Marques Guardian*, anunciava a castanha de caju e os seus derivados como uma 'das maiores riquezas de Moçambique'.¹¹² A maior parte dos jornais deste período promoviam um papel mais importante para Moçambique no que se chamava

¹⁰⁷ A moeda oficial de Moçambique era o real português (pl. réis) até 1910, quando Portugal introduziu o escudo. O escudo esteve ligado à era controlada por Portugal até à independência de Moçambique, em 1975. A moeda de Moçambique independente é o metical (pl. meticais), introduzido em 1980.

¹⁰⁸ Soares, 'O Caju,' 101, nota 2.

¹⁰⁹ O meu agradecimento a Bob Skelnik pelo e-mail de 2 de Abril de 2008 e postagens de contribuidores da lista de distribuição da Alcohol & Drug History Society, ADHS@LISTSERV.MUOHIO.EDU.

¹¹⁰ Spence, *The Portuguese Colony*, 46, 74, 75.

¹¹¹ Pereira Leite e Khouri, *Os Ismailis*, 239–44.

¹¹² 'As grandes riquezas de Moçambique – A castanha de caju e seus derivados,' *Lourenço Marques Guardian* (29 Jan. 1948).

de 'comércio triangular', em que Moçambique exportava as castanhas para a Índia e a Índia exportava as amêndoas descascadas para os Estados Unidos.¹¹³ Em meados do século XX, os EUA importavam pouco menos de 50 milhões de libras de vários tipos de produtos de caju, com um valor aproximado de 15 milhões de USD. A Índia, Goa, o Brasil e o Haiti eram, nessa altura, os principais produtores de castanha descascada.¹¹⁴ No início dos anos 1970, a Índia fornecia 60 por cento da procura global de castanha descascada (o Brasil e a África Oriental, incluindo Moçambique, compunham os restantes 40 por cento). A Índia dependia de importações de outros países para 85 por cento da matéria-prima que sustentava a indústria de descasque, pelo que, claro, tinha um grande interesse em manter as importações de caju.

O Capítulo 2 pormenoriza o desenvolvimento do descasque industrial do caju em Lourenço Marques, através das narrativas das trabalhadoras e trabalhadores. A pesquisa exaustiva de Joana Pereira Leite sobre a história económica de Moçambique, particularmente a sua economia do caju, informa fundamentalmente a minha análise.¹¹⁵ Ela divide o crescimento global da indústria de processamento de caju em dois períodos. O primeiro, a fase do sul, é datado de 1945, com as experiências de descasque manual caseiro ou nos satélites, no pós-guerra, e termina em 1962 com a instalação de máquinas patenteadas de descasque de caju na Companhia Colonial de Angoche. Durante a segunda a fase, a fase do norte, a capacidade de descasque instalada da indústria em Moçambique começou a deslocar-se em direção às áreas produtoras de caju do norte, e o estado foi-se envolvendo cada vez mais na economia do caju.

Entre 1945 e 1962, as exportações variaram bastante de ano para ano. Alguns observadores afirmaram que a colheita do caju era uma tarefa 'difícil e dispendiosa', relegada a mulheres e crianças, enquanto outros diziam que os moçambicanos achavam a apanha do caju 'mais rentável e menos árdua' do que trabalhar outras culturas.¹¹⁶ Não há dúvida de que, nalguns casos, todas as observações eram válidas e, mais uma vez, as decisões familiares sobre a venda das colheitas das árvores eram complicadas. Os exportadores de caju queriam ter a certeza de que as famílias moçambicanas investiam o seu trabalho na apanha da castanha enquanto durava a época, mas os seus interesses estavam em conflito com a população colona / plantadora, que se queixava de que o investimento dos africanos na colheita do caju tinha o 'efeito negativo de reduzir a quantidade de mão-de-obra nativa' disponível para trabalhar nas culturas das machambas dos agricultores comerciais na atarefada época do verão.¹¹⁷

Durante grande parte do período colonial, porém, os moçambicanos não tinham liberdade para investir a sua mão-de-obra agrícola como melhor lhes aprouvesse. A produção forçada de algodão e arroz absorviam uma quantidade importante de trabalho agrícola desde os finais dos anos 1930 até ao início dos anos 1960. A partir de finais dos anos 1930, o algodão estava muito mais no centro do projecto agrícola do estado colonial em Moçambique.¹¹⁸ Algumas áreas do sul de Moçambique, com um clima e solos particularmente inadequados, cedo foram libertadas da

¹¹³ Almeida Figueiredo, 'O Triângulo Económico do Comércio da Castanha de Caju,' Notícias, (15, 17 Ago. e 7 Set. 1952).

¹¹⁴ José Soares Rebelo Domingos, 'Moçambique pode e deve marcar uma posição no comércio da castanha de caju,' Notícias, 19 Ago. 1952: 2.

¹¹⁵ As principais obras de Joana Pereira Leite sobre este tópico incluem: 'La formation de l'économie coloniale au Mozambique: pacte colonial et industrialisation: du colonialisme portugais aux réseaux informels de sujétion marchande 1930–1974,' Doutoramento, L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales [EHESS], Paris 1989); Pereira Leite, 'A Economia do Caju em Moçambique e as Relações com a Índia: dos Anos 20 ao Fim da Época Colonial,' in Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura (Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, 1995): 631–653; Pereira Leite, 'Colonialismo e industrialização em Moçambique: pacto colonial, dinamização das exportações e 'import-substitution,' Ler História, No. 24 (1993): 53–70; Pereira Leite, 'A Guerra do Caju.'

¹¹⁶ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 18.

¹¹⁷ C.F. Spence, Economic Survey of Colony of Moçambique (Portuguese East Africa) (Lourenço Marques: Lourenço Marques Guardian, 1943): 15.

¹¹⁸ Allen F. Isaacman, Cotton is the Mother of Poverty: Peasants, Work and Rural Struggle in Colonial Mozambique, 1938–1961 (Portsmouth: Heinemann, 1996); Allen F. Isaacman e Richard Roberts, eds, Cotton, Colonialism and Social History in Sub-Saharan Africa (Portsmouth: Heinemann, 1995).

produção de algodão, mas para muitos moçambicanos a cultura forçada do algodão só terminou no início dos anos 60. O fim da obrigatoriedade teve um impacto imediato e notável: entre 1964 e 1973, a produção de algodão pelas famílias camponesas caiu por mais de metade.¹¹⁹ A produção total de algodão caiu 22 por cento entre 1960 e 1965, mas depois retomou um ritmo mais lento de crescimento, em grande parte nos sectores da agricultura comercial e cooperativa.¹²⁰ Em 1970, Moçambique continuava a depender da agricultura familiar para a maior parte da sua produção agrícola de exportação, incluindo um número estimado em 800 mil produtores de caju e 500 mil produtores de algodão.¹²¹

Antes do desenvolvimento da indústria de descasque de caju em Moçambique, a exportação competia mais directamente com o consumo local de castanha e de bebidas de caju. A partir dos anos 1950, a Índia era o principal mercado para a exportação de castanha em casca e o seu maior concorrente nas vendas globais de amêndoa descascada. A questão sobre se seria mais lucrativo para Moçambique exportar castanha não processada para a Índia ou descascar a castanha e exportar a amêndoa, foi notoriamente levantada na controvérsia, em meados dos anos 90, entre o Governo moçambicano do Partido Frelimo, a nova geração de empresários capitalistas e o Banco Mundial, mas a controvérsia data dos idos anos 50.¹²² Num esforço por afogar a concorrência, os importadores indianos de caju praticamente dobraram o preço de 3,390 escudos por tonelada que se dispunham a pagar pela castanha moçambicana em 1963 para 6,128 escudos em 1970.¹²³

Embora a política da concorrência tenha mudado ao longo do tempo, assegurar um fornecimento adequado de castanha de alta qualidade na altura da colheita, foi sempre o principal desafio da indústria de descasque, porque em caso contrário não poderia continuar a produção plena até à colheita subsequente. Isso era válido para os descascadores moçambicanos e indianos.¹²⁴ As empresas de descasque de caju também aspiravam a comprar as castanhas maiores, mais secas e de melhor qualidade, porque essas características se relacionavam directamente com a melhor qualidade da amêndoa, a maior facilidade de descasque e, portanto, a produção mais rápida e segura das amêndoas de sobremesa [*dessert*], ou *fancy*, que conseguiam os melhores preços da indústria.

O norte de Moçambique produzia as melhores amêndoas e em maior quantidade, graças em parte às temperaturas e à estação. De um modo geral, as castanhas de caju produzidas no sul eram consideradas de qualidade inferior. A colheita do sul coincide com a época das chuvas e a chuva não só complica o esforço da apanha das castanhas como aumenta a probabilidade de as castanhas ficarem saturadas e bolorentas no armazém. A humidade e o bolor dificultam a preparação das castanhas para o descasque, tendem a escurecer as amêndoas finais e, assim, diminuem o seu valor de mercado.¹²⁵ Resumindo, o norte produzia mais quantidade de castanhas, mais fáceis de descascar, da qualidade que conseguia os melhores preços, e o sul produzia menos castanhas que eram ao mesmo tempo mais difíceis de descascar e com maior probabilidade de obterem piores preços.

No norte e no sul, os agricultores familiares tinham normalmente um único comprador para todos os excedentes da sua produção agrícola – o cantineiro. Durante a maior parte do período colonial no sul de Moçambique, os cantineiros eram indianos que dependiam de armazenistas e exportadores indianos para acesso a dinheiro, crédito e bens de consumo. Muitas cantinas trabalhavam na base da troca directa de comida, panos e produtos manufacturados por produtos agrícolas, em vez de comprarem e venderem os seus produtos por dinheiro. Isso explica, em

¹¹⁹ Fialho Feliciano, *Antropologia Económica*, 127: 1964 – 98.3 por cento, 1970 – 68.7 por cento, 1971 – 45.8 por cento e 1973 42.8 por cento.

¹²⁰ Parcídio Costa, ‘A Indústria de Moçambique no Limiar da Década de “70”’ *Indústria de Moçambique* [Lourenço Marques] Vol. 4, No. 7 (Julho 1971): 206.

¹²¹ Costa, *A Indústria de Moçambique*, 201–10.

¹²² Ver mais detalhes no Epílogo. Pereira Leite, ‘A Economia do Caju.’ Hanlon, ‘Power without Responsibility;’ Pitcher, *Transforming Mozambique*; Cramer, ‘Can Africa Industrialize.’

¹²³ ‘O caju na economia de Moçambique,’ Vol. 4, No. 6, *Indústria de Moçambique* (1971): 171–2.

¹²⁴ Pereira Leite, ‘A Economia do Caju.’

¹²⁵ Parente e Neto, ‘A Agro-Indústria do Caju,’ 18.

parte, porque os camponeses pouco beneficiaram das grandes subidas dos preços pagos pelo caju de exportação nos anos 1960. Os grandes armazenistas e os exportadores de caju beneficiaram muito mais dos aumentos dos preços do que as centenas de milhar de camponeses que plantavam cajueiros e as centenas de cantineiros rurais que lidavam com eles. Os aumentos de preços que acabaram por ter impacto em cascata sobre todos os intervenientes até atingirem os produtores, porém, foram suficientes para mais que duplicar a comercialização de caju, que passou de 61,000 toneladas em 1960 para 137,000 em 1970.¹²⁶

É certo que o comércio rural de Moçambique não era meramente um ramo do capital mercantil indiano, mas as ligações entre o crédito, as mercadorias, os contratos de exportação, preços e redes dos cantineiros eram importantes. Muitas destas relações ligavam o comércio rural de Moçambique directamente ao sector indiano de importações/exportações de grande escala. As cantinas rurais acabavam por ser, quase por definição, pequenas empresas e, como tal, tinham dificuldade em acumular capital, fosse para comprar produtos agrícolas ou para constituir reservas de produtos para troca directa ou para vender, contra os produtos agrícolas. Os exportadores de castanha estabeleciam contratos com os cantineiros para lhes fazerem adiantamentos de crédito ou mercadorias em troca pelo acordo de lhes fornecer castanha de caju na altura das colheitas.¹²⁷

A economia do caju proporcionava uma janela interessante para as complexas relações entre os interesses indianos, portugueses e indo-portugueses no comércio em Moçambique. A administração colonial portuguesa, remontando ao Comissário Régio António Enes em finais do século XIX, queixava-se do poder e da presença dos comerciantes indianos, mas reconhecia com franqueza o papel fundamental por eles desempenhado no comércio rural. Os portugueses referiam-se frequentemente aos indianos em termos hostis, como uma influência desnacionalizadora e corruptiva dos africanos. A maior parte dos cantineiros indianos não falava português, não praticava o catolicismo nem se envolvia com as redes do capital mercantil português mais do que o necessário. Alegava-se que eles repatriavam todo o capital que a lei permitia e que só partilhavam as oportunidades de negócio entre eles. Os portugueses afirmavam frequentemente que os comerciantes indianos transferiam valor da colónia, raramente investindo em Moçambique o valor gerado em Moçambique.¹²⁸

Os indo-portugueses de Damão, Diu e Goa, porém, eram tidos como aliados coloniais e agentes no projecto de colonização, na medida em que eram católicos, falantes de português e se relacionavam com as redes comerciais dos portugueses. Os jornais coloniais portugueses deploravam o suposto domínio do comércio da castanha pelos monhés (muçulmanos sul-asiáticos), alegando que só eles beneficiavam desse comércio e não a colónia.¹²⁹ No entanto, os goeses, como Domingos José Soares Rebelo, enquadravam o debate de forma diferente, afirmando que antes de a Índia e Goa começarem a comprar castanha de caju de Moçambique, 'os africanos ignoravam completamente a apanha do caju para passarem o tempo de forma mais remunerativa.'¹³⁰ Sem o forte mercado indiano de castanha de caju, afirmou, a comercialização da castanha não teria atingido os níveis elevados que atingiu, e não teria providenciado moeda externa para os cofres do estado.¹³¹

Joana Pereira Leite localizou a mudança chave que se verificou na economia do caju de Moçambique com a introdução do descasque mecanizado na Companhia Colonial de Angoche, no norte de Moçambique, em 1962, mas reconheceu que o interesse do estado na indústria de descasque começou em meados dos anos cinquenta e fez a diferença desde o início. Antes de

¹²⁶ 'O caju na economia de Moçambique,' Vol. 4, No. 6, Indústria de Moçambique (1971): 171–172.

¹²⁷ Pereira Leite, 'A Guerra do Caju,' 325; *Economicus*, 'A Castanha de Caju: Continua `a ser o Melhor negócio dos Indianos,' *Diário* (19 Feb. 1964).

¹²⁸ *Economicus*, 'A Castanha de Caju,' *Diário* (19 Feb. 1964).

¹²⁹ *Economicus*, 'A Castanha de Caju,' *Diário* (29 Feb. 1964).

¹³⁰ Domingos José Soares Rebelo, 'O Triângulo Económico no Comércio da Castanha de Caju – Parte I, Moçambique – Índia – EUA,' *Notícias*, 24 Abr. 1952,

¹³¹ Soares Rebelo, 'O Triângulo Económico,' *Notícias*, 24 Abr. 1952

1955, o estado tinha taxado essa mesma exportação em 9.5 por cento sobre o valor, tanto sobre a castanha como sobre a amêndoa. A seguir, emitiu uma nova fórmula que reduzia a taxa sobre a amêndoa de caju exportada para 7 por cento e aumentava a taxa sobre a exportação da castanha em bruto para 11 por cento.¹³² As amêndoas tinham um valor por tonelada muito mais elevado do que a castanha em casca, pelo que a redução da taxa sobre a amêndoa de caju causou uma redução de 26 por cento nas receitas da alfândega, o que foi uma redução considerável. No entanto, através desta política proteccionista, a administração colonial assegurou o abastecimento de castanha em bruto às fábricas de descasque, apoiou a continuação do crescimento da indústria, ao mesmo tempo que penalizava a exportação de castanha não processada para a Índia.

Em 1960, o interesse crescente no descasque de caju por parte dos agrónomos portugueses, políticos, dirigentes de empresas, investidores e engenheiros, ajustou-se para encorajar o estado a tornar-se um parceiro mais interessado na economia do caju. Em Dezembro de 1961, a já velha tensão entre comerciantes portugueses e indianos foi bastante exacerbada quando a Índia tomou os enclaves de Goa, Damão e Diu que Portugal há tanto tempo reclamava.¹³³ O estado português respondeu com medidas draconianas contra os indianos em Moçambique, deportando muitos, confiscando-lhes as propriedades e mesmo tolerando ataques a pessoas totalmente inocentes.¹³⁴ A liderança indiana entre os países não-alinhados e forças anticoloniais neste período da Guerra Fria, ameaçava Portugal tanto quanto a sua posição de maior exportador mundial de amêndoa de caju. A decisão de Portugal de promover o descasque da castanha em Moçambique também pode ter sido parcialmente formada pela deterioração da sua relação com a Índia. Os actos de Portugal visavam minar o controle da Índia sobre o mercado da amêndoa de caju.

Pereira Leite afirma que o ponto crítico da abordagem de Portugal ao descasque do caju de Moçambique foi o desenvolvimento de um mecanismo de descasque por um inventor português, Samuel de Jesus Ferreira de Carvalho. O invento foi posteriormente patenteado pela Sociedade Imperial de Caju e Óleos. O interesse no investimento foi sempre o mais intenso em torno da promessa de uma máquina que podia de algum modo simplificar aquilo que, de resto, eram as dificuldades mais incontornáveis do descasque do caju. Mas esse interesse só em parte explica o entusiasmo português no investimento no invento de Ferreira de Carvalho. A máquina foi uma invenção portuguesa, fabricada em Itália, mas caucionada pelo governo português e capitais portugueses. Com a instalação da máquina no norte, na Companhia Colonial de Angoche, o estado confirmava a sua intenção de apoiar o investimento português e de potenciar a capacidade de processamento nas áreas produtoras de caju.

Um dos grupos pressionando por um maior investimento no descasque de caju incluía o sócio de Tharani, Baldini Vissenjou, um mauriciano que trabalhava na firma Irvington Varnish and Insular Co., já desde 1943, para experimentar subprodutos do caju. O grupo realçava mais estreitamente aspectos técnicos e mecânicos e o seu grupo de pressão não teve progresso imediato. Na verdade, Vissenjou acabou por ter sucesso no patenteamento da sua ideia de mecanização do descasque, mas teve dificuldades em o financiar.¹³⁵ Tharani era um dos poucos empresários do caju que continuava a não se deixar convencer de que uma máquina fosse crucial para a expansão da produção. Em vez disso, alegava que as máquinas resultavam tipicamente numa percentagem muito mais alta de castanha partida do que o descasque manual e, uma vez que as castanhas em bruto implicavam um prémio tão elevado, Tharani baseou o seu plano de negócios no descasque manual.¹³⁶

¹³² Pereira Leite, 'A Economia do Caju,' 644–5.

¹³³ Pereira Leite, 'A Guerra do Caju,' e 'A Economia do Caju;' Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 42ff. 56.

¹³⁴ Raúl Honwana, *The Life History of Raúl Honwana: An Inside View of Mozambique from Colonialism to Independence, 1905–1975*, editado por e com uma introdução de Allen F. Isaacman, Traduzido por Tamara L. Bender (Boulder: Lynn Rienner, 1988): 145–46.

¹³⁵ Pereira Leite, 'A Economia do Caju,' 645 n. 37.

¹³⁶ Entrevista a Jiva Jamal Tharani, 'Em Busca da Máquina Perfeita,' *A Tribuna*, [Lourenço Marques] Ano 1 no. 64 (12 Dez. 1962): 4.

A capacidade instalada aumentou rapidamente: em 1962 havia cinco fábricas de descasque em funcionamento, sete em 1967, onze em 1972 e mais três em construção.¹³⁷ A política do governo foi dirigida a tratar o desequilíbrio anterior entre a capacidade instalada no sul e a produção agrícola no norte. O envolvimento do governo na Companhia Colonial de Angoche marcou o início da deslocação para norte. Em 1969, o sul, que produzia cerca de 35 por cento da cultura do caju, tinha 71 por cento da capacidade instalada. O norte, que produzia 64 por cento da cultura, tinha menos de um terço da capacidade instalada (29 por cento). Apenas três anos mais tarde, as percentagens eram bastante diferentes: 55 por cento das castanhas eram processadas em fábricas do norte, comparativamente a pouco mais de 38 por cento no sul.¹³⁸ Apesar da deriva para norte da capacidade de descasque de castanha entre os anos 1950 e 1970, a Caju Industrial de Moçambique continuou a ser a maior fábrica com o maior contingente de trabalhadores.

A força de trabalho da indústria apresentava diferenças notáveis entre o sul e o norte. Em 1969, Lourenço Marques e o Sul do Save ainda dominavam as exportações de amêndoa de caju e a força de trabalho. Das mais de treze mil toneladas de amêndoa de caju produzidas, mais de metade eram produzidas nas 11 fábricas de Lourenço Marques, e o Sul do Save, por junto, produzia 82 por cento. O Distrito de Moçambique, que mais tarde viria a ser Nampula, produzia apenas 18 por cento. No ano seguinte, o norte tinha aumentado a sua quota para 24 por cento. Enquanto as mulheres representavam 84 por cento da mão-de-obra em Lourenço Marques e pouco menos de metade do total, elas eram menos de 9 por cento no Distrito de Moçambique. Em 1973, último ano de estatísticas regulares para a era colonial, o Distrito de Moçambique produziu 56 por cento da tonelagem total de amêndoas e empregou pouco menos de metade do total da mão-de-obra. Porém, onde as mulheres antes compreendiam pouco menos de metade do total da mão-de-obra em 1969, tinham baixado para pouco mais de um terço e, embora mantendo a sua quota de 85 por cento da força de trabalho em Lourenço Marques, mantiveram-se em menos de 10 por cento no Distrito de Moçambique. Apesar de o número de mulheres empregadas no descasque de caju no norte ter mais que duplicado entre 1970 e 1973, passando de 390 para 956, em 1973 a indústria nortenha empregava menos de mil mulheres. A indústria nortenha não só dependia muito mais de mão-de-obra masculina do que feminina, como também se distinguiu das outras regiões, com mais de 10 por cento de mão-de-obra com menos de 18 anos de idade. Resumindo, ao deslocar-se para norte, a industrialização do caju tornou-se mais dependente de mão-de-obra masculina e de jovens.^{139 140}

¹³⁷ Pereira Leite, 'A Economia do Caju,' 646ff.

¹³⁸ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 79.

¹³⁹ Estatística Industrial [título e autor variam] (Lourenço Marques, 1947-1973).

¹⁴⁰ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju', 50.

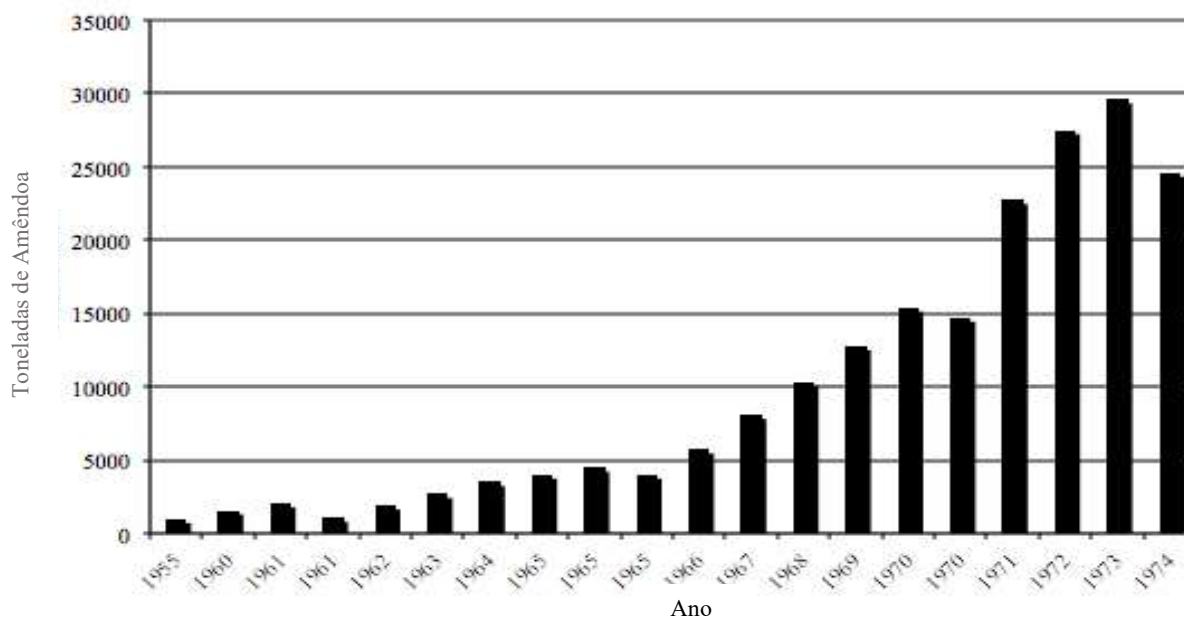


Gráfico 2 Exportações de Amêndoa de Caju, 1955–1974

(Compilado de: Joana Pereira Leite 'A Economia do Caju em Moçambique e as Relações com a Índia: dos Anos 20 ao fim da Época Colonial', in *Comissão Organizadora, Ensaios de Homenagem a Francisco Pereira de Moura* (Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, 1995): 643 nota 29, 651 nota 65; Paulo Ribeiro Soares, 'O Caju e o Regime das Propriedades no Mossuril entre 1930 e 1950', *Arquivo* (Maputo, Moçambique) Vol. 4 (Out. 1988): 91–3)

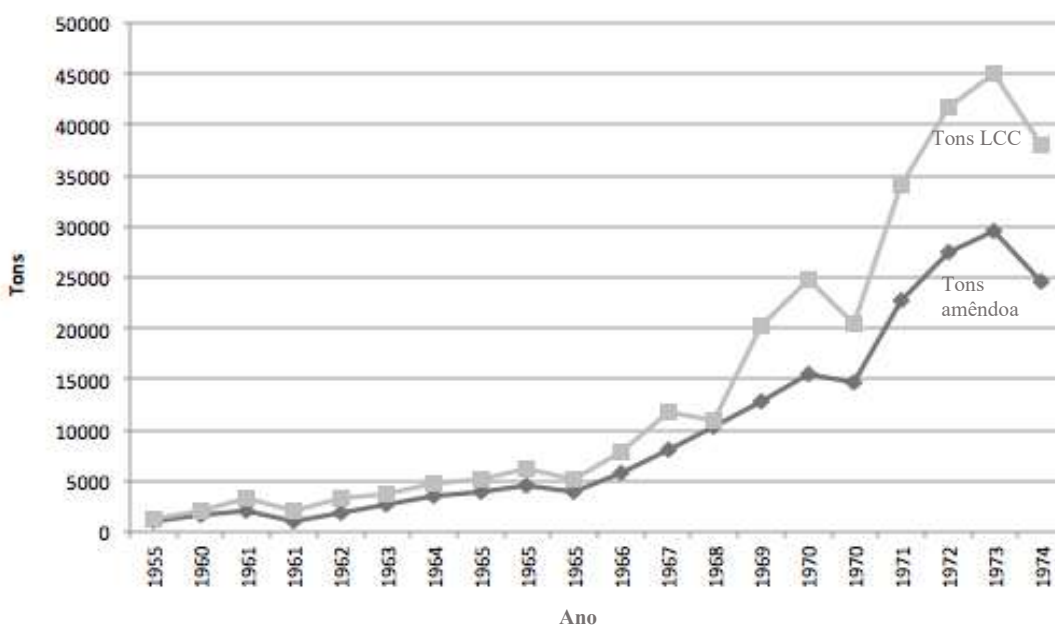


Gráfico 3 Exportações de Amêndoa de Caju e LCC, 1955–1974

(Compilado de: Joana Pereira Leite, 'A Economia do Caju em Moçambique e as Relações com a Índia: dos Anos 20 ao fim da Época Colonial', in *Comissão Organizadora, Ensaios de Homenagem a Francisco Pereira de Moura* (Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, 1995): 643 nota 29, 651 nota 65; Paulo Ribeiro Soares, 'O Caju e o Regime das Propriedades no Mossuril entre 1930 e 1950', *Arquivo* (Maputo, Moçambique) Vol. 4 (Out. 1988): 91–3)

Até certo ponto, o declínio nas exportações de castanha em casca para a Índia reflectiu o aumento da exportação de amêndoa de caju, graças ao aumento da capacidade de produção da indústria de descasque em Moçambique. A comercialização do LCC [CNSL] também contribuiu para a comercialização mais abrangente dos subprodutos da castanha de caju, mas nunca na mesma escala das amêndoas e da castanha em casca. As indústrias de descasque de Moçambique e da Índia competiam pelas mesmas castanhas, alimentando a procura que trazia mais caju ao mercado todos os anos, por todo o Moçambique.

Camponeses africanos e vendas de caju

Deixando de lado a própria ideia de que a oferta e a procura moldam uma coisa chamada de comércio livre em todo o lado, é claro que os camponeses do sul de Moçambique não vendiam o seu caju num mercado livre. Desde os anos 60 que os camponeses conheciam uma procura maior e preços mais altos pelo seu caju. Embora isso os encorajasse a apanhar e a vender mais castanhas, os cada vez mais regulamentos do governo colonial e os desincentivos à concorrência entre os compradores rurais, juntaram-se para garantir que os camponeses não beneficiavam proporcionalmente dos aumentos dos preços.

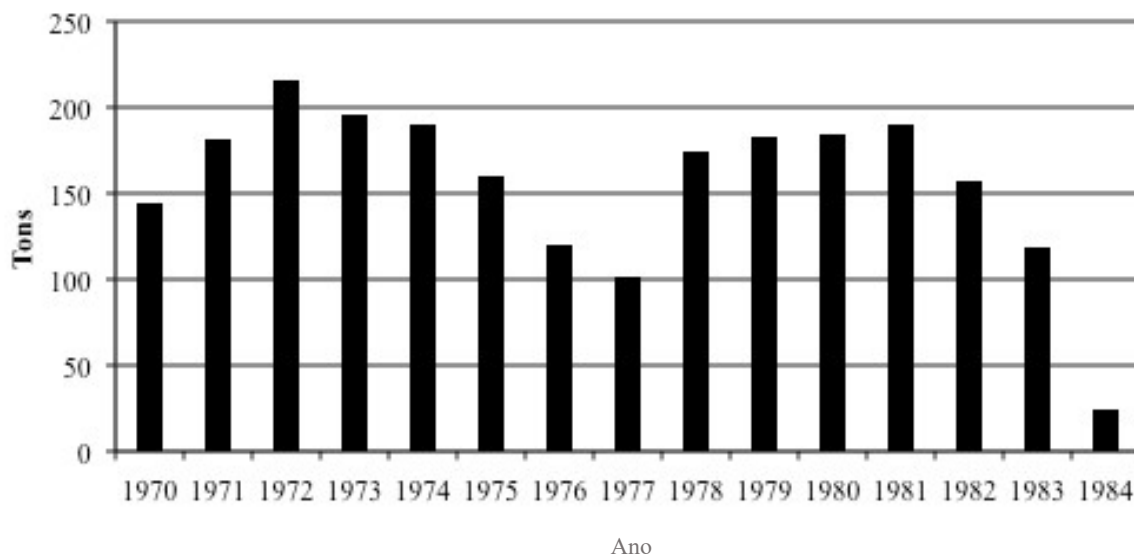
Joana Pereira Leite mostra a relação inversa entre o valor das exportações da amêndoa de caju e da castanha de caju. Ela combina o valor da exportação das castanhas e das amêndoas para demonstrar o perfil cada vez maior da economia combinada do caju relativamente às exportações básicas da colónia, como o algodão, o açúcar e as oleaginosas. Até meados dos anos 1960, as amêndoas de caju representavam apenas 3.6 por cento do valor das exportações, tendo depois aumentado mais de cinco vezes em menos de uma década.¹⁴¹ Embora o valor combinado da castanha em bruto e descascada tenha atingido o seu pico em 1972, com mais de um quarto do valor total das exportações, as exportações de amêndoa de caju continuaram a subir significativamente até que o golpe militar em Portugal marcou o fim da era colonial e da transformação da economia de Moçambique.¹⁴²

¹⁴¹ 141 Pereira Leite, 'A Economia do Caju,' 650.

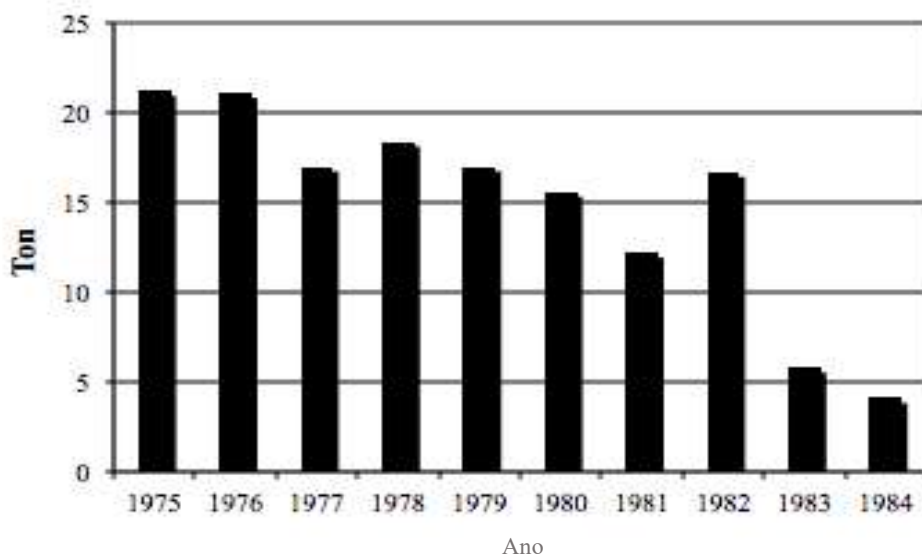
¹⁴² 142 Pitcher, *Transforming Mozambique*, 225–35.

Em 1972, a economia nacional do caju comercializou pela primeira vez mais de 200,000 toneladas de castanha de caju, mas não conseguiu manter o nível. A instabilidade económica que se seguiu ao golpe de 1974 inverteu a tendência ascendente. Pouco depois de chegar ao poder em 1975, o Partido Frelimo baniu totalmente as exportações de castanha para a Índia, uma iniciativa destinada a proteger e assegurar o fornecimento de castanha à indústria de descasque nacional.

Toneladas de Castanha

**Gráfico 4** Castanha em Bruto Exportada, 1970–1984

(Com base em Joana Pereira Leite, 'A guerra do caju e as relações Moçambique – Índia na época pós-colonial', *Lusotopie*, 2000: 295–332, estatísticas, 325–32)

**Gráfico 5** Amêndoa de Caju Exportada, 1975–1984

(Com base em Joana Pereira Leite 'A guerra do caju e as relações Moçambique – Índia na época pós-colonial', *Lusotopie*, 2000: 295–332, estatísticas, 325–32)

Apesar da medida drástica, a comercialização de castanha continuou a cair até 1978, quando a tendência novamente se inverteu para atingir um pico da era da independência, com 190 mil toneladas em 1981. Em 1984, a combinação da ruptura das redes de comercialização, a seca e problemas de transportes, políticas agrárias contraditórias e a crescente insegurança rural ligada à insurgência da Renamo, resultou na queda abrupta dos fornecimentos de castanha e, conseqüentemente, da amêndoa de caju: a castanha caiu em quase 90 por cento e as amêndoas caíram 80 por cento.¹⁴³ O Epílogo continua esta história, trazendo brevemente a situação da indústria de descasque de caju até ao presente.

A economia do caju: perícia, políticas e prática

A mudança de perfil do sector industrial e manufactureiro de Portugal, os seus laços cada vez mais fortes com a Europa e os esforços do Estado Novo para internacionalizar o investimento de capitais, combinaram-se para encorajar uma mudança nas políticas portuguesas no sentido da industrialização de Moçambique. O interesse incrementado de Portugal na economia do caju foi conduzido, em parte, por essas mudanças mais abrangentes.¹⁴⁴ Os jornais de Moçambique registaram o desenvolvimento da inclinação para competir com a Índia no processamento de amêndoa de caju.¹⁴⁵ A partir de meados do século, os defensores do processamento local fizeram ouvir as suas vozes. Alguns desses defensores já tinham investido significativamente no descasque do caju e estavam à procura de um maior apoio do estado para a imberbe indústria de processamento.¹⁴⁶

Assim que as exportações de amêndoa de Moçambique atingiram um determinado patamar, o negócio captou a atenção tanto de industriais do caju da Índia como do estado colonial português. Num ambiente de tensão cada vez maior, a Índia tentou esmagar a concorrência moçambicana no descasque, subindo em mais de duzentos por cento o preço pago pela castanha de caju em bruto, em menos de uma década.¹⁴⁷ Isso chamou a atenção de Portugal. Quando Portugal finalmente assumiu um interesse firme na economia do caju de Moçambique, muitos advogados precoces certamente se lembraram do cliché 'cuidado com o que pedes porque pode ser que aconteça'. Moçambicanos, portugueses e indianos tinham posições diferentes, concorrentes e contrapostas na cadeia da produção do caju e na estrutura económica abrangente. Quando o estado intervinha para apoiar os interesses de qualquer das componentes da economia do caju, outra componente acabava por ser lesada. Em finais da década de 60 e início da de 70, a regulamentação pelo estado dos preços e do licenciamento da venda da castanha tinha alienado quase toda a gente com as suas mudanças anuais e a tabela tipicamente complexa das regiões, lembrando as regiões demarcadas do vinho do Porto dos séculos XVIII e XIX em Portugal.

Em 1973, o crepúsculo da era colonial, os agrónomos Ismar Parente e Lopes Neto publicaram um estudo detalhado da agroindústria do caju em Moçambique. O mapa desse estudo (Mapa 3) ilustra como ficou complexa a exportação de castanha após a intervenção do estado. Algumas áreas eram totalmente livres de exportar caju e outras estavam, em princípio, absolutamente proibidas de exportar. Outras áreas podiam exportar uma certa parte da sua colheita, mas só lhes era permitido exportar depois de a indústria nacional ter declarado que as suas necessidades de

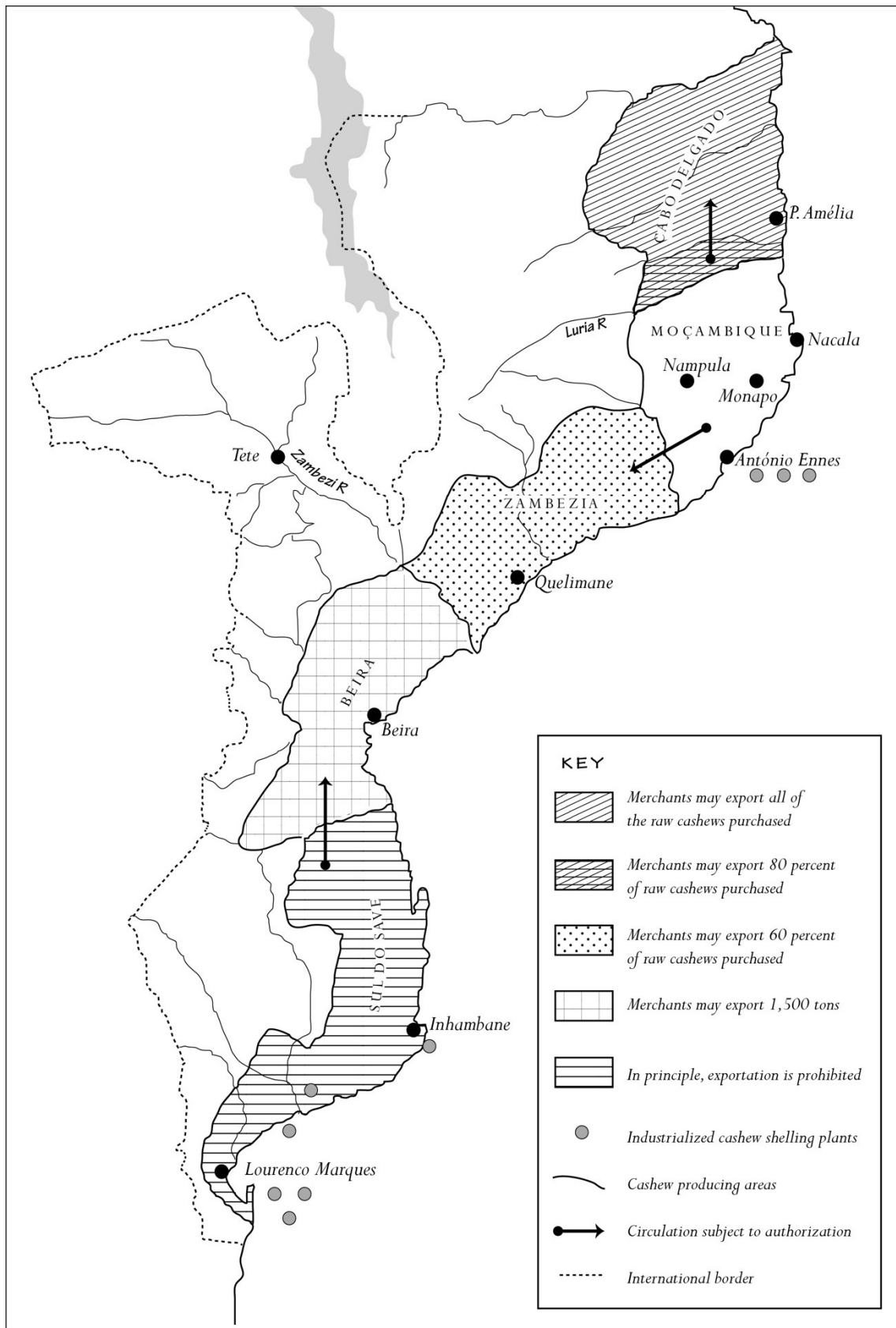
¹⁴³ 143 Pereira Leite, 'A Economia do Caju,' 650.

¹⁴⁴ Schaedel, 'Last Phase', 7; W. G. Clarence-Smith, *The Third Portuguese Empire, 1825–1975: A Study in Economic Imperialism* (Manchester: Manchester University Press, 1985); Pereira Leite, 'A Economia do Caju'; Hedges, 'Modernização da cultura de algodão'.

¹⁴⁵ 'A Industrialização de Castanha de Caju em Moçambique,' *Jornal de Comércio*, 5 Abr. 1951.

¹⁴⁶ Viegas, 'A Castanha de Caju', 9, 85, 88; Luis Baldini Vissenjou, 'Apontamentos sobre a Economia de Caju', *Notícias*, 14, 21 Nov. 14 Dez, 1955; J da Praia, 'A Maior Indústria de Moçambique', *Notícias*, 1,2,3,4 Ago. 1956.

¹⁴⁷ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju', 42



Mapa 3 Cajual – Condições para Exportação, Colheita de 1971–1972

(Baseado em José Ismar Parente e Alfredo Lopes Neto, 'A Agro-Indústria do Cajú em Moçambique', *Comunicação 79* (Lourenço Marques: Instituto de Investigação Agronómica de Moçambique, 1973): 46)

produção estavam satisfeitas. Mais uma vez, tal como na demarcação das regiões do vinho do Porto, essas fórmulas apenas encorajavam as pessoas a contrabandear a produção de uma região para outra, para colher os benefícios das zonas mais favorecidas. Claramente, agilidade, futuros e mercados à vista não figuravam no pesadelo dos regulamentos – havia pouco de 'livre' na ideia de 'comércio livre' no mercado do caju do final da era colonial.

Os preços pagos pela castanha exportada para a Índia aumentaram de entre 2.00 a 3.00 escudos por quilograma em 1963 para 6.60 a 7.00 em 1971/72, com um pico de 8.00 escudos por quilograma durante a colheita de 1969/70.¹⁴⁸ Dado que as fábricas de processamento de Moçambique não conseguiam igualar os preços da Índia para a castanha não processada, tanto os produtores como os cantineiros queriam uma parte dos preços mais altos do mercado de exportação da castanha em bruto para a Índia. Neste ponto, o envolvimento do governo fez uma diferença dispendiosa.

O envolvimento do governo revelou-se muito mais uma praga do que uma bênção. Nos fins da década de 1960, o estado exigia a todos os camponeses do sul que vendessem a totalidade da sua colheita às fábricas de descasque do sul. Embora à primeira vista isso pudesse parecer bem, era também potencialmente mau, tanto para os camponeses como para os proprietários das fábricas. Primeiro, embora fosse bom para as fábricas poderem assegurar um abastecimento completo de castanha, as castanhas que lhes eram garantidas eram amplamente reconhecidas como sendo as castanhas de pior qualidade do país: mais pequenas, mais difíceis de descascar e mais propensas a perder a cor devido à coincidência da colheita com a época das chuvas.¹⁴⁹ Até certo ponto, mais que abençoadas, as fábricas do sul estavam sobrecarregadas com castanha do sul. Segundo, os produtores e comerciantes do sul ressentiam-se de serem excluídos da possibilidade de vender as suas castanhas pelos preços muito mais altos oferecidos pela exportação para a Índia. Os fornecedores do norte não estavam satisfeitos, fosse porque alguns deles não conseguiam vender a sua castanha pelos melhores preços da exportação para a Índia enquanto as fábricas do sul não confirmassem que tinham atingido a sua tonelagem alvo, fornecida a partir da colheita do sul. Uma vez que a colheita do sul ocorria mais tarde que a do norte, os nortenhos ressentiam-se ainda mais por terem de imobilizar o capital e adiar as vendas de exportação até que aqueles a que se referiam como uma 'minoría altamente protegida' dos proprietários de fábricas do sul tivessem atingido as suas quotas.¹⁵⁰

O vasto sistema de controle, incluindo os preços mínimos, era ainda mais complicado.¹⁵¹ Tudo era tipicamente muito limpo, detalhado e preciso no papel, '*para o inglês ver*', como ainda reza o ditado – mas não era levado à prática.¹⁵² O sistema de definição de preços e avaliação de controle que era suposto ser válido para as fábricas, cantineiros e exportadores, era tão absurdamente complicado que as partes interessadas acordaram simplesmente em ignorá-lo e elaborar um sistema mais eficiente, conveniente e mutuamente aceitável – mutuamente aceitável para eles.¹⁵³ É claro que ninguém consultou os produtores, apesar de eles serem um dos grupos para quem os preços mínimos e condições tinham sido ostensivamente concebidos para proteger. Algumas fábricas acabaram por tentar fazer contratos de compra de castanha directamente com os camponeses, excluindo os cantineiros, mas na prática a maior parte dos camponeses tinha poucas hipóteses de não aceitar o que o cantineiro local oferecia, independentemente dos regulamentos do estado. Os camponeses estavam normalmente endividados com os cantineiros locais e, mesmo que não estivessem, o cantineiro tinha a vantagem de ser o único fornecedor de bens de consumo e crédito sazonal. Os regulamentos do estado para a compra de castanha de caju às famílias camponesas eram uma das poucas estipulações claras. O estado exigia que os cantineiros

¹⁴⁸ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju', 42.

¹⁴⁹ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju', 18ff.

¹⁵⁰ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju', 36ff.

¹⁵¹ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju', 36ff.

¹⁵² A frase continua comum, S. Rulane, 'Semáforos na capital do país são para 'o inglês ver'', Notícias (Jul. 2005): 5.

¹⁵³ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju', 36ff.

fizessem três coisas: pagar ao camponês o preço mínimo fixado para a campanha anual do caju, pagar a pronto e pagar em dinheiro.¹⁵⁴ Embora algumas das fontes entrem em demasiados detalhes, fica claro que quando o preço mínimo era 2.20 escudos por quilo, os cantineiros pagavam normalmente 1.00 escudo por quilo aos camponeses, ignorando os preços mínimos do estado, alegando fraca qualidade da castanha. Os cantineiros raramente pagavam em dinheiro aos camponeses. Pelo contrário, compravam a castanha contra bens adquiridos ou para resgatar dívidas acumuladas.¹⁵⁵

O relatório de Parente e Neto corroborou informação espalhada em inúmeros artigos publicados sobre a economia do caju ao longo dos anos cinquenta e sessenta:

Apesar de as normas do governo insistirem em que os apanhadores sejam pagos a pronto e em dinheiro, parece que o último requisito [pagamento em dinheiro] não se verifica a sul do rio Save. Ali, as castanhas são geralmente compradas com mercadorias e, de acordo com a nossa informação dada por esses [cantineiros], na prática, o controle da qualidade também não é possível; em vez disso, alguns comerciantes descontam a mercadoria trocada pelas castanhas prevendo o facto de o produto pesar menos [quando entregue na fábrica] porque terá secado e sido limpo.¹⁵⁶

O estudo do IIED de 2003 também notou a tendência de as cantinas fazerem troca directa em vez de pagarem em dinheiro, citando a falta de dinheiro nas zonas rurais.¹⁵⁷

O relatório de Parente e Neto de 1973 fez um varrimento completo da indústria, desde a plantação até à exportação. O relatório corroborou explicitamente que mais de 97 por cento das castanhas colocadas no mercado provenientes dos 45 milhões de cajueiros do país, foram produzidas por pequenos agricultores moçambicanos e que, no sul de Moçambique, esses agricultores eram mulheres. Para além disso, sublinhava que esta era a árvore mais valiosa para os camponeses moçambicanos por causa do '... uso do pseudofruto para fazer aguardente.'¹⁵⁸ O mercado da aguardente estava nas mãos das mulheres e elas tinham muito mais controle sobre os preços.

O relatório só indirectamente concedia que os agricultores que plantavam, apanhavam e traziam a maior parte da colheita ao mercado não recebiam o preço mínimo que lhes era devido por lei. Em vez de receberem o preço mínimo, a pronto e em dinheiro, como devia ser, os agricultores recebiam mercadorias ou resgataavam as suas dívidas, a preços abaixo dos mínimos fixados ou do mercado. O não reconhecimento de que os agricultores eram frequentemente 'pagos' por preços mais baixos, em mercadorias ou pela dedução da sua dívida na cantina, reforçava a falsa noção de que os preços pagos pela castanha de caju não eram de facto importantes, porque os camponeses tinham 'necessidades de subsistência mínimas' e não produziam para além disso, fosse qual fosse o preço. Pelo contrário, os preços importavam bastante aos camponeses – eles tomavam normalmente as suas decisões sobre o que plantar, cuidar, apanhar, comer, destilar ou vender com base nos preços.¹⁵⁹ Porém, o preço que interessava ao camponês não era o preço mínimo estabelecido pelo estado, mas o preço e a forma de pagamento que ele ou ela realmente recebia.

Finalmente, o relatório de Parente e Neto só na sua secção final considerou a mão-de-obra desta indústria de trabalho intensivo – em relação ao que tinham concluído serem factores limitantes do potencial de crescimento da indústria. Os seus comentários sobre a mão-de-obra são apresentados no fim do Capítulo 2, depois de as mulheres que afirmaram que a promissora indústria tinha crescido da sua força dizerem o que têm a dizer. Os contrastes entre o relatório de Parente e Neto e as narrativas das mulheres são notáveis.

¹⁵⁴ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju', 37.

¹⁵⁵ Pereira Leite, 'Economia do Caju', 648ff.

¹⁵⁶ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju', 37.

¹⁵⁷ Kanji et al., 'Liberalisation – South'. 18ff, esp. 24

¹⁵⁸ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju', 34.

¹⁵⁹ Fialho Feliciano, *Antropologia Económica*, 284–92

2 Tarana

História a partir da fábrica

Histórias em camadas

As mulheres africanas têm o hábito de cantar coisas que normalmente não dizem. A cantiga de trabalho de Oselina Marindzi é a primeira de quatro das nossas cantigas pedras-de-toque. Marindzi fez as perguntas que muitas mulheres pobres do sul de Moçambique tinham na cabeça no fim da era colonial: 'Oh, para onde hei-de ir? Oh, como posso chegar lá? O meu marido está a sofrer, Oh ai de mim! O meu marido fugiu daqui há muito tempo, Oh, ai de mim!'¹ Amélia Chiconela, Luís Guila Muhale e Rosa Joaquim Tembe ajudaram a dar forma às respostas a algumas das perguntas de Oselina. Estas pessoas faziam parte do pequeno grupo de mulheres e homens que se juntaram ao empresário Jiva Jamal Tharani no início dos anos cinquenta e construíram a indústria de descasque de caju de Moçambique, na sua capital; o lugar a que os portugueses chamaram de Lourenço Marques, mas a que a maior parte das pessoas chamava de Xilunguine – a terra dos brancos ou dos estrangeiros.²

A um ritmo espantoso, Tharani e os seus trabalhadores transformaram o descasque de caju de um negócio de esquina de rua, sem condições, que empregava dezenas de mulheres, numa indústria mecanizada empregando milhares de trabalhadoras, na fábrica do bairro de Chamanculo. O nome oficial da fábrica de Tharani era Caju Industrial de Moçambique, mas por todo o lado, no sul de Moçambique, era simplesmente conhecida por 'a Caju' ou 'Tarana'. A indústria de descasque de caju foi construída por homens e mulheres, mas a maior parte da força de trabalho era composta por mulheres, numa época em que o emprego de mão-de-obra feminina no trabalho fabril era pouco comum. Tarana ganhou rapidamente a reputação de ser uma fábrica para mulheres.

Amélia Chiconela foi uma entre os milhares de mulheres de todo o sul de Moçambique cujo sofrimento levou a viajar para Xilunguine. Como ela própria explicou: 'Eu não sabia onde era Xilunguine. Meti-me no comboio e ³ disse "quero ir para Xilunguine". Paguei 15 escudos. Desci em Micoquene, perto do matadouro, e segui a onda de pessoas até ao mercado do Xipamanine. Aí, encontrei pessoas de Xinavane. Um homem deixou-me ir viver com ele. Na casa onde ele vivia, alguém trabalhava na Caju, então eu arranjei trabalho na Caju. Eu não sabia o que era dinheiro. Acabei por me habituar a isto.'⁴ Apesar de ter muito pouca ideia do que daí poderia vir, Chiconela fez o seu caminho. Ela ficou a saber o que era o dinheiro e habituou-se ao trabalho assalariado na cidade. A notícia de experiências como a dela acabou por se espalhar e muitas outras mulheres passaram a ver Tarana como um farol de esperança.⁵

¹ Citado de Oselina Marindzi in Manghezi, 'A Mulher e o Trabalho,' 49.

² Xilunguine, o lugar dos brancos. Alexandre Lobato, Lourenço Marques, Xilunguine; Biografia da Cidade, I – A Parte Antiga (Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1970); Lobato, 'Lourenço Marques, Xilunguine; Pequena Monografia da Cidade,' Boletim Municipal 3 (1968): 7–19

³ Existem várias maneiras de escrever os nomes dos bairros. Muitos foram acrescentados na era colonial e alguns foram rebaptizados depois da independência.

⁴ OT, Amélia Chiconela, 17 Maio 1993.

⁵ Amélia Chiconela, Marindzi e muitas outras usaram o termo sofrimento. OT, Chiconela, 17 Maio 1993 e OT, Virginia C. Massingue, 4 Jun. 1993.

Apesar dos seus muitos desafios, a indústria de descasque de caju era cada vez mais reconhecida como sendo uma das áreas de crescimento económico mais promissoras de Moçambique. Luís Guila Muhale trabalhou na indústria durante várias décadas. Ele lembrou que: 'até há pouco tempo, as mulheres que trabalhavam na Caju eram desprezadas. As pessoas pensavam que elas eram sujas. Pensavam que elas eram prostitutas. Nenhuma, nenhuma das nossas meninas de [Lourenço Marques] havia de trabalhar na Caju.'⁶ Muhale podia ter razão sobre a maneira como as pessoas locais viam as mulheres que trabalhavam no meio da poeira e do fumo de Tarana. Grande parte do trabalho que faziam era sujo e perigoso, e mulheres solteiras migrantes – empregadas ou não – eram culturalmente suspeitas no tempo colonial. Rosa Joaquim Tembe foi uma dessas mulheres. Ela tinha orgulho em informar quem quer que fosse que tivesse interesse na indústria mais importante da colónia, que: 'Nós trabalhamos duro para esta fábrica... ela cresceu da nossa força'.⁷

Este é um livro de histórias em camadas. É a história do nascimento da indústria de descasque do caju até ao seu apogeu, no encerramento da época colonial. Embebidos nessa narrativa estão os esforços de Jiva Jamal Tharani de construir a indústria dos seus sonhos, apesar das lutas de poder por vantagens entre empresários e banqueiros portugueses e indianos.⁸ É também a história de milhares de mulheres que, como Amélia Chiconela e Rosa Joaquim Tembe, conseguiram chegar ao Chamanculo para emprestarem a sua força à construção da suja e perigosa indústria de descasque de caju, e como interpretaram e atribuíram sentido à vida no recinto da fábrica. Embebidas nesta narrativa estão as histórias de mulheres que partiram para Tarana e como conseguiram chegar e sobreviver.

As histórias entre os que sobreviveram centraram-se nas vidas que viveram à volta da sua subsistência. É uma história de homens a tentarem controlar ou manipular mulheres, mulheres a tentarem controlar ou manipular outras mulheres, idosos a tentarem controlar jovens, pais a tentarem controlar filhos e de mulheres, jovens e crianças a tentarem evadir-se e a resistirem ao controle. É, acima de tudo, as histórias que inúmeras mulheres contaram sobre o seu trabalho e as



Figura 6 Descascadeira de Caju
Rosa Joaquim Tembe, 1993
(© Jeanne Marie Penvenne)

⁶ TO, Luis Guila Muhale, 29 Jun. 1993, CIM/M.

⁷ TO, Rosa Joaquim Tembe, 2 Jun. 1993.

⁸ Pereira Leite e Khouri, Os Ismailis, 54–66, 235–8.

suas vidas em Tarana. As suas histórias são ricas, dolorosas, engraçadas, generosas e verdadeiramente impressionantes. As suas narrativas providenciam uma ainda rara janela sobre os desafios do dia-a-dia do trabalho das mulheres na fábrica e nos bairros nos finais do período colonial, e o que essencialmente mudou para elas em 1975, quando Moçambique ficou independente.

A literatura colonial raramente mencionou a maior componente da força de trabalho da indústria do caju e, quando o fez, representou bastante mal as suas experiências. Embora os capítulos que se seguem justaponham regularmente as lembranças das mulheres com impressões dos jornais, documentos administrativos e literatura de negócios da altura, o desafio mais vasto é a destriça do quebra-cabeças que foi a migração das mulheres do sul de Moçambique para a capital, as suas experiências como parte maioritária da força de trabalho da Caju e as maneiras como elas e as suas famílias moldaram e foram moldadas pela capital colonial em rápida mudança. Este foi o período da rápida urbanização, com os imigrantes em maior número que os locais e as mulheres a tornarem-se uma componente muito maior da população urbana africana.

Tarana: A enxada da cidade

A vida no sul de Moçambique nunca foi fácil para as famílias camponesas. As sociedades patrilineares da região atribuíam a autoridade sobre os recursos essenciais a homens mais velhos e, tipicamente, baseavam no género a divisão do trabalho. De acordo com a divisão ideal do trabalho, os homens cuidavam do gado e dos pequenos animais, caçavam, cortavam árvores, construíam e reparavam as estruturas das casas, protegiam as suas famílias e resolviam os litígios. As mulheres cuidavam das crianças, da reprodução diária da família e dos seus membros, lavravam os solos leves com as suas enxadas de cabo curto, e esperavam que as culturas semeadas, plantadas e colhidas beneficiassem das chuvas imprevisíveis da região. A agricultura perto dos rios e nas raras bolsas de solos negros dos machongos húmidos e fundos era mais previsível e produtiva. As áreas ribeirinhas, porém, também estavam sujeitas à devastação periódica causada por cheias impressionantes e à alienação para projectos de povoamento do período colonial tardio.

A partir do século XIX, homens adultos e jovens deixavam o Sul do Save cada vez mais para procurarem trabalho nas minas, plantações e fábricas do que veio a ser a África do Sul, e nos portos, caminhos de ferro e residências de Lourenço Marques. Uma vasta literatura aborda a natureza da emigração masculina do Sul do Save para a África do Sul e a Rodésia.⁹ Os homens partiam para ganhar dinheiro para pagar impostos, comprar bens de consumo e evitar o trabalho

⁹ O debate clássico é entre Marvin Harris e António Rita-Ferreira, na revista *Africa*: Marvin Harris, 'Labour Emigration Among the Moçambique Thonga: Culture and Political Factors,' *Africa*, 29 (1959): 50–66; Harris, 'Labour Emigration Among the Moçambique Thonga: A Reply to Sr. Rita-Ferreira,' *Africa*, 30 (1960): 243–5; António Rita-Ferreira, 'Labour Emigration among the Moçambique Thonga: Comments on a Study by Marvin Harris,' *Africa*, 30 (1960):141–52; Rita-Ferreira, 'Labour Emigration among the Moçambique Thonga: Comments on Marvin Harris's Reply,' *Africa*, 31 (1961):75–7. Rita-Ferreira questionou detalhadamente a posição de Harris numa peça separada: *O Movimento Migratório de Trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul* (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1963). A literatura central também inclui, Rita-Ferreira, 'A Oscilação do Trabalhador Africano entre o Meio Rural e o Meio Urbano,' *Indústria de Moçambique*, 2 (Mar. 1969): 96–9; Rita-Ferreira. 'Esboço Sociológico do Grupo de Povoações Meu (Homoíne, Moçambique).' *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*. Ano XXVI, No 106, Lourenço Marques (Setembro e Outubro de 1957): 128; Rita-Ferreira, *Evolução de Mão de Obra e das Remunerações no Sector Privado em Moçambique desde 1950 a 1970: Análise da Situação Cambial de Moçambique* (Lourenço Marques: Comissão Coordenadora do Trabalho de Análise de Situação Cambial da Província de Moçambique, 1971); Fialho Feliciano, *Antropologia Económica*; Ruth First et al. *Black Gold: The Mozambican Miner, Proletarian and Peasant* (Nova Iorque: St. Martin's Press, 1983); Patrick Harries, *Work, Culture and Identities: Migrant Laborers in Mozambique and South Africa, 1860–1910* (Portsmouth: Heinemann, 1994).

forçado do estado. Eram enviados pelos chefes linhageiros para ganharem dinheiro vivo, para poderem comprar armas e arados e acabavam sendo recrutados agressivamente pelos interesses das minas de ouro e de carvão sul-africanas. Uma parte da migração do século era alimentada pela vontade dos homens de acumularem dinheiro para o lobolo, necessário para legitimar o casamento que confirmava o seu estatuto de adultos. Os homens mais velhos da família do marido pagavam o lobolo ao homem da família da mulher tradicionalmente legitimado para o receber, em parte para reconhecerem que a mulher e os seus filhos viveriam e trabalhariam na família do marido (casamento virilocal), gerindo e aumentando o valor das suas propriedades e da sua família. Em meados do século XX, a emigração masculina de longo prazo e o desequilíbrio demográfico de viúvas e mulheres rurais tornaram-se as características chave desta região.¹⁰

As expectativas culturais relativamente ao casamento e ao comportamento adequado dos adultos articulavam-se na lei e nos costumes pelos 'mais velhos', mas também eram amplamente reforçadas pelos discursos das mulheres mais velhas e embebidas em cantigas de trabalho que socializavam as expectativas. A localização social e o acesso a terra articulavam-se nas suas relações com os homens, normalmente o seu pai ou marido. As mulheres cujos pais ou maridos morriam ou desapareciam na África do Sul, podiam ficar bastante desfavorecidas e vulneráveis à marginalização, trabalho forçado e abuso sexual. A cantiga de Oselina centrava o seu sofrimento, mas o coro da sua cantiga e de muitas outras semelhantes, enfatizavam o estoicismo e os sacrifícios esperados de uma boa mãe, uma boa esposa e uma boa mulher. As mulheres eram instadas a ficar a trabalhar as terras dos seus maridos, custasse o que custasse.

'Num lugar ermo e vazio' é a segunda cantiga pedra-de-toque. Tal como o lamento de Marindzi, ela afirma o que a comunidade espera da boa mulher e esposa, mas Mathayi revelou o preço elevado que se esperava que as mulheres pagassem e captou as palavras exactas que muitas mulheres usaram para explicar as suas difíceis situações:

Regente: Oh! no lugar ermo e vazio.
 Coro: Fica aí / continua aí!
 Regente: Mesmo se me deixarem aqui sozinha.
 Coro: Continua aí!
 Regente: Com as chuvas a cair sobre mim.
 Coro: Continua aí!
 Regente: Mesmo quando elas me insultam/me amaldiçoam.
 Coro: Continua aí!
 Regente: Mesmo quando elas me baterem/me espancaram.
 Coro: Continua aí!
 Regente: Mesmo se me derem pontapés.
 Coro: Continua aí!
 Regente: Mesmo se elas me fizerem feitiço.
 Coro: Continua aí!
 Regente: Mesmo se elas me expulsarem.
 Coro: Continua aí!
 Regente: Oh! no lugar ermo e vazio.
 Coro: Continua aí!¹¹

As sogras eram beneficiadas pelo trabalho das suas noras, pelo que podiam encorajá-las a manter-se nas terras dos seus filhos – tal como elas tinham ficado nas terras dos seus maridos – mesmo que a terra fosse um lugar ermo e vazio e elas estivessem a passar fome. A letra da cantiga instava as mulheres a ficarem, mesmo que elas soubessem que os seus companheiros não haveriam de voltar, pelo que, na verdade, 'a sua energia era desperdiçada'.¹² Desperdiçar a sua

¹⁰ Ver Capítulo 3.

¹¹ 'On a Flat Bare Place' registada por Alpheus Manghezi, foi publicada em First, et al. Black Gold, 163.

¹² 'My Energy is Wasted,' gravada por Alpheus Manghezi, foi publicada em 'Interviews with Mozambican Peasant Women.' in Third World Lives of Struggle. Editado por Hazel Johnson e Henry Bernstein com Raul Hernan Ampuero e Ben Crow (Londres: Heinemann, 1982): 163ff

energia num lugar ermo e vazio era a frase que muitas mulheres usavam para explicar as expectativas das comunidades, como ficar ao lado de um homem mesmo que o homem já não estivesse ao lado delas. Milhares de mulheres ficaram em circunstâncias difíceis para manterem as suas reputações como boas mães, filhas e esposas. Elas podem ter ficado por respeito pelos seus maridos e sogros, mas também podem ter ficado porque sabiam que as mulheres que deixavam as terras dos maridos punham em causa a sua posição social, independentemente das circunstâncias. As mulheres também sabiam que sem a intervenção de um marido activo, os seus sogros também podiam simplesmente mandá-las embora. As mulheres que partiam ou que pediam divórcio podiam ter apoio da sua família de nascimento, mas seriam provavelmente insultadas de prostitutas nas cantigas dos homens.¹³ O marido de Oselina Marindzi tinha partido há muito tempo, mas na sua cantiga perguntava onde havia ela de ir, como poderia lá chegar, e o que haveria de ser dela.¹⁴ Antes da fundação da Caju Industrial de Moçambique, as mulheres como Oselina tinham escolhas muito limitadas. Pouco admira que muitas mulheres pilassem o milho para o jantar das suas famílias cantando o refrão 'Oh, ai de mim!'

A partir dos anos 1950, porém, as mulheres do sul de Moçambique tinham um lugar para onde ir. Soube-se que as mulheres pobres, que só sabiam viver das suas enxadas, conseguiam alimentar-se e aos seus filhos indo para Xilunguine, para pegarem noutra tipo de enxada – um emprego em Tarana.¹⁵ As mulheres sabiam que se deixassem a terra dos seus maridos para procurarem emprego em Lourenço Marques, isso era o mesmo que pedir o divórcio. Se elas pedissem o divórcio, teriam de devolver o lobolo, se alguma coisa tivesse mudado de mãos com o casamento. Tarana tornou-se um destino importante para as mulheres do sul do Save em aflição. Se elas trabalhassem em Tarana, conseguiriam devolver o seu lobolo sem passar fome. Quando as mulheres se achavam em situações desesperadas, os seus pais e filhos começavam a aconselhá-las 'Vai para Tarana. Vais esquecer o que te aflige'.¹⁶

Luís Guila Muhale tinha décadas de experiência com as descascadeiras de caju de Tarana, mas mesmo assim a sua opinião a respeito delas dividia-se. Respeitava-as como árduas trabalhadoras e mães que não mereciam a reputação de prostitutas. Mas tal como a maior parte dos homens da sua geração, Muhale sentia-se desconfortável a respeito de mulheres que não viviam sob a autoridade e a protecção de um homem culturalmente legitimado, o dono da casa. A senhora da casa é a dona da casa. Uma mulher que vivia sem a protecção de um homem era uma mulher sem dono, uma mulher sem um guarda propriamente dito. Muhale expunha uma perspectiva masculina generalizada. As mulheres de Gaza e Inhambane aprenderam que podiam ganhar dinheiro e devolver o lobolo trabalhando na fábrica de Tharani. Elas podiam ameaçar os maridos, dizendo 'se me incomodas vou para Tarana e devolvo o meu lobolo.' Famílias eram frequentemente destruídas pelas próprias mulheres – elas deixavam as suas famílias para virem para a fábrica, para se libertarem dos seus casamentos.¹⁷ Para Muhale, era um dado adquirido que os homens migrassem

¹³ Ver também Capítulo 5. Perspectivas clássicas dos homens expressas na cantiga de trabalho, 'Wawuya Celina,' cantada por Magomane Pequeno, 15 Jul. 1977, Penvenne, African Workers: 214–15; 'My Wife is Suffering' em First, et al. Black Gold, 44; Binford, 'Stalemate,' 109.

¹⁴ Ver também o Capítulo 5. Alpheus Manghezi gravou extensivamente testemunhos orais e letras de cantigas do Sul do Save nas seguintes obras: Trabalho Forçado e Cultura Obrigatória do Algodão: O Colonato do Limpopo e o Reassentamento Pós-Independência c. 1895–1981 [Coleção Documentos, 6] (Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2003); Manghezi, Macassane: Uma Cooperativa de Mulheres Velhas no Sul de Moçambique. Entrevistas e cantigas recolhidas por Alpheus Manghezi, [Documentos5] (Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2003); Manghezi, 'O Trabalho forçado por quem o viveu,' Estudos Moçambicanos, 2 (1981): 27–36; Manghezi, 'A Mulher e o Trabalho.'

¹⁵ TO, Celeste Mpendane, 26 Maio 1993.

¹⁶ TO, Amélia Malenguana, 28 Maio 1993; Felizmeta Namboro, 9 Jun. 1993.

¹⁷ TO, Luis G. Muhale, 29 Jun. 1993 CIM /M; Nos anos 1950, Rita-Ferreira notou que o lobolo tinha perdido muito da sua função tradicional, mas também confirmou que '... a única mulher da aldeia que estava ausente a trabalhar num centro urbano, partiu para trabalhar porque queria divorciar-se e tinha de ganhar o dinheiro necessário para devolver o seu lobolo porque este tinha sido gasto pelo seu pai em seu benefício próprio.' 'Esboço Sociológico,' 128.

para ganhar dinheiro, e admitia que era muito mais provável que os homens deixassem as suas mulheres do que as mulheres deixassem os seus maridos. Admitia, mesmo, que as mulheres que viviam relações conflituosas e situações de abuso, estariam muito melhor se se libertassem dos seus casamentos. Apesar disso, continuava a achar que uma mulher decente devia estar sob o cuidado e o controle do dono da casa.¹⁸

Nos anos 1950, as mulheres e os jovens conseguiam cada vez mais fugir ao controle e à autoridade de homens mais velhos através do trabalho assalariado. Se os jovens e as mulheres conseguiam ganhar dinheiro a trabalhar na cidade, seriam muito mais difíceis de controlar. Já nos anos sessenta os homens e as mulheres mais velhas que dependiam do trabalho de mulheres mais novas e jovens, expressavam a sua frustração dizendo que 'o que nos mata hoje é o dinheiro'.¹⁹ No fim da era colonial, um marido desiludido queixava-se: 'somos nós, os maridos, que sabemos como as mulheres deviam trabalhar. Mas neste momento elas têm empregos'.²⁰

Porém, contrariamente ao tom dado pelo marido desiludido e Luís Guila Muhale, as mulheres não deixavam as suas famílias de ânimo leve.²¹ Pelo contrário, era mais provável que as mulheres fossem para Tarana porque não tinham 'dono da casa' nas suas casas rurais. O dono da casa morria ou arranjava um contrato na África do Sul e não voltava. Muitas vezes, as mulheres que realmente deixavam os seus maridos, faziam-no porque eles lhes batiam, porque passavam fome ou, simplesmente, porque se fartavam. Amélia Chiconela expressou o refrão mais comum relativamente ao ponto crítico das mulheres: a dado ponto, ela deixava de conseguir ver como melhorar a situação. A sua única colheita previsível por lavrar a terra do seu marido era 'levar pancada de graça'.²² Ela não sabia nada de Xilunguine, nunca tinha estado numa cidade, nunca tinha entrado num comboio nem usado dinheiro. A bravata não se encaixa nos testemunhos da maior parte das mulheres. Chiconela ficou aterrorizada por deixar tudo o que conhecia por algo sobre que não sabia nada e acertadamente receava.²³ O facto de ela 'se ter habituado' reflectia a determinação, a coragem e a sorte, mas não, certamente, bravata.

Tarana pode ter sido o lugar para onde se viraram muitas mulheres que não sentiam bem onde e como estavam, mas não era um lugar fácil. As pessoas locais tratavam as descascadeiras de caju como sexualmente suspeitas. Para onde fossem, levavam as marcas deixadas nas suas mãos e braços pelo ácido do caju, e pelo cheiro acre da cinza do caju que se lhes pegava ao cabelo. Elas viviam com o estigma da mulher sem dono, de que tinham dado à luz 'filhos da casa', ou filhos das mulheres, querendo dizer crianças cujos pais se recusaram a assumir a responsabilidade pela gravidez e os filhos. Não há frases depreciativas para os pais. Muhale descreveu com precisão as percepções das pessoas locais em como o descasque do caju era um trabalho duro, sujo, para mulheres suspeitas; mulheres que podiam, com a mesma facilidade, ter acabado por ir parar às zonas de prostituição, nos bairros das Lagoas e da Mafalala.²⁴ Era preciso ter roupas boas e cosméticos para trabalhar nos bares sofisticados da Rua Araújo, e poucas mulheres imigrantes o conseguiam por si sós.

A maior parte dos clichés tem uma ponta de verdade. Poucas trabalhadoras da fábrica de caju viviam relações maritais socialmente sancionadas e sabiam que carregavam um estigma. Mais uma vez, os homens que viviam relações não sancionadas socialmente não carregavam estigma nenhum. A palavra ronga para divórcio, *xungwa*, é também a palavra para qualquer mulher que viva sozinha. O termo também conota promiscuidade sexual e, mais uma vez, não existe nenhum

¹⁸ TO, Luis G. Muhale, 29 Jun. 1993 CIM/M.

¹⁹ Binford 'Stalemate,' 73.

²⁰ Homem não identificado citado por Sherilynn Young, 'Women in Transition: Southern Mozambique, 1875–1976', artigo não publicado, Conference on the History of Women, St. Paul, Minnesota, 1977: 15.

²¹ Ver Capítulo 3.

²² Aqui, como por toda a África Austral, a violência doméstica emergiu associada à erosão da autoridade patriarcal, abuso de álcool e pobreza. Burrill et al., Domestic Violence; Lee, African Women and Apartheid, 63, 73, 186, 198.

²³ TO, Amélia Chiconela, 17 Maio 1993.

²⁴ TO, Luis G. Muhale, 29 Jun. 1993 CIM/M; Binford, 'Stalemate,' 74.

termo corolário para homens que estejam nas mesmas precisas circunstâncias.²⁵ Era maior a probabilidade de as mulheres de Tarana serem solteiras, divorciadas e terem 'filhos da casa', do que as mulheres que trabalhavam noutras indústrias urbanas.²⁶ Essas mesmas circunstâncias levaram muitas mulheres a Tarana. As mulheres de Tarana também sabiam que a sua mais provável alternativa ao trabalho diurno na fábrica de descasque de caju do Chamanculo seria o trabalho nocturno como prostitutas nos bairros das Lagoas e Mafalala. Elas sabiam como era difícil sobreviver e criar os filhos no caos e brutalidade das zonas de prostituição, o lugar a que chamavam de *Mathlothlomana* – caos sem fim. *Mathlothlomana* era outro termo popular construído por confluência. Tal como Tarana, denotava uma pessoa, um lugar e uma profissão. Neste caso, *Mathlothlomana* era o nome que as pessoas davam a António Nunes, porque ele era mau e agressivo. Nunes encorajava a prostituição na sua pequena loja adjacente ao compe de trabalhadores do bairro da Mafalala. O compe veio a ser chamado de *Mathlothlomana* e viver em '*Mathlothlomana*' queria dizer prostituir-se.²⁷ Tal como milhares de outras mulheres, Amélia Chavanguane decidiu finalmente que não tinha outra escolha a não ser ir para Tarana. Ela ficou mortificada até às lágrimas por causa das implicações que essa decisão teria para a sua reputação: 'Chorei, quando pensei em vir para Lourenço Marques. Eu não sou uma mulher da má vida.'²⁸

Porém, fosse qual fosse o custo para as suas reputações, as mulheres que não estavam bem e não conseguiam ver outra maneira de melhorarem a sua situação, decidiam que Tarana era o lugar para onde ir. A questão seguinte de Oselina foi como chegar lá. Em finais dos anos 1960, a expansão das estradas, caminhos de ferro e os serviços de autocarros criaram oportunidades para sair da fome rural e as mulheres e as crianças agarraram-se a elas.²⁹ O estado estava tão alarmado com a saída legal e clandestina de mulheres e crianças das zonas rurais que instituiu muitas pesadas aos operadores de autocarros, camiões ou comboios que transportassem mulheres e crianças como passageiras, sem as autorizações explícitas dos seus familiares masculinos legitimados para o fazer. Em finais dos anos 1940, o estado instruiu as autoridades rurais para 'tomarem todas as medidas' para evitar a continuação da emigração clandestina e instituiu uma força especial para infiltrar e desactivar as redes migratórias ilegais. Em 1952, a polícia tinha conseguido reduzir o ritmo acelerado da emigração ilegal, mas continuou a haver 'casos esporádicos largamente protagonizados por mulheres' durante anos.³⁰

A resposta à última – e mais contundente – pergunta de Oselina, 'o que vai ser de mim?', dependia da saúde de cada mulher, da sua família, das suas capacidades, da sua perseverança e da sua sorte. As mulheres que deixavam as zonas rurais por sua conta e risco, distinguiram-se de várias maneiras. Sim, eram normalmente pobres, viúvas, abandonadas e vítimas de abusos, mas

²⁵ Binford 'Stalemate,' 74; O estudo de Laura Longmore de fins dos anos 1950 sobre as mulheres africanas de Johannesburg, captou muitos dos preconceitos entranhados e paternalistas dessa altura, relativamente às mulheres urbanas, *The Dispossessed: A Study of the Sex-life of Bantu Women in Urban Areas in and around Johannesburg* (Londres: Jonathan Cape, 1959): 14–15.

²⁶ Ver Capítulo 4 e Maria da Conceição Tavares Lourenço da Silva, 'As Missões Católicas Femininas,' *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, No. 37 (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1960); Arnfred, 'Estudo da Situação'; Manuense, 'Contribuição ao Estudo.'

²⁷ TO, Carlota Samuel Cubay, 20 Maio 1993; Hilário Matusse. 'Mafalala: Fronteira entre a Cidade e o Subúrbio,' Part 1, *Tempo*, No. 685 (27 Nov. 1983): 18.

²⁸ TO, Amélia Chavanguane, 26 Maio 1993.

²⁹ Sherilynn Young, 'Fertility and Famine: Women's Agricultural History in Southern Mozambique,' in R. Palmer and N. Parsons, eds. *The Roots of Rural Poverty* (Berkeley: University of California Press, 1977): 67–81; Stephanie Urdang, 'Rural Transformation and Peasant Women in Mozambique,' *Research Working Paper 40* [World Employment Programme, WEP, 10] (Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 1986); Ana Maria Loforte, 'Migrantes e sua Relação com o Meio Rural,' *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia*, 4 (1987): 55–69; Circular, 26 August 1946, Nos. 338 & 339/B17/1, Direcção Provincial de Administração Civil [DPAC], Sul do Save; Requerimento, Isabel Mussana à ACLM, 19 October 1948, Arquivo da ACLM à guarda do AHM [ACLM / AHM].

³⁰ DPAC à ACLM Circular 339/B/ 16/ 1 e 399/ B/17 / 1, 26 Ago. 1946, ACLM Caixa [Cx] G; ACLM à Repartição Central de Negócios Indígenas [RCNI], 388/B/ 17/1, 19 Set. 1952, ACLM Cx NN, ACLM /AHM.

essa viagem requeria coragem e determinação.³¹ As pessoas que a nível familiar eram descritas como fracas, dóceis e lentas, terão provavelmente ficado, como insistia o refrão do coro do pilão, sofrendo no seu lugar ermo e vazio, a gastar a sua energia e chorando 'Oh, ai de mim!'. As mulheres que partilharam as suas experiências para este livro, foram mais do que apenas determinadas e corajosas. Tembe, Chiconela, Chavanguane e inúmeras outras foram as sobreviventes. Embora os registos da inscrição de mão-de-obra da cidade dêem algumas indicações dos números e taxas de rotação anual de Tarana para esse período, não constam narrativas dos que não sobreviveram. As mulheres que partilharam as suas histórias foram as que conseguiram aguentar-se ano após ano e criar os seus filhos, e mesmo netos, em Tarana³².

Estas mulheres compunham a maior parte da força de trabalho da indústria mais promissora das décadas finais da era colonial de Portugal. Rosa Joaquim Tembe reivindicou com firmeza o que lhes era de direito: 'Chegámos quando Tarana ainda era pobre. Esta fábrica [de Chamanculo] era uma serração quando Tarana a comprou... as pessoas sofriam a partir as castanhas para as abrir. Queimávamos a pele. Trabalhámos duro para esta fábrica.'³³ Nem todas as mulheres que tentaram arranjar um emprego que lhes bastasse para sobreviver em Tarana tiveram sucesso, mas foram milhares que tentaram e mais outros milhares que registaram e lembraram.³⁴ Os homens também repararam que as mulheres tinham novas opções.

A mulher industrial chega à cidade

As experiências das mulheres de Tarana trouxeram luz a temas que eram comuns na África Austral ao longo dos meados do século XX: a erosão dos recursos rurais, a mudança dos papéis do género, a mudança da composição do agregado familiar, o desenvolvimento das relações de trabalho industriais e o impacto da presença cada vez maior das mulheres na personalidade das comunidades urbanas africanas. Só no início dos anos 70 é que as ciências sociais e a literatura histórica reconheceram amplamente que a importante contribuição da mulher para o desenvolvimento económico de África tinha sido subestimada e mal interpretada.³⁵ No entanto, é notável que as descascadeiras de caju, que foram uma componente crucial na indústria com maior crescimento em Moçambique, possam ter ficado tão completamente invisíveis nos arquivos, na imprensa e nos documentos da era colonial.

Talvez seja que, à luz da diminuição actual da economia formal, as invasivas economias informal, da oferta e da família, tenham vindo a usufruir cada vez mais da atenção dos académicos.³⁶ A produção, vendas e serviços informais têm claramente um papel cada vez mais

³¹ O estudo de Bilale sobre Maputo no século XXI alega que é frequente que as mulheres solteiras que migram como estratégia de sobrevivência melhorem o seu próprio bem-estar e auto-estima. Esta pesquisa corrobora a sua afirmação de que as tendências dos académicos para verem negativamente a migração de mulheres solteiras é uma posição residual e deveria ser reconsiderada de uma forma mais positiva. Cecilia Castanheira Bilale, *Mulher Migrante na Cidade de Maputo* (Maputo: Centro de Estudos de População [CEP] Faculdade de Letras e Ciências Sociais, UEM, 2007): 11–14.

³² Ver Capítulo 3.

³³ TO, Rosa Joaquim Tembe. 2 June 1993.

³⁴ O crescimento da força de trabalho industrial está mapeado em *Estatística Industrial 1947-1971* (Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1948–1972).

³⁵ Ester Boserup, *Women's Role in Economic Development* (Nova Iorque: St. Martin's Press, 1970); Edna Bay, *Women and Work in Africa* (Boulder: Westview, 1982).

³⁶ Para esta literatura em expansão e dinâmica, ver Aili Mari Tripp, *Changing the Rules: The Politics of Liberalization and the Urban Informal Economy in Tanzania* (Berkeley: Univ. of California Press, 1997); Cristina Udelsmann Rodrigues, *O Trabalho Dignifica o Homem; Estratégias de Sobrevivência em Luanda* (Lisboa: Edições Colibri, 2006); Barnes, 'We Women Worked so Hard; Teresa Barnes e Everjoyce Win, *To Live a Better Life; An Oral History of Women in the City of Harare, 1930–1970* (Harare: Baobab Books, 1992); Ana Bénard da Costa, *O Preço da Sombra; Sobrevivência e Reprodução Social entre Famílias de Maputo* (Lisboa: Livros Horizonte, 2007); Paulo et al, 'Xiculungo' *Social*, 13; Jane Barrett, Aneene Dawber, Barbara Klugman,

importante nas vidas quotidianas da maioria da população africana urbana. Mulheres, crianças e jovens eram tão centrais a todas estas actividades na era colonial quanto o são agora. A maior parte das descascadeiras de caju de Lourenço Marques, tal como a maior parte das pessoas pobres, desenvolveram múltiplas estratégias de sobrevivência e receitas, incluído actividades económicas caseiras, de oferta e informais, legais e ilegais.³⁷

Como notou Frederick Cooper nos anos 1950, em 'virtualmente todas as conceptualizações coloniais e das ciências sociais sobre a mão-de-obra africana, os trabalhadores imaginados eram homens, de onde 'o Homem Industrial tinha chegado a África'. Mas, 'o Homem Industrial tinha uma mulher. Na verdade, as mulheres eram, nos debates coloniais, absolutamente centrais à determinação do futuro dos homens industriais... a mulher africana haveria de criar o homem industrial africano.'³⁸ A trabalhar em grande parte sobre documentos coloniais britânicos e franceses, ele notou que o discurso em torno da 'estabilização das famílias de trabalhadores', o discurso em finais da era colonial enquadrava as mulheres como mulheres dos 'trabalhadores' e mães de futuros 'trabalhadores' [implicitamente homens]. Segundo o mesmo roteiro, o homem industrial haveria de usar o salário da sua família ou abono de família para apoiar a sua mulher e filhos. Cooper conclui:

Os regimes coloniais não transformaram as mulheres africanas em mulheres de trabalhadores e nada mais. Mas a construção retórica das mulheres africanas como mulheres dos trabalhadores ajudou a dar forma aos termos em que as actividades das mulheres para além desse limite haveriam de ser discutidas. Definir a mulher dos trabalhadores também definiu outros papéis das mulheres como 'informais' ou 'ilegais'. Esses rótulos e as suas implicações para a lei e as políticas económicas marcam o significado a longo-prazo da construção colonial do homem industrial, com a sua mulher e a sua família.³⁹

Os decisores de políticas coloniais parecem não ter considerado a possibilidade da mulher industrial, mas o seu surgimento no sector formal urbano veio sem dúvida perturbar o roteiro: dos papéis das mulheres propriamente ditas, como esposas e como mães, aos tipos de família que podiam ser apoiados por salários familiares e abonos de família.⁴⁰ As lembranças de inúmeras mulheres moçambicanas que trabalharam em Tarana, abrem uma janela para o mundo industrial urbano do fim da era colonial e convidam a uma reavaliação das maneiras como as mulheres africanas moldaram a produção industrial e a vida social urbana, e as suas estratégias à luz das exigências da produção industrial e das suas próprias necessidades sociais e económicas.

Ao contrário dos seus colegas homens, as mulheres não recebiam um salário familiar, bónus, abono, ou melhoria de salário pelo nascimento de um filho. Na verdade, o melhor que poderiam esperar pelo nascimento da criança eram trinta dias de licença legal não remunerada. Os elevados índices de mortalidade infantil entre as descascadeiras de caju, sugerem que o sucesso desta importante indústria teve um custo muito elevado para as trabalhadoras.⁴¹ As contribuições das descascadeiras de caju eram ignoradas e mal representadas no registo impresso e as autoridades urbanas tratavam-nas com hostilidade e desdém, mas as mulheres fíncaram-se nas suas

Ingrid Obery, Jennifer Shindler, Joanne Yawich, Vukani Makhosikazi; *South African Women Speak* (Londres: Catholic Institute for International Relations, 1985).

³⁷ Bénard da Costa e Udelsmann Rodrigues pormenorizam essas estratégias em estudos do século XXI sobre Maputo e Luanda, *Preço da Sombra e O Trabalho Dignifica*, respectivamente.

³⁸ Frederick Cooper, 'Industrial Man Goes to Africa,' in Lisa A. Lindsay and Stephan F. Miescher, eds. *Men and Masculinities in Modern Africa* (Portsmouth: Heinemann, 2003): 128. O trabalho de Lindsay sobre os trabalhadores ferroviários nigerianos considera os salários familiares. Lisa A. Lindsay, *Working with Gender: Wage Labour and Social Change in Southwestern Nigeria* (Portsmouth: Heinemann, 2003).

³⁹ Cooper, 'Industrial Man,' 135–136.

⁴⁰ Iris Berger, *Threads of Solidarity: Women in South African Industry, 1900–1980* (Bloomington, Indiana University Press, 1992).

⁴¹ Ver Capítulos 3 e 5.

experiências de vida na fábrica e nas vidas que aperfeiçoaram para si próprias e as suas famílias, nas esquinas apertadas em que navegavam dentro e fora do seu local de trabalho.⁴²

Mapeando Tarana: de *djamangwana* a *tinumerini*

‘No tempo de Tarana nós contávamos para alguma coisa.’
Amélia Maciene⁴³

Aiiii, Aiiii! Roquette Eh! Eh! Eh!’
Amélia Nhavotso⁴⁴

‘*Malalanyana*, Aiiii! Ele pensava que era o “Rei do Concelho!”’
Ele bateu em muitas pessoas ...ele era mau, realmente MAU!’
Elina Mulungu⁴⁵

Os agitados recintos das fábricas de descasque de caju de Moçambique eram povoados por milhares de mulheres, mas alguns homens chave povoavam as lembranças que as mulheres guardaram das suas vidas ali. Amélia Maciene, Amélia Nhavotso e Elina Mulungu lembraram homens como Tarana, brutos como Roquette, e homens maus, realmente MAUS, como *Malalanyana*. Este capítulo apresenta as mulheres e os homens de Tarana e transmite as personalidades, relações, ritmos e discursos da vida de todos os dias – mais de quatro décadas de história a partir do recinto da fábrica. Faz o mapeamento do percurso das castanhas de caju através da fábrica do bairro de Chamanculo, antes de se virar para as primeiras experiências de Jiva Jamal Tharani com o descasque do caju, que levaram à fundação da Caju Industrial de Moçambique – a fábrica a que os trabalhadores chamavam de Tarana. Termina com o relatório especializado de Parente e Neto, de 1972, sobre o descasque do caju e a sua força de trabalho, que nos permite comparar as avaliações dos trabalhadores sobre o desenvolvimento da indústria com as de Parente e Neto.

Uma visita mais apressada à Caju Industrial revela que o descasque de caju foi, com toda a razão, legalmente classificado e licenciado como uma indústria tóxica e perigosa. Muitas das piores condições obtidas nas primeiras experiências de descasque de caju foram bastante melhoradas quando a indústria se estabeleceu no espaço da fábrica de Chamanculo, mas sempre foi, e continua a ser até hoje, um trabalho sujo. Qualquer pessoa que se aproxime da Caju Industrial com vento contra sente o seu cheiro acre característico da poeira e da cinza de caju, muito antes de se avistar a fábrica.⁴⁶

Na era colonial, o processo de produção começava com a chegada de grandes sacos de serapilheira cheios de castanha de caju em bruto aos cais de descarga do armazém. Homens e mulheres levavam os sacos para dentro do armazém escuro e sem janelas. Mesmo nos dias quentes e solarengos, o chão de cimento do armazém estava suficientemente frio para drenar o calor do corpo. O processamento começava com as castanhas em bruto a serem despejadas numa enorme caldeira de óleo. O óleo quente rachava a casca exterior da castanha. As nozes rachadas eram então postas no tapete rolante para a primeira das áreas das várias fases do processamento manual. Em contraste com o trabalho no armazém húmido e gélido, o descasque tinha lugar na sombra quente e sufocante da barulhenta e ensurdecadora caldeira, onde o ar era denso de poeira de caju. Ali, as descascadeiras removiam os restos sobreviventes da casca exterior carbonizada e

⁴² ‘Tight corners,’ o título do Capítulo 5, é tomado por empréstimo a John Lonsdale’s ‘Agency in Tight Corners: Narrative and Initiative in African History,’ *Journal of African Cultural Studies* 13 (2000): 5–16.

⁴³ TO, Amélia Macaiene, 9 Jun. 1993.

⁴⁴ TO, Amélia Nhavotso, 10 Jun. 1993

⁴⁵ TO, Elina Mulungu, 4 Jun. 1993.

⁴⁶ A 10 Maio 1993, Felipe Guambe guiou-me através das fábricas da Machava e Chamanculo com autorização do Secretário de Estado do Caju, Juliano Saranga. Ver o prefácio para os agradecimentos completos.

ainda quente. Estas mulheres queimavam-se frequentemente com as nozes quentes, o óleo quente e o cáustico ácido anacárdico expelido pelas nozes. Rosa Muianga trabalhou grande parte da sua vida na secção de descasque debaixo da caldeira. Os seus braços e mãos estavam cheios de cicatrizes. Ela lembrou que não só o barulho era aterrador como causava problemas de saúde tão graves como as queimaduras. '... trabalhávamos até ficarmos surdas debaixo da máquina. ... passávamos muito mal.'⁴⁷

Da perigosa e quente secção de descasque, as castanhas passavam para a secção em que os trabalhadores realizavam o trabalho mais entediante, que era pelar a fina membrana da amêndoa. O descasque era feito no ponto de saída do tapete rolante da caldeira, mas a membrana era pelada a pouco mais que um braço de distância do descasque. Toda a gente se referia às secções de descasque e despeliculagem como *djamangwana*, querendo dizer 'difícil' – condições difíceis e trabalho difícil. Nos anos 60, *djamangwana* era o nome popular da Cadeia Central da Machava, e também o das pessoas que ali estavam a cumprir as suas penas como prisioneiros políticos da temível política secreta, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado, geralmente conhecida pelo acrónimo de PIDE⁴⁸ Em ambas as situações, difícil soa a pouco.

A poeira e o calor de *djamangwana* eram separados por portas duplas da área mais fresca, mais iluminada, mais silenciosa da triagem, onde centenas de mulheres limpavam e separavam as amêndoas por tamanho, forma e cor. Ali, as amêndoas *fancy dessert* de primeira qualidade eram separadas dos '*baby bits*' residuais e outros tipos de menor importância. Nos estágios finais, as amêndoas triadas eram pesadas e seladas a vácuo em grandes caixas metálicas. Esta secção final era chamada *tinumerini*, porque as pessoas que pesavam e empacotavam as amêndoas entendiam os números (*ti-numerini*) – elas sabiam fazer a matemática de pesar e calcular a produção. Mais uma vez se obtinha a confluência do discurso do Sul do Save: Tarana e *mathlothlomana* eram as pessoas, os lugares e os trabalhos; *djamangwana* era o lugar e as pessoas que faziam um trabalho particularmente difícil ou passavam por momentos particularmente maus; *tinumerini* era um lugar, um trabalho especializado e as pessoas que faziam o trabalho.

Os trabalhadores menos experientes, menos educados e com menos conhecimentos influentes, faziam o trabalho pesado, sujo e perigoso no armazém e nas secções *djamangwana*. Os que tinham experiência, ligações, sabiam falar português e fazer contas, faziam os trabalhos mais

⁴⁷ TO, Rosita Muianga, 9 Jun. 1993.

⁴⁸ TO, Amélia Macaiene, 9 Jun. 1993, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado [PIDE] foi mudado mais tarde o nome para Direcção Geral de Segurança [DGS]. Honwana, *Life History*, Capítulo 5; Dalila Cabrita Mateus, *A PIDE / DGS na Guerra Colonial, 1961–1974* (Lisboa: Terramar, 2004): 136–143; 'Desenhos da Prisão de Malangatana,' *Notícias*, 13 Jun. 2007



Figura 7 Djamangwana, Secção de Descasque e Despeliculagem, 1993
(© Jeanne Marie Penvenne)

leves, mais limpos e menos perigosos. Todos os grupos tinham os seus próprios desafios importantes. Este estudo foca menos os homens que trabalhavam nos laboratórios, na carpintaria e na serralharia, mas alguns dos perigos com que tinham de lidar ficaram claros logo no primeiro dia do projecto. Ao entrarmos no edifício, um serralheiro era levado de urgência para o hospital, segurando o seu dedo decepado.

Pessoas de diferentes secções viviam com diferentes riscos, mas ninguém, na Caju, escapava à poeira invasiva do processamento da castanha. Toda a gente saía de lá vestindo o seu distintivo acre. O problema não era só o cheiro, embora isso já fosse bastante mau. Na família das *Anacardiaceae*, a família do caju, o *Anacardium occidentale* é parente do *Toxicodendron radicans* (ou *Rhus radicans*), a que os americanos chamam de hera venenosa. A alergia à hera venenosa é relativamente comum. O ácido anacárdico é cáustico e queima por contacto, e o pó do caju, como qualquer outra poeira industrial, é insalubre, mas quem era alérgico à poeira do *Anacardium occidentale* não podia suportá-la por muito tempo. Mais cedo ou mais tarde, os seus efeitos nocivos acabavam por apanhá-los.⁴⁹

⁴⁹ Eu não tinha previsto os perigos ocupacionais de ser alérgico ao pó do caju como sou à hera venenosa. Só consegui atravessar os meses de trabalho diário na fábrica usando, irreflectidamente, grandes quantidades de cremes tópicos à base de esteróides, para tratar a pele exposta e os cursos subsequentes de antibióticos para reparar os danos nos meus seios nasais, garganta e pulmões. Esses medicamentos muito fortes e caros não poderiam ter sido opção para a maior parte dos moçambicanos, nem eram uma solução a longo-prazo para ninguém.

Relações de produção: Nomes e tratamento no recinto da fábrica

Três gerações de moçambicanos que sobreviveram a essas condições, nalguns casos por mais de quatro décadas, lembraram os bons e os maus tempos passados no recinto da fábrica. A geração mais antiga contou o seu trabalho com Tarana antes de a indústria ter condições de fábrica, e quando as condições de produção faziam com que *djamangwana* parecesse um piquenique. As pessoas que viveram os ritmos e as relações em Tarana, contaram ao pormenor a sua experiência desses anos em termos pessoais.⁵⁰ A relação entre hegemonia e o poder de atribuir um nome e um significado é largamente conhecida.⁵¹ Nesta arena colonial, como em muitas outras, o discurso era separado e desigual. Dentro das suas arenas, a atribuição de nomes era uma componente importante da apropriação pelos trabalhadores. As mulheres transformaram Tharani em Tarana e fizeram com que esse nome referisse o homem, o lugar e a empresa. Dar nomes era um aspecto de fazer de Tarana a fábrica delas.

Ao nível mais alargado, os nomes e as formas de tratamento eram complexas e marcadamente hierárquicas no Moçambique colonial. A maior parte dos brancos eram uma presença distante da fábrica. Quando interagiam com os trabalhadores, apresentavam-se pelo apelido ou posição de autoridade e esperavam ser tratados com formalidade. Os estatutos hierárquicos estavam embebidos na língua de formas que sublinhavam os pressupostos racistas coloniais. Enquanto os brancos podiam tratar os negros de qualquer idade pelas formas verbais de tratamento íntimo, como tutear, que projectavam autoridade e presumiam subordinação, esperava-se que os negros usassem formas que confirmavam a sua deferência e distância social – eles não haveriam nunca de se dirigir a um branco, homem ou mulher, pelo seu nome próprio.⁵² À cautela, os moçambicanos evitavam mesmo a familiaridade de usar o apelido de uma pessoa branca, preferindo a distância social conseguida pelos títulos formais. O Senhor Santos, por exemplo, podia ser tratado de várias maneiras, como Senhor Patrão, Senhor Chefe, Senhor Engenheiro.

Eram relativamente poucas as descascadeiras de caju que falavam português e a maior parte raramente interagia com brancos. Nos seus próprios espaços, os trabalhadores atribuíam nomes a pessoas em posições de autoridade. Em casos excepcionais, as mulheres moderavam a hierarquia formal racial afirmando um parentesco fictício. O elenco de personagens que participam na história desde o recinto da fábrica incluiu: Papá Tarana, *N'wamafasitela*, *N'wamagange*, *Ndhondhoza*, *N'watinhawu*, *Mamamele*, *Mudahomu* e *Cumbula*. Os nomes são muitas vezes descritivos. *N'wamagange* era o homem que usava calças de ganga, *N'wamafasitela* era o homem que usava óculos, *Ndhondhoza* era o homem com a voz forte, *N'watinhawu* era o homem que fumava cachimbo, e *Cumbula* era o homem que estava sempre a resmungar. Certamente que havia mais que uma pessoa que cabia nestas descrições, mas ninguém os confundia.⁵³ Os nomes em linguagem vernacular conferiam aos trabalhadores modos de controle que normalmente escapavam aos que estavam formalmente no comando.

Alguns homens, como António Roquette, eram conhecidos por vários nomes. A maior parte das mulheres lembra-se dele apenas como Roquette, mas outras também o conheciam como *Mamamele*, o homem que andava como os gatos, de tal maneira que sempre chegava mesmo atrás

⁵⁰ John Lonsdale, 'Agency in Tight Corners,' Ver Cap. 5 abaixo.

⁵¹ Bender Shetler, 'The Gendered Spaces.'

⁵² Os brancos podiam tratar adultos negros por tu, normalmente reservado para as crianças e familiares. Os negros nunca podiam presumir usar essa forma com os brancos. Muitas memórias de brancos mencionam este ordenamento, Nuno Roque da Silveira, Lourenço Marques; acerto de contas com o passado, 1951–1965 (Lisboa: Edições Colibri, 2011): 174–5.

⁵³ TO, Carlos Maundla, 13 Jul. 1993, confirmou os apelidos dos homens e os nomes dados pelos trabalhadores, e Bento Siteo esclareceu a ortografia contemporânea. Os narradores tinham muito provavelmente padrões semelhantes de atribuição de nomes entre eles, mas não segui essa importante linha de inquérito.

das pessoas antes de elas darem conta da presença dele.⁵⁴ Ele era sorrateiro e um terror. Uma geração depois de Roquette deixar a fábrica, a simples menção do seu nome ainda fazia com que as mulheres corressem em busca de protecção, com as mãos sobre as cabeças para se protegerem dos ataques dele: 'Aiiiiii, Aiiiiii, Roquette, Eh, Eh, Eh'⁵⁵ Era uma representação espontânea enraizada em anos a viver à sua sombra ameaçadora.

Afonso Ivens Ferraz de Freitas, conhecido como *Malalanyana*, e Roquette, entram na história um pouco mais tarde, mas os seus nomes evocam o dorido 'Aiiiiii', e o aviso ríspido 'Eh, Eh, Eh!', por bons motivos. Outros nomes traziam sorrisos, acenos e a suave e longa resposta 'Ehhhhh!' A menção de Tarana trazia sorrisos, 'Ehhhhh!' A maior parte das mulheres partilhava a visão de Amélia Macaiene: 'Ehhhhh! Nós contávamos para alguma coisa, no tempo de Tarana.'⁵⁶ O tempo de Tarana foi desde a indústria caseira inicial dos anos 1950, até à posse dos portugueses, em meados dos anos 1960. Recordações desse primeiro tempo com Tharani, quando as mulheres trabalhavam duro, mas 'trabalhavam bem', seguraram muitas mulheres através do difícil período após a sua partida.

A era de Tharani: desde os satélites até ao Chamanculo

Como empresário do descasque de caju, Tharani estava bem colocado. Conhecia e tinha investimentos em toda a cadeia da economia do caju, desde a compra do produto agrícola nas cantinas ao negócio de importação e exportação entre Moçambique e a Índia. Fez experiências à luz do que tinha aprendido sobre o papel dominante da Índia no comércio global do descasque do caju.⁵⁷ A experiência de Tharani e o acesso às redes comerciais de importação e exportação largamente controladas pela Índia foi-lhe vantajosa, mas deixou-o vulnerável às alegações portuguesas de que os indianos não tinham raízes em Moçambique. O cliché era que os indianos faziam negócio uns com os outros e deixavam pouco valor acrescentado em Moçambique. Do ponto de vista da administração colonial, Tharani era 'um deles'.

Tharani iniciou o descasque de castanha em Lourenço Marques com o que se pode chamar de sistema de satélites: entregando as castanhas para serem descascadas por grupos de mulheres em ajuntamentos de esquina de rua, recolhendo mais tarde as amêndoas descascadas e limpas. As mulheres preferiam trabalhar em grupos nas esquinas das ruas do que em casa, não só porque partilhavam o carvão e pela solidariedade social, mas porque também não queriam que os óleos cáusticos e os fumos do caju poluíssem os seus quintais, o espaço onde a maior parte das famílias africanas urbanas cozinhava, limpava e socializava.⁵⁸ As mulheres quebravam as castanhas com martelos que faziam com ramos de árvores, e todas confirmaram que isso lhes pesava nas mãos.⁵⁹

Embora o sistema de satélites gerasse um fornecimento firme de amêndoa, as entregas e as recolhas dispersas eram incómodas e morosas. Em Março de 1950, Tharani e vários outros empresários mudaram-se desta indústria artesanal para a primeira tentativa de pequena escala de centralização do processamento. O trio de fundadores da Caju Industrial de Moçambique incluía Tharani, Eduardo da Silva e Bardin da Silva. Os trabalhadores conheciam-nos, respectivamente, por Tarana ou Papá Tarana, *N'wamafasitela* (o português que usava óculos – *fasitela*) e *N'wamagange* (o mauriciano que usava calças de ganga). Eles fundaram a primeira empresa de descasque de caju no Jardim Gouveia, na Avenida de Angola, em Lourenço Marques. Os sócios

⁵⁴ TO, Cristina José Machava, 31 Maio 1993; Maria Rosa Xavier Siteo, 28 Maio 1993; Ofélia Mbebe, 4 Jun. 1993; Amélia Nhavotso, 10 Jun. 1993; Carlos Maundla, 13 Jul. 1993.

⁵⁵ Quando Percina Mungumbe mencionou Roquette, Amélia Nhavotso e quatro das suas colegas atiraram-se ao chão à procura de refúgio, TO, Percina Mungumbe, 10 Jun. 1993.

⁵⁶ TO, Amélia Macaiene, 9 Jun. 1993.

⁵⁷ Pereira Leite 'A Guerra do Cajú.'

⁵⁸ TO, Grupo de reformadas, 2 Jun. 1993.

⁵⁹ TO, Grupo de reformadas, 2 Jun., especialmente Joana Chilaule.

de Tharani, *N'wamafasitela* e *N'wamagange*, focaram-se na mecanização e na inovação tecnológica, não na produção e gestão de mão-de-obra quotidianas.

Tharani começou com um pequeno grupo de trabalhadoras. Quatro décadas depois, muitos deles ainda trabalhavam na Caju, ou eram reformados activos da Caju. Carlos Maundla, Luís Guila Muhale, Joana Chilaula, Rosalina Tembe, Emera Mahochi, Marta Cossa, Carlota Cumbe, Isabel Zandamela, Avelina Bene Manjane e Lina Chivambo, todas tinham feito parte do contingente original e partilharam as suas lembranças de quatro décadas.⁶⁰ Quando ficou claro que Tharani teria de recrutar muitos mais trabalhadores, ele trouxe David Russel, um inglês com experiência de gestão de força de trabalho na indústria de descasque de caju da Índia. Os trabalhadores chamaram-lhe *N'watinhawu* porque normalmente fumava cachimbo. Toda a gente recordou que durante o mandato de *N'watinhawu* se uma pessoa queria trabalhar trabalhava e era adequadamente paga; se não se queria 'trabalhar bem' era-se despedido. Era tão simples quanto isso.

Na verdade, as descascadeiras de caju acolheram com agrado os elevados padrões uniformizados, a disciplina justa e as atitudes positivas de trabalho.⁶¹ Numa indústria onde a maior parte dos trabalhadores dependia de receber trabalho de outros na linha de produção, um único retardatário podia comprometer o ritmo de trabalho de muitas pessoas. Não interessava aos trabalhadores nem à gerência manter pessoas que, por qualquer razão, não queriam 'trabalhar bem'. Tharani, Russel e os dois principais supervisores da fábrica, o Chefe Lima e o Chefe Martins, tinham, todos eles, reputação de serem respeitadores e justos. Apesar da sujidade e do trabalho duro, o respeito e o sentido de justiça eram as marcas distintivas da era de Tharani. Inúmeras mulheres fizeram eco da afirmação de Amélia Maciene de que elas contavam para alguma coisa.

Na localização original no Jardim Gouveia, as castanhas em bruto eram aquecidas por homens em barris de óleo a ferver, para lhes quebrar a casca. As mulheres completavam o trabalho de descasque e despeliculagem no local. O vapor nocivo que saía da castanha a assar era um risco reconhecido desde o início, pelo que cedo começaram a aquecer as castanhas em cilindros com chaminés para expelir os gases.⁶² Em menos de um mês, Tharani mudou-se do Jardim Gouveia para um lugar maior, próximo do matadouro municipal. O ritmo da produção, porém, era de tal maneira que em Setembro de 1950 eles se mudaram novamente, desta vez para uma grande serração no Chamanculo, onde implantaram a empresa permanentemente. As únicas estruturas iniciais eram umas naves compridas de madeira e zinco. Em Dezembro de 1950, cerca de 800 pessoas trabalhavam na fábrica de Chamanculo. A partir dessa altura, o descasque de caju era feito numa instalação industrial, completa, com condições de fábrica.

Entre Março e Dezembro de 1950, a empresa mudou três vezes de lugar e a força de trabalho aumentou de 9 para 800 pessoas. Avelina Manjane lembrou esses anos com calma e resignação: 'As minhas mãos doíam-me sempre, mas não tinha para onde ir, por isso não tive escolha a não ser ficar aqui e sofrer.'⁶³ Era assim mesmo. Rosa Joaquim Tembe, uma mulher alta e impressionante cuja autoridade no seio do grupo permaneceu palpável, sabia quem suportava os custos da inovação e da produção: 'as castanhas eram cozinhadas em enormes panelas. As pessoas sofriam de verdade para abrir aquelas castanhas. A nossa pele estava sempre queimada!'⁶⁴ Ela lembrou a toda a gente que a indústria de descasque do caju ganhou posição quando a fábrica de caju era apenas uma serração e Tharani 'ainda era pobre'. Ela e Manjane estiveram entre as centenas de mulheres que suportaram a dor e as cicatrizes físicas das primeiras experiências e da expansão da indústria.⁶⁵

⁶⁰ Esta secção baseia-se em: TO, Carlos Maundla, 13 Jul. 1993, TO, Luis Guila Muhale, 26 Jun. e 9 Jul. 1993, ambos na Machava, e TO, grupo de reformados 2 e 4 Jun. 1993.

⁶¹ TO, Carlos Maundla, 13 Jul. 1993.

⁶² Viegas, 'A castanha de cajú,' p. 9.

⁶³ TO, Avelina Bene Manjane, 31 Maio 1993.

⁶⁴ TO, Rosalina Tembe, 19 Maio 1993.

⁶⁵ TO, Rosa Joaquim Tembe. 2 Jun. 1993.

À medida que a operação foi aumentando de escala, a divisão do trabalho foi clarificada e os processos ajustados.⁶⁶ As castanhas já não eram tostadas, mas tratadas em banhos de óleo quente. Três tambores de 200 litros eram colocados sobre fogões alimentados a carvão vegetal que aqueciam o óleo até rachar as castanhas. As castanhas, encerradas num contentor com uma base de tela, eram baixadas repetidamente no óleo a ferver. Depois do terceiro banho de óleo cuidadosamente cronometrado, as castanhas rachavam como previsto e eram depositadas numa cama de cinzas para arrefecer e retirar o excesso de óleo. Os homens faziam todo o trabalho com os fogões de carvão, óleo a ferver, levantar, mergulhar e medir o tempo dos banhos de óleo. As mulheres desta primeira geração concordaram que levantar os enormes e pesados tambores e os perigosos banhos de óleo a ferver eram trabalho dos homens.⁶⁷

Depois de as castanhas abrirem no óleo quente e de serem drenadas para as camas de cinza, os homens entregavam-nas às mulheres que estavam a pouca distância, para elas completarem o descasque à mão, com pequenos martelos. Os homens transferiam então as castanhas descascadas para um forno, onde eram aquecidas para secar a membrana, para facilitar a sua remoção. Desse ponto em diante, as mulheres faziam toda a despeliculagem e a subsequente triagem manual. O consenso foi que o descasque, mas principalmente a despeliculagem e a triagem, eram trabalho das mulheres. Embora a maior parte dos trabalhadores tenha corroborado a divisão de trabalho que atribuía as tarefas pesadas e perigosas aos homens e o trabalho manual cuidadoso às mulheres, as mulheres deixaram claro que não escapavam ao levantamento de grandes pesos no armazém da fábrica, nas ruas, nas suas casas e por todo o lado.⁶⁸ O caju tinha uma divisão sexual do trabalho, mas toda a gente trabalhava longas horas e tanto homens como mulheres faziam tarefas pesadas, insalubres e difíceis.

Tharani acabou por aumentar os armazéns do Chamanculo e a mecanização da produção. Os fogões a carvão e os tambores de óleo foram substituídos por caldeiras e as castanhas eram levadas para a caldeira e de lá tiradas em tapetes rolantes. Alguns dos trabalhos dos homens foram eliminados pela mecanização, mas à medida que a capacidade instalada aumentava, cada vez mais mulheres eram admitidas para o descasque, a despeliculagem e a triagem, para acompanhar o ritmo da caldeira. O trabalho nas secções de descasque e de despeliculagem continuava a ser frustrantemente difícil.⁶⁹

‘Nós contámos para alguma coisa’: Papá Tarana lembrado

Cecília Chicavo e Rosa Joaquim Tembe conheceram Tharani antes de algumas das outras trabalhadoras terem nascido. Ambas as mulheres começaram a trabalhar com Tharani nos seus satélites de esquina de rua. Elas lembraram-no com carinho, como uma pessoa que trabalhou duro como elas também trabalharam. Elas lembraram que Tarana se preocupava com a indústria e dava valor ao lugar que as mulheres nela tinham. Um empenho partilhado na produção na Caju e o valor de trabalhar bem eram características centrais impressionantes nas narrativas das trabalhadoras. Na memória colectiva das trabalhadoras que o conheceram em pessoa, Tarana emerge como um homem inteligente, sério, justo e generoso. Ele e os seus sócios cofundadores eram uma boa equipa porque, como Chicavo insistiu e muitas outras mulheres corroboraram, sob

⁶⁶ Os parágrafos abaixo sobre os princípios da produção fabril, baseiam-se em: TO, Carlos Maundla, 13 Jul. 1993, TO, Luis Guila Muhale, 26 Jun. e 9 Jul. 1993, ambos na Machava, e TO, Grupo de reformados 2 e 4 Jun. 1993.

⁶⁷ TO, Grupo de reformados 2 e 4 Jun. 1993.

⁶⁸ O tributo fotográfico de Carlos Dominguez às mulheres Moçambicanas e à elegância com que levantam pesos pesados mostra bem este aspecto, *Com o Mundo à Cabeça: Homenagem às Mulheres de Moçambique* (Figueira da Foz: Imprensa Económica, Lda. para a Associação do Centro Cultural de Matalana, 1997).

⁶⁹ Os anúncios de Tharani em vários números do periódico *Império* afirmavam que a Caju Industrial de Moçambique era a única fábrica de Moçambique a descascar amêndoa de caju e a extrair e processar os óleos e derivados do caju. *Império*, Vol. 4 (Ago. 1951): ii; *Império*, Vol. 11 & 12 (Mar. /Abr. 1952): 14; *Império*, Vols. 5 & 6 (Set. / Out. 1951): v.

a sua direcção as mulheres 'trabalhavam bem'.⁷⁰ O trabalho era duro e as expectativas eram altas, mas as mulheres concordaram em que eram tratadas com dignidade.

As narrativas sobre Tharani nos primeiros anos de produção marcaram as relações como sendo de família e de género. Algumas destas mulheres sem dono falaram de Tharani como se ele fosse o chefe de família responsável que elas nunca tinham tido nas suas próprias casas. Algumas referiam-se a Tharani como o dono da casa, o homem da casa delas, e a si próprias como as donas da casa. Como dono da casa, Tharani fiscalizava e geria os recursos, enquanto as donas contribuíam com o seu labor produtivo na família partilhada da fábrica. Podemos, obviamente, estar a levar essa analogia demasiado longe, mas o discurso da família marcou claramente as lembranças dessa época. Estas mulheres forjaram modelos precoces da mulher industrial moçambicana. Elas inspiraram-se em imagens e relações que conheciam e transferiram-nas para as adaptar à situação sem precedentes que viviam.

Emera Mahochi, uma grande atriz, representou esse tema maravilhosamente.⁷¹ Uma mulher franzina com sete décadas de vida atrás dela, Mahochi entretinha toda a coorte de reformados com o seu movimentado retrato do pequeno, encorpado, Tharani, a cumprimentar os seus trabalhadores com '*khissá khissá*', ou beijinhos, em português, um beijinho em cada face, como forma de saudação. Ela assumiu a estatura dele e deu a volta à sala distribuindo '*khissá khissá*'. Aí ela começou uma representação de auto-elogio que é mais típica dos homens. Mahochi representou o elogio de Tharani ao seu próprio trabalho rápido e produtivo – trabalho que ela afirmou ter feito com que ela fosse a inveja dos seus colegas. Gabou-se de que o 'pequeno e bonito indiano' Tarana estava tão contente com o trabalho dela que lhe deu dinheiro extra e pão. Isso fez com que os seus colegas ficassem ainda mais invejosos, mas ela não se importou. Os colegas poderão ter pensado que ela andava metida em feitiçaria, por causa da sua sorte, mas ela considerava-se a dona da casa, a primeira dama da fábrica, por ter captado a atenção e agradado ao dono da casa. Toda a gente se riu com vontade e apreciou a sua representação. Voltou então a sentar-se e lembrou, num espírito mais sóbrio, que, tal como a maior parte das outras, ela veio para Tarana por causa da pobreza, *wusiwana*. O trabalho duro também não lhe era estranho, parece ter sido a sua sorte: 'Papá Tarana pôs-nos a trabalhar bem. Todas nós trabalhámos juntas tra, tra, tra, tra.'⁷²

Se Mahochi era a radiante dona da casa do grupo das mais velhas, Cristina Muzamane era normalmente a céptica do grupo. Ela ouviu o relato delirante de Mahochi sobre si própria e riu-se com todos os outros durante um bocado. Depois tomou conta do palco. Enquanto Mahochi podia ter sido chamada de *muloyi*, feiticeira, se ela descascava mais depressa que todas as outras, também havia consequências no outro extremo do espectro: 'Se eu não limpasse seis latas de castanha por dia, elas haviam de me lançar mau olhar, *'tilho dra chitubanana*'.⁷³ Tal como acontece com os trabalhadores fabris de todo o mundo, as pessoas eram marcadas por serem muito rápidas ou por serem demasiado lentas. Cristina Muzamane era frequentemente mencionada por estar atrasada. Mahochi representou Tharani no papel de marido ou paizinho querido, mas deixou claro que foi o sucesso do seu ritmo de trabalho que captou e manteve a sua satisfação. Muitos outros falaram de Papá Tarana como um pai, avô ou tio cuidadoso. Nessa época, as mulheres e as crianças eram frequentemente associadas na comum designação de 'mulheres e crianças'. As mulheres que tinham trabalhado nos satélites e nas primeiras juntas, estavam literalmente ligadas aos seus bebés recém-nascidos e lactentes – elas transportavam-nos às costas, amarrados em capulanas. Apesar dos perigos, os bebés estavam presentes na linha de produção. Tharani brincava com os bebés e as crianças mais novas na 'sua casa'. E estava atento às meninas, mas também disciplinava e mantinha a ordem nas fileiras. Maria Nhantumbo sorria com toda a

⁷⁰ TO, 'trabalhávamos bem' incluía Julieta Mulungu, 20 Maio 1993; Rosalina Tembe, 19 Maio 1993; Elina Mulungu, 4 Jun. 1993; Cristina Phelembe, 17 Maio 1993; Elena Machava, 26 Maio 1993; Emera Mahochi e o grupo de reformados, 2 Jun. 1993.

⁷¹ Este parágrafo baseou-se no TO, Emera Mahochi, 2 Jun. 1993.

⁷² TO, Emera Mahochi, 2 Jun. 1993.

⁷³ TO, Cristina Muzamane, 4 Jun. 1993.

cara ao lembrar 'trabalhávamos com os filhos às costas ou embrulhados nas nossas capulanas debaixo da mesa. Quando o Papá Tarana passava, parava para brincar com as nossas crianças.'⁷⁴

Amélia Manena Chavanguane lembrou: 'Eu costumava andar à volta de Tarana, a tentar arranjar trabalho porque não tinha ninguém que tomasse conta de mim. No princípio eu era muito nova, mas quando o Papá Tarana viu que eu tinha crescido, disse: 'Agora já podes ir trabalhar... e eu vou dar-te de comer'.⁷⁵ Ele e o seu pessoal, tinham pena das raparigas que procuravam trabalho, principalmente se tivessem familiares mais velhos a trabalhar em Tarana. Dar de comer foi o termo usado por muita gente, mas significava claramente dar emprego às pessoas para que pudessem ganhar dinheiro para comprarem a sua própria comida. No início dos anos 1950, Celeste Marcos Mpende, Matilde Chiduzza e Amélia Chavanguane andavam à volta de Tarana a pedir emprego. Todas elas foram inicialmente rejeitadas por não terem idade para trabalhar. Tarana acabou por relaxar e deu-lhes trabalhos mais leves, como varrer e limpar. Ele fazia o mesmo com pessoas mais velhas que eram boas trabalhadoras, mas que já não conseguiam aguentar os rigores dos seus sectores.⁷⁶

Os gerentes de Tharani melhoraram a sua reputação porque mantiveram os seus padrões de justiça. Apesar do facto de gerirem o descasque e a despeliculagem, as áreas mais perigosas e difíceis da fábrica, os Chefes Lima e Martins gozavam da alta estima dos trabalhadores. A mãe de Maria Rosa Xavier Siteo, começou a trabalhar como descascadeira manual com Tharani na sua primeira localização comum, no Jardim Gouveia. Quando Maria Rosa tinha ainda 13 anos, ela veio procurar trabalho na secção de descasque do Chefe Martins, debaixo da estrondosa caldeira. Ela foi mandada voltar várias vezes, até que Martins acabou por ceder. Siteo e todo o grupo riram-se quando ela contou as suas primeiras tentativas: 'Era tão difícil, eu não conseguia! Toda a gente troçou de mim quando chorei por causa do trabalho. O Chefe Martins acabou por me deixar ajudar um dos outros Chefes.'⁷⁷ O Chefe Lima, o supervisor da demorada secção da despeliculagem, também era visto como um dos 'brancos bons'. Lima levava sempre biscoitos e bolachas para as crianças e encorajava as mulheres a trabalhar com os seus bebés. Ele e Tarana não só gostavam de bebés como sabiam que manter os bebés contentes enquanto as mães descascavam castanhas era bom para o negócio.⁷⁸

Uma ética de trabalho robusta, a valorização do julgamento justo e o pagamento integral do trabalho sério, foram temas centrais nas memórias partilhadas da época do trabalho na fábrica de Tharani. Cristina José Machava repetiu o que outras disseram: 'se uma mulher viesse todos os dias e trabalhasse, ela recebia o seu salário completo.'⁷⁹ Maria Nhantumbo concordou: 'se viesses e marcasses um dia completo de trabalho, havias de receber. Se completasses a tua parte, recebias pão e açúcar [extra].'⁸⁰ Trabalhar bem e receber um bónus por ultrapassar uma quota diária razoável, era bom. Ser-se penalizado por não cumprir uma quota de base irrazoável era um assunto diferente.

Carlos Maundla, outro dos da coorte original, começou a trabalhar para Tharani em 1950 como serralheiro, a construir as caixas usadas para embalar e despachar as amêndoas de caju descascadas. Ele corroborou a opinião dos seus colegas sobre a era de ouro de Tarana:

[Tharani] era um homem justo. Ele criou a fábrica para ter sucesso. Ele respeitava as pessoas que trabalhavam bem e despedia as que não eram sérias em relação ao trabalho. Ele era justo. Ele também

⁷⁴ TO, Maria Nhantumbo, 3 Jun. 1993.

⁷⁵ TO, Amélia Chavanguane, 26 Maio 1993.

⁷⁶ TO, Celeste Mpendane 13 Jul. 1993; Matilde Chiduzza, 28 Maio 1993; Amélia Chavanguane, 26 Maio 1993 e Emera Mahochi, 2 Jun. 1993.

⁷⁷ TO, Maria Rosa Xavier Siteo, 28 Maio 1993.

⁷⁸ TO, Maria Rosa Xavier Siteo, 28 Maio 1993; Luis Guila Muhale, 26 Jun. e 9 Jul. 1993.

⁷⁹ TO, Cristina José Machava, 31 Maio 1993.

⁸⁰ TO, Maria Nhantumbo, 3 Jun. 1993.

fazia sempre a festa do fim do ano e dava carne, sabão, arroz, açúcar e chá para as pessoas levarem para casa.⁸¹

As mulheres davam valor ao que recebiam e aos benefícios, mas também à dignidade com que elas e as suas famílias eram tratadas. Todos os trabalhadores que conheciam Tharani reconheciam a sua justiça, encorajamento e os benefícios que desapareceram quando acabou a era de Tarana. Esses benefícios podiam parecer pequenos, mas para muitas das mulheres faziam uma grande diferença para a sua saúde e o seu sentido de bem-estar: uma provisão diária de uma conhecida mistura de farinha de milho, água e açúcar chamada *mahéu*, fardas grátis e um lenço novo para a cabeça de seis em seis meses.⁸² Mais uma vez, Emera Mahochi captou o espírito das memórias da sua geração:

'Tarana deu-nos de comer, vestiu-nos e deu-nos açúcar. As roupas vinham do nosso trabalho em Tarana. No Natal, comíamos carne de vaca. Tínhamos açúcar, sabão, arroz e castanhas de caju. Ele dava-nos arroz, batata, tudo o que precisávamos para trabalhar bem. Agora estamos a sofrer. Já não vemos essas coisas boas. Mesmo hoje, continuamos a chorar por Tarana. Ele tratava-nos bem! Quando Tarana partiu, começámos a sofrer.'⁸³

As prendas de Natal podiam ser um agradecimento simbólico pela contribuição dos trabalhadores, mas eram também 'coisas boas' de que, de outra forma, os trabalhadores não desfrutariam.⁸⁴

Podia-se sempre contar com Cristina Muzamane para um cepticismo saudável sobre o sentido de 'os bons velhos tempos' de Mahochi. Ela lembrava com firmeza que as pessoas se queimavam frequentemente por causa do sistema desastroso de manuseamento, o fumo era sufocante e o trabalho era um quebra-ossos violento. Mesmo Muzamane estava grata a Tharani pelo seu padrão de recompensa pela dedicação ao trabalho:

Ele dava-nos *mahéu* todos os dias e, quando trabalhávamos bem, dava-nos açúcar e Coca-Cola. Nesse tempo não era muito dinheiro, mas tinha valor. Conseguíamos comprar uma capulana (o pano originalmente feito de algodão, que já foi o principal traje das mulheres moçambicanas), mas, agora, se as nossas noras não nos oferecem uma capulana, ficamos simplesmente sem capulana...⁸⁵

Uma rara entrevista a Tarana corroborou a percepção das mulheres em como ele valorizava o trabalho delas. É raro um historiador ter uma percepção mais rica de um próspero empresário colonial a partir das narrativas orais dos seus trabalhadores africanos do que por um registo escrito, mas este é um desses casos. A única informação substancial publicada que encontrei sobre Jiva Jamal Tharani foi uma entrevista ao jornal *A Tribuna*, em finais de 1962.⁸⁶ Nessa entrevista, Tharani sublinhava o seu firme compromisso em expandir o descasque de caju com base no trabalho manual especializado. Em 1962, ele já tinha enterrado uma grande quantidade de dinheiro e esforço no desenvolvimento de patentes suas e dos seus colegas de máquinas de descasque que haveriam de aumentar a produção e diminuir a dependência do trabalho especializado. Essa experiência frustrante fez dele um dos poucos industriais desse tempo céptico em relação à solução tecnológica generalizadamente esperada para o descasque do caju. Em vez disso, ele estava empenhado em investir na produção de amêndoas de caju de alta qualidade, '*fancy dessert*', descascadas à mão por moçambicanas especializadas. Ele pressionava no sentido do desenvolvimento rápido de fábricas de descasque manual por descascadeiras bem formadas e

⁸¹ TO, Carlos Maundla, 13 Jul. 1993.

⁸² TO, Elina Mulungo, 4 Jun. 1993; Leia Papulo Nhavene, 17 Maio 1993.

⁸³ TO, Emera Mahochi e grupo de reformados 2 Jun. 1993.

⁸⁴ A maior parte dos reformados comentou sobre as ofertas de comida nas festas, mas ver também TO, Maria Rosa Xavier Siteo, 28 Maio 1993.

⁸⁵ TO, Cristina Muzamane, 4 Jun. 1993.

⁸⁶ A entrevista a Tharani tem o título 'Em Busca da Máquina Perfeita,' *A Tribuna*, [Lourenço Marques] Ano 1 no. 64 (12 Dec. 1962): 4. O meu sincero agradecimento ao Dr. António Sopa que localizou e me ofereceu uma fotocópia do artigo original, incluindo a foto de Tharani.

cada vez mais experientes, com boas condições de trabalho. Tharani realçava a correlação entre o descasque manual e o conseguir as cobiçadas amêndoas '*fancy dessert*' de primeira qualidade que obtinham os melhores preços, muitas vezes mais altos que as outras classificações, algo de que ele estava seguro de que nunca haveria de ser possível pelo descasque manual.⁸⁷ As mulheres tinham razão. Elas contavam alguma coisa no tempo de Tharani. Na verdade, ele implantou o seu plano de negócios sobre o valor da sua destreza de descasque manual.⁸⁸

Embora as estatísticas relativas a 1950 demonstrem que as descascadeiras manuais de Moçambique eram muito menos produtivas que as suas contrapartes indianas, na altura da entrevista de Tharani, em inícios dos anos sessenta, ela via um grande progresso. Duas gerações mais tarde, Luís Guila Muhale, então gerente da fábrica da Caju Industrial de Moçambique na Machava, mantinha que a fé de Tharani na evolução das descascadeiras manuais moçambicanas tinha sido bem colocada. O descasque industrial da castanha de caju foi introduzido no início dos anos cinquenta, mas ao longo dessa década a força de trabalho de Tharani tornou-se cada vez mais estável, experiente e especializada. As estratégias para o descasque, a despeliculagem e a triagem da castanha evoluíram diferentemente na Índia e em Moçambique, pelo que é difícil fazer uma avaliação comparativa, mas Muhale garante que, nos anos 60, as descascadeiras moçambicanas experientes tinham realmente passado a ser mais produtivas que as descascadeiras indianas.⁸⁹

A estabilidade e o absentismo das trabalhadoras da Caju são apresentados em detalhe nos capítulos que se seguem, mas a amostra sistemática de 5 por cento da força de trabalho africana da capital revela, para grande parte deste período, que uma elevada percentagem de homens e mulheres abandonavam o seu primeiro contrato de trabalho urbano antes de completarem o primeiro ano – independentemente da natureza do trabalho.⁹⁰ Muitas das candidatas a um primeiro emprego eram muito jovens. As razões para as pessoas abandonarem os empregos antes do fim do contrato eram muitas.⁹¹ Durante os anos cinquenta e inícios de sessenta – o tempo de Tharani – a força de trabalho da Caju impressionava pelo seu padrão polarizado de rotatividade e retenção.⁹² A amostra revelou a elevada rotatividade típica do primeiro ano de emprego, mas depois mostrou uma invulgarmente alta retenção entre os trabalhadores que sobrevivem a esse primeiro ano. Apesar de se encontrar entre os empregos mais duros, mais desprezados, perigosos e pior pagos da cidade, o descasque de caju oferecia emprego consistente. As pessoas vinham trabalhar na fábrica porque esta pagava salários regulares e muitas ficavam porque precisavam desses salários para viver. O consenso nos testemunhos dos trabalhadores foi que as pessoas vinham trabalhar devido a *wusiwana* e infelicidade. Elas explicavam frequentemente que 'não tinham mais para onde ir'.⁹³ Também concordaram em que as pessoas largavam a fábrica por duas razões. Uma poucas, com sorte, encontravam 'outro lugar para onde ir' – que por vezes queria dizer que tinham casado ou ido viver com um homem que ganhava o suficiente para as sustentar e vestir e aos

⁸⁷ Em 2004, António Miranda, a trabalhar com uma ONG chamada Technoserve, fez a mesma afirmação: 'African Cashews: Stimulating an Entrepreneurial Approach,' *New Agriculturist*. <http://www.new-ag.info/en/focus/focusItem.php?a=1087> acedido em 4 Maio 2015 [acesso actualizado 15/07/2019].

⁸⁸ 'Em Busca da Máquina Perfeita,' *A Tribuna*, [Lourenço Marques] Ano 1 no. 64 (12 Dez. 1962): 4.

⁸⁹ TO, Luis Guila Muhale, 26 Jun. e 9 Jul. 1993 corroborado pela chefe do sindicato Elena Machava, 26 Maio 1993. O estudo de Fernando Bessa Ribeiro alega que o descasque manual continua a ser o mais produtivo se o objectivo for exportar amêndoas de primeira qualidade e conseguir o melhor preço por quilograma: Fernando Bessa Ribeiro, 'Sistema mundial; Manjaze e fábricas de caju: uma etnografia das dinâmicas do capitalismo em Moçambique,' Tese PhD (Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2004): 396–7.

⁹⁰ A amostra abrangente da ACLM e a amostra da Caju sugerem padrões semelhantes para o primeiro ano de desgaste.

⁹¹ Penvenne, *African Workers*, Capítulos 7 e 8.

⁹² A amostra da ACLM para homens e mulheres a trabalhar na Caju revela que quase um terço não aguentava o primeiro ano de contrato e que quase um terço se mantinha constante a longo-prazo. As vidas de trabalho das mulheres eram muitas vezes interrompidas por parto, mas no contexto geral de instabilidade entre mulheres assalariadas, apenas as costureiras revelaram menos rotação que a Caju, e essas eram uma amostra muito mais pequena, melhor pagas, locais e especializadas. Amostra da ACLM.

⁹³ TO, Avelina Manjane, 31 Maio 1993; Amelia Chiconela, 17 Maio 1993.

filhos ou, mais raramente, tinham encontrado um emprego melhor. No entanto, a maior parte das que saíram fizeram-no tão rapidamente porque simplesmente '... não aguentavam'.⁹⁴ O ritmo de trabalho e os riscos de irritações de pele e pulmões, derivados da poeira tóxica do caju, faziam com que o trabalho em Tarana fosse demasiado duro para qualquer pessoa, mas as pessoas que descobriam que eram alérgicas à poeira do caju não conseguiam simplesmente sobreviver muito tempo à exposição diária. As alergias eram responsáveis por pelo menos uma parte do desgaste a curto prazo.

A Era BNU: Roquette e *Malalanyana*

Ironicamente, foram a ambição, a iniciativa e o compromisso para com a indústria, as qualidades que muitos louvavam em Tharani e a sua equipa, que acabaram por levá-lo a endividar-se com o Banco Nacional Ultramarino [BNU]. Tharani excedeu-se nos seus esforços de expansão. Se ele fosse um investidor português, o banco poderia ter negociado um acordo, mas no início da década de sessenta os portugueses estavam cada vez mais interessados no descasque de caju e a Índia era claramente a maior concorrência à indústria. Tharani não estava entre as centenas de indianos expulsos ou processados por Portugal após a retomada dos enclaves portugueses de Goa, Damão e Diu em Dezembro de 1961, mas o tempo não era auspicioso para os capitais indianos em Moçambique.

Ninguém tinha afirmado que o trabalho na fábrica de Tharani era fácil, e, se tivesse, Cristina Muzamane ter-lhes-ia pedido perdão, mas quando o BNU tomou conta das operações em Chamanculo, toda a gente concordou que as mudanças não eram bem-vindas e tornaram o trabalho muito mais difícil. Tharani e os sócios partiram. O BNU despediu Russel e o estado envolveu-se muito mais nas vidas quotidianas dos trabalhadores. Os desabafos sorridentes de 'Ehhhhh' das memórias de Tarana e da sua equipa deram lugar aos 'Aiiii' das memórias de *Malalanyana*, *Ndhondhoza* e Roquette. Em vez de 'trabalhar bem', como tinham com Tarana, *N'wamafasitela*, *N'wamagange* e *N'watinhawu*, no novo regime as mulheres eram intimidadas, coagidas e castigadas. Carlos Alberto Machado da Silva assumiu o controle da fábrica de Tarana. Ele era conhecido por *Ndhondhoza* por causa da sua voz de trovão, e também como *Mudahomu*, uma erva ritual necessária para resolver litígios.

Quando *Ndhondhoza* passava pelo bebé de Rosa Joaquim Tembe a dormir na rede que ela armava com a capulana por baixo da sua bancada, não parava, como Tarana, para admirar o bebé, perguntando antes: 'Esse bebé é um cabrito? Porque está atado nesse saco?'⁹⁵ Nem bebés nem cabritos seriam tolerados na fábrica de *Ndhondhoza*. Perante o aumento das tensões na fábrica, ele passava muito tempo com os *zaunzwanas* (intriguistas e boateiros) que elaboravam a sua maldade.⁹⁶ Irrompiam a inveja e a rivalidade, terminando normalmente em castigos que depois requeriam a resolução de litígios – de onde o nome de *Mudahumo*. A desconfiança a propósito da crescente insurreição nacional e a resistência ao que as mulheres chamavam de clima de trabalho cada vez mais hostil, alimentavam o ambiente tenso.⁹⁷

As mudanças na fábrica não se limitaram a personalidades e estilos – as mulheres sentiram-no dolorosamente nos seus salários e nas metas de produção. As fábricas tinham sempre as suas 'bruxas', como Mahochi, que conseguiam trabalhar mais rápido do que todas as outras e ganhar bónus, e as lentas, como Muzamane, que tinha mau-olhado porque nunca conseguia fazer o seu trabalho com a rapidez devida – mas a maior parte das pessoas via ambas as situações como

⁹⁴ Quando se lhes perguntava porque deixavam os empregos na Caju, muitas mulheres diziam que só sabiam da sua própria experiência e não especulariam sobre as outras, mas de resto a resposta mais comum era que as pessoas saíam porque '... não aguentavam.' TO, Grupo de reformados, 2 Jun. 1993; TO, Ester Tafula, 3 Jun. 1993.

⁹⁵ TO, Rosa Joaquim Tembe, 2 Jun. 1993.

⁹⁶ TO, Elina Mulungu, 4 Jun. 1993

⁹⁷ TO, Carlos Maundla, 13 Jul. 1993.

dentro de parâmetros de justiça. Era justo ser-se pago por inteiro quando se cumpria o trabalho de um dia inteiro dando o seu melhor, e era justo receber extras quando se produzia extra. Se 'não se queria trabalhar', ou se se metia em brincadeiras (genericamente idiotices, malícia ou intrigas sexuais), podia-se ser despedido – mais uma vez, a maior parte das pessoas achava que isso era justo e apropriado.⁹⁸

A marca do estado era mínima na fábrica de Tharani. Precisamente na altura em que Tharani mudou a sua empresa para o Chamanculo, porém, a jurisdição sobre o registo da força de trabalho africana e as 'cadernetas indígenas' foi transferida da polícia municipal para a sede da Curadoria dos Negócios Indígenas da ACLM. Foi também nessa altura que Afonso Henriques Ivens Ferraz de Freitas, o famigerado *Malalanyana*, passou a Curador dos Negócios Indígenas da cidade. Todos os trabalhadores eram obrigados a registar-se na ACLM no prazo de duas semanas após a chegada à cidade e a renovar o registo anualmente, a partir de então. As mulheres que trabalhavam nos satélites de descasque nos bairros, não tinham de se registar, basicamente porque eram mulheres a fazer trabalho informal – os homens não podiam deixar de se registar. Mas as mulheres que tinham empregos assalariados na fábrica de Chamanculo tinham de se registar.

Ferraz de Freitas era chamado de *Malalanyana* – o enfezadinho – porque por mais sangue que ele bebesse dos trabalhadores negros da cidade, não engordava. Ele estava sempre com fome e, por isso, era perigoso. *Malalanyana* cultivava a sua reputação de disciplinador férreo, particularmente no que se referia a pontualidade e assiduidade ao trabalho.⁹⁹ À parte a sua alegada sede de sangue de moçambicano, também parecia preocupar-se com arrumação e controle. Ele organizava a mão-de-obra africana urbana por toda a cidade, na base de uma espécie de grémios.¹⁰⁰ Quando projectou a sua sombra controladora sobre a gestão do BNU na Caju, toda a gente sentiu um arrepio.¹⁰¹ As mulheres ressentiram-se particularmente do que perceberam ser uma parceria sinistra entre o BNU e *Malalanyana* para reduzir os atrasos e o absentismo. Carlos Maundla explicou: 'Quando o BNU tomou conta de Tarana, as coisas começaram a mudar. Para lidar com o absentismo, os polícias de *Malalanyana* eram posicionados no portão e as pessoas que faltassem ao trabalho, por qualquer razão, apanhavam 6 palmatoadas em cada mão, fosse homem ou fosse mulher.'¹⁰²

A palmatória era a assinatura dos castigos corporais da administração colonial portuguesa. É uma espécie de raquete em madeira, com uma pega comprida e encabeçada por uma palma redonda, mais ou menos do tamanho de uma raquete de ping-pong. A palma tem seis buracos redondos. Os buracos puxam a carne a cada palmatoada, aumentando a dor e o inchaço. Seis palmatoadas em cada mão não só eram muito dolorosas como impediam o uso eficaz das mãos

⁹⁸ Foi este o consenso entre a maior parte das mulheres, mas principalmente entre o grupo de reformadas, 2 & 4 Jun. 1993; TO, Carolina Sigaugue, 24 Maio 1993.

⁹⁹ Dezenas de trabalhadores mencionaram *Malalanyana*, por exemplo, TO, Julieta Mulungu, 20 Maio 1993; Celeste Mpende, 26 Maio 1993; Jalane Machava Elmia, 7 Jun. 1993; Marta Cau, 9 Jun. 1993. Para perspectivas diferentes a seu respeito, ver Michel Cahen, 'L'État Nouveau et la diversification religieuse au Mozambique, 1930–1974. I. Le résistant essor de la portugalisation catholique (1930–1961),' *Cahiers d'Études Africaines*, 158 (2000):309–50; L'État Nouveau et la diversification religieuse au Mozambique, 1930–1974, II. La portugalisation désespérée (1959–1974) *Cahiers d'Études africaines*, 159 (2000): 551–92; Penvenne, *African Workers*, 141ff; Teresa dos Santos Oliveira, 'Recordações sobre Lourenço Marques, 1930–1950,' *Arquivo 2* (Outubro 1987): 102 nota 18, com uma variante de escrita, *Malalanyani*, significa enfezadinho. Segundo Marvin Harris, 'Em 1957, foi precisamente pela manutenção de chefaturas urbanas artificiais que o notório Ferraz de Freitas, administrador de Lourenço Marques, os seus chefes de posto, e chefes urbanos fantoches africanos mantiveram a sua disciplina férrea sobre os 100,000 africanos de Lourenço Marques.' *Race, Conflict and Reform in Mozambique*, in Stanley Diamond e Fred G. Burke, eds, *The Transformation of East Africa: Studies in Political Anthropology* (Nova Iorque: Basic Books, 1966): 166.

¹⁰⁰ Rita-Ferreira, 'Os Africanos', Cap. 10, 323–93.

¹⁰¹ O Relatório de Ferraz de Freitas sublinhou que a decuplicação do processamento das infracções à lei do trabalho indígena, registada entre 1948 e 1949, se deveu ao facto de a obrigação da lei ter passado para o seu gabinete nessa altura. Relatório, ISANI, ACLM, 1950, R Cx MM/ ACLM/ AHM.

¹⁰² Citação do TO, Carlos Maundla, 13 Jul. 1993; Corroboração de castigos corporais, TO, Amélia Maciene, 9 Jun. 1993; TO Julieta Mulungu, castigada por *Malalanyana* 20 Maio 1993.

por alguns dias – obviamente, um castigo contraproducente para o absentismo e o atraso, numa indústria que dependia ao mesmo tempo da destreza manual e dos 'dedos ágeis' das trabalhadoras. As mulheres também eram castigadas com palmatoadas nos seios, nas nádegas e nas plantas dos pés. Da mesma maneira, a polícia também castigava as mulheres que trabalhavam como costureiras nas fábricas têxteis, de vestuário e outras de 'dedos ágeis'.¹⁰³

A maior parte das mulheres tinha de ter as suas famílias e lares preparados para o dia antes de se meter a caminho, a pé, para o trabalho. Dado que o valor das rendas estava, de um modo geral, relacionado com a distância em relação ao centro da cidade, a maioria das mulheres que conseguia pagar transporte disputava com os homens o lugar em camiões abertos sobrelotados, aparando o assédio e os apalhões.¹⁰⁴ Mesmo quando tudo corria bem, era preciso esforço e planificação para chegar ao trabalho a horas. Quando chovia torrencialmente, nos meses de verão, era muito pior. Amélia Chiconela queixava-se: 'todos os dias me levantava por volta das quatro da manhã para aqui chegar às sete. Veja, se chegasse depois da sirene da fábrica, voltava para casa. Eles não nos deixavam entrar para trabalhar.'¹⁰⁵ Os trabalhadores tinham de passar por um guarda no portão da fábrica. De manhã, como o notório *Mafumanhane*, barravam a entrada às mulheres que tivessem chegado logo a seguir ao apito, mandando-as para casa ou para serem castigadas no lugar de *Malalanyana*. À hora do fecho, empurravam literalmente as mulheres para fora da fábrica, se não estivessem a andar suficientemente rápido.¹⁰⁶

A apropriação da Caju pelo BNU teve lugar ao mesmo tempo que os portugueses destacavam cada vez mais a PIDE como parte da sua estratégia de contrainsurgência. O polícia secreto mais notório destacado para a Caju foi *Mamamele*, António Roquette, que era tipo gato.¹⁰⁷ As pessoas lembram-se bem dele por que ele lhes criou um monte de problemas: 'Quando ele nos via terminar uma tarefa, inclinava a balança para termos de voltar para fazer mais, e se nos atrevêssemos a perguntar porque a nossa tarefa terminada não era marcada como completa, mandava-nos para *xipswahla*, a prisão, ou para a cela de detenção no Posto Administrativo da Munhuana [PAM] – para sermos castigadas com palmatoadas.'¹⁰⁸ Ofélia Mbebe lembrou Roquette como '... o tipo alto, careca, que nos fazia andar às voltas. Ele era um agente da PIDE.' Mbebe distinguia o comportamento de Roquette do dos brancos comuns que viviam bem graças ao valor injustamente extraído do trabalho negro.¹⁰⁹ Roquette era sorrateiro, um provocador brigão e um espião: Os colonos, esses roubavam-te, mas não te batiam.¹¹⁰

Embora a dificuldade e o ritmo do trabalho de descasque do caju fossem intimidatórios, particularmente para os trabalhadores mais jovens ou mais lentos, ninguém entre os que trabalharam na fábrica sob Tarana fez referências à brutalidade na fábrica. Durante a era do BNU, porém, Balbina Tinga e dezenas de outras lembraram serem 'espancadas e pontapeadas' se não conseguissem passar o portão a horas, se tivessem uma falha ou uma escolha errada.¹¹¹ Muitos fizeram eco da percepção de Maria Rosa Xavier Siteo sobre Roquette como um espírito malévolos e sádico: 'Roquette, esse pequeno branco louco, ele não dormia! Juro que ele chegava aqui às três horas da madrugada. Ficava no primeiro andar, em pé, a observar e a ver quem comia amêndoas.

¹⁰³ A entrevista de Oliveira Santos a Felizmina em Maputo 1981 confirma que os trabalhadores da Facobol também eram castigados com a palmatória na ACLM pelas faltas. 'Recordações,' 89ff.

¹⁰⁴ TO, Julieta Mulungu, 20 Maio 1993

¹⁰⁵ TO, Amélia Chiconela, 17 Maio 1993.

¹⁰⁶ TO, Jalane Machava Elmia, 7 Jun. 1993; 'O Partido – A Luta dos Trabalhadores na "Cajú Industrial",' Tempo, no. 405 (9 Jul. 1978):15–20.

¹⁰⁷ TO, Carlos Maundla, 13 Jul. 1993; 'O Partido,' 16–17.

¹⁰⁸ TO, Maria Rosa Xavier Siteo, 28 Maio 1993; Amélia Macaiene, 9 Jun. 1993; Catarina Tafula, 3 Jun. 1993; Luís Guila Muhale, 9 Jul. 1993; Cristina José Machava, 31 Maio 1993 e grupo de reformados, 4 Jun. 1993.

¹⁰⁹ Alguém que duvidasse de que os africanos percebiam a natureza e a dimensão da fraude dos salários perpetrada durante a época colonial, precisava apenas de ouvir as letras das cantigas de trabalho, como Loluvaku Lanja!: 'Os portugueses vivem de roubar os nossos salários, levanta essa pá, levanta!' Penvenne, *African workers*, 212.

¹¹⁰ TO, Ofélia Mbebe, 4 Jun. 1993.

¹¹¹ TO, Balbina Tinga, 27 Maio 1993.

Se visse alguém a comer amêndoas, obrigava a pessoa a beber uma enorme garrafa de água – até ao fim. Mesmo que se vomitasse, era preciso acabar a garrafa de água inteira.¹¹²

As descascadeiras de caju também admitiram livremente que eram perfeitamente capazes de criar problemas para cima de si próprias. Algumas brincadeiras davam azo a castigos, mas não a despedimentos. Toda a gente se riu quando lembraram os '*xinvemu*', os correctivos disciplinares da fábrica aplicados aos trabalhadores que saíam para beber, normalmente por volta do dia de pagamento, quando deviam estar a trabalhar. A polícia da fábrica 'punha-os a marchar até à fábrica e punha-os a trabalhar ainda com o copo [de bebida] na mão.'¹¹³ As pessoas distinguiam entre repreensões por causa de disparates e uma sova por atraso.

A menção de *Malalanyana*, tal como a menção de Roquette, evocavam o grito de 'Aiiii!' por boas razões. Elina Mulungu alegou que *Malalanyana* '... pensava que era o Rei do Concelho! Ele bateu em muitas pessoas... ele era mau, realmente MAU!¹¹⁴ Outros lembraram 'Tínhamos de o cumprimentar, levantar-nos quando ele entrava e saudá-lo. Ele bateu em muitas pessoas!¹¹⁵ Os polícias de *Malalanyana* disciplinavam as descascadeiras de castanha de caju, exigindo assiduidade rigorosa, não aceitando 'desculpas' por faltas ao trabalho – desculpas como luto, parto, doença pessoal ou familiar. Os trabalhadores praticavam a confluência de pessoas e práticas. *Malalanyana* não conceberia sovar ninguém por ele próprio, mas os polícias batiam nas pessoas segundo as suas regras e caprichos e, por isso, aos olhos das mulheres, ele bateu em muitas pessoas.

Os narradores achavam que a sua atitude e o tratamento dado às descascadeiras de caju e à maior parte das outras mulheres era humilhante. As mulheres aceitavam a exigência do registo anual na ACLM, mas ressentiam-se pela indignidade de serem tratadas 'como gado.'¹¹⁶ Ao contrário dos migrantes homens, as mulheres tinham de ter um documento passado pelo familiar de sexo masculino legitimado para o fazer e por funcionários administrativos, permitindo a sua presença na cidade e no trabalho. Algumas mulheres estavam a fugir precisamente dos mesmos homens legitimados para passar a autorização, pelo que a sua situação podia ser complicada. *Malalanyana* não tinha paciência para complicações, particularmente as que envolviam mulheres. Ele despachava as mulheres sem cerimónias para porem os seus papeis em ordem – desse por onde desse. Amélia Chiconela, Lídia Chabana, Elina Mulungu e Marta Cau, todas se queixaram de que '*Malalanyana* as conduzia *kwakwanana* [despachem-se, despachem-se] em manada, como se fossemos gado.'¹¹⁷

Tal como no contra-senso comum, 'despachem-se e esperem', os assuntos das mulheres em *Malalanyana* tendiam a ser extremamente lentos ou *kwakwanana*, 'despachem-se, despachem-se'. Tal como muitas que se foram registar pela primeira vez, Amélia Chiconela ficou intimidada pela viagem até ao serviço de registo de *Malalanyana*, na ACLM. O serviço ficava no coração da cidade de cimento, a zona comercial e residencial de Lourenço Marques. O lugar a que as mulheres de Tarana chamavam Xilunguine. Com a ajuda de outras pessoas, lá acabou por encontrar o edifício da ACLM, entrou e sentou-se. Tratar de papeis era particularmente difícil para as mulheres que não sabiam ler, escrever nem falar português. Nenhum funcionário lhe prestou a mínima atenção ou reagiu à sua presença, pelo que ela ali ficou o dia inteiro. Até que outras pessoas que tinham vindo registar-se se aperceberam de que ela estava apenas ali sentada e a ajudaram a registar-se. Durante o longo dia, Amélia viu muitas mulheres serem despachadas

¹¹² TO, Maria Rosa Xavier Siteo, 13 Jul. 1993.

¹¹³ Apenas uma mulher do grupo bebia excessivamente o suficiente para o facto lhe ser anotado no registo como um problema associado a um alto nível de absentismo. Citado do TO, Amélia Samuel Muzima, 27 Maio 1993.

¹¹⁴ TO, Elina Mulungu, 4 Jun. 1993.

¹¹⁵ TO, Julieta Mulungu, 20 Maio 1993; Carolina Sigague, 24 Maio 1993; Elina Chivavele Mulungu, 4 Jun. 1993; Marta Cau, 9 Jun. 1993.

¹¹⁶ TO, Jalane Machava Elmia, 7 Jun. 1993.

¹¹⁷ TO, Amélia Chiconela, 17 Maio 1993; Jalane Machava Elmia, 7 Jun. 1993; Lídia Maluzana Chabana, 28 Maio 1993.

kwakwanana. A experiência tornava-a relutante em ir para a fila esperar pelos documentos, mas também determinou que os seus documentos haveriam de estar sempre em ordem.¹¹⁸

Embora *Malalanyana* fosse redondamente desprezado pela sua mesquinhez, arrogância e pelos castigos cruéis que o seu regime superintendia, Elina Mulungu e outras confirmaram que, na verdade, ele tinha implementado algumas mudanças que serviam os seus interesses. Primeiro, ele levava a sério as inspecções ao local de trabalho e, embora tenha acabado por compreender que tinha pouca esperança em forçar pessoas que eram politicamente bem relacionadas a melhorarem as condições de trabalho nas suas empresas, nem por isso deixou de realizar as inspecções e de apresentar relatórios à Delegacia de Saúde. Ele inspeccionou a Caju imediatamente a seguir a Tharani ter mudado a operação para o Chamanculo. Ele reportou à Delegacia de Saúde que, fossem quais fossem os parâmetros para uma indústria tóxica/perigosa, concordou com Cristina Muzamane, o fumo e a poeira de Tarana eram simplesmente demasiado fortes. *Malalanyana* recomendou que Tharani fosse obrigado a fornecer máscaras faciais, água potável e instalações sanitárias melhoradas às mais de 600 mulheres que trabalhavam para ele.¹¹⁹ As máscaras faciais nunca chegaram a materializar-se, até ao presente, mas o fornecimento de água potável para beber e a expansão das latrinas, nessa altura, foram bem-vindas.

Segundo, *Malalanyana* acreditava profundamente no que os portugueses chamavam de 'obrigação moral de trabalhar' e timonava um barco grande. Em 1950, de acordo com o seu próprio relatório, ele tinha quase completamente acabado com o que chamavam de vadiagem entre os trabalhadores diaristas no Concelho.¹²⁰ Sempre que tinha oportunidade, recolhia as mulheres do trabalho nocturno informal, do comércio do sexo nas esquinas das ruas dos bairros das Lagoas ou Mafalala e mandava-as registarem-se para trabalharem de dia na Caju.¹²¹ Na verdade, *Malalanyana* afirmava que os salários absurdamente baixos que as mulheres venciam eram '... uma das principais causas da prostituição generalizada existente entre os nativos em [Lourenço Marques].'¹²² Sem dúvida que as mulheres partilhavam a sua visão de que os seus salários eram irrazoavelmente baixos e esperavam que ele empenhasse tanto esforço em levantar os salários das mulheres quanto colocava em manter as mulheres a descascar caju.

Finalmente, *Malalanyana* não gostava que as descascadeiras de caju andassem perdidas à procura do caminho para a Administração para se registarem, pois as mulheres não gostavam de o fazer. Ele não queria que as mulheres andassem a deambular por Lourenço Marques à procura da ACLM, chegando a conta-gotas, esperando em longas filas e perdendo a maior parte de um dia de trabalho para o seu registo anual. Numa das poucas largamente elogiadas mudanças de políticas da altura, ele enviava o pessoal da ACLM para o Chamanculo, para fazer o registo periódico calendarizado e a renovação de documentos no local de trabalho. Dado que as mulheres associavam amplamente os Serviços dos Negócios Indígenas da ACLM (*Malalanyana*), Munhuana (*Xipswahla*) e Benfica (*Nwamupfukwana*) com as palmatoadas e a humilhação rotineira, ficaram agradecidas pela mudança.¹²³ Tirando esses pequenos melhoramentos, porém, as trabalhadoras alegavam que sob o regime do BNU o clima no local de trabalho na Caju passou de justiça, respeito mútuo e trabalho dedicado a injustiça, brutalidade, controle mesquinho e desrespeito.

¹¹⁸ TO, Amélia Chiconela, 17 Maio 1993.

¹¹⁹ Ele também recomendou fardamento adequado de protecção para os homens que trabalhavam no manuseamento cáustico e tóxico nas instalações dos portos e caminhos de ferro geridas pelo estado, melhor alimentação e instalações em muitos estaleiros de construção civil, mas não conseguiu obrigar o cumprimento das suas recomendações. Penvenne, *African Workers*, 135–40; Afonso Henriques Ivens Ferraz de Freitas ao Delegado de Saúde, 'Documento de Inspeção, 9 Nov. 1950, Caju Industrial Lda,' ACLM, Caixa Vermelha [RCx] DD, ACLM/ AHM.

¹²⁰ Afonso de Freitas ao Chefe do Gabinete da Repartição do Governo Geral, Lourenço Marques, 11 Dez. 1950, 11971/B/15 R/Cx DD, ACLM/ AHM.

¹²¹ Ver Capítulo 3 e TO, Carolina Sigaugue, 24 Maio 1993.

¹²² Ferraz de Freitas, ACLM a RCNI, 29 Set. 1949, 50/B/8, AHM

¹²³ TO, Marie Celeste Chavane, 2 Jun. 1993; Elina Chiavale Mulungu, 4 Jun. 1993.

O sistema de quotas / bónus: 'Só problemas'¹²⁴

As mudanças de personalidades e de tom foram muito más, mas outras mudanças do BNU tiveram implicações mais graves para a vida quotidiana na fábrica. Numa mudança precoce e insensata, o BNU reviu o prazo de pagamento aos trabalhadores de semanais para mensais. As pessoas tinham de comer diariamente e os lares mais desfavorecidos tinham dificuldade em guardar o dinheiro da comida para uma semana, quanto mais o mês inteiro. A mudança forçou muita gente, não apenas os mais pobres, a recorrer ao chamado sistema de vales. Um vale é uma espécie de nota de débito. Quando as pessoas ficavam sem dinheiro, pagavam pelas suas necessidades com vales que estipulavam aquilo que era para ser pago. Quando recebiam os salários, no fim de cada mês, pagavam os seus vales. Mesmo não lhes sendo cobrado nenhum juro sobre os vales, ficavam vulneráveis perante os comerciantes que os detinham.¹²⁵ Sem dinheiro vivo, as pessoas ficavam limitadas a comprar na cantina, em vez de comprarem comida fresca e mais barata nos chamados mercados de rua 'espontâneos' ou 'clandestinos' que proliferavam ao longo dos habituais caminhos do trabalho nos bairros mais pobres da cidade desde os anos 60.¹²⁶ O crédito era muito difícil para os vendedores de rua que, tal como as descascadeiras do caju, dependiam dos seus ganhos diários. O Capítulo 4 analisa como a mudança do calendário de pagamento dos salários rompeu as estratégias das famílias para melhor gerirem os seus salários.

A mudança mais importante para os trabalhadores da fábrica após a partida de Tarana também se relacionou com pagamentos e foi muito mais grave do que a mudança do calendário para pagamentos mensais. O BNU implementou uma meta diária de produção ligada ao pagamento integral do salário – o conhecido sistema do trabalho à tarefa. Embora tenha sido introduzido como se fosse um sistema de bónus para recompensar os trabalhadores produtivos, os trabalhadores afirmaram que as metas de produção eram mais correctamente designadas por quotas para penalizar os que não as cumprissem. O sistema de quotas, tal como a prática omnipresente de descontos aos produtores/vendedores de caju, constituía uma fraude salarial generalizada. A nova gestão definiu a tarefa básica diária para o pagamento integral num nível tão difícil que até mesmo as mulheres mais experientes tinham dificuldade em a cumprir num único dia.¹²⁷ A tarefa da quota era diferente para cada secção da fábrica, mas era essencialmente um número mínimo de latas de castanhas processadas (descascadas / peladas / limpas e escolhidas) por dia.

As mulheres só podiam marcar o seu cartão de pagamento se tivessem completado a tarefa diária completa para o pagamento integral. Se não conseguissem completar a base, tinham de arrumar, pôr as castanhas de lado e ir para casa sem registar o dia de trabalho. Voltariam a tentar completar a tarefa no dia seguinte ou em dias subsequentes, para que pudessem ser creditadas por um dia completo. Quando conseguiam completar a tarefa base e marcar o seu cartão de salário, eram pagas apenas pela quota de um dia, não por todos os dias que tinham demorado a completar a tarefa básica diária. Dependendo da habilidade da trabalhadora, o fluxo da produção e a qualidade das amêndoas, podia levar três a cinco turnos diários completos para terminar uma tarefa base diária. Depois de o sistema entrar em vigor, a maior parte das trabalhadoras não conseguia marcar o cartão para todos os dias de trabalho do mês. O efeito prático do sistema para a grande maioria das mulheres foi uma redução no pagamento legal de base, não um aumento. Milhares de mulheres trabalhavam os seus turnos completos todos os dias do mês, mas se não

¹²⁴ 124 TO, Carolina Sigaugue, 24 Maio 1993.

¹²⁵ TO, Cristina Muzamane, 24 Maio 1993.

¹²⁶ Ver Capítulo 4 sobre o sistema de vales, cantinas e os chamados mercados clandestinos.

¹²⁷ As quotas ligadas ao pagamento integral continuam, até ao presente, a ser um ponto de controvérsia entre as descascadeiras de caju moçambicanas, como ilustra a greve na fábrica da Olam em Nampula. Joseph Hanlon, 'Cashew Strike 2011',

<http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d130988.pdf> acedido a 30 de Agosto de 2019 through <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/> Acedido a 4 de Maio de 2015.

cumprissem a tarefa diária de base todos os dias, não ganhavam o salário mínimo para os assalariados industriais que lhes era devido por lei.¹²⁸

O salário mensal integral para as descascadeiras de caju – o salário que recebiam se tivessem cumprido a meta todos os dias do mês, era o salário mínimo legal da cidade para o trabalho industrial. Foi lentamente aumentado de 240.00 escudos em 1950 para 245.00 em 1958. Como parte das reformas gerais do trabalho no início dos anos 1960, passou para 330.00 e, finalmente, para compensar a inflação, para 440.00 em fins dos anos 1960. As greves nas vésperas da independência levantaram os salários, mas ao longo do período colonial o melhor que as mulheres de Tarana podiam esperar era o salário mínimo de lei. Ninguém confirmou que o seu salário tinha melhorado com o sistema de bónus.

O mínimo legal ganho pelas mulheres da Caju era o mesmo salário pago aos trabalhadores forçados de sexo masculino nas obras públicas municipais e do estado. O estado só conseguia pagar aos seus forçados tão pouco dinheiro porque o pacote de pagamento dos homens também incluía quarto, alimentação, mantas e fardas sem quaisquer custos para o trabalhador. Os empregadores também defraudavam frequentemente os forçados nos mínimos a que tinham direito legal, fornecendo-lhes mantas, sabão e fardas de má qualidade, comida podre e acomodação sem qualidade. Apesar disso, os trabalhadores do estado recebiam quarto, alimentação, roupa e cama para além dos seus salários mínimos em dinheiro, enquanto as descascadeiras tinham de comprar comida e roupa e pagar renda com o mesmo salário mínimo.¹²⁹

Só os empregados domésticos ganhavam salários mensais mais baixos do que os trabalhadores do caju. Tal como os forçados municipais, os empregados domésticos recebiam quarto e alimentação para além do salário e os que recebiam o salário mínimo eram normalmente rapazes e raparigas, demasiado jovens e inexperientes para que pudessem ser contratados noutras áreas. As descascadeiras de caju realizavam um trabalho industrial pesado numa indústria tóxica, mas, mesmo assim, apesar de terem trabalhado turnos completos durante todo o mês, muitas vezes não recebiam os salários mínimos legais da indústria.

De facto, o sistema de quota / bónus desfavorecia os trabalhadores de várias maneiras insidiosas. Carolina Sigaugue ridicularizou a própria ideia de que o sistema de quotas fosse um incentivo à produção ou um bónus: 'não era nada mais que problemas.'¹³⁰ Primeiro, os trabalhadores pagavam o preço por todo o tipo de problemas que estavam fora do seu controle. A disponibilidade, a humidade e a qualidade das castanhas em bruto influenciavam o ritmo de trabalho durante todo o processo. Os trabalhadores 'engoliam' o custo da experimentação da mecanização. Se as máquinas avariavam, se as castanhas eram de má qualidade ou não tinham sido devidamente aquecidas, humidificadas ou secas, o processamento manual em cada um dos estágios subsequentes ficava comprometido.¹³¹ Mesmo que as pessoas trabalhassem rápido, não conseguiam controlar o ritmo: se o pessoal do descasque era lento ou deixava passar castanhas mal descascadas para a despeliculagem, se a despeliculagem era lenta, comprometia a triagem, e por aí fora. A interligação dos processos de trabalho era inevitável, mas a quota diária elevada significava que o salário básico das pessoas ao longo de toda a linha de processamento ficava comprometido. Se as mulheres tivessem ganho o salário mínimo de base, da lei, por cada dia completo de trabalho, com um bónus em cima se o conseguissem fazer, teria sido um assunto completamente diferente.

¹²⁸ TO, Joana Chilaula, 20 Maio 1993; Carolina Sigaugue, 24 Maio 1993; Celeste Mpendane, 13 Jul. 1993; Amélia Samuel Muzima, 24 Maio 1993; Maria Argentina Mabica, 27 Maio 1993; Angelica Nequsse Pacute, 31 Maio 1993; Elena F. Machava, 26 Maio 1993; Marta Honwana, 31 Maio 1993; Maria Celeste Chavane, 2 Jun. 1993, todas elas discutiram extensivamente o sistema de quotas. Sheldon, *Pounders of Grain*, encontrou uma situação semelhante nas fábricas de caju da Beira, 46, 49.

¹²⁹ Sobre a má qualidade da comida, do abrigo, das mantas, do sabão e dos uniformes para os contratados municipais, ver Penvenne, *African Workers*, 135–140.

¹³⁰ TO, Carolina Sigaugue, 24 Ma. 1993.

¹³¹ TO, Celeste Marcos Mpendane, 13 Jul. 1993.

Segundo, as trabalhadoras inexperientes, como Celeste Mpendane, que começou a trabalhar com onze anos de idade, eram mais vulneráveis às reduções relacionadas com as quotas. Apesar de se esforçar de todas as maneiras, muitas vezes não conseguia cumprir a meta. Carolina Rafael Cau, tinha tipicamente 5 ou 6 dias descontados por mês, mas Angélica Nequisse passava muito pior, frequentemente ganhando menos de metade do salário mínimo mensal devido aos descontos relacionados com o incumprimento da tarefa.¹³² As mulheres da área da selecção tinham de entregar 12 latas de castanhas limpas, seleccionadas, por dia. Maria Celeste Chavana muitas vezes não conseguia fazer mais de 6 a 9 latas, pelo que raramente recebia o pagamento completo.¹³³ Mesmo uma veterana experimentada como Joana Tinga Chilaule, que se juntou a Tarana ainda no Jardim Gouveia, levava por vezes três dias para conseguir marcar o cartão, no sistema do BNU, se havia algum problema com as máquinas.¹³⁴ As fichas dos registos da ACLM apenas indicavam o salário mínimo que as mulheres deviam auferir mensalmente, não aquilo que realmente recebiam. Os arquivos da época colonial da Caju desapareceram, pelo que o que parece ter sido uma prática salarial fraudulenta generalizada apenas está documentado aqui, pela preponderância dos testemunhos orais e a corroboração de testemunhos recolhidos na Beira.¹³⁵

Terceiro, o sistema de quotas deu aos supervisores mais poder e pretextos para disciplinar os trabalhadores que precisavam de reivindicar um dia completo de trabalho. Quando Amélia Samuel Muzima não conseguia marcar na área de despêliculagem, ela e outras eram 'castigadas' com uma tarefa de descasque manual à boca da caldeira em *djamangwana*.¹³⁶ Algumas mulheres alegavam que os supervisores só permitiam que as pessoas marcassem se as trabalhadoras 'conquistassem a simpatia' deles trazendo-lhes lenços de cabeça, pagando-lhes refrescos, bolos ou matabicho para lhes temperar o favor.¹³⁷ O sistema de quotas facilitou os abusos dos supervisores para explorarem as trabalhadoras vulneráveis. As mulheres queixavam-se de terem de inventar 'uma maneira de pagarem aos supervisores para estes lhes pagarem'.¹³⁸

As mulheres jovens que tinham acabado de chegar à cidade podiam estar especialmente desesperadas por receber porque ainda não tinham assegurado um abrigo. Também podiam ser suficientemente inexperientes para acharem difícil marcar o cartão, pelo que ficavam vulneráveis às exigências dos seus supervisores. Embora a literatura comparativa sugira que os académicos devem estar atentos aos abusos sexuais de meninas e mulheres vulneráveis, eu não tinha considerado a possibilidade de assédio por parte de uma supervisora lésbica. Laurinda, supervisora da área da selecção, no tempo do BNU, era conhecida por molestar as raparigas mais novas. Elena Faustina Machava, uma das poucas *tinumerini*, recordou, 'Eu trabalhava na secção da Laurinda. [Essa] supervisora costumava seduzir as trabalhadoras mais novas.'¹³⁹

Laurinda também tinha o que as pessoas chamavam de 'a sua maneira'. Sob ameaça de as mandar arrumar o seu trabalho, dia após dia, ela fazia com que as pessoas lhe pagassem o matabicho ou um lenço de cabelo. Elena lembrou que 'aos fins de semana tínhamos de carregar água e lavar a roupa dela, caso contrário não conseguíamos marcar na segunda-feira'. Nem toda a gente sabia das brincadeiras sexuais da Laurinda, mas quem sabia dava pouca importância. O facto era que as raparigas que ela molestava faziam melhor em deixá-la 'ter a sua maneira' com

¹³² TO, Angelica Nequisse Pacute, 31 Maio 1993; Carolina Rafael Cau, 31 Maio 1993.

¹³³ TO, Maria Celeste Chavane, 2 Jun. 1993.

¹³⁴ TO, Joana Tinga Chilaule, 20 Maio 1993.

¹³⁵ TO, Joana Tinga Chilaule, 20 Maio 1993; Carolina Sigaugue, 24 Maio 1993; Amélia Samuel Muzima, 27 Maio 1993; Maria Argentina Mabika, 27 Maio 1993; Carolina Rafael Cau, 31 Maio 1993; Angelica Nequisse Pacute, 31 Maio 1993; Sheldon, Ponders of Grain, 46, 49.

¹³⁶ TO, Amélia Samuel Muzima, 27 Maio 1993.

¹³⁷ TO, Maria Argentina Mabica, 27 Maio 1993; Joana Massacaira, 24 Maio 1993; Joana Uaichele, 21 Maio 1993; Raquelina Machava, 21 Maio 1993; Angelica Nequisse Pacute, 31 Maio 1993.

¹³⁸ TO, Maria Argentina Mabica, 27 Maio 1993; Joana Massacaira, 24 Maio 1993; Joana Uaichele, 24 Maio 1993; Raquelina Machava, 21 Maio 1993; Angelica Nequisse Pacute, 31 Maio 1993; Elena Machava, 26 Maio 1993.

¹³⁹ TO, Elena Machava, 26 Maio 1993.

elas do que passarem o fim de semana a lavar a roupa dela e a carregar-lhe a água.¹⁴⁰ O Capítulo 4 deixa claro que, dependendo da idade e do número de crianças nas suas famílias, as mulheres tinham bastante que chegasse de seu próprio trabalho para fazer ao fim de semana. Laurinda foi denunciada pelos conselhos de produção dos trabalhadores criados depois da independência. Ela deixou a fábrica desgraçada.¹⁴¹ Resumindo, o sistema da quota diária não era certamente um bónus ou incentivo. Carolina Sigague tinha razão – 'era só problemas'.

As mulheres aprendiam rapidamente a identificar quem e o que criava problemas e a fazer o que podiam para o evitar. Por vezes, o ciúme e a intriga viravam as mulheres umas contra as outras nas secções. Outras vezes, uma secção posicionava-se contra outras secções por causa de um ritmo de trabalho demasiado rápido ou demasiado lento. Mas em geral era mais comum que as mulheres de uma secção socializassem entre si. As mulheres recordaram que partilhavam o que faltava da tarefa do dia nas suas secções para que toda a gente conseguisse completar a tarefa, marcar a quota e sair ao mesmo tempo. As mulheres nas áreas de selecção e empacotamento tinham mais hipóteses de cumprir a sua meta. Elas encorajavam-se umas às outras para manterem um ritmo rápido e conseguirem terminar dentro do tempo, voltar para casa e tomar conta das suas famílias.¹⁴²

Perspectivas contrastantes sobre preços, remuneração, políticas e produção

O Capítulo 1 encerrou com as conclusões retiradas do relatório de 1972 dos especialistas Parente e Neto sobre a indústria de caju. O relatório considera a economia do caju desde a colheita e comercialização pelos camponeses até ao descasque industrial e exportação pelas muitas companhias que funcionavam no pico da era da exportação do caju de Moçambique colonial. Em 1973, as fábricas de descasque do Sul do Save empregavam cerca de 9,400 trabalhadores do total de 17,600 de todo o país. Os números eram claramente uma gota de água no oceano, comparativamente à indústria de descasque da Índia, mas eram importantes em Moçambique. Se olharmos para o emprego industrial entre 1960 e 1970, tomando os números de 1960 como base 100, a força de trabalho industrial como um todo aumentou para 155 em 1970, enquanto a mão-de-obra na indústria do caju aumentou para 490.¹⁴³ Até à secção final do relatório de Parente e Neto, raramente é mencionada a força de trabalho nesta indústria de mão-de-obra intensiva. Basicamente, o relatório ignorou 17,600 pessoas.

Na secção final, porém, os autores alegam que os factores que os industriais do caju em Moçambique mais frequentemente citavam a respeito das limitações da indústria eram a baixa produtividade, o elevado absentismo e a instabilidade da força de trabalho da indústria. Isso poderia parecer uma contradição directa com a reivindicação de Rosa Joaquim Tembe sobre os esforços dos trabalhadores. Estava também em discordância com as estatísticas dos registos municipais da força de trabalho que revelavam uma pouco usual estabilidade de mão-de-obra na Caju. Na verdade, tudo o que Parente e Neto tiveram a dizer sobre os trabalhadores contradisse fortemente o testemunho dos próprios trabalhadores.

Citando um estudo há muito desactualizado sobre absentismo e instabilidade entre trabalhadores africanos no continente africano em geral, não sobre trabalhadores africanos na indústria do caju em Moçambique, os autores afirmaram que '... níveis muito elevados de absentismo e rotação de trabalhadores [eram] comuns em todo o continente africano.' Concluíram eles:

¹⁴⁰ TO, Elena Machava, 26 Maio 1993; Marta Elise Honwana, 31 Maio 1993; Joana Tinga Chilaula, 20 Maio 1993; Rosalina Tembe, 19 Maio 1993.

¹⁴¹ TO, Elena Machava, 26 Maio 1993.

¹⁴² TO, Grupo de reformados, 4 Jun. 1993, TO, Elena Machava, 26 Maio 1993.

¹⁴³ Anna Lindberg, *Modernization and Effeminization*; Bessa Ribeiro, 'Sistema mundial,' 196–7.

É claro que os homens e mulheres nativos não estão acostumados a nenhum tipo de trabalho regular e constante; o padrão habitual sendo de períodos de trabalho alternados com períodos de descanso. Dado que os nativos conseguem subsistir sem recurso ao trabalho assalariado, dado o sistema de vida comunitária entre as tribos, nota-se que o valor dos seus salários é na verdade de importância secundária nesta questão; na verdade, as taxas mais elevadas de absentismo encontram-se por vezes entre os grupos que ganham os salários mais altos.¹⁴⁴

A passagem acima reflecte uma série de lugares comuns de uma era anterior e é claramente uma falha profunda de entendimento das ambições, expectativas, experiências, salários e razões do absentismo das descascadeiras. A asserção final de que salários mais altos poderiam na verdade estar relacionados com níveis mais altos de absentismo é particularmente absurda e preocupante. Os autores tinham aparentemente falado com industriais do caju em Moçambique, mas não com os trabalhadores da indústria. Como era típico de outros relatórios da época, eles podiam culpar as mulheres por não saberem falar português, em vez da sua própria incapacidade de falar changana.

Parente e Neto seguiram a ampla e extremamente infundada generalização com a alegação de que, apesar da oferta da gestão de um 'bónus de assiduidade', por vezes apenas 1,500 a 2,000 dos 5,000 trabalhadores registados na Caju compareciam de facto ao trabalho.¹⁴⁵ Os alegados absentismo e instabilidade na Caju Industrial de Moçambique não se relacionavam, em definitivo, com salários elevados, mas antes com os salários mais baixos e entre as piores condições da cidade.¹⁴⁶ Em 1973, duas décadas de experiência confirmaram que as mulheres de Tarana trabalharam turno atrás de turno, ano após ano, apesar dos salários abaixo do mínimo. Os registos de mão-de-obra do município documentam claramente que as trabalhadoras do caju estavam entre os trabalhadores mais estáveis e mais mal pagos da cidade. O Capítulo 4 abaixo, demonstra que as mulheres da Caju Industrial faltavam ao trabalho, mas certamente que não por receberem salários altos. Faltavam ao trabalho porque elas ou os seus filhos estavam doentes, mais um filho tinha nascido ou um familiar tinha morrido.

Se Parente e Neto tivessem verificado os registos relativos à fábrica de Chamanculo na ACLM, ou entrevistado trabalhadores nas fábricas do Chamanculo ou da Machava, teriam de lá saído com uma imagem significativamente diferente. De resto, o relatório de Parente e Neto foi bastante detalhado e profissional. O facto de eles terem concluído que os preços pagos aos camponeses e os níveis salariais dos trabalhadores não interessavam realmente, sugere que eles ignoraram ou fundamentalmente não entenderam os interesses e as experiências dos camponeses e dos trabalhadores de quem dependia a indústria. O seu relatório especializado alegou que o absentismo e a instabilidade dos trabalhadores compreendiam uma importante barreira para o futuro da indústria. Faziam-no sem quaisquer provas contemporâneas e sem nenhuma exploração substancial das ligações entre o absentismo e as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores industriais.

A lei exigia que os camponeses moçambicanos recebessem o preço mínimo pela sua castanha de caju, a ser paga em dinheiro e a pronto, no entanto, Parente e Neto confirmaram não ser esse o caso para os camponeses do sul. Em vez disso, os compradores gozavam do privilégio de descontar o preço, assumindo simplesmente a qualidade inferior das castanhas de caju.¹⁴⁷ Alegou-se que o baixo preço pago aos camponeses não importava muito porque eles tinham 'necessidades mínimas de subsistência' e os camponeses não produziam além disso. Eles limitar-se-iam a produzir para responder às suas necessidades mínimas mais rapidamente e logo parar de produzir. Isso era simplesmente errado. O aumento da comercialização da produção familiar ao longo

¹⁴⁴ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 67.

¹⁴⁵ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 67.

¹⁴⁶ Parente e Neto não indicam o nome da empresa, mas dizem que ela tem 5,000 trabalhadores, pelo que só pode tratar-se da Caju Industrial.

¹⁴⁷ Bessa Ribeiro notou as tensões em torno da qualidade das castanhas do Sul do Save, mas situou a questão entre os comerciantes rurais e a fábrica, e não entre os camponeses e os comerciantes rurais – as tensões subiram claramente na cadeia, mas os camponeses levavam com o desconto inicial e, muitas vezes, sem recurso, Bessa Ribeiro, 'Sistema Mundial,' 197; Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 37–38.

dessas décadas demonstra o contrário. Se as pessoas achavam que uma cultura era rentável, investiam nessa cultura.

A mesma lógica errada foi afirmada em relação aos trabalhadores. Dado que eles '... conseguem subsistir sem recurso ao salário do trabalho... e dado o baixo nível das suas ambições e expectativas', pouco importaria levantar os seus salários porque '... os níveis dos salários são realmente de importância secundária.'¹⁴⁸ Isso implicava que quanto mais os trabalhadores ganhassem, maiores seriam o absentismo e a instabilidade – assim, salários mais altos eram na verdade um desincentivo para a sua produção. Como isso era conveniente para quem quisesse adquirir produtos e mão-de-obra abaixo dos níveis mínimos! Este discurso reflectia os pressupostos embebidos na imprensa e nos relatórios coloniais de então e não tinha qualquer base factual.

O que as mulheres de Tarana referiam como um sistema de quotas, Parente e Neto, reflectindo os relatórios do BNU, enquadraram como um sistema de bónus para encorajar o cumprimento das metas de produção. Supostamente, este permitia que os trabalhadores conscienciosos ou altamente especializados, como Mahochi, melhorassem os seus salários. Parente e Neto não mencionaram ou parece não saberem que, na maior parte das vezes, o sistema reduziu – não aumentou – os níveis salariais. A fraude sobre os salários era invasiva e generalizadamente reconhecida pelos inspectores coloniais encarregues de a impedir. A lei permitia que os empregadores descontassem as obrigações sobre os salários em dinheiro aos trabalhadores através da provisão de mercadorias, acomodação e alimentação, em vez de dinheiro vivo, e a descontar os dias de trabalho perdidos ou ferramentas danificadas.¹⁴⁹ As inspecções do estado corroboravam generalizadamente os testemunhos dos trabalhadores em como os empregadores exageravam nas faltas, nas ferramentas danificadas e eram grosseiramente avarentos no que tocava às suas obrigações 'em espécie', fornecendo alimentos insalubres, podres e insuficientes, fardas de má qualidade, mantas finas e acomodação imprópria. Os relatórios confidenciais dos inspectores queixavam-se repetidamente de que a comida, as roupas e o alojamento fornecidos aos trabalhadores pelo estado, a municipalidade e fornecedores particulares bem-relacionados, estavam entre os piores exemplos de abusos infligidos aos trabalhadores na cidade.¹⁵⁰ Os sistemas de quotas serviam para o mesmo fim nas plantações e machambas privadas, criando uma oportunidade para os empregadores se evadirem ao pagamento dos salários mínimos devidos por lei aos trabalhadores.¹⁵¹

As mulheres explicaram o seu trabalho constante na Caju, dizendo que '... não tinham mais lugar nenhum para onde ir.'¹⁵² Ter os meios para tratar de si próprias e dos seus filhos era fundamental para o sentido de dignidade de uma mulher adulta. Assegurar esses meios era o que as guiava para pegar na enxada da cidade: levantar antes do raiar do dia, fazer as obrigações da casa, caminhar horas para ir e para voltar do trabalho, lutar para conseguir cumprir as quotas das tarefas, e voltar para dar de comer e cuidar das suas famílias. Luís Guila Muhale confirmou que, normalmente, as mulheres só faltavam ao trabalho quando tinham questões familiares importantes a resolver. As trabalhadoras das fábricas rurais de descasque de caju eram capazes de faltar ao trabalho durante a época das sementeiras das culturas alimentares que eram uma necessidade para a sobrevivência da família. Em Lourenço Marques, embora 80 por cento das mulheres urbanas fizessem machamba nos anos 40, o rápido desenvolvimento urbano significou que a terra disponível começou a escassear cada vez mais, a estar cada vez mais longe e que o transporte era

¹⁴⁸ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 67.

¹⁴⁹ Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 59.

¹⁵⁰ Schaedel, 'Last Phase,' 25–26, Michel Cahen, 'O fundo ISANI do Arquivo Histórico de Moçambique: uma fonte importante da história contemporânea do colonialismo português,' Arquivo, No. 7 (Abril 1990): 63–82.

¹⁵¹ Schaedel, 'Last Phase,' 25ff; José Cláudio Mandlate, 'A Companhia do Búzi em transição: uma abordagem à mão de obra e à estrutura de produção agrícola da empresa, 1961–1991' (Maputo: UEM, 2004).

¹⁵² TO, Cristina Miambu, 26 Maio 1993.

de tal maneira caro que eram poucas as mulheres da Caju que iam buscar às machambas mais do que ao subsídio de fim de semana.¹⁵³

As mulheres de Tarana faltavam ao trabalho porque estavam doentes, ou porque os seus filhos estavam doentes. As faltas estavam ligadas a doença e a doença tinha uma forte correlação com a pobreza, deficiências de nutrição, fraca qualidade das habitações, falta de água potável em condições e mau saneamento do meio.¹⁵⁴ O absentismo em Tarana não estava certamente ligado a salários mais altos. Resumindo, Parente e Neto concluíram que a 'fábrica para mulheres' e outras fábricas de descasque de caju tinham níveis elevados de absentismo e instabilidade laboral porque os trabalhadores não estavam habituados a trabalho constante, não precisavam de salários para subsistir, tinham poucas ambições e expectativas e eram insensíveis aos níveis salariais. Os seus pressupostos estavam longe dos padrões que emergiram nos testemunhos orais para este projecto.

Enquanto trabalharam sob a direcção de Tarana, as mulheres tinham ambições e expectativas elevadas. Tarana partilhava e inspirava as suas ambições e expectativas. O seu plano de negócios contava com elas para o desenvolvimento da perícia de descasque e ele comprometeu-se pessoalmente em melhorar os seus salários e a produtividade. Sob pressão, também aumentou a qualidade das suas condições de trabalho. Sob a direcção do BNU, as mulheres passavam mal, lutavam para assegurar o seu salário por inteiro e afirmar a sua dignidade pessoal. Elas levantavam-se todos os dias para ir trabalhar, para garantir o valor pleno dos seus salários e aspirar a ser tratadas com decência.

As trabalhadoras não estavam em posição de mudar a fábrica – como John Lonsdale o colocou, elas afirmavam a agência por veredas estreitas.¹⁵⁵ Mas a sua colaboração com Tarana e o seu pessoal fez a diferença – para ele e para elas. Elas davam às pessoas os nomes que melhor se lhes adaptavam. Riam-se e gostavam das pessoas que sentiam que davam valor ao trabalho que faziam. Para se alimentarem e aos seus filhos, porém, aguentavam e suportavam pacientemente os tempos difíceis sob as ordens de pessoas que temiam e desprezavam. A afirmação de Rosa Joaquim Tembe de que a indústria nacional de descasque de caju cresceu da sua força estava claramente correcta, enquanto a afirmação de Parente e Neto de que quanto mais se pagava aos trabalhadores negros menos eles se preocupavam em ir trabalhar, era também um claro disparate. Para além disso, a fé de Tharani na eficiência e na produtividade do trabalho manual especializado mais que no trabalho mecanizado para a produção das amêndoas inteiras de sobremesa de primeira qualidade aguentou-se na altura e provou ter sido bem colocado até hoje.¹⁵⁶

¹⁵³ As estratégias das mulheres para a produção de alimentos são discutidas mais detalhadamente nos Capítulos 4 e 5. No inquérito de Rita-Ferreira, apenas 7 por cento das participantes tinham trabalhado em machambas, 'Os Africanos,' 300. TO, Leia Nhavene, 17 Maio 1993; Julieta Mulungu, 20 Maio 1993; Maria Celeste Chavane, 2 Jun. 1993; Marta Honwana, 31 Maio 1993; Cristina Pelembe, 17 Maio 1993; Amélia Muzima, 27 Maio 1993; Rosalina Tembe, 19 Maio 1993; Cristina Miambu, 26 Maio 1993; Joana Massacaira, 12 Jul.; Raquelina Machava, 12 Jul. 1993. Kathleen Sheldon, 'Machambas in the City; Urban Women and Agricultural Work in Mozambique,' *Lusotopie* (1999) 121–40.

¹⁵⁴ Santos, 'Avaliação Nutricional,' 332.

¹⁵⁵ Lonsdale, 'Agency in Tight Corners'.

¹⁵⁶ No que se refere à nova fábrica de descasque na área de Manjacaze, no Sul do Save, à entrada do século XXI, Bessa Ribeiro notou que o trabalho manual especializado trazia melhores resultados do que qualquer uma das inovações tecnológicas até à data, produzindo mais amêndoas de caju por quilograma descascado do que o descasque mecanizado, 'Sistema mundial,' 396–7. Ver também o Epílogo.

3 Migração: Caminhos da Pobreza até Tarana

A uma pequena crítica, ela responde que consegue emprego nas [plantações de açúcar] na Incomáti ou na Maragra. E vai. A casa está destruída. São muitos os que estão agora divorciados porque as mulheres foram trabalhar para devolver o lobolo. Essas mulheres não sabem que o pressuposto é uma mulher estar casada e morrer com o seu marido. Somos nós, os maridos, que sabemos como as mulheres devem trabalhar. Mas neste momento elas têm empregos. A Incomáti está cheia de trabalhadoras e elas abandonaram os maridos.¹

As mulheres cantavam os seus dilemas e os fardos que carregavam, mas também negociavam com os homens e as crianças, no seio da família, o controle da mão-de-obra e o acesso a recursos e serviços. Pela lei dos costumes, os pais, maridos e sogros tinham direito a reivindicar o trabalho das mulheres, mas nunca sem limites de apoio e proteção. O trabalho da enxada pago nos campos de arroz ou de açúcar ao longo do Rio Incomáti, a que se referia o marido irado de antes, também era trabalho árduo, mas os salários que as mulheres ali ganhavam ficavam nas suas mãos. As mulheres pobres mudavam cada vez mais frequentemente do trabalho sazonal para trabalhos mais permanentes nessas plantações. Na verdade, as mulheres em situações de falta de apoio ou sujeitas a abusos, concluíam que eram elas, não os seus maridos, que sabiam como queriam trabalhar. Milhares delas usavam o dinheiro que ganhavam para resolver alguns dos seus problemas, problemas que, infelizmente, era muito provável que envolvessem os maridos.

A capacidade dos homens como maridos, pais, filhos e tios, para tomar conta das suas famílias e as proteger, tinha grande impacto nas mulheres ao longo de todo esse período. As mulheres não 'destruíam as suas casas e abandonavam os seus maridos' por causa de 'pequenas críticas' nem por pura bravata. A experiência não corrobora essa sugestão. As mulheres sabiam o preço que pagariam pela sua decisão de partir – nada nesse preço era pequeno.² Só quando morria um dos pais, quando os esposos, pais ou outros deixavam de apoiar as mulheres ou de facto abusavam delas, só quando as mulheres eram esticadas até ao ponto de ruptura ou recebiam retaliação, só então decidiam partir.³ Partir significava devolver o valor do lobolo e, talvez, ter de deixar os filhos para trás. Se as mulheres levassem os filhos, também assumiam a responsabilidade total por prover ao seu sustento e os proteger. Apesar de ter sido educada numa missão católica e de ter um filho saudável, Avelina Manjane deu por si abandonada quando o seu marido não voltou do contrato na África do Sul: 'quando o meu marido me abandonou e ao meu bebé, eu não tinha um *nhete* (pano) para o amarrar às costas.' Como muitas outras mulheres, ela pôs-se a caminho de Tarana, para conseguir ter dinheiro para a sua subsistência e do seu filho, e para devolver o lobolo. As mulheres devolviam o dinheiro do seu lobolo devido a um misto de receio e orgulho.

¹ Inkomati é uma variante da grafia de Incomáti, ambas aparecem nesta citação. Sherilynn Young, citando um homem não definido entrevistado na Chobela, no Sul do Save 18 Jul. 1975, 'Women in Transition,' 15.

² O livro de Jean Allman e Victoria Tashjian's capta o sentido das mulheres que têm limites para o que estão dispostas a sofrer ou deixar que os seus filhos sofram, *I Will Not Eat Stone: A Woman's History of Colonial Asante* (Portsmouth: Heinemann, 2000).

³ A ficção sobre as vidas das mulheres na era colonial retratava o assédio ou abuso por parte de lojistas, professores, padres e outras pessoas em posições de autoridade como sendo os precursores da migração, principalmente entre as mulheres jovens. Bento Siteo, *Zabela: My Wasted Life*, [Traduzido por Renato Matusse] (Harare: Baobab Books, 1996.); Muianga, Meledina; Honwana, *O Algodão e o Ouro*. TO Avelina Manjane.

Se iam trabalhar por conta delas, não queriam reclamações sobre o produto dos seus esforços por pessoas que não as tinham apoiado. Nada disto era pequeno – tudo era muito grande.

Todas as famílias desenvolviam múltiplas estratégias, em camadas, para sobreviverem e prosperarem. A ameaça do trabalho forçado para pagar pelo incumprimento do pagamento dos impostos moldava os parâmetros de todas as estratégias durante este período. Como abaixo se explica, a vulnerabilidade de homens e das mulheres ao trabalho forçado era diferenciada.⁴ Algumas mulheres mudavam do trabalho sazonal e, ocasionalmente, forçado, para empregos por contrato ao dia ou permanentes nas plantações de açúcar e arroz; outras tentavam comparar as vantagens e desvantagens em esquemas do emergente Colonato do Limpopo e, outras ainda, seguiram o conselho das pessoas que diziam 'Vai para Tarana. Vais esquecer o teu sofrimento.'⁵ Este capítulo começa por considerar de forma abrangente a migração das zonas rurais do sul de Moçambique para a região mais alargada e os esforços do governo colonial para controlar a mobilidade e a mão-de-obra dos moçambicanos. Considera brevemente os padrões de acomodação que as pessoas desenvolveram para continuarem a trabalhar a terra e a criar gado nas zonas rurais, mas depois vira-se para a migração das mulheres para Lourenço Marques. Quem partiu? Porquê? Como conseguiram fazer a viagem?

O debate clássico dos académicos sobre migração do sul de Moçambique para a África do Sul e a região mais alargada foi iniciado pelo antropólogo americano Marvin Harris e o estudioso e funcionário público António Rita-Ferreira, em finais dos anos 1950.⁶ Harris queria saber porque migravam centenas de milhar de homens moçambicanos da região, clandestinamente ou com contratos, para irem trabalhar como assalariados na África do Sul. Primeiro, os terrenos arenosos do Sul do Save e as chuvas irregulares limitavam o crescimento da agropastorícia. A época da fome era um 'tormento anual' que contribuía para a instabilidade nas famílias e a diferenciação social.⁷ Nessas condições, a migração era uma estratégia central para contornar a fome, particularmente para as famílias desfavorecidas. Em segundo lugar, a agricultura era fundamentalmente uma tarefa das mulheres, embora os homens pudessem supervisionar a produção das suas mulheres. Os homens trabalhavam com o gado, construíam e reparavam os celeiros, os currais e as casas, mas eram as mulheres quem fazia a maior parte do trabalho produtivo e reprodutivo, as ausências periódicas dos homens não ameaçavam directamente a integridade económica da família. Terceiro, os homens que eram desfavorecidos de nascença, por ordem de nascimento ou por hierarquia interna da família polígina, aspiravam a conseguir acumular, com base no trabalho assalariado, o lobolo necessário para assegurar o seu estado adulto e construir uma família. Finalmente, a administração portuguesa considerava ociosidade a maior parte do que os homens faziam, e homens ociosos em idade de trabalhar estavam sujeitos a ser contratados à força. Confrontados com a ameaça de recrutamento forçado se não tivessem trabalho assalariado, os homens procuravam emprego pelos preços mais altos que a África do Sul ou Lourenço Marques pagavam.⁸

António Rita-Ferreira contestou os detalhes etnográficos, mas de resto concordou com muito do que Harris escreveu. Ele negava que a ameaça de recrutamento levasse os homens a procurar emprego. Pelo contrário, argumentava que os homens do Sul do Save eram atraídos pela cultura urbana da África do Sul e de Moçambique, e as mulheres preferiam homens que tinham confirmado a sua masculinidade pelos ritos de passagem de um contrato nas minas da África do

⁴ Bridget O'Laughlin, 'Proletarianisation, Agency and Changing Rural Livelihoods: Forced Labour and Resistance in Colonial Mozambique,' JSAS, Vol. 28, No. 3 (Set. 2002): 511–530; Penvenne, African Workers, Capítulos 4 e 7.

⁵ Muitas o diziam, mas, por exemplo, TO, Amélia Malanguane, 27 Maio 1992; Felizmenta Namburo, 9 Jun. 1993; Julieta Mulungu, 20 Maio 1993.

⁶ Ver Capítulo 2 nota 9 e a bibliografia para as referências completas. Harris, 'Labour Emigration'; Harris, 'Reply to Sr. Rita-Ferreira'; Rita-Ferreira, 'Comments on a Study by Marvin Harris'; Rita-Ferreira, 'Comments on Marvin Harris's Reply'; Rita-Ferreira, 'O Movimento Migratório'; Rita-Ferreira, 'Oscilação do Trabalhador'.

⁷ Harris, 'Labour Emigration', 53.

⁸ Harris, 'Labour Emigration', 60.

Sul.⁹ Harris negou o último ponto, afirmando que '... a preferência expressa pelas mulheres jovens derivava simplesmente do facto de que um homem que tinha trabalhado nas minas, tinha demonstrado superioridade relativamente aos pretendentes demasiado estúpidos, assustados ou com preguiça de evitarem o recrutamento forçado do governo.¹⁰ A extensa literatura sobre a migração do sul de Moçambique para as minas sul-africanas e a região, contribuiu com importantes texturas para muitos destes pontos fulcrais.¹¹

Jornalistas e contistas também relacionavam o clima da região com os padrões de género da migração. Albino Magaia transmitiu a sua interpretação com a imagem do sol quente do meio-dia num céu azul profundo entre as nuvens brancas de 'bom tempo'. Ele imaginava que as nuvens se estavam a rir dos camponeses nos campos, cá embaixo, a tentarem persuadir o milho e a batata doce dos solos arenosos e inclementes da região. As nuvens de Magaia recusavam-se a largar a sua chuva – chuva que podia espantar a sua fome. Fome, concluía Magaia, que levava os homens para trabalhar nas minas da África do Sul e as mulheres a prostituir-se nas cidades e vilas do país. Não era fácil o dinheiro que ganhavam os mineiros ou as prostitutas. Em Lourenço Marques, pelo menos, quando as prostitutas ganhavam o seu 'pão de cada noite', esse estava seguro nos seus bolsos.¹² A ameaça de seca significava que pouco estava seguro para os camponeses do sul de Moçambique. Milhares de mulheres na Caju sabiam que o seu salário mensal podia ser descontado e que podiam ter de pedir vales para aguentar o mês, mas também estava seguro nos

⁹ Rita-Ferreira, 'Comments on a Study by Marvin Harris'; Rita-Ferreira, 'Comments on Marvin Harris's Reply'; Rita-Ferreira, 'A Oscilação do Trabalhador Africano.'

¹⁰ Harris, 'Labour Emigration,' 60.

¹¹ Os trabalhos principais para a região mais alargada incluem: Charles van Onselen, *Chibaro: African Mine Labour in Southern Rhodesia, 1900–1930* (London: Pluto Press, 1976); Francis Wilson, *Labour in the South African Gold Mines 1911–1969* (Cambridge: Cambridge Univ. Pr. 1972); Ruth First et al. *Black Gold*; Jonathan Crush, Alan Jeeves e David Yudelman, *South Africa's Labour Empire: A History of Black Migrancy to the Gold Mines* (Boulder: Westview, 1991); Jeeves, *Migrant Labour in South Africa's Mining Economy; The Struggle for the Gold Mines' Labour Supply, 1890–1920* (Kingston: McGill University Press, 1985); Jeeves e Jonathan Crush, eds, *White Farms – Black Labour; The State and Agrarian Change in Southern Africa, 1910–1950* (Portsmouth: Heinemann, 1991); Yudelman e Jeeves, 'New Labour Frontiers for Old: Black Migrants to the South African Gold Mines, 1920–1985,' *JSAS*, 13 (1986): 101–24; Patrick Harries, 'Slavery, Social Incorporation and Surplus Extraction: The Nature of Free and Unfree Labour in South-East Africa,' *JAH* 22 (1981): 309–330; Harries, "'A Forgotten Corner of the Transvaal," *Reconstructing the History of a Relocated Community through Oral History and Song*, in Belinda Bozzoli, ed. *Class, Community and Conflict: South African Perspectives* (Johannesburg: Ravan, 1987): 93–134; Harries, *Work, Culture and Identities*; T. Dunbar Moodie com Vivienne Ndatshhe, *Going for Gold: Men, Mines and Migration* (Berkeley: Univ. of California Press, 1994); Corrado Tornimbeni, 'Migrant Workers and State Boundaries; Reflections on the Transnational Debate from the Colonial Past in Mozambique.' *Lusotopie* (Paris: Éditions Karthala, 2004): 107–20; Joel Mauricio das Neves [Tembe], 'Economy, Society and Labour Migration in Central Mozambique, 1930– ca. 1965: A Case Study of Manica Province,' Tese PhD (Londres: University of London, School of Oriental and African Studies, 1998); Diana Jeater, 'No Place for a Woman: Gwelo Town, Southern Rhodesia, 1894–1920,' *JSAS* 26, 1 (2000): 29–42; Jeater, *Marriage, Perversion, and Power: the Construction of Moral Discourse in Southern Rhodesia, 1894–1930* (Nova Iorque: Oxford University Press, 1993); Elizabeth Schmidt, *Peasants, Traders, and Wives: Shona women in the history of Zimbabwe, 1870–1939* (Portsmouth: Heinemann, 1992); Penvenne, *African Workers*; Bozzoli, *Women of Phokeng*; Sheldon, *Pounders of Grain*; Sean Redding, *Sorcery and Sovereignty: Taxation, Power and Rebellion in South Africa, 1880–1963* (Athens: Ohio University Press, 2006); Sharon Stichter, *Migrant Labour* (Nova Iorque: Cambridge University Press, 1985); Fion de Vletter, 'Migration and Development in Mozambique: Poverty, Inequality and Survival' in Jonathan Crush and Bruce Frayne eds., *Surviving on the Move: Migration, Poverty and Development in Southern Africa* (Cidade do Cabo: Idasa Publishing House, 2010): 146–163; Stephen C. Lubkemann, 'The Transformation of Transnationality among Mozambican Migrants in South Africa.' *Canadian Journal of African Studies* 34, 1 (2000): 41–64; Luís António Covane, *O Trabalho Migratório e a Agricultura no Sul de Moçambique (1920–1992)* (Maputo: Promédia, 2001).

¹² Albino Magaia com fotografia de Ricardo Rangel, 'Prostituição, Tráfico Sexual Mata a Fome,' *Tempo*, No. 211 (13 Outubro 1974): 18–19. Ver também Raul Honwana. *O Algodão e o Ouro* (Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos, 1995.)

seus bolsos e era apenas isso que muitas vezes fazia com que elas evitassem ganhar o pão 'à noite', em vez de ao mês.¹³

Migração rural de gênero: Indígenas e agência no final do período colonial em Moçambique

Os homens e mulheres do Sul do Save faziam parte de uma enorme tapeçaria em movimento – ondas e camadas migratórias que eram frequentemente alimentadas e acompanhadas de violência; a violência da seca, das cheias, do *apartheid*, das insurgências armadas, do trabalho forçado, das culturas forçadas, violência doméstica e da profundamente entranhada violência da fome e da pobreza.

A migração também era alimentada pela procura de muitos tipos de oportunidades. Mais do que em qualquer outro lugar em Moçambique, a migração do sul estava amarrada à economia regional ancorada na África do Sul.

Embora centenas de milhar de homens e mulheres fossem postos em movimento para o trabalho assalariado e o trabalho forçado, e à procura de mercados e educação, os movimentos mais gerais de população na região estavam ligados ao fazer, desfazer e refazer das famílias na África Austral.¹⁴ Os forçados e as pessoas que procuravam emprego na África Austral no século XX eram predominantemente homens e jovens de sexo masculino, enquanto os actores históricos em movimento entre famílias eram predominantemente mulheres, raparigas e crianças. Os historiadores, eu incluída, foram mais lentos a confirmar que o movimento interno das economias da família, da oferta e informal também era migração laboral. Tal como grande parte da experiência de vida das mulheres, as suas contribuições como trabalhadoras e emigrantes não atraíram a atenção dos estudiosos com rapidez e facilidade, nem deram forma a políticas e modelos económicos.¹⁵

A formação e a perseverança da família tinham e continuam a ter muito a ver com poder, mão-de-obra e recursos: quem a controlava, por que meios, para que fins e contra que resistências. As economias doméstica, da oferta e informal competiam e negociavam autoridade e reivindicações sobre recursos e mão-de-obra, em tudo equivalentes às economias do trabalho assalariado e forçado subsidiadas pelo estado, e a economia formal. Embora os mecanismos de controle e as avenidas para o ressarcimento diferissem, a força física e a pressão para conseguir comer e dar de comer aos filhos, garantir o acesso aos recursos e geri-los, moldavam os resultados em toda a linha. As estratégias de alojamento da família e de auxílio podiam ser ritualmente mascaradas e, assim, difíceis de observar e a discussão impedida por tabu.¹⁶

¹³ TO, Joana Massacaira, Maria Rosa Xavier Siteo e Elina Chiavale Mulungu.

¹⁴ O trabalho de Sean Redding levou vigorosamente este ponto até ao fim por mim 'South African Women and Migration in Umtata, Transkei 1880–1935,' in Kathleen Sheldon, ed. Courtyards, Markets, City Streets: Urban Women in Africa (Boulder: Westview Press, 1996): 31–46.

¹⁵ Alguma da literatura que compõe este ponto é referenciada nos capítulos 4 e 5, mas Benigna Zimba chamou a atenção explicitamente para este ponto no título do seu (cont.) estudo do comércio no século XVIII e início de XIX no sul de Moçambique, *Mulheres Invisíveis: O gênero e as políticas comerciais no Sul do Moçambique, 1720–1830* (Maputo: Promédia, 2003). A obra de Aili Mari Tripp, *Changing the Rules* é essencial no que se refere às áreas urbanas.

¹⁶ Os trabalhos pioneiros sobre dinâmicas da família e do agregado, urbanização e gênero, incluem: Jane Guyer, 'Household and Community in African Studies,' *ASR*, 24, 2/3 (1981): 87–137; Guyer e Pauline Peters, 'Conceptualizing the Household: Issues of Theory and Policy in Africa,' *Development and Change*, 18, 2 (Abril 1987): 197–213; Meghan Vaughan, 'Which Family? Problems in the Reconstruction of the History of the Family as an Economic and Cultural Unit,' *JAH*, 24 (1983): 275–83; Iris Berger, 'Beasts of Burden' Revisited: Interpretations of Women and Gender in Southern African Societies,' in R.W. Harms, J.C. Miller, D.S. Newbury e M.D. Wagner, eds, *Paths toward the Past: African Historical Essays in Honor of Jan Vansina* (Atlanta: African Studies Association Press, 1994): 123–141; Loforte, *Gênero e Poder*; Lubkemann, 'The Transformation of Transnationality'; Lindsay, *Working with Gender*; Catherine Coquery-Vidrovich, 'The Process of Urbanization in Africa: From the Origins to the Beginning of Independence,' *ASR*, 34,1 (1991): 1–

Nas culturas patrilineares e virilocais do sul de Moçambique, com o casamento as mulheres mudavam-se da casa dos seus pais para a casa dos seus maridos. Era nesse ponto que elas criavam o seu próprio lar. Se uma mulher decidia que o seu lar era insustentável, ela partia; umas vezes voltava para casa dos pais, outras vezes ficava sob a protecção de um outro familiar e outras vezes pegava a direcção da cidade. Em 1960, o censo da capital revelava que as mulheres africanas divorciadas, separadas e viúvas a viver sozinhas na cidade atingiam quase 15 por cento da população.¹⁷ Por vezes, o divórcio libertava as mulheres para migrarem e outras vezes forçava as mulheres a migrar – ambas as vias eram importantes. O lugar das mulheres no âmbito dos controlos em camadas e contestados do patriarcado e do sistema legal colonial era um factor na sua mobilidade. A mobilidade e o investimento dos moçambicanos em mão-de-obra na região eram altamente controlados pelo estado na época colonial e é essa a nossa consideração seguinte.

Raça e género nos conceitos de controle de mão-de-obra

Na imaginação e na consciência documentada do estado colonial, todos os africanos gostavam de espaços estreitos e distorcidos. O indigenato é a peça fundamental para perceber a história social e da mão-de-obra no sul de Moçambique colonial no século XX. O indigenato era o corpo cumulativo de legislação e práticas relacionadas, elaborado pelos portugueses, que definia quem era considerado um indígena, e depois legislou os indígenas com uma desvantagem significativa em virtualmente todas as categorias que se possa imaginar – civis, comerciais, políticas, sociais, militares, mão-de-obra.¹⁸

O indigenato tinha um carácter fundamental de género. Os portugueses concebiam o indígena como sendo de sexo masculino. As mulheres indígenas, mulheres nativas, eram componentes dependentes de esferas sociais, culturais, económicas e políticas entendidas como pertencentes ao domínio dos homens africanos. Como ouvimos de Luís Guila Muhale, os homens portugueses e moçambicanos assumiam generalizadamente que, por princípio, as mulheres africanas trabalhavam no âmbito do sector familiar, sob a autoridade de um homem socialmente legitimado – a 'mulher sem dono' era uma ameaça social. Esse pressuposto assinalava o controle da mobilidade exercido sobre as mulheres. Pela maior parte deste período, ao contrário dos homens, as mulheres precisavam da autorização explícita de um homem para mudar de lugar ou para viajar para fora do seu distrito de residência.

As leis, modelos, regulamentos e relações do indigenato eram frequentemente articuladas e implementadas por funcionários municipais e do estado, em colaboração com os empregadores. Era um processo executado principalmente por homens, para homens. A administração colonial entendia que as mulheres moçambicanas eram importantes para qualquer estratégia para definir e controlar os homens moçambicanos. O indigenato foi implementado gradualmente na Lourenço Marques do início do século XX, moldado simultaneamente pelo factor masculinidade e as condições urbanas. Durante a maior parte da era colonial, os portugueses caracterizavam generalizadamente os homens africanos como implementos ou impedimentos para os objectivos mais amplos do projecto colonial.¹⁹

Desde a primeira tentativa de articular o estatuto indígena que os africanos contestaram os pressupostos subjacentes a vários níveis. No início da segunda década do século XX, os portugueses avançaram com uma categoria suplementar para os africanos que tinham assimilado culturalmente a língua, a educação e as profissões portuguesas, e que não se submetiam à condição de indígenas. Mais uma vez, a estrutura legal, civil, política, comercial e laboral para

98; Catherine Coquery-Vidrovitch, 'Urban Cultures: Relevance and Context,' in Toyin Falola and Steven J. Salm, eds, *Urbanization and African Cultures* (Durham: Carolina Academic Press, 2005): 17–22; Tranberg Hansen e Vaa, 'Introduction,' *Reconsidering Informality*, 7–24.

¹⁷ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 131, 227, 249, 303–05.

¹⁸ Penvenne, *African Workers*, p. 1, Capítulo 4 e passim; O'Laughlin, 'Class and the Customary.'

¹⁹ Hedges, coord., *História de Moçambique*, esp. 97ff; Rita-Ferreira, 'Esboço Sociológico,' 116–17, 149, 171–2.

esta categoria foi concebida com uma base de género masculina. Pressupunha-se que os assimilados gozassem de todos os privilégios da cidadania portuguesa, mas o facto de os negros terem de ser submetidos a um processo burocrático fastidioso e caro para certificar que mereciam a cidadania portuguesa, enquanto aos portugueses brancos bastava nascer, era uma complicação à partida.²⁰

O assimilado, como o indígena, era essencialmente uma forma masculina. Embora 'assimilada' fosse o termo para a mulher, na grande maior parte dos casos, os homens requeriam o estatuto legal de 'assimilado' com base em critérios educacionais e sociais, e as mulheres atingiam o estatuto enquanto mulheres de um requerente masculino. Esperava-se que as mulheres mantivessem na família os critérios para a assimilação do seu marido.²¹ No início dos anos 1960, quando ambas as categorias legais (indígena e assimilado / assimilada) foram abolidas por lei, só 1,658 assimilados estavam registados em todo Moçambique – uma dimensão reveladora da vacuidade do conceito. Nessa altura, mais de metade da população assimilada vivia no Sul do Save, com 136 registados no município de Lourenço Marques.²² Considerando que o indigenato e as limitações impostas aos indígenas foram muito importantes ao longo de toda a era colonial e se reflectiam nas narrativas, a assimilação emergiu apenas como um motivo ligado a arrogância social. De acordo com Matilde Chiduzza, 'as assimiladas consideravam-se diferentes. Nós eramos sujas e elas eram brancas.' Elena Machava, cuja educação a teria habilitado à assimilação, notou: 'Os assimilados não eram iguais aos brancos, mas eles pensavam que o BI que tinham lhes permitia desvalorizar os seus irmãos negros.' Elina Mulungu afirmou que eles desdenhavam a própria prática corrente de regatear com os vendedores de rua, dizendo apenas '... dá lá isso, eu pago!'²³

O indigenato era dirigido a homens negros entre a meia adolescência e a maturidade avançada, homens essencialmente aptos para trabalhar ou contribuir com impostos sobre rendimentos em projectos de colonatos ou de povoamento colonial em Moçambique, e para contribuírem com a entrada de moeda externa para o estado colonial, através de intervenções burocráticas relativas ao seu trabalho no estrangeiro. Os trabalhadores fisicamente aptos eram normalmente referidos como se fossem uma mercadoria, como o sisal e a mapira, ou factores de produção, como os fertilizantes e as enxadas.²⁴ Em muitos períodos e lugares, homens e mulheres, jovens e velhos, capazes e frágeis, eram recrutados à força e trabalhavam para além da sua capacidade – até ao ponto de destruírem a sua saúde e mesmo levados à morte.²⁵ Eram forçados a limpar e a manter estradas, linhas férreas e canais, a trabalhar em plantações de colonos, a plantar culturas a mando do estado e a fazer toda e qualquer tarefa descrita que não atraísse trabalho voluntário.

Os homens moçambicanos não eram só mercantilizados e desumanizados, as fontes coloniais definiam-nos como um problema, 'o problema da mão-de-obra indígena', ou uma questão, 'a

²⁰ Jeanne Marie Penvenne, "We are all Portuguese!" Challenging the Political Economy of Assimilation, Lourenço Marques, 1870 to 1933,' in Leroy Vail, ed. *The Creation of Tribalism in Southern Africa* (Berkeley: University of California, 1989): 255–88.

²¹ Agradeço a Kathleen Sheldon por sublinhar as contribuições das mulheres para a manutenção dos agregados assimilados. A natureza de género da assimilação foi detalhada numa carta aberta escrita por José Roldão na *Voz da Zambézia* e reproduzida na Direcção da Secretaria dos Negócios Indígenas [DSNI] Informação 59/M/3 PF/ AC, 8 Julho 1959, assinada por Pinto da Fonseca: 'O Estatuto dos Indígenas Portugueses e a Carta Aberta dirigida por José Roldão, a Sua Excia. o Min. do Ultramar, publicada em *O Brado Africano*, 29 de Junho de 1959.' A Informação da DSNI Informação citou imprecisamente *O Brado Africano*.

²² Confidencial Proc. M/3, 'Resultado do inquérito promovido pela circular no. 4461/ M/ 3 de 31/10/1953 sobre o número de casos de obtenção de assimilação ou cidadania, nos últimos 10 anos (1950–1960), DSNI, 10 Março 1962, assinatura ilegível, ACLM.

²³ TO, Matilde Chiduzza, 27 Maio 1993; Elena Machava, 26 Maio 1993; Elina Chivavele Mulungu, 4 Jun. 1993.

²⁴ José Rodrigues Júnior, *A Voz dos Colonos de Moçambique* (Inquérito) (Lourenço Marques: Tip. 'Notícias,' 1945): 222–3, 230.

²⁵ Embora o grosseiro excesso de trabalho dos forçados fosse mais generalizado no início do século XX, ele persistiu ao longo de toda a era do indigenato, Penvenne, *African Workers*; Eric Allina, *Slavery by any other name; African Life under Company Rule in Mozambique* (Charlottesville, VA: University of Virginia Press, 2012); Hedges, *História de Moçambique*.

questão da mão-de-obra indígena'. As frases 'o problema da mão-de-obra indígena' e 'a questão da mão-de-obra indígena' eram tão generalizadas que as palavras pareciam inseparáveis.²⁶ Do ponto de vista colonial, claro, o problema era simplesmente que nunca havia moçambicanos suficientes dispostos a trabalhar pelos salários e nas condições que o estado e muitos colonos estavam dispostos a providenciar. A questão era como resolver esse problema e, entrados nos anos sessenta, a resposta foi o trabalho forçado suportado pelo trabalho correcional das prisões ou castigos violentos.

Em 1957, o funcionário dos Negócios Indígenas e sociólogo António Rita-Ferreira, colocou o problema diplomaticamente: 'O termo "preferência" [pelos trabalhos] é aqui usado com um sentido relativo... o indígena que trabalha em Moçambique fá-lo muitas vezes por sugestão da Administração.'²⁷ Dois anos mais tarde, L.M. Pinto da Fonseca, superior de Rita-Ferreira, foi menos diplomático no seu relatório confidencial sobre as condições para o trabalho indígena. Ele confirmou que o sistema de recrutamento forçado de mão-de-obra continuava a fornecer, em média, mais de dezoito mil trabalhadores todos os anos para a agricultura colonial e quase vinte mil para a indústria. Ele descreveu o sistema como injusto, ineficiente, obnóxico e intolerável. O sistema impedia que as condições de mercado aumentassem os salários, e penalizava os empregadores dispostos a pagar acima do salário mínimo, ao mesmo tempo que apoiava '... os piores empregadores [que] pagam o mínimo absoluto, requisitam a maior parte da mão-de-obra e criam a maior parte dos problemas quando os trabalhadores resistem às más condições.'²⁸

A partir de finais do século XIX e até aos anos 1960, as famílias podiam ser obrigadas a trabalhar por não terem pago o imposto, por incumprimento da sua 'obrigação moral de trabalhar', ou simplesmente por estarem no lugar errado no momento errado quando o governo ou os colonos portugueses precisavam de trabalhadores.²⁹ A maior parte dos homens condicionava as suas estratégias de trabalho em função da fuga ao trabalho contratado forçado, de salários baixos – aquilo a que toda a gente chamava de xibalo ou trabalho de graça, trabalho não pago.³⁰ A partir dos anos 1940, homens e mulheres adultos passaram a ser responsáveis pelo pagamento do imposto de capitação e, uns e outros, podiam ser condenados a termos de xibalo por não pagamento do imposto. Os homens e as mulheres das famílias pobres eram assediados regularmente para trabalho forçado por não pagamento do imposto. A taxa do imposto das mulheres era estabelecida em metade da dos homens porque se assumia que as mulheres adultas eram casadas. Perversamente, o nível mais baixo dos impostos das mulheres e o pressuposto do casamento foram engendrados pelo estado e os empregadores como razão para legislar e manter os salários das mulheres mais baixos que os dos homens.³¹

No início dos anos 1960, crescia a pressão local, regional e internacional para que Portugal instituisse reformas laborais. A insurreição armada nas suas três colónias africanas continentais foram os mais fortes propulsores da mudança. O indigenato continuava a ser economicamente útil

²⁶ Ismael Alves da Costa referiu-se à velha questão da mão-de-obra indígena: 'A Velhíssima Questão da Mão de Obra Indígena,' Lourenço Marques Guardian, 15 e 21 Janeiro 1948; Rodrigues Júnior, *A Voz dos Colonos*, 222–3, 231.

²⁷ António Rita-Ferreira, 'Esboço Sociológico,' 153.

²⁸ Luciano Maia Pinto da Fonseca. Inspector Administrativo, 'Relatório da Direcção dos Serviços de Negócios Indígenas e da Curadoria Geral da Província de Moçambique. Período de 7 Junho de 1958 a 31 de Dezembro, 1959,' Fundo do Governo Geral, [FGG] 721, AHM.

²⁹ Penvenne, *African Workers*.

³⁰ A ortografia preferida actualmente é xibalo, as variantes incluem shibalo, chibaru e xibalu, Lopes, et al. *Moçambicanismos*, 148; Bento Siteo, Narciso Mahumana, Pércida Langa, *Dicionário Ronga – Português* (Maputo: NELIMO – Centro de Estudos de Línguas Moçambicanas, 2008): 348.

³¹ Ferraz de Freitas, afirmou que '... centenas de mulheres que trabalham na indústria em Lourenço Marques não têm marido.' Ele alegava que os salários irrazoavelmente baixos que elas ganhavam era '... uma das principais razões da prostituição generalizada existente entre os indígenas do Concelho.' ACLM ao RCNI, 29 Set. 1949, 50/B/8, AHM.

para os empregadores de Moçambique, mas tinha-se tornado num risco político.³² Infelizmente, as reformas do início dos anos sessenta foram mais um disfarce para a continuação do controle da maioria da população do que uma verdadeira reforma laboral. Portugal substituiu o desdenhado indigenato com o chamado Código do Trabalho Rural. As novas categorias mal conseguiam mascarar o sistema anterior de vantagem dos brancos e desvantagem dos negros.³³ Os trabalhadores brancos mantinham os seus privilégios através da filiação em sindicatos e qualificações educacionais ou técnicas que eram essencialmente inacessíveis à maioria da população negra.³⁴ As palavras mudaram mais que a experiência. O antigo indígena foi brevemente rebaptizado de 'mão de obra não-civilizada'. Essa escolha foi rapidamente reconhecida como um erro, mas foi substituída por uma outra colocação negativa – 'não-civilizado' passou a ser 'não-qualificado' ou 'não-sindicalizado'. Mais uma vez, estas categorias eram essencialmente masculinas, usadas para definir a maioria da população por aquilo que não era, em vez daquilo que era.

Os trabalhadores rurais ou urbanos que não se qualificassem para filiação nos sindicatos ou empregos, pareciam e eram tratados muito como os seus antecessores indígenas. Entre o cada vez maior número de indústrias urbanas e periurbanas, os trabalhadores não qualificados e não sindicalizados comiam em cantinas separadas, não na sala de jantar da fábrica, e não tinham direito aos privilégios concedidos aos brancos: transporte da empresa, creche, férias, pacotes de bónus e viagens internacionais.³⁵ Os trabalhadores não sindicalizados das indústrias de processamento nos finais dos anos sessenta, compreendiam 92 por cento da força de trabalho e recebiam cerca de um sétimo do salário dos trabalhadores sindicalizados.³⁶ O facto de o Código do Trabalhador Rural ser implementado e gerido pela burocracia dos antigos 'Negócios Indígenas' sugere uma continuidade essencial.³⁷ Resumindo, a agência, o padrão migratório e os investimentos na força de trabalho de homens e mulheres moçambicanas foram moldados pelo indigenato e o sucedâneo Código do Trabalhador Rural. Ambos sustentavam os privilégios dos trabalhadores urbanos brancos. Embora o Estatuto do Indígena e o Código do Trabalhador Rural fossem dirigidos principalmente aos homens, as mulheres também eram recrutadas e as vidas de todas as mulheres eram dificultadas quando os homens dos seus agregados eram recrutados.

³² Hedges, *História de Moçambique*, Capítulos 4 e 5; Penvenne, 'A Tapestry of Conflict': O'Laughlin, 'Class and the Customary'; Amélia Neves de Souto, 'As Reformas Coloniais Portuguesas na Década de 1960s e o Seu Impacto em Moçambique,' artigo não publicado, UEM, Maio 1993. Agradeço à autora o acesso e a autorização para citar.

³³ Schaedel, 'Last Phase of Colonial Rule.'

³⁴ Embora fossem brancas, as mulheres do Extremo Oriente asiático e do sul da Ásia [Índia] que também participavam no trabalho assalariado na época colonial em Lourenço Marques, eram uma pequena minoria. Esta secção foca os homens brancos enquanto grande maioria dos trabalhadores privilegiados.

³⁵ Um pequeno grupo de assimilados que trabalhavam na indústria da imprensa eram membros dos sindicatos, mas a maior parte permanecia apanhada como aprendiz, assim incapaz de beneficiar do leque completo de privilégios dos sindicatos.

³⁶ Por exemplo, os números de 1968 mostram que do contingente de 71,653 trabalhadores da indústria de processamento, 66,047 não eram sindicalizados. Estes últimos ganhavam 23 escudos por dia, enquanto os trabalhadores organizados ganhavam 174 escudos por dia. O pessoal administrativo e técnico vencia 260 escudos por dia. Parcídio Costa, 'A Indústria de Moçambique,' 201, 203; Carlos Nuno Castel-Branco, 'An investigation into the Political Economy of Industrial Policy: The Case of Mozambique,' Tese PhD, Universidade de Londres, 2001.

³⁷ Amélia Neves de Souto, 'A Administração Colonial Portuguesa em Moçambique no Período de Marcello Caetano (1968–1974): Mecanismos e Relações de Poder,' Tese PhD (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2003): Capítulo 3. Esta foi mais tarde publicada como Caetano e o Ocaso do 'Império'; Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968–1974) (Porto: Afrontamento, 2007), mas as referências aqui são relativas à tese. Ver também Harris, 'Race, Conflict and Reform'; Lorenzo Macango, 'Um Antropólogo Norte-Americano no 'Mundo que o Português Criou': Relações de Raça no Brasil e Moçambique segundo Marvin Harris,' *Lusotopie* (1999):143–61.

As mulheres na migração dos homens: *Magaíça, n'wamacholo e n'wasalela*.³⁸

'Não é por nada que os pais desejam que as suas filhas casem com *magaíças*. É por causa da fome.'³⁹

Já em meados do século XVIII, homens do Sul do Save e de Lourenço Marques deixavam as suas machambas para participarem em assaltos, comércio e também para trabalho assalariado no interior do que veio a ser a África do Sul.⁴⁰ A partir de meados do século XIX, os homens do sul de Moçambique iam, em cada vez maior número, trabalhar na vizinha África do Sul, primeiro nas plantações de açúcar e, mais tarde, acabando por chegar às minas de diamantes, carvão e ouro.⁴¹ Os homens que voltavam para Moçambique depois de terem trabalhado nas minas da África do Sul eram chamados *magaíças*. A palavra tem muitos significados, tanto a imagem positiva de um homem que regressa com riqueza e bens para assumir o estado adulto pelo casamento, como sugere a passagem acima, e a imagem negativa de um homem roubado ou burlado nas suas viagens.⁴² A experiência negativa era suficientemente comum para poder gerar um outro nome, o *magaíça mamparra* ou *mambarha gayisa*. Um *magaíça mamparra* era um mineiro que gastava, esbanjava ou perdia tudo o que tinha ganho em salários antes de regressar a casa, ou que simplesmente não regressava.⁴³ Em meados do século XX os *magaíças* eram muito comuns no Sul do Save, e já não se referia apenas aos mineiros migratórios. O termo passou também a abranger os homens que voltavam de todos os tipos de empregos na África do Sul, incluindo a agricultura e a indústria.

Nos anos 1920, e cada vez mais a partir da década de 1930, os camponeses também tinham de se ver com a cultura forçada do algodão e do arroz, promovidas pelo estado. Em finais da década de 40 e ao longo dos anos 50, o crescimento do povoamento branco trouxe o peso adicional da alienação da terra⁴⁴. Grandes tractos das melhores terras agrícolas da região ao longo do Rio Limpopo foram tomados de famílias da zona, para serem objecto de desenvolvimento de complexos agrários irrigados, concebidos principalmente para beneficiarem colonos e agricultores portugueses. As terras restantes eram menos férteis e mais distantes das fontes de água. Como veremos, os desafios ambientais, económicos e os desafios originados pelo estado, juntaram-se para alimentar a emigração masculina no sul. Os padrões migratórios laborais acabaram por resultar num maior ratio de mulheres por homens, um maior número de mulheres viúvas, divorciadas e separadas na população do Sul do Save do que em qualquer outra região de

³⁸ Os termos masculinos *magaíça*, *n'wamacholo* e *n'wasalela* são definidos e discutidos a seguir. Não há termos paralelos precisos para as mulheres, mas também não consegui averiguar explicitamente corolários baseados no género. Como se nota ao longo do trabalho, as mulheres que migravam, viviam sozinhas ou deixavam a autoridade de um homem socialmente significativo, eram comumente denotadas em termos negativos como *xungwa*, ligado a prostituição ou promiscuidade. Binford, 'Stalemate,' 75.

³⁹ Homem anónimo, citado de um TO do projecto de pesquisa de 1983 por Urdang, durante um período de fome no Sul do Save. Há muitas maneiras de escrever *Magaíça*. Urdang, 'Rural Transformation,' 109.

⁴⁰ Allen Smith, 'The Peoples of Southern Mozambique: An Historical Survey,' JAH, Vol. 14 (1973): 565–80; Harries, *Work, Culture*; Zimba, *Mulheres Invisíveis*.

⁴¹ Harries, *Work, Culture*; Patrick Harries 'Kinship, Ideology and the Nature of Pre-colonial Labour Migration: Labour Migration from the Delagoa Bay Hinterland to South Africa up to 1895,' in Shula Marks and Richard Rathbone, eds, *Industrialisation and Social Change in South Africa. African Class Formation, Culture and Consciousness, 1870–1930* (Londres, Longman, 1982): 142–66.

⁴² Lopes, et al, *Moçambicanismos*, 90; Siteo et al. *Dicionário Ronga – Português*, 46.

⁴³ Vem do termo Afrikaans 'baar', que significa cru, inexperiente ou gastador. Luís Covane, 'The Impact of Migrant Labour on Agriculture in Southern Mozambique, 1920–1964,' artigo não publicado, 9; Lopes, et al., *Moçambicanismos*, 94–5.

⁴⁴ Manghezi, *Trabalho Forçado*; Otto Roesch, 'Migrant Labour and Forced Rice Production in Southern Mozambique: The Colonial Peasantry of the Lower Limpopo Valley,' JSAS, 17, 2 (Junho, 1991): 252ff; Kenneth Hermele, *Land Struggles and Social Differentiation in Southern Mozambique: A Case Study of Chokwé, Limpopo, 1950–1987* (Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies, 1988) [Research Report, No. 82].

Moçambique, e um fardo de trabalho muito mais pesado para as mulheres das famílias com homens ausentes.⁴⁵

Os homens recorriam ao trabalho migratório por muitas razões, mas duas das mais importantes relacionavam-se directamente com as mulheres.⁴⁶ Primeiro, os homens tinham de adquirir capacidade para pagar o lobolo, para assegurarem o casamento e o estatuto de adultos nas suas comunidades. Sem o repatriamento dos salários ganhos na África do Sul, muitos jovens, em particular os irmãos mais novos, poderiam não ter conseguido dos seus velhos o suficiente para pagarem lobolo, até à meia-idade. Segundo, assumindo o apoio da sua linhagem e o favor da sorte, os emigrantes conseguiam confiar no trabalho das mulheres na agricultura de enxada e na gestão das machambas, para acomodar as suas ausências periódicas sem comprometer gravemente a produção alimentar e os recursos da família. Embora as narrativas das mulheres sugiram que esta confiança tinha limites importantes, muitas das análises do trabalho migratório do Sul do Save argumentam que era um factor importante.⁴⁷ Isso sugere que as mulheres eram centrais à migração dos homens – os homens partiam para adquirirem o dinheiro necessário para terem acesso a mulheres por casamento formal e, na sua ausência, os homens confiavam nas capacidades das suas mulheres para gerir os bens das suas famílias.

Embora todas as áreas da colónia experimentassem secas, cheias e fomes, o clima do sul de Moçambique, a topografia dos seus rios e os solos caracteristicamente arenosos, contribuíam para o aumento da sua vulnerabilidade. Ao longo do século XX, os camponeses moçambicanos que trabalhavam os solos ricos ribeirinhos dos vales dos rios Limpopo e Incomáti foram deslocados para áreas mais secas e mais marginais, para acomodar esquemas de povoamento branco. A região conheceu secas e cheias em dezenas de anos ao longo do século XX. Secas ou cheias com potencial para desencadear fomes mortíferas, abateram-se pelo menos uma vez a cada dez anos.⁴⁸ Quando, no final da era colonial, se perguntou aos residentes sobre as fomes mortíferas à escala regional, a última que eles recordavam era a fome de *amapaka*, em 1922.⁴⁹ Para o resto da era colonial no sul de Moçambique, a expansão das rodovias aumentou a prevalência de cantinas rurais e a agricultura comercial significou que as pessoas que tinham acesso a dinheiro já não morriam de fome.⁵⁰

No século XIX, as pessoas confiavam na autoridade dos chefes e nas cerimónias das chuvas para gerirem as ameaças de fome. O início da penetração da administração do estado, a procura contínua de mão-de-obra forçada e a consumação da alienação das terras ribeirinhas, da borda das estradas e das linhas férreas juntas, contribuíram para diminuir o poder e a autoridade de muitos chefes regionais. As pessoas acabaram por alterar as suas estratégias para a fome; elas acalentaram grandes redes sociais de reciprocidade, contaram com as remessas de dinheiro e

⁴⁵ A população desproporcionada de viúvas no Sul do Save é amplamente referida no censo e comentário, Roesch, 'Migrant Labour and Forced Rice,' 249; Eulália Tembe, 'The Significance of Widowhood for Women,' Outras Vozes Suplemento do Boletim 8 (Agosto, 2004): 36–8; Salim Crimpton Valá, *A Problemática da Posse da Terra na Região Agrária de Chókwé (1954–1955)* (Maputo: Promédia, 2003).

⁴⁶ Capítulo 2 nota 9 tem referências completas para o debate Harris / Rita-Ferreira e obras associadas. Ver também Ruth First et al. *Black Gold*; Manghezi, 'Mulher e Trabalho'; Covane, *Trabalho Migratório*; Fialho Feliciano, *Antropologia Económica*.

⁴⁷ Marvin Harris, 'Labour Emigration Among the Moçambique Thonga'; Harries, *Work, Culture*.

⁴⁸ Covane, *O Trabalho Migratório para as estratégias de adaptação à seca*. Os eventos climáticos seguintes foram escolhidos do jornal *O Brado Africano*: seca e fome grave em 1941, seca e fome em 1947–1948, seca sazonal e fome novamente entre 1950 e 1954, seguida cheias sem precedente no Limpopo em 1955, cheias novamente em 1958, 1964–1965, Ciclone Claude 1966, seca 1968–1969, e cheia recorde do Limpopo em 1977.

⁴⁹ Sherilynn Young, 'What have they done with the rain? 20th Century Transformation in Ceremonial Practice and Belief in Southern Mozambique with Particular Reference to Rain Prayers,' artigo não publicado, 1978, 20.

⁵⁰ Tragicamente, milhares morreram de fome no Sul do Save nos anos 1980, quando a Guerra envolvendo a Renamo, Frelimo e as Forças de Defesa Sul-Africanas encerrou as estradas, fechou o comércio e forçou as pessoas a deslocação ou ao refúgio noutros países, Penvenne, 'Tapestry of Conflict,' 256; Phyllis Johnson e David Martin, eds, *Frontline Southern Africa: Destructive Engagement* (Nova Iorque: Four Walls Eight Windows, 1988): Introduction.

compraram comida nas cantinas.⁵¹ As remessas dos mineiros tornaram-se um elemento fulcral da estratégia de gestão das fomes no sul, sublinhando que 'não é por nada que os pais desejam que as suas filhas casem com magaiças. É por causa da fome'.⁵²

As famílias que mandavam emigrantes trabalhar por salários caracterizavam-se por um grande alcance económico. A maior parte das medidas da pobreza articulam-se no mantra de Amélia Chiconela: 'o que era importante era ter o suficiente para comer.' As famílias são contadas como extremamente pobres quando 80 a 100 por cento dos seus rendimentos são gastos em comida. Muitas famílias de emigrantes, incluindo as de algumas narradoras deste projecto, eram extremamente pobres. Porém, as famílias que enviavam vários emigrantes, sendo eles especializados, experientes e mais bem pagos, podiam prosperar bastante. Desse grupo, alguns investiam em instrumentos, arados, tractores e meios de transporte para facilitar negócios rurais e potencialmente impulsionar investimentos na economia informal e na produção de hortícolas para o mercado. Em muitos casos, os emigrantes confiavam aos filhos e às mulheres a gestão desses investimentos.⁵³

Mas os homens também eram centrais às estratégias familiares das mulheres. A perda do trabalho e da protecção de um homem era sempre um peso para as mulheres e as crianças da família, mas algumas perdas eram mais pesadas. Os magaiças estavam ausentes por períodos longos – doze a dezoito meses. Os acidentes e as doenças venéreas ou pulmonares eram ameaças sempre presentes, mas estes factores eram cada vez mais contrabalançados pela estabilidade e o melhoramento do registo sanitário do movimento migratório através da agência sul-africana de recrutamento de mão-de-obra para as minas, a *Witwatersrand Native Labour Association* (WNLA), conhecida pela forma vernacular do acrónimo, Wenela. As condições de vida e de trabalho nas minas tinham grandes variações, mas no final da era colonial a comida, a assistência médica e as condições de trabalho num contrato de mineiro com a Wenela tinham melhorado de tal maneira que a maior parte dos homens voltavam para casa são e salvos.⁵⁴

Antes de partirem e ao regressarem da África do Sul, os magaiças ofereciam presentes aos homens mais velhos da aldeia e às autoridades locais, para terem a certeza de que as suas mulheres e famílias não seriam incomodadas por não pagarem o imposto, ou recrutadas compulsoriamente durante a sua ausência. As visitas públicas e os festejos, tanto práticas como simbólicas, eram agradecimentos às famílias e aos chefes pela protecção à família dos mineiros durante a sua ausência. Embora se esperasse que fossem os homens a deslocar-se nesse processo, as mulheres eram claramente fulcrais aos festejos e ao provimento dos necessários fornecimentos de cerveja. A Wenela disponibilizava um bónus antecipado e, à excepção dos magaiças mamparras, a maior parte dos homens regressava com uma boa maquia em salários diferidos. Mesmo que as famílias não conseguissem pagar os impostos durante a ausência do magaiça, elas podiam evitar o recrutamento para o xibalo, porque as autoridades locais podiam contar com que os impostos seriam pagos logo a seguir ao regresso dos homens. Resumindo, embora os magaiças estivessem ausentes em locais distantes, por longos períodos, em condições objectivamente perigosas, eles conseguiam planear a protecção da família antes de partir e, salvo em caso de acidente, a maior parte regressava saudável e com dinheiro suficiente para cobrir as dívidas que a família tivesse acumulado durante a sua ausência.

Se os mineiros e as suas famílias tivessem gasto as suas poupanças numa altura em que a fome se abatia sobre eles, os homens teriam de se juntar a outros para pedir comida por toda a região,

⁵¹ Young, 'What have they done with the rain?' 20.

⁵² Urdang, 'Rural Transformation,' 109.

⁵³ First, et al., *Black Gold*; Covane, *O Trabalho Migratório*; Fion de Vletter, 'Migration and Development,' 146–63, esp. 159–63.

⁵⁴ Claro que esta apreciação não considera a ameaça da epidemia de HIV/SIDA. First, et al. *Black Gold*; Covane, *O Trabalho Migratório*; Fion de Vletter, *Sons of Mozambique: Mozambican Miners and Post-Apartheid South Africa*, [Migration Policy Series No. 8] (Cidade do Cabo: Southern African Migration Project, 1998); Fion de Vletter, 'Labour Migration to South Africa: The Lifeblood for Southern Mozambique' in David A. McDonald, ed. *On Borders: Perspectives on International Migration in Southern Africa* (Nova Iorque, St. Martin's Press, 2000): 46–70.

num processo ritual que convocava a dívida social para assegurar a comida da família – um processo chamado de *ku-thekele*. Ao contrário dos trabalhadores forçados, os magaiças podiam potenciar os seus esforços de *ku-thekele* com o seu historial de ofertas generosas, visitas e festas.⁵⁵ Eles usavam mercadorias e dinheiro ganho na economia formal para construir, através das economias da oferta e da família, o capital social que haveria de os sustentar nos tempos magros.⁵⁶

Os trabalhadores contratados ou recrutados para a construção de estradas e trabalho agrícola não podiam colocar pedidos de ajuda. Ao contrário dos contratados da Wenela, os recrutados para o xibalo raramente recebiam o mínimo legal de comida, roupa, sabão e mantas a que tinham direito. O pagamento que recebiam por um contrato de três meses raramente ascendia a mais que o suficiente para pagar o imposto devido. Eles não regressavam com um pacote de pagamento diferido, mas antes com um recibo de pagamento do imposto. Mais importante que isso, a comida fornecida pelo xibalo era frequentemente de tão má qualidade e tão mal preparada que podia pôr em risco a saúde dos trabalhadores. Se os familiares fossem levados para trabalho forçado na construção de estradas ou para trabalhar nas machambas dos colonos na área, as mulheres e as crianças continuavam a fornecer-lhes comida e água desde que isso fosse possível. Isso podia exigir o envio de um jovem para entregar comida ao recrutado todos os dias ou periodicamente. Os recrutados que trabalhavam longe das suas casas podiam ser acompanhados por um jovem para garantir que eles tinham comida e água em condições, para sobreviver sem prejudicar a saúde. Em suma, as famílias não só sofriam a perda do trabalho e da protecção do recrutado, como ainda tinham de investir mais trabalho da família para conseguirem sustentar os recrutados ao longo dos seus contratos.⁵⁷

Uma etapa de xibalo era bastante dispendiosa, mas podia acontecer que vários membros da mesma família, das famílias mais pobres, fossem cronicamente atingidos pelo recrutamento forçado – levando invariavelmente ao adoecimento, vulnerabilidade exacerbada e agravamento da pobreza. Os homens que eram repetidamente apanhados para o trabalho forçado eram chamados de *n'wamacholo*, ou 'velhos rapazes' – a polícia e os supervisores do trabalho forçado ficavam a conhecê-los ao longo dessa repetição de contratos⁵⁸ Com tão pouco para mostrar pelas suas repetidas ausências, e esse peso sobre as suas famílias, muitas vezes os *n'wamacholo*, tal como os magaiças mamparras, acabavam por nunca mais voltar. Os pais queriam que as suas filhas casassem com magaiças que pudessem providenciar o dinheiro cada vez mais necessário para ela e para os seus filhos; esperando, claro, que o magaiça não se revelasse um mamparra. É claro que ninguém se perfilava para casar com *n'wamacholo*.

O capital social estava e continua a estar fortemente ligado a reciprocidade, generosidade e à navegação e acumulação bem-sucedidas de reivindicações demarcadas – de homens e mulheres. O capital material e o capital social estão claramente ligados, mas as ligações específicas são importantes. Margarida Paulo e Carmeliza Rosário exploraram as redes e relações sociais urbanas de Maputo no século XXI e titularam um dos seus estudos de *Xiculungo*. O termo *Xiculungo* refere-se às pessoas mais pobres, mais vulneráveis e mais isoladas da cidade. *Xiculungo* 'não se define apenas com referência à pobreza material, mas também com base na natureza das suas relações sociais fora da família...'⁵⁹

As pessoas distinguiam entre emigrantes que usavam a sua migração para construir um estatuto e riqueza e os imprestáveis que ou não conseguiam progredir ou realmente iam de mal a

⁵⁵ Manghezi, 'Ku Thekela,' 19–29.

⁵⁶ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 282–3.

⁵⁷ Este parágrafo, TO, grupo de reformados, 2 Jun. 1993; Young, 'Women in Transition,' 5–8; Penvenne, *African Workers*, 49–50; Roesch, 'Migrant Labour and Forced Rice,' 247–53ff; José Cláudio Mandlate, 'Moçambique, décadas de 1960–1970: reforma da legislação laboral e sua implementação: um estudo de caso – recrutamento de mão de obra Africana pela Companhia do Buzi,' artigo não publicado, Maputo, 2004.

⁵⁸ Também se escreve *mwamu cholo*, Penvenne, *African Workers*, 50–52.

⁵⁹ Paulo, et al., 'Xiculungo,' *Social* 3.

pior. As pessoas também faziam a distinção entre os afortunados.⁶⁰ Um magaiça mantinha a sua promessa, mas os homens mais ricos nas posições mais invejáveis eram chamados *n'waselela*. *N'waselela*, do verbo *salela*, permanecer, era o homem que ficava para trás. Este tipo de 'ficar para trás' não tinha uma conotação de pessoa atada, retrógrada ou destituída de curiosidade e espírito de aventura. Pelo contrário, os homens ficavam para trás se tinham suficiente terra boa, gado e recursos para casar, pagar o imposto e cumprir com a 'obrigação moral de trabalhar' colonial, sem ter de vender a sua força de trabalho no país ou no estrangeiro. Eles não tinham de emigrar para acumular e reter capital. Alguns homens acumulavam, ao longo dos anos como magaiças, riqueza para casar e acabavam por ser suficientemente bem-sucedidos para se tornarem *n'waselela*. Os *n'waselela* não tinham de arriscar deixar as mulheres, crianças e velhos a gerir e a garantir as suas terras, machambas e gado. Eram poucos e tinham o estatuto mais invejável. Todo o pai desejava para as suas filhas a segurança de ser da família de um *n'waselela*.

Não é de surpreender que nenhuma das mulheres que partilharam as suas narrativas deixou uma família *n'waselela* para vir para Tarana – mas muitas deixaram maridos e pais magaiças, magaiças mamparras e *n'wamacholo*. Vamos seguir as mulheres que acataram o conselho 'Vai para Tarana', mas primeiro consideramos o leque de opções que tinham as mulheres do Sul do Save que passavam mal. Se o acesso à terra e a protecção social estava amarrado aos homens e o próprio marido ou pai morria, ou não voltava da África do Sul, o que podiam as mulheres fazer? Se o próprio marido ou o pai não conseguia gerar o suficiente para cobrir o peso dos impostos sobre a família, quanto tempo poderiam as pessoas sobreviver aos ciclos de xibalo como *n'wamacholo*?

Mulheres rurais sem homens: Camadas de ironias do esquema do Limpopo

Embora os homens migrassem para garantir a sua família e contassem com as suas mulheres para gerir as suas propriedades enquanto estavam ausentes, a pesquisa de Otto Roesch nas zonas rurais do Sul do Save levaram-no a concluir: 'A ausência de um número elevado de homens das suas comunidades de origem por longos períodos... tornou impraticáveis uma série de medidas tradicionais de subsistência... claro que a ausência prolongada de um ou mais membros masculinos da família também envolvia um aumento significativo no volume de trabalho das mulheres.'⁶¹ As famílias *n'waselela* tinham mais probabilidades de estarem seguras com um lobolo substancial e de terem vários homens adultos residentes. As famílias estáveis, em que homens, mulheres e jovens eram saudáveis e produtivos podiam prosperar se tivessem acesso a boa terra.

Homens e mulheres reconheciam os seus lugares completamente diferentes nas paisagens da produção e do poder, mas davam valor e contavam com a complementaridade da força, da produtividade e da contribuição de um e de outro.⁶² As mulheres de magaiças tinham a possibilidade de lutar para sustentar as suas famílias se os maridos ausentes repatriassem regularmente os salários e regressassem das minas com saúde e na altura certa. Era muito mais provável que elas permanecessem na terra do que as mulheres ou as filhas dos magaiças mamparras ou *n'wamacholo*. Estas últimas recebiam justificadamente a possibilidade de

⁶⁰ Esta hierarquização do discurso social de pessoas promissoras e menos promissoras e distinguindo entre pobres que merecem e que não merecem, é semelhante ao discutido em Paulo et al. 'Xiculungo,' Social, e o espectro social realçado no clássico de Gareth Stedman-Jones, *Outcast London: a Study in the Relationship between Classes in Victorian Society* (Nova Iorque: Pantheon, 1971).

⁶¹ Roesch, 'Trabalho Migratório,' 249.

⁶² Arlindo Chilundo, Joel Neves Tembe, Ana Loforte e Luís Covane, marcam todos este ponto: Chilundo, *Os Camponeses*, 345ff; Neves [Tembe], 'Economy, Society and Labour Migration,' 30–40; Covane, *O Trabalho Migratório*, Cap. 7; Loforte, *Género e Poder*, 16–18.

acabarem a trabalhar no xibalo ao lado dos seus maridos – e aí quem cuidaria das crianças e dos velhos?

As viúvas e as mulheres divorciadas, separadas ou abandonadas pelos seus maridos, procuravam maneiras de se sustentarem a si próprias e aos seus dependentes, ganhando salários nas plantações e procurando acesso alternativo a terra. Ao longo deste período, muitas mulheres e crianças trabalhavam no chamado *mugwaza*. *Mugwaza* era suposto ser trabalho voluntário pago com base numa quota diária. O problema era que os plantadores podiam recrutar trabalhadores forçados se o número de voluntários não fosse suficiente – pelo que o *mugwaza* podia facilmente ser absorvido pelo xibalo.⁶³ O marido irado que abriu este capítulo referia-se às mulheres que trabalhavam no *mugwaza* nas plantações de cana-de-açúcar de Xinavane, no rio Incomáti.

As mulheres rurais e urbanas cujos maridos estavam ausentes a maior parte do tempo, aprendiam a associar-se aos filhos e mulheres da família da sua mãe, a sua família matricêntrica ou a família da mãe, para assegurar terra, oportunidades e braços da família.⁶⁴ Normalmente, as mulheres cultivavam alianças na patrilinearidade dos seus maridos, na patrilinearidade dos seus pais e na patrilinearidade das suas mães. As estratégias das mulheres para moldar o impacto da dimensão migratória e do casamento nas suas vidas eram muitas vezes mal-enquadradas quando vistas, em primeiro lugar, através de uma lente focada nos seus maridos e pais. O importante projecto colonial de povoamento e projecto de irrigação do vale do rio Limpopo – o Colonato do Limpopo – enquadrou particularmente mal as experiências das mulheres ao serviço de um patriarcado imaginário. Milhares de mulheres fizeram o seu próprio percurso no esquema do Limpopo – embora não se desse conta disso a não ser que se lesse muito atentamente os relatórios coloniais.

Nos anos 1950, com base em iniciativas anteriores, os portugueses ampliaram bastante um projecto de irrigação de alto gabarito, desenvolvimento e povoamento, no vale do rio Limpopo. O projecto combinava a drenagem dos pântanos, o povoamento por famílias portuguesas e moçambicanas, e sistemas de irrigação de culturas de grande escala. O projecto chamou-se Resgate dos Machongos, ou a recuperação dos solos férteis com nível elevado de retenção de água, chamados machongos, pela drenagem das terras ribeirinhas. Foi o projecto mais ambicioso, deste género, realizado no sul na era colonial.

Entre 1951 e 1959, o engenheiro chefe do projecto, José Firmino de Sousa Monteiro, produziu uma série de relatórios detalhados.⁶⁵ Eles revelaram que o Resgate dos Machongos tinha simultaneamente objectivos declarados e outros intencionalmente escondidos. Os objectivos declarados eram o povoamento por famílias imigrantes portuguesas, o aumento das oportunidades para os colonos já existentes, o alívio da falta de mão-de-obra na região pelo desencorajamento da migração dos homens para a África do Sul, garantindo a residência de famílias africanas, acrescentar valor à província e 'tomar conta do bem-estar e a elevação socioeconómica dos indígenas'.⁶⁶

De acordo com o prefácio: 'O objectivo do projecto [do Baixo Limpopo] é promover um... homem novo [moçambicano]... um bom Cristão, um homem menos ignorante e um artesão competente'.⁶⁷ As palavras industrioso, moral e próspero temperam a fundamentação.⁶⁸ A ideia era desenvolver um agricultor, um negro do chamado camponês de tipo europeu, uma espécie de

⁶³ Roesch, 'Migrant Labour.'

⁶⁴ Fialho Feliciano, *Antropologia Económica*, 437–43. Para um corolário urbano no subúrbio de Laulane, em Maputo, no final do século XX, ver Ana Loforte, *Género e Poder*, 16–18.

⁶⁵ Sousa Monteiro, Relatório sobre o Resgate. Ver também, do mesmo autor e com o mesmo título, os relatórios referentes a 31 Dez. 1953, 31 Dez. 1957 e 31 Dez. 1959, e o Resgate dos Machongos do Sul do Save, Um Caso Típico; Primeiras Jornadas de Engenharia de Moçambique (Lourenço Marques, Empresa Moderna, 1965); Junta Autónoma de Povoamento do Baixo Limpopo, Relatório 1967; Luís Covane, 'Migrant Labour,' 266.

⁶⁶ Sousa Monteiro, Relatório sobre o Resgate, 10; Roesch, 'Migrant Labour and Rice'; Hermele, *Land Struggles*.

⁶⁷ Citação do Prefácio, Sousa Monteiro, Relatório sobre o Resgate... 31 de Dez. 1953 (Lourenço Marques, 1955): 3; José Rodrigues Júnior, *Transportes de Moçambique* (Lisboa: Editorial Ultramar, 1956): 219–54. 241.

⁶⁸ Rodrigues Júnior, *Transportes de Moçambique*, 241.

familiar do modelo britânico do agricultor evolutivo, que se pressupunha aprender melhores técnicas e hábitos agrícolas por trabalhar perto de agricultores brancos. Apesar do facto de a grande maior parte dos agricultores do Sul do Save serem mulheres, o termo agricultor estava profundamente impregnado de raça e género, na imagem do negro de sexo masculino, e o projecto promovia explicitamente 'um homem novo'.⁶⁹

A medida em que as mulheres africanas foram de alguma maneira representadas na fundamentação, foi como mulheres de agricultores. O apoio à agricultura da maior parte da população camponesa da zona ficou basicamente ausente da fundamentação do projecto. Há muito que Portugal vinha ignorando o aumento das crises do sul – falta de mão-de-obra masculina, alienação de terras e diminuição do acesso à água. Eles não conseguiram prever o êxodo impressionante de mulheres e crianças em finais dos anos 1940 e início da década de 1950 – quando elas ultrapassaram os homens na categoria de maioria dos chamados imigrantes clandestinos no sul. Em vez de apoiar as mulheres rurais, o estado legislou e implementou sanções sobre as viagens das mulheres e crianças, aplicando multas aos motoristas dos autocarros e camiões, e maquinistas de comboios que transportassem mulheres e crianças que não estivessem autorizadas pelos próprios homens cuja negligência poderia ter causado a sua partida.⁷⁰

O esquema do Limpopo tinha camadas de dissonância, ironias e decepção. O pressuposto de que os brancos personificavam as melhores práticas agrárias e promoviam '... a evolução dos indígenas' pela sua simples presença, era particularmente irritante para os *n'wasalela* de sucesso, educados nas missões, que acabaram por se tornar agricultores.⁷¹ Muitos dos colonos portugueses eram pobres, analfabetos e totalmente inexperientes na lavra de solos tropicais complicados. Os colonos gozavam de uma reputação tão baixa junto dos *n'wasalela* que, se se pedisse a um *n'wasalela* para fazer alguma coisa que ele achasse indigna, protestava reclamando que, no fim de contas, 'ele não era um colono!'⁷² Apesar das projecções de povoamento da grande 'exposição' do Limpopo com centenas de milhar de famílias portuguesas, em 1954 apenas uma dúzia de agricultores de 'tipo europeu' se encontravam a trabalhar menos de mil hectares no esquema. Passada uma década, havia menos de 70 agricultores portugueses a trabalhar menos de 9,000 hectares.⁷³

Em vez de promover prosperidade, o projecto do Limpopo desfavorecia directamente, a muitos níveis, os mais prósperos homens do campo. Primeiro, em cada uma das cinco localidades do projecto, as famílias foram despejadas das escassas terras ribeirinhas. O 'título' sobre as terras tradicionais pertencia aos homens, portanto os homens que controlavam estas cobiçadas terras foram efectivamente expropriados. Segundo, o trabalho extremamente pesado e insalubre de cavar as valas de drenagem, limpar e manter os canais infraestruturais, começou por ser feito por centenas de homens a trabalhar em grupos de xibalo.⁷⁴ Outras centenas de homens trataram de assegurar contratos assalariados nas minas ou na cidade para poderem escapar ao recrutamento forçado para irem fazer o trabalho duro e perigoso de escavar o pântano. Em vez de admitir que as terras do projecto tinham sido expropriadas e que a sua marca tinha sido inscrita pelo xibalo, os relatórios realçavam os números de africanos que se tinham apresentado para se candidatarem a um talhão de terra boa uma vez terminado o trabalho perigoso das fundações e confirmadas as expropriações.⁷⁵ No entanto, mesmo algumas dessas pessoas se viam perante quotas de cultivo forçado e trabalho anual obrigatório na manutenção das valas de rega.⁷⁶

⁶⁹ Como parte do seu projecto socialista, a Frelimo adoptou, imediatamente a seguir à independência, a ideia de um Homem Novo com muitas dessas características. Buur, 'Xiconhoca,' 26 ff.

⁷⁰ Penvenne, *African Workers*, 141–53.

⁷¹ Manghezi, *Trabalho Forçado*, 81ff; Covane, 'Migrant Labour,' 271ff.

⁷² Manghezi, *Trabalho Forçado*, 81ff; Covane, 'Migrant Labour,' 261 and 273ff.

⁷³ Covane, 'Migrant Labour,' 271ff.

⁷⁴ Covane, 'Migrant Labour,' 261ff; Rita-Ferreira, 'Esboço Sociológico,' 116, 150, 172.

⁷⁵ Rita-Ferreira, 'Esboço Sociológico,' 116, 150, 172; Hermele, *Land Struggles*.

⁷⁶ Tanto Roesch como Covane e Hermele discutem estes aspectos.

O prefácio não deu grande importância a um dos critérios básicos da participação masculina. Os participantes tinham de renunciar a procurar contratos de emprego na África do Sul. No entanto, a migração para a África do Sul continuava a ser a estratégia mais familiar, generalizada e multigeracional de gestão de riscos e contra a fome praticada pelos homens do Sul do Save.⁷⁷ Os residentes sabiam que podiam esperar secas e cheias de magnitude mortal pelo menos uma vez a cada dez anos. Os únicos homens que podiam renunciar aos contratos para as minas eram os *n'wasalela* – e muitos deles foram lesados e expropriados pelo esquema do Limpopo.

Apesar do valor de propaganda que os agricultores e os assentamentos do Limpopo tinham para as campanhas de pluralismo de Portugal nos anos 1950 e as campanhas de contra-insurgência dos anos 1960 e 1970, o seu impacto prático foi menos promissor para os homens moçambicanos. Primeiro, os poucos portugueses que se estabeleceram como residentes nestes projectos recebiam claramente uma maior proporção de recursos e mais apoio do governo do que os moçambicanos, e os moçambicanos viam-no.⁷⁸ Se mesmo os *n'wasalela* tinham de lutar pelo seu lugar entre os colonos, poucos magaiças achavam que tinham alguma hipótese, menos ainda os *n'wamacholo*.

Mas a dissonância chave do colonato do Limpopo era o género. Lendo a narrativa dos muitos relatórios de Sousa Monteiro entre 1951 e 1960, dificilmente se poderia perceber que havia mulheres e crianças a viver dentro do projecto. Mesmo as fotografias inseridas nos relatórios mostravam mais edifícios, paisagens e retratos formais de homens portugueses em poses de autoridade. Uma foto distante, ligeiramente desfocada, revela um grupo de trabalhadores seminus, a cavar as valas infraestruturais originais, enquanto outras mostravam claramente o trabalho árduo realizado pelos homens, com água entre os joelhos e a cintura, a tirar lama à pazada.⁷⁹ Várias fotos mostravam mulheres e crianças aguardando a sua vez de recolher água nas novas torneiras comunais ou para usar as novas e reluzentes casas de banho e postos de saúde.⁸⁰ Em 1967, o projecto tinha atraído apenas vinte e sete agricultores de 'tipo europeu', quatro dos quais eram africanos. As fotos apresentavam estes quatro agricultores africanos, incluindo as suas mulheres e outras mulheres das suas famílias. Estes pareciam suportes indispensáveis, principalmente quando a cumprimentar dignitários visitantes.⁸¹

É, portanto, bastante surpreendente ler os números dos censos dos talhões incluídos em apêndice. Em 1959, o censo revelou que em todos os talhões habitavam mulheres, mas só havia homens em menos de um terço dos terrenos. A maior parte dos talhões eram ocupados por mulheres solteiras, divorciadas ou viúvas, ou por mulheres casadas cujo marido 'homem novo' estava fora, a trabalhar nos mesmos 'velhos' empregos em Lourenço Marques ou na África do Sul.⁸² Dez anos passados, a situação era ainda mais dramática: 87 por cento de todos os ocupantes eram mulheres e apenas 13 por cento eram homens.⁸³ A prova irrefutável do papel absolutamente fulcral das mulheres no projecto foi enterrada sem comentários num apêndice de um censo aos talhões do projecto, enquanto o prefácio, o texto e a fotografia realçavam fortemente os homens.

Uma vez a funcionar, a indústria e a prosperidade do projecto do Limpopo dependiam das mulheres moçambicanas que ali viviam e trabalhavam a terra. Tirando um punhado de agricultores, os 'homens novos' moçambicanos eram largamente imaginados como sustentáculos no material impresso. As ironias não acabavam aqui. Um dos agricultores era Alberto Chissano.

⁷⁷ Sousa Monteiro, Relatório sobre o Resgate; Rodrigues Júnior, Transportes de Moçambique, 219–54.

⁷⁸ Os agricultores são considerados para este período por Neves [Tembe], 'Economy, Society and Labour Migration'; Covane, 'Migrant Labour'; Faria Dutra, '9,500 famílias de agricultores Europeus no Vale do Limpopo?' Notícias, 9 Oct. 1952; Bowen, State against the Peasantry, 27–44, 65–92.

⁷⁹ Sousa Monteiro, Relatório sobre o Resgate, 1957, figuras 9 a 12 entre as páginas 64 e 65.

⁸⁰ Sousa Monteiro, Relatório sobre o Resgate, 1957, figuras 19–22 entre as páginas 88 e 89.

⁸¹ Sousa Monteiro, Relatório sobre o Resgate, 1957, figura 25 entre as páginas 120 e 129.

⁸² Tanto Luís Covane como Rodrigues Júnior usaram o conjunto de relatórios de Sousa Monteiro: Covane, 'Migrant Labour,' concluiu, 'Os esquemas de povoamento destinavam-se a atrair e estabilizar a mão de obra africana nas zonas rurais... mas os homens continuaram a vender a sua força de trabalho na indústria mineira' 344; Rodrigues Júnior, Transportes de Moçambique, 219–254.

⁸³ Covane, 'Migrant Labour,' Capítulo 8.

Quando Alberto Chissano se tornou agricultor nesta amostra política de esquema de desenvolvimento colonial, o seu filho Joaquim Alberto Chissano estava exilado em Paris, a trabalhar como diplomata para a Frelimo.⁸⁴ Mais tarde, Joaquim Alberto dirigiu o Governo de Transição da Frelimo (1974-1975), enquanto Samora Machel preparava a liderança política. Após a independência em 1975, Machel tornou-se Presidente e Chissano Ministro dos Negócios Estrangeiros. Depois da morte de Machel, num suspeito acidente de aviação, Chissano tornou-se o segundo Presidente de Moçambique independente. Joaquim Chissano não era, obviamente, o tipo de 'homem novo' que os portugueses esperavam promover através do esquema do Limpopo.

Mátchiuassane Boa trata os assuntos pelas suas próprias mãos

A narrativa dos machongos deu nomes aos quatro agricultores homens simbólicos, mas as suas mulheres, que apareceram em fotografias e relatórios que promoveram o projecto, continuaram inominadas. Os milhares de mulheres africanas que trabalharam a terra do projecto ficaram submersas no apêndice ao relatório, sem nome e generalizadamente não reconhecidas. Igualmente enterrada e ignorada na narrativa do relatório de Monteiro, ficou a documentação anexa para a primeira transferência do projecto de uma casa privada e de um talhão para um moçambicano, no sector de Inhamissa, do projecto mais amplo. A concessão inaugural foi suficientemente importante para ser mantida no apêndice, mas não suficientemente importante para merecer comentários na narrativa.

O novo proprietário, como a maior parte dos outros que viviam no Limpopo, foi uma mulher africana, Mátchiuassane Boa, também conhecida por Rosalina Boa. Tal como acontecia com milhares de mulheres, e com a maioria das mulheres do projecto do Limpopo, não havia nenhum homem na vida de Mátchiuassane Boa. O quadro do projecto ignorava completamente mulheres como ela, mas ela iniciou um processo para consolidar o seu pedido de terra sem um 'homem novo', imaginado ou não. Ela vivia com a sua mãe de 59 anos de idade, a sua avó materna de 78 anos de idade e um rapaz de onze anos de idade, seu primo. A concessão não revela se o primo era parente por via materna ou paterna, mas as três mulheres adultas desta família compunham uma família matrifocal clássica.⁸⁵ Os funcionários que concebiam, racionalizavam e fiscalizavam estes projectos sabiam, obviamente, que a maioria esmagadora das pessoas que viviam e trabalhavam na terra no Limpopo eram mulheres e crianças. Numa região de Moçambique supostamente patrilinear, Mátchiuassane Boa vivia numa família matricêntrica e conseguiu a primeira concessão simbólica. Mesmo assumindo que alguém tivesse sentido de humor ou ironia, seria forçado retratar Mátchiuassane ou o seu pequeno sobrinho como um 'homem novo'.

Apesar do quadro androcêntrico do esquema e da sociedade patrilinear que vigorava na região, Mátchiuassane Boa tratou das coisas pelas suas próprias mãos. Ela conseguiu o título de uma terra boa, mudou a sua família e trabalhou a terra. Tal como muitas outras, ela não teve a pretensão de manter um espaço para um homem imaginário na sua família. Ela percebeu que a sua situação não ia mudar, por isso reivindicou a sua dignidade e a sua posição na terra para sustentar a sua família. O estado concedeu o título – sem comentários.

A posição de Boa estava em marcado contraste com a fundamentação do projecto e com a extensa cobertura da imprensa. Os homens ausentes eram imaginados presentes e os relatórios do esquema transformavam as mulheres presentes em maioritariamente ausentes. O documento não revelava se Mátchiuassane Boa tinha tido um marido que, tal como o marido insatisfeito acima, pudesse queixar-se de que só ele sabia como ela devia trabalhar. Mas ela e milhares de outras mulheres tomaram conta das coisas pelas suas próprias mãos, muitas porque tinham poucas opções. Também não é claro se a concessão de Mátchiuassane a comprometia implicitamente a plantar e a produzir certas quotas de arroz e a trabalhar para manter os canais de rega limpos. De

⁸⁴ Covane, 'Migrant Labour,' 266ff, 273–83.

⁸⁵ Monteiro, Relatório sobre o Resgate dos 'Machongos' do Sul do Save referente a 31 de Dezembro de 1957 [Anexo II, pp. 157–161] documentação da venda a Mátchiuassane Boa.

qualquer modo, ela garantiu terra boa num regime livre de propriedade, e quatro gerações da sua família trabalharam aquela terra.

O projecto agrícola do Limpopo, tal como a indústria de descasque de castanha de caju, foi uma história destacada de sucesso no final da era colonial. A força de trabalho produtiva das mulheres africanas foi absolutamente central à viabilidade e à prosperidade de ambas. O seu papel não foi simplesmente negligenciado, elas foram activamente apagadas das histórias de sucesso gabadas da altura. Na melhor das hipóteses, as suas contribuições foram mencionadas de passagem como colaterais. Na pior, as camponesas competentes, trabalhadoras dedicadas do Limpopo e as descascadeiras de caju de Tarana foram tratadas paternalisticamente, como se tivessem necessidade de 'elevação', ou desvalorizadas como impedimentos à expansão de uma indústria promissora. Em ambos os casos, as mulheres trabalharam em circunstâncias difíceis, tendo muitas vezes de acomodar uma grande carga de trabalho perante a emigração masculina.

Os homens na migração das mulheres:

‘Vai para Tarana! Vais esquecer o que te faz mal!’⁸⁶

‘Para mim, a vida de casada acabou. Não havia nada a fazer. O melhor para mim foi ir procurar emprego na Caju’

Felizarda Bila⁸⁷

Máchiuassane Boa tinha garantido terra suficiente e mão-de-obra para se sustentar a si e à sua família. Ela era uma *n'waselela* na medida em que podia ficar, trabalhar a sua terra, pagar os seus impostos, e nem ela nem os membros da sua família seriam incomodados para o trabalho forçado. Não conheço termos de género feminino equivalentes para *n'waselela*, *magaíça* e *n'wamacholo*. Todos estes termos são de género masculino. As mulheres de famílias muito pobres eram definitivamente vulneráveis ao recrutamento repetido para o xibalo, e assim podiam tornar-se *n'wamacholo*. Muitas das mulheres que acabavam a trabalhar no *mugwaza* ou assalariadas nas plantações de açúcar em Xinavane, tinham trabalhado antes como forçadas para pagarem os seus impostos. Tal como Amélia Chiconela, elas estavam apenas a procurar a saída do desespero da pobreza seguindo uma corrente.

O marido irado parece ter desprezado as experiências das mulheres que foram espancadas, abandonadas, que eram pobres e que passavam mal – mulheres que partiam porque 'as suas vidas de casadas tinham acabado' e não encontravam outra maneira de mudar a sua situação para melhor, se ficassem. Os limiares e os pormenores eram diferentes para cada mulher, mas, mais uma vez, deixar a própria casa para procurar emprego assalariado comportava uma tão grande penalização social para as mulheres que nenhuma o fazia de ânimo leve, certamente que não por uma pequena crítica qualquer. Conhecemos Amélia Chiconela quando ela nos contou como não conhecia nada de Lourenço Marques, machimbombos, comboios, dinheiro ou fosse o que fosse de urbano. De certa forma, ela apenas se inseriu numa senda e num processo e deixou-se levar pela corrente até conseguir retomar o pé. Foi a violência que a pôs nessa senda. O marido batia-lhe por tudo e por nada. A situação arrastou-se por muito tempo, até que ela deixou de conseguir aguentar aquilo que sabia que haveria invariavelmente de voltar a acontecer. Para além disso, não conseguia ter ideia de como mudar a situação com o marido. No caso dela, não houve apenas um pretexto para desencadear o processo, uma pequena coisa, apenas um ponto de ruptura em que a acumulação convenceu Amélia a partir.⁸⁸

Algumas mulheres lembraram um ou mais eventos reais que as fizeram pôr-se a caminho. Alguns precursores podem realmente parecer triviais a quem esteja de fora, mas a desafeição de muitas mulheres era cumulativa e o precursor era melhor entendido como o ponto crítico, o

⁸⁶ TO, Felizmenta Namboro, 9 Jun. 1993; Julieta Mulungu, 20 Maio 1993; Amélia Malanguane, 27 Maio 1993.

⁸⁷ TO, Felizarda Bila, 21 Maio 1993.

⁸⁸ TO, Amélia Chiconela, 17 Maio 1993.

momento a partir do qual elas não conseguiam continuar a enfrentar uma situação e a manter a sua autoestima. A situação de Carolina Manelele podia parecer invejável. Ela era mulher de um magaiça. Durante as longas ausências do marido, ela batalhava, colhendo amendoim e milho para alimentar a família. Era uma árdua trabalhadora camponesa e trazia boas colheitas para casa ano após ano. O pressuposto era que os homens eram quem construía, mantinha e reparava as casas e os celeiros das mulheres, mas Carolina estava frustrada cronicamente porque nem o seu marido nem a família dele cumpriam. No dia em que os seus celeiros de milho acabaram por ruir sob o peso do produto colhido que tanto lhe tinha custado a produzir, Carolina atingiu o seu ponto crítico. Ela tinha feito bem o seu trabalho, mas ninguém correspondeu aos seus esforços sequer pela metade. Sem um celeiro em condições, a colheita ficou vulnerável à chuva, ao apodrecimento e aos ratos – a sua energia seria 'desperdiçada'. O colapso do celeiro concentrou a sua ira acumulada e ela partiu com o refrão familiar 'eu não conseguia ver como a minha situação haveria de mudar'.⁸⁹

Tal como tantas outras, se Carolina tivesse ficado poderia esperar mais do mesmo, e ela era demasiado orgulhosa e estava demasiado desgostosa. Pousou a enxada que tinha usado com tanto sucesso, partiu e juntou-se a centenas de outras mulheres e crianças em Lourenço Marques. Felizmente para ela, Carolina nunca tinha hesitado perante o trabalho árduo, porque os seus primeiros trabalhos na cidade foram transportar resíduos, madeira e materiais de construção nos cais de baldeação no porto, em serrações e madeireiras e em vários estaleiros de obra. Trabalhou ao frio e à chuva do inverno, e nos dias de sol quentes e de vento seco. Os materiais sujos e pesados que carregava à cabeça deixaram-lhe uma careca inestética e desconfortável. Quando a Caju abriu, Carolina candidatou-se imediatamente. Fossem quais fossem os riscos para a saúde e as dificuldades do trabalho na Caju, pelo menos ia trabalhar debaixo de um telhado e não ia abrir um buraco no meio do couro cabeludo.⁹⁰

O percurso de Felizmenta Namboro foi diferente, mas nem por isso menos difícil. Ela foi parar a Tarana graças ao apoio e à traição de familiares. Quando um dos três filhos morreu, o seu marido ficou com o filho dos dois, mas mandou-a e à filha mais nova de volta para os pais dela. Os pais receberam-na e Felizmenta acabou por voltar a casar, mas pouco depois de casar a família ficou chocada ao descobrir que o seu segundo marido tinha um caso com uma jovem sobrinha dela. Apesar da desgraça do abuso de menores e da relação tecnicamente incestuosa, o marido e a sobrinha ignoraram a pressão da família para terminarem a relação e, quando a sobrinha engravidou, os dois começaram a viver juntos abertamente. Mais uma vez, Felizmenta voltou para casa dos pais, mas desta vez a família sugeriu que ela fosse para Tarana para se distanciar do escândalo. Felizmenta perguntou-se como poderia manter a dignidade, dadas as circunstâncias. Ela não conseguia imaginar que nada melhorasse, por isso partiu – não foi nada pouco.⁹¹

Ao contrário de Chiconela, que teve de descobrir tudo, desde o preço da passagem de comboio e arranjar dinheiro, até onde haveria de ir viver e trabalhar, Felizmenta foi para a cidade sabendo que tinha apoio. Uma outra prima vivia em Lourenço Marques e trabalhava no Hospital Central. Essa prima arranhou-lhe um quarto e deu-lhe alguns conselhos. Embora houvesse um leque de indústrias de processamento a contratar trabalhadores quando ela chegou, a sua prima aconselhou Felizmenta a ir para Tarana. Ela disse a Felizmenta que o trabalho podia ser duro e difícil, mas seria estável e era pouco provável que fosse despedida. Carolina ficou feliz por ter um tecto, Amélia sentiu-se afortunada por ter conseguido seguir em frente e Felizmenta ficou grata pela promessa de um trabalho estável – era tudo tão pouco, mas tudo era tanto.

Mapeando a migração: morte e desventura

Tirando os protestos de maridos irados, os homens foram centrais à migração da maior parte das mulheres. As vidas das mulheres, as suas estratégias para terem um modo de subsistência e a sua

⁸⁹ TO, Carolina Manelele e grupo de reformados, 4 Jun. 1993.

⁹⁰ TO, Carolina Manelele e grupo de reformados, 4 Jun. 1993.

⁹¹ TO, Felizmenta Namboro, 19 Jul. 1993.

capacidade de se garantirem a si próprias nos tempos difíceis, estavam socialmente entrelaçadas com os homens e as famílias. Quando as relações sociais idealizadas não se materializavam ou eram interrompidas, as mulheres tinham de inovar. Embora alguns homens se afastassem das mulheres e dos filhos que tinham concebido juntos, algumas mulheres criaram os seus filhos na Caju porque os seus maridos ou pais tinham morrido. Os homens morriam na África do Sul, ou desapareciam sem qualquer explicação subsequente.⁹² Um número inestimável de mulheres que partilharam as suas histórias embarcaram nas suas viagens para a Caju devido à morte ou desaparecimento de um dos pais ou do marido.⁹³

É certo que a morte de qualquer dos pais privava os filhos de apoio e protecção emocional, material e social.⁹⁴ Se morria o pai, os seus filhos e as mães deles ficavam frequentemente vulneráveis também a maus-tratos por parte da família do pai, de outros irmãos ou filhos mais velhos. Se a mãe morria, os seus filhos ficavam potencialmente expostos a maus-tratos por familiares a quem não agradasse a ideia de assumir o fardo de serviços e apoios da mãe. As mulheres exploravam, ignoravam e guardavam rancor a outras mulheres. Da morte e do divórcio derivavam o desfavorecimento e a perda de protecção. As madrastas têm reputações complexas em muitas sociedades. As dificuldades com padrastos, madrastas e mulheres do mesmo marido podiam ser tão importantes quanto as dificuldades com um dos pais ou esposos. Amélia Malanguane, Cristina Duzenta Cuambe, Joana Alberto Chivangue, Carlota Samuel Cumbay e Celeste Marcos Mpende, todas tinham sido tocadas pela morte, mas cada uma delas deu à sua experiência subsequente a forma possível, dependendo da sua energia e da sua sorte.⁹⁵

O percurso de Amélia Malanguane até à Caju começou quando a sua mãe enviuvou. Ela não conseguia sustentar Amélia, por isso mandou Amélia viver com a sua própria mãe. A dominação patrilinial não impedia as mulheres de procurarem apoio nas famílias das suas mães. Era comum as mulheres abordarem pessoas das suas próprias patrilinhagens e das suas mães a pedir apoio. Amélia vivera com a sua avó materna até cerca dos dezasseis anos de idade. A mãe de Amélia mandou-lhe dinheiro e disse-lhe 'vai para Tarana'. Em 1962, Amélia alugou um quarto, junto com uma prima, e começou a trabalhar doze horas por dia na secção de despelculagem da Caju. Como veremos, ela acabou por desenvolver um percurso enérgico e bastante bem-sucedido na Caju, mas foi a viuvez da sua mãe que deu início à sua viagem.⁹⁶

A viuvez também marcou o percurso de Cristina Duzenta Cuambe. O seu marido morreu quando ela era ainda muito jovem e mãe lactante. Cedo se tornou claro que a família do seu marido não a ia apoiar, pelo que ela voltou para casa do seu pai. O seu pai mal conseguia sustentar os que já viviam na sua casa, mas deu dinheiro a Cristina e aconselhou-a: 'vai para Tarana.' Ela arranhou emprego em Tarana e viveu vários anos em casa do seu irmão mais velho, até conseguir alugar uma casa para si. Amélia teve o apoio da família da mãe, mas Cristina dependia da família do seu pai. O pai e o seu irmão ajudaram-na a estabelecer-se na cidade. Embora ela raramente conseguisse ganhar um salário inteiro, sem descontos, por não conseguir cumprir a quota diária, o que ganhava chegava para pagar o essencial para ela e para o seu filho –

⁹² Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 131; de Vletter, *Migration and Development*, 9.

⁹³ Todas as mulheres que se seguem começaram a sua migração devido a morte: Rabeca Notiço, Amélia Muzima, Albertina Utane, Helena Chemane, Ofélia Manana Mbebe, Rita Novela, Matilde Chiduzza, Maria Celeste Chavane, Amélia Nhavotso, Rosa Cau, Carlota Ncutana, Matilde Chilengue, Catarina Tafula, Serafina Langa, Lídia Chabana, Joana Chilaule, Virginia Massingue, Ester Tafula, Percina Mungumbe, Caferina Nhatsane, Helena Adelino, e várias outras do grupo de reformadas, 2 e 3 Jun. 1993.

⁹⁴ Num estudo fotográfico de mulheres moçambicanas e finlandesas, os autores perguntaram a todas as mulheres que fotografaram: 'O que mudou a sua vida?' O acontecimento destacado mais mencionado como factor de mudança de vida foi a morte de um dos pais, normalmente o pai. Quase um terço das mulheres moçambicanas deu essa resposta, contra apenas um terço das finlandesas. Magi Viljanen e Rui Assubuji, *Photos: Women from Finland and Mozambique – Fotos: Mulheres de Moçambique e da Finlândia* (Maputo: Embaixada da Finlândia, 2005): sem paginação.

⁹⁵ Os parágrafos seguintes basearam-se em TO, Amélia Malanguane, 28 Maio 1993; Cristina Cuambe, 17 Maio 1993; Joana Alberto Chivangue, 19 Maio 1993.

⁹⁶ TO, Amélia Malanguane, 28 Maio 1993.

renda, arroz, açúcar e amendoim. Ela vivia sozinha, em parte também para não ter mais filhos e não ficar cronicamente endividada.⁹⁷ Cristina, tal como Amélia, tratava das coisas por si própria e cuidava bem de si.

As cargas pesadas que Joana Alberto Chivangue tinha na vida também lhe sobraram da morte, do abandono e do desprezo – por homens e mulheres. A sua mãe morreu antes de Joana casar. Quando o marido de Joana desapareceu na África do Sul, ela regressou a casa do pai. Este tinha tornado a casar e a sua nova mulher sentia-se incomodada pela presença de Joana. Ela já tinha pessoas que chegassem debaixo do seu tecto sem esta mulher indesejada. Dado que Joana não conseguia imaginar como melhorar a relação com a madrastra, decidiu que: 'o melhor para mim era ir trabalhar para a Caju.'⁹⁸ Tal como Cristina Cuambe, Joana dirigiu-se à cidade para ir viver com família. No caso de Joana, a irmã pagou-lhe o transporte para Lourenço Marques e deixou-a ir viver com ela enquanto se acomodava, e o filho da irmã ajudou-a a arranjar emprego na Caju.

Joana não voltou a casar, mas criou três filhos e duas filhas na Caju – todos de pai diferente – o que não era uma situação anormal nos bairros de caniço da capital.⁹⁹ Dois dos seus filhos foram mortos na guerra que se seguiu à independência e, na sequência da morte dos seus filhos, as mães dos filhos dos seus filhos 'abandonaram' as crianças com Joana. Numa reviravolta da prática habitual de os homens saírem para a África do Sul, as noras viúvas de Joana partiram para a África do Sul e nunca mais se ouviu falar delas. Ao contrário da sua madrastra, porém, Joana não rejeitou as crianças como fardos. Recebeu-os e, aos 54 anos de idade, era ela a ganha-pão de seis pessoas. Joana conseguiu que a sua família não se endividasse.¹⁰⁰

Carlota Samuel Cumbay e Celeste Marcos Mpendane também perderam as suas mães em crianças ou bebês. Ambas foram afastadas ou maltratadas pelas madrastras e podiam facilmente ter acabado na prostituição.¹⁰¹ Celeste chegou à cidade muito jovem. Aprendeu rapidamente que a prostituição era a oportunidade óbvia de entrada, mas ela aspirava a ter um emprego.

Malalanyana tentou primeiro colocá-la num emprego doméstico, mas, sem falar português e sem saber fazer contas, era difícil de colocar Celeste. Ela era uma das muitas que andavam à volta da Caju a chamar a atenção dos administradores por um emprego e, com apenas onze anos de idade, foi contratada para a limpeza. Celeste ficou agradecida pela oportunidade porque evitou ter de ir 'morar nas Lagoas' – o eufemismo para a prostituição no bairro das Lagoas.¹⁰²

A irmã mais velha de Celeste acolheu-a quando ela chegou a Lourenço Marques. Ela partilhou com Celeste o que muitos consideraram ser o mantra da mulher trabalhadora:

... comporta-te e trabalha arduamente na cidade. Cuida de ti, do teu pai e da tua família... se tiveres um emprego, não tens de andar atrás dos homens. Se estiveres empregada consegues sustentar-te e comprar o que precisas... quando estiveres doente, ok, fica doente, mas é melhor ficares boa rapidamente e voltar ao trabalho... esconde o dinheiro e assim conseguirás salvar-te quando estiveres doente.¹⁰³

A irmã de Celeste alertou-a: 'a única pessoa que alguma vez vai tomar conta de ti és tu, por isso fá-lo!' Como muitas das suas colegas, a vida de Celeste era vastamente limitada a casa e trabalho. Ela fazia tudo o que podia para se aguentar firme, alimentar e cuidar dos filhos. Dois dos seus sete filhos não sobreviveram, mas ela criou cinco na Caju. A morte pô-la a caminho de Tarana, mas a sua irmã mais velha ajudou-a a manter-se e aos seus filhos. A maior parte das pessoas em Lourenço Marques, incluindo emigrantes, olhavam primeiro para a família, mas como revelam as narrativas de Carlota Cumbay, Matilde Chiduzza e Helena Lissenga, isso nem sempre resultava bem.

⁹⁷ TO, Cristina Duzenta Cuambe, 17 Maio 1993.

⁹⁸ TO, Joana Alberto Chivangue, 19 Maio 1993.

⁹⁹ Ver Capítulo 4 e Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 301–08.

¹⁰⁰ TO, Joana Alberto Chivangue, 19 Maio 1993.

¹⁰¹ Os parágrafos seguintes baseiam-se nos TO, Carlota Samuel Cumbay, 20 Maio 1993 e Celeste Marcos Mpendane, 26 Maio 1993.

¹⁰² TO, Celeste Marcos Mpendane, 26 Maio 1993.

¹⁰³ TO, Celeste Marcos Mpendane, 26 Maio 1993.

A mãe de Carlota Cumbay morreu quando Carlota era ainda bebê de peito. Ela foi encorajada pela sua madrasta a casar muito jovem e teve três filhos com o marido antes de ele partir para a África do Sul. Ela ficou muito tempo com os sogros, mas sentiu que estava a 'desperdiçar energia' num 'lugar ermo e vazio'. Sem a protecção do seu marido, ela andou de um lado para o outro entre as cinco mulheres do sogro; todas elas tinham trabalho para Carlota fazer, mas nenhuma estava particularmente interessada em dar-lhe de comer e aos seus três filhos. Talvez fosse tudo o que as mulheres do sogro podiam fazer para se alimentarem a si próprias e aos seus filhos, mas não conseguiram mostrar nenhuma solidariedade para com a luta de Carlota. Finalmente, Carlota fugiu para Lourenço Marques. Se era para trabalhar arduamente, ela queria alimentar-se e aos filhos dela.

A prima de Carlota era uma prostituta em *Mathlothlomana*. Ela pagou a passagem da carreira de Carlota e tentou convencê-la a entrar na prostituição. Carlota não queria viver daquela maneira com os seus três filhos, por isso tratou imediatamente de procurar emprego na Caju. Angelina, uma colega na Caju, sabia como seria difícil para Carlota e os seus filhos ficarem a viver em *Mathlothlomana*, pelo que a convidou para ir viver com ela. Muitas das mulheres da Caju nunca tinham condições para oferecer abrigo ou qualquer outra coisa – elas eram simplesmente demasiado pobres para poder retribuir, quanto mais ser generosas. Angelina conseguiu apertar-se noutras áreas para arranjar lugar para Carlota – pelo menos a curto-prazo.

No início, Carlota tinha dificuldade em conseguir completar a quota diária para ganhar o pagamento integral. Mas, aos poucos, conseguiu poupar o suficiente para comprar tachos e panelas, e acabou por acumular materiais de construção para construir uma casa para os filhos. Ela agradeceu a generosidade de Angelina, mas queria estar sozinha. Para Carlota, a vida em Tarana era difícil, mas como era também o caso de tantas das suas colegas, era melhor que a prostituição: 'quem não queria sofrer deixou a Caju há muito tempo, mas as de nós que querem viver do seu suor continuamos a trabalhar aqui até agora. Mesmo agora, velhas, não temos de depender de ninguém a não ser de nós próprias.'¹⁰⁴ Esse sentido de não ter de depender de ninguém a não ser de si era a viga de aço, não o fio de seda, que unia tantas das descascadeiras de caju. Elas partilhavam o conselho da irmã de Celeste sobre a autoconfiança.

Carlota conseguiu escapar a *Mathlothlomana* e acabou por poupar o suficiente para construir a sua própria casa. Apesar da sua autoconfiança, coragem e vitalidade, ela foi uma das pessoas mais tristes que conhecemos durante todo o projecto. A experiência dela sublinhou a importância da dignidade, da família e das questões do coração: 'A minha pobreza não é tão pesada. É mais uma pobreza que pesa no meu espírito porque os meus três filhos morreram e o único que sobrou nem sequer se lembra que tem mãe. Eu vim para Xilunguine para criar este filho – não para me prostituir.'¹⁰⁵ Medo, alegrias e experiências amargas às mãos da família e dos próprios filhos são, obviamente, parte da condição humana. Os familiares eram simultaneamente apoiantes cruciais e instigadores das piores mágoas.

Foi também esse o caso de Matilde Chiduzza e Helena Lissenga. Elas foram parar à Caju por causa da traição dos seus irmãos. Matilde e os seus irmãos viviam no bairro de Xipamanine, em Lourenço Marques, numa casa que a família tinha construído com o dinheiro que o seu pai ganhara na África do Sul e a sua mãe ganhara a vender carvão. O pai morreu num acidente de automóvel, quando Matilde era jovem. O irmão mais velho apoderou-se da casa e depois batia na mãe, até que ela e os filhos fugiram do bairro. Talvez a sua mãe pudesse ter participado o caso às autoridades municipais, mas não o fez. A ganância do irmão e a vulnerabilidade da mãe deixaram marcas em Matilde. Ela construiu uma pequena casa para si com o dinheiro que ganhou na Caju.¹⁰⁶ Acabou por ter uma filha, mas nunca teve um homem a viver em casa dela. A sua filha acabou por ter uma criança, mas também ela '... não teve pai.' Elas viviam numa família de três gerações – duas gerações 'filhas de mulheres.' Nenhum homem tinha nada a reivindicar dela, da

¹⁰⁴ TO, Carlota Samuel Cumbay, 20 Maio 1993.

¹⁰⁵ TO, Carlota Samuel Cumbay, 20 Maio 1993.

¹⁰⁶ TO, Matilde Chiduzza, 28 Maio 1993. Ela poupou para a sua casa usando o sistema rotativo de poupança xitique discutido no Capítulo 4.

sua filha, da sua neta, ou da sua casa.¹⁰⁷ O Capítulo 4 analisa mais detalhadamente os mecanismos familiares, mas algumas mulheres preferiam viver sozinhas ou amancebadas – em união de facto –, preocupavam-se particularmente com a violência dos homens e a segurança do abrigo das suas famílias.¹⁰⁸

A mudança de Helena Lissenga para a Caju também começou com o abuso de autoridade do irmão dela. Quando os pais de Helena se separaram, o seu irmão mais velho afirmou a sua autoridade sobre ela como se fosse o chefe interino da família. Ele insistiu em que Helena vivesse amancebada com um homem local. O homem não queria casar com Helena, só a queria como parceira amancebada, e estava disposto a pagar ao irmão dela se Helena fosse viver com ele. Quando Helena recusou, o irmão bateu-lhe, tentando forçá-la a concordar. Ela fugiu para escapar à violência do seu irmão e à ameaça de exploração sexual.¹⁰⁹ Helena dirigiu-se à Caju e acabou por ter nove filhos na relação de amancebamento com um homem que também trabalhava na Caju. Nunca casaram, mas tiveram uma relação duradoura e ele contribuiu regularmente para a sustentar e aos filhos. Acabou por ir trabalhar para a África do Sul e não voltou. Helena conheceu tanto a vulnerabilidade das mulheres à autoridade dos homens como o potencial de ter um homem protector e que contribuía para a família. Ela sabia que a sua longa relação de mancebia não era comum e, quando esta terminou, não arriscou mais nenhuma.

*Mapeando a migração: A solidariedade de irmãos e hahánis*¹¹⁰

As mulheres que conseguiam chegar a Lourenço Marques e arranjar um emprego na Caju compunham uma gama variada de famílias e, principalmente, procuravam muito a ajuda umas das outras. Alguém as poderá ter instado a 'ir para Tarana', mas elas tinham de lá chegar de alguma forma e encontrar apoio até que se conseguissem sustentar a si próprias. Os membros das linhagens do pai da mulher, da sua mãe e do seu marido podiam ser apoios essenciais ao longo da viagem. Ao mapear a migração, o apoio e a solidariedade, uma *haháni* surgiu como especial. A posição da *haháni* entre os povos patrilineares do sul de Moçambique prendia-se com a prática do lobolo.¹¹¹ A irmã que trazia um lobolo que era usado pelo seu irmão para poder casar era a *haháni* dele, da sua noiva e da sua família. Uma *haháni* tinha estatuto e autoridade no âmbito da sua própria patrilinearidade, por ter trazido um lobolo e na família do seu irmão por o lobolo ter sido usado para o seu casamento.

Em princípio, todas as partes que partilhavam um lobolo gozavam de relações especiais entre si. Algumas irmãs que não tinham trazido um lobolo porque não tinham casado, ou tinham casado sem lobolo, contribuíam mesmo assim para o lobolo do irmão com as suas poupanças pessoais. Nesse caso, também elas eram consideradas *haháni*. A importância e a autoridade de uma *haháni* relativamente aos irmãos e maridos compõem as abordagens complexas das mulheres ao lobolo. Na literatura académica, a dimensão do lobolo é frequentemente reduzida a uma espécie de grilheta da noiva, mas o estatuto e a autoridade potenciais que o lobolo transmite no quadro das famílias patrilineares da noiva e do noivo não devem ser subestimados. O lobolo merece uma consideração texturada pelas suas vantagens e desvantagens. As narradoras deste projecto tinham um amplo leque de pontos de vista sobre o assunto e os seus pontos de vista podiam ser contraditórios. As mulheres que ficavam prejudicadas por terem de devolver o seu

¹⁰⁷ TO, Matilde Chiduzo, 28 Maio 1993.

¹⁰⁸ Capítulo 4 e Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 301–305.

¹⁰⁹ TO, Helena Malemo Lissenga, 31 Maio 1993.

¹¹⁰ E. Dora Earthy usa uma grafia alternativa para *haháni* (*hahane*) e discute a relação em *Valenge Women*, 12–15ff.

¹¹¹ Earthy nota que a *haháne* 'equivale à posição de contraparte feminina do pai.' Earthy, *Valenge Women*, 12–15ff; Carin Vijfhuizen sugere que as tias paternas têm relações especiais nas relações sociais patrilineares na África Austral com ou sem (cont.) lobolo. Vijfhuizen, 'The People you Live with': Gender Identities and Social Practices, Beliefs and Power in the Livelihoods of Ndau Women and Men in a Village with an Irrigation Scheme in Zimbabwe (Wageningen: Grafisch Service Centrum van Gils B.V., 1998): Capítulo 2; Loforte, *Género e Poder*, 18ff.

lobolo quando os seus casamentos terminavam sem que tivesse havido qualquer culpa da sua parte, podiam ficar bastante contentes por contribuírem para o lobolo dos seus irmãos.¹¹²

Em 1949-50, Mechtild von Boss Casqueiro foi de aldeia em aldeia, anotando em particular as condições sociais das mulheres por todo Moçambique. A sua firme perspectiva ocidental e cristã levou-a a condenar amplamente o lobolo, a poligamia e a feitiçaria, alegando que eram mais prevalentes no sul que no resto do país, mas moderou a sua opinião a propósito do lobolo: 'O que fazem os que chamam de servidão ao lobolo quando uma mulher que não foi lobolada se vira para o marido e diz, 'sou tão insignificante, assim, a ponto de nem sequer me lobolares?'" Ela depois confirmou que o lobolo podia ser entendido como vantajoso; notando que, quer fosse pago em libras de ouro quer em gado, para uma mulher educada e com estatuto o lobolo era uma acumulação e sacrifício substancial para o marido e a sua família. Confirmava o estatuto da noiva e a sua capacidade de reivindicar os seus interesses na sua linhagem e na do marido – como mulher, irmã, cunhada, mãe, tia, avó, *haháni* e viúva.¹¹³

As mulheres conheciam muito bem as oportunidades de garantir os seus interesses e autoridade nas suas próprias linhagens, nas das suas mães e nas dos seus maridos. Os académicos prestaram mais atenção às ambivalências e às desvantagens que as mulheres experimentavam nas linhagens dos seus maridos do que às vantagens que experimentavam nas suas próprias linhagens. Para além disso, na maior parte das relações de autoridade e obediência na vida, as pessoas acabam por experimentar ambas as faces da moeda: uma filha / nora deve obediência a uma mãe / sogra, uma mãe / sogra exige obediência da filha / nora. Num esquema normal, crianças e noras tornam-se mães e sogras. O envelhecimento e as passagens do ciclo da vida mudam a mulher de desvantagem para vantagem e possivelmente de novo a desvantagem.¹¹⁴ Contribuir para o lobolo aumenta potencialmente as vantagens na reivindicação de interesses.

No entanto, as reivindicações de autoridade têm aspectos estruturais, informais e pessoais. Falando sobre as mulheres valenge no século XX, por exemplo, Dora Earthy confirmou que 'as mulheres não tinham praticamente nenhuma autoridade em questões legais ou políticas, embora fizessem muitas coisas pelo poder da sua voz.'¹¹⁵ As relações das *haháni* colocam potencialmente as mulheres em posição de fazer reivindicações e afirmar autoridade, mas, individualmente, as mulheres têm de procurar essas reivindicações e afirmar essa autoridade. Nem todas afirmarão o poder da sua voz ou o poder de relações específicas, e algumas terão mais sucesso que outras. A sorte e a força da personalidade de uma mulher faziam a diferença em cada caso.

Foi uma *haháni* que deu forma aos rumos de Rita Novela e Ester Tafula até à Caju. O marido de Rita morreu, deixando-a com duas crianças. Vendo a luta de Rita, a sua *haháni* pediu à sua filha mais velha para trazer Rita até à cidade para procurar trabalho na Caju. Foi dela a mão necessária que ajudou Rita a embarcar numa vida nova. Ela começou em *djamangwana* a partir as castanhas à mão. Foi a tarefa mais difícil que teve na vida, mas conseguiu aguentar-se. Rita ficou com o crédito pelo seu trabalho árduo, mas reconheceu a importante ponte proporcionada pela equipa *haháni* mãe e filha.

O pai de Ester Tafula morreu pouco depois de ela nascer. Os seus pais não tinham aprovado o seu casamento com a sua mãe, portanto, sem a sua protecção, a situação dela precarizou-se rapidamente. A mãe de Ester regressou à sua família de nascimento, mas a sua *haháni* interveio para proteger e criar Ester como se fosse sua filha. No caso de Ester, isso significou que ela teve

¹¹² Loforte, Género e Poder, 18ff; TO, Rita Famise Novela, 27 Maio 1993; Cacilda Gulene Fumo, 21 Maio 1993.

¹¹³ Mechtild von Boss Casqueiro, 'A Mulher Indígena,' Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, Vol. 21, No. 68 (Jan. Março, 1951): 5–25, citação 14; citação muito semelhante de Manghezi, 'Interviews,' 164–72.

¹¹⁴ A pesquisa contemporânea e histórica sugere que as mulheres mais velhas, com ou sem recursos, podem ser alvo de acusações de feitiçaria. Terezinha da Silva, 'A Journey of an Old Woman,' in Viljanen and Assubuji, Photos: Women from Finland and Mozambique; WLSA, 'WLSA Mozambique – Research on Violence against Women,' Outras Vozes: Suplemento do Boletim, 8 (Agosto 2004): 8–11; WLSA, 'Some Reflections on the Working of the Assistance Centres for Victims of Domestic Violence, 2000–2003,' Outras Vozes: Suplemento do Boletim 8 (Agosto 2004): 1–7; Redding, 'South African Women and Migration.'

¹¹⁵ Earthy, Valenge Women, 11.

uma educação muito mais próspera. Ester acabou por casar com lobolo e deixou a protecção da sua *haháni* para ir viver com a linhagem do marido. Infelizmente, quando o marido de Ester foi trabalhar na África do Sul, a sogra dela tratou-a muito mal e Ester achou que a sogra não gostava dela. Ester deu à luz um filho, pouco depois, consolidando assim a sua posição na família, pelo que apesar da continuação dos problemas com a sogra, ela e o filho ficaram.

Como muitas outras mulheres, Ester tinha esperança de viver a peça moralista da mulher fiel, trabalhando o seu 'lugar ermo e vazio' e esperando não 'esgotar a sua energia', até que o seu marido finalmente voltou. Morreu pouco depois de regressar. Viúva e perante uma sogra hostil, Ester ficou preocupada com que a acusassem de feitiçaria e a culpassem pela morte dele. Ela não via maneira de a situação melhorar e receava que se deteriorasse.

Mais uma vez, a sua *haháni* veio em seu auxílio. Ela ajudou Ester a seguir para a Caju para arranjar trabalho e criar o seu filho. Tal como Cristina Cuambe, Ester decidiu não ter mais homens nem filhos na sua vida. Seria mais fácil gerir a sua vida com o seu salário se só tivesse um filho. Apesar da ajuda da sua *haháni* e dos seus melhores esforços, o infortúnio parecia vir-lhe no encaço. Como a maior parte das mulheres, Ester aspirava a construir uma casa para si e o seu filho. Ela regressou de uma visita a familiares em Inhambane e descobriu que o seu filho, o seu filho único, tinha vendido todos os materiais de construção que ela tinha acumulado, desaparecendo com o dinheiro. Aos 68 anos de idade, ela estava novamente a começar a juntar chapas de zinco e blocos de cimento para construir uma casa. Tudo o que conseguiu dizer a respeito dessa traição amarga foi '... e foi para criar esta criança que eu vim para aqui.'¹¹⁶

A experiência de Virgínia Massingue salienta a diversidade e a complexidade da migração, da autoridade e das redes de apoio. O pai de Virgínia morreu assim que ela foi lobolada, ainda muito jovem. O marido batia-lhe e o filho que tiveram juntos morreu. Com a ajuda do seu irmão, Virgínia deixou o casamento e pôs-se a caminho de Lourenço Marques. O irmão de Virgínia tinha usado o seu lobolo para casar, portanto ela era sua *haháni* e da sua família.¹¹⁷ Ele ajudou-a a arranjar emprego na Caju e comprometeu-se a devolver os 2,500.00 escudos do lobolo à família do seu marido para que eles não a incomodassem mais. Obviamente, o facto de a devolução do lobolo substancial de Virgínia ter saído dos bens da família do irmão causou tensão, e não tardou a que as suas mulheres, incluindo aquela com quem ela tinha tido uma relação de *haháni*, começaram a mandá-la embora.

Usando o familiar discurso da feitiçaria, elas acusaram-na de ter envenenado o seu próprio casamento para poder mandar nos casamentos delas. Questionaram a presença de Virgínia e a intenção do seu marido de devolver o lobolo dela. Elas podem ter pegado na vulnerabilidade de Virgínia devido ao divórcio, ou simplesmente julgaram que ela não tinha ânimo para resistir. Tinham razão. Virgínia, uma alma suave, deixou a família do irmão para ir viver com um primo, a sua mulher e os seus sete filhos. Ela repagou o lobolo com os seus salários de Tarana. Em casa do seu irmão, as cunhadas agressivas questionaram o estatuto de Virgínia como *haháni*, mas em casa do seu primo ela era apenas mais uma mãe para as muitas crianças da casa. Ela explicou que, embora o seu único filho tivesse morrido, os seus primos eram agora os 'seus filhos'. A personalidade tem claramente um papel na dinâmica da família, mas o género, a idade e a localização moldavam os parâmetros dentro dos quais se podia reivindicar interesses.¹¹⁸

Finalmente, a experiência de Balbina Tinga revelou as ligações entre os membros da família e entre a formação da família, os impostos, o trabalho forçado, o lobolo e a poupança.¹¹⁹ O seu pai era muito pobre e doente. A sua situação ecoava o sofrimento familiar do problema de pagar impostos e o recrutamento para o trabalho nas plantações. O trabalho era duro e ele estava fraco. Ele temia que o trabalho o matasse e que a sua mulher fosse recrutada, não deixando ninguém em casa com as crianças mais pequenas.

¹¹⁶ Os parágrafos acima são do TO, Rita Novela, 27 Maio 1993 e TO, Ester Tafula, 3 Jun. 1993.

¹¹⁷ TO, Virgínia Massingue, 4 Jun. 1993.

¹¹⁸ TO, Virgínia Massingue, 4 Jun. 1993.

¹¹⁹ Os parágrafos a seguir baseiam-se no TO, Balbina Tinga, 27 Maio 1993.

Para se poupar e para pagar os impostos da família, ele aceitou o pagamento do lobolo de um homem que queria casar com a sua filha mais velha, Balbina, mesmo sendo ela ainda uma criança. Balbina não foi ouvida na escolha. Cedo, porém, o seu pai viu como ela estava a ser maltratada no seu casamento e negociou com outro homem o seu casamento pelo dobro do valor do lobolo. Mais uma vez, Balbina não teve direito a dizer nada. O seu pai usou metade do segundo lobolo para pagar o primeiro casamento. Balbina era ainda pouco mais que uma criança e, no entanto, o seu lobolo já tinha servido para pagar duas vezes os impostos da família.

Infelizmente, Balbina não teve melhor sorte no segundo casamento. Ela não quis desrespeitar o pai nem continuar como peão nas suas estratégias de pagamento de impostos. O pai morreu pouco depois do seu segundo casamento e Balbina decidiu que estava na hora de se salvar e, se possível, à sua mãe e irmãos. Ela ouvira falar de Tarana e deixou tudo para ir para lá. Porém, ainda não tinha resolvido a devolução do lobolo. Começou por poupar os seus primeiros salários para repagar o lobolo do seu segundo casamento para que ninguém incomodasse a sua família por causa disso. Depois, receando que a sua mãe e os irmãos fossem todos recrutados por falta de pagamento dos impostos, ela poupou os seus salários e acabou por trazer a restante família para a cidade.

Balbina acabou por dar à luz quatro filhos, mas só uma menina sobreviveu. Quando falámos, sete pessoas partilhavam a sua casa. Ela vivia com um homem local sem pagamento de lobolo. O seu agregado incluía a filha de Balbina, a sua irmã, duas sobrinhas e um sobrinho. A filha de Balbina e a sua irmã tinham-se separado ambas dos seus maridos. Balbina continuava a poupar os seus salários para ajudar a repagar os lobolos da sua irmã e da sua filha. Ela fez os pagamentos formalmente, através dos anciãos apropriados e autoridades reconhecidas. Não haveria de haver dúvida de que o casamento tinha terminado.

Algumas pessoas alegaram que as mulheres cujos maridos as tratavam mal não eram obrigadas a devolver o lobolo, mas muitas pessoas nessas circunstâncias pagaram-no – incluindo o pai de Balbina. As mulheres explicavam muitas vezes essa decisão como parte da sua missão de 'acabar com aquilo'. Elas queriam estar por conta delas sem queixas sociais sobre elas ou os seus filhos. Na verdade, a atenção ao potencial positivo e negativo de todos os tipos de reivindicações sociais era uma corrente importante nas narrativas.

Resumindo, os caminhos da pobreza rural para a enxada da cidade eram muitos. As mulheres confrontavam configurações muito diferentes de possibilidades e limitações, e a força e a capacidade de cada mulher de irem em busca do que reclamavam para fazerem as suas vidas, diferiam. A morte e as relações usufruídas em conjunto com membros da família eram dois factores chave nas trajectórias mais alargadas das migrações das mulheres, tanto entre famílias rurais como entre famílias rurais e urbanas. O Capítulo 4 começa por abrir a lente sobre as inúmeras maneiras como as mulheres se expressavam, ensinavam umas às outras novas possibilidades e situavam as suas reivindicações em relação a homens, mulheres e umas às outras. Também salienta imagens de si próprias e aspirações emergentes e culturalmente impregnadas, mas aí vira-se para a preocupação mais importante das vidas da maior parte das mulheres – como cuidar dos seus familiares. Na maior parte dos casos, eram os seus filhos. O capítulo sublinha o ponto de as crianças moçambicanas poderem tornar-se um pano de fundo ou estatísticas, se se seguir o sector formal e os dados e as narrativas androcêntricas. Seguindo as mulheres, não é possível não ver as crianças.

4 Vidas à volta da Subsistência: 'As Crianças Não São Como as Galinhas'

Dilemas de tomar conta dos filhos

As mulheres do Sul do Save e as mulheres de Tarana tinham índices desmesuradamente elevados de viuvez, divórcio e separação. Dezenas de narradoras tornaram-se mães sozinhas quando os seus maridos morreram deixando com elas a responsabilidade de sustentar os filhos.¹ Muitas mulheres disseram simplesmente que os filhos 'não tinham pais'.² Tinham sido sempre elas a tomar conta dos seus filhos. Algumas disseram que tinham 'problemas' com os pais dos filhos, por isso tiveram de ser elas a sustentá-los sozinhas. Todas fizeram eco do mantra de Amélia Chiconela e Rabeca Notiço: para ter que chegasse para comer era preciso ir trabalhar, mas para ir trabalhar era preciso ter alguém para tomar conta das crianças.

Talvez nada fosse mais difícil para as mulheres de Tarana do que o facto de a possibilidade de ficar em casa para tomar conta dos filhos ser reduzida pela sua necessidade de deixar as crianças e ir trabalhar para poderem ganhar dinheiro para dar de comer aos filhos. Apesar da correlação de Parente e Neto entre salários mais altos e absentismo na Caju, as mulheres e os supervisores com décadas de experiência estavam absolutamente claros sobre as causas das faltas das mulheres ao trabalho: elas ou os filhos delas estavam doentes, ou um familiar tinha problemas graves. O longo dia de trabalho, a pobreza, a malária sazonal em áreas com muita água estagnada, abastecimento inadequado de água potável e manuseamento inadequado de esgotos nos seus bairros, faziam com que fosse muito mais provável que as pessoas adoecessem, principalmente as crianças pequenas. As mulheres não se lembravam de nada pior sobre a época colonial do que a pressão dos supervisores para as mulheres voltarem a trabalhar logo a seguir ao parto, e descartaram que as doenças e o luto fossem razões apropriadas para faltar ao serviço. Muitas mulheres, receando perder os seus empregos ou a simples perda do salário, voltavam ao trabalho ainda doentes, ou deixavam filhos doentes em casa.

É claro que ter, amamentar e criar os filhos era uma grande componente do trabalho diário da maior parte das mulheres durante os anos de fertilidade. À medida que envelheciam, muitas mulheres continuavam a sustentar o trabalho reprodutivo da casa, provendo aos filhos crescidos, sobrinhas, sobrinhos, irmãos e netos. A maior parte das mulheres aceitavam com estoicismo que a sua fertilidade estava fora do seu controle. As mulheres mais velhas tinham poucas opções ao controle dos nascimentos: 'Tínhamos muitos filhos. Nós não tínhamos nada a dizer. Tínhamos o número de filhos que Deus nos tinha destinado'.³ Algumas mulheres expressaram gratidão por Deus ter reconsiderado os seus destinos. Matilde Chilengue, que batalhou para criar os seus três filhos sem o apoio dos pais, ficou aliviada: 'Deus ajudou-me a não ter mais filhos'.⁴

Em 1960, Deus deu a Cristina Miambu o primeiro dos seus onze filhos, que incluíam dois pares de gémeos. As culturas do Sul do Save viam normalmente o nascimento de gémeos como desfavorável e, inicialmente, parecia ser esse o caso de Cristina.⁵ O seu marido não aguentou e deixou-a depois do sexto filho. Ela confirmou o óbvio: 'Ele não queria aqueles filhos todos'.⁶ Cristina partiu para a Caju com os seus primeiros seis filhos. Trabalhando na Caju, ela vivia amancebada, numa união de facto, e teve mais cinco filhos com o seu novo parceiro. Ela

¹ TO, Carlota Cumbe e grupo de reformados, 2 Jun. 1993.

² TO, Elina Chivavale Mulungo, 4 Jun. 1993.

³ TO, Joana Tinga Chilaule, 20 Maio 1993; Rosalina Tembe, 19 Maio 1993.

⁴ TO, Matilde Chilengue, 27 Maio 1993.

⁵ Paulo, 'Xiculungo' Social, 60.

⁶ TO, Cristina Miambu, 26 Maio 1993.

explicou: 'É Deus que nos dá os filhos. Eu não decidi que fosse assim.'⁷ O seu segundo parceiro nem por isso apoiava os seus cinco filhos, mas eles mantinham uma relação estável e Cristina achou que isso era uma ajuda.

Nove dos onze filhos de Cristina sobreviveram. Quando tinha filhos em idade escolar ou pré-escolar, Cristina distribuía os turnos das aulas deles de maneira a que houvesse sempre um filho mais velho em casa com os mais novos. Quando falámos com Cristina, ela era uma mulher enérgica com 54 anos. A sua filha mais velha tinha 33 e já tinha a sua própria jovem família. Cristina tinha sobrevivido ao período particularmente difícil da sua vida com uma longa sequência de filhos e bebés e finalmente beneficiava do apoio dos seus filhos. Ela e os filhos trabalhavam juntos aos fins de semana, produzindo comida extra na machamba que ela tinha conseguido fora da cidade. A sua paciência, o trabalho árduo, a saúde e a sorte concorreram a favor de Cristina. Ela tinha o apoio de uma vasta rede social e do círculo familiar onde contavam uns com os outros e se ajudavam mutuamente – mas chegar a esse ponto não foi nada fácil.

No tempo de Tarana, as mulheres levavam os seus filhos para a fábrica, mas tomar conta dos bebés e das crianças pequenas causava um dilema importante.⁸ O custo e a disponibilidade de alojamento em Xilunguine significava que muitas mulheres deixavam os seus filhos em casas que ficavam muito longe de Tarana. Muitas mulheres caminhavam mais de duas horas todos os dias.⁹ O dia de trabalho e o tempo que demoravam a ir e a voltar deixava pouco tempo para juntar e processar lenha, água e comida. As famílias que iam dormir sem comer acabavam por adoecer. Mais de metade das mulheres que partilharam as suas histórias tinha perdido um filho por doença e acidentes, e muitas tinham perdido mais que um. Amélia Chiconela disse-nos, 'muitas crianças morreram porque as mães deixavam os recém-nascidos sozinhos em casa para poderem voltar ao trabalho. As crianças morriam por negligência das suas mães.' Depois, com um misto de tristeza e resignação, ela disse-nos que sete dos seus onze filhos tinham morrido – mais do que qualquer das outras mulheres.¹⁰

Amélia Maniquete chorava sempre que tinha de deixar a sua criança de quatro anos de idade sozinha em casa. Ela deixava leite para a filha beber, mas sabia que, se não fosse trabalhar, não haveria sequer de conseguir dar leite à filha.¹¹ Amélia acabou por trazer uma sobrinha para viver com elas para não tornar a deixar a filha sozinha. Talvez ninguém sentisse o custo adicional de ter de escolher entre tomar conta e trabalhar para alimentar os filhos do que Marta António Nhamave. O custo para ela era simplesmente insuportável. Na sua voz suave, o olhar caído, ela contou ao grupo como a sua filha mais velha matou acidentalmente a sua filha mais nova, estando as duas sozinhas em casa, a brincar com uma enxada. Os que a ouviam sentiram a sua agonia como se tivesse sido no dia anterior. Muitas histórias deixavam o grupo de ouvintes em silêncio, por empatia e dor. As histórias mais dolorosas eram sempre a respeito de crianças.¹²

A fábrica do Chamanculo acabou por transformar o modelo que permitia às mulheres levar as suas crianças às costas ou deixá-las penduradas nas redes de capulana improvisadas na fábrica, pela criação de um centro de acolhimento de crianças. As mães lactantes tiravam tempo para

⁷ TO, Cristina Miambu, 26 Maio 1993.

⁸ Kathleen Sheldon, 'Creches, Titias and mothers: Working Women and Child Care in Mozambique,' in Tranberg Hansen, ed. *African Encounters*, 292–5; Urdang, *And Still They Dance*.

⁹ TO, Amélia Chiconela, 17 Maio 1993; Leia Nhavene, 17 Maio 1993.

¹⁰ TO, Amélia Chiconela, 17 Maio 1993.

¹¹ TO, Amélia Maniquete, 26 Maio 1993.

¹² TO, Amélia Chiconela, 17 Maio 1993; Amélia Maniquete, 26 Maio 1993; Marta António Nhamave, 27 Maio 1993.



Figura 8 Descascadeira de Caju
Cristina Miambu
(© Jeanne Marie Penvenne)

amamentarem os filhos durante os seus turnos. Em princípio, as crianças estavam melhor no centro de acolhimento do que sozinhas em casa ou expostas aos inúmeros perigos da fábrica. Era claramente do interesse da fábrica manter as mulheres a trabalhar e as crianças com saúde e a salvo. Depois da formação da Frelimo, no início da década de 1960, os centros de acolhimento infantil também se enquadravam na campanha de conquista de simpatias dos fins da era colonial. Os serviços sociais coloniais – a chamada Acção Social – suplementava a dieta das crianças, em resposta à reconhecida crise nutricional que ameaçava de raquitismo e retardamento mental correspondente, uma geração das populações negras mais pobres da cidade. A Acção Social era uma importante componente da estratégia do bem-estar social de contrainsurgência de Portugal, implementando várias iniciativas de habitação, saúde e nutrição.¹³

O centro de acolhimento de crianças de Tarana tinha uma reputação bastante marcada. Elina Mulungo foi muito entusiástica a seu respeito, embora não tivesse tido uma experiência pessoal. Os seus filhos já eram crescidos quando o centro foi criado. Ela ficou impressionada com o facto de ser limpo e de todas as crianças receberem bibes.¹⁴ A maior parte das mulheres que realmente

¹³ Em detalhe no Capítulo 5. Teixeira Santos, 'Avaliação Nutricional'; Comissão Provincial de Nutrição de Moçambique, Inquérito nutricional e alimentar a 262 operários indígenas da Fábrica de Cimentos da Matola e suas famílias (Lourenço Marques, dactilografado, 1960); Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 'Inquérito habitacional realizado no bairro da Munhuana,' Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 72 (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1964); Lília Maria Clara Carrière Momplê, Junta dos Bairros e Casas Populares. 'Relatório Síntese do Sector Social – Ano 1966,' Dezembro 1966, relatório não publicado do arquivo do Ministério de Coordenação da Acção Ambiental em Maputo. Este relatório não publicado, de 55 páginas, cobre o período de Setembro de 1965 a Dezembro de 1966 e inclui as observações do inquérito de 1966 ao Bairro da Munhuana. Os meus sinceros agradecimentos a David Morton por copiar e partilhar este documento.

¹⁴ TO, Elina Chivavale Mulungo, 4 Jun. 1993.

deixavam os filhos no centro eram menos entusiásticas. Marta Elisa Honwana e outras disseram que deixavam os seus filhos e netos no centro, em finais dos anos 60, porque não tinham opção e porque era um mal menor, particularmente para as crianças. Várias mulheres descobriram os seus filhos abandonados, nus e sujos nos berços do centro de acolhimento. Uma mulher encontrou o filho a comer as fezes de outra criança. Essa história em particular, espalhou-se rapidamente e, em resposta, muitas mulheres retiraram os seus filhos. Honwana mandou imediatamente vir uma sobrinha para tomar conta dos seus filhos, em troca de alojamento e alimentação. Mas nem todas as mulheres tinham familiares de confiança a quem pudessem recorrer ou, se tinham, não tinham espaço suficiente ou comida para a sustentar.¹⁵

As mulheres que não tinham alternativa a não ser o centro de acolhimento acabavam por ganhar coragem para levantarem a voz para os seus supervisores e a Acção Social, insistindo numa maior vigilância e melhores condições. No final da era colonial, as condições do centro tinham melhorado bastante. Perante o consenso da administração da fábrica em como as doenças e o acolhimento das crianças eram factores chave do absentismo dos trabalhadores, um centro de acolhimento de crianças bem gerido parece ter sido um investimento óbvio na capacidade produtiva.¹⁶

Potenciando os salários descontados: Vales, xitiques e biscates

Perante os seus baixos salários mensais e os descontos devidos ao sistema de quotas, as mulheres de Tarana tinham de poupar como podiam e potenciar todos os seus bens para conseguirem juntar as pontas. As mulheres iam a pé para o trabalho, levavam o seu almoço e encontravam maneiras de ganhar mais dinheiro e de retirar o máximo do seu rendimento. Esticar o cheque do salário 'para ter o suficiente para comer' era duro o bastante para as famílias grandes e jovens. A pobreza significava malnutrição, o que quer dizer saúde precária, o que quer dizer absentismo, salários mais baixos e crises recorrentes. Transformava-se rapidamente num círculo vicioso. As mulheres resistiam a essa possibilidade comprando comida com vales, poupando dinheiro através dos xitiques e ganhando dinheiro em biscates, sempre que possível. Vamos abordá-los por ordem.

Com onze filhos para alimentar, Cristina Muianga tinha muitas vezes de pedir empréstimos contra a promessa do seu salário mensal. Tal como mencionado no Capítulo 2, os comerciantes nos bairros de caniço faziam negócio com os clientes à base do sistema de crédito dos vales. Quando o salário de Cristina acabava, ela pagava os alimentos assinando vales ou notas de débito. Quando recebia, ela pagava as notas que tinha acumulado, mas cedo voltava a pedir. Nessa altura, a moeda portuguesa era bastante estável. Durante grande parte do período, o custo de vida subiu muito gradualmente, mas Cristina tinha muita gente para alimentar, abrigar e vestir. Do lado positivo, os comerciantes confiavam mais nas descascadeiras de caju com o sistema de vale porque sabiam que tanto o trabalho como as mulheres eram estáveis. Do lado negativo, porém, o sistema de vales amarrava as mulheres a um comerciante específico e à qualidade da sua comida. Se as mulheres adoeciam ou algo corria mesmo mal, elas podiam acabar significativamente endividadas, basicamente deixando de ter qualquer acesso a dinheiro. Fossem quais fossem as desvantagens, o sistema de vales ajudou muitas mulheres nos seus anos mais difíceis. À medida que a família de Cristina crescia e que ela podia contar com o trabalho dos filhos mais velhos, o trabalho ao fim-de-semana na sua machamba partilhada, abastecia-os de alimentos frescos de alta qualidade e diminuía a sua necessidade de comprar comida.

Se os vales eram o sistema de crédito dos pobres da cidade, o xitique era a sua estratégia de poupança. Xitique é o nome dado ao círculo de poupança rotativa no sul de Moçambique, sistema semelhante a outros praticados em muitas partes do mundo, mas extensivamente na África Oriental e na África Austral. Esta prática generalizada era usada por amigos, colegas e familiares

¹⁵ TO, Marta E. Honwana e Carolina Cau, 31 Maio 1993; Rosalina Tembe, 19 Maio 1993; grupo de reformados 2 Jun. 1993.

¹⁶ Sheldon, 'Creches, Titias and Mothers', 295–306.

para acumular dinheiro. Nos dias de pagamento, todos os membros do xitique pagavam um montante fixo em dinheiro. Um a um, cada um dos membros do círculo recebia todo o dinheiro das contribuições dos membros. Por exemplo, se estivesse num xitique de dez mulheres em que cada uma punha 10 escudos por semana, pagava a sua parte de 10 escudos durante 9 semanas e na décima recebia 100 escudos – os seus dez mais os dez de todas as outras do círculo. Os pagamentos continuavam até que todos os membros do grupo tivessem recebido o montante do dia de pagamento, e o grupo decidia então se começava um novo. Ninguém tirava mais do que punha, mas o ponto era que, sem o xitique, ninguém seria nunca capaz de juntar os 100 escudos. O dinheiro haveria sempre de ser gasto numa ou noutra coisa. Os agregados pobres, em todo o mundo, gastam tudo ou quase tudo o que recebem em comida, lenha, abrigo e roupa.

Muitas mulheres nunca conseguiriam comprometer qualquer dinheiro numa estratégia de poupança – elas mal conseguiam pedir emprestado o suficiente para viverem.¹⁷ O montante aplicado no xitique variava muito e só pessoas que conseguissem atingir um determinado patamar podiam participar, mesmo num xitique pequeno. Mulheres sem filhos, com poucos filhos ou com filhos crescidos achavam mais fácil juntar alguma poupança através dos xitiques. Quando a maior parte das famílias das mulheres eram jovens, elas dependiam dos vales para sobreviver, mas quando as crianças se tornavam mais produtivas, as mulheres podiam envolver-se em xitiques, quer com mulheres que também vendiam excedentes das suas machambas, quer com as mulheres da Caju. As vendedeiras dos mercados, particularmente mulheres que vendiam peixe e outros produtos populares e relativamente caros, com rotação diária e um fluxo de caixa constante, estavam muito melhor colocadas para participar e beneficiar dos xitiques.¹⁸

Cristina Cuambe tinha uma família pequena, portanto estava bem posicionada para participar em xitiques, tanto para fazer durar o seu salário como para comprar roupa para si e para o filho. Quando começou a trabalhar na Caju, em 1962, o seu salário era de 240 escudos por mês. Ela e as colegas acabaram por passar a receber 330 e depois 450 escudos por mês. Quando se mudou pela primeira vez para uma casa de caniço muito simples, a sua renda e a maior parte dos produtos básicos de que necessitava estavam ao seu alcance. Dois sacos de carvão para cozinhar, por exemplo, custavam 7.50. A dieta básica dela era arroz, amendoim, chá e açúcar. Como 'boa mulher changana,' ela haveria de ter gostado de pilar o milho para a papa, mas não tinha tempo, pelo que, em vez disso, ela e o filho comiam arroz.¹⁹ A falta de tempo influenciava as escolhas das mulheres tanto quanto a falta de dinheiro. Como muitas outras mulheres, Cuambe também aplicava as suas poupanças em materiais de construção. Embora o seu filho tivesse desaparecido com o seu primeiro stock significativo de materiais, ela começou de novo e ainda planeava construir a sua própria casa.²⁰ Por mais simples que fosse, uma casa própria era um objectivo importante para muitas mulheres em Tarana e o seu percurso até essa casa passava invariavelmente pelos xitiques.

Ofélia concordou que ter uma casa era importante: 'Quando me coube a vez de receber o dinheiro do xitique, comprei estacas e chapas de zinco para construir uma pequena barraca, só para esconder a minha cabeça.'²¹ Mais uma vez, muitas mulheres ligavam a capacidade de serem donas da sua própria casa com a capacidade de proteger as suas crianças. Rabeca Notiço disse ao

¹⁷ Rita-Ferreira, corrobora a prevalência de endividamento e não pagamento de rendas, 'Os Africanos', 311.

¹⁸ TO, Joana Chivangue, 19 Maio 1993; Carlota Cubay, 20 Maio 1993; Joana Nhacumbi, 21 Maio 1993; Joana Massacaira, 24 Maio 1993; Saquina Malassanhane, 26 Maio 1993; Cristina Miambu, 26 Maio 1993; Maria Argentina Nhasinde, 27 Maio 1993; Balbina Tinga, 27 Maio 1993; Rosa Joaquim Tembe, 2 Jun. 1993; Melita Msague Tete, 2 Jun. 1993; Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 367ff. O seu testemunho articula-se com um estudo de finais do século XX, por Adriana Cândida Biosse de Caifaz, 'O Xitique, a Mulher e a Economia Familiar nas Zonas Urbanas: O Caso da Cidade de Maputo, 1992–2002' (Maputo: Tese de Licenciatura, UEM, 5 Jul. 2005). Agradeço ao autor a permissão para citar.

¹⁹ TO, Cristina Duzenta Cuambe, 17 Maio 1993.

²⁰ TO, Cristina Duzenta Cuambe, 17 Maio 1993.

²¹ TO, Ofélia Mbebe, 4 Jun. 1993.

seu amante: 'se gostas de mim, eu vou criar os meus filhos à minha maneira, depois podemos viver juntos.'²²

As mulheres jovens que ainda não tinham filhos, as mulheres que por muitas razões tinham poucos ou não tinham filhos, e as mulheres mais velhas com filhos crescidos, eram mais propensas a ter um pouco mais de tempo para rentabilizarem os seus rendimentos de várias maneiras – muitas das quais eram ilegais no final da era colonial. As pequenas vendas e oportunidades de serviços, basicamente todo o tipo de trabalhos irregulares, eram chamados biscates. Eram tipicamente trabalhos feitos sem licenças, sem registo e ilegais. Se possível, homens e mulheres faziam biscates normalmente, mas os homens tinham muito mais oportunidades de biscate e que comportavam menos risco do que os biscates disponíveis para a maior parte das mulheres.

No final da era colonial, tal como hoje, as mulheres plantavam em todo e qualquer bocado de terra livre, sem forma definida, na cidade e à volta dela, com amendoim, mandioca, feijão e hortícolas. Embora nos anos 1940, a subsistência da maior parte das mulheres africanas de Lourenço Marques dependesse ou fosse suplementada por meio da agricultura praticada nas machambas dentro da cidade ou periurbanas, já em 1945 o principal jornal dos negros da cidade afirmava que a agricultura urbana estava em crise devido à incerteza de posse da terra. Era cada vez mais difícil às mulheres que cultivavam produtos vegetais para os consumidores africanos garantirem acesso à terra.²³ A partir de meados dos anos 50, o impacto residencial e industrial branco na capital estendeu-se aos bairros. Quanto mais longe da cidade as mulheres tinham de ir para encontrar terra disponível e apropriada para cultivar, mais caro ficava o investimento em tempo de caminho para ir e voltar a pé, ou em custos de transporte.

Era mais fácil às mulheres locais, como Rosalina Tembe e Raquelina Machava, conseguir acesso a terra para machamba. As mulheres imigrantes, Cristina Miambu, Cristina Phelembe, Joana Massacaira, Amélia Muzima e Leia Nhavene, todas elas trabalhavam em machambas, dentro da cidade e à sua volta, aos fins de semana, para alimentarem os muitos membros dos seus agregados. As famílias com filhas crescidas, como Raquelina Machava, tinham uma força de trabalho suficientemente grande e cheia de energia para apanhar um machimbombo ou uma boleia de camião para um fim-de-semana produtivo na horta. As mulheres trabalhavam em grupos femininos pertencentes à família matrifocal e partilhavam os produtos e o trabalho.²⁴ À medida que o preço dos transportes foi aumentando, algumas mulheres tiveram de desistir das suas distantes machambas. Algumas viraram-se então para a fermentação de bebidas alcoólicas ou o pequeno comércio, comprando pequenas quantidades de produtos nos mercados grandes e vendendo-os com um pequeno lucro nos seus bairros.

Celeste Guambe e muitos dos seus colegas aumentavam regularmente os seus baixos salários produzindo e vendendo bebidas alcoólicas aos fins-de-semana: *uputsu* (uma cerveja de milho de baixo teor alcoólico), *khalhavadlaha* (vinho de melão), *usura* (vinho de palma) e xicaju (aguardente de caju). Celeste explicou: 'era fácil fazer ou comprar bebidas. Quando as pessoas acabavam as suas bebidas, dispersavam. Não havia problemas.'²⁵ Cristina Phelembe e outras davam valor às suas machambas porque elas produziam os ingredientes básicos para bebidas como o *uputsu*. Muitas mulheres fabricavam *uputsu* em casa e vendiam-no à porta de casa. Fermentar é exigente e moroso, pelo que é melhor para quem tem filhos crescidos ou não tem filhos.

Pelo menos da maneira como foi contado pelas narradoras, as vendas de bebidas não eram normalmente associadas a prostituição ocasional. As mulheres insistiram em que trabalhavam em Tarana e geriam vários biscates porque não queriam acabar na prostituição. O receio de chegar ao

²² TO, Rebeca Notião, 24 Maio 1993.

²³ O Brado Africano, 24 Dez. 1945; Censo da População em 1940, Vol. 2, População Indígena; Barry Pinsky, *The Urban Problematic in Mozambique: Initial Post-Independence Responses, 1975–1980* (Toronto: Centre for Urban and Community Studies, 1982): 8; Loforte, *Género e Poder*, 26ff.

²⁴ TO, Raquelina Machava, 21 Maio e 12 Jul. 1993.

²⁵ TO, Celeste Guambe, 17 Maio 1993.

ponto em que a única maneira de alimentar a família era 'viver, nas Lagoas, Mafalala ou *Mathlothlomana*, mantinha as mulheres em Tarana. A maior parte das narradoras simpatizava com as mulheres que tinham recorrido à prostituição – sabendo que elas não o tinham feito de ânimo leve. Algumas mulheres falavam da prostituição com desdém, em vez de empatia. Alegavam elas que as mulheres que eram preguiçosas ou demasiado orgulhosas para fazerem o trabalho sujo da Caju se viravam para a prostituição – preferindo ganhar 'o pão de cada noite,' mas essas opiniões eram minoritárias.²⁶

Tal como mencionado no Capítulo 1, pesquisar actividades ilegais é delicado, mas de acordo com a maior parte dos relatos, a fabricação de bebidas era generalizada. Embora as mulheres desvalorizassem os problemas sociais relacionados com a fabricação de bebidas alcoólicas, todas sabiam que era ilegal. Também era lucrativa e as provas documentais dos arquivos e da imprensa deixam claro que a polícia, os soldados, régulos e centenas de mulheres estavam profundamente envolvidos na venda de álcool. As mulheres faziam o trabalho e as autoridades recebiam a sua parte em jeito de pagamento de protecção. Quando uma investigação aprofundada feita em finais dos anos 1940 revelou que a polícia, os soldados e os régulos que deviam controlar o comércio estavam, pelo contrário, a viver tranquilamente das suas percentagens, a administração propôs a deportação de três régulos para Quelimane, a título de exemplo.²⁷

A polícia de Malalanyana fazia rusgas periódicas para fechar todo e qualquer tipo de instalação de fabrico de bebidas alcoólicas.²⁸ Quando isso acontecia, as condenações podiam ser severas. Flora Inhatunguene foi presa juntamente com muitas outras mulheres em Dezembro de 1951 por causas relacionadas com bebidas e condenada a um ano inteiro de trabalho forçado. Em meados dos anos cinquenta, Angelina Nhaca, do Bairro da Mafalala, e dezenas de outras mulheres, foram presas repetidamente por causa de bebidas.²⁹ Se as mulheres fabricassem e vendessem nos seus quintais em vez de nos movimentados mercados sazonais populares, teriam menos probabilidade de ser presas.

As bebidas e a castanha de caju eram actividades sazonais economicamente importantes para milhares de produtores, vendedores e consumidores. As mulheres iniciavam e mantinham a produção e os ganhos dos homens transferiam-se para as mãos das mulheres através das vendas de bebidas. Esse rendimento era importante para as mulheres e, tudo somado, o sector das bebidas do sector da economia informal dos bairros de caniço era muito forte. Os economistas da época colonial ignoravam o valor social e monetário das vendas informais de castanha e bebidas de caju na economia africana urbana. Em vez disso, a polícia e os funcionários dos Negócios Indígenas focavam-se nessa produção e venda como aspectos da criminalidade urbana. Muitas descascadeiras de caju, tal como muitas outras mulheres em Lourenço Marques, contavam com o rendimento extra proveniente das vendas sazonais informais de castanha e de bebidas de caju. As mulheres que não tinham empregos assalariados a tempo inteiro estavam melhor posicionadas para ganhar um rendimento extra da fabricação de bebidas por esta ser muito morosa. Comparativamente, as famílias africanas bem-sucedidas também defendiam a fermentação e as vendas caseiras de cerveja de milho porque esses rendimentos contribuía para a renda, o vestuário e as propinas escolares da família.³⁰

²⁶ TO, Maria Celeste Chavane, 2 Jun. 1993.

²⁷ ACLM à Secretaria Geral, 1808/A/42, 15 Nov. 1947.

²⁸ Marta Mahumana, amostra de ficha de registo 35001 da ACLM, em 1955 e 1956, prisões e trabalho forçado por bebidas, ACLM / AHM.

²⁹ Amostra de fichas de registo da ACLM revela prisões e trabalho forçado por bebidas a trabalhadores do caju com os números 29601, 6221, 5361 e 45061.

³⁰ Amélia Alfredo Muiane e Lídia Tembe, que eram das mulheres mais bem-sucedidas e educadas da população urbana africana em finais do período colonial, confirmaram que as vendas da cerveja de milho eram importantes para muitas mulheres da elite contribuírem para as necessidades do agregado. TO, Muiane, 13 Set. 1977, Câmara Municipal de Maputo; TO, Tembe, 12 Nov. 1977, Maternidade da Matola. Ver também O Brado Africano, 23 Fev. 1946, 10 Jan. 1948, 5 Fev. 1949.

Famílias resilientes e colaborativas

As mulheres vinham para Tarana por causa da *wusiwana*, pobreza e *xaniseká*, o tipo de pobreza que causava um sofrimento profundo. Embora a maior parte fosse pobre, pelos padrões urbanos de então, algumas eram muito, muito pobres. As pessoas mais pobres, então e agora, eram invariavelmente as mais isoladas socialmente. Elas não conseguiam sequer retribuir minimamente no âmbito da economia da oferta e da família e passavam pela humilhação e o trauma das dívidas importantes que não podiam ser pagas. Os testemunhos das mulheres ilustraram as várias maneiras como a má sorte e a doença acentuavam a pobreza, alimentavam os medos e agravavam o isolamento.³¹ Embora não se tenha destacado nenhum espectro polarizado entre o desespero isolado e a prosperidade corporativa, ficou claro que as mulheres consideravam que a estratégia óptima era a colaboração entre todos os membros de uma família alargada em camadas de esforços para capturar os rendimentos e os recursos e diminuir a tensão.

Dois mulheres vieram para a Caju em circunstâncias bastante diferentes, mas cada uma delas ilustrou as capacidades pessoais que as mulheres usavam para garantir os seus agregados. Elas distinguiram-se como estando entre as mulheres mais fortes e mais prósperas da Caju – assumindo a liderança na fábrica, entre os seus colegas e transversalmente a todos os sectores de trabalho. Joana Tinga Chilaule e Raquelina Machava lutaram ambas com crises e a pobreza, mas eram mulheres resilientes, fortes e persistentes.³² Outras mulheres da Caju também conseguiram construir e sustentar agregados resilientes, mas as experiências de Joana e Raquelina combinaram elementos importantes de padrões que se destacaram mais amplamente. A sua lição chave foi que o investimento social era simultaneamente um trunfo e uma componente necessária do investimento material. Ambas as mulheres investiam e dependiam de pessoas, e ambas construíram casas em que as suas famílias se sentiam seguras, valorizadas e apoiadas.

Raquelina era uma mulher 'muito casada' e os seus sete filhos eram o centro do seu agregado. O seu percurso até à Caju começou com um choque na meia idade. Em contraste, Joana mal tinha acabado de casar e o seu agregado girava largamente à volta dos seus irmãos, sobrinha e sobrinhos. Ela era muito jovem quando se dirigiu à Caju e começou a assumir responsabilidades por uma família extensa. Pais, parceiros, filhos, irmãos, sobrinhas ou sobrinhos, experimentaram espancamentos, traição e sofrimento, mas também apoio e solidariedade – não havia nada de mágico no legado partilhado. Coragem, saúde e força combinam-se frequentemente com o favor da sorte quando as coisas resultam realmente bem. Na verdade, o sentido de 'lá vou eu com a Graça de Deus' (ou com sorte), era palpável na empatia das pessoas pelos seus colegas em geral e, em particular, pelos que atravessavam crises.

Joana Tinga Chilaule:

‘... alguém tinha de tomar conta daquelas crianças.’³³

Joana nasceu e cresceu em Morrumbene, Sul do Save, a mais velha dos dez filhos dos seus pais. Casou jovem e ficou grávida do primeiro filho quando o seu pai e o seu marido morreram. Apesar da sua própria vulnerabilidade como jovem grávida e viúva, Joana estava mais preocupada com como seria a sua mãe capaz de se sustentar e tomar conta dos seus nove irmãos. Mesmo na distante Morrumbene, Joana tinha ouvido falar de Tarana. Como viúva, ela não tinha de devolver o lobolo, mas virou-se para Tarana para assegurar a sobrevivência de toda a família. Em 1964, Joana segurou o seu pequeno filho às costas, na capulana, e partiu para pegar a enxada da cidade.

³¹ Um estudo recente sobre a pobreza em Maputo, por Paulo et al, ‘Xiculungo’ Social, 52–71, revelou leituras distintas das correlações sociais da pobreza e da riqueza.

³² TO, Joana Tinga Chilaule, 20 Maio 1993; Raquelina Machava, 21 Maio e 12 Julho 1993; Eugénia Salamandze, 24 Maio 1993.

³³ Os parágrafos seguintes basearam-se no TO de Joana Tinga Chilaule, 10 Maio 1993.

Assim que pôs os pés no chão na Caju, Joana voltou a Morrumbene para ir tratar dos documentos de viagem de todos os seus nove irmãos. A mãe ficou em Morrumbene para trabalhar a terra. Joana mandava dinheiro à mãe e desenvolveu uma estratégia para a família investir em Lourenço Marques e em Morrumbene. Ela certificou-se de que toda a gente que podia trabalhar e contribuir o faria. Como as suas colegas, Joana tratou das crianças, cozinhou e tratou da reprodução do agregado, para isso espalhando os horários escolares e mantendo os filhos mais velhos a tomar conta dos mais novos enquanto ela ia trabalhar. A gestão do trabalho das crianças e da participação do agregado pelas mulheres foi essencial. Se as mulheres conseguiam ter crianças na escola, tendo as mais velhas a frequentar a escola em turnos, significava que haveria sempre alguém em casa para tomar conta dos mais novos – cumpria dois objectivos.³⁴

Muitas narrativas confirmaram que era menos provável que as raparigas fossem mandadas para a escola do que os rapazes, em parte porque as suas famílias contavam com o seu trabalho e em parte porque as suas famílias não conseguiam suportar o custo da sua educação.³⁵ As mulheres de Tarana sabiam que a sua pouca educação escolar limitava as opções que tinham e aspiravam a poder educar os filhos e as filhas, mas muitas não conseguiram manter os filhos e as filhas na escola por muito tempo porque o rendimento do agregado mal chegava para cobrir as despesas de alimentação, água e abrigo. As propinas escolares, roupa e outros bens estavam muitas vezes fora do seu alcance.³⁶ Em criança, Helena Muzimba não tinha escolas na sua área residencial e, por princípio, desejava que as suas filhas e filhos estudassem: 'Embora houvesse escolas em Lourenço Marques, os meus filhos não estudaram. Como haveriam de poder? Era preciso que tivessem fardas e dinheiro para pagar as propinas. Eu também tinha de ter roupa e não tenho marido.'³⁷

Joana rentabilizava consistentemente os seus salários através do xitique e investia as suas poupanças na dispersão de riscos. Alguns membros da sua família trabalhavam machambas periurbanas, outros iam à escola, trabalhavam em casa, ou transferiam dinheiro e mercadorias para Morrumbene, vendiam produtos da horta trazidos das machambas locais e também de Morrumbene. Joana começou por construir uma casa de alvenaria para a família no caniço de Lourenço Marques.

Apesar dos salários baixos, não raro se encontrava mulheres a poupar para repagarem o seu próprio lobolo ou para contribuir para o de um irmão. No caso de Joana, também não foi uma estratégia bem-sucedida. Com as suas poupanças do xitique, ela investiu no lobolo do seu irmão e acabou por lhe pagar para que ele e a família dele regressassem a Morrumbene, onde também lhes construiu uma casa de alvenaria. Apesar do lobolo, a mulher do irmão deixou-o e ao filho dos dois, com dois meses de idade. Ele ficou em Morrumbene e a criança sobreviveu. Nunca mais se ouviu falar da mulher e o lobolo nunca foi devolvido, mas, graças ao curto casamento, Joana tinha mais um membro na sua família.³⁸

Quando conheci Joana, ela apoiava uma dúzia de pessoas e tinha construído duas casas de alvenaria – todas da força dos seus salários na Caju, Joana não tinha alcançado o seu sucesso de gestão e material sem custos. A história dela não foi só somar e seguir. Dois dos seus filhos morreram e um filho esteve preso uns tempos. Ela fez muitas horas extraordinárias e quando esteve em apuros, precisou de comida ou dos últimos tijolos para acabar uma das casas da sua

³⁴ Embora a maior parte das mulheres falasse sobre as suas experiências de meninas e tenhamos falado com várias famílias de mães e filhas, prestei pouca atenção aos pontos de vista das crianças. TO, Marta Elisa J. Honwana, 31 Maio 1993.

³⁵ Beverly Grier 'Child Labor and Africanist Scholarship: A Critical Overview,' ASR, 47, 2 (Set. 2004): 1–25; Grier, *Invisible Hands: Child Labor and the State in Colonial Zimbabwe* (Portsmouth: Heinemann, 2006).

³⁶ TO, Serafina Langa, 3 Jun. 1993; Maria Rosa Xavier Siteo, 28 Maio e 13 Jun. 1993.

³⁷ TO, Helena Muzimba, 19 Maio 1993.

³⁸ TO, Joana Tinga Chilale, 20 Maio 1993; Allison Butler Herrick et al. notaram que algumas mulheres no Sul do Save, em meados dos anos cinquenta, pagavam o lobolo para garantir uma 'mulher própria'. 'Estas eram emprestadas aos seus maridos ou irmãos para procriarem e as suas crianças eram reclamadas por maridos femininos como sendo seus.' *Area Handbook for Mozambique* (Washington: US Government Printing Office, 1969): 78.

família, envolveu-se ocasionalmente em prostituição, e não dava nenhuma importância ao facto. Ela só disse que precisava de dinheiro rápido e a prostituição pagava diariamente e a pronto. Era igualmente modesta e pragmática sobre os rendimentos da sua machamba, era simplesmente mais uma componente das suas estratégias multifacetadas de geração de rendimentos. A sua família, como muitas outras, revelava como se combinavam nas vidas das pessoas as economias do trabalho assalariado, da oferta e informal. Ela parecia não se deixar impressionar nem intimidar pelo que tinha conseguido realizar. Alimentava a sua família 'em Tarana' e rentabilizava e potenciava as receitas como julgava possível e necessário. Era simples, concluiu, '... alguém tinha de tomar conta daquelas crianças.'³⁹ Joana nunca assumiu que alguém tivesse de olhar por ela.

Raquelina Machava:

'As nossas mães sofreram para segurar os seus casamentos.'⁴⁰

Raquelina Machava nasceu em Pande, uma área rural distante no Sul do, Save onde, Raquelina lembrou, 'as pessoas vestiam-se de panos de casca de árvore e não sabiam nada de dinheiro, nem de vacinas',⁴¹ A família de Raquelina mudou-se para Boane, perto de Lourenço Marques, mas manteve o seu respeito pelo ritual do casamento tradicional e a autoridade masculina. Para ela, a dignidade e o valor articulavam um bom casamento e o nascimento de filhos saudáveis. As mulheres, dizia ela, deviam fazer com que os seus casamentos funcionassem: 'As nossas mães sacrificavam-se para manter a integridade dos seus casamentos. Hoje, as mulheres não sabem o quanto vale ter filhos e uma casa. Quem tomará conta de nós, quando formos velhos, se não tivermos filhos?'⁴²

Ao contrário de muitas mulheres da Caju, Raquelina Machava casou com lobolo e teve todos os seus sete filhos com o mesmo marido. Ela e Salvador Cossa tinham prosperado e construído uma casa de alvenaria para o seu grande agregado. Foi então que Raquelina soube que Salvador tinha seduzido a jovem filha da sua irmã. As relações entre maridos adultos e jovens sobrinhas eram uma história recorrente nas narrativas. Nos casos de Raquelina e de Salmina Cuma, o marido seduziu a sobrinha, mas no caso de Felizmenta Namboro, foi a sobrinha que seduziu o marido.⁴³ Em todos os casos, a relação entre um homem casado mais velho e uma sobrinha jovem provocou a dissolução de uma família.

Raquelina ficou horrorizada e humilhada pela sedução. Por tudo aquilo em que acreditava, as mulheres deviam trabalhar arduamente para garantir que os casamentos funcionavam e unir-se perante as adversidades. Basicamente, ela viu o acto do seu marido como incesto e, em termos culturais era incesto. O incesto simplesmente passava dos limites. Perante o assalto à sua dignidade e a potencial ameaça às suas próprias filhas, Raquelina sentiu que não tinha escolha. Divorciou-se de Salvador Cossa dizendo: 'Um dia vais fazer da tua própria filha uma mulher!'⁴⁴

Não só era a lealdade ao casamento importante para Raquelina, o divórcio era difícil mesmo que as mulheres conseguissem provar uma acusação tão grave como o incesto. Se a mulher estivesse em falta ou se tivesse sido ela a sair, ela tinha de repagar o lobolo. Se ela se fosse embora com outro homem, esse homem pagava o seu lobolo ao marido. Se o marido ou a mulher morressem, ninguém tinha de repagar o lobolo. Ela e as suas colegas concordaram em que as mulheres muitas vezes devolviam o lobolo mesmo que conseguissem fazer valer o seu caso para não pagarem, porque a maior parte das mulheres queria manter os antigos maridos fora das suas vidas. Como muitas disseram, queriam ver o caso encerrado.

³⁹ TO, Joana Tinga Chilaule. 20 Maio 1993.

⁴⁰ TO, Raquelina Machava, 21 Maio 1993.

⁴¹ As citações do parágrafo seguinte são do TO, Raquelina Machava, 21 Maio e 12 Jul. 1993.

⁴² TO, Raquelina Machava, 21 Maio e 12 Jul. 1993.

⁴³ TO, Raquelina Machava, 21 Maio e 12 Jul. 1993; Salmina Cuma e Felizmenta Namboro, 19 Jul. 1993.

⁴⁴ TO, Raquelina Machava, 21 Maio 1993.

As negociações a respeito de pagamentos, não-pagamentos ou devolução de pagamentos do lobolo podiam continuar indefinidamente. Lobolo e divórcio compunham a alma dos arquivos da administração colonial que levavam o rótulo 'Milandos', querendo dizer 'problemas complicados', litígios ou imbróglis.⁴⁵ Os homens tentavam reclamar lobolo até por filhas criadas por mulheres com quem nunca tinham casado e que nunca tinham apoiado, ou mulheres que se tinham divorciado deles e devolvido o lobolo anos antes. Toda a gente assentiu com a cabeça e muitas mulheres gritaram o seu repúdio quando Elina Chinavale Mulungo representou uma situação muito familiar. Ela gritou:

'Loku uku inhimba yakule? Aku heee! Ahi Nhimba hanga.' O homem seria questionado assim: 'Esta gravidez é tua então?' 'Não, a gravidez não é minha!' Estas crianças não têm pai, mas nós damos-lhes de comer, vestimo-las e educamo-las. Mas quando a criança crescer, o pai há-de dizer 'Sim, este é meu filho [ou minha filha].' Porque negaste que ela era tua filha, quando era pequena?' Os homens eram assim – eram inúteis para tudo menos para o que se faz entre os lençóis.⁴⁶

Apesar da possibilidade de haver alguma futura contestação a respeito do lobolo das suas filhas, Raquelina decidiu não devolver o lobolo de Salvador Cossa. O lobolo era provavelmente insuficiente para alguém o contestar. Além disso, o seu comportamento causava claramente o fim de um casamento adulto. Ela considerou que ele teria muito poucas bases para qualquer litígio potencial. Raquelina estava determinada a reconstruir a segurança e a prosperidade de que as suas crianças tinham usufruído até ao divórcio. Investiu tudo o que tinha conseguido pôr de lado em melhores condições para ela e a sua família. Tinha começado por seguir uma filha, ao ir trabalhar para a Caju. No fim, várias outras filhas arranjaram emprego na fábrica, algumas em boas posições. Raquelina acabou por ser promovida até ao nível de supervisora, pelo que toda a família ganhava acima da média. Ela encorajou então os membros da sua família a aplicarem os seus ganhos em várias estratégias.

Raquelina e as filhas trabalhavam aos fins de semana quatro machambas em Boane, nos arredores de Lourenço Marques. Tal como a família de Joana, elas mantinham vários esquemas simultâneos de geração de rendimentos e usavam em conjunto os recursos individuais. As poupanças dos salários eram a base, mas a comercialização dos hortícolas e as poupanças em comida potenciavam os salários. Elas começaram por construir uma casa de caniço e depois cobriram-na com chapas de zinco. Finalmente, construíram uma casa de alvenaria com água corrente. Tal como todos os outros que construíram casas de alvenaria ou chapas de zinco, a obra fazia-se a uma chapa ou um bloco de cada vez, ao longo de muito tempo.⁴⁷

Enquanto algumas mulheres pareciam nunca progredir e se chegavam mesmo a perguntar, em absoluto, por que razão trabalhavam, outras mulheres sustentavam-se a si próprias e a muitas outras pessoas com o fruto do seu trabalho em Tarana. Apesar das suas grandes dificuldades, Joana e Raquelina eram mulheres resilientes, formidáveis. Em ambos os casos, os familiares, principalmente as mulheres, cooperavam para realizar as tarefas necessárias em toda a linha. Partilhavam o cuidado das crianças, a apanha e a preparação da lenha, comida e água, faziam a gestão de riscos dos xitiques baseados nos salários da Caju, e mantinham uma série de biscates a correr. A rentabilização, a cooperação e a resiliência perante golpes atrás de golpes, era tudo característico das vidas bem-sucedidas vividas à volta da subsistência na Caju. Apesar das vidas inteiras de trabalho árduo, nem todas as trabalhadoras conseguiam equilibrar as relações familiares, os biscates e muitas outras coisas. Por vezes, resumia-se tudo a má sorte.

⁴⁵ Milando como definido em Lopes et al, *Moçambicanismos*, 105; Tenente Simões Alberto, 'Ethnografia Moçambicana,' *Império*, 5 / 6 (Set. Out. 1951): 30; ACLM R Cx II, série de ficheiros B/11 a partir de fins dos anos 1940, inclui queixas sobre relações e danos materiais.

⁴⁶ TO, Elina Chivavale Mulungo, 4 Jun. 1993.

⁴⁷ David Morton escreve sobre a construção em Maputo. Morton, 'Chamanculo in Reeds, Wood, Zinc & Concrete,' *Slum Lab – Made in Africa, Sustainable Living Urban Model*, 9 (2014): 43–46.

Pobreza, humilhação e isolamento

A ansiedade da pobreza perde-se muitas vezes em pessoas que não viveram com o seu peso nem conheceram os seus salários. Elina Chiavale Mulungu era uma das mulheres mais pobres de Tarana: 'A pobreza é tão inquietante! Por vezes aperta-se-me o coração de medo que o meu irmão me venha visitar. Não terei nem chá para lhe oferecer. Vivo atormentada pela ideia de poder ter visitas e de não ter nada para lhes oferecer.'⁴⁸ Ela mal se conseguia alimentar a si própria, mas a humilhação de não ter condições para receber visitas com a dignidade merecida era mais dolorosa do que a sua própria fome.⁴⁹ No mínimo, uma recepção condigna exigia um chá e, para as famílias mais pobres, até o chá era um luxo.

O isolamento era simultaneamente uma característica e uma estratégia das mulheres desfavorecidas. Algumas mulheres procuravam o isolamento e algumas sentiam-se isoladas quando na verdade não estavam sozinhas. Dados os percursos que muitas mulheres seguiram até Tarana, elas tinham consciência das relações com as pessoas que as podiam rejeitar, deixá-las, bater-lhes ou roubar-lhes o pouco que tinham conseguido ganhar. A maior parte das mulheres confirmou e protegeu a sua autonomia, mas muitas das mulheres mais pobres tinham medo de depender de fosse quem fosse. Todas as relações, incluindo entre a geralmente mais segura família matrifocal (*matrikin*), eram potencialmente complicadas. Os membros da família conseguiam afirmar reivindicações ou oferecer ajuda.⁵⁰ Como vimos, as mulheres viveram algumas das traições mais devastadoras às mãos de filhos ou irmãos seus.

Cacilda Fumo, Celeste Guambe, Ofélia Manana Mbebe e Amélia Chiconela eram das mulheres mais pobres de qualquer das coortes. Todas se sentiam isoladas, desesperadas até. Cacilda Fumo e Celeste Guambe procuravam mesmo o isolamento. Cacilda foi uma das poucas mulheres da Caju que nunca tiveram filhos. Ela costumava viver com um sobrinho, mas preferia viver sozinha, explicando: 'Eu não queria ter os problemas dele.'⁵¹ Celeste Guambe teve um filho, mas quando esse filho morreu zangou-se com o marido e partiu. Ela devolveu o lobolo porque queria 'acabar' com aquele casamento e voltar a estar por sua própria conta. Celeste afirmou: 'não tenho amigos, homens ou mulheres; não quero amigos porque não quero problemas.' Durante anos, ela tinha vivido do seu trabalho na secção de descasque e melhorava os seus descontados salários pela fabricação de bebidas. Podia contar com o sobrinho, de quem era *haháni*, se precisasse, mas a experiência que Cacilda e Celeste tinham de relações só lhes tinham trazido problemas – problemas que elas temiam. Ambas iam andando, embora com dificuldade.⁵²

Contrastando com o isolamento real em que viviam Cacilda e Celeste, Ofélia Manana Mbebe sentia-se completamente só, apesar de ser o pilar de uma família de mais de doze pessoas. Ela vivia as relações como se fossem fardos. Ofélia começou a trabalhar na Caju antes de os seus filhos nascerem, mas no fim lamentou-se: 'trabalhei tanto, mas não sei dizer porque trabalhei. Penso que trabalhei para alimentar os meus filhos, mas os meus filhos ainda não têm casa própria e agora estão a ter os filhos deles e eu continuo a trabalhar para os alimentar. Mal consigo dar de comer a todas estas crianças, por isso estou sempre triste. Estou sempre preocupada e aguento tudo isto sozinha. Trabalho, mas não sei porque estou a trabalhar.'⁵³ A pressão de Ofélia não era o tipo de pressão conjuntural experimentada pelas mães jovens, exaustas pelo esforço de enfrentar os desafios particulares de bebés de peito e filhos pequenos. Ao contrário de Joana e Raquelina, Ofélia não tinha conseguido potenciar a sua contribuição com esforços mais amplos de outros membros do agregado familiar. Ela continuou a ser apenas uma ganha-pão numa família que crescia. A pobreza dela era crónica e corrosiva e estava a fazer estragos.

⁴⁸ TO, Elina Chivavale Mulungu, 4 Jun. 1993.

⁴⁹ TO, Leia Nhavene, 17 Maio 1993.

⁵⁰ Loforte, Poder e Género, *passim*.

⁵¹ TO, Cacilda Fumo, 21 Maio 1993.

⁵² TO, Celeste Guambe, 17 Maio 1993.

⁵³ TO, Ofélia Manana Mbebe, 4 Jun. 1993.

Reflectindo sobre as décadas que passou na Caju, Amélia Chiconela também se preocupava por os seus esforços não terem servido para nada – tudo tinha sido muito difícil para ela e as suas perdas tinham sido muito dolorosas. Este livro começou com a ida atrapalhada de Amélia para Lourenço Marques. Ela não sabia o que era dinheiro e acabou 'por se habituar a isto.' Passou a maior parte de um dia no escritório de Malalanyana porque não sabia como se registar e tinha medo de perguntar. Disse-nos que sete dos seus dez filhos morreram. O impacto acumulado era muito difícil de gerir: 'Penso que nunca hei-de ter paz nesta vida. Sou muito pobre. Só quero descansar!'⁵⁴ Cacilda, Celeste, Ofélia e Amélia sentiam os seus filhos e famílias como fardos e decepções.

A maior parte das mulheres tinha orgulho na sua resistência e via o seu trabalho e família como âncoras de significado e preocupação. Algumas mulheres consideravam as suas colegas de Tarana como a sua família e sabiam que podiam contar com elas. Dado o que custou às mulheres chegar a Tarana, em primeiro lugar, a autoconfiança parecia ser uma característica central. Catarina Tafula colocou bem a questão: 'De certa maneira a fábrica ajudou-me. Criei os meus filhos com dinheiro ganho na Caju, mas ganhei esse dinheiro com as minhas próprias mãos.'⁵⁵ As mulheres desse grupo de trabalhadoras também trabalhavam fora da fábrica para apoiar as suas famílias nas horas de que dispunham antes e depois do trabalho na fábrica. Elas tinham de viver as suas vidas à volta da sua subsistência na Caju. Ao fazê-lo, davam forma à cidade e a cidade a elas.

Buscando perspectivas de género através das cantigas

O livro abriu com a observação de que as mulheres do sul de Moçambique têm o hábito de cantar coisas que não dizem. Por meio de cantigas ou de viva voz, as mulheres retratam o que fazem em termos da sua condição de mulheres e da responsabilidade pelos seus filhos. As cantigas fornecem uma perspectiva sobre aquilo a que as mulheres dão valor e de como atribuem sentido às suas experiências. Todas as cantigas pedras-de-toque deste trabalho foram registadas por Alpheus Manghezi. Mais que qualquer outro estudioso, Manghezi focou as cantigas do sul de Moçambique.⁵⁶ Manghezi, um sul africano cuja língua materna é o changana, foi um dos quadros pesquisadores que registaram testemunhos e cantigas a seguir à independência de Moçambique. Após meses de estar a gravar entre homens e mulheres em finais dos anos 70 e início de 80, ele apercebeu-se de que os seus próprios pressupostos patriarcais o impediam de ver alguns aspectos de agência das mulheres e começou a ouvir mais criticamente.

Oselina Marindzi cantava as questões que vão na cabeça de todas as mulheres quando considerou ir para Tarana: 'Por onde devo ir? Como posso lá chegar? Oh pobre de mim.'⁵⁷ Filomena Mathayi cantou muitas experiências de pressão das mulheres para ficarem estoicamente num lugar ermo e vazio, à espera de um homem que não haveria de voltar. O estoicismo era um tema padrão nas cantigas de lamento, nas cantigas de trabalho individuais e em grupo. Nas cantigas de qualquer das mulheres, não havia muito que sugerisse que elas questionavam os seus velhos.⁵⁸

A nossa terceira cantiga é '*Magostinho nuna wamina, mamani!*' ou 'Agostinho meu marido..., oh mãe!' O lamento começou por ser cantado pela mulher de Agostinho. Diz-nos que ele partiu para ir trabalhar no contrato, na África do Sul, mas não voltou para casa, para ela e os filhos. Agostinho regressou a Moçambique, mas envolveu-se com uma mulher ronga em Lourenço

⁵⁴ TO, Amélia Chiconela, 17 Maio 1993.

⁵⁵ TO, Catarina Tafula, 9 Jun. 1993.

⁵⁶ Os parágrafos seguintes baseiam-se no Trabalho Forçado de Manghezi e nas conversas que tive com ele em 28 de Novembro de 2004, no Bairro Residencial Universitário de Maputo. Agradeço a Alpheus Manghezi a permissão de incluir a história não publicada por trás desta cantiga.

⁵⁷ Oselina Marindzi in Manghezi, 'A Mulher e o Trabalho,' 49.

⁵⁸ 'On a Flat Bare Place' registado por Alpheus Manghezi, foi publicado em First, et al. Black Gold, 163.

Marques e ficou na cidade a viver com ela. A mulher de Agostinho acabou por ouvir dizer que a mulher ronga era bonita e tinha 'ancas redondas como abóboras.' Em todo o lado, a beleza é uma forma de poder e as mulheres sabiam bem dos seus próprios poderes e dos das outras pessoas. O poder desta mulher ronga convenceu-a de que Agostinho nunca mais haveria de voltar. Ela considerou-se abandonada e sabia que os seus filhos iam sofrer. O lamento dela, 'oh mãe,' era o equivalente ao 'Oh! ai de mim!' de Oselina Marindzi.

Manghezi ouviu a cantiga várias vezes. Foi então que ouviu o que inicialmente tinha pensado ser uma cantiga diferente. Percebeu que era a mesma cantiga, mas que a pessoa que a cantava, Mindawu Bila, tinha transformado o lamento numa espécie de lição. A versão de Bila de '*Magostinho, nuna wa mina mamani*' era significativamente menos lastimosa do que a original. Bila, nascido por volta de 1910, cantava esta cantiga em changana, com um grupo de mulheres não identificadas que lhe faziam o coro. Ao contrário do original, a versão de Bila não era autobiográfica nem real. Bila mudou a letra original e imaginou uma forma alternativa ao lamento.⁵⁹

O que se segue é uma tradução para português da versão de Mindawu Bila de '*Magostinho nuna wa mina, mamani!*'⁶⁰

‘Agostinho, Meu Marido’

Regente [R] & Coro [C]

- R: Ah, Agostinho meu marido, oh, mãe!
 C: Sim, vamos para casa
 R: A criança está a chorar pelo pai, oh, mãe!
 C: Sim, meu marido
 R: Não encontro o teu pai, oh, mãe!
 C: Sim, vamos para casa.
 R: Eles não demoram na África do Sul, demoram em Lourenço Marques onde há uma mulher ronga!
 C: Sim, meu marido
 R: Que tem umas ancas redondas como abóboras, oh, mãe!
 C: Sim, meu marido
 R: Que esbanja o dinheiro do meu marido
 C: Sim, vamos para casa
 R: Eu faço a cama, mas é o lagarto que nela se deita, oh, mãe!
 C: Sim, meu marido.
 R: Eu torro amendoim, mas é comido pelos ratos, oh, mãe!
 C: Sim, meu marido.
 R: Eu faço bebida, mas fica insípida, oh, mãe!
 C: Sim, vamos para casa
 R: Eu estendo a esteira no chão, mas esta é comida pelas térmitas, oh, mãe!
 C: Sim, meu marido
 R: O que é que eu posso fazer meu marido? oh, mãe!
 C: Sim, vamos para casa
 R: Oliveira [companhia de transportes] ajude-me por favor.
 C: Sim, meu marido
 R: Vou apanhar o machimbombo [para] ir para Lourenço Marques, oh, mãe!
 C: Sim, vamos para casa
 R: E quando a mulher chega a Lourenço Marques, oh, mãe!
 C: Sim, meu marido
 R: Ele diz: ‘donde é que vens?’

⁵⁹ Manghezi, Trabalho Forçado, 56–60.

⁶⁰ O original em changana, com uma tradução em língua portuguesa está incluído em Manghezi, Trabalho Forçado, 56–60.

- C: ‘O que é que queres?’
 R: Sim, vamos para casa
 C: Sim, meu marido
 R: Ela diz: ‘As crianças estão doentes, meu marido’
 C: Sim, meu marido
- R: Não tenho dinheiro, meu marido.
 C: Sim, vamos para casa
 R: Ele diz: ‘Já começaste (com os teus problemas!)’
 C: Sim, meu marido
 R: ‘Começaste agora’
 C: Sim, vamos para casa
 R: Ela diz: ‘Pais, estás a recusar vir comigo?’
 C: Sim, vamos para casa.
 R: ‘Eu vou-me queixar [aos Negócios Indígenas]’
 C: Sim, meu marido
 R: ‘Porque não queres ir para casa?’
 C: Sim, vamos para casa
 R: Eles [os vizinhos] dizem: ‘Hei! Ela vai apresentar queixa!’
 C: Sim, meu marido
 R: Ele diz: ‘Por favor, tem paciência; eu compreendi, minha querida mulher.’
 C: Sim, vamos para casa
- R. Ele diz: ‘Podemos ir amanhã.’
 C: Sim, meu marido
 R. Ele diz, ‘Vamos partir amanhã.’
 C: Sim, vamos para casa
 R: Mas eu tenho de regressar [para a cidade].
 C: Sim, meu marido
 R: Quando chegam a casa
 C: Sim, meu marido
 R: Encontraram uma situação de grande pobreza
 C: Sim, vamos para casa
- R: Ele diz à sua mulher: ‘Vamos partir’
 C: Sim, meu marido
 R: Voltam para a terra dos brancos [Xilunguíne –Lourenço Marques]
 C: Sim, vamos para casa
 R: Ele descobre que já não gosta daquela que tinha ancas como abóboras.
 C: Sim, meu marido
 R: Ele diz: ‘Vai-te embora: fizeste-me sofrer!’
 C: Sim, vamos para casa.
 R: ‘Tu esbanjaste o meu dinheiro e fizeste-me abandonar a minha mulher.’
 C: Sim, meu marido.

A versão de Mindawu Bila sublinhava as tensões familiares entre as mulheres da cidade e as imigrantes, e criava espaços entre velhas e novas expectativas e práticas para as mulheres garantirem os seus objectivos. Tipicamente, começava por abordar o bem-estar das crianças e a importância do pai e dos seus recursos para a sua protecção. Depois, documentava a adesão às expectativas que a comunidade tinha sobre o comportamento da mulher adulta, como esposa diligente e boa dona de casa: esperar pacientemente pelo marido, ficar com as crianças mesmo que elas estivessem doentes e ela fosse pobre; fazer bem a cama do seu marido; torrar o amendoim para alimentar convenientemente a família e espalhar a esteira limpa sobre um chão bem varrido.⁶¹ O zeloso marido paralelo da narrativa exigia que Agostinho apoiasse e protegesse

⁶¹ Existem muitos paralelismos com a análise antropológica de Deborah James das letras das cantigas das danças Kiba, entre as mulheres Sotho, em finais do século XX, *Songs of the Women Migrants: Performance and*

a família, mas ele tinha deixado a sua mulher sem dinheiro e os seus filhos doentes, passando mal sem comida. Agostinho gastou com outra mulher o dinheiro que devia ser da sua mulher e dos seus filhos. A narrativa aprofundava assim as queixas sobre as expectativas culturais de como uma mulher dedicada devia interpelar um marido faltoso.

Bila justapôs algumas imagens de arquivo de mulheres moçambicanas com novas imagens. A mulher de Bila tira vantagem da expansão da rede de transportes rurais, o sistema de carreiras dos Oliveiras, que costumava transportar apenas homens para as cidades e as minas, agora transportava muitas mulheres para as cidades e para Tarana. Ela deixou a sua aldeia de autocarro e chegou à estranha cidade capital, da mesma maneira que muitas das mulheres de Tarana. Na narrativa de Bila, Lourenço Marques não era só Xilunguine, o lugar dos brancos, era também o lugar de mulheres ronga que eram poderosas por serem naturais da cidade, e ainda mais poderosas se eram bonitas. A sua cantiga abre-se para a cidade negra.

A imagem da mulher zelosa de Bila foi imediatamente posta em causa pela resposta de Agostinho, que ela estava sempre a reclamar e a repreender, portanto o tipo de mulher que um marido podia ignorar adequadamente. Bila girava com a imagem de uma mulher inteligente, uma mulher que um homem ignorava a seu próprio risco. A mulher inteligente de Bila haveria de procurar todos os meios necessários para fazer com que o seu marido cumprisse as suas obrigações para com a sua parceria conjugal. Ela concedeu-lhe um aviso aceitável, de que estava a lidar com determinação: 'Pai, estás a recusar-te a vir comigo?' Quando ele ignorou o aviso, ela entrou directamente na boca do crocodilo e ameaçou-o de apresentar queixa por abandono na Secretaria dos Negócios Indígenas do município. Ela enfrentava assim um problema antigo com um novo recurso. A partir dos anos 1940, as mulheres dirigiam à Secretaria dos Negócios Indígenas cada vez mais queixas por falta de apoio marital, abandono e tratamento desigual, na verdade usando um patriarcado contra outro.⁶² Na versão de Bila, essa ameaça funcionou. Os vizinhos rongas de Agostinho ficaram tão surpreendidos pela audácia dela que decidiram repensar a atitude em relação à sua corajosa mulher.

Embora seja tentador assumir que a versão de Bila pegou nas reformas legais pró-mulher e estendeu essa atitude retrospectivamente ao tempo colonial, provavelmente não foi esse o caso. A administração portuguesa em Lourenço Marques desenvolveu uma reputação de apoio às mulheres casadas nos casos de desacordo familiar, incluindo a falta de apoio, a custódia das crianças menores e a deserdação das viúvas. A estratégia de *Malalanyana* era manter as mulheres casadas apoiadas em casa e as mulheres sozinhas ou divorciadas fora da cidade. Os homens mais velhos queixavam-se de que as mulheres 'descontentes' podiam procurar recurso tanto na Secretaria dos Negócios Indígenas como nas fábricas de caju – subvertendo a autoridade dos homens mais velhos em qualquer das situações.⁶³ Independentemente dos direitos das mulheres na lei e nos costumes, os homens retinham frequentemente controle sobre as mulheres nos seus agregados familiares por recurso a violência.⁶⁴ Mesmo uma queixa bem-sucedida através da

Identity in South Africa (Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999). Ver também a análise de Deborah Gaitskell sobre James, na *Journal of Religion in Africa*, 32, 2 (Maio 2002): 256–61.

⁶² As pastas da ACLM contêm centenas de queixas de homens tentando recuperar as mulheres e de mulheres reclamando apoio dos maridos para os filhos. A minha vasta amostra destes ficheiros revelou que as mulheres e os homens teriam muita probabilidade de sucesso se as suas queixas fossem contra um cônjuge por via da lei civil ou costumeira, enquanto as pessoas que apresentavam queixas em relações de amancebamento raramente prevaleciam, excepto em casos de violência doméstica ou roubo. PAM à ACLM, 12 Set. 1947, 93/B/5, ACLM R Cx GG, ACLM / AHM; Ana Daili contra Agostinho Dias, RCNI à ACLM 29 Jan. 1947, 273/M/1, ACLM R Cx X, ACLM / AHM.

⁶³ Binford, 'Stalemate,' 108–109.

⁶⁴ A corroboração de testemunhos de mulheres a respeito de violência doméstica é extensa: as memórias de Ungulani ba ka Khosa de mulheres espancadas na Mafalala, Chamanculo e Xipamanine em Nelson Saúte, Moçambique: A Oitava Côr do Arco-íris (Madrid: Agência Española de Cooperación Internacional (1998): 242–3; WLSA em colaboração, Mozambique, 'Research on Violence against Women' Outras Vozes: Suplemento do Boletim. No. 8 (Agosto 2004): 8–11; WLSA 'Some Reflections on the Working of the

administração colonial corria o risco de 'pancada de graça' – violência gratuita, por parte de um marido zangado ou de um polícia mal-humorado. Desafiar a autoridade masculina comportava sempre riscos.

Na versão de Bila, a mulher rural legal abandonada triunfou, mas a cantiga também revela os dilemas do que eram efectivamente extensos agregados polígamos. Na cantiga de Bila, tanto o marido como a mulher culpavam a mulher ronga por toda a situação. Agostinho não era responsável pelo seu comportamento devasso e pela falta de apoio: 'Tu [mulher ronga] esbanjaste o meu dinheiro e fizeste-me abandonar a minha mulher.' A cantiga termina depois de resolvida a ruptura conjugal, criando uma ruptura no amancebamento. Agostinho diz à mulher ronga para 'Sair!'. Ao contrário da mulher legal de Agostinho, a mulher ronga que vivia amancebada teria poucas hipóteses na Secretaria dos Negócios Indígenas. No entanto, se a casa fosse realmente sua, a Secretaria dos Negócios Indígenas ficaria do lado dela. Esta cantiga changana não procura o destino da mulher ronga, mas parece que a queixa de uma mulher custa a casa a outra mulher. Isso estaria de acordo com muitas das narrativas, e era dos principais motivadores da aspiração das mulheres a terem a sua própria casa.

Percina Mungumbe falou directamente sobre a situação da mulher ronga ao dizer 'um homem pode mandar-te embora numa noite qualquer – e aí o que vais fazer? Se uma mulher não tiver um trabalho assalariado fica dependente do homem.'⁶⁵ Mungumbe enviuvou duas vezes. Ela construiu a sua própria casa e vivia com a sua filha. Ela e outros preferiam controlar os seus rendimentos e os tectos sobre as suas cabeças para que os homens não pudessem exercer reivindicações sobre elas, os seus filhos ou as suas casas.⁶⁶

A cantiga explorava as formas como as mulheres geriam as reivindicações dos seus interesses em campos que lhes eram familiares e outros novos. As leis coloniais e linhageiras, e quem garantia o seu cumprimento, davam preferência à mulher legítima (normalmente rural) sobre a parceira amancebada. No entanto, apesar das vantagens de lei que tinha a mulher legítima, era mais provável que as mulheres rurais do Sul do Save vivessem sem homens nas suas casas do que as mulheres em Lourenço Marques. Embora homens e mulheres jogassem com os poderes e as imagens de várias arenas uns contra os outros, no final da era colonial os transportes públicos, o sistema legal colonial e, acima de tudo, o aumento das oportunidades de emprego assalariado e de trabalho informal no pequeno comércio acessíveis às mulheres, tanto a nível rural como urbano, combinavam-se para mudar a paisagem do poder algo a favor das mulheres. Seguindo a análise de Aili Mari Tripp, tanto as relações como as regras estavam a mudar.⁶⁷ Algumas mulheres já não iam em lamentações – elas faziam o seu próprio caminho.

As mulheres que vieram fazer as suas vidas e tratar da sua subsistência na fábrica do Chamanculo, chegaram com os seus espíritos, identidades, personalidades e percepções individuais. Elas faziam as suas escolhas no âmbito do que entendiam ser possível, apesar de difícil. As pessoas não fazem escolhas impossivelmente difíceis de ânimo leve. Era frequente as mulheres sentirem-se intimidadas pelas pessoas e as novas práticas dos postos das missões, mercados urbanos, fábricas, sistemas de transportes, serviços dos Negócios Indígenas e pelas cantinas, e tudo isso podia interferir nas suas vidas de formas incómodas. Muitas mulheres aprenderam a movimentar-se nas possibilidades criadas pelas mudanças de época e a resolver alguns dos problemas que enfrentavam no dia-a-dia das suas vidas. Elas desenvolveram uma capacidade de esquecer o sofrimento, de resolver os seus problemas, de aliviar a sua pobreza e de criar os seus filhos. Da maneira destacada por Frederick Cooper:

Assistance Centres for Victims of Domestic Violence, 2000–2003,' *Outras Vozes: Suplemento do Boletim*. No. 8 (Agosto 2004): 1–7; Ribeiro, *África no Feminino*, 81ff.

⁶⁵ TO, Percina Mungumbe, 10 Jun. 1993.

⁶⁶ TO, Amélia Manhiquete, 26 Maio e 13 Jul.; Matilde Mussongue Chiduzza, Ofélia Manana Mbebe, 4 Jun. 1993; Elina Chivavale Mulungu, 4 Jun. 1993; Percina Mungumbe, 10 Jun. 1993.

⁶⁷ Tripp, 'Changing the Rules.'

... as pessoas comuns tentavam viver as suas vidas: usar recursos que eram novos e outros que eram velhos, lutar contra a opressão do novo usando o velho e contra a opressão do velho usando o novo. O que elas estavam a produzir não se encaixava numa modernidade pré empacotada nem constituía 'tradição' ou 'comunidade'. As pessoas talhavam e voltavam a talhar formas de relacionamento e associação.⁶⁸

Nesse sentido, a fábrica de caju em Lourenço Marques abria novas veredas para as mulheres do sul de Moçambique. Elas ouviam falar de Tarana quer vivessem na Catembe, do outro lado da baía da cidade, ou em Pande, no interior profundo do sul de Moçambique – a palavra espalhava-se. As mulheres sabiam que as suas qualificações – serem fortes, pacientes e desvencilhadas – eram inadequadas para muitos dos empregos urbanos que requeriam conhecimento da língua portuguesa, saber ler, escrever e contar. Os conhecimentos de cálculo e comunicação que lhes serviam nas suas vidas rurais não eram necessariamente equivalentes aos de que elas precisariam na cidade.

O estado colonial e os homens e mulheres mais velhos resistiam ao movimento de mulheres jovens e crianças para as áreas urbanas. Helen Bradford lembra-nos que '... muitas vidas masculinas se baseavam na exclusão das mulheres da maior parte da propriedade e direitos políticos, [e] no acesso ao trabalho não-remunerado, produtivo e reprodutivo, das mulheres.⁶⁹ Os interesses dos homens e mulheres mais velhos que dependiam do trabalho não-pago de mulheres mais jovens ficavam ameaçados se elas conseguissem ir trabalhar para Tarana. As cantigas dos homens rongas nos anos 1960 queixavam-se da 'falta de respeito das mulheres pelos seus superiores de sexo masculino e do seu recurso irresponsável... a emprego nas fábricas de caju.⁷⁰ Os homens do Sul do Save queixavam-se de que, 'por qualquer criticazinha de nada', as mulheres respondiam indo embora para arranjar emprego e divorciavam-se dos maridos.⁷¹ À medida que a autoridade linhageira sobre os recursos diminuía, algumas mulheres eram mesmo levadas a afastar-se das famílias linhageiras. As mulheres, que em épocas anteriores eram 'recuperadas de volta' às suas casas pelos seus homens, eram agora deixadas ir tratar de si, por sua conta, na cidade.⁷² Como ouvimos dizer, poucas mulheres se levantaram e saíram antes de serem pressionadas a ponto de se convencerem a dar o salto.

O espaço entre a expressão da queixa e um acto para tratar a sua causa profunda pode ser grande, e nem toda a gente tem o espírito, a saúde ou a sorte de lhe passar por cima. Algumas mulheres encontraram a coragem para partir para Tarana, enquanto muitas outras não conseguiram. Ouvimos as que tiveram a coragem de deixar uma situação insustentável e sobreviveram a Tarana. As mulheres foram talhadas pelo limiar de sofrimento que as propulsionou ao longo de percursos desconhecidos e assustadores até Tarana, da mesma maneira que a sua experiência de trabalho quando chegaram a Tarana.

As mulheres que fizeram parte da primeira coorte de Tarana e que trabalharam nas gerações que se seguiram, criaram cumulativamente narrativas individuais do trabalho na fábrica, da vida na fábrica e da evolução das suas identidades como descascadeiras de caju. A 'mulher industrial' não estava prevista no roteiro laboral colonial, mas também não surgiu como uma figura essencial, com uma narrativa uniforme.⁷³ Havia diferenças importantes entre mulheres que trabalhavam como *tinumerini*, a pesar, a contar e a expedir castanha de caju empacotada, e as mulheres que trabalhavam na *djamangwana*, a despelicular as castanhas quebradas pelo calor, no

⁶⁸ Frederick Cooper, *Africa since 1940: The Past of the Present* (Nova Iorque: Cambridge University Press, 2002): 118.

⁶⁹ Bradford, 'Women, Gender,' 351–2, 356, 369.

⁷⁰ Binford, 'Stalemate,' 109, 117–18; Sheldon, *Pounders of Beans*, Cap. 2, esp. 57.

⁷¹ Jul. 1975, homem não identificado na Chobela, sul de Moçambique, citado por Young, 'Women in Transition,' 14.

⁷² Shula Marks, 'Patriotism, Patriarchy,' 227.

⁷³ Frederick Cooper, 'Back to Work: Categories, Boundaries and Connections in the Study of Labour,' in Peter Alexander e Rick Halpern, Eds. *Racializing Class, Classifying Race: Labour and Difference in Britain, the USA and Africa* (Nova Iorque: St. Martin's Press, 2000): 217.

meio da poeira e do barulho ensurdecedor da caldeira da fábrica. Poucas coisas da fábrica se pareciam com a experiência da origem rural das mulheres, mas apesar disso elas foram buscar a linguagem e as imagens rurais familiares ao talhar novas narrativas para reclamar a apropriação de espaços, relações e trabalho que tinham na cidade.

Riqueza, estatuto, maturidade, capacidade, personalidade e outros factores moldaram as escolhas e as possibilidades entre as mulheres. Quanto mais sabemos da história das mulheres e onde a podemos procurar, mais apreciamos as texturas e as fracturas das estratégias, solidariedades e concorrência das mulheres. Heidi Gengenbach sugere que procuremos o passado das mulheres nas cicatrizes dos seus corpos, nos cacos da olaria, nos contos e nos nomes.⁷⁴ Elinami Veraeli Swai sugeriu que as mulheres falavam através da roupa, explicitamente as suas capulanas.⁷⁵ A cantiga de Mindawu Bila é particularmente instrutiva a respeito do fazer, desfazer e refazer dos agregados e também sublinha o ponto de Cooper sobre as estratégias ecléticas de pessoas comuns para procurarem alcançar os seus interesses pela afirmação do velho e apreendendo o novo.

Os povos da África Austral expressam as suas experiências e aspirações de formas complexas e culturalmente codificadas. Os esforços para ler a poesia e as cantigas de louvor da África Austral são um desafio e bastante promissores.⁷⁶ As cantigas personificam perspectivas de género contrastantes.⁷⁷ Homens e mulheres a fazer trabalho forçado durante o colonialismo contestavam a brutalidade e a indignidade do seu trabalho por meio de cantigas. As cantigas que as mulheres entoavam quando estavam a pilar, as da possessão dos espíritos e as cantigas da machamba, contestavam frequentemente as tensões em torno do seu trabalho e da sua posição nas suas famílias. Os homens cantavam acerca da infidelidade das suas mulheres e o seu sentido de falta de confiança nas mulheres em geral.⁷⁸

Os mineiros manifestavam nas cantigas a preocupação de que as suas mulheres, que garantiam a sua propriedade e estatuto em casa, pudessem ter outros homens durante as suas longas ausências. As cantigas dos homens procediam frequentemente à conflagração de desrespeito pelas mulheres que resistiam e um elogio floreado às mulheres que mantinham zelosamente os investimentos da família, com insultos e ameaças de divórcio às mulheres que não o faziam. As cantigas das mulheres tendiam mais ao lamento do que à ameaça e as cantigas dos homens tendiam mais a punir e intimidar. As cantigas das mulheres incluíam refrões tipo 'ai de mim' ou 'oh mãe!' O refrão da popular cantiga dos homens sobre a noiva chamada Celina era: 'mas no fim, ela é uma vadia... Oh Celina!' De acordo com a cantiga '*Wawuya Celina*,' Celina tinha casado com grandes custos para o seu marido, mas no fim foi mandada fazer as malas e devolvida em desgraça à família, porque tinha recebido outros homens durante a ausência do marido.⁷⁹ Os homens da Catembe cantavam cantigas semelhantes sobre 'vadias' que tinham abandonado os

⁷⁴ Gengenbach, 'Where Women Make History.'

⁷⁵ Swai, *Beyond Women's Empowerment*, Cap. 3.

⁷⁶ Vail e White, *Capitalism and Colonialism*; Vail e White, *Power and the Praise Poem*; Manghezi, 'Entrevistas,' 45–56.

⁷⁷ Patrick Harries, Alpheus Manghezi, Allen F. Isaacman e eu, desenvolvemos textos de cantigas no nosso trabalho em Moçambique: Manghezi, Macassane, *Trabalho Forçado e 'Entrevistas'*; Isaacman, *Cotton is the Mother*; Harries, 'A Forgotten Corner of the Transvaal,' 93–134; Penvenne e Siteo, 'Power, Poets and the People'; David Coplan, Elizabeth Gunner, Isabel Hofmeyr e Deborah James realizaram um trabalho extenso com o género, a cantiga e a representação na África Austral: David Coplan, *In Township Tonight!: South Africa's Black City Music and Theatre* (Londres: Longman, 1985); Coplan, *Songs of the Adventurers* [Registo vídeo produzido e realizado por Gei Zantzinger] (Devault, PA: Constant Springs Productions, 1987); James, *Songs of Women Migrants*; Elizabeth Gunner, 'Songs of Innocence and Experience: Women as Composers and Performers of Izibongo, Zulu Praise Poetry,' *Research in African Literatures*, X (1979):239–67; Isabel Hofmeyr, 'We Spend Our Years as a Tale that is Told': *Oral Historical Narrative in a South African Chiefdom* (Portsmouth: Heinemann, 1993).

⁷⁸ Estêvão J. Filimão, 'Imagem da Mulher nas Cantigas da Música Urbana na Beira (1975–1989): Contribuição ao Estudo das Literaturas Marginais,' in Santana Afonso, coord. *Mulher em Moçambique*, 125–45.

⁷⁹ Esta citação e parágrafo basearam-se em '*Wawuya Celina*,' cantada por Magomane Pequenino, Maputo, 15 Jul. 1977.

seus casamentos por empregos nas fábricas de caju!⁸⁰ As cantigas populares dos homens na Beira, a segunda maior cidade de Moçambique, passavam as mesmas imagens masculinas sobre as mulheres africanas urbanas. As cantigas afirmavam que as mulheres tinham esquemas e manipulavam os homens cruelmente pelo seu dinheiro, mas revelavam que os homens tratavam as mulheres como meros objectos de prazer ou propriedade linhageira. As cantigas dos homens também idealizavam as mulheres como mulheres, mães e guardiãs de um lar pacífico e de uma família próspera.⁸¹

Os cânticos da possessão dos espíritos femininos podiam ser de confrontação porque era o espírito que falava, não a mulher. Quando possuídas, as mulheres tomavam os homens das suas famílias e aldeias por responsáveis pela sua infertilidade, traição, assédio, incesto e adultério. Dadas as poucas alternativas das mulheres para se protegerem e aos seus filhos, tinham um grande estímulo para enfrentar nas suas casas: tomar conta das crianças, respeitar a autoridade, trabalhar arduamente e manter as machambas em produção enquanto os seus maridos iam trabalhar por salários.

Retiramos perspectivas de género e geracionais sobre o fazer, desfazer e refazer das famílias moçambicanas de uma última cantiga no arquivo de Manghezi. A cantiga de Emereciana Alfredo Mazivi 'Fica Calado', dirige-se aos homens como maridos e como pais de filhas casadas. A cantiga avisava uma filha e o seu pai emigrante sobre a intriga maliciosa que podia semear a desconfiança e o ciúme entre eles e minar o seu casamento. Quando o marido voltava da África do Sul, os seus familiares homens podiam dizer-lhe 'olha aqui, essa tua mulher é preguiçosa, estúpida e anda sempre a passear.' Na cantiga, o pai da mulher avisava a sua filha e, implicitamente, o seu marido, para ficarem calados, ignorarem a intriga e acreditarem que o seu marido e o seu pai confiavam nela. A confiança do pai era explícita '... fica calada minha filha, eu sei que não és assim!'⁸² A confiança do marido era essencial, mas não podia ser assumida.

⁸⁰ Binford, 'Stalemate,' 109, 117–18.

⁸¹ Filimão identifica oito imagens de mulheres: mineira de ouro, duas faces, cruel, guardiã doméstica ideal, invisível, mãe, objecto de prazer e propriedade: Filimão, 'Imagem da Mulher nas Cantigas.'

⁸² Cantiga incluída em First, et al., *Black Gold*, 165

5 Famílias Africanas Urbanas em Finais da Era Colonial¹ *Agência*

Os africanos [em Lourenço Marques] vivem em total promiscuidade ... inúmeras famílias juntas sem qualquer atenção à higiene. Estas pobres pessoas não só vivem miseravelmente em barracas construídas de todo o tipo de lixo, como também pagam renda pelo espaço que ocupam nas terras que noutro tempo talvez tenham pertencido aos seus avós, mas que agora são possuídas a título legítimo por europeus.²

Adelino José Macedo, Administrador Concelho, 1947

Porque prefere ter a mulher e os filhos na terra?³

António Rita-Ferreira – 1967 Inquérito ‘Os Africanos de Lourenço Marques’

A história social da vida quotidiana da Lourenço Marques dos fins da era colonial corrobora a asserção de John Lonsdale de que os africanos se moviam por caminhos bastante estreitos.⁴ As autoridades municipais de Lourenço Marques criaram, perpetuaram e exacerbaram esses caminhos estreitos, e o abandono deliberado da cidade saía bastante caro aos negócios urbanos dos africanos e das suas famílias. Este capítulo revela que as famílias formadas pelas descascadeiras de caju eram bastante semelhantes às das populações africanas urbanas em geral. As vidas quotidianas das pessoas que viviam nos bairros de caniço giravam à volta do trabalho, salários, habitação, rendas, estratégias de rentabilização de salários e batalhas para manter as famílias intactas, alimentadas e saudáveis.

Muitas mulheres urbanas, não só as descascadeiras, constituíam famílias amancebadas, não apenas porque fosse a sua última opção, mas porque esses arranjos lhes permitiam uma autonomia a que elas davam valor e que procuravam. As mulheres pobres, em particular, tinham poucas expectativas de serviço e apoio com relação ao emprego, gravidez, casamento formal, uniões de facto e poligamia. Embora o estatuto de chefe de família fosse incomum entre as mulheres de Tarana, as formas das suas famílias eram, de resto, bastante semelhantes às das suas vizinhas. As mulheres, por todo o lado nos subúrbios de Lourenço Marques, experimentavam a conectividade económica e social essencial aos trabalhos produtivos e reprodutivos nas suas vidas de trabalho e nas das suas famílias.

Lourenço Marques era uma cidade de colonos e, cada vez mais ao longo deste período, um destino cosmopolita sofisticado para turistas brancos. A cidade branca era completamente suportada por trabalhadores negros cujos bairros suburbanos e história social urbana são tão diversos e interessantes quanto os da cidade dos colonos, mas muito mais difíceis de destrinçar. Recuperar os desafios de todos os dias que a maioria esmagadora das famílias africanas enfrentava, vivendo no que toda a gente chamava de caniço – os diversos e espalhados bairros de caniço –, temos de desvencilhar o caniço da projecção de uma cidade branca.

¹ Uma parte de uma versão anterior deste capítulo foi publicada como Penvenne, ‘Two Tales of a City – Lourenço Marques, 1945–1975,’ *Portuguese Studies Review*; Special Issue in Honor of Jill R. Dias. 19, 1–2 (2011): 249–69.

² Da ACLM à Secretaria Geral da Colónia de Moçambique, 12 Nov. 1947, ‘Relatório Annual Referente ao Ano 1946 Respeitante ao Administrador Adelino José Macedo, ACLM/ AHM.

³ Rita-Ferreira, ‘Os Africanos,’ ‘Modelo do Questionário’ entre as páginas 100 e 101.

⁴ Andreas Eckert e Adam Jones, ‘Historical Writing about Everyday Life,’ *Journal of African Cultural Studies*, 5, 1 (2002): 5–16; Lonsdale, ‘Agency in Tight Corners,’ 6.

Tirar a cidade negra das projecções da cidade branca

Lourenço Marques – a Lourenço Marques que me cativou, era uma cidade branca, inteiramente servida por negros, claro, mas uma cidade branca.

Rodrigues da Silva⁵

Todas as cidades e vilas de Moçambique estão rodeadas de bairros de caniço. Elas eram as dependências das cidades – os lugares onde vivem os serviçais e os trabalhadores.

Amâncio d'Alpoim Guedes⁶

[No tempo colonial] havia uma área de fronteira, chamava-se Estrada de Circunvalação. Havia os que vivam deste lado e os que viviam daquele lado

José Craveirinha⁷

Tal como era o caso através de todas as áreas dos colonos na África Austral, a população e a pegada geográfica de Lourenço Marques expandiram-se rapidamente na fase que se seguiu à guerra.⁸ A lente dos estudos da era colonial focava e projectava as imagens da adorada cidade branca de Rodrigues da Silva.⁹ Apesar do facto de a cidade branca ser inteiramente servida por negros, e diminuta ao lado do que o famoso arquitecto português, Amâncio Alpoim Guedes, normalmente conhecido por Pancho Guedes, chamava de 'as suas dependências', os documentários registados mostravam a altamente provida cidade de Lourenço Marques como cidade modelo. José Craveirinha, o mais conhecido poeta moçambicano, tinha um dos pais do lado do caniço e outro do lado da cidade de cimento. Graças à sua família branca portuguesa, ele gozou os privilégios da cidade de cimento e, graças à sua mãe negra e à sua família materna, sabia que em Lourenço Marques o povo vivia em lados diferentes do privilégio.

As principais mudanças ocorridas na cidade capital entre 1945 e 1975 incluíram o rápido crescimento da população branca e das populações imigrantes africanas, a dimensão de género do novo perfil das oportunidades de emprego para africanos, incentivos e sanções políticas e sociais melhoradas, relacionadas com o início da oposição política e armada da Frelimo, e as implicações do fim do indigenato (1961) para os trabalhadores urbanos. Ao mesmo tempo que o registo da imprensa ignorava ou sombreava o facto de que a subida meteórica da economia do caju dependia fundamentalmente da força de milhares de mulheres industriais africanas, a imprensa municipal, as fotografias, as estatísticas e, eventualmente, dúzias de memórias publicadas e blogues, detalharam o crescimento e as mudanças ocorridas na cidade branca de Rodrigues da Silva, enquanto o muito mais amplo caniço permaneceu ignorado, turvo e mal compreendido.¹⁰ Os bairros de caniço albergavam as pessoas que eram a força por trás da produção diária, da

⁵ Curado da Gama, *Era uma vez... Moçambique* (Lisboa: Quimera, 2004): 9.

⁶ Amâncio d'Alpoim Guedes, *The 'Canicos of Mozambique,'* in Paul Oliver, *Shelter in Africa* (Londres: Barrie & Jenkins, Ltd. 1971, brochura 1976): 200.

⁷ Craveirinha in Nelson Saúte, *Habitantes da Memória: Entrevistas com Escritores Moçambicanos* (Praia-Mindelo: Embaixada de Portugal, 1998): 113.

⁸ David Anderson e Richard Rathbone, *Africa's Urban Past* (Portsmouth: Heinemann, 2000); Bill Freund, *The African City: A History* (Nova Iorque: Cambridge University Press, 2007); Catherine Coquery-Vidrovitch, 'The Process of Urbanization in Africa: From the Origins to the Beginning of Independence,' *ASR*, 34, no. 1 (1991); Paul Maylam, 'Explaining the Apartheid City: 20 Years of South African Urban Historiography,' *JSAS*, 21, 1 (1995): 19–38; Maylam e Iain Edwards, eds. *The People's City: African Life in Twentieth-Century Durban* (Portsmouth: Heinemann, 1996).

⁹ Michel Cahen, ed. 'Vilas' et 'Cidades' Borges et Villes en Afrique Lusophone (Paris: Editions L'Harmattan, 1989).

¹⁰ Para mais pormenor sobre a cidade branca e o impacto do povoamento dos fins da era colonial, ver os ensaios em *Os Outros da Colonização: Ensaios sobre Tardo-colonialismo em Moçambique*, Cláudia Castelo, Omar Ribeiro Tomaz, Sebastião Nascimento, Teresa Cruz e Silva, eds. (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012), incluindo Penvenne, 'Fotografando Lourenço Marques: A Cidade e os seus Habitantes de 1960 a 1975,' 173–191; Penvenne, 'Two Tales of a City;' Penvenne, 'Settling against the Tide.'

reprodução e do crescimento. Era onde moravam os milhares de africanos que trabalhavam como empregados domésticos, na indústria, na construção civil, nos mercados, armazéns, obras públicas, portos, caminhos de ferro e na economia informal. Eles não viviam em 'total promiscuidade' e dedicavam muita atenção e reflexão aos poucos aspectos de saneamento que conseguiam controlar.¹¹

Antes da imposição da censura pelo Estado Novo, nos anos de 1930, a imprensa diversificada e vibrante de Lourenço Marques providenciava uma janela razoável para os bairros da maioria da cidade, as suas sociedades, políticas e problemas.¹² O *Brado Africano*, publicado pela elite negra e mestiça da cidade, mostrava aspectos da vida de todos os dias nesses bairros, apesar de ser do ponto de vista de escritores locais que eram frequentemente hostis aos imigrantes internos. A população local lutou arduamente para conseguir que o município lançasse infraestruturas mínimas, mas um número cada vez maior de imigrantes urbanos sobrecarregou fortemente essas conquistas.¹³ Juntas, algumas memórias, biografias e as notícias sociais d' *O Brado Africano*, iluminavam as vidas das pequenas elites mestiças e negras. O foco estava em grande parte sobre os homens, mas um pequeno grupo de mulheres emergiu com ligações a duas associações sociais africanas, o Instituto Negrófilo e a Associação Africana, ou com as comunidades da Igreja Protestante.¹⁴

Durante a maior parte do período, entre a censura directa e a propriedade da imprensa pelos aliados políticos do Estado Novo, só apareciam boas notícias nos jornais. Isso dificultava a investigação dos desafios urbanos através da imprensa.¹⁵ Quando apareciam reclamações sobre salários baixos, desemprego ou falta de habitação, elas focavam normalmente os brancos pobres. Os artigos mal mencionavam as muito maiores dificuldades que os africanos enfrentavam.¹⁶ Só no início dos anos setenta os jornalistas começaram a publicar peças substanciais sobre a maioria

¹¹ Existem centenas de websites, blogues e vídeos no Youtube nostálgicos sobre Lourenço Marques no auge da era colonial. A colecção de fotografias de João Loureiro capta muito bem o que as pessoas de então queriam recordar. João Loureiro, *Memórias de Lourenço Marques: Uma Visão do Passado da cidade de Maputo* (Lisboa: Maisimagem-Comunicação Global, 2003). Ver, entre outros: www.youtube.com/watch?v=kiheHNbUpmA; www.youtube.com/watch?v=M_fyD8EM3bE maputophotoblog.wordpress.com/category/old-pictures-lourenco-marquesnew-pictures-maputo/ Acedido a 1 Mar. 2015.

¹² O excelente trabalho publicado por Valdemir Zamparoni sobre a história social urbana de Lourenço Marques foca-se principalmente no período anterior ao Estado Novo: 'Copos e Corpos,' Zamparoni, 'Lourenço Marques: Espaço Urbano, Espaço Branco?' *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História de África* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1995): 89–109; Zamparoni, *De Escravo a Cozinheiro: Colonialismo e Racismo em Moçambique* (Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007).

¹³ Penvenne, *African Workers*, Cap. 2, 9, 10.

¹⁴ Raúl Bernardo Honwana, *Life History*; Lina Magaia, *Recordações da Vovó Marta* (Maputo: JV Editores, 2010); Santos Oliveira, 'Recordações sobre Lourenço Marques,' 85–108; Olga Iglésias Neves, 'Em Defesa da Causa Africana: Intervenção do Grémio Africano na Sociedade de Lourenço Marques, 1908–1938,' Tese de MA (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1989), Aurélio Rocha, *Associativismo e Nativismo em Moçambique: Contribuição para o Estudo das Origens do Nacionalismo Moçambicano (1900–1940)* (Maputo, Promédia, 2002).

¹⁵ Malyn Newitt viu a utilização da censura e da propaganda por Salazar como um dos seus aspectos mais robustos. Newitt, *History of Mozambique*, Cap. 17; Newitt, 'The Late Colonial State,' 110–22; Fátima Mendonça, 'Dos confrontos ideológicos na Imprensa em Moçambique,' *Os Outros*, 193–220; Fátima Ribeiro e António Sopa, *Coordenadores, 140 anos de Imprensa em Moçambique: Estudos e Relatos* (Maputo: Associação Moçambicana da Língua Portuguesa, 1996).

¹⁶ Ernesto Casimiro Neves Santos Barbosa, *A radiofusão em Moçambique: o caso do Rádio Clube de Moçambique, 1932–1974* (Maputo: Promédia, 2000); Cláudio Jone, 'Press and Democratic Transition in Mozambique, 1990–2000,' *Les Nouveaux Cahiers de l'IFAS / IFAS Working Paper Series* (Joanesburgo, Institut Français d'Afrique du Sud, 2005); 'O problema dos bairros clandestinos urge solução,' *Notícias*, 5 Abril 1971; 'Subúrbios, O problema maior da cidade,' *Notícias*, 22 Junho 1971.

da população, uma tendência que se alargou rapidamente após a independência. Os jornalistas que fundaram o jornal *A Tribuna* e a revista *Tempo* iniciaram essa abertura.¹⁷

Os poucos inquéritos sociais organizados na mesma altura pelo estado colonial ou o município, forneceram alguma informação, mas as mulheres africanas eram as mais improváveis de participar ou de ser o centro das atenções.¹⁸ O inquérito realizado por António Rita-Ferreira em 1967 foi de longe a mais importante exploração da vida africana em Lourenço Marques, no período colonial. Embora ele inclua no título 'A Posição da Mulher', o seu enquadramento é firmemente androcêntrico. Como fica claro pela passagem acima, ele dirigiu o inquérito aos homens, embora se possa perceber um bom bocado sobre as mulheres nas entrelinhas.¹⁹

Historiadores e fotógrafos portugueses do tempo colonial estavam muito mais interessados no ambiente edificado e na população branca do que na maioria africana e os seus trabalhos retratavam uma cidade branca – muitas vezes estranhamente vazia.²⁰ Maria Clara Mendes e João Sousa Morais documentaram extensivamente aspectos da demografia, da geografia económica e da história da arquitectura da cidade nos finais da era colonial. Eles registaram tudo o que conseguiram de todas as partes da cidade, mas ambos ficaram frustrados pelo desequilíbrio das fontes.²¹ Alguns estudiosos focaram explicitamente a população portuguesa branca da cidade, incluindo apenas periféricamente as suas visões sobre a maioria africana.²² A exploração da maneira como as mulheres africanas da cidade lembravam espaços específicos da cidade colonial, confirmou a tendência da maioria das mulheres para ficarem limitadas aos seus próprios bairros, mas reconheceu que as mulheres mestiças e assimiladas eram mais móveis e estavam mais confortáveis em áreas que a maioria considerava serem de brancos.²³ Pesquisas recentes sobre a

¹⁷ Calane da Silva, 'Alguns Aspectos da Cidade de Caniço,' Notícias, 24 Julho 1971; Albino Magaia, 'Os Senhores dos Subúrbios de Lourenço Marques,' Diário, 26 Março 1971; Emídio Machiana, *A Revista Tempo e a Revolução Moçambicana: Da Mobilização Popular ao Problema da Crítica na Informação, 1974–1977* (Maputo: Promédia 2002); Magaia com fotografia de Ricardo Rangel, 'Prostituição; Hilário Matusse', 'Bairros de Maputo: Chamanculo: Memórias de um Bairro,' Tempo, No. 682, 6 Nov. 1983; Matusse, 'Mafalala: Fronteira.'

¹⁸ Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 'Inquérito habitacional realizado no Bairro da Munhuana,' Estudos de Ciências Políticas e Sociais, No. 72 (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar [JIU], 1964):16–23, 42–87; 'Direcção Provincial dos Serviços de Estatística, 'Inquérito às rendas e a outras características das habitações arrendadas na cidade de Lourenço Marques em 1961–1962,' Estudo No. 1, Suplemento ao Boletim Mensal de Estatística (Lourenço Marques, Direcção Provincial dos Serviços de Estatística, 3 Março 1962; Momplê, 'Relatório Síntese do Sector Social,' Hilary Flegg Mitchell, 'Aspects of Urbanization and Age Structure in Lourenço Marques, 1957,' University of Zambia, Institute for African Studies, Communication, No. 11 (1975); Hilary Flegg e W. Lutz. 'Report on an African Demographic Survey.' Journal of Social Research [South Africa] Vol. 10 (1959): 1–24; Teixeira Santos, 'Avaliação Nutricional.'

¹⁹ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 247–253.

²⁰ Lobato, 'Lourenço Marques, Xilunguine'; Lobato, 'Conhecimento da Baía a Criação do Município,' Boletim Municipal [Lourenço Marques], 2 (1968):9–20; Lobato, 'Lourenço Marques, Xilunguine; Pequena Monografia; Alfredo Pereira de Lima, Edifícios Históricos de Lourenço Marques (Lourenço Marques: Livraria Académica, 1966); Pereira de Lima, História dos Caminhos de Ferro de Moçambique (Lourenço Marques: Admin. do Porto e dos Caminhos de Ferro de Moçambique, 1971); Pereira de Lima, O Palácio Municipal de Lourenço Marques (Lourenço Marques: Livraria Académica, 1967); Pereira de Lima, 'Para um Estudo da Evolução Urbana de Lourenço Marques,' Boletim Municipal, 7 (1967); Pereira de Lima, Pedras que já não falam (Lourenço Marques: Tipografia Notícias, 1972); Carlos Alberto Vieira, The City of Lourenço Marques Guide (Joanesburgo: Cape Times, 1956); Carlos Alberto Vieira, Recordações de Lourenço Marques [Fotografia de Carlos Alberto Vieira, Texto Ana Paula Lemos, Coordenação Joaquim Carlos Vieira] (Lisboa: Alêtheia Editores, 2005).

²¹ Mendes, 'Maputo,' Castelo, Passagens para África; João Sousa Morais, Maputo: Património da Estrutura e Forma Urbana; Topologia do Lugar (Lisboa: Livros Horizonte, 2001).

²² Castelo, Passagens para África; Margarida Calafate Ribeiro, África no Feminino: As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial (Porto: Afrontamento, 2007).

²³ Em Frates, 'Place of Memory,' as mulheres identificavam os seguintes lugares especificamente brancos na cidade: a praia, o Hospital Central, os museus, o governo e o distrito comercial urbano, a baixa, 118, 194, 197, 203–4; TO, Amélia Alfredo Muiane, 13 Set. 1977, Câmara Municipal de Maputo, Maputo; TO, Lúcia Felismina

Maputo contemporânea, incluem trabalhos inovadores e importantes sobre mulheres que são, frequentemente, sugestivos sobre o período colonial, mas que devem ser usados criticamente a respeito da análise do passado colonial.²⁴

Hilary Flegg Mitchell e Norberto Teixeira Santos fizeram pesquisa nos bairros de caniço em finais dos anos cinquenta e nos princípios de setenta, respectivamente. Ambos se esforçaram por delinear a população onde ruas e agregados eram mais fluidos que fixos. Ambos fizeram também uma apreciação do facto de que as concepções e as definições do que é um agregado podiam estar em mutação e ser dinâmicas.²⁵ No estudo de Flegg Mitchell de 1957, a dificuldade ia além de encontrar uma solução para o que era fluido. Ela teve de percorrer a fina linha política estabelecida pelo governo colonial. Os inquéritos realizados por estrangeiros sobre '... ocupações, rendimentos, uso de equipamentos sociais e envolvimento na vida da cidade,' estavam para além dos limites estabelecidos.²⁶ Marvin Harris não tomou em consideração esses avisos. Foi deportado em 1956, mas as consequências para o seu colaborador português, António Figueiredo, foram muito piores. Figueiredo foi preso, deportado para Lisboa e internado num hospital psiquiátrico até conseguir fugir para Londres, em 1959.²⁷ Os funcionários públicos coloniais podiam investigar questões sensíveis, mas eles também sabiam lidar cuidadosamente com a crítica e as implicações políticas.²⁸

Flegg Mitchell e Rita-Ferreira, por exemplo, colocaram as críticas de maneira diferente. Flegg Mitchell explorou o contraste '... da atractiva cidade [branca] com as avenidas bordejadas por árvores... e todos os confortos', com a população aleatória e não servida dos bairros ao seu redor. Ela afirmou que '... [a municipalidade] ou ignorava a presença de 60 mil pessoas que viviam num raio de 5 quilómetros da Câmara Municipal ou achava que isso era um embaraço... [a sua] falta de provisão às necessidades das pessoas que se dirigiam para as cidades era impressionante.'²⁹ Rita-Ferreira corroborou as diferenças chocantes entre as cidades de negros e de brancos, mas deu-lhes uma rotação diferente:

'Porém, os contrastes não deixam de ressaltar quando na nossa capital se compara o núcleo planificado de cimento, ferro e asfalto, com os subúrbios, caóticos de caniço, zinco e areia. A diferença de níveis habitacionais poderia até interpretar-se como sendo baseada em privilégios raciais se não existissem tantos africanos evoluídos e bem remunerados que não trocam o à-vontade, o convívio e o prestígio de que gozam, nos subúrbios, pelas restrições, a impessoalidade e o anonimato que sentiriam nos grandes e modernos prédios de apartamentos.'³⁰

Não há dúvida de que alguns indivíduos e famílias preferiam os bairros de caniço a viver em prédios onde poderiam ser tomados por empregados domésticos, agredidos por brancos desconfiados, e privados de acesso aos espaços dos quintais para as crianças, para lavar roupa, fazer uma horta e cozinhar.³¹ No entanto, Rita-Ferreira sabia perfeitamente que as diferenças que notou estavam na verdade profundamente enraizadas no privilégio racial – desde o acesso a

Tembe, 12 Nov. 1977, Maternidade da Matola, Matola, Mozambique; TO, Joaquim Costa, 11 Nov. 1977 e Roberto Tembe, 12 Nov. 1977, Porto e Caminhos de Ferro, Maputo; Magaia, Vovó Marta; Honwana, *The Life*.

²⁴ Bénard de Costa, *Preço da Sombra*; Udelsmann Rodrigues, *O Trabalho Dignifica*; Paulo et al. *Xiculungo e trabalhos contemporâneos sobre género e sexualidade* por Teresa Cruz e Silva, Conceição Osório, Terezinha da Silva e Maria José Artur e outros estudiosos da *Women and the Law in Southern Africa [WLSA]* em colaboração, <http://www.wlsa.org.mz> acedido em Mar. 2015.

²⁵ Guyer, 'Household and Community'; Guyer and Peters, 'Conceptualizing the Household'; Flegg e Lutz. 'Report.'

²⁶ Flegg Mitchell, 'Aspects of Urbanization,' xi.

²⁷ Obituário de Marvin Harris in *The Guardian* (Londres, 13 de Dezembro de 2001).

²⁸ António Rita-Ferreira e Lília Momplê evitaram ou fixaram cuidadosamente as críticas levantadas nas suas pesquisas. Rita-Ferreira, 'Esboço Social,' 171; Momplê, 'Munhuana,' 50–55.

²⁹ Flegg Mitchell, 'Aspects of Urbanization,' xii.

³⁰ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 180.

³¹ O escritor José Craveirinha teve a famosa expressão de se 'ter casado com a sua casa da Mafalala. Ele explicava simplesmente, 'Sinto-me bem, aqui.' Saúte, *Habitantes da Memória*, 117–19.

fundos municipais para água, esgotos, estradas e árvores até à capacidade de aderir a um sindicato, terminar um estágio ou ganhar um salário digno.³²

Finalmente, meia dúzia de coleções fotográficas de fotógrafos profissionais e fotojornalistas negros, bem como fotos anexas a relatórios e estudos fornecem uma visão da vida social urbana da época, incluindo algumas espreitadelas sobre a vida comum nos bairros de caniço. Embora a maior parte dos fotógrafos profissionais realcem os acontecimentos das vidas das famílias da elite, algumas fotos de mulheres individuais ou em grupos, descalças e vestidas de capulana e lenço, a cozinhar em fogueiras a lenha ou a pilar milho em pequenos espaços encravados nos bairros de caniço, captavam o quotidiano de muitas das mulheres descritas. No entanto, é complicado ligar imagens anónimas a pessoas.³³ Resumindo, os estudiosos sabem bastante mais sobre a cidade colonial branca do que sobre a cidade negra, e é mais provável que a objectiva sobre a cidade negra dê mais destaque às actividades de homens da elite do que ao dia-a-dia das vidas das mulheres, crianças e pessoas comuns, e dos pobres.

Interface do cimento com o caniço

A narrativa de Rita-Ferreira de que os africanos preferiam a convivialidade do caniço pareava com a igualmente enganadora narrativa branca da relação entre as duas cidades. Os brancos imaginavam que os populosos bairros de caniço ameaçavam inundar o centro da cidade. Na verdade, era o contrário que se passava. De 1945 a 1974, os novos edifícios, bairros, ruas e negócios da cidade de cimento espalharam-se para as áreas vizinhas. A cidade branca ganhou consistentemente terreno em detrimento do caniço. Nos anos do pico da imigração branca e de desemprego elevado, a partir de meados de cinquenta, os brancos pobres competiam com os africanos por alojamento, água, empregos e oportunidades de negócio no caniço.³⁴ A população negra foi forçada a procurar terra residencial e para agricultura ainda mais longe. Bairros inteiros foram arrancados pela base e realocados noutras áreas por esquemas de desenvolvimento municipal concebidos para alojar brancos, encorajar o turismo e responder às necessidades de serviços da cidade em crescimento – esse padrão remontava à viragem do século vinte.³⁵

Os ritmos e o âmbito do crescimento da cidade emergiram dramaticamente de muitas maneiras. De um modo geral, as pessoas descreviam a rápida transformação com um grande gesto de varrimento com o braço, dizendo: '... e então a cidade cresceu, isto era tudo mato.'³⁶ As estatísticas do censo nacional e municipal coloniais de Moçambique são de perder a cabeça pela inconsistência e inutilidade, mas sejam quais forem as insuficiências das estatísticas, é claro que entre 1940 e 1970 a cidade cresceu de 68,000 habitantes para quase 400,000. Os africanos passaram de pelo menos 46,000 para mais de 300,000 desses totais. O crescimento foi motivado pela migração africana e pela imigração portuguesa. Em finais dos anos sessenta, apenas 21 por cento da população africana da cidade tinha nascido na cidade. Mesmo que se contasse com as pessoas nascidas em áreas vizinhas como a Namaacha, Matola e Marracuene como pessoas

³² Logo a seguir à abolição do indigenato, um moçambicano descreveu a Marvin Harris as mudanças que observara: 'A torneira costumava estar sempre totalmente fechada. Agora está aberta e sai água: ping... ping... ping...' Harris, 'Race, Conflict,' 180.

³³ Sebastião Langa; Retratos de uma vida [Seleção de fotografias e pesquisa por António Sopa, Maria das Neves e Maria Deolinda Chamango] (Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2001): 50; Rangel, Pão nosso de cada noite; Inquérito nutricional...Fabrica de Cimentos; Teixeira Santos, 'Avaliação Nutricional.'

³⁴ Penvenne, 'Two Tales of a City.'

³⁵ Penvenne, African Workers, 28–43; Despejo da Concessão de Sommerschild, 1070 A/11/ ACLM to Direção Provincial de Administração Civil [DPAC], Sul do Save, 21 Nov. 1946, R / Cx R, ACLM / AHM; Ingemar Saevfors, Maxaquene: a Comprehensive Account of the First Urban Upgrading Experience in the New Mozambique, (Nova Iorque: UNESCO, 1986): 9.

³⁶ TO, Joaquim da Costa e Roberto Tembe, ambos nascidos em fins do século dezanove e residentes toda a vida em Lourenço Marques, 15 e 16 Jun. 1977, entrevistados no Porto e Caminhos de Ferro, Maputo; Lloys Frates, 'Memory of Place,' 181 e 191.

locais, os locais continuariam a compreender menos de um terço da população africana. Cerca de 70 por cento da população africana da cidade era originária de bem longe da vizinhança local.³⁷

Enquanto o número de homens africanos aumentou em 153 por cento entre 1940 e 1960, o número de mulheres africanas aumentou em 194 por cento.³⁸ Como vimos na canção de Mindawu Bila, Agostinho, as tensões entre locais e migrantes eram importantes e mistas. Os imigrantes não se sentiam necessariamente sujeitos às autoridades 'indígenas' ou 'étnicas' locais e os funcionários dos Negócios Indígenas municipais confirmavam que a grande maioria das queixas e problemas nos bairros mais pobres eram entre locais e recém-chegados, e pessoas de diferentes origens étnicas e linguísticas.³⁹ As mulheres migrantes de Tarana conheciam essas tensões. Algumas, como Ester Tafula, não queriam ter nada a ver com homens locais, explicando: 'Eu não queria que as mulheres de Xilungúne pensassem que nós vínhamos atrás dos homens delas. Eu pensava arranjar um homem aqui, mas vi que não valia a pena. As mulheres deles haviam de me bater, dizendo que eu estava a tentar levar os maridos delas, enquanto elas não conseguiam alimentar os filhos por causa de mulheres como eu. Então eu só fiquei sozinha, a viver de Tarana. Até hoje.'⁴⁰

A partir dos anos 1950, começaram a chegar à cidade portugueses em números sem precedentes.⁴¹ A cativante cidade branca de Rodrigues da Silva era mais branca no final da era colonial. Entre 1940 e 1970, a população branca do Distrito de Lourenço Marques aumentou de 5.44 para 10.44 por cento do total da população. Com a formação da Frelimo e o início da insurreição armada, as tropas portuguesas expandiram ainda mais a população branca. Embora as tropas estivessem estacionadas por todo o país, os soldados e as suas famílias eram tramitados através da capital e a maior parte gozava lá as suas licenças. Apesar do facto de Portugal ter africanizado cada vez mais as suas tropas, a presença de tropas brancas continuava a ser forte em Lourenço Marques.⁴² Apesar de alguma instabilidade devida ao receio de insurreição, o turismo branco da África do Sul e da Europa aumentou até aos anos 1960, de tal maneira que o pico da estação turística era ainda mais branco, particularmente em redor das praias da Polana e da Costa do Sol, e do bairro comercial central.⁴³ Nestas décadas finais, a cidade branca ficou cada vez mais branca, cada vez mais luxuosa e altamente equipada.

Em 1963, Pancho Guedes, um arquitecto português internacionalmente conhecido que tinha projectado casas únicas em Lourenço Marques, gastou bastante do seu capital político quando publicou um 'Manifesto' acutilante, satírico e irónico no jornal *A Tribuna*, de Lourenço Marques. Guedes estava indignado com a expansão de residências de luxo nos bairros dos Cronistas e Sommerschild, à custa dos residentes dos bairros de caniço. Guedes desafiou os residentes da cidade, brancos e negros, a juntarem-se numa reestruturação fundamental da cidade, para que esta fosse a 'casa de toda a gente'. O seu grande plano era '... reparar casas, construir estradas através do coração do caniço, fazer chegar esgotos, água, electricidade... criar 300,000 esperanças para 300,000 vidas melhoradas.' O seu 'Manifesto' fazia referência ao apartheid nos países vizinhos e à frustrante burocracia portuguesa:

CONTINUARÁ A CIDADE DIVIDIDA, DOENTE, ESQUIZOFRÉNICA?

CONTINUARÁ A CIDADE TRAÍDA PELA PREGUIÇA, ESTUPIDEZ E GANÂNCIA DOS HOMENS, OU COMEÇARÁ

³⁷ Censo da População em 1940; Recenseamento Geral, 1950; Recenseamento Geral, 1960; Recenseamento Geral, 1970.

³⁸ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 229.

³⁹ Momplé, 'Relatório Síntese,' 10–11.

⁴⁰ TO, Ester Tafula, 3 June 1993.

⁴¹ Castelo, Passagens para África.

⁴² Cann, *Counterinsurgency in Africa*; Thomas Henriksen, *Revolution and Counterrevolution: Mozambique's War of Independence 1964–1974* (Westport, CT: Greenwood, 1983); Calafate Ribeiro, *África no Feminino*.

⁴³ 'Turismo,' Lourenço Marques Guardian, 5 Maio 1950; José Rodrigues Júnior, 'Turismo – Séries,' Diário, 26 Fev. 13, 18, 26 Março 1957; 'Turismo em Lourenço Marques há 56 Anos,' Notícias, 8 Março 1962; Florentino Serrano, 'Centro de Atracção Turística,' Diário, 24 Julho 1971; 'Nem só a praia vive de turismo,' Capital, 13 Outubro 1970.

AMANHÃ A CIDADE A SER CASA DE TODA A GENTE?
AGITEM-SE OS VOGAIS!⁴⁴

O desafio corajoso e apaixonado não resultou. Provavelmente, Guedes previu a falta de apoio dos vogais brancos, mas não deveria ter ficado surpreendido quando os habitantes negros também não apoiaram o plano. Para permitir a construção em áreas vastas, os habitantes negros teriam de se mudar temporariamente. Baseados na sua experiência de décadas de deslocamentos e despejos, eles tinham montes de razão para recearem ser removidos permanentemente, mesmo que os seus bairros originais fossem melhorados.⁴⁵

Embora os negros compusessem mais de 86 por cento da população da cidade, a documentação colonial e municipal da altura retrata Lourenço Marques como uma cidade branca.⁴⁶ Todos os aspectos do crescimento da cidade branca (a pegada e o perfil do horizonte, da população, da economia formal, do cimento e do asfalto) são dramaticamente retratados em fotografias, gráficos, estatísticas, cartas e mapas.⁴⁷ A visualização dessas mudanças era facilitada pelas medições embebidas nos levantamentos, no licenciamento e registo da construção civil, nas empresas e estradas novas e aumentadas. Maria Clara Mendes grafou, cartografou e mapeou Lourenço Marques de quase todas as maneiras imagináveis, muitas das quais com impacto visual notável. O seu gráfico da construção municipal de 1913 a 1973 parecia mimetizar a transformação do perfil do horizonte da cidade, com os seus altos e baixos, mostrando o impressionante boom da construção residencial alimentado pelo povoamento branco, as dramáticas quedas causadas pelo início da insurreição no início dos anos 60, e as crises na balança de pagamentos do início dos anos 1970.⁴⁸

Os igualmente dramáticos crescimento e mudanças nos bairros de caniço eram particularmente difíceis de mapear porque ficaram por fazer quase todos os levantamentos da construção, mercados e estradas, e os respectivos processos de licenciamento e registo.⁴⁹ Enquanto o rápido crescimento e mudança da pegada e do perfil da linha do horizonte urbano da cidade branca era entendido como sendo ordenado, o crescimento nos subúrbios era dito clandestino, ilegal, espontâneo, caótico e, portanto, uma crise. As autoridades municipais também viam o seu limitado acesso e conhecimento sobre estes bairros como um problema, particularmente desde que a insurreição ganhou forma no início dos anos 1960.⁵⁰ Alexandre Lobato, o mais destacado historiador colonial, via estes bairros como:

'... na zona que ainda não é cidade, mas também já não é mato, se estabeleceu o diálogo sem planificações nem condicionalismos, mas puramente ao sabor dos sentimentos humanos e das limitações económicas. Daí a cidade pobre embrechada no mato num mosaico de palhotas, barracas e casas, tudo a esmo entre areentos caminhos de pé posto que contornam cercados de caniço e se cruzam nos cajuais. Um mundo novo e diferente, que a própria cidade desconhece e vai lentamente empurrando de si à medida que prossegue a anexação urbana.'⁵¹

João Sousa Morais captou o discurso de 'outrização' a respeito dos residentes do caniço: 'Ninguém sabe bem ao certo quanta gente há nesse cinto imenso à roda da Cidade... – uns dizem 150,000, outros 300,000. Dentro de alguns anos serão 600,000, talvez 1,000,000. Essa gente vive

⁴⁴ Amâncio d'Alpoim Guedes, 'Manual de Alfabetização do Vogal sem Mestre.' A Tribuna 228 (Lourenço Marques, Julho 1963) [Citado na íntegra in Sousa Morais Maputo: Património, nota 38, 239–41, esp. cit. 240.

⁴⁵ Guedes, 'Manual de Alfabetização,' in Sousa Morais Maputo: Património, nota 38, 239–41.

⁴⁶ Recenseamento Geral da População, 1970 [Vol. I, Distrito de Lourenço Marques], xxxi-xxxiv; Boletim Municipal, Vol. 1 (10 Nov. 1967): 46; Alexandre Lobato e Parcídio Costa, Moçambique na Actualidade, 1973 (Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1974): 39; Frates, 'Memory of Place,' 193–4.

⁴⁷ Mendes, 'Maputo;' Loureiro, Memórias de Lourenço Marques; Penvenne, 'Fotografando Lourenço Marques.'

⁴⁸ Mendes, 'Maputo,' 91 fig. 27; Lobato e Costa, Moçambique na Actualidade, 119.

⁴⁹ Mendes, 'Maputo.'

⁵⁰ Harris, 'Race, Conflict and Reform,' 165–70.

⁵¹ Lobato citado em Sousa Morais, Maputo Património, 182. Ver também o seu 'Os Subúrbios,' 149–51, 'O 'Canhão,' 182–7.

sem esgotos, sem água, sem luz. [...] As suas casas são barracas precárias de zinco velho, lata, caixas de cartão e caniço. À noite é perigoso passar nos corredores e labirintos de acesso.⁵² Até onde o caniço foi mapeado, foi mapeado de cima. Muito do que os cientistas sociais da altura pensavam que sabiam partiu de fotografias aéreas trabalhadas. Na vista aérea, era possível identificar os padrões dos caminhos e era possível contar as habitações pelos seus telhados. As fórmulas para o número de habitantes de cada habitação constituíam a base para estimar o crescimento da população da área.⁵³

Mendes alegou que embora fosse possível discutir as cidades de caniço e de cimento em separado, a seu ver, 'apesar das suas características particulares, [os bairros de caniço] eram parte integrante da cidade.'⁵⁴ Embora o seu estudo fosse muito menos detalhado para os bairros de caniço do que para a cidade de cimento, produziu elementos estatísticos onde quer que fosse possível encontrá-los. Ela demonstrou, por exemplo, que era nos bairros populosos de Xipamanine, Munhuana, São José de Lhanguene e Thlabane que se encontravam a maior parte das cantinas e que estas vendiam mercearias, água, bebidas alcoólicas e materiais de construção. Isso reflecte claramente o limitado rendimento disponível e as prioridades dos residentes. Ao longo deste período, a população cresceu e as oportunidades de emprego e salários que davam forma às prioridades do agregado e das despesas também mudaram rapidamente.

Mudança dos perfis de emprego: Trabalho caseiro e emprego doméstico

Entre 1945 e 1975, a reprodução diária na maior parte dos agregados urbanos requeria um monte de trabalho. Quando as mulheres e as crianças faziam esse trabalho no âmbito da economia da família e da oferta, chamava-se trabalho caseiro. Quando os homens, rapazes e mulheres africanas o faziam como trabalho remunerado era chamado de emprego doméstico. Particularmente entre 1945 e 1970, o emprego doméstico era uma componente bastante grande da força de trabalho urbana africana. Os trabalhos caseiros consumiam uma grande parte do tempo das mulheres ao longo de todo o período. A maior parte das mulheres que trabalhavam por salários não paravam o trabalho quando o turno terminava. Iam para casa depois do trabalho e aos fins-de-semana, para fazerem as tarefas domésticas necessárias para garantir a reprodução dos membros dos seus agregados, para que pudessem voltar a produzir no dia seguinte. Elas garantiam a alimentação, transportavam água e lenha, cozinhavam, lavavam roupa, davam banho às crianças e cuidavam delas, dos idosos e dos doentes.

As condições no caniço tornavam este trabalho reprodutivo muito mais importante para a saúde e o bem-estar da família. Se a água não estivesse limpa e a comida não estivesse bem preparada e cozinhada, as pessoas podiam ficar gravemente doentes, num contexto em que a assistência médica e o tempo para a procurar estavam além das suas capacidades. As ruas de areia do caniço faziam com que fosse difícil manter as casas, as pessoas, os sapatos e as roupas limpas na poeirenta estação seca, e quase impossível na época das chuvas, quando as ruas mal drenadas se transformavam em rios de lama, dejectos e esgotos. As trabalhadoras do caju tinham de realizar uma série de tarefas reprodutivas essenciais antes e depois do trabalho. Elas podiam ser as ganha-pães, mas se não tivessem filhos mais velhos ou familiares para ajudar em casa, tinham de ser elas próprias a fazer o trabalho. A necessidade imediata de alimentar e cuidar das famílias levava a maior parte das mulheres a trabalhar longas horas por dia nas economias da família, da oferta, formal e informal.

Os residentes da cidade de cimento contratavam empregados domésticos para cozinhar, lavar, passar a ferro, trabalhos de quintal e jardim, para fazer recados, entregar refeições, transportar

⁵² Sousa Morais, *Maputo Património*, 38.

⁵³ Flegg e Lutz. 'Report,' 1–24; Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 168; Mendes, 'Maputo,' tem várias fotos e mapas do caniço.

⁵⁴ Mendes, 'Maputo', 157.

água e tomar conta das crianças, idosos e pequenos animais.⁵⁵ O número de serviçais na cidade era invariavelmente contado por baixo. Os empregadores evitavam o registo municipal dos serviçais para fugirem ao imposto, ou porque o empregado era demasiado jovem para poder trabalhar, ou recebia demasiado pouco em relação ao legal. O emprego doméstico era uma ocupação de entrada muito importante para os jovens africanos. Trinta e cinco por cento de todos os africanos empregados assalariados em Lourenço Marques em 1940, trabalhavam em empregos domésticos, num total de quase 9,500 pessoas. Nessa altura, mais de três quartos de todos os empregados domésticos eram jovens de sexo masculino com menos de vinte anos de idade, sendo que quase metade tinha dez a quinze anos. O serviço doméstico empregava mais homens urbanos do que as três maiores categorias de emprego seguintes juntas.⁵⁶ Era obviamente uma categoria importante na economia laboral formal urbana e, com a chegada de imigrantes portugueses tornou-se ainda mais importante.⁵⁷

Em 1950, mais de 21,000 homens trabalhavam assalariados em Lourenço Marques, 60 por cento dos quais no serviço doméstico. Eram na sua maioria empregados como criados, trabalhadores domésticos básicos que tinham de fazer a maior parte das tarefas reprodutivas da casa. A partir do início dos anos 1940, o governo colonial e a municipalidade encorajavam o emprego de mulheres como domésticas, alegando que era mais 'natural' e que os jovens e homens deviam fazer trabalhos mais exigentes na agricultura, na construção e na indústria.⁵⁸ Apenas cerca de 1,700 mulheres trabalhavam assalariadas na cidade em 1950, mas 53 por cento dessas mulheres eram empregadas domésticas. No sector do serviço doméstico, as mulheres eram também principalmente criadas não qualificadas, a versão feminina dos criados.

Todos os empregados domésticos tinham de se ver com as longas horas de trabalho, a falta de privacidade, o trabalho entediante e a ameaça de viverem na intimidade de famílias brancas, mas para a maioria dos homens era uma oportunidade de acesso a um emprego melhor, enquanto para a maioria das mulheres não o era.⁵⁹ A maior parte dos empregados domésticos de sexo masculino que tinham trabalhado como cozinheiros, jardineiros ou outras tarefas especializadas tinham mães e mulheres que faziam trabalho doméstico nas suas casas e tomavam conta dos seus filhos.⁶⁰ Em 1960, o esforço de uma década de Portugal para feminizar o serviço doméstico combinava-se com outras tendências laborais para fazer a diferença. Os homens mudavam-se cada vez mais para empregos alternativos na indústria, nos transportes e, especialmente, na construção civil que alimentou a mudança do perfil da linha do horizonte urbano.⁶¹ Também em 1960, a terra para as machambas periurbanas era cada vez mais escassa. A escassez de terras periurbanas e o peso da migração a longo prazo dos homens nas áreas rurais, forçaram muitas mais mulheres a aderir no trabalho assalariado.⁶² Como vimos, o serviço de *Malalanyana* tentou colocar essas mulheres no trabalho doméstico, mas era difícil colocar nesse serviço mulheres que não dominavam a língua portuguesa.

⁵⁵ Não prestei, aqui, atenção suficiente ao trabalho infantil. Karen Tranberg Hansen 'Body Politics: Sexuality, Gender and Domestic Service in Zambia,' *Journal of Women's History*, Vol. 2, No. 1 (Primavera 1990): 120–42; Tranberg Hansen, ed. *African Encounters with Domesticity* (New Brunswick: Rutgers, 2002); Tranberg Hansen, *Distant Companions: Servants and Employers in Zambia, 1900–1985* (Ithaca: Cornell University Press, 1989); Beverly Grier, *Invisible Hands*.

⁵⁶ 8,832 homens no serviço doméstico em 1940, 5,001 no estado, portos e caminhos de ferro, 1,277 em obras públicas e construção e 1,639 na indústria. Moçambique, Repartição Técnica de Estatística, Censo da População em 1940 (Lourenço Marques, 1944): 10–11.

⁵⁷ Sobre a imigração portuguesa em África entre 1920–1974 ver Castelo, *Passagens*.

⁵⁸ José Tristão de Bettencourt, *Relatório do Governador Geral de Moçambique; Respeitante ao Período de 20 Março de 1940 a 31 de Dezembro, 1942* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1945): 47–48.

⁵⁹ Moçambique, Repartição Técnica de Estatística, *Recenseamento Geral da População em 1950, III: População Não Civilizada* (Lourenço Marques, 1955).

⁶⁰ TO, Amélia Samuel Muzima, 27 Maio 1993; Penvenne, *African Workers*, 142–53.

⁶¹ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 124

⁶² Documentado para o Sul do Save por: Roesch, 'Migrant Labour and Forced Rice,' Fialho Feliciano, *Antropologia Económica*; Rita-Ferreira, 'Esboço Sociológico,' Hermele, *Land Struggles*; Bowen, *State against the Peasantry*; Covane, *O Trabalho Migratório*.

Em 1960, os empregos em serviços, incluindo o doméstico, compreendiam 35 por cento do total das oportunidades de emprego assalariado para homens – uma mudança notável em relação ao padrão prevalecente em 1950. Ao mesmo tempo, as mulheres mudaram-se rapidamente para as indústrias de serviços, abrangendo cerca de um quarto de todos os serviços domésticos, a partir de uma base de 7 por cento nos anos de 1940 e 1950. Na verdade, 60 por cento das mulheres que tinham empregos assalariados em Lourenço Marques em 1960, eram empregadas domésticas.⁶³ O serviço doméstico estava a tornar-se cada vez mais importante para as mulheres e menos para os homens, mas, mesmo assim, três quartos da força de trabalho doméstica, em 1960, eram homens.

Na última geração do domínio colonial, 1960-1975, a rápida expansão da economia urbana providenciou muitos mais empregos atractivos, tanto para homens como para mulheres. As mudanças políticas em Lisboa criaram uma abertura para a expansão das empresas portuguesas e algumas internacionais em Moçambique. A grande maioria estabeleceu-se na capital e arredores. O resultado foi um boom de construção, o aumento rápido do investimento em indústrias de processamento e a expansão dos negócios básicos da economia colonial, como o cimento, a cerveja e o tabaco.⁶⁴

Dada a oportunidade, as mulheres entraram em força nas indústrias de processamento. Em 1970, essas indústrias empregavam quase o dobro das mulheres do serviço doméstico. Na verdade, entre 1960 e 1970, o número de mulheres a trabalhar como domésticas em Lourenço Marques caiu em cerca de 700.⁶⁵ Essa mudança ligou-se a muitos factores, incluindo a mudança da população colonial para prédios em altura e o aumento da disponibilidade de utensílios domésticos, água canalizada e electricidade nos bairros das classes médias e altas.⁶⁶ As pessoas que viviam em apartamentos em prédios altos, não precisavam de jardineiros e não podiam criar animais. A disponibilidade de água canalizada, electricidade, alimentos pré-preparados, geladeiras, congeladores e instrumentos electrónicos de cozinha, tornaram o cozinhar e o comprar muito menos demorados, pelo que as famílias empregavam muito menos trabalhadores domésticos. A maior parte destas mudanças não abrangeu as famílias dos bairros de caniço.

Os registos estatísticos industriais de Moçambique para a era colonial cobriam inconsistentemente os anos 1947 a 1973. A partir do início da década de 1960, as estatísticas deixaram de ser desagregadas por raça, mas continuaram a diferenciar a força de trabalho por sexo, providenciando assim alguma base para comparar a evolução das oportunidades de emprego para as mulheres africanas em Lourenço Marques.⁶⁷ Até certo ponto, pode-se extrapolar os padrões dos anos em que as estatísticas eram registadas por raça, ou 'civilizado/incivilizado', para o período subsequente em que deixaram de o fazer, embora haja riscos claros.⁶⁸ As mulheres europeias que trabalhavam na indústria preenchiam maioritariamente os empregos de escritório, administrativos e técnicos, embora algumas trabalhassem nas máquinas de costura da indústria de vestuário, uma indústria em rápido crescimento, que desenvolveu oportunidades significativas de novos empregos para as mulheres africanas, principalmente a partir dos anos de 1960. Em 1956,

⁶³ Moçambique, Repartição Técnica de Estatística, Recenseamento Geral da População na Província de Moçambique, 1960, I, Distrito de Lourenço Marques (Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1960) revela cerca de 5,200 mulheres.

⁶⁴ A tese de Martin Schaedel fornece uma análise importante para o período e a geografia económica de Mendes mapeia de perto as mudanças da cidade. Schaedel, 'Last Phase of Colonial Rule' e Mendes, 'Maputo.'

⁶⁵ O Recenseamento Geral, 1960, incluiu 2,242 mulheres empregadas nas indústrias de processamento e 5,193 mulheres no serviço doméstico, e o Instituto Nacional de Estatística, Direcção Provincial dos Serviços de Estatística, República Portuguesa, Estado de Moçambique, IV Recenseamento Geral da População, 1970, Vol. I, Distrito de Lourenço Marques (Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1973) incluiu 8,074 mulheres nas indústrias de processamento e 4,522 no serviço doméstico, quase invertendo as proporções.

⁶⁶ Ribeiro, África no Feminino; Penvenne, 'Fotografando Lourenço Marques.'

⁶⁷ Os parágrafos seguintes baseiam-se na Estatística Industrial [título e autor variam] (Lourenço Marques, 1947–1973)

⁶⁸ Sempre que possível, os testemunhos das narrativas orais e a amostra da ACLM são citados para corroborar as afirmações sobre raça, quando as estatísticas deixaram de as considerar nas suas equações.

apenas 11 mulheres negras trabalhavam na indústria de vestuário, mas em 1964 o número tinha subido para 280 e, entre 1969 e o fim de 1973, o número de empregos para mulheres na indústria de vestuário manteve-se firme em cerca de 1100.

Entre 1956 e 1973, as oportunidades de emprego para homens e mulheres nas fábricas de borracha que faziam sapatilhas e todos os tipos de objectos de borracha aumentaram rapidamente. Havia mais homens que mulheres, mas o emprego de mulheres aumentou de 30 em 1956 para 174 em 1970 e 270 em 1973. Uma década depois da independência, uma mulher chamada Felizmina registou as suas lembranças de quando trabalhava na indústria da borracha, durante a era colonial.⁶⁹ Tal como tantas na Caju, o seu pai nunca regressou da África do Sul, pelo que ela veio para a capital à procura de trabalho. Andou a apanhar frutos silvestres e lenha para trocar por farinha de milho e feijões com os soldados no quartel da cidade. Era um modo de vida bastante inseguro e, em 1949, conseguiu um emprego casual na fábrica da borracha. Todos os dias o patrão escolhia de entre as pessoas que esperavam ao portão e pagava-lhes, mas não o mínimo de lei.

Tal como os membros da coorte original em Tarana, Felizmina começou a trabalhar na borracha quando a operação ainda se passava apenas numa pequena garagem na Malhangalene. Quando a empresa cresceu e se mudou para uma fábrica na Avenida de Angola, no Xipamanine, ela era já uma trabalhadora experiente. O empregador pagava horas-extra e as condições eram melhores do que na garagem. Ela trabalhava desde o romper do dia e, se necessário, directo até à noite. O trabalho era ininterrupto: não tínhamos hora de almoço. Comíamos ao mesmo tempo que cosíamos. Como podíamos ir ao bazar comprar comida e cozinhar? Comíamos pão com sardinha. Comíamos a mesma coisa à noite, se tínhamos de trabalhar para acabar uma encomenda.' Ao contrário das mulheres de Tarana, Felizmina tinha 15 dias de férias e alguns benefícios: 'O patrão dava-nos alguns quilos de arroz e açúcar para nos desejar boas férias. Comíamos esses dias felizes e ficávamos 15 dias em casa... costumávamos dizer, "Iaa! O patrão gosta muito de mim, ele deu-me arroz..." e esquecíamos que trabalhávamos arduamente, quanto tempo trabalhávamos, como era duro o trabalho. Eu não sabia, porque não tinha estudado.' Mesmo sem educação, Felizmina sabia que os seus salários eram baixos, mas orgulhava-se de ser 'vulcanizadora'. Orgulhava-se do facto de com o trabalho das suas próprias mãos ter contribuído para uma importante indústria urbana e de a sua própria casa ter sido construída com sapatilhas e borracha'.⁷⁰

A pobreza é dispendiosa em todo o lado, é demorada e é inconveniente. A água comprada à lata, os cigarros comprados cigarro a cigarro e a lenha comprada em pequenos molhos, são mais caros do que a água canalizada, os cigarros comprados ao pacote e a lenha comprada ao atado. O mercado do Xipamanine, o primeiro e único mercado construído e subsidiado pelo município nos bairros de caniço, fazia mais negócio do que as outras cantinas espalhadas por todo o lado, porque estava localizado nas estradas principais servidas por transportes municipais especificamente dirigidos aos trabalhadores africanos, e também atraía clientes brancos e turistas.⁷¹

Os preços do Xipamanine eram mais baixos do que os praticados no mercado Vasco da Gama, o principal mercado municipal, no coração da cidade de cimento, mas mais altos do que os informais das esquinas das ruas pelo meio do caniço, onde a maior parte das famílias comprava e vendia comida. A maior parte das mulheres de Tarana não conseguia ter tempo nem transporte para ir regularmente às compras ao Xipamanine. Quando tinham dinheiro, elas conseguiam comprar produtos frescos mais perto de casa a vendedores sem licença. Para as pessoas sem dinheiro, as cantinas com crédito a vales eram a única opção. Os milhares de residentes do caniço que não viviam perto das torneiras municipais, compravam água na cantina mais próxima. A maior parte das mulheres africanas que viviam no caniço compravam comida e água perto de

⁶⁹ O que se segue baseia-se numa entrevista com Felizmina em Santos Oliveira, 'Recordações sobre Lourenço Marques,' 89–108.

⁷⁰ Santos Oliveira, 'Recordações sobre Lourenço Marques,' 89–108

⁷¹ Mendes, 'Maputo,' 160.

casa porque dispunham de pouco tempo e dinheiro, viviam do crédito dos vales e recebavam justamente estar no lugar errado à hora errada. Todas as mulheres sabiam que chegasse para ficarem em casa depois de escurecer, se possível, e ficar longe de áreas onde pudessem encontrar bêbados ou predadores.⁷²

A economia informal dos bairros de caniço era ampla e estava em crescimento, particularmente na última década da era colonial. Embora as cantinas fossem quase todas detidas e geridas por indianos e portugueses, o comércio em caniço e estacas era gerido por africanos – os mesmos artigos que levavam as mulheres de Tarana a poupar para comprar – e também competiam no mercado dos blocos de cimento e das chapas de zinco para as coberturas.⁷³ O comércio de lenha, carvão vegetal, bebidas, comidas cozinhadas, e a venda de hortícolas frescos, eram dominados pelas mulheres africanas.⁷⁴ As cantinas e a economia informal serviam a maioria dos residentes e, sem elas, os habitantes do caniço teriam passado muito mal para conseguirem aquilo de que necessitavam para as suas famílias.

Contextualizando as descascadeiras de caju

As pessoas locais podem muito bem ter visto as descascadeiras de caju como sujas e suspeitas e evitado trabalhar em Tarana a menos que não tivessem outra escolha – o lugar era sujo, malcheiroso e perigoso.⁷⁵ Mas dezenas de mulheres locais também trabalhavam e criavam os seus filhos em Tarana. As mulheres locais, como Marta Moiana e Raquelina Machava, trabalhavam em Tarana mesmo ao lado das suas mães e filhas – três gerações de mulheres locais apoiando-se umas às outras e tomando conta das crianças, sem depender dos pais das crianças.⁷⁶ Até que ponto eram estas mulheres industriais diferentes das suas vizinhas nos bairros de caniço, nesta altura? Tal como reflectido na narrativa de Felizmina, a vida entre as mulheres da fábrica não era muito diferente, mas e o resto da população?

Um estudo de Rita-Ferreira em 1968 constatou que cerca de 40 por cento de todas as crianças africanas urbanas não tinham o nascimento nem a paternidade registados. Elas não tinham os documentos de que necessitavam para frequentarem a escola. Embora as mulheres afirmassem que 'estas crianças não têm pais', é claro que tinham, e a maior parte das mães e dos pais sabiam quem eram os filhos de uns e outros. Registrar o nascimento de uma criança no município era um outro assunto. Significava dinheiro, tempo de trabalho para ficar na fila e, muito provavelmente, um problema que exigiria uma nova visita e mais dinheiro.

Já em meados dos anos 1950, quando começou a pesquisa nas zonas rurais do Sul do Save, Rita-Ferreira descobriu que a estigmatização de ter filhos da casa e viver relações amancebadas tinham diminuído substancialmente, mesmo nas zonas rurais supostamente mais conservadoras. Ter uma criança antes de um casamento sancionado pelo lobolo limitava seriamente as hipóteses

⁷² Em 1947, 1949 e 1950 eclodiram confrontações violentas entre os residentes do caniço e os soldados, em particular os do Esquadrão de Dragões (forças especiais), aquartelados no quartel da Malanga. Luís Augusto Pereira de Azambuja, o administrador na altura, reportou: 'Todas estas desordens foram sem dúvida motivadas por escaramuças relacionadas com mulheres. Os soldados procuram satisfazer as suas necessidades sexuais molestando qualquer mulher que passe por eles, uma mãe acompanhada do seu marido, pais e irmãos – resultando sempre em desordem.' O mesmo relatório confirmou que algumas mulheres viviam em casas em redor do quartel, amancebadas com soldados, e que os soldados protegiam essas mulheres. PAM à ACLM, 242 B/11, 20 Nov. 1950, ACLM / AHM; TO, Grupo de Reformados, 4 Jun. 1993.

⁷³ TO, Joana Tinga Chilale, 20 Maio 1993, Carlota Samuel Ncutlana, 6 Março 1993, Julieta Mulungu, 20 Maio 1994, Ester Tafula, 6 Março 1993, Rosa Nau, 10 Junho 1993; Langa, Retratos, 50.

⁷⁴ A cobertura de equipas desportivas africanas pel' O Brado Africano sugere que o desporto é uma outra área económica importante negligenciada para os negócios africanos, mas era claramente uma arena masculina. Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 280, 367; Nuno Miguel Rodrigues Domingos, 'Football in Colonial Lourenço Marques: Bodily Practices and Social Rituals,' Tese de PhD (Londres: Universidade de Londres, 2009).

⁷⁵ TO, Luis Guila Muhale, 29 Jun. 1993.

⁷⁶ TO, Marta Moiane, 9 Jul 1993, Marta, sua mãe Alice Massinga e filha Antonieta Moiana, trabalhavam todas em Tarana; TO, Raquelina Machava, 21 Maio 1993, 12 Jul. 1993.

de uma mulher se tornar a primeira esposa de um casamento sancionado pelo lobolo. Nos anos 1950, os jovens estavam menos convencidos do que os seus pais quanto aos benefícios do casamento com lobolo. Rita-Ferreira constatou que a poligamia formal tinha caído abruptamente enquanto as relações de amancebamento, ou o que ele chamava de viver em concubinação, era cada vez mais comum.⁷⁷

Em 1960, mais de 8,500 mulheres que viviam em Lourenço Marques estavam registadas como chefes de família provendo ao sustento dos seus filhos. Milhares de mulheres urbanas evitavam o registo, se possível, pelo que é difícil documentar quantas mulheres viviam como chefes de família sozinhas, com filhos dependentes.⁷⁸ As mulheres, fossem ou não assalariadas, desenvolviam estratégias e correntes múltiplas de rendimento: apanha de frutos, castanhas e plantas comestíveis em áreas públicas, apanha de moluscos na maré vazia, e apanha de ramos podados nas ruas da cidade, para os usar ou vender como lenha para cozinhar. O carvão vegetal e a lenha eram os combustíveis habituais em grande parte da cidade que não era servida de electricidade e as mulheres eram quem habitualmente os fornecia.

Embora todas as famílias rentabilizassem os seus salários sempre que possível, o facto de no estudo de Rita-Ferreira, em 1967, apenas 7 por cento dos habitantes do caniço fazerem machambas, sublinha a enorme mudança relativamente a 1940, quando mais de 80 por cento das mulheres urbanas faziam machamba. Embora as fotografias aéreas mostrem que literalmente todo e qualquer espaço vazio onde se pudesse plantar estava plantado, estes pequenos bocados não chegavam para produzir como machambas propriamente ditas.⁷⁹ Em vez disso, as mulheres compravam os produtos básicos nos mercados da área e ou os revendiam ou os processavam como comes e bebes para venda, mais uma vez provendo conveniência e produtos básicos a pessoas que viviam em bairros mal servidos e que não tinham tempo, nos seus dias úteis, para caminharem até aos mercados principais.⁸⁰

As narrativas documentam profundamente que mulheres de todos os tipos de configuração familiar participavam no comércio de lenha, carvão vegetal, bebidas, comida cozinhada e produtos frescos nos bairros de caniço. Elas trabalhavam como cabeleireiras e costureiras para si próprias e as suas famílias e também como pequenas empresárias. A menos que pertencessem a igrejas que proibiam o consumo de álcool, mesmo as mulheres das famílias da elite fabricavam *uputsu* ou *pombe*, cerveja de baixo teor alcoólico à base de mapira, tanto para consumo da casa como para venda no bairro. A fabricação de bebidas alcoólicas permaneceu um meio importante para todas as famílias melhorarem os seus rendimentos.⁸¹ Resumindo, a maior parte das famílias africanas no caniço procuravam as mesmas estratégias de correntes múltiplas, como as mulheres de Tarana: pedir empréstimos sobre vales, poupar em xitiques, reforçar o rendimento de todas as maneiras possíveis. A maior parte das famílias também dependia das contribuições activas de quantos familiares e amigos urbanos e rurais houvesse para manter os seus agregados de pé.

Um estudo de 1959/1960, sobre 262 trabalhadores da fábrica de cimentos da Matola e suas famílias, foi um dos raros realizados na sua época. O estudo detectou uma grande diversidade entre os trabalhadores e as suas famílias, mas fez muitas observações que soaram verdadeiras com as descascadeiras de caju e que providenciaram uma base de comparação. O estudo confirmou que os combustíveis normais de cozinha eram o carvão vegetal e a lenha. Os combustíveis eram essenciais para cozinhar o milho, o arroz e o amendoim de que a maior parte das pessoas dependia como base para todas as refeições. A maior parte das famílias usava o pilão para moer o milho e o amendoim. Isso e o uso de carvão vegetal e da lenha serviam ao padrão usual de preparar e cozinhar os alimentos, fosse ao ar livre ou numa cozinha fechada, com um telhado aberto para expelir o fumo. O estudo estimou o custo mínimo destes produtos básicos e

⁷⁷ Rita-Ferreira, 'Esboço Social,' 121, 128-9.

⁷⁸ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 304-27.

⁷⁹ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 315.

⁸⁰ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 300; Mendes, 'Maputo.'

⁸¹ TO, Cristina Josias Pelembe, 17 Maio 1993; Celeste Guambe, 17 Maio 1993; Joana Massacaira, 24 Maio 1993; Amélia Samuel Muzima, 25 Maio 1993.

do combustível para cozinhar, entre 1956 e 1959, em 70 escudos.⁸² Se as descascadeiras de caju recebessem integralmente o seu salário de 13 escudos por dia, seis dias por semana, o salário máximo que conseguiam ganhar seria de 78 escudos.

Embora os homens na fábrica de cimentos da Matola ganhassem salários mais altos, as suas famílias não deixavam de trabalhar nas machambas perto do bairro dos trabalhadores da fábrica para melhorar o acesso a comida.⁸³ Mais de metade dessas famílias dependiam de um homem que ganhava o salário mais baixo da fábrica, 18 escudos por dia. Cerca de 8 por cento dos homens ganhavam o salário máximo, que era de 40 escudos por dia. Das pessoas que faziam refeições regulares, o matabicho era chá com açúcar e pão, e tanto a refeição do meio-dia como a da noite eram papa de farinha de milho com molho de amendoim ou vegetais. Quando era possível, as pessoas comiam peixe ou carne, mas o estudo revelou que todas as mulheres inquiridas consumiam cerca de um terço menos calorias do que deviam, 82 a 100 por cento das crianças e adolescentes consumiam entre um terço e mais de metade de calorias a menos, e todas as mulheres e crianças tinham algum nível de deficiência de proteínas.⁸⁴ As mulheres foram consistentemente as mais deficientes em calorias e proteínas, apesar do facto de estarem grávidas, a amamentar ou a produzir os alimentos que todos os outros comiam. As únicas pessoas que, no estudo da fábrica de cimentos, consumiam mais calorias do que precisavam era um pequeno número de homens que ganhavam 40 escudos por dia. As suas mulheres e filhos não beneficiavam disso na mesma medida.

Embora a acomodação dos trabalhadores da fábrica de cimentos fosse rudimentar, eles não tinham de pagar rendas. A maior parte das mulheres de Tarana dava prioridade à comida. O tecto firme sobre as suas cabeças vinha a seguir. Vários inquéritos constataram que, de um modo geral, os residentes do caniço davam prioridade à comida e que isso levava grande parte do seu rendimento, não raro atrasando-se no pagamento ou não pagando a renda.⁸⁵ A comida, a lenha e a renda eram a base. Para as mulheres de Tarana e muitas outras do caniço, tratar do essencial era uma batalha.

O estudo de Norberto Teixeira Santos, de 1970, investigou a dieta e a nutrição de uma população geral de 200 agregados africanos no bairro de caniço da Josefa, com atenção especial para as crianças com menos de cinco anos de idade. O estudo revelou que quase metade (48 por cento) das crianças examinadas estavam malnutridas por falta de ingestão de calorias básicas e proteínas. Embora os bebés lactentes sofressem menos de malnutrição, 5 por cento das crianças de um a cinco anos de idade estavam gravemente malnutridas, a ponto de sofrerem de *kwashiorkor* ou marasmo, e 6 por cento, de riquetsiose.⁸⁶ O estudo concluiu que as doenças e a mortalidade em recém-nascidos e na infância no caniço se deviam a 'pobreza, ignorância, condições de habitação e saneamento do meio de má qualidade, bem como a índices elevados de diarreias, doenças respiratórias, parasitoses e malária.'⁸⁷ A pobreza e a má qualidade dos serviços municipais contribuíam para a precariedade da habitação e a má qualidade da água e do saneamento, que podiam ter consequências letais.

⁸² O Anuário Estatístico para 1956 listou os preços dos produtos básicos chave: carvão 0.60 escudos por quilo x 8 quilos por semana totaliza 4.80 Esc, farinha de milho 1.5 quilos por dia a 2.28 totaliza 23.94 Esc por semana, amendoim a 1 quilo por dia a 5.20 Esc totaliza 36.40 Esc por semana e 1.5 quilos de galinha por semana a 18 escudos, totaliza 27.00 escudos, Moçambique, Repartição Técnica de Estatística, Anuário Estatístico, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1956. Este estudo confirma 70 escudos para cozinhar e comer por semana, deixando a maior parte dos trabalhadores com 29 escudos por semana para o imposto, renda, vestuário e tudo o resto. Ver também Inquérito nutricional...Fábrica de Cimentos, não paginado.

⁸³ Inquérito nutricional...Fábrica de Cimentos, não-paginado.

⁸⁴ As fontes de proteínas provinham um terço do amendoim, um quarto da farinha de milho, e só cerca de 16 por cento provinham de alguma combinação com carne ou peixe. Inquérito nutricional...Fábrica de Cimentos, não-paginado.

⁸⁵ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 311; JIU, Inquérito habitacional, 42-87.

⁸⁶ Santos, 'Avaliação Nutricional,' 325-32.

⁸⁷ Santos, 'Avaliação Nutricional,' 325-32.

Os preconceitos a que as mulheres de Tarana faziam face eram conhecidos do resto da população. Apesar do facto de as famílias urbanas africanas dependerem claramente das mulheres para a alimentação e a reprodução dos agregados, os homens estavam preparados para identificar a presença de mulheres africanas nas áreas urbanas como um problema, e a administração colonial repatriava as mulheres para as áreas rurais se os seus papéis de migração e emprego não estivessem em ordem. Os arquivos revelaram casos de mulheres nascidas localmente e há muito residentes a serem realocizadas para zonas rurais nos anos 1960, quando a pressão da procura de casas estava tensa.⁸⁸ No conceito do estado e dos homens mais velhos, as mulheres deviam estar na machamba numa área rural. Em fins dos anos cinquenta, falando sobre a população do caniço em geral, Flegg Mitchell concluiu que a presença de mulheres era um factor positivo: 'apesar da sua iliteracia e falta de emprego remunerado, e mesmo sem estarem formalmente casadas, as mulheres de Lourenço Marques parecem representar uma força estabilizadora na área urbana. Isto podia dever-se a que os homens e as mulheres viviam em unidades familiares com as suas crianças e [ao contrário da África do Sul] não em unidades de trabalho separadas.'⁸⁹ Passada uma década, a análise de Rita-Ferreira concordava com a apreciação de Flegg Mitchell, quase palavra por palavra: 'Concluimos afirmando que as mulheres podem representar uma força eminentemente estabilizadora na sociedade urbana, mesmo apesar das numerosas uniões ilegítimas e precárias, mesmo apesar do seu menor grau de instrução, de participação em actividades económicas modernas e de integração nos valores da civilização da técnica e da ciência aplicada.'⁹⁰

Flegg Mitchell também questionou os desequilíbrios do ratio entre sexos reportado pelo município. Ela argumentou que a municipalidade promovia um entendimento distorcido da população urbana porque incluía várias populações só de homens na contagem da população africana urbana. Esses homens e jovens não viviam no caniço: eles eram empregados domésticos com alojamento na cidade de cimento e como trabalhadores contratados a viver em compondes no porto e no quartel da Malanga. Na prática, afirmou, a população que realmente vivia nos bairros de caniço tinha um ratio bastante mais equilibrado entre sexos.⁹¹ Em suma, os estudiosos que focaram a vida no caniço afirmaram que a presença de mulheres, em vez de um problema, era um benefício para a cidade.

Famílias, fertilidade e pobreza

É claro que muitas mulheres procuravam em Lourenço Marques a possibilidade de melhorar a sua própria situação e das suas crianças, mas havia diferenças significativas entre as mulheres que emigravam. Rita-Ferreira argumentou que a infertilidade era uma causa importante de divórcio e separação no Sul do Save, mas esse argumento não se revelou verdadeiro entre as narradoras, apesar do facto de muitas delas serem divorciadas e separadas.⁹² Embora várias das mulheres com fertilidade mais alta tivessem relações estáveis e duradouras, foram muitos mais os maridos que abandonaram as mulheres por terem alta fertilidade do que os que se divorciaram delas por infertilidade. Apenas 10 por cento das narradoras não tinham filhos e algumas dessas nunca tinham casado, tinham enviuvado antes de terem filhos ou nunca tinham vivido com um homem. Outros quinze por cento das narradoras tinham tido apenas um ou dois filhos, mas três quartos tiveram três ou mais. Desse grupo, mais de um terço tiveram entre três e seis filhos e 40% tiveram entre sete e onze. De novo, havia por vezes uma correlação entre as grandes famílias e o reforço de garantias e prosperidade, outra vezes nem por isso.

⁸⁸ ACLM, arquivador de requerimentos 134 / B 1950s to 1962.

⁸⁹ Flegg Mitchell, 'Aspects of Urbanization,' 14-29, 35.

⁹⁰ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 247-53, cit., 253.

⁹¹ Flegg Mitchell, 'Aspects of Urbanization,' 14-29.

⁹² Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 291-3.

No âmbito mais amplo da comunidade africana urbana nos anos 1960, o perfil de fertilidade era o oposto: 73 por cento das famílias tinham menos de três filhos, enquanto 75 por cento das narradoras de Tarana tinham três ou mais filhos. Na comunidade mais alargada, 44 por cento dos agregados não tinham filhos a viver com eles, cerca de 29 por cento tinham dois ou menos filhos e 27 por cento tinham três ou mais.⁹³ As mulheres vinham para a cidade para garantir que elas e os seus filhos, ou os seus irmãos, conseguiram comer e ter abrigo. A grande maior parte das mulheres que trabalhavam em Tarana não eram inférteis. Tiveram filhos e trouxeram esses filhos com elas para a cidade, em parte porque não tinham família que pudesse tomar conta das crianças nas zonas rurais.

Embora três quartos das narradoras tivessem três ou mais filhos, cerca de metade dessas mães tinha passado pela experiência de perder um filho. A trágica experiência de Amélia Chiconela de perder sete dos seus onze filhos foi excepcional, mas muitas mulheres enterraram mais de quatro filhos. A pobreza contribuía para os altos níveis de mortalidade infantil entre a população africana urbana como um todo. As trabalhadoras do caju eram uma maioria de assalariadas entre as mulheres urbanas, mas em fins dos anos 1960, pelo menos 18,700 mulheres urbanas eram trabalhadoras assalariadas, muitas delas para poderem sustentar-se e às suas famílias.

Em finais dos anos 1960, eram muitas as famílias africanas que tinham contraído algum nível de dívida: devendo rendas atrasadas das suas casas, contraindo empréstimos contra o pagamento dos seus salários, e despendendo 60 a 75 por cento dos seus rendimentos globais apenas em comida.⁹⁴ Inquéritos realizados em 1963 e 1966 no projecto de habitação do significativamente mais próspero bairro da Munhuana, onde os chefes de família tinham de ser homens, os residentes reportaram que a totalidade dos seus rendimentos eram consumidos pelo custo das necessidades básicas: comida, lenha para cozinhar, renda de casa e electricidade, pilhas e petróleo de iluminação. Raramente se davam ao luxo de ter carne e peixe na sua alimentação.⁹⁵

Embora muitas mulheres recordassem que, nesse tempo, os preços da comida e da lenha eram acessíveis comparativamente à inflação que se seguiu à independência, as mulheres com famílias maiores tiveram sempre de combinar a geração, a rentabilização de rendimentos e o crédito para juntarem as pontas. O inquérito de Rita-Ferreira revelou que 68 por cento dos homens não diziam às suas esposas ou mulheres com quem viviam quanto ganhavam nem como gastavam o seu dinheiro. As mulheres que, nos anos 1960, responderam a inquéritos semelhantes no bairro da Munhuana, também disseram que não conheciam os rendimentos das suas famílias.⁹⁶ Penso que mesmo que soubessem, não haveriam de o querer partilhar com estranhos por intermédio de um tradutor.

Os profissionais da Agência Social que realizaram ambos os inquéritos na Munhuana, trabalharam principalmente com homens, que foram mais o foco do seu trabalho. O Bairro da Munhuana – originalmente, Bairro Indígena da Munhuana – foi um dos poucos lugares onde o município investiu em habitação para a maioria da população. Muitos dos chefes de família tinham o que podia ser considerado de bons empregos, e a maior parte falava português, mesmo que rudimentar. Porém, ambos os inquéritos notaram que virtualmente nenhuma das mulheres e crianças falava português. As línguas do bairro eram o ronga e o changana. Portanto, as mulheres da Caju não fugiam à norma.⁹⁷

Os profissionais também notaram que enquanto os homens eram geralmente a favor da ideia de o município construir blocos de edifícios de apartamentos em vez de habitações familiares

⁹³ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 178–97.

⁹⁴ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 309–22.

⁹⁵ JIU, 'Inquérito habitacional.'

⁹⁶ Vale a pena notar que 41.5 por cento das mulheres e 49.3 por cento dos homens convidados a participar no inquérito de 1963–64, na Munhuana, não compareceram. No fim, os resultados do inquérito a 500 famílias basearam-se na informação prestada por 35 homens e 25 mulheres – sessenta pessoas. 'Inquérito Habitacional', 24, 31; O número de pessoas que realmente responderam ao piloto de 1966 parece ter sido um pouco mais equilibrado, Momplê, 'Relatório Síntese,' 12.

⁹⁷ JIU, 'Inquérito Habitacional,' 31; Momplê, 'Relatório Síntese,' 12, 23; Saevfors, Maxaquene, 69–71.

individuais, as mulheres, esmagadoramente, não gostaram da ideia de blocos de apartamentos. As mulheres valorizavam um espaço onde os seus filhos pudessem brincar e elas pudessem pôr a roupa a secar e sentar-se ao ar livre com a família, estava calor dentro de casa. Num apartamento, elas não podiam usar a lenha nem o carvão a que estavam habituadas para cozinhar, tinham de comprar combustíveis mais caros e não podiam pilar o milho no pilão grande, mesmo que arranjassem tempo para isso. Viver em apartamentos, diziam, parecia-lhes ser como estarem penduradas num arame dum estendal de roupa sem quintal.⁹⁸

No caniço, eram muito poucas as casas que tinham água canalizada, electricidade ou chaminés. Noventa e quatro por cento da confecção de alimentos tinha lugar no quintal, a lenha ou a carvão vegetal. As mulheres faziam a preparação das refeições depois da apanha dos alimentos, da lenha e da água necessários. Populações de mosquitos portadores de malária reproduziam-se nas águas estagnadas das cheias de verão. As fraldas e a roupa de cama não secavam. Os preços do carvão vegetal subiam e o carvão e a lenha molhados eram difíceis de acender. As idas e vindas a pé ou nos transportes públicos eram mais demoradas. Era preciso mais tempo para fazer fosse o que fosse e as pessoas ficavam mais doentes com malária e doenças transmitidas pela água. As últimas semanas de cada estação chuvosa eram miseráveis, dado que as pessoas acumulavam tantas dívidas que não conseguiam pedir mais crédito e tinham simplesmente de comer menos. A fome e a doença juntavam-se com a humidade e a lama para derrotar o ânimo de toda a gente.⁹⁹

Apesar da importância fundamental da alimentação, a atenção dos inquéritos nutricionais à malária, às diarreias e às parasitoses como factores incontornáveis, salientavam também outros aspectos da saúde e do bem-estar. Nos bairros com falta de água própria para consumo, falta de saneamento e drenagem deficiente, a capacidade das mulheres para manter as crianças, a comida e as casas sem parasitas e sem mosquitos dependia frequentemente da sua capacidade de gestão do seu tempo e dos trabalhos domésticos: carregar água dos distantes fontanários públicos ou comprá-la na cantina mais próxima, limpar a casa, os pratos, a roupa e tomar banho. O absentismo na Caju estava fortemente ligado às doenças na família, normalmente doenças das crianças, pelo que, com efeito, as mulheres faltavam ao serviço porque o município não investia na provisão de serviços básicos aos bairros da cidade, o que teria melhorado consideravelmente a sua capacidade de viver vidas saudáveis.

Formas de famílias urbanas

Tal como as mulheres de Tarana, milhares de mulheres urbanas viviam amancebadas e os filhos dessas relações eram considerados filhos das mulheres. A pergunta de Rita-Ferreira 'Porque prefere ter a sua mulher e filhos a viver nas zonas rurais?' saiu do questionário central ao seu inquérito de 1967 – o que ele afirmou ser factual e objectivo.¹⁰⁰ O inquérito não fez perguntas explicitamente a mulheres africanas e a pergunta citada previa claramente as respostas dos homens. Não surpreende, portanto, que o inquérito tenha concluído que os homens urbanos não consideravam as mulheres urbanas boas para casar.¹⁰¹ Isso podia muito bem ser verdade, mas dada a maneira como Rita-Ferreira colocou a pergunta, não fica claro como poderia ele ter chegado a qualquer outra conclusão.

Por direito, supunha-se que os homens que pagavam o lobolo pelas suas mulheres deviam apoiá-las e aos seus filhos. Ao longo desse período, tanto homens como mulheres reclamavam apoio e serviços aos seus esposos e parceiros, através da Secretaria dos Negócios Indígenas. Embora o tratamento desses pedidos estivesse longe de ser uniforme, de um modo geral os homens e mulheres que viviam amancebados tinham menos possibilidades de ver as suas

⁹⁸ JIU, 'Inquérito Habitacional,' 31; Momplê, 'Relatório Síntese,' detalhes 37–38, cit. 38.

⁹⁹ TO, Carlota Cumbe e grupo de reformados, 2 Jun. 1993.

¹⁰⁰ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 'Modelo do Questionário' entre as páginas 100 e 101.

¹⁰¹ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 247 ff e 291ff.

reclamações atendidas do que os casados pela lei civil ou sancionados pelo lobolo.¹⁰² Muitas mulheres viviam amancebadas e criavam os filhos com homens que sabiam ser casados com outras mulheres. Havia homens que viviam amancebados e tinham filhos com mulheres que não eram as suas esposas. Muitas pessoas tinham relações mais longas ou menos longas com pessoas que eram seus/suas amantes, mas não os seus maridos ou esposas.¹⁰³ Algumas mulheres tinham relações longas e satisfatórias com os seus parceiros amancebados, com poucas expectativas de qualquer coisa para além de apoio emocional.¹⁰⁴ Algumas mulheres tinham uma série de homens nas suas vidas, e comentavam simplesmente, 'Não tínhamos necessariamente de viver juntos, só tínhamos filhos'.¹⁰⁵ Matilde Chiduzza voltou para o mesmo homem que a tinha desiludido várias vezes, mas sorria e dizia 'Que podemos fazer? Uma mulher é uma mulher!'¹⁰⁶

Resumindo, muitas mulheres e muitos homens viviam juntos em união de facto e as tensões e expectativas nos seus agregados variavam bastante. Com base nos números do censo, é difícil dizer quantos dos agregados nas vastas áreas residenciais africanas eram compostos por um homem, a sua esposa legal e os filhos dos dois. A matemática do inquérito de Rita-Ferreira também é complicada. Ele estimou que cerca de 26 por cento dos homens viviam com as suas mulheres e filhos legais e cerca de 15 por cento dos homens casados viviam amancebados com mulheres na cidade.¹⁰⁷ Os números eram muito mais altos, em ambas as categorias, para as mulheres. Cerca de 45 por cento das mulheres viviam com os seus maridos e mais de 28 por cento viviam amancebadas. Rita-Ferreira confirmou que a proliferação de relações de amancebamento estava fortemente ligada à pobreza e o facto de que, a partir do momento em que uma mulher com filhos de uma relação anterior se arrojava por sua conta na cidade, era pouco provável que voltasse a casar, antes entrando em relações de mancebia. Rita-Ferreira levantou estes aspectos sob o subtítulo concubinagem.¹⁰⁸

As experiências das mulheres da Caju reflectiam as descritas por Rita-Ferreira, mas a maior parte das mulheres não adoptou um sentido de vergonha ou de posição de segunda categoria. O desfazer do casamento era muitas vezes o precursor que atirava as mulheres para a Caju, mas normalmente, o que tinha despoletado o desmanche não tinha sido feito por elas, por isso não tinham culpas. Se ser simplesmente uma mulher urbana era um ataque à disponibilidade das mulheres para casar, estar separada ou divorciada rotulava a mulher como mercadoria usada – inapropriada para ser uma primeira mulher. Claro que ninguém descrevia os homens de qualquer estado civil como 'uma calamidade' – também esse é um conceito de género feminino.

No entanto, Maria Argentina Mabica e Marta Elisa Jorge Honwana revelaram que as relações de amancebamento podiam ser satisfatórias e duradouras. Elas chegaram à caju em 1964, em circunstâncias bastante diferentes, mas ambas mantiveram relações de amancebamento. Maria Argentina era solteira e tinha chegado à cidade com a sua mãe.¹⁰⁹ Elas tinham deixado o distrito de Zavala para a cidade, para fugirem aos espancamentos que ambas tinham sofrido regularmente às mãos do pai de Mabica. Pouco depois de ter começado a trabalhar na Caju, Mabica amancebou-se com José Braço. Depois do nascimento do seu segundo filho, Braço quis casar com ela, mas a família dele via-a como 'de segunda mão' e insistiu no que eles e Maria Argentina

¹⁰² Os ficheiros da correspondência da ACLM documentando os chamados milandos (discórdias / litígios) são uma fonte auspiciosa para mais detalhes sobre história social. Por exemplo, PAM à ACLM, 29 Jan. 1949, 13 / B / 8; PAM à ACLM, 28 Nov. 1949, 222/ B/ 11; RCNI to ACLM, 19 Jan. 1947, 273/M/1/1; Circunscrição do Guijá, 16 Jun. 1950, 829/B/ 8. ACLM / AHM.

¹⁰³ Paulina Chiziane apresenta uma visão divertida dessas relações urbanas no seu romance, *Niketche: Uma História de Poligamia* [Romance] (Lisboa: Caminho, 2002).

¹⁰⁴ TO, Amélia Manhiquete, 13 Jul. 1993; Cristina Miambu, 26 Maio 1993.

¹⁰⁵ TO, Maria Argentina Nhasinde, 27 Maio 1993.

¹⁰⁶ TO, Matilde Chiduzza, 27 May 1993.

¹⁰⁷ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 299–300.

¹⁰⁸ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 301ff sob o título 'Concubinagem.'

¹⁰⁹ Este parágrafo basou-se no TO Maria Argentina Mabica, 27 Maio 1993.

chamavam de 'mulher nova' de Gaza.¹¹⁰ Braço acabou por casar com a mulher de Gaza para satisfazer a sua família, mas continuou a viver com Maria Argentina e a criar uma família com ela. Os dois acabaram por ter uma família de seis filhos e ainda estavam juntos quase trinta anos depois. Todas as partes destas relações assumiam o compromisso. Basicamente, Maria Argentina Mabica vivia com Braço enquanto a 'mulher nova' vivia principalmente sozinha em Gaza. A relação sancionada pelo lobolo entre as duas famílias, permaneceu na família de Gaza.

Marta Elisa Jorge Honwana tinha acabado de fazer 18 anos quando casou pela primeira vez, mas enviuvou menos de três anos depois.¹¹¹ Embora tivesse apenas 21 anos e não tivesse filhos, ela sabia que seria considerada 'usada', imprópria para ser uma primeira mulher. Mudou-se e foi viver na cidade com o seu pai, começando uma longa carreira na Caju. No ano seguinte teve uma filha, uma filha da casa, e isso confirmou o estatuto de 'usada' de Marta. Ela começou então uma relação amancebada com Américo Cossa. Cossa já era casado com uma mulher de Gaza, pelo que Marta não tinha expectativas particulares em relação a apoio na sua relação. No entanto, graças em parte ao apoio de Américo para a sua casa, Marta conseguiu terminar a segunda classe escolar e aprendeu a costurar. Os seus conhecimentos deram-lhe oportunidades diferentes da machamba e do fabrico de bebidas alcoólicas para ganhar um pouco mais por si própria. Ela também reforçava os salários de Américo com os seus conhecimentos.

Entre 1967 e 1980, Marta e Américo tiveram quatro filhos e duas filhas. Marta continuou na Caju. A madrastra ajudou-a enquanto os filhos eram pequenos. Aos fins de semana, Marta, a sua madrastra e várias outras mulheres trabalhavam numa machamba próxima da cidade. A combinação de uma relação estável, educação, formação técnica, ajuda consistente no cuidar das crianças e a oportunidade de melhorar o rendimento da família com os produtos das suas hortas, faziam de Marta uma das mulheres mais seguras de entre as narradoras. Marta não era casada com Américo, mas tinham uma vida boa juntos. Marta beneficiava da protecção de Américo, para além das suas próprias capacidades e da colaboração com um grupo de mulheres provenientes da sua família e não só. Eles gozavam de uma relação pessoal profundamente satisfatória, apesar da mulher de Gaza e da pressão das muitas crianças da família directa e enteados. Talvez fosse apenas o caso de as narradoras deste projecto serem as mulheres da cidade, não as mulheres do campo, mas elas pareciam ter satisfação nisso. Se elas tivessem vivido com um Agostinho, as coisas poderiam ter sido muito diferentes.

A pergunta da pesquisa de Rita-Ferreira foi colocada a propósito das esposas rurais, mas os resultados da pesquisa foram semelhantes aos da vizinha Catembe: os homens casavam com mulheres rurais e não queriam trazer as suas esposas para uma área urbana, porque a cidade tinha uma reputação libertina e ostentatória.¹¹² As mulheres da Caju foram objecto de um desdém especial: 'As mulheres que trabalham nessas fábricas... têm todas o estigma de serem prostitutas... Uma mulher que não está disposta a viver com [o marido ou o pai] é uma mulher irresponsável cujo único interesse pode ser vender os seus favores ao maior número possível de homens.'¹¹³

A prática dos homens que articulava o estatuto da moralidade da comunidade relativamente ao controle e subordinação das mulheres, e que projectava as mulheres como intrinsecamente necessitando de dominação, era simultaneamente regional e antiga. Não é de surpreender que a narrativa da propriedade cultural e das experiências de insegurança das mulheres nem sempre encaixassem. O desejo de independência das mulheres e do direito a deter propriedade por si próprias deviam-se, em parte, à erosão das protecções familiares e dos direitos de que tinham beneficiado anteriormente. Focando as mulheres da Tanzânia, o trabalho de Liv Haram sugere que algumas mulheres solteiras urbanas com filhos gozavam da reputação de serem mulheres

¹¹⁰ Maria Argentina usou as palavras 'mercadoria usada' e 'mulher nova' ao narrar a sua experiência, TO, Mabica, 27 Maio 1993. No século vinte e um, o termo Xicalamidade, significando roupa usada, 'mercadoria usada' também se aplicava a mulheres que estavam separadas, divorciadas ou viúvas, Lopes et al. Moçambicanismos, 39.

¹¹¹ Este parágrafo baseou-se no TO, Marta Elisa Jorge Honwana, 31 Maio 1993.

¹¹² Binford, 'Stalemate,' 109; Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 299–300.

¹¹³ Binford, 'Stalemate,' 109.

modernas, por assim dizer, e usaram-na a seu favor. Ela também confirmou que as mulheres pobres seriam provavelmente as que menos desenvolveriam uma estratégia dessas.¹¹⁴

Rita-Ferreira concluiu que a opção final das mulheres, depois de viverem amancebadas, era a prostituição.¹¹⁵ É certo que as imigrantes solteiras, viúvas e divorciadas que trabalhavam na Caju sabiam que a sua reputação de mulheres em segunda mão faziam com que elas apenas servissem para parceiros amancebados ou segundas mulheres, mas muitas conseguiram forjar maneiras de viver com outras mulheres, com sobrinhas ou com os seus próprios filhos – sem se virarem para a prostituição. As descascadeiras locais e imigrantes conheciam as suas reputações, mas não tinham de lhes ser fiéis. Muitas tinham sacrificado as suas intocáveis reputações porque os seus maridos se divorciavam delas, as tinham deixado, agredido ou, de alguma outra forma importante, não corresponderam às expectativas culturalmente aceitáveis de apoio e protecção, como pais ou maridos. As correlações entre o ser mãe sozinha e a pobreza mantêm-se fortes. Na sua história dos pobres de África, John Iliffe citou um provérbio do Burundi, de meados do século XX: 'A pobreza dos sós é ultrapassada pela da mulher com um filho às costas.' Metade das quatro categorias de John Iliffe para a extrema pobreza em África são exclusivas às mulheres: viúvas idosas inaptas e mulheres com crianças dependentes.¹¹⁶

A afirmação de Elina Chivavale Mulungu de que os homens em geral e os maridos em particular são inúteis para tudo, excepto o que se faz entre os lençóis foi extremamente franca, mas a ideia de um marido como um incómodo não vai, de forma alguma, além dos limites. Um estudo sobre as mulheres urbanas sul africanas, no final dos anos setenta, deparou com sentimentos semelhantes tanto entre mulheres solteiras como entre mulheres que já tinham sido casadas. Uma mulher divorciada declarou com franqueza: 'Um marido só incomoda – não te deixa trabalhar ou, se deixa, não trabalha e fica com o teu dinheiro. É ciumento e bate-te. Não, estou muito melhor sem marido.' Uma mulher solteira teve uma atitude semelhante: 'Para que é que eu quero um marido? Posso ganhar dinheiro e posso ter filhos: posso criar os meus filhos sozinha e sem ser incomodada por um homem.'¹¹⁷ As mulheres urbanas podiam usufruir de companheirismo numa relação sem ter de contar com o apoio de um homem. Muitas mulheres consideravam os seus empregos ou culturas de rendimento como fontes mais seguras de rendimentos incontestados do que o apoio de um marido.¹¹⁸

Desvios de análise sugerindo que as pessoas preferiam os agregados chefiados por homens e que as ligações conjugais, mais que as familiares, eram centrais à formação dos agregados, podem ser particularmente inúteis entre populações pobres ou famílias de agricultores em que as mulheres partilham o trabalho no campo e na família.¹¹⁹ Evelyn Blackwood, a trabalhar num estudo de caso em Sumatra, sugere que: 'O pressuposto de que a base da maior parte dos agregados é nuclear e chefiada por homens... seja substituído pelo pressuposto de que os agregados são grupos de familiares a funcionar numa variedade de relações transversais, uma das

¹¹⁴ Liv Haram alerta especificamente para as estratégias de rentabilização das mulheres sozinhas que têm filhos com vários homens que podem usar uns contra os outros, 'não é uma opção real para as [mulheres] mais pobres,' Haram, "Prostitutes" or Modern Women: Negotiating Respectability in Northern Tanzania,' in Arnfred, ed. *Re-Thinking*, 225.

¹¹⁵ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 299.

¹¹⁶ John Iliffe, *The African Poor: A History* (Nova Iorque: Cambridge University Press, 1987): 63, 275. Estudos mais recentes corroboram esta observação: Rosemary Galli, 'Household Surveys of Women in Urban Mozambique: A Statistical Overview,' *Africa Update*, 1, 3 (Verão 1994): não-paginado; International Labour Organization [ILO], *Women and Poverty in Mozambique: A Synthesis of an ILO study on Feminization of Poverty in Mozambique* (Geneva: ILO Office, 2001).

¹¹⁷ Eleanor Preston-Whyte, 'Women Migrants and Marriage,' in Eileen Jensen Krige e John L. Comaroff, eds. *Essays on African Marriage in Southern Africa* (Cidade do Cabo: Juta & Company Ltd 1981): 166–7.

¹¹⁸ TO, Elina Chivavale Mulungu, 4 Jun. 1993; Preston-Whyte, 'Women Migrants,' 166–7.

¹¹⁹ Gracia Clark, *Onions are my Husband: Survival and Accumulation by West African Market Women* (Chicago: University of Chicago Press, 1994); Gracia Clark ed., *Gender at Work in Economic Life* (Nova Iorque: Rowman & Little Field, 2003) em especial Evelyn Blackwood 'Women Headed Households in Agrarian Societies – Not Just a Passing Phase,' in Clark, ed. *Gender at Work*, 41–59.

quais pode ser a relação conjugal.¹²⁰ Ofélia Manana Mbebe afirmou expressamente que a situação que muitas mulheres experimentavam: 'Os homens deram-nos filhos mas nunca assumiram nenhuma responsabilidade sobre eles.'¹²¹ Ela e outras contavam com os familiares para criar os filhos. Uma variedade de relações transversais entre familiares emergiu como mais comum e sustentada nos agregados das trabalhadoras do caju do que uma relação conjugal, e isso não era incomum entre outras famílias nos bairros suburbanos.

As mulheres pobres sabiam que podiam esperar pouco em termos de apoio se tivessem filhos de um homem pobre. As populações mestiças e brancas que viviam nos bairros pobres como Xavane e Chamanculo, no início dos anos 60, também tinham populações significativas de uniões de facto e crianças filhas de mulheres sozinhas: em Xavane, mais de um quarto dos casais vivia em agregados regidos pelas leis costumeiras e mais de 27 por cento das crianças eram consideradas ilegítimas pela lei civil.¹²² No Chamanculo, mais de metade da população vivia amancebada (54 por cento) e 43 por cento das mulheres sozinhas tinham filhos. Rita-Ferreira ligou as uniões de facto a viúvas, mulheres inférteis e mulheres expulsas das suas famílias, mas não fez referência a se os homens que entravam em relações de amancebamento eram viúvos, inférteis ou se também provinham de lares desfeitos.¹²³ As suas estatísticas mostram precisamente que cerca de 13 por cento dos homens africanos da cidade viviam em mancebia, enquanto mais de 29 por cento das mulheres urbanas viviam amancebadas. No estudo de Rita-Ferreira, apenas treze por cento dos homens da amostra eram casados com mulheres que estavam nas zonas rurais – e não as queriam a viver na cidade.¹²⁴

Rita-Ferreira destacou uma gama de factores que sugeriam o paralelo entre a urbanização e a proliferação de famílias amancebadas. Ele enfatizou a lógica e as práticas básicas do casamento patrilinear com uma troca de lobolo, algumas das quais se mantiveram independentemente da forma do agregado.¹²⁵ A idealização da hospitalidade e reciprocidade generosas entre os membros da família foi geral, tal como também o pressuposto do apoio da família e a autoridade dos idosos de sexo masculino. Estes ideais também poderiam ser incómodos. As pessoas viravam-se para a família alargada para os patamares do ciclo da vida (o nascimento, a morte, o casamento) e, em tempos de crise / tensão (doença, desemprego, discórdias conjugais). A importância de cada um manter o seu lugar no âmbito da família, dada a inevitabilidade desses eventos e crises, alimentava o empenho das pessoas em manter os laços familiares. O absentismo para participar em rituais familiares em torno do nascimento, da morte e do casamento, era um investimento e uma forma de seguro para muitos.¹²⁶ A pobreza e o infortúnio afectavam grandemente estas relações ideais e os mais pobres e menos favorecidos eram os mais propensos a ficarem condenados ao isolamento, enquanto os mais afortunados e os que tinham conseguido manter-se saudáveis conseguiam construir recursos e ser generosos com a família.

As narradoras de Tarana tinham sofrido grandes traumas nas suas vidas familiares: morte, violência doméstica, adultério, abandono, incesto e uma indiferença grosseira. Na sua maior parte eram pobres e algumas estavam condenadas ao isolamento, mas outras cavaram o seu caminho para qualquer coisa mais próspera. Fossem quais fossem as suas circunstâncias, a maior parte não tinha desistido da ideia de unidades conjugais estáveis e duradouras, ou como uma vereda através da qual poderiam exercer influência para assegurar os seus interesses, para quando envelhecessem. As mulheres reclamavam o seu próprio espaço no âmbito de noções socioculturais que normalmente se articulavam na lei por idosos, mas também amplamente presentes nas canções e narrativas das mulheres: um homem devia providenciar o lobolo para casar uma mulher respeitável e, juntos, haveriam de criar e sustentar a sua família com dignidade,

¹²⁰ Blackwood, 'Women Headed Households,' 56.

¹²¹ TO, Ofélia Manana Mbebe, 4 Jun. 1993.

¹²² 'Inquérito às rendas' e 'Inquérito sobre Assistência Pública' detalhes em Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 300 ff.

¹²³ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 310.

¹²⁴ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 300.

¹²⁵ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 282–332.

¹²⁶ Rita-Ferreira, 'Os Africanos,' 282–89.

com os homens a ganhar salários e as mulheres a alimentar a família pelo trabalho da enxada nas suas machambas.¹²⁷

Embora Emera Manochi representasse jocosamente sobre ser dona da casa em Tarana, o ideal da maioria das mulheres era de facto ser uma idosa num lar – a unidade conjugal.¹²⁸ O que os portugueses chamavam de 'dona da casa', implicava que a casa tivesse um 'dono da casa'. Ao mesmo tempo que os homens reprovavam absolutamente uma mulher que vivesse como 'mulher sem dono', fora da autoridade de um homem, as mulheres também preferiam a ideia de serem a mulher numa união conjugal a serem uma mulher chefe de família – mas tal como sublinhado em todo o lado, todas as mulheres tinham os seus limites.

Regina Nhantumbo lembrou: 'Antigamente, as nossas mães eram muito boas. Elas ficavam a passar mal nas suas casas para tomar conta das crianças.'¹²⁹ Falando num grupo de reformados, com os colegas a acenarem com a cabeça, Joana Massacaira afirmou, 'Uma casa boa, com um único casamento para a vida – isso é dignidade e valor. Não é bom ter muitos maridos. Não é bom, mas acontece. Às nossas mães custou-lhes muito, mas mantiveram a integridade do lar. As mulheres de hoje não sabem o que vale ter filhos. Quem nos vai ajudar quando formos velhos se não tivermos filhos? É bom ter a nossa própria casa. Houve tempo em que se podia fazer isso, mas agora é muito mais difícil.'¹³⁰

As mulheres distinguiam entre casa e lar – 'dona de casa' e 'dona da casa', mas ambas eram importantes. Se o lar se desfazia, não ias querer perder a tua casa na troca. Lembre-se a posição de Rabeca Notiço: 'Uma mulher de valor tem uma casa. Quando um homem quer viver comigo, OK, mas quando ele já não me quiser – ele vai-se embora. Tenho a minha casa e é esse o meu valor.'¹³¹ Tal como muitas outras, Rabeca alugou um quarto e depois uma pequena casa, e acabou por construir a sua própria casa à base de vales – um bloco de cimento, uma chapa de zinco de cada vez. Ela nunca foi viver com um homem.

Dezenas de mulheres concordaram com a apreciação de Leia Papulo Nhavene: 'A melhor coisa e a mais importante é prover às nossas crianças, entendermo-nos com elas e com o chefe da nossa família. Poupar e planificar, para podermos receber os familiares como deve ser.'¹³² É claro que as definições culturais do que é um bom comportamento e receber a família como deve ser haveriam de diferir um pouco, mas as reformadas condimentavam as suas descrições das suas casas e lares ideais com as palavras respeito, disciplina e harmonia.

Esses valores ancoravam as aspirações das pessoas mesmo quando tudo lhes tinha corrido mal a nível pessoal. Caferina Nhatsene, como tantas outras, continuou a sua descrição de um lar harmonioso, capaz de receber os familiares 'como deve ser', com o facto de que 'Nós estamos na Caju porque os nossos pais morreram, os nossos maridos nos deixaram e somos pobres.'¹³³ A pobreza, a morte e a irresponsabilidade cerceavam as aspirações a respeito, disciplina e harmonia na vida das pessoas. Algumas coisas não podiam ser mudadas nem se lhes podia fugir, mas dado que 'alguém tinha de tomar conta daquelas crianças', muitas mulheres continuavam a sua procura da acomodação mais harmoniosa e digna que conseguissem. Nunca foi fácil.

¹²⁷ Os temas aqui levantados estavam profundamente embebidos nas narrativas. As citações mais extensas são das seguintes narradoras: Cristina Jossias Pelembe, 17 Maio 1993; Salmina Cuma, 7 Jun. e 19 Jul. 1993; Raquelina Machava, 21 Maio e 12 Jun. 1993; Cacilda Fumo, 21 Maio 1993; Celeste Marcos Mpendane, 26 Maio 1993; Marta Nhamave, 27 Maio 1993; Joana Tinga Chilaule, 20 Maio 1993; Rosalina Alberto Tembe, 19 Maio e 12 Jul. 1993; Joana Massacaira, 25 Maio e 12 Jul. 1993; Angélica Guamba, 4 Jun. 1993; Caferina Malunguane Maletsuane, 9 Jun. 1993.

¹²⁸ Existe alguma controvérsia sobre os termos ronga e changana para casa e agregado familiar ou lar [household]. Os termos ronga aqui usados seguem Binford: yindlu ou kaya para casa / lar e muti para agregado composto por um homem e a esposa ou esposas, filhos casados e suas famílias, filhos não casados e irmãs viúvas ou divorciadas e os seus filhos. Binford, 'Stalemate,' 71.

¹²⁹ TO, Regina Nhantumbo, 26 Maio 1993.

¹³⁰ TO, Joana Massacaira, 24 Maio e 12 Jul. 1993.

¹³¹ TO, Rabeca Notiço, 24 Maio 1993.

¹³² TO, Leia Papulo Nhavene, 17 Maio 1993.

¹³³ TO, Caferina Malunguane Maletsuane, 9 Jun. 1993.

Nem todas as narrativas eram contos de sofrimento e estoicismo. Quando conseguiam, as mulheres jovens arranjavam especificamente tempo para brincar. Tal como acontece em quase toda a parte, os amigos da fábrica no Chamanculo juntavam-se no dia de pagamento para dançar e beber: 'Quando saíamos do trabalho, íamos para a cantina e divertíamos-nos. No dia de pagamento, quando o indiano nos via a chegar, ele dizia para si "hoje vou fazer dinheiro"!' Quando as mulheres já tinham deixado de se debater com crianças e bebês, muitas lembravam gostar da companhia umas das outras com uma cerveja ou um chá depois do trabalho.¹³⁴

Cedo ou tarde, as trabalhadoras do caju aprendiam a orientar-se por entre os choques de personalidade, a competição e o ciúme no local de trabalho. Imigrantes e mulheres locais podiam frequentar cantinas diferentes, juntando-se com colegas que falavam a mesma língua materna, e nenhum grupo escapava à zombaria dos outros. As mulheres locais exovalhavam as imigrantes porque falavam changana ou chope e não ronga. Muitas mulheres imigrantes não tinham dinheiro para roupas bonitas e não tinham tempo para socializar porque estavam a trabalhar todos os minutos necessários para repagar os seus lobolos. As imigrantes podiam ficar intimidadas pelas mais experientes mulheres locais. As imigrantes queixavam-se de que as locais eram arrogantes, convencidas e ciumentas da concorrência pelos seus homens, enquanto outras construíam amizades duradouras no trabalho.¹³⁵ O capital social acumulado no local de trabalho era uma parte importante dos investimentos de muitas trabalhadoras nas economias da oferta e informal. Para além dos xitiques do local de trabalho, as colegas podiam negociar ou trocar produtos que provinham da sua parte do trabalho nas machambas.¹³⁶ Resumindo, as mulheres de Tarana, tal como a maior parte das pessoas da cidade, navegavam o potencial e as tensões das relações entre famílias, colegas de trabalho, vizinhos e amigos. Os seus salários eram importantes, mas o seu capital social também.

¹³⁴ TO, Leia Papilo Nhavene, 17 Maio 1993; Joana Massacaira, 25 Maio 1993; Joana Uaichele, 21 Maio 1993; Raquelina Machava, 21 Maio, 12 Jul. 1993.

¹³⁵ TO, Marta Moiana, 9 Jul. 1993; Serafina Langa, 3 Jun. 1993 e canção 'Magosino nuna wa mina mamani!' Manghezi, Trabalho Forçado, 56–60.

¹³⁶ TO, Cristina Jossias Phelembe, 17 Maio 1993; Celeste Guambe, 17 Maio 1993, Amélia Samuel Muzima, 27 Maio 1993; Christina Miambu, 26 Maio 1993; Leia Nhavene, 17 Maio 1993; Marta Elise Honwana, 31 Maio 1993; Rosalina Tembe, 19 Maio 1993.

Conclusões

Perspectivas de Género sobre Trabalho, Famílias e Autoridade

O valor e a visibilidade do trabalho das mulheres

Conceitos básicos como trabalho, história, família, migração e autoridade podem parecer bastante diferentes numa perspectiva de género. O trabalho produtivo e reprodutivo diário das mulheres é normalmente transversal a categorias analíticas e passa pelo trabalho nas economias da família, da oferta, informal e formal, numa base muito semelhante. Para além disso, dado que as mulheres dão à luz, amamentam e criam os filhos, mesmo que trabalhem muitas horas por dia no sector formal, a economia doméstica e as da oferta e informal com ela relacionadas, são muitas vezes uma parte essencial do dia de trabalho das mulheres. É verdade que no campo da história da força de trabalho, '... por causa das diferentes percepções daquilo que constitui trabalho, a participação activa das mulheres na economia tende a continuar a ser subestimada.'¹ Embora, particularmente desde os anos 70, a denominação e a medição de arenas antes ignoradas da produção e da reprodução da força de trabalho, tenham avançado a bom ritmo, os académicos ainda se debatem por entender e dar valor ao trabalho, mas a componente do género despontou como uma das lentes mais produtivas e sugestivas nessa investigação.² O género deixou de ser uma categoria apenas residual.

Embora os académicos ainda discutam o que lhe chamar e como o definir exactamente, o sector informal é agora amplamente reconhecido como importante, generalizado, incorpora o género e está profundamente relacionado espacialmente e no âmbito de hierarquias e redes de autoridade.³ Os historiadores sociais e da força de trabalho têm consciência de que as fronteiras entre as estratégias formais e informais de subsistência são particularmente turvas para as mulheres, mesmo as que têm emprego, num momento ou outro, no sector informal,⁴ e além disso, 'a realidade de todos os dias [para as mulheres] tem mostrado tendência para consistir numa série de tarefas extenuantes – tanto as envolvidas em ganhar a vida como as relacionadas com tomar conta da família e dos filhos.'⁵ Caroline Gatrell defende que as narrativas idealizadas, essencialistas da 'boa mãe' e da 'feminilidade natural', se combinam para ofuscar o trabalho que as mulheres verdadeiramente têm para manter a gravidez, dar à luz um bebé, e depois amamentar e tomar conta dessa criança.⁶ Tomar conta das crianças é um trabalho árduo e importante. Quando as mulheres ficam em casa porque elas ou os seus filhos estão demasiado doentes, as fontes que somos treinados a ler não tratam esse trabalho como um investimento na economia da família, mas antes como absentismo do emprego no sector formal. Todo o conceito de absentismo precisa de ser fundamentalmente repensado.

¹ R. Jhabvala, 'Labor Markets, Labor Movements and Gender in Developing Nations,' *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences* (Elsevier Science Ltd, 2001) 8185–8191, cit. 8186.

² Jan Lucassen, ed. *Global Labour History: A State of the Art* (New York: Peter Lang, 2008).

³ A literatura cita a primeira utilização do termo por Keith Hart em 'Informal Income: Opportunities and Urban Employment in Ghana,' *Journal of Modern African Studies*, 11, 1 (1973): 161–78. Ver Sabyasachi Battacharya e Jan Lucassen, 'Introduction: Informalisation in History,' e Frederick Cooper, 'African Labour History,' in Jan Lucassen, ed. *Global Labour History: 1–19 and 110–12* respectivamente.

⁴ John D. French, 'The Labouring and Middle-Class Peoples of Latin America and the Caribbean: Historical Trajectories and New Research Directions,' in Lucassen, ed. *Global Labour History*: 325–6.

⁵ Andrei Sorolov, 'The Drama of the Russian Working Class and New Perspectives, for Labour History in Russia,' in Lucassen, ed. *Global Labour History*: 442–3.

⁶ Caroline Gatrell, *Embodying Women's Work* (Nova Iorque: McGraw Hill, 2008): 51–75.

Usando perspectivas articuladas nos anos 1970 como pedra-de-toque, Wilma Dunaway defende que falsas divisões analíticas entre produção e reprodução e entre os sectores formal e informal da economia, obscurecem ou apagam áreas importantes do trabalho das mulheres e sugerem a separação de categorias quando as experiências dos trabalhadores revelam integração e transversalidade.⁷ A economia da oferta, ou 'economia de favores', como lhe chama Janet MacGaffey, sublinha o ponto de Frederick Cooper de que 'o trabalho é desarranjado e o que se exige das pessoas ultrapassa frequentemente o que se exige em salários'.⁸ As redes e os esforços para construir relações que atravessam um espectro que vai desde as aspirações a uma reciprocidade equilibrada até um intercâmbio desigual directamente reconhecido, são comuns nas famílias, nos bairros e nos locais de trabalho. Para as trabalhadoras do caju, emprestar ou pedir emprestado e pagar o empréstimo em dinheiro ou em espécie, eram práticas essenciais para as famílias, particularmente para as que tinham acesso limitado a recursos materiais. Os investimentos a longo prazo em trabalho e serviços não remunerados entre familiares ou colegas, compreendiam estratégias importantes para garantir interesses em arenas inseguras.⁹ Esses investimentos podiam ser entendidos como parte das economias doméstica, da oferta ou informal, mas, mais uma vez, eles podem ser realizados diariamente pela mesma pessoa e ser simplesmente entendidos como sendo o trabalho de um dia.

As noções persistentes sobre famílias e quem as chefia são eurocêtricas e androcêtricas. Os agregados familiares agrários e urbanos formados em torno de redes de colaboração de mulheres e irmãs eram duráveis. Eles não deviam ser vistos simplesmente como uma contingência de curto-prazo.¹⁰ À luz dessas evidências, Evelyn Blackwood propôs que 'o pressuposto de que, na base, a maior parte dos agregados são nucleares e chefiados por homens, seria substituído pelo pressuposto de que os agregados familiares são grupos de parentesco que funcionam sobre uma variedade de relações transversais, uma das quais pode ser a relação conjugal'.¹¹ Resumindo, Blackwood sugere descentrar a alma conjugal da família e de um previsível chefe de família de sexo masculino, para criar espaço analítico para relações transversais variadas e duráveis que pessoas como Mátchiuassane Boa, a sua mãe e a sua sobrinha criaram no Limpopo. Na África Austral, as mulheres urbanas podiam escolher viver amancebadas para terem a companhia protectora de um homem, mas sem expectativas de apoio. Esses agrupamentos sociais não deviam ficar invisíveis nem ser tratados como residuais, excepcionais ou contingentes, mas antes como agregados familiares em pé de igualdade com quaisquer outros agregados familiares.¹²

Seguindo linhas semelhantes, a noção de ganha-pão embebeu uma imagem por vezes não testada de um homem a ganhar um salário e depois a partilhar esse salário com os ditos 'dependentes' do seu agregado – assume-se que os dependentes seriam mulheres, crianças, doentes e idosos.¹³ Essa imagem de um ganha-pão de sexo masculino conota também pressupostos de emprego, governo e reivindicações de benefícios sociais que não se aplicavam às pessoas colonizadas em muitas partes do mundo.¹⁴ Nos casos em que os salários do sector formal

⁷ Dunaway e os colegas baseiam-se numa vasta bibliografia, mas as pedras-de-toque introdutórias são do trabalho basilar de Lourdes Beneria, Terence Hopkins e Immanuel Wallerstein. Beneria, 'Reproduction, Production and the Sexual Division of Labour', *Cambridge Journal of Economics*, 3 (1979): 203–25; Terence Hopkins e Immanuel Wallerstein, 'Patterns of Development of the Modern World-System', *Review of the Fernand Braudel Center*, 1 (2) 1977: 11–145; Wilma Dunaway, ed. *Gendered Commodity Chains: Seeking Women's Work and Households in Global Production* (Stanford: Stanford University Press, 2014).

⁸ Cooper, 'Labour History', 91–111; Janet MacGaffey 'New Forms of Remuneration for Labour in Congo-Kinshasa's Economy of Favours,' in Sabyasachi and Lucassen, eds. *Workers in the Informal Sector: 141–60*

⁹ MacGaffey, 'New Forms of Remuneration', 152–8.

¹⁰ Ana Loforte, *Género e Poder*; Blackwood 'Women Headed Households'.

¹¹ Blackwood 'Women Headed Households', 56.

¹² Preston-Whyte, 'Women Migrants and Marriage', 166–7.

¹³ Naoko Otake, *Resource Guide on Gender Issues in Employment and Labour Market Policies: Working Towards Women's Economic Empowerment and Gender Equality* (Geneva: ILO, 2014); 82–3; Lindsay, *Working with Gender*.

¹⁴ Cooper, 'Labour History,' 111–16.

se desvalorizaram substancialmente, tornou-se essencial o trabalho dos ditos dependentes do agregado para potenciarem os salários do sector formal, para poderem ser qualquer coisa à base do que uma família pudesse viver. O capital social e as relações de reciprocidade, oferecer e receber, reembolsar e acumular favores, são centrais para as vidas económicas quotidianas das famílias. Isso é particularmente verdade para pessoas pobres e pessoas que têm de lidar com incertezas económicas.¹⁵

Finalmente, embora as narrativas das mulheres sublinhem o princípio cultural do respeito pela autoridade do homem adulto e a autoridade dos sogros, muitas das mulheres passaram por experiências de violência, rejeição ou abuso, precisamente por parte dessas pessoas. Nesses casos, as mulheres recorriam a outras pessoas para apoio – talvez aos homens da linhagem da mãe, a uma *haháni* solidária ou a uma irmã mais velha. Homens e mulheres detinham formas diferentes de conhecimento, desenvolviam formas diferentes de autoridade e enfrentavam e transmitiam de maneiras diferentes as suas histórias de vida. Muitas mulheres tinham uma experiência traumática da autoridade masculina. Algumas mulheres não se adaptavam facilmente às percepções culturais do que era considerado respeitável. Mas, aqui, vemos que as mulheres com filhos da casa e as mulheres sem dono talharam narrativas de uma nova respeitabilidade que honrava as mudanças das suas experiências e conhecimento.

História e memória: Narrando uma nova respeitabilidade

Tipicamente, a administração colonial via as mulheres africanas urbanas como um problema, e as mulheres que trabalhavam na Caju Industrial como problemáticas. Elas eram suspeitas na comunidade africana urbana como um todo, em parte porque o número de divorciadas, viúvas, separadas ou solteiras era desproporcionado. O trabalho da fábrica, em particular nos sectores difíceis, sujos, malcheirosos de Tarana, era mal percebido fora da fábrica. Não era procurado nem era prestigioso. As mulheres que trabalhavam nas fábricas da cidade não se metiam na narrativa estabelecida de respeitabilidade e atributos positivos, mas foram forjando as suas próprias narrativas ao longo do tempo. As qualidades que as suas narrativas sublinhavam eram a força, responsabilidade, perseverança, independência e empenho. As mulheres de Tarana assumiam a própria independência que outros achavam suspeita. Elas afirmavam claramente a determinação de não depender de um homem e de não terem de andar à caça deles. A ética de 'trabalhar bem' entre colegas da fábrica foi descrita ao longo das narrativas. Embora todos os locais de trabalho tivessem *zaunzwanas*, boateiros e desordeiros, a maior parte das narrativas salientou o 'trabalhar bem' para chegar à frente e para estarem certas de que toda a gente podia ir para casa e receber.¹⁶

Voltamos aqui a tocar as palavras das mulheres porque as suas aspirações estavam entranhadas naquilo a que elas afirmavam dar valor. Não é de surpreender que os objectivos e os valores diferissem de acordo com os grupos etários e o estatuto. As que estavam a dar-se bem tendiam a ser mais expansivas nas suas afirmações do que as muito pobres. É claro que as mulheres mais velhas, recapitulando as suas vidas, olhando o futuro dos seus filhos, tinham perspectivas diferentes das mulheres jovens que ainda estavam a atravessar momentos de grande empenho das suas vidas, a amamentar e rodeadas de crianças pequenas, ou as mais jovens de todas que, embora pobres, ainda aspiravam a brincar. Numa confluência do familiar 'os jovens de hoje' queixam-se e do discurso do que 'não torna a acontecer', as mulheres mais velhas queixavam-se: 'Antigamente, as nossas mães eram muito boas. Elas ficavam em casa a passar mal para tomar conta dos filhos. Isto já não acontece'.¹⁷ Angelina Siteo queixou-se de que 'Antigamente, as mulheres tinham respeito por si próprias e pelos maridos das outras mulheres,

¹⁵ Bénard da Costa, O Preço da Sombra; Rodrigues, O Trabalho Dignifica; Cooper, 'Labour History,' 91–III; MacGaffey, 'New Forms of Remuneration,' 141–60; Tripp, Changing the Rules.

¹⁶ TO Christina Jossias Pelembe, 17 Maio 1993; Maria Celeste Chavane, 2 Jun. 1993; Julieta Mulungu, 20 Maio 1993; Emera Mahochi, 2 Jun. 1993; Carolina Sigague, 24 Maio 1993.

¹⁷ TO, Regina Nhantumbe, 26 Maio 1993.

mas agora já não e assim.¹⁸ Joana Uaichele afirmou: 'Hoje, quando dás à luz uma criança, não dás à luz um coração, é só um corpo.'¹⁹ Apesar das queixas, muitas mulheres trabalhavam na Caju como resultado directo da sua decisão de acabar com o sofrimento nas suas famílias, muitas viviam com os maridos de 'outras mulheres' e algumas também partilhavam a desilusão de Uaichele com os seus filhos.

As mulheres mais jovens e as mulheres locais, para quem o clássico casamento do lobolo e da machamba nunca tinha sido uma opção provável, investiam mais em segurar a enxada da cidade, construir uma casa e criar uma família por sua conta: 'Muitas mulheres alugam e muitas são proprietárias, mas é uma coisa boa uma pessoa ter uma casa. Construir aos poucos.'²⁰ A propriedade da casa e a segurança da família eram um tema da maior importância. A casa podia ser muito modesta, mas se era propriedade própria estava segura. 'Quando calhava a minha vez de receber o dinheiro do xitique, eu comprava estacas e chapas de zinco para construir uma pequena barraca, apenas o suficiente para esconder a minha cabeça'.²¹ As mulheres mais jovens davam valor às coisas bonitas para usar e para 'ir à festa' no dia de pagamento, construir uma casa própria podia esperar um bocado.²²

Embora muitas mulheres da Caju tivessem um azar notável com os homens e o casamento, elas continuavam a apreciar as qualidades de uma boa mulher e mãe, e tinham a esperança de ter a colaboração da família, entre homens e mulheres. Isso não era incomum. Os académicos da era colonial constataram largamente que os moçambicanos davam valor aos papéis complementares na divisão sexual do trabalho e à reciprocidade social entre familiares.²³ Os homens resistiam fortemente a que as suas mulheres arranjassem emprego assalariado porque isso comprometia a quantidade e a qualidade de mão de obra e de serviço que elas podiam prestar às suas famílias conjugais. No caso de Carolina Manelele, o seu marido e a sua família não a apoiaram no seu excelente e árduo trabalho, mas normalmente, os maridos e as linhagens apreciavam e apoiavam as mulheres que 'trabalhavam bem' nas suas machambas e outras actividades geradoras de rendimentos. As mulheres que trabalhavam por salário continuavam a identificar-se largamente como mães e mulheres. De um modo geral, elas não se viam a comprometer os seus agregados por causa dos seus empregos. Elas viam o salário como um acréscimo de valor à unidade familiar.

Muitos maridos emigrantes ausentes escolhiam não interferir na gestão que as suas mulheres faziam dos recursos da família quando as coisas corriam bem.²⁴ A marca de género nas negociações dos recursos da família era frequentemente situada em termos de respeito mútuo e dignidade pessoal, e era um aspecto importante do casamento. Apesar do empenho no respeito mútuo, a autoridade masculina era importante e era 'perigoso' para as mulheres questioná-la abertamente.²⁵ As mudanças sociais e económicas sempre moldaram as veredas das negociações e contestações familiares. Famílias harmoniosas, casas seguras e robustas, e crianças saudáveis apoiando a mão-de-obra da enxada e comportando-se como adultos dignos nas suas comunidades, continuavam a ser os objectivos.

Continuamos a não prestar atenção a fenómenos e processos complexos e centralmente importantes, porque as fontes que usamos não os entendem, não os valorizam e não os vêem. Damos valor ao texto escrito, aos jornais, mais que às canções e às conversas. Para além disso, ainda não acabámos de desenvolver as ferramentas para analisar muitas práticas e processos complexos. O mais provável é que as práticas e os processos das mulheres não sejam detectados,

¹⁸ TO, Angelina Siteo, 7 Jun. 1993.

¹⁹ TO, Joana Uaichele, 12 Jul. 1993.

²⁰ TO, Rosalina Tembe, 19 Maio 1993.

²¹ TO, Ofélia Manana Mbebe, 4 Jun. 1993.

²² TO, Helena Chemane, 26 Maio 1993; Elisa Tovela, 28 Maio 1993; Isabel Runga, 27 Maio 1993.

²³ Chilundo, Os Camponeses, 351–2; Loforte, 'Migrantes,' 63; Fialho Feliciano, Antropologia Económica, 436ff.

²⁴ Loforte, 'Migrantes,' 63.

²⁵ Chilundo, Os Camponeses, 351–2.

ou que sejam mal representados pelos observadores e analistas, hoje como no passado.²⁶ Seguindo as observações de James Scott sobre como os estados codificaram e reorganizaram processos, relações e mesmo lugares, em métricas que lhes permitiram 'ver' e portanto cobrar impostos, taxar, registar e manipular, os documentos e as narrativas revelam até que ponto as mulheres e as suas contribuições essenciais eram invisíveis à primeira vista. Em Lourenço Marques e em muitas outras cidades coloniais, aquilo a que Scott chama de 'espaços ordenados', mal se estendiam para além da ponta do nariz do estado. A ordenada cidade de cimento foi projectada sobre os muito maiores bairros que a rodeavam.

Priorizar o salário formal e a economia de exportação sobre as muito maiores, mais fluidas e mais complexas economias da família, da oferta e informal que o estado escolheu dispensar como desordem, providenciou uma visão incompleta e muito distorcida da produção de mercadorias e serviços do município.²⁷ As fontes coloniais ignoravam frequentemente enormes economias indígenas ou descreviam-nas como desordem à beira do caos. A melhor descrição era de facto fluida, dinâmica e complexa.²⁸ Finalmente, porque as mulheres e as crianças dominavam os sectores da família, da oferta e informal, estes eram inadequadamente arrastados para a métrica dominante. Eles eram contados como sendo em menor número, medidos abaixo da sua verdadeira dimensão, não eram medidos e, muitas vezes, eram ilegais e não tinham licenças. As narrativas que emergem das lembranças das mulheres comuns e pobres fazem com que seja impossível ignorar essas conexões e insistem em que nos ocupemos com a sua complexidade e importância.

Resumindo, este livro faz bastante mais do que simplesmente apresentar perspectivas envolventes e negligenciadas sobre a mão-de-obra e a vida dos imigrantes nos fins da era colonial. Ao centrar as experiências das mulheres e as suas interpretações na indústria de proa dos fins da era colonial, ele faz a ligação entre a mais abrangente economia do caju e o seu papel nos sectores da família, da oferta, informal e formal. Ele revela enormes e reconhecidas fraudes sobre salários e preços na indústria nos anos 1960 e 1970. Sugere vantagens onde foram assumidas desvantagens, liga relações e formas parentais e familiares apesar dos discursos que removem os homens da paternidade, estigmatizam as mulheres por causa da maternidade, valorizam uma esposa legal ausente e desvalorizam uma parceira de uma união de facto. Contrasta pressupostos em torno do 'homem industrial' com as experiências da 'mulher industrial'. Conclui que, particularmente quando chegamos às mulheres trabalhadoras industriais em Lourenço Marques, o que o governo percebeu como desordem pode muito bem ter sido uma ordem importante, apesar do facto de, para o estado colonial e a municipalidade, não ter sido prevista, reconhecida nem bem-vinda.

²⁶ Feierman, 'Creation of Invisible Histories;' Bradford, 'Women, Gender.'

²⁷ Henri Bergson in White, *Political Analysis*: 211.

²⁸ Patrick Chabal encabeçou o reconhecimento da desordem como ordem com *Africa Works: Disorder as Political Instrument* (Oxford: James Currey, 1999).

Epílogo

A Economia do Caju de Moçambique, 1975 a 2014

Este estudo explorou a ascensão de Moçambique de 1945 a 1975, até se tornar o maior produtor mundial combinado de castanha de caju em bruto e processada, contribuindo com cerca de 40 por cento da produção global nos anos de pico do início da década de 1970. O estudo realça quatro pontos relativamente à economia da castanha de caju. Primeiro, a economia do caju é muito mais do que simplesmente a exportação de castanha em bruto e processada para o mercado global. As componentes da família, da oferta e informal dos alimentos e das bebidas de caju, são fundamentais e subestimadas. Segundo, as mulheres têm um papel essencial ao longo de toda a cadeia de valor da economia do caju, e os seus papéis desaparecem sempre que não se procure explicitamente as relações de género. Terceiro, os preços e os salários são bastante importantes, mas os analistas prestam pouca atenção ao valor que os produtores e os trabalhadores realmente recebem quando o seu produto ou o produto do seu trabalho passa a mercadoria. Finalmente, as escolhas que os homens e as mulheres fazem para plantar, comer, oferecer, destilar, fermentar ou vender as castanhas ou os frutos de caju, bem como as suas decisões sobre se procurar emprego e ficar a trabalhar em fábricas de descasque de caju, são complexas e fortemente marcadas pelo contexto mais alargado das suas vidas.

A experiência de Moçambique com a produção e o processamento de castanha de caju ao longo de quatro décadas, desde a independência, chamou a atenção internacional. Os analistas procuram explicar como e porque o país caiu do domínio global nos anos 1970, para a actual posição em que produz cerca de 2 por cento das exportações globais de caju. Muitos estudiosos, incluindo os já citados, cobrem essas mudanças muito detalhadamente.¹ O epílogo giza brevemente as principais linhas de mudança e avalia a medida em que os analistas contemporâneos ultrapassam ou replicam os desafios identificados acima para a literatura da era colonial.² Não sei como as narradoras viveram as oscilações da indústria depois do encerramento

¹ Introdução, notas 23 e 25 e Capítulo 1, nota 1. Várias publicações por Hanlon, Pitcher, Pereira Leite, McMillan, Cramer e Kanji et al. fornecem detalhes e contexto. Hanlon: notícias e análises semanais publicadas na internet: <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/> acessado a 1 de Maio de 2015. Peace without Profit, 'Power without Responsibility', e com Teresa Smart, 'From Disaster to Export Model', in *Do Bicycles Equal Development in Mozambique?* (Woodbridge/Rochester, NY: James Currey 2008): 36–50. A 'Guerra do Caju,' de Joana Pereira Leite, detalha a continuidade do papel dominante da Índia e sugere a justaposição entre o chamado lobby indiano e o Banco Mundial. Nazneen Kanji e a sua equipa perguntam consistentemente qual foi o impacto das mudanças no descasque do caju sobre as mulheres e as famílias: Carin Vijfhuizen, Carla Braga, Luís Artur e Nazneen Kanji, *Gender, Markets and Livelihoods in the Context of Globalisation; A Study of the Cashew Sector in Mozambique, January 2002 – June 2004* (IIED, 2004) (cont.) <http://pubs.iied.org/G01275.html?k=Gender%20Markets%20and%20Livelihoods> acessado a 4 de Maio de 2015. [daqui em diante, Vijfhuizen et al., *Gender, Markets*]. 'The cashew controversy' in *Transforming Mozambique*, de Pitcher, referencia documentos chave e o leque de posições e questões políticas. Christopher Cramer, et al. fornecem uma imagem elucidativa da economia rural no século vinte e um no centro e no norte de Moçambique, sublinhando o contexto crítico, Christopher Cramer, Carlos Oya e John Sender, 'Lifting the Blinkers: A New View of Power, Diversity and Poverty in Rural Labour Markets,' *Journal of Modern African Studies*, 46, 3 (2008): 361–392 [daqui em diante, Cramer et al. 'New View'].

² Obras que replicam alguns dos problemas aqui mencionados incluem Matthias Krause e Friedrich Kaufmann, 'Industrial Policy in Mozambique,' *DIE Discussion Paper*, 10/ 2011 (Bona: Deutsches Institut für Entwicklungspolitik, 2011); M. Ataman Aksoy e Fahrettin Yagci, 'Mozambique Cashew Reforms Revisited,' in M. Ataman Aksoy, ed. *African Agricultural Reforms: The Role of Consensus & Institutions* (Washington: Banco Mundial, 2012): 177 –217 [daqui em diante, Aksoy e Yagci in Aksoy, 'Mozambique Cashew Reforms'];

do nosso projecto. A maior parte teve provavelmente a mesma experiência descrita por Nazneen Kanji e as suas colegas abaixo mencionadas. Elas perderam os seus empregos e dispersaram.

As mudanças que ocorreram desde a independência cabem vagamente em quatro períodos. O primeiro período é a era do controle económico centralizado da Frelimo, com as indústrias nacionalizadas e a organização da força de trabalho patrocinada pelo governo. Já nos anos 1980, a economia nacional foi ficando cada vez mais dificultada pelo alastramento da insurgência. O segundo período é o que leva ao Acordo de Paz de Roma de 1992 e ao que se seguiu, que acabou com a insurgência e criou as pré-condições para a reconstrução das infraestruturas e a retomada do comércio e da agricultura. Esse período coincidiu com o compromisso da Frelimo com a democracia multipartidária e o envolvimento com as Instituições Financeiras Internacionais para acesso a crédito, a liberalização económica e a privatização dos sectores da economia antes nacionalizados. No terceiro período, de meados dos anos 1990 até à viragem do século, o Banco Mundial pressionou o governo da Frelimo para rever as suas decisões de política relativamente à protecção tarifária da recém-privatizada economia nacional de descasque de caju. Esse período terminou com o colapso dos preços mundiais do caju e a falência das grandes fábricas de processamento por todo Moçambique. O período final cobre a primeira geração dos esforços do século vinte e um para reorganizar o sector do processamento e da exportação de caju, através, em grande parte, de iniciativas de descasque de mais pequena escala, agrupadas principalmente nas áreas de mais densa concentração de produção de caju no norte de Moçambique, mas com alguns esforços também no sul do país.

Na segunda década do século vinte e um, Moçambique continua a ser um dos dez países mais pobres do mundo.³ Isso é um avanço em relação à sua posição de último lugar absoluto, antes do Acordo Geral de Paz de Roma, mas perante uma década de taxas de crescimento de 7 por cento e mais, essa posição revela que a pobreza perdura e que, na verdade, houve um aumento de desigualdades complexas.⁴ As mulheres solteiras, viúvas e divorciadas com filhos continuam a ser uma população desmesuradamente grande entre as trabalhadoras de salário baixo e as mais pobres entre os pobres.⁵ Se o alívio da pobreza é uma preocupação central, precisamos de uma pesquisa que considere as perspectivas de género com maior abrangência.

O declínio da economia do caju de Moçambique:

O clima e a guerra

Muitos analistas focam os preços, outros tipos de apoio, moedas, crédito, política fiscal, medidas de eficiência, concorrência, mercados e a dimensão das pequenas e médias empresas. É essencial e complexo entender a natureza e a interação destes factores. Se, porém, o aspecto mais importante for ligar estes aspectos mensuráveis ao comportamento da maioria das pessoas envolvidas na economia do caju, é preciso que estes estejam profundamente entranhados no contexto socioeconómico e cultural. Infelizmente, muitos analistas mencionam simplesmente aquilo a que chamam de 'clima' e de 'situação de guerra', em discussões de preços, políticas, produtores e processadores. O clima e a guerra são absolutamente fundamentais a qualquer apreciação da economia do caju de Moçambique após 1975, e não se deve menosprezar o seu impacto desmesuradamente severo sobre as mulheres e as crianças. Começamos, necessariamente, pelo clima.

Ao longo destas décadas, secas, cheias, granizadas e ventos ciclónicos com mais de 160 quilómetros por hora, atingiram repetidamente o país, com força e capacidade destruidora

Julian Boys 'Jobs, Votes and Legitimacy: The Political Economy of the Mozambican Cashew Processing Industry's Revival,' *Forum for Development Studies*, 41, 1 (2014): 23–52.

³ <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-index-hdi> Acedido a 4 Maio 2015.

⁴ Cramer et al. 'New View,' 364.

⁵ Vijfhuizen et al., *Gender, Markets*.

sem precedentes. Isso continua até ao presente e as estatísticas são impressionantes.⁶ Tal como tem sido ilustrado ao longo deste estudo, há muito tempo que os moçambicanos vêm vivendo secas e cheias cíclicas. Eles desenvolveram estratégias de adaptação e de segurança alimentar culturalmente adequadas, muitas das quais envolviam o fomento de relações sociais com que eles podiam contar em tempos de dificuldades. No início do século vinte, a seca era muitas vezes mortal, quando as limitadas infraestruturas de transporte frustravam os esforços de conseguir fornecimentos de auxílio a tempo de evitar a fome. Nos fins da era colonial, a ajuda de alívio enviada pelo estado e privados através das redes de transportes e comunicações mais desenvolvidas, na maior parte dos casos diminuiu o número de mortes devido a secas, cheias e vendavais.

Em 1981, abateu-se sobre o país a seca mais devastadora do século vinte quando a insegurança causada pela guerra complicava simultaneamente os esforços de auxílio e a fuga dos refugiados. 4,750,000 moçambicanos foram afectados por essa seca e pelo menos cem mil perderam a vida. A chamada seca apocalíptica atingiu toda a região em 1991, deixando milhões de pessoas ameaçadas pela fome, mas as iniciativas de paz apoiaram os esforços de auxílio que diminuíram o número de mortes.⁷ Secas significativas subsequentes atingiram diferentes regiões de Moçambique em 2002, 2005 e 2007. As secas tiveram implicações óbvias para toda a produção agrícola, incluindo a colheita do caju. Os cajueiros adultos são resistentes à seca, pelo que as famílias contam com eles para a sua segurança alimentar, mas, muitas vezes, as mudas e as plântulas não aguentam essa pressão da seca. As pessoas que têm acesso a árvores em produção fazem diferentes escolhas sobre o uso da colheita para comer ou para vender, dependendo das suas circunstâncias. Algumas vendem a castanha em bruto para obterem dinheiro, enquanto outras evitam passar fome usando o produto das suas colheitas para comer.⁸

Menos de dois anos após a independência, os rios Limpopo e Incomáti deslocaram 150,000 pessoas. Essas cheias de 1977 tiveram proporções históricas, mas as cheias de 1999, no sul, e as de 2000 no sul e no centro de Moçambique, bateram todos os recordes anteriores e tiraram a vida a pelo menos 800 pessoas, deslocando centenas de milhar. As famílias perderam as suas casas, as suas mudas e plantas, campos semeados, gado e pequenos animais. A segurança alimentar ficou dependente da ajuda internacional e de todos os frutos e castanhas que tivessem sobrevivido ao dilúvio. De igual modo, as cheias de 2004 e 2007 deslocaram centenas de milhar de pessoas, mas graças às lições aprendidas e a uma maior prontidão e resposta, perderam-se muito menos vidas. Entre dezembro de 2014 e fins de Fevereiro de 2015, as cheias no norte e no centro de Moçambique tiraram a vida a 159 pessoas e deslocaram 160,000 e, no seu rasto, uma epidemia mortífera de cólera abateu-se sobre a região.⁹ A última crise climática mais proximamente relacionada com a economia do caju, é a destruição causada pelo vento. Muitos milhões de mudas e plântulas foram destruídas por ventos ciclónicos sazonais ao longo desse período. Em 2008, os ventos do Ciclone Jokwe, um dos que menos estragos causou nestas décadas, destruiu dois milhões de árvores só na Província de Nampula.¹⁰

Desde a independência que o clima em Moçambique teve um enorme impacto. Entre 1980 e 2010, a grande maioria das pessoas que morreram por condições relacionadas com o clima

⁶ Mozambique – Disaster Statistics – Dados relacionados com perdas humanas e económicas que ocorreram entre 1980 e 2010. <http://www.preventionweb.net/english/countries/statistics/?cid=117> acedido a 4 de Maio de 2015.

⁷ Ruth Ansah Ayisi, 'Mozambique: Drought and Desperation,' *Africa Report*, 37, 3 (1992): 33–5.

⁸ António Sefane, 'Devido à irregularidade das chuvas, espectro de fome paira sobre o sul de Inhambane,' *Notícias* (12 Março 2005): 2.

⁹ Agência de Informação de Moçambique [AIM], *AIM Reports*, 499–501, 6 Jan. 2015 – 24 Fev. 2015.

¹⁰ 'Mozambique: Cashew Nut Harvest to Exceed 85,000 Tonnes,' 4 de Abril de 2008, <http://allafrica.com/stories/200804040518.html> acedido a 4 de Maio de 2015

morreram por causa da seca. A seca resultou em cerca de 50 milhões de dólares americanos em danos económicos. As cheias afectaram cerca de um terço da população, mataram cerca de um por cento dos afectados, mas causaram danos económicos muito maiores. As secas foram mortíferas, mas as cheias foram doze vezes mais danosas para a economia. Os danos relacionados com o clima para três destas quatro décadas montaram, no seu conjunto, a mais de 800 milhões de dólares americanos. Só as cheias, resultaram em mais de 500 milhões de dólares de prejuízos entre 1980 e 2010. Trata-se de perdas importantes para um dos países mais pobres do mundo. As mulheres constituem a maioria dos camponeses do sul de Moçambique e a maioria da população que vive em absoluta pobreza.

A guerra matou ainda mais gente e foi mais perturbadora que o clima. A escala e o impacto dos 16 anos de conflito armado foram enormes e a sua herança ainda hoje é visível. Mais de 1.5 milhões de moçambicanos fugiram e refugiaram-se em países vizinhos, outros quatro milhões ficaram deslocados internamente e milhões de outros foram afectados. O cajual não foi literalmente arrancado pela raiz, mas foram-no as pessoas que o plantaram, que dele cuidaram e que colhiam os seus frutos. Estimativas conservadoras apontam que terão morrido entre um e três milhões de pessoas no conflito. As pessoas que foram deslocadas ou saíram como refugiadas para outros países ficaram vulneráveis à malnutrição, epidemias e doenças oportunistas que afligem os fracos. As mulheres e as raparigas eram pressionadas a juntarem-se aos insurgentes como carregadoras e forçadas a prestar serviços sexuais e trabalho doméstico. Era menos provável que elas pegassem em armas e quando a guerra terminou tiveram menos possibilidades de ser compensadas e de beneficiar de serviços de reabilitação.¹¹

As escolas, clínicas, infraestruturas e locais de emprego estavam explicitamente definidos como alvos a destruir. Em muitas áreas, uma geração de crianças perdeu a oportunidade de frequentar a escola. A educação correlaciona-se com a aquisição de capacidades, e as pessoas sem educação acabam por ficar condenadas a uma pobreza profunda, em percentagens elevadas.¹² Os danos causados pela guerra e a paralisação custaram pelo menos 18 biliões de dólares em produtividade perdida entre 1980 e 1997. Em 1996, quatro anos após o Acordo de Paz de Roma, 90 por cento da população continuava a viver uma situação de pobreza e, desse grupo, 60 por cento viviam em pobreza absoluta. O país continuava enrodilhado numa teia de minas anti-pessoal não deflagradas e não mapeadas.¹³ O Inquérito ao Mercado de Trabalho Rural em Moçambique, realizado em 2002-2003 nas províncias de Manica, Zambézia e Nampula, revelou uma grande diversidade entre a população rural e documentou amplamente a diferenciação social e bolsas de contínua, objecta, pobreza.¹⁴

Resumindo, o clima e a guerra são bastante importantes. Entre 1975 e 2014, milhões de moçambicanos trabalharam apenas para se manterem e às suas famílias sãos e salvos. A economia do caju, tal como o resto da economia agrária, foi devastada juntamente com os serviços do estado, armazéns, mercados e infraestruturas de transportes. O clima e a guerra arruinaram a saúde do cajual nacional e minaram os esforços para o reanimar e expandir. O cajual continua a envelhecer e a sua produção a diminuir mais depressa do que o seu replantio a bom termo.

¹¹ Sam Barnes, *Humanitarian Aid and Coordination during War and Peace in Mozambique, 1985–1995* (Uppsala: Nordiska Afrikainstitute em cooperação com a SIDA, 1998).

¹² Cramer et al., 'New View,' 368, 380–87.

¹³ Penvenne, 'Tapestry of Conflict,' 254–7.

¹⁴ Cramer et al., 'New View,' 368, 382–387

Produtores, processadores e lutas em torno de políticas, 1975 a 2014

Embora as estatísticas e as estimativas das exportações anuais de castanha de caju em bruto e processada tenham algumas diferenças conforme as fontes, a maior parte mostra uma curva ascendente acentuada em dezenas de milhar de toneladas de castanha em bruto e processada exportada entre 1961 e 1973. Moçambique atingiu o seu pico nacional e global de produção de caju na campanha de 1972-1973. O golpe militar de 1974 em Portugal marcou o início de um êxodo de portugueses e indianos residentes em Moçambique. Antes da independência, eles dominavam a compra, o transporte e a comercialização da castanha de caju para exportação e para processamento, os quadros administrativos e técnicos da indústria de processamento e o sector de plantação de caju. 'A Guerra do Caju' foi como Joana Pereira Leite intitulou a sua análise das muitas maneiras como os comerciantes indianos e os importadores de caju se digladiavam com os moçambicanos por castanha e quota de mercado no período pós-independência.¹⁵ Alguns desses homens de negócios, plantadores e empresários, permaneceram em Moçambique depois da independência, mas muitos deixaram o país e só voltaram na era da privatização e da liberalização. Comparativamente aos milhares de pequenos proprietários, a produção de caju a partir de plantações detidas por portugueses e outros interesses estrangeiros no sul de Moçambique era pequena, mas estava a tornar-se cada vez mais importante no centro e no norte do país.

A Frelimo nacionalizou a indústria de processamento de caju a seguir à independência, em parte para responder à fuga de pessoal e capitais. A Frelimo destacou o valor acrescentado pela produção de amêndoa relativamente à exportação de castanha em bruto. O governo proibiu a exportação de castanha em bruto enquanto a indústria nacional não tivesse esgotado toda a sua capacidade. Facilitou o transporte e trabalhou com os sindicatos para que apoiassem a produção industrial. A Frelimo instituiu as fêrias de parto, licença médica, cuidados infantis e assistência médica no local – tudo valores que os trabalhadores apreciaram grandemente. Dada a ruptura generalizada da economia e dos transportes que se seguiu ao golpe de 1974, os níveis de



(Fonte: Cashew Handbook 2014, *Global Perspective*. Uma iniciativa da CommodityIndia.com em associação com a African Cashew Alliance. www.cashewinfo.com Fig. 2.23, p. 37.)

¹⁵ Pereira Leite, 'A Guerra do Caju,' 311–328.

produção nos primeiros tempos do pós-independência foram surpreendentes. No entanto, a seca, a guerra e as faltas foram tendo cada vez mais impacto. Entre 1974 e 1984, o processamento de amêndoa caiu em dois terços e depois foi coxeando pelos níveis mais baixos pelo resto dos anos de guerra.¹⁶ A maior parte dos homens e das mulheres que compunham a força de trabalho da nacionalizada indústria do caju foram mantidos, mas as suas horas eram cortadas e eles sentiam cada vez mais a violência da guerra e as faltas de comida.

Nos anos 1990, com apoio internacional, os refugiados e deslocados moçambicanos começaram a regressar às suas machambas e às suas árvores, mas apesar de ser um factor necessário, a paz veio a revelar-se insuficiente para uma recuperação robusta. Os camponeses regressados não podiam tomar conta das suas árvores em áreas minadas. Havia uma grande falta ou insuficiência de sobressalentes e de conhecimento especializado para reparar as fábricas e recuperar a produção, as infraestruturas, instalações de armazenamento, mercados e transportes para a indústria de processamento de caju. Moçambique estava profundamente endividado, a sua moeda estava em transformação e muitos detentores de interesses nacionais e internacionais competiam com cidadãos moçambicanos por oportunidades de investimento vantajosas e decisões de políticas a seguir à guerra.¹⁷

O fiasco do Banco Mundial

Após o Acordo de Paz de Roma em 1992, a promessa de estabilidade e a esperança por um regresso à produção agrícola regular, levou alguns moçambicanos a imaginar que, apesar da perda da quota de mercado de uma geração e o abandono e envelhecimento do cajual, o país ainda podia, de alguma maneira, voltar a marcar posição no descasque de caju e retomar alguma da prosperidade recorde vivida no crepúsculo da era colonial. Alguns empresários moçambicanos e internacionais investiram na privatização de grandes fábricas de descasque de caju, assumindo que as políticas do governo apoiariam os seus investimentos, ao mesmo tempo que tentavam remodelar as suas recém-adquiridas fábricas. Eles consideravam que a renovada indústria de descasque de caju merecia protecção.

A enorme indústria de processamento de caju da Índia tinha uma falta crónica de castanha em bruto e encorajava fortemente a sua exportação relativamente ao processamento da amêndoa em Moçambique.¹⁸ A Índia podia mais que duplicar o preço de compra da castanha, se quisesse encorajar a venda de castanha em bruto e desencorajar o processamento em Moçambique.¹⁹ Em meados dos anos 1990, o Banco Mundial abordou o Governo de Moçambique para que mudasse as suas políticas relativamente à castanha de caju para favorecer a sua exportação em bruto, implicitamente para a Índia. Moçambique viu-se perante a ameaça do Banco Mundial de que a sua dívida não seria reestruturada nem os seus créditos renovados a menos que as tarifas sobre a exportação de castanha em bruto fossem reduzidas drasticamente. O governo sentiu que não tinha alternativa senão ceder às exigências do Banco Mundial, apesar da forte oposição do sentimento nacional. As tarifas foram reduzidas para metade, mas nunca chegaram a ser impostos os níveis ainda mais baixos em que o Banco Mundial insistia.

A indústria de descasque de caju de Moçambique enfrentou muitos obstáculos: discórdia em torno da política de impostos, crédito caro e apertado, manutenção fabril e modernização essencial adiadas, e uma prolongada interrupção devido aos danos da guerra, cheias, secas e vendavais. A gota de água foi a queda de 40 por cento nos preços mundiais da castanha de caju, em 2000-2001. Nessa altura, quatorze das dezasseis fábricas recém-privatizadas fecharam e 90

¹⁶ Capítulo 1, Gráfico da Produção de Amêndoa, 1974–1984, 101.

¹⁷ Ver nota 1 acima, Hanlon, Pitcher, McMillan, Cramer, Boys, Krause e Kaufmann detalham os debates em torno da confrontação do Banco Mundial com a Frelimo a propósito da exportação de castanha de caju.

¹⁸ Pereira Leite, 'A Guerra do Caju,' 311–328.

¹⁹ Bessa Ribeiro, 'Sistema mundial,' 196–97, citando Economia de Moçambique, Vol. 10, No. 11 (1968): 6–11, 21; Parente e Neto, 'A Agro-Indústria do Caju,' 37–8.

por cento dos trabalhadores do caju perderam o emprego. Moçambicanos e estrangeiros que investiram na reanimação das maiores fábricas de descasque do país perderam o seu dinheiro e as fábricas fecharam. Milhares de mulheres e homens que tinham dezenas de anos de experiência de trabalho nas fábricas também perderam a fonte do seu sustento e toda a questão teve a cobertura das notícias internacionais. O Banco Mundial notabilizou-se como algo ao nível de um arruaceiro prepotente.²⁰

Consultores financiados pelo Banco Mundial alegaram que tudo foi no melhor dos interesses dos camponeses que plantavam os cajueiros e colhiam e vendiam as castanhas, para permitir que elas fossem exportadas para serem processadas na Índia, sem qualquer taxa, imposto ou quota de protecção da indústria nacional de processamento. Os consultores do Banco Mundial assumiram que uma tarifa de exportação haveria de diminuir o preço que os produtores haveriam de receber. Os consultores presumiram de alguma forma que os benefícios desse plano iriam beneficiar os pequenos produtores familiares que forneciam 90 por cento das castanhas comercializadas em Moçambique. Eles não tomaram em consideração que os comerciantes que compravam a castanha em bruto aos pequenos camponeses constituíam o único mercado para as castanhas produzidas pelos camponeses, a quem descontavam mais de metade do preço estabelecido por lei, antecipando a existência de castanhas de menos qualidade nos lotes. Para além disso, os comerciantes pagavam à maioria dos camponeses em mercadorias ou por dedução de dívidas contraídas. Os economistas que calcularam o preço real ao produtor não sabiam quanto os camponeses recebiam nem como eram realmente pagos.²¹ O facto de os consultores do Banco Mundial não terem sabido prever que os benefícios incluídos nas suas propostas não iriam melhorar os rendimentos dos camponeses de pequena escala sugere a distância que os separava das mulheres, homens e crianças que simplesmente amalgamaram como produtores. Ficou, depois, claro que os comerciantes indianos e os intermediários beneficiaram desmesuradamente do aumento de preço inicial.

Os consultores também parecem ter esquecido as implicações de expor os camponeses às flutuações de preços, ou que a Índia passaria rapidamente a agir de acordo com o seu interesse próprio e baixaria os preços oferecidos pela castanha em bruto.²² Em 2002, Kekobad Patel, Presidente da Associação Industrial do Caju [AICAJU], representando os que tinham investido na reconstrução da indústria de processamento, atribuiu a queda de 40 por cento nos preços do caju ao papel dominante da Índia, então o único mercado para a castanha em bruto. Sem a concorrência das fábricas de processamento de Moçambique a Índia podia pagar o que quisesse.²³

As tensões entre o governo, os processadores de caju, os exportadores e os camponeses que traziam a sua castanha ao mercado não eram nada de novo. Cada um deles pensava que o outro era um privilegiado ou um sector favorecido, e todos lutavam por vantagem. A Índia continuava a ser o gigante no mercado regional e global. Os analistas não consideraram totalmente as complexidades das estratégias de geração de rendimentos ao nível das famílias moçambicanas. Pelo menos, os consultores do Banco Mundial consideraram a história da concorrência entre Moçambique e a Índia pelo fornecimento de castanha em bruto.²⁴ O analista Joseph Hanlon expressou a sua visão sobre a pressão do Banco Mundial pela liberalização da economia de Moçambique quando deu os títulos 'Power without Responsibility' e *Peace without Profit* ao seu artigo e ao seu livro.²⁵

²⁰ Na altura, esta controvérsia foi extensivamente coberta pela Agência de Informação de Moçambique [AIM]; MediaFAX, AfricaAction e as publicações de Joseph Hanlon na web em <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/> acedido a 4 de Maio de 2015. Ver também Boys, 'Jobs, Votes;' Kanji et al. 'Cashing in on Cashews,' 76, 79–82.

²¹ Historicamente e até à data, as negociações sobre preços basicamente ignoraram os produtores. Elas tinham lugar a começar nos cantineiros e iam subindo a cadeia a partir daí. Bessa Ribeiro, 'Sistema mundial,' 196–8.

²² Kanji et al., 'Trade Liberalisation,' 5.

²³ AIM, 'Mozambique: World Bank Urged to Pay for Rescue of Cashew Industry,' AllAfrica, 1 de Outubro de 2002. <http://allafrica.com/stories/200012070001.html> acedido a 4 de Maio de 2015.

²⁴ Ver nota de rodapé 1, acima.

²⁵ Hanlon, 'Power without Responsibility' e *Peace without Profit*.

Os representantes dos processadores de caju de Moçambique e do Banco Mundial ainda mantêm interpretações divergentes dos factos e das implicações daquilo a que o Banco Mundial chama de reformas de meados dos anos noventa. Em 2002, Kekobad Patel lembrou toda a gente que:

O Banco Mundial afirmou que a liberalização dos preços iria promover a concorrência, o que levaria a um aumento da produção. Eles previam que, no espaço de cinco anos o cajual cresceria de forma a produzir 80-90,000 toneladas de castanha por ano. Supunha-se que os produtores iriam receber preços mais altos pelas suas castanhas, embora se pudesse perder alguns empregos nas fábricas, esses trabalhadores podiam ganhar bastante dinheiro a produzir o seu próprio caju. Nada disso aconteceu.²⁶

Passados dez anos, os economistas do Banco Mundial afirmaram: 'Embora as reformas tenham resultado em preços mais altos ao produtor e num aumento da produção, a falta de consenso sobre as especificidades das reformas e das disposições de apoio não relacionadas com os preços criou uma situação em que o sector não foi capaz de resistir aos abanões dos preços internacionais, o que acabou por levar ao colapso da indústria de processamento e da produção de castanha de caju.²⁷ Enquanto a AICAJU atribuiu a responsabilidade e a prestação de contas pelas políticas erradas ao Banco Mundial, o Banco Mundial atribuiu o colapso do processamento e da produção de caju a uma falta de consenso.

Durante a guerra, a produção de castanha em Moçambique estagnou e decresceu, mas aumentou exponencialmente em muitas outras partes do mundo. O Brasil, o Vietname e a Costa do Marfim competiam com a Índia por quota de mercado. De qualquer forma, com a alteração do contexto global, teria sido difícil recuperar a perda de quota de mercado devida ao tempo da guerra, mas em meados dos anos noventa os moçambicanos sentiram-se sabotados pela interferência do Banco Mundial nos seus esforços de privatização e revitalização do que tinha sido um dos empreendimentos de marca do país. Num dos seus primeiros contactos com o chamado mercado livre capitalista, os moçambicanos que investiram no potencial da indústria perderam o seu capital. Passada uma década, os funcionários do banco Mundial continuavam a defender as suas acções.²⁸

Iniciativas relacionadas com o caju desde 2000: norte e sul

O movimento de liberalização e privatização dos fins do século vinte afectaram negativamente os trabalhadores na maior parte das dimensões da indústria do caju, mas a produção e a exportação de caju como um todo melhoraram desde o colapso de 2000 para 2001.²⁹ Em fins dos anos 1990, o governo reorganizou o apoio técnico à economia do caju através do Instituto de Fomento do Caju (INCAJU). A sua missão era renovar e melhorar o cajual nacional e promover o comércio, o processamento e o desenvolvimento dos mercados da castanha, do fruto e do líquido da casca da castanha. Trabalhadores e empresários da indústria organizaram-se para promover os seus interesses. O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria do Caju (SINTIC) tem falta de fundos e perdeu influência com a liberalização.³⁰ A emergência de novos grupos empresariais, como a AICAJU e a *Agribusiness Industries Association* (AIA) reflecte um maior apoio público e privado, coordenação e fomento privados para o aumento da produção, da qualidade e da

²⁶ AIM Maputo, 'World Bank Urged to Pay for Rescue of Cashew Industry,' <http://allafrica.com/stories/200012070001.html> Acedido a 4 de Maio de 2015.

²⁷ M. A. Aksoy, e F. Yagci, 'Mozambique Cashew Reforms Revisited,' Policy Research Working Paper 5939 (Washington, DC: World Bank, 2012) é uma versão preliminar de Aksoy e Yagci em Aksoy, 'Mozambique Cashew Reforms.' Uma grande parte do material é uma sobreposição. [daqui em diante Aksoy e Yagci 'Mozambique Cashew Reforms'].

²⁸ Aksoy e Yagci 'Mozambique Cashew Reforms.'

²⁹ Kanji et al., 'Cashing in on Cashew Nuts.'

³⁰ Cramer et al., 'New View,' 377, 380.

equidade em toda a indústria. O registo é um tanto irregular, e as situações no norte e no sul de Moçambique são substancialmente diferentes. As mulheres já não são a maioria da força de trabalho e muitas das mudanças não serviram os seus interesses comparativamente à situação do imediato pós-independência.³¹

A reorientação da indústria para localizar o processamento mais próximo do grande cajual do norte começou ainda antes da independência. A fábrica de processamento de Angoche tinha a maquinaria mais promissora do seu tempo. O acompanhamento por Kanji et al. mostrou que quando a fábrica de Angoche fechou, os seus experientes trabalhadores tiveram poucas opções. Basicamente, os trabalhadores e as pessoas que dependiam dos seus salários ficaram mais pobres.³² Nampula, anteriormente o Distrito de Moçambique, é agora o coração do cajual mais produtivo do país e é onde se localizam a maior parte das iniciativas de processamento. A TechnoServe, uma organização sem fins lucrativos baseada nos EUA, que diz que a sua missão é 'apresentar soluções de negócios para a pobreza', recebeu muito boa cobertura de imprensa, parte dela auto-gerada.³³ A TechnoServe recrutou empresários locais e investiu no melhoramento do cajual e em fábricas de descasque de pequena escala, com financiamento e apoio da USAID (*United States Agency for International Development*). Também subsidiou o apoio a empresas privadas para controle de qualidade e promoção de mercado. Algumas das pequenas fábricas avançaram com coordenação melhorada, crédito, grupos de influência e promoção, incluindo o desenvolvimento de uma marca específica de castanhas moçambicanas de alta qualidade, chamada Zambique. Não é de surpreender que os camponeses mais ricos, que têm maior número de árvores, tenham tido sucesso na expansão dos seus cajuais e no melhoramento do volume de produção.³⁴ Eles têm o capital para investir e conseguem absorver o risco se as mudas forem destruídas. Entre metade e setenta por cento dos camponeses que têm cajueiros são pobres ou muito pobres e não estão a beneficiar imediatamente destas iniciativas.³⁵

Embora os preços e a produção tenham flutuado bastante desde 2000, a campanha de 2007-2008 excedeu em 10,000 a meta de 85,000 toneladas, de que um terço foram vendidas em bruto, um terço foram processadas em fábricas e um terço foram vendidas no sector informal.³⁶ As novas fábricas do norte empregam mulheres, mas elas não conseguem competir com os homens das fábricas que usam as máquinas pequenas de corte manual. As mulheres conseguem trabalhar na despelliculagem e na escolha, mas agora os homens também procuram trabalho nessas áreas. Embora a fábrica apoiada pela TechnoServe, a Miranda-Caju em Nampula, tenha uma boa reputação, os benefícios não se comparam com os que as mulheres tinham, logo a seguir à independência, nas fábricas detidas pelo estado. A Miranda-Caju é uma exceção na medida em que providencia um bom espaço para cuidar das crianças, alimentação gratuita diária para os trabalhadores, acesso a assistência sanitária e férias pagas. Mas mesmo trabalhando muitas horas, as mulheres não ganham o salário mínimo de lei para os trabalhadores não agrícolas.³⁷

A Olam International começou a investir no processamento em maior escala no norte de Moçambique no virar do século. A sua fábrica de Nampula empregava quatro mil trabalhadores em períodos de pico, 90 por cento dos quais, homens. Os contratos de processamento começaram por ser pagos mensalmente e também pagos abaixo do estabelecido por lei para o trabalho não agrícola.³⁸ Quando em 2011 a Olam tentou mudar para trabalho à peça, os trabalhadores aperceberam-se de que a maior parte deles haveria de ganhar ainda menos, pelo que entraram em

³¹ Nazneen Kanji, Carin Vijfhuizen, Carla Braga e Luís Artur produziram um registo sólido de pesquisa sobre o género e modos de vida à volta da economia do caju de Moçambique, conforme os seus trabalhos aqui citados e os que estão disponíveis através do IIED e outros lugares.

³² Vijfhuizen et al., *Gender, Markets*.

³³ <http://www.technoserve.org/about-us> acedido a 15 de Fevereiro de 2015.

³⁴ TechnoServe, 'Cashew Industry Brings New Prosperity to Mozambican Communities,' 2009. www.technoserve.org/files/downloads/cashewmoz acedido a 15 de Fevereiro de 2015.

³⁵ Boys, 'Jobs, Votes,' 44-46; TechnoServe, 'Cashew Industry.'

³⁶ Hanlon, 'Mozambique,' 131, 12 de Junho de 2008.

³⁷ Kanji et al., 'Cashing in on Cashew Nuts,' 90-92.

³⁸ Kanji et al., 'Cashing in on Cashew Nuts,' 95; TechnoServe, 'Cashew Industry.'

greve para voltar ao mínimo mensal.³⁹ Tal como as mulheres de Tarana, eles perceberam que a quota do trabalho à peça haveria de ser marcada tão alto que só trabalhadores com bastante experiência poderiam esperar alcançá-la todos os dias – assim, mais uma vez, o que foi definido como bônus constituía um grande empenho. As mediações falharam e, com organizações de trabalhadores fracas e a concorrência global, os empregadores em Moçambique têm muito poder sobre os trabalhadores.⁴⁰ Em 2012, a Olam abriu uma nova fábrica de descasque na Côte d'Ivoire. Com uma capacidade de descasque de 30,000 toneladas métricas, é a maior fábrica de descasque em África, e 60 por cento da sua mão-de-obra será composta por mulheres.⁴¹

Por todo Moçambique, fábricas de descasque de menor dimensão desenvolveram satélites de processamento. Os satélites estão ancorados em preços baseados no trabalho à tarefa.⁴² Nestas áreas, os empregadores beneficiam de mão-de-obra sem contrato, não paga, quando as mulheres trazem as suas parentes de sexo feminino e crianças para ajudar a completar as suas quotas.⁴³ Nas famílias matrilineares de Nampula, as mulheres têm maior acesso e controle sobre a terra e as árvores do que no sul patrilinear, mas não beneficiam tanto como os homens das actividades de extensão relativas às intervenções para melhorar os rendimentos do caju. A pesquisa feita por Vijfhuizen et al. revela que as mulheres têm vindo a perder cada vez mais.⁴⁴

O valor das exportações de caju aumentou bastante consistentemente desde os mínimos da viragem do século. Em 2011, as castanhas em bruto e processadas, juntas, compunham a sexta mercadoria de exportação mais importante de Moçambique. O crescimento teve lugar, em grande parte, em pequenas fábricas rurais, principalmente no norte do país. Embora tenham sido criados 9,000 empregos e houvesse 18 fábricas em produção, havia pouca sobreposição entre os milhares que perderam os seus empregos nas grandes fábricas mais antigas do país e os milhares que estavam a trabalhar em 2011. Os trabalhadores do caju continuam a receber menos que o salário mínimo de lei para o trabalho não agrícola e, com algumas notáveis excepções, os benefícios e as condições para as mulheres em particular continuam precários.⁴⁵

Quando as fábricas do sul fecharam, os percursos que as mulheres forjaram desde os anos 50 até aos anos 70 praticamente desapareceram. Em 2001, mais de 8,500 trabalhadores do caju perderam os seus empregos e os reformados perderam as suas pensões.⁴⁶ Não há dúvida de que as indemnizações pela rescisão do contrato ajudaram a curto-prazo, mas não apareceram novos empregos equivalentes. Vários estudiosos seguiram as descascadeiras de caju, em particular a equipa de Nazneen Kanji na área de Maputo e Gaza, e o estudo de Fernando Ribeiro Bessa sobre a mão-de-obra do caju de Manjacaze, de menor dimensão. Ribeiro Bessa comprovou a conclusão de Tharani de que o descasque manual produzia mais das amêndoas inteiras que obtêm os preços mais altos. Com a queda acentuada dos preços do caju na viragem do século, porém, a velha fábrica de Manjacaze teve de despedir trabalhadoras. Três quartos das mulheres despedidas regressaram às suas machambas e 15 por cento passaram ao comércio informal. Algumas deixaram Maputo, mas, no caso de Bessa Ribeiro, as que saíram tinham educação e conhecimentos. Esse era um padrão bastante diferente do das descascadeiras de caju dos anos 50 e 60.⁴⁷

³⁹ Joseph Hanlon, 'Mozambique' 182, News Reports, 11 Julho 2011.

⁴⁰ Cramer et al. 'New View,' 380, 386, 389; Nazneen Kanji, 'Corporate Responsibility and Women's Employment: The Cashew Nut Case,' Perspectives on Corporate Responsibility for Environment and Development, 2 (Março 2004).

⁴¹ African Cashew Alliance, 'New Factory Opens as Cashew Season Starts in West Africa,' 17 Abril 2012. <http://www.africancashewalliance.com/en/news-and-info/newsletter/new-factories-open-cashew-season-starts-west-africa> acedido a 15 de Fevereiro de 2015.

⁴² Boys, 'Jobs, Votes,' 44–46; Cramer et al. 'New View,' sobre trabalho à tarefa e Vijfhuizen et al. Gender, Markets, sobre a expansão de satélites.

⁴³ Cramer et al, 'New View,' 371–72.

⁴⁴ Vijfhuizen, et al., Gender, Markets.

⁴⁵ Kanji, et al. 'Cashing in on Cashews,' 88–91.

⁴⁶ Panafrican News Agency, 'Cashew Workers Unemployed,' 20 Janeiro 2001.

⁴⁷ Bessa Ribeiro, 'Sistema mundial,' 515, 527.

No que se seguiu aos encerramentos das grandes fábricas urbanas, a equipa de Kanji identificou dois padrões. Primeiro, as famílias que sempre tinham consumido, trocado e vendido castanhas e bebidas fermentadas à base de caju na economia informal, faziam-no mais frequentemente.⁴⁸ Essas famílias realocalizaram o investimento do trabalho assalariado para o trabalho doméstico e informal. Os jovens vendem sacos plásticos selados com castanha processada independentemente nas esquinas das ruas e à porta dos principais locais turísticos da cidade. Dessa forma, as economias doméstica, da oferta e informal absorveram algum do produto e da mão-de-obra que estavam antes aplicados no sector formal. Segundo, as trabalhadoras experientes de Tarana juntaram-se num programa satélite renascido que consistiu num retorno a uma certa rusticação do processamento do caju. Algumas descascadoras do sul nos novos satélites compravam a castanha directamente aos camponeses, mas a maior parte não tinha capital que chegasse para o fazer. Em vez disso, como no caso do início dos anos 50, as mulheres recebiam fornecimentos de castanha de antigos gestores das fábricas. Elas juntavam-se nas esquinas das ruas para processar as castanhas e devolviam o produto descascado aos seus fornecedores por um preço fixo por tarefa.

A produção em satélites no sul encontrou resistência porque não pagava impostos, não tinha licenças e alimentava a economia informal. Os satélites do norte estavam ligados às fábricas de descasque, pelo que alimentavam o sector formal. As castanhas do norte também conseguem preços mais altos que a castanha do sul, mas em ambos os casos, a maioria dos trabalhadores e de produtores de pequena-escala continuam a não receber os mínimos legais pelo seu trabalho ou produtos.⁴⁹ Tomando em consideração as práticas globais dos negócios na indústria do caju, Nazneen Kanji está preocupada com o poder vir-se a assistir a um 'nivelamento por baixo', porque estão praticamente ausentes os habituais incentivos para responsabilidade corporativa, como uma forte sociedade civil, sindicatos laborais e vigilância do sector público.⁵⁰ A equipa de Kanji interroga consistentemente o impacto dos novos padrões sobre as mulheres enquanto produtoras, vendedeiras e trabalhadoras assalariadas ou contratadas.

Género, mercados e contextos complexos

As análises mais convincentes sobre a economia do caju desde a década de 1940 até ao presente, acompanham e afirmam adequadamente as ligações entre os muitos aspectos da economia do caju, desde o consumo doméstico às exportações de castanha processada, aos papéis-chave que as mulheres desempenham na cadeia de valor, à importância do valor real do pagamento que as pessoas recebem por um produto ou como compensação pelo trabalho, e às escolhas que os produtores e trabalhadores fazem para obter o melhor valor e o maior controlo sobre o seu produto ou trabalho. Infelizmente, muitos estudos não confirmam estas ligações.

Os estudos ainda se referem aos trabalhadores, aos produtores, aos processadores, aos camponeses, aos comerciantes e à força de trabalho. Essencialmente, como na maior parte dos casos, as palavras mulher, género, homem e criança continuam literalmente ausentes.⁵¹ No entanto, homens e mulheres têm obrigações sociais e culturais bastante diferentes que moldam as suas experiências em todas estas categorias. Tal como os analistas Parente e Neto ainda notam, aquilo a que chamam de alto nível de absentismo, entre 30 e 50 por cento, que atribuem a '... doenças evitáveis como a malária'.⁵² As mulheres faltam ao trabalho porque estão a tomar conta dos filhos ou porque são mais afectadas pela malária. A malária não é, de todo, uma doença

⁴⁸ Este parágrafo baseia-se em Nazneen Kanji, James McGregor, Cecilia Tacoli, *Understanding Market Based Livelihoods in a Globalizing World – Combining Approaches and Methods* (London: IIED, 2004): 14–16.

⁴⁹ Hanlon, 'Mozambique,' 131, 12 Jun. 2008; Vijfhuizen et al., *Gender, Markets*.

⁵⁰ Kanji chefia o Sustainable Agriculture and Rural Livelihoods Programme no IIED, 'Corporate Responsibility.' 1, 4.

⁵¹ É este em grande parte o caso de Krause e Kaufmann, Boys, Aksoy e Yagci.

⁵² Boys, 'Votes, Jobs,' 45, citando Krause e Kaufmann (2011): 41.

evitável para a maior parte dos moçambicanos, e só é curável se a pessoa doente for submetida a cuidados médicos especializados no espaço de vinte e quatro horas. Isso não está ao alcance da maioria dos moçambicanos. A espera de apenas seis horas para o tratamento de uma criança com malária pode resultar em morte.⁵³ Os sistemas de saúde de Moçambique são inadequados, em particular para os pobres. Kanji et al. demonstraram o valor e a necessidade de prestar atenção ao género.

Segundo, o interesse no sector formal da economia do caju, no processamento industrial e na exportação de castanha em bruto, continua a eclipsar uma componente substancial da economia do caju que está fora desse sector. Aksoy e Yagcy constataram que os camponeses em Nampula, a província mais rica em caju, não chegaram a comercializar um terço da sua colheita. Nas regiões de Gaza e Inhambane, no sul, os camponeses retiveram entre 71 e 86 por cento, respectivamente, portanto, mais de dois terços da colheita do sul não chegaram ao mercado.⁵⁴ Eles também notaram, sem outros comentários, que em 1996 o preço do amendoim, em Gaza e Inhambane, tinha aumentado tanto desde o fim da guerra que as pessoas não conseguiam comprá-lo para a alimentação. Comiam o seu caju em vez de amendoim.⁵⁵ O facto de as pessoas das zonas rurais estarem a comer uma cultura de rendimento sazonal porque não conseguem pagar o alimento de base habitual de todo o ano, como o amendoim, revela a dimensão da falta de comida. Temos de prestar atenção a toda a economia do caju. A castanha e as bebidas de caju sempre tiveram um papel importante nos mercados informais. Krause e Kaufmann confirmam que a grande maioria dos moçambicanos não trabalham no sector formal, mas antes em pequenos e médios empreendimentos que compreendem mais de 98 por cento de todos os empreendimentos e empregam mais de 40 por cento de todos os trabalhadores, mas o interface dos mercados informal e de exportação continua pouco analisado.⁵⁶

Finalmente, o apoio governamental e institucional à indústria nacional de processamento de caju e à economia do caju em geral, continua relativamente descapitalizado e fraco. A um certo nível, a formação e a colaboração do INCAJU, da AICAJU e da AIA criam alguma esperança.⁵⁷ A fraqueza continuada dos sindicatos laborais, especialmente nos cada vez maiores locais de produção rural, não é favorável.⁵⁸ Os trabalhadores das novas fábricas de descasque não ganham sequer o salário mínimo dos trabalhadores agrícolas, muito menos o salário mínimo legal dos trabalhadores da indústria. Os empregadores pagam às pessoas menos que os mínimos legais, mas como toda a gente o faz, ninguém se preocupa muito com isso.⁵⁹

A ênfase de Christopher Cramer na necessidade de uma visão abrangente da economia suportada pelo poder e a vontade de tomar controle e fazer essa visão acontecer, articula-se bem com os estudos consistentes com consideração pelo género, regionais e fundamentados, de Vijfhuizen, Kanji, Artur e Braga. Conforme afirmado ao longo deste trabalho, a complexidade social e a diversidade regional são importantes. Se os académicos seguirem as experiências das mulheres comuns, desde as suas casas até ao processamento industrial, a economia parece bastante diferente. A grande maioria dos moçambicanos são simples e pobres e pelo menos metade são mulheres. Qualquer visão conseguida de desenvolvimento económico tem de as envolver e aos problemas que elas enfrentam.

⁵³ 'Preventable and Curable but still killing 800,000 every year,' Comunicado de Imprensa UNICEF sobre o Dia Mundial da Malária, 5 de Abril de 2011, http://www.unicef.org/media/media_58351.html acedido a 15 de Fevereiro de 2015.

⁵⁴ Aksoy e Yagci in Aksoy, 'Cashew Reforms,' 197.

⁵⁵ Aksoy e Yagci in Aksoy, 'Cashew Reforms,' 231.

⁵⁶ Krause and Kaufmann, 'Industrial Policy in Mozambique,' 2, 15, 34.

⁵⁷ Boys, 'Votes, Jobs,' 44–6.

⁵⁸ Cramer et al., 'New View,' 377, 380, 386.

⁵⁹ Cramer et al., 'New View,' 371–2, 374

Fontes e Bibliografia

História Oral – Narradores

Todos os depoimentos do projecto de História Oral na Caju Industrial de Moçambique foram gravados na fábrica do Chamanculo, excepto os que estão assinalados em contrário.

Para os Distritos e Províncias foram usados os nomes da era colonial. Todos os depoimentos foram gravados e depositados no Arquivo Histórico de Moçambique.

Os narradores estão listados por data do depoimento, nome, data e local de nascimento. Estão anotados os casos em que a idade e o local de nascimento estão claramente errados ou sejam incertos. Nem todas as discrepâncias foram documentadas.

Data do Testemunho	Data de Nascimento	Distrito, Província de Nascimento
17 de Maio de 1993		
Amélia Mubussele Chiconela	n. 1939	Bilene Macia, Gaza
Celeste Júlio Guambe	n. 1940	Inharrime, Inhambane [Inh]
Leia Papilo Nhavene	n. 1937	Chidenguele, Gaza
Cristina Jossias Pelembe	n. 1942	Xai Xai, Gaza
Cristina Duzenta Cuambe	n. 1952	Inharrime, Inh
19 de Maio de 1993		
Rosalina Alberto Tembe	n. 1934	Lourenço Marques [LM], LM
Helena Fazenda Muzimba	n. 1942	Magude, LM
Joana Alberto Chivangue	n. 1939	Maxixe, Inh
20 de Maio de 1993		
Carlota Samuel Cubay	n. 1941	Chókwè, Gaza
Joana Tinga Chilaule	n. 1951	Morrumbene, Inh
Albertina Utana	n. 1939	Bela Vista, Maputo
Julieta Mulungu	n. 1939	Moamba, LM
Elena Samo Honwana	ca. 1930	Marracuene, LM

21 de Maio de 1993

Raquelina João Machava	n. 1939	Panda, Inh
Felizarda Servião Bila	n. 1940	Panda, Inh
Laura Nhachunha Tsombe	n. 1945	Chibuto, Gaza
Joana Raci Bambi Nhacumbi	n. 1942	Morrumbene, Inh
Cacilda Gulene Fumo	ca. 1940	LM, LM
Joana Uaichele	n. 1940	Vilanculos, Inh

24 de Maio de 1993

Marta José Cuco	n. 1938	Chonguene, Gaza
Carolina Manuel Sigaugue	n. 1938	Chókwè, Gaza
Joana Massacaira	n. 1938	Manhiça, Maputo
Rabeca Notiço	n. 1943	Chidenguele, Gaza
Eugénia Salamandze	n. 1934	Morrumbene, Inh

26 de Maio de 1993

Saquina Maela Malassanhane	n. 1943	Machava, LM
Cristina Mavila Miambu	n. 1939	Boane, LM
Regina Ofiço Nhantumbo	n. 1943	Chidenguele, Inh
Amélia Manene Chavanguane	n. 1937	Morrumbene, Inh
Amélia Manhiquete	n. 1944	Zavala, Inh
Celeste Marcos Mpendane	n. 1944	Zavala, Inh
Helena Chemane	n. 1953	Chidenguele, Inh
Elena Faustinho Machava	n. 1943	Machava, LM

27 de Maio de 1993

Maria Argentina Nhasinde	n. 1952	Zavala, Inh
--------------------------	---------	-------------

Amélia Samuel Muzima	ca. 1950	Incerto
Marta Nhamave	n. 1947	Chidenguele, Gaza
Rita Famisse Novela	n. 1940	Zavala, Inh (incerto)
Isabel Rungo	n. 1952	Morrumbene, Inh
Balbina Tinga	n. 1941	Maxixe, Inh
Otilia Manuel Zucuela	n. 1937	LM, LM
Matilde Chilengue	ca. 1940	Incerto

28 de Maio de 1993

Amélia Malenguana	n. 1948	Zavala, Inh
Maria Rosa Xavier Siteo	n. 1946	LM, LM
Matilde Mussongue Chiduzza	n. 1944	Manhiça, LM
Lídia Maluzana Chabana	n. 1935	Manhiça, LM
Elisa Vasco Tovela	n. 1954	Matutuíne, Maputo
Percina Tembe	Incerto	LM, LM

31 de Maio de 1993

Helena Malema Lissinga	n. 1939	LM, LM
Avelina Bene Manjane	n. 1936	Muchopes, Inh
Carolina Rafael Cau	n. 1949	Incerto
Angelica Nequisse Pacute	n. 1941	Incerto
Adelaide Nelson Nhabangue	n. 1954	Chidenguele, Gaza
Cristina José Machava	n. 1942	Boane, LM
Marta Elisa Jorge Honwana	n. 1940	Manhiça, LM

2 de Junho de 1993

Emera Mahochi	n. 1923	Inharrime, Inh
Rosa Joaquim Tembe	n. 1929	LM, LM

Isabel Genlane Zandamela	n. 1918	Zavala, Inh
Lina Mitlavane Chivambo	n. 1913	Inhaca, Maputo
Cina Mulhovo	n. 1913	Bilene, Gaza
Carlota Cumbe	n. 1930	Inharrime, Inh
Cecilia Chichavo	n. 1910	Inharrime, Inh
Lezi Tsacalate Bene	n. 1918	Manhiça, LM
Marta Nharemuane Cossa	n. 1927	Manhiça, LM
Rosa Macahiane	n. 1931	Incerto
Catarina Motiça	n. 1924	Homoíne, Inh
Amélia Manhinhana Dengo	n. 1922	Chidenguele, Gaza
Maria Celeste Chavane	n. 1937	Magoanine, Maputo
Melita Tete	n. 1938	Chonguene, Gaza

3 de Junho de 1993

Maria Cuambane Nhantumbo	ca. 1920s	Manjacaze, Gaza
Serafina Langa	ca. 1920s	Homoíne, Inh
Ester Tafula	n. 1925	Morrumbene, Inh

4 de Junho de 1993

Ofélia Manana Mbebe	n. 1922	LM, LM
Elina Chivavale Mulungu	ca. 1930s	LM, LM
Angelica Guamba	n. 1937	Guambe Pequeno, Inh
Virginia Massingue	n. 1944	Incerto
Cristina Muzamane	n. 1910	Zavala, Inh
Rosalina Mundlouw	ca. 1920s	Incerto
Carolina Cossa	n. 1926	Bilene, Gaza
Carolina Mundao Manelele	n. 1932	Manhiça, LM

Isabel Muianga	n. 1912	Chidenguele, Gaza
Carolina Mate	ca. 1920s	Incerto

7 de Junho de 1993

Machava Elmia	n. 1932	Bela Vista, Maputo
Cacilda Hobjuana	n. 1936	LM, LM
Angelina Siteo	n. 1932	Chibuto, Gaza
Marta Vilanculo	ca. 1920s	Bilene, Gaza
Rozalina Saize	n. 1928	Zavala, Inh
Salmina Cuma	n. 1925	Moamba, LM

9 de Junho de 1994

Rosta Munguambe Muianga	n. 1927	Panda, Inh
Caferina Malunguane Maletsuane	n. 1936	Panda, Inh
Percina Muianga	ca. 1920s	Manhiça, LM
Catarina Tafula	n. 1910	Massinga, Inh
Marta Cau	ca. 1920s	Muchope, Inh
Amélia Pedro Macaiene	n. 1934	Bilene, Gaza
Felizmenta Namboro	n. 1918	Homoíne, Inh

10 de Junho de 1993

Catarina Marta Chipendzo	n. 1927	Morrumbene, Inh
Percina Arone Mungumbe	n. 1920	Chidenguele, Gaza
Rosa Macohuane Cau	n. 1931	Incerto
Cecília Ofiço Maculuve	n. 1942	Zavala, Inh
Clemência Uassiliane Mavila	n. 1942	Zavala, Inh
Helena Chicico Chissaque	n. 1940	Zavala, Inh

Amélia Nhavotso

n. 1945

Panda, Inh

Caju Industrial de Moçambique, Chamanculo
Depoimentos suplementares

12 de Julho de 1993

Rosalina Alberto Tembe
Raquelina João Machava
Joana Massacaira
Joana Uaichele
Joana Tinga

13 de Julho de 1993

Adelaide Nelson Nhabangue
Percina Tembe
Maria Rosa Xavier Siteo
Celeste Marcos Mpendane
Amélia Samuel Muzima
Balbina Tinga
Saquina Macla Malassanhane
Amélia Manhiquete
Carlos Maundla

19 de Julho de 1993

Cacilda Hobjuana
Felizmenta Namboro
Salmina Cuma
Marta Cau

Caju Industrial de Moçambique, Fábrica da Machava

26 e 29 de Junho de 1993

Luís Guila Muhale

n. 1936

LM, LM

Caju Industrial de Moçambique, Fábrica da Machava

9 de Julho de 1993

Marta Moiana

n. 1949

Matola, LM

Pedro Ananas Mucovele Timba

n. 1941

Machava, LM

Luis Guila Muhale

Depoimento complementar

Sociedade Agrícola de Tabacos, Polana

1 de Julho de 1993

Nóa Nhamosso	n. 1931	Inhambane
Adelina Matinela	Desconhecida	LM, LM
André Nhaca	ca. 1927	LM, LM

Sociedade Agrícola de Tabacos Gravado em Casa no Bairro de Chamanculo

2 de Julho de 1993

Mariana Macuacua	n. 1932	Moamba, LM
------------------	---------	------------

Entrevistas a Mulheres, Gravadas em Casa, no Bairro de Chamanculo

5 de Julho de 1993

Ermelinda Mpfumo	n. 1932	LM, LM
Cecília Boane	n. 1938	Boane, LM

Depoimentos Orais, Maputo 1977

As entrevistas seguintes foram seleccionadas entre uma colecção muito mais ampla de relatos orais que gravei entre Maio e Novembro de 1977 no Porto, nos Caminhos de Ferro e no Município de Maputo, em Maputo, Moçambique. Estas gravações foram depositadas no Centro de Estudos Africanos, UEM, em 1984.

Narrador	Data do relato	Local
Joaquim da Costa	15 e 16 de Junho de 1977	Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, [PCFM] Maputo
Roberto Tembe	15 e 16 de Junho de 1977	PCFM, Maputo
Amélia Alfredo Muiane	13 de Set. de 1977	Câmara Municipal de Maputo
Lídia Felizmina Tembe	12 de Nov. de 1977	Maternidade de Matola, Matola
Magomane Pequeninno	15 de Julho de 1977	Câmara Municipal de Maputo

Arquivos

O material consular dos EUA foi adquirido através da Lei da Liberdade de Informação e está disponível na Biblioteca de Estudos Africanos da Universidade de Boston (Boston University's African Studies Library).

Os arquivos da Administração do Concelho de Lourenço Marques [ACLM] foram os que mais proveito tiveram para este estudo, mas estavam totalmente por catalogar e foram arrumados num sótão. Deixei no Centro de Estudos Africanos da UEM cópias em papel químico de todas as minhas notas sobre esses documentos. Os documentos acabaram por ser transferidos para o Arquivo Histórico de Moçambique, mas não faço ideia de como tenham sido catalogados.

Administração do Concelho de Lourenço Marques

Documentos diversos, não catalogados, 1940–1970,

Caixas Vermelhas Não Catalogadas [R / Cx] Marcadas pela Autora, 1947 a 1967

Arquivo Histórico de Moçambique

Secretaria dos Negócios Indígenas, documentos não catalogados da ACLM

Inspecção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas [ISANI]

United States Department of State, Washington, DC.

American Consul General, Lourenço Marques, Mozambique [USACLM]

Annual Labour Reports, 1950–1961, Annual Economic Reports,

1950–1963, e vários relatórios relacionados com emprego, 1950–1963.

Depositados na Biblioteca de Estudos Africanos da Universidade de Boston.

USACLM, Annual Labour and Economic Reports, 1964–1974, e correspondência e relatórios diversos. Depositados na Biblioteca de Estudos Africanos da Universidade de Boston.

Documentos, Relatórios e Teses não publicados

Arnfred, Signe. 'Estudo da Situação Social das Mulheres Trabalhadoras na Cidade de Maputo.' *Síntese* [Sinopse da pesquisa realizada pela OMM como base para o seu Relatório sobre a Situação Social das Mulheres Trabalhadoras na Cidade de Maputo] 1982.

_____. 'Reflexões sobre Tipos de Famílias e Política de Género em Moçambique.' Documento dactilografado não publicado, 1990.

Binford, Martha Butler. 'Stalemate: A Study of Cultural Dynamics.' Tese de Doutoramento. East Lansing: Michigan State University, 1971.

Caifaz, Adriana Cândida Biosse de. 'O Xitique, a Mulher e a Economia Familiar nas Zonas Urbanas: O Caso da Cidade de Maputo, 1992–2002.' Tese de Licenciatura. Maputo: UEM, 2005.

Castel-Branco, Nuno. 'An investigation into the Political Economy of Industrial Policy: The Case of Mozambique.' Tese de Doutoramento. Londres: Universidade de Londres, 2001.

Castelo, Cláudia Sofia Orvalho da Silva. 'Passagens para a África Portuguesa: O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (c. 1920–1974).' Tese de Doutoramento. Lisbon: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2005.

Chilundo, Arlindo Gonçalves. 'The Economic and Social Impact of the Rail and Road Transportation Systems in the Colonial District of Moçambique (1900–1961).' Tese de Doutoramento. Minneapolis: Universidade de Minnesota, 1995.

Comissão Provincial de Nutrição de Moçambique. *Inquérito nutricional e alimentar a 262 operários indígenas da Fábrica de Cimentos da Matola e suas famílias*. Lourenço Marques, documento dactilografado não publicado, 1960.

- Covane, Luís António. 'Migrant Labour and Agriculture in Southern Mozambique with Special Reference to the Lower Limpopo Valley, 1920–1992.' Tese de Doutoramento. Londres: Institute of Commonwealth Studies, 1996.
- _____. 'The Impact of Migrant Labour on Agriculture in Southern Mozambique, 1920–1964.' artigo não publicado, s.d.
- Domingos, Nuno Miguel Rodrigues. 'Football in Colonial Lourenço Marques, Bodily Practices and Social Rituals.' Tese de Doutoramento. Londres: Universidade de Londres, 2009.
- Feliciano, José Fialho. 'Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique.' Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1989.
- Flegg, Hilary. 'Age Structure in Urban Africans in Lourenço Marques.' Tese de Doutoramento. Joanesburgo: Universidade de Witwatersrand, 1961.
- Frates, L. Lloys. 'Memory of Place, The Place of Memory: Women's Narrations of Late Colonial Lourenço Marques.' Tese de Doutoramento. Los Angeles: Universidade da Califórnia em Los Angeles, 2002.
- Gengenbach, Heidi. 'Where Women Make History: Pots, Stories, Tattoos, and other Gendered Accounts of Community and Change in Magude District, Mozambique c. 1800 to the present.' Tese de Doutoramento. Minneapolis: Universidade de Minnesota, 1999.
- Harries, Patrick. 'Labour Migration from Mozambique to South Africa: With Special Reference to the Delagoa Bay Hinterland.' Tese de Doutoramento. Londres: Universidade de Londres, 1982.
- Hedges, David. 'Modernização da Cultura de Algodão na Agricultura Moçambicana, 1945 1974.' Artigo não publicado. Maputo, UEM, 2004.
- _____. 'Protection, Finance and Integration in Colonial Mozambique, 1920–1974.' Artigo não publicado. Bergen, Noruega 1998.
- _____. 'Transition and Reform, 1957–1966/67: Contradictory Perspectives for Colonial Defence and Development.' Artigo não publicado. Maputo, UEM, 1993.
- Helgesson, Alf. 'Church, State and People in Mozambique: An Historical Study with special emphasis on Methodist Developments in the Inhambane Region', PhD Thesis. Uppsala: Faculdade de Teologia, Universidade de Uppsala, 1994.
- Mandlate, José Cláudio. 'A Companhia do Búzi em Transição: Uma Abordagem à Mão-de-Obra e à Estrutura de Produção Agrícola da Empresa, 1961–1991.' Tese de Licenciatura. Maputo, UEM, 2004.
- _____. 'Moçambique, Décadas de 1960–1970: Reforma da Legislação Laboral e sua Implementação: Um Estudo de Caso Recrutamento de Mão-de-Obra Africana pela Companhia do Buzi.' Artigo não publicado. Maputo, UEM, 2004.
- Manuense, Hermínia. *Contribution à l'Étude de la Famille Ouvrière à Maputo*. Tese de Doutoramento. Paris: Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, 1989.
- Momplê, Lília Maria Clara Carrière. 'Relatório Síntese de Sector Social – Ano 1966.' Junta dos Bairros e Casas Populares. Dezembro 1966. Relatório não publicado do Arquivo do Ministério de Coordenação da Acção Ambiental em Maputo.
- Murray, Martin. 'Crime Talk: Alarmist Fantasies and Youthful Imaginaries in the 'New' South Africa.' Artigo não publicado. Boston: Reunião Anual da Associação de Estudos Africanos, Novembro de 2003.
- Negrão, José. 'One Hundred Years of African Rural Family Economy: The Zambezi Delta in Retrospective Analysis,' Tese de Doutoramento. Lund: Universidade de Lund, 1995.
- Neves [Tembe], Joel Maurício das. 'Economy, Society, and Labor Migration in Central Mozambique, c.1930–1965: A Case Study of Manica Province.' Tese de Doutoramento. Londres: Escola de Estudos Orientais e Africanos, Universidade de Londres, 1998.
- Neves, Olga Iglésias. 'Em Defesa da Causa Africana: Intervenção do Grémio Africano na Sociedade de Lourenço Marques, 1908–1938.' Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1989.

- Penvenne, Jeanne Marie. 'African Oral History – Rethinking Oralcy – Ways of Knowing and Telling Truths.' Módulo de ensino com cinco aulas, incluindo bibliografia. Maputo, UEM, 2006.
- Pereira Leite, Joana, H. I. M. P. 'La Formation de l'Economie Coloniale au Mozambique: Pacte Coloniale et Industrialization. Du Colonialism Portugais aux Réseaux Informels de Sujétion Marchande, 1870–1974.' Doutorado. Paris: Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, 1989.
- Ribeiro, Fernando Bessa. 'Sistema Mundial: Manjacaze e Fábricas de Caju: uma Etnografia das Dinâmicas do Capitalismo em Moçambique.' Tese de Doutorado. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2004.
- Schaedel, Martin. 'The Growth and Consolidation of a Mozambican Proletariat in the Last Phase of Colonial Rule.' Excerto traduzido por Gottfried Wellmer e editado por David Hedges. 'Eingenborenen-Arbeit': *Formen der Ausbeutung unter der Portugiesischen Kolonialherrschaft in Mosambik*. Colónia: Pahl-Rugenstein, 1984.
- Souto, Amélia Neves de. 'A Administração Colonial Portuguesa em Moçambique no Período de Marcello Caetano (1968–1974): Mecanismos e Relações de Poder.' Tese de Doutorado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2003.
- _____. 'As Reformas Coloniais Portuguesas na Década de 1960s e o Seu Impacto em Moçambique.' Artigo não publicado. Maputo, UEM, 1993.
- Young, Sherilynn J. 'Changes in Diet and Production in Southern Mozambique, 1855–1960.' Artigo não publicado. Edimburgo, Associação de Estudos Africanos, 1976.
- _____. 'What Have They Done With The Rain? – 20th Century Transformations in Southern Mozambique with Particular Reference to Rain Prayers.' Artigo não publicado. Baltimore, Associação de Estudos Africanos, 1978.
- _____. 'Women in Transition: Southern Mozambique, 1875–1976.' Artigo não publicado. St. Paul, Minnesota, Conferência sobre a História das Mulheres, 1977.

Imprensa

Jornais, periódicos e Estatísticas do Governo pesquisados

A *Bibliografia sobre a Economia Portuguesa* de Amaro D. Guerreiro contém índice de jornais e revistas por tópico para o período 1948/9–1971. Vols. 1–23. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, 1948/9–1971). Esta obra inclui especialmente artigos sobre caju retirados dos seguintes jornais: *Jornal de Comércio*, *Lourenço Marques Guardian*, *Notícias* [Lourenço Marques], *Império*, *Diário*, *Diário da Manhã*, *Ultramar*, *O Século*, *Gazeta do Agricultor*, *Indústria de Moçambique*, *Notícias de Beira*, *Boletim da Câmara Comércio de Lourenço Marques* e *Actualidade Económica*. Apenas as peças mais significativas foram incluídas na bibliografia pela autora.

Os periódicos e jornais abaixo foram pesquisados sistematicamente:

Agência de Informação de Moçambique [AIM], AIM Reports, 1997–2005

Anais da Câmara Municipal de Lourenço Marques, 1950–1954.

Arquivo, 1987–1996.

Boletim da Associação Comercial de Lourenço Marques, 1965–1975.

Boletim Municipal [Lourenço Marques], 1967–

Brado Africano, 1945–1974.

Diário, 1951–1973.

Estatística Industrial, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1947– 1971.

Estudos Moçambicanos, 1980–2002.

Indústria de Moçambique, 1968–1975.

Império: Revista Mensal Ilustrada, 1951–1956.

Jornal de Comércio, 1948–1973.
Não Vamos Esquecer, 1983.
Notícias, 1948–1974, 1992–1993, 2004–2005.
Outras Vozes, WLSA, 2002–2008.
Tempo, 1970–1974.

Documentos Publicados

Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. Instituto de Educação e Serviço Social. Centro de Estudos de Serviço Social e de Desenvolvimento Comunitário. ‘Inquérito Habitacional Realizado no Bairro da Munhuana.’ *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*. No. 72 Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1964.

Moçambique. Direcção Provincial dos Serviços de Estatística. ‘Inquérito às rendas e às outras características das habitações arrendadas na cidade de Lourenço Marques em 1961–1962.’ *Estudo 1 [Suplemento ao Boletim Mensal de Estatística]*. 3 de Março de 1962.

_____. *Recenseamento Agrícola de Moçambique*. [Vol. 9 Inhambane, Vol. 10 Gaza, Vol. 11 Lourenço Marques] Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1965–1966.

Moçambique. Direcção dos Serviços de Saúde e Assistência. Relatório, Lourenço Marques: Direcção dos Serviços de Saúde e Assistência, 1956.

Moçambique. *Estatísticas Industriais / Estatística Industrial*, [O Título e o Departamento variam]. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1947–1973.

Moçambique. Instituto Nacional de Estatística, Direcção Provincial dos Serviços de Estatística. *IV Recenseamento Geral da População, 1970. Vol. I, Distrito de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1973.

Moçambique. Ministério da Saúde. Direcção Nacional de Medicina Preventiva. *Bebidas Alcoólicas Tradicionais – Algumas Considerações e Resultados Preliminares de um Estudo Bibliográfico e Laboratorial*. Maputo: Ministério da Saúde, 1979.

Moçambique. Repartição Técnica de Estatística. *Anuário Estatístico, 1947/8–1973*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1948–1974.

_____. *Censo da População em 1940*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1944.

_____. *Recenseamento Geral da População em 1950, III: População Não Civilizada*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1955.

_____. *Recenseamento Geral da População na Província de Moçambique, 1960. Vol. I Distrito de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1961.

Tristão de Bettencourt, José. *Relatório do Governador Geral de Moçambique: Respeitante ao Período de 20 Março de 1940 a 31 de Dezembro, 1942*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1945.

Livros Publicados, Artigos, Ensaios em Coleções Editadas

Abreu, Alcinda António. ‘A família, a mulher e os direitos em Moçambique.’ In *Eu Mulher em Moçambique*. Coord. Ana Elisa de Santana Afonso, 113–23. Maputo: Comissão Nacional UNESCO em Moçambique e Associação dos Escritores Moçambicanos, 1994.

Afonso, Ana Elisa de Santana. Coord. *Eu Mulher em Moçambique*. Maputo: Comissão Nacional UNESCO em Moçambique e Associação dos Escritores Moçambicanos, 1994.

Aksoy, M. Ataman e Fahrettin Yagci. ‘Mozambique Cashew Reforms Revisited’. In *African Agricultural Reforms: The Role of Consensus & Institutions*, editado por M. Ataman Aksoy, 177–217. Washington, DC: Banco Mundial, 2012.

_____. ‘Mozambique Cashew Reforms Revisited.’ *Policy Research Working Paper*. 5939. Washington, DC: Banco Mundial, 2012.

- Alden, Chris. *Mozambique and the Construction of the New African State: from Negotiations to Nation Building*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2001.
- Alexandre, Valentim. 'The Colonial Empire.' In *Modern Portugal*, editado por António Costa Pinto, 41–59. Palo Alto, CA: The Society for the Promotion of Science and Scholarship, 1998.
- Allina, Eric. *Slavery by any other name: African Life under Company Rule in Mozambique*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012.
- Allman, Jean, Susan Geiger e Musisi Nakanyike, eds., *Women and African Colonial Histories*. Bloomington: Indiana University Press, 2002.
- Allman, Jean e Victoria Tashjian. *I will not eat stone: A Woman's History of Colonial Asante*. Portsmouth: Heinemann, 2000.
- Ambler, Charles. 'Alcohol, Racial Segregation, and Popular Politics in Northern Rhodesia.' *JAH* 31 (1990): 295–313.
- Ambler, Charles e Jonathan Crush, eds., *Liquor and Labor in Southern Africa*. Athens: Ohio University Press, 1992.
- Anderson, David e Richard Rathbone, eds., *Africa's Urban Past*. Portsmouth: Heinemann, 2000.
- Arnfred, Signe. 'Conceptualizing Gender.' *Feminist Research Centre in Aarlborg Working Paper* 28, Kopicentralen: Universidade de Aalborg, 1994.
- _____. *Sexuality and Gender Politics in Mozambique: Rethinking Gender in Africa*. Woodbridge/Rochester, NY: James Currey, 2011.
- Ayisi, Ruth Ansah. 'Mozambique: Drought and Desperation.' *Africa Report* 37, 3 (1992): 33–5.
- Baptista, João do Amparo. *O Cajueiro em Moçambique: Série de Artigos Publicados no 'Diário' de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Tipografia Diário, 1959.
- _____. *Moçambique: Província Portuguesa de Ontem e Hoje*. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico, 1962.
- Barbosa, Ernesto Casimiro Neves Santos. *A Radiofusão em Moçambique: o Caso do Rádio Clube de Moçambique, 1932–1974*. Maputo: Promédia, 2000.
- Barnes, Teresa A. 'We Women Worked so Hard:.' *Gender, Urbanization and Social Reproduction in Colonial Harare, Zimbabwe, 1930–1956*. Portsmouth: Heinemann, 1999.
- Barnes, Terri and Everjoyce Win. *To Live a Better Life: An Oral History of Women in the City of Harare, 1930–1970*. Harare: Baobab Books, 1992.
- Barnes, Sam. *Humanitarian Aid and Coordination during War and Peace in Mozambique, 1985–1995*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitute em colaboração com a ASDI, 1998.
- Barrett, Jane, Aneene Dawber, Barbara Klugman, Ingrid Obery, Jennifer Shindler Joanne Yawich. *Vukani Makhosikazi: South African Women Speak*. Londres: Catholic Institute for International Relations, 1985.
- Bastos, Susana Pereira. 'Indian Transnationalisms in Colonial and Postcolonial Mozambique.' *Stichproben; Wiener Zeitschrift für Kritische Afrikastudien* 8 (2005): 277–306.
- Battacharya, Sabyasachi and Jan Lucassen. 'Introduction: Informalisation in History.' In *Workers in the Informal Sector: Studies in Labour History, 1800–2000*, editado por Sabyasachi Battacharya e Jan Lucassen, 1–10. Nova Déli: Macmillan India Ltd, 2005.
- Bay, Edna. ed. *Women and Work in Africa*. Boulder: Westview, 1982.
- Bénard da Costa, Ana. 'Famílias na Periferia de Luanda e Maputo: História e Percursos nas Estratégias Actuais.' In '*Lusofonia*' em África: História, Democracia e Integração Africana, editado por Teresa Cruz e Silva, Manuel G. M. Araújo e Carlos Cardoso, 79–94. Dakar: CODESRIA, 2005.
- _____. *O Preço da Sombra: Sobrevivência e Reprodução Social entre Famílias de Maputo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- Bénard da Costa, Ana e Adriano Bisa. 'Home Space as a Social Construct.' *Home Space Ethnographic Report*.
http://homespace.dk/tl_files/uploads/publications/Summaries/HomeSpace_Ethnographic_english_summary_text.pdf Acedido a 4 de Março de 2015.

- Beneria, Lourdes. 'Reproduction, Production and the Sexual Division of Labour.' *Cambridge Journal of Economics* 3 (1979): 203–25.
- Berger, Iris. "'Beasts of Burden' Revisited: Interpretations of Women and Gender in Southern African Societies.' In *Paths toward the Past: African Historical Essays in Honor of Jan Vansina*, editado por R. W. Harms, J. C. Miller, D. S. Newbury e M. D. Wagner, 123–41. Atlanta: African Studies Association Press, 1994.
- _____. *Threads of Solidarity: Women in South African Industry, 1900–1980*. Bloomington: Indiana University Press, 1992.
- Berger, Iris e E. Frances White, eds, *Women in Sub-Saharan Africa: Restoring Women to History*. Bloomington: Indiana University Press, 1999.
- Bilale, Cecilia Castanheira. *Mulher Migrante na Cidade de Maputo*. Maputo: Centro de Estudos de População, UEM, 2007.
- Birmingham, David. *Frontline Nationalism in Angola and Mozambique*. Londres: James Currey, 1992.
- Birmingham, David and Phyllis Martin, eds, *History of Central Africa: The Contemporary Years, 1965–1995*. Londres: Longman, 1998.
- Bishop, Herbert L. 'Recent Works on the Ba-Ronga.' *London Quarterly Review* 108, 6 [4ª Série] (1907): 74–86.
- Blackwood, Evelyn. 'Women Headed Households in Agrarian Societies: Not Just a Passing Phase.' In *Gender at Work in Economic Life*, editado por Gracia Clark, 41–59. Nova York: Rowman & Little Field, 2003.
- Bohannan, Laura. 'Shakespeare in the Bush.' *Natural History* 75, 7 (1966): 28–33.
- Boléo, José de Oliveira. 'Geografia das Cidades: Lourenço Marques.' *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* 63 [Series 5–6] (1945): 217–27.
- Bonner, Philip. "'Desireable or Undesireable Basotho Women?' Liquor, Prostitution and the Migration of Basotho Women to the Rand, 1920–1945.' In *Women and Gender in Southern Africa to 1945*, editado por Cheryl Walker, 221–50. Cidade do Cabo: David Philip, 1990.
- Boserup, Ester. *Women's Role in Economic Development*. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1970.
- Bowen, Merle. *State against the Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2000.
- Bowen, Eleanore Smith [Laura Bohannan]. *Return to Laughter: An Anthropological Novel*. Garden City: Doubleday Anchor, 1964.
- Boys, Julian. 'Jobs, Votes and Legitimacy: The Political Economy of the Mozambican Cashew Processing Industry's Revival.' *Forum for Development Studies* 41, 1 (2014): 23–52.
- Bozzoli, Belinda, ed. *Class, Community and Conflict: South African Perspectives*. Joanesburgo: Ravan Press, 1987.
- Bozzoli, Belinda com Mmantho Nkotsoe. *Women of Phokeng: Consciousness, Life Strategy and Migrancy in South Africa, 1900–1983*. Portsmouth: Heinemann, 1993.
- Bradford, Helen. 'Women, Gender and Colonialism: Rethinking the History of the British Cape Colony and its Frontier Zones, c. 1806–70.' *JAH* 37 (1996): 351–370.
- Burrill, Emily S., Richard L. Roberts, e Elizabeth Thornberry, eds, *Domestic Violence and the Law in Colonial and Postcolonial Africa*. Athens, Ohio: Ohio University Press, 2010.
- Buur, Lars. 'Xiconhoca: Mozambique's Ubiquitous Post-Independence Traitor.' In *Traitors: Suspicion, Intimacy and the Ethics of State-Building*, editado by Sharika Thiranagama and Tobias Kelly, 24–47. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2009.
- Cahen, Michel. 'Corporatisme et Colonialisme – Approche du Cas Mozambicain, 1933–1979.' [Part I, 'Une Genèse difficile, un Mouvement Squelettique,' Part II, 'Crise et Survivance du Corporatisme Colonial 1960–1979.'] *Cahiers d'Études Africaines* 92 (1983): 383–417 and 93 (1984): 5–24.
- _____. 'O Fundo ISANI do Arquivo Histórico de Moçambique: Uma Fonte Importante da História Contemporânea do Colonialismo Português.' *Arquivo* 7 (1990): 63–82.

- _____. 'L'État Nouveau et la Diversification Religieuse au Mozambique, 1930–1974.' [Part I 'Le Résistible Essor de la Portugalisation Catholique (1930–1961),' Part II, 'La Portugalisation Désespérée (1959–1974).'] *Cahiers d'Etudes Africaines* 158 (2000): 309–50 and 159 (2000): 551–91.
- Cahen, Michel, ed. *'Vilas' et 'Cidades' Borges e Villes en Afrique Lusophone*. Paris: Editions L'Harmattan, 1989.
- Cann, John P. *Counterinsurgency in Africa: The Portuguese Way of War, 1961–1974*. Westport: Greenwood Press, 1998.
- Capela, José. *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colónias (1834–1909)*. Porto: Afrontamento, 1975.
- _____. *O Álcool na Colonização do Sul do Save, 1860–1920*. Maputo: Edição do Autor, 1995.
- _____. *O Vinho para o Preto: Notas e Textos Sobre a Exportação do Vinho para África*. Porto: Afrontamento, 1973.
- Carton, Benedict. *Blood from Your Children: The Colonial Origins of Generational Conflict in South Africa*. Charlottesville: University of Virginia, 2000.
- Carvalho, Mário de. *A Agricultura Tradicional de Moçambique: A Distribuição Geográfica das Culturas e sua Relação com o Meio*. Lourenço Marques: Missão de Inquérito Agrícola em Moçambique, 1969.
- Casimiro, Isabel. *'Paz na Terra, Guerra em Casa': Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2004.
- _____. 'Situação Legal da Mulher perante o Direito a Alimentos.' In *Eu Mulher em Moçambique*. Coord. Ana Elisa de Santana Afonso, 147–72. Maputo: Comissão Nacional UNESCO em Moçambique e Associação dos Escritores Moçambicanos, 1994.
- Castelo, Cláudia. *Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920–1974)*. Porto: Afrontamento, 2007.
- Castelo, Cláudia, Omar Ribeiro Tomaz, Sebastião Nascimento e Teresa Cruz e Silva, eds, *Os Outros da Colonização: Ensaio sobre Tardo-colonialismo em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.
- Chabal, Patrick e Jean-Luc Daloz. *Africa Works: Disorder as Political Instrument*. Oxford: James Currey, 1999.
- Chakrabarty, Dipesh. 'Postcoloniality and the Artifice of History: Who Speaks for Indian Pasts?' In *A Subaltern Studies Reader, 1986–1995*. editado por Ranajit Guha, 263–93. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1997.
- Chatterjee, Partha. 'The Nation and Its Women.' In *A Subaltern Studies Reader, 1986–1995*. editado por Ranajit Guha, 240–62. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1997.
- Chilundo, Arlindo. *Os Camponeses e os Caminhos de Ferro e Estradas em Nampula (1900–1961)*. Maputo: Promédia, 2001.
- Chiziane, Paulina. *Niketche: Uma História de Poligamia [Romance]*. Lisboa: Caminho, 2002.
- Clarence-Smith, William Gervase. *The Third Portuguese Empire 1825–1975: A Study in Economic Imperialism*. Manchester: Manchester University Press, 1985.
- Clark, Gracia. *Onions are my Husband: Survival and Accumulation by West African Market Women*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- Clark, Gracia, ed. *Gender at Work in Economic Life*. Nova Iorque: Rowman & Little Field, 2003.
- Cooper, Barbara M. *Marriage in Maradi: Gender and Culture in a Hausa Society in Niger, 1900–1989*. Portsmouth: Heinemann, 1997.
- _____. 'Oral Sources and the Challenge of African History.' In *Writing African History*. editado por John Edward Philips, 191–215. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2005.
- Cooper, Frederick. *Africa since 1940: The Past of the Present*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2002.
- _____. 'African Labor History.' In *Global Labour History: A State of the Art*. editado por Jan Lucassen, 91–116. Nova Iorque: Peter Lang, 2008.

- _____. 'Back to Work: Categories, Boundaries and Connections in the Study of Labour.' In *Racializing Class, Classifying Race: Labour and Difference in Britain, the USA and Africa*, editado por Peter Alexander e Rick Halpern, 213–35. Nova Iorque: St. Martin's Press, 2000.
- _____. 'Industrial Man Goes to Africa.' In *Men and Masculinities in Modern Africa*, editado por Lisa Lindsay e Stephen F. Miescher, 128–37. Portsmouth: Heinemann, 2003.
- Coplan, David. *In Township Tonight! South Africa's Black City Music and Theatre*. Londres: Longman, 1985.
- _____. *Songs of the Adventurers*. [Registo de vídeo produzido e dirigido por Gei Zantzinger] Devault, PA: Constant Springs Productions, 1987.
- Coquery-Vidrovitch, Catherine. 'The Process of Urbanization in Africa: From the Origins to the Beginning of Independence.' *ASR* 34 (1991): 1–98.
- _____. 'Urban Cultures: Relevance and Context.' In *Urbanization and African Cultures*, editado por Toyin Falola e Steven J. Salm, 17–22. Durham: Carolina Academic Press, 2005.
- Correia, A.B. Ramalho. *A Industrialização da Castanha de Caju: O Cajueiro e os seus Produtos*. Lourenço Marques: Edição Serviços de Economia e Estatística Geral da Província de Moçambique, 1963.
- Costa, Parcídio. 'A Indústria de Moçambique no Limiar da Década de '70.' *Indústria de Moçambique* 4, 7 (1971): 201–10.
- Coullie, Judith Lütge. 'The Power to Name the Real: The Politics of Worker Testimony in South Africa.' *Research in African Literatures* 28, 2 (1997): 132–44.
- Covane, Luis António. *O Trabalho Migratório e a Agricultura no Sul de Moçambique (1920 – 1992)*. Maputo: Promédia, 2001.
- Cramer, Christopher. 'Can Africa Industrialize by Processing Primary Commodities? The Case of Mozambican Cashew Nuts.' *World Development* 27, 7 (1999): 1247–66.
- Cramer, Christopher, Carlos Oya e John Sender. 'Lifting the Blinkers: A New View of Power, Diversity and Poverty in Rural Labour Markets.' *Journal of Modern African Studies* 46, 3 (2008): 361–92.
- Crush, Jonathan e Bruce Frayne, eds, *Surviving on the Move: Migration, Poverty and Development in Southern Africa*. Cidade do Cabo: Idasa Publishing House, 2010.
- Crush, Jonathan, Alan H. Jeeves e David Yudelman. *South Africa's Labor Empire: A History of Black Migrancy to the Gold Mines*. Boulder: Westview Press, 1991.
- Cruz e Silva, Teresa. *Protestant Churches and the Formation of Political Consciousness in Southern Mozambique (1930–1974)*. [Introdução por David Hedges, editado por Didier Péclard] Basileia: P. Schlettwein Publishing, 2001.
- Darch, Colin. 'Trabalho Migratório na África Austral: Um Apontamento Crítico sobre a Literatura Existente, Análise Bibliográfica.' *Estudos Moçambicanos* 3 (1981): 81–96.
- Derluigan, Georgi, 'The Social Origins of Good and Bad Governance: Reinterpreting the 1968 Schism in FRELIMO.' In *Sure Road? Nationalisms in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique*, editado por Eric Morier-Genoud, 79–101. Boston: Brill, 2012.
- de Vletter, Fion. 'Labour Migration to South Africa: The Lifeblood for Southern Mozambique'. In *On Borders: Perspectives on International Migration in Southern Africa*, editado por David A. McDonald, 46–70. Nova Iorque: St. Martin's Press, 2000.
- _____. *Migration and Development in Mozambique: Poverty, Inequality and Survival*. [Migration Policy Series No. 43] Cidade do Cabo: Southern African Migration Project, 2006.
- _____. *Sons of Mozambique: Mozambican Miners and Post-Apartheid South Africa*. [Migration Policy Series No. 8] Cidade do Cabo: Southern African Migration Project, 1998.
- Diamond, Stanley e Fred G. Burke, eds, *The Transformation of East Africa: Studies in Political Anthropology*. Nova Iorque: Basic Books, 1966.
- Dicionário do Estudante, Dicionário Português*. Porto: Porto Editora, 1980.
- Dominguez, Carlos. *Com o Mundo na Cabeça – Homenagem às Mulheres de Moçambique*. Figueira da Foz: Associação do Centro Cultural de Matalana, 1997.
- Duffy, James. *A Question of Slavery*. Cambridge: Harvard University Press, 1967.

- _____. *Portuguese Africa*. Cambridge: Harvard University Press, 1959.
- Dunaway, Wilma, ed. *Gendered Commodity Chains: Seeking Women's Work and Households in Global Production*. Stanford: Stanford University Press, 2014.
- Earthy, Emily Dora. *Valenge Women: The Social and Economic Life of the Valenge Women of Portuguese East Africa, an Ethnographic Study*. Londres: Oxford University Press, 1933.
- Eckert, Andreas e Adam Jones. 'Historical Writing about Everyday Life.' *Journal of African Cultural Studies* 5, 1 (2002): 5–16.
- Elkins, Caroline e Susan Pederson, eds, *Settler Colonialism in the Twentieth Century: Projects, Practices and Legacies*. Nova Iorque: Routledge, 2005.
- Enes, António. *Moçambique: Relatório apresentado ao Governo* [4a edição, facsimilada pela de 1946] Lisboa: Imprensa Nacional, Agência Geral do Ultramar, 1971.
- Epprecht, Marc. 'Domesticity and Piety in Colonial Lesotho: the Private Politics of Basotho Women's Pious Associations.' *JSAS* 19, 2 (1993): 202–25.
- Feierman, Steven. 'Colonizers, Scholars and the Creation of Invisible Histories.' In *Beyond the Cultural Turn: New Directions in the Study of Society and Culture*, editado por Victoria E. Bonnell e Lynn Hunt, 182–216. Berkeley: University of California Press, 1999.
- Ferguson, James. 'Mobile Workers, Modernist Narratives: A Critique of the Historiography of Transition on the Zambian Copperbelt.' *JSAS Part I*, 16, 3 (1990): 385–412 e *Part II*, 16, 4 (1990): 603–21.
- Fialho Feliciano, José. *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.
- Filimão, Estêvão J. 'Imagem da Mulher nas Canções da Música Urbana na Beira, 1975–1989: Contribuição ao Estudo das Literaturas Marginais.' In *Eu Mulher em Moçambique*. Coord. Ana Elisa de Santana Afonso, 125–45. Maputo: Comissão Nacional da UNESCO em Moçambique e Associação dos Escritores Moçambicanos, 1994.
- Finnegan, William. *A Complicated War: The Harrowing of Mozambique*. Berkeley: University of California, 1992.
- First, Ruth. *Black Gold: The Mozambican Miner, Proletarian and Peasant*. [Imagens po Moira Forjaz. Canções de trabalho e Entrevistas Gravadas por Alpheus Mangezi]. Nova Iorque: St. Martins Press, 1983.
- Flegg, Hilary e W. Lutz. 'Report on an African Demographic Survey.' *Journal of Social Research* [África do Sul] 10 (1959): 1–24.
- Frelimo. *Xiconhoca o Inimigo*. Maputo: Edição do Departamento de Trabalho Ideológico, 1979.
- French, John D. 'The Laboring and Middle-Class Peoples of Latin America and the Caribbean: Historical Trajectories and New Research Directions.' In *Global Labour History: A State of the Art*, editado por Jan Lucassen, 289–334. Nova Iorque: Peter Lang, 2008.
- Freund, Bill. *The African City: A History*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2007.
- Gaitskell, Deborah. 'Devout Domesticity? A Century of African Women's Christianity in South Africa.' In *Women and Gender in Southern Africa to 1945*, editado por Cherryl Walker, 251–72. Cidade do Cabo: David Phillip, 1990.
- _____. 'Review of Deborah James.' *Journal of Religion in Africa* 32, 2 (2002): 256–61.
- _____. "'Wailing for Purity": Prayer Unions, African Mothers and Adolescent Daughters, 1920–1940.' In *Industrialisation and Social Change in South Africa*, editado por Shula Marks e Richard Rathbone, 338–57. Londres: Longman, 1982.
- Gaitskell, Deborah, comp. 'Special Issue on Women in Southern Africa.' *JSAS* 10 (1983).
- Galli, Rosemary. 'Household Surveys of Women in Urban Mozambique: A Statistical Overview.' *Africa Update* 1, 3 (1994): não paginado.
- Gama, Curado da. *Era uma Vez... Moçambique*. Lisboa: Quimera, 2004.
- _____. *Moçambique de Outros Tempos*. Lisboa: Quimera, 2006.
- Gatrell, Caroline. *Embodying Women's Work*. Nova Iorque: McGraw Hill, 2008.

- Geiger, Susan. 'What's So Feminist About Doing Women's Oral History?' In *Expanding the Boundaries of Women's History: Essays on Women in the Third World*, editado por Cheryl Johnson Odim e Margaret Strobel, 305–18. Bloomington: Indiana University Press, 1992.
- _____. 'Women and Gender in African Studies.' *ASR* 42, 3 (1999): 21–33.
- _____. 'Women's Life Histories: Method and Content.' *Signs* 22, 2 (1986): 334–51.
- Gengenbach, Heidi. *Binding Memories: Women as Makers and Tellers of History in Magude Mozambique*. [Gutenberg-e livro electrónico] Nova Iorque: Columbia University Press, 2005.
- _____. 'Boundaries of Beauty: Tattooed Secrets of Women's History in Magude District, Southern Mozambique.' *Journal of Women's History* 14, 4 (2003): 106–37.
- _____. 'I'll Bury You in the Border!' Women's Land Struggles in Post-War Facazisse (Magude District), Mozambique.' *JSAS* 24, 1 (1998): 7–36.
- _____. 'Naming the Past in a 'Scattered' Land: Memory and the Powers of Women's Naming Practices in Southern Mozambique.' *IJAHS* 33, 3 (2000): 523–42.
- _____. 'Truth-Telling and the Politics of Women's Life History Research in Africa: A Reply to Kirk Hoppe.' *IJAHS* 27, 3 (1994): 619–27.
- _____. "'What My Heart Wanted' Gendered Stories of Early Colonial Encounters in Southern Mozambique.' In *Women and African Colonial Histories*, editado por Jean Allman, Susan Geiger e Musisi Nakanyike, 19–47. Bloomington: Indiana University Press, 2002.
- Gersony, Robert. *Summary of Mozambican Refugee Accounts of Principally Conflict-Related Experience in Mozambique*. Washington, D. C.: Department of State, 1988.
- Getecha, Ciru e Jesimen Chipika. *Zimbabwe Women's Voices*. [fotografia por Margaret Waller e David Gombera]. Harare: Zimbabwe Women's Resource Centre and Network, 1995.
- Gordon, Suzanne. *A Talent for Tomorrow: Life Stories of South African Servants*. Joanesburgo: Ravan Press, 1985.
- Grier, Beverly. 'Child Labor and Africanist Scholarship: A Critical Overview.' *ASR* 47, 2 (2004): 1–25
- _____. *Invisible Hands: Child Labor and the State in Colonial Zimbabwe*. Portsmouth: Heinemann, 2006.
- Griesel, Hanlie. *Sibambene: The Voices of Women at Mboza*. [Assistência de campo de Ellen Manquele, Design e Layout por Roselyn Wilson], Joanesburgo: Ravan Press, 1987.
- Guedes, Amâncio d'Alpoim. 'The Caniços of Mozambique.' In *Shelter in Africa*, editado por Paul Oliver, 200–09. Nova York: Praeger, 1971.
- Guha, Ranajit, ed. *A Subaltern Studies Reader, 1986–1995*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- Gunner, Elizabeth. 'Songs of Innocence and Experience: Women as Composers and Performers of Izibongo, Zulu Praise Poetry.' *Research in African Literatures* 10 (1979): 239–67.
- Guyer, Jane. 'Household and Community in African Studies.' *ASR* 24 (1981): 87–137.
- Guyer, Jane e Pauline Peters. 'Conceptualizing the Household: Issues of Theory and Policy in Africa.' *Development and Change* 18 (1987): 197–213.
- Hall, Margaret e Tom Young. *Confronting Leviathan: Mozambique Since Independence*. Athens: Ohio University Press, 1997.
- Hall, Tarquinio. 'Entrevista com o Sr. Engº. Gomes e Sousa.' *Império* 4 (Agosto de 1951): 16.
- Hance, W. A. e I. S. van Dongen. 'Lourenço Marques in Delagoa Bay.' *Economic Geography* 33 (1957): 238–56.
- Hanlon, Joseph. *Mozambique: Will Growing Economic Divisions Provoke Violence in Mozambique?* Berna: Swiss Peace Foundation, 2000.
- _____. *Peace without Profit: How the IMF Blocks Rebuilding in Mozambique*. Oxford: International African Institute em associação com James Currey, 1996.
- _____. 'Power without Responsibility: The World Bank and Mozambican Cashew Nuts.' *ROAPE* 27, 83 (2000): 29–45.
- Hanlon, Joseph e Teresa Smart. *Do Bicycles Equal Development?* Woodbridge/Rochester, NI: James Currey, 2008.

- Hansen, Karen Tranberg. 'Body Politics: Sexuality, Gender and Domestic Service in Zambia.' *Journal of Women's History* 2 (Spring 1990): 120–42.
- _____. *Distant Companions: Servants and Employers in Zambia, 1900–1985*. Ithaca: Cornell University Press, 1989.
- _____. 'Gender and Housing: the Case of Domestic Service in Lusaka, Zambia.' *Africa* 62, 2 (1992): 248–65.
- Hansen, Karen Tranberg, ed. *African Encounters with Domesticity*. New Brunswick NJ: Rutgers University Press, 1992.
- Hansen, Karen Tranberg e Mariken Vaa. 'Introduction' In *Reconsidering Informality: Perspectives from Urban Africa*, editado por Karen Tranberg Hansen e Mariken Vaa, 7–24. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2002.
- Haram, Liv. "Prostitutes" or Modern Women: Negotiating Respectability in Northern Tanzania.' In *Re-thinking Sexualities in Africa*, editado por Signe Arnfred, 211–29. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2004.
- Harries, Patrick. "A Forgotten Corner of the Transvaal: " Reconstructing the History of a Relocated Community through Oral History and Song.' In *Class, Community and Conflict: South African Perspectives*, editado por Belinda Bozzoli, 93–134. Joanesburgo: Ravan, 1987.
- _____. 'Kinship, Ideology and the Nature of Pre-colonial Labour Migration: Labour Migration from the Delagoa Bay Hinterland to South Africa up to 1895.' In *Industrialisation and Social Change in South Africa: African Class Formation, Culture and Consciousness, 1870–1930*, editado por Shula Marks e Richard Rathbone, 142–66. Londres: Longman, 1982.
- _____. 'Slavery, Social Incorporation and Surplus Extraction: The Nature of Free and Unfree Labour in South-East Africa.' *JAH* 22 (1981): 309–30.
- _____. *Work, Culture and Identities: Migrant Laborers in Mozambique and South Africa, 1860–1910*. Portsmouth: Heinemann, 1994.
- Harris, Marvin. 'Labour Emigration Among the Moçambique Thonga: A Reply to Sr. Rita-Ferreira.' *Africa* 30 (1960): 243–5.
- _____. 'Labour Emigration Among the Moçambique Thonga: Culture and Political Factors.' *Africa* 29 (1959): 50–66.
- _____. 'Race, Conflict and Reform in Mozambique.' In *The Transformation of East Africa: Studies in Political Anthropology*, editado por Stanley Diamond e Fred G. Burke, 511–35. Nova Iorque: Basic Books, 1966.
- Hart, Keith. 'Informal Income: Opportunities and Urban Employment in Ghana.' *Journal of Modern African Studies* 11, 1 (1973): 161–78.
- Hay, Margaret Jean e Marcia Wright, eds, *African Women and the Law: Historical Perspectives*. Boston: African Studies Center, 1982.
- Hedges, David. coord. *História de Moçambique: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930–1961*. Maputo: Livraria Universitária, 1999–2000.
- Henriksen, Thomas. *Revolution and Counterrevolution: Mozambique's War of Independence 1964–1974*. Westport: Greenwood, 1983.
- Hermele, Kenneth. *Land Struggles and Social Differentiation in Southern Mozambique: A Case Study of Chokwé, Limpopo, 1950–1987*. [Research Report, 82] Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies, 1988.
- Herrick, Allison Butler e funcionários da American University, eds., *Area Handbook for Mozambique*. Washington, DC: US Government Printing Office, 1969.
- Hodgson, Dorothy L. e Sheryl A. McCurdy, eds, 'Wicked' *Women and the Reconfiguration of Gender in Africa*. Portsmouth: Heinemann, 2001.
- Hofmeyr, Isabel. 'We Spend Our Years as a Tale That is Told': *Oral Historical Narrative in a South African Chiefdom*. Portsmouth: Heinemann, 1993.
- Honwana, Raúl. *O Algodão e o Ouro*. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos, 1995.
- Honwana, Raúl Bernardo Manuel. *The Life History of Raúl Honwana: an Insider View of Mozambique from Colonialism to Independence, 1905–1975*. Boulder: Lynne Rienner, 1988.

- Hopkins, Terence and Immanuel Wallerstein. 'Patterns of Development of the Modern World-System.' *Review of the Fernand Braudel Center* 1, 2 (1977): 11–145.
- Hume, Cameron. *Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices*. Washington, DC: United States Institute of Peace Press, 1994.
- Hunt, Nancy Rose. 'Introduction.' *Gender & History* 8, 3 (1996): 323–37.
- _____. 'Placing Women's History and Locating Gender.' *Social History* 14 (1989): 359–79.
- Iliffe, John. *The African Poor: A History*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1987.
- International Labour Organization [ILO]. *Women and Poverty in Mozambique: A Synthesis of a study on Feminization of Poverty in Mozambique*. Genebra: Escritório da OIT, 2001.
- Isaacman, Allen. 'Colonial Mozambique, an Inside View: The Life History of Raúl Honwana.' *Cahiers d'Etudes Africaines* 38, 1(1988): 59–88.
- _____. *Cotton is the Mother of Poverty: Peasants, Work and Rural Struggle in Colonial Mozambique, 1938–1961*. Portsmouth: Heinemann, 1996.
- Isaacman, Allen e Barbara Isaacman. *From Colonialism to Revolution, 1900–1982*. Boulder: Westview, 1983.
- Isaacman, Allen e Richard Roberts, eds, *Cotton Colonialism and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth: Heinemann, 1995.
- Jhabvala, R. 'Labour Markets, Labor Movements and Gender in Developing Nations.' *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*. Londres: Elsevier Science Ltd, 2001: 8185–91.
- James, Deborah. *Songs of the Women Migrants: Performance and Identity in South Africa*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.
- Jeater, Diana. *Marriage, Perversion and Power: the Construction of Moral Discourse in Southern Rhodesia (Zimbabwe) 1890–1930*. Nova Iorque: Oxford, 1993.
- _____. 'No Place for a Woman: Gwelo Town, Southern Rhodesia, 1894–1920.' *JSAS* 26, 1 (2000): 29–42.
- Jeeves, Alan H. *Migrant Labour in South Africa's Mining Economy: The Struggle for the Gold Mines' Labour Supply, 1890–1920*. Kingston: McGill University Press, 1985.
- Jeeves, Alan H. e Jonathan Crush, eds, *White Farms-Black Labor: The State and Agrarian Change in Southern Africa, 1910–1950*. Portsmouth: Heinemann, 1991.
- Jeeves, Alan H. e David Yudelman. *South Africa's Labor Empire: a History of Black Migrancy to the Gold Mines*. Boulder: Westview Press, 1991.
- Johnson, Hazel e Henry Bernstein com Raul Hernan Ampuero e Ben Crow. *Third World Lives of Struggle*. London: Heinemann, 1982.
- Johnson, Phyllis e David Martin, eds, *Frontline Southern Africa: Destructive Engagement*. Nova Iorque: Four Walls Eight Windows, 1988.
- Jone, Cláudio. 'Press and Democratic Transition in Mozambique, 1990–2000.' *Les Nouveaux Cahiers de l'IFAS / IFAS Working Paper Series*. Joanesburgo: Institut Français d'Afrique du Sud, 2005.
- Junod, Henri. *The Life of a South African Tribe*. Nova Iorque: University Books Inc. 1962.
- Kanji, Nazneen. 'Corporate Responsibility and Women's Employment: The Cashew Nut Case.' *Perspectives on Corporate Responsibility for Environment and Development* 2 (2004).
- Kanji, Nazneen, Carin Vijfhuizen, Carla Braga, e Luis Artur. 'Cashing in on cashew nuts: women producers and factory workers in Mozambique.' In *Chains of Fortune: Linking Women Producers and Workers with Global Markets*, editado por Marilyn Carr, 75–101. Londres: Commonwealth Secretariat, 2004.
- _____. Liberalisation, Gender and Livelihoods: the cashew nut case *Working Paper 1* (English) Mozambique Phase 1: The North, January–December 2002. Londres: IIED, Maputo: UEM, 2003.
- _____. Liberalisation, Gender and Livelihoods: the cashew nut case *Working Paper 1* (English) Mozambique Phase 2: The South, January–December 2003. Londres: IIED, Maputo: UEM, 2003.

- _____. 'Trade Liberalisation, Gender and Livelihoods: the Mozambique Cashew Nut Case,' Paper prepared for the XI World Congress of Rural Sociology: From Peasant Agronomy to Capitalist / Industrial Agriculture, Working Group 8 [Artigo preparado para o XI Congresso Mundial de Sociologia Rural, Grupo de Trabalho 8: Da Agronomia Camponesa à Agricultura Capitalista / Industrial]. Trondheim, Noruega, 2004.
- Kanji, Nazneen, James McGregor, Cecilia Tacoli. *Understading Market Based Livelihoods in a Globalizing World – Combining Approaches and Methods*. Londres: IIED, 2004.
- Krause, Matthias e Friedrich Kaufmann. 'Industrial Policy in Mozambique.' *DIE Discussion Paper* 10. Bona: Deutsches Institut für Entwicklungspolitik, 2011.
- Lachartre, Brigitte. *Enjeux Urbaines au Mozambique: de Lourenço Marques à Maputo*. Paris: Karthala, 2000.
- Lains e Silva, Hélder. 'O Alargamento do Mercado Mundial Corresponde a uma Ofensiva da União Indiana para Eliminar a Concorrência da Africa,' *Gazeta do Agricultor* 14, 162 (1962): 10–12.
- _____. Parecer sobre a Industrialização da Castanha de Caju em Moçambique. Lisboa: Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar, s.d.
- Lee, Rebekah. *African Women and Apartheid: Migration and Settlement in Urban South Africa*. Londres: I. B. Tauris Publishers, 2009.
- Lindberg, Anna. *Experience and Identity: A Historical Account of Class, Caste and Gender among the Cashew Workers of Kerala, 1930–2000*. Lund: Studia Historica Lundensia, 2001.
- _____. *Modernization and Effeminization in India: Kerala Cashew Workers since 1930*. Copenhaga: Nordic Institute of Asian Studies Press, 2005.
- Lindsay, Lisa. *Working with Gender: Wage Labor and Social Change in South-western Nigeria*. Portsmouth: Heinemann, 2003.
- Lindsay, Lisa e Stephan F. Miescher, eds, *Men and Masculinities in Modern Africa*. Portsmouth: Heinemann, 2003.
- Lobato, Alexandre. 'Do Conhecimento da Baía à Criação do Município.' *Boletim Municipal* 2 (1968): 9–20.
- _____. *Lourenço Marques, Xilunguine: Biografia da Cidade, I – A Parte Antiga*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1970.
- _____. 'Lourenço Marques, Xilunguine: Pequena Monografia da Cidade.' *Boletim Municipal* 3 (1968): 7–19.
- Lobato, Alexandre e Parcídio Costa. *Moçambique na Actualidade, 1973*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1974.
- Loforte, Ana Maria. 'A Persistência dos Valores 'Tradicionalis' nas Comunidades Urbanas e a Etnicidade.' *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia* 6 (1989): 21–8.
- _____. *Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique*. Maputo: Promédia, 2000.
- _____. 'Migrantes e Sua Relação com o Meio Rural.' *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia* 4, (1987): 55–69.
- Longmore, Laura. *The Dispossed: A Study of the Sex-life of Bantu Women in Urban Areas in and around Johannesburg*. Londres: Jonathan Cape, 1959.
- Lonsdale, John. 'Agency in Tight Corners: Narrative and Initiative in African History.' *Journal of African Cultural Studies* 13 (2000): 5–16.
- Lopes, Armando Jorge, Salvador Júlio Siteo, e Paulino José Nhamuende. *Moçambicanismos: para um Léxico de Usos do Português Moçambicano*. Maputo: Livraria Universitária, 2002.
- Loureiro, João. *Memórias de Lourenço Marques: Uma Visão do Passado da Cidade de Maputo*. Lisboa: MaisImagem-Comunicação Global, 2003.
- Lubkemann, Stephen C. 'The Transformation of Transnationality among Mozambican Migrants in South Africa.' *Canadian Journal of African Studies* 34, 1 (2000): 41–64.
- Lucassen, Jan. ed. *Global Labour History: A State of the Art*. Nova Iorque: Peter Lang, 2008.
- Lyne, Robert Nunez. *Mozambique: Its Agricultural Development*. Londres: T. Fisher Unwin, 1913.

- Macango, Lorenzo. 'Um Antropólogo Norte-Americano no 'Mundo que o Português Criou': Relações de Raça no Brasil e Moçambique segundo Marvin Harris.' *Lusotopie* (1999): 143–61.
- Machiana, Emídio. *A Revista 'Tempo' e a Revolução Moçambicana: da Mobilização Popular ao Problema da Crítica na Informação, 1974–1977*. Maputo: Promédia, 2002.
- MacGaffey, Janet. 'New Forms of Remuneration for Labour in Congo-Kinshasa's Economy of Favours.' In *Workers in the Informal Sector: Studies in Labour History. 1800–2000*, editado por Sabyasachi Battacharya e Jan Lucassen, 141–60. Nova Déli: Macmillan India Ltd. 2005.
- MacQueen, Norrie. *The Decolonization of Portuguese Africa: Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*. Nova Iorque: Longman, 1997.
- Magaia, Albino [Com fotografia de Ricardo Rangel]. 'Prostituição, Tráfico Sexual Mata a Fome.' *Tempo* 211 (1974): 18–25.
- Magaia, Lina. *Dumba Nengue, Run for your life: Peasant Tales of Tragedy in Mozambique*. Trenton, NJ: Africa World Press, 1988.
- _____. *Recordações da Vovó Marta*. Maputo: JV Editores, 2010.
- Maier, Karl. *Conspicuous Destruction: War, Famine and the Reform Process in Mozambique*. Nova Iorque: Human Rights Watch, 1992.
- Manghezi, Alpheus. 'A Mulher e o Trabalho: Entrevistas.' *Estudos Moçambicanos* 3 (1981): 45–56.
- _____. 'Interviews with Mozambican Peasant Women.' In *Third World Lives of Struggle*, editado por Hazel Johnson e Henry Bernstein com Raul Hernan Ampuero e Ben Crow, 164–72. Londres: Heinemann, 1982.
- _____. 'Ku Thekela: Estratégias de Sobrevivência Contra a Fome no Sul de Moçambique.' *Estudos Moçambicanos* 4 (1983): 19–40.
- _____. *Macassane, Uma Cooperativa de Mulheres Velhas no Sul de Moçambique: Entrevistas e Canções Recolhidas por Alpheus Manghezi*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2003.
- _____. 'O Trabalho Forçado por quem o Viveu.' *Estudos Moçambicanos* 2 (1981): 27–36.
- _____. *Trabalho Forçado e Cultura Obrigatória do Algodão: O Colonato do Limpopo e o Reassentamento Pós-Independência c. 1895–1981*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2003.
- Manning, Carrie. *Politics of Peace in Mozambique's Post Conflict Democratization, 1992–2000*. Westport: Praeger, 2002.
- Manuense, Hermínia. 'Contribuição ao Estudo da Mulher Operária no Maputo: o Caso de Caju.' In *Eu Mulher em Moçambique*, Coord. Ana Elisa de Santana Afonso, 39–59. Maputo: Comissão Nacional UNESCO em Moçambique e Associação dos Escritores Moçambicanos, 1994.
- Marks, Shula. 'Patriotism, Patriarchy and Purity: Natal and the Politics of Zulu Ethnic Consciousness.' In *The Creation of Tribalism in Southern Africa*, editado por Leroy Vail, 215–40. Berkeley: University of California Press, 1989.
- Marks, Shula e Richard Rathbone, eds, *Industrialization and Social Change in Southern Africa*. Londres: Longman, 1982.
- Mateus, Dalila Cabrita. *A PIDE/DGS na Guerra Colonial: 1961–1974*. Lisboa: Terramar, 2004.
- Matusse, Hilário. 'Bairros de Maputo: Chamanculo, Memórias de um Bairro.' *Tempo* 682 (1983): 22–28.
- _____. 'Mafalala: Fronteira entre a Cidade e o Subúrbio.' *Tempo* Parte I, 685 (1983): 14–19 e Parte II, 686 (1983): 24–29.
- Maylam, Paul. 'Explaining the Apartheid City: 20 Years of South African Urban Historiography.' *JSAS* 21, 1 (1995): 19–38.
- Maylam, Paul e Iain Edwards, eds, *The People's City: African Life in Twentieth-Century Durban*. Portsmouth: Heinemann, 1996.

- McMillan, Margaret, Dani Rodrik, Karen Horn Welch. 'When Economic Reform Goes Wrong: Cashews in Mozambique.' *Faculty Research Working Paper*. Cambridge: Kennedy School of Government, Harvard University, 2002.
- Medeiros, Eduardo. *Bebidas Moçambicanas de Fabrico Caseiro*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.
- Mendes, Maria Clara. 'A rede urbana em Moçambique.' *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1988: Vol 2, 609–17.
- _____. 'Maputo Antes da Independência: Geografia de uma Cidade Colonial.' *Memórias do Instituto de Investigação Científica Tropical*. Segunda Série, 68. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985.
- Mendonça, Fátima. 'Dos Confrontos Ideológicos na Imprensa em Moçambique,' In *Os Outros da Colonização: Ensaio sobre Tardo-colonialismo em Moçambique*. editado por Cláudia Castelo, Omar Ribeiro Tomaz, Sebastião Nascimento e Teresa Cruz e Silva, 193–220. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.
- Miranda, António. 'African Cashews: Stimulating an Entrepreneurial Approach.' *New Agriculturist* <http://www.new-agri.co.uk/06-5/focuson/focuson6.html> acedido a 4 de Maio de 2015.
- Mitchell, Hilary Flegg. *Aspects of Urbanization and Age Structure in Lourenço Marques, 1957*. [Communication 11] Lusaka: University of Zambia, Institute for African Studies, 1975.
- Monteiro, José Firmo de Sousa. *Relatório sobre o Resgate dos Machongos de Sul do Save: Referente a 31 de Dezembro de 1951*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1953. [Mesmo Título e Autor para as datas subsequentes de 31 Dez. 1953, 31 Dez. 1957 e 31 Dez. 1959].
- _____. *Resgate dos Machongos do Sul do Save, Um Caso Típico: Primeiras Jornadas de Engenharia de Moçambique*. Lourenço Marques: Empresa Moderna, 1965.
- Moodie, T. Dunbar com Vivienne Ndatshe. *Going for Gold: Men, Mines and Migration*. Berkeley: University of California Press, 1994.
- Morais, João Sousa. Maputo: *Património da Estrutura e Forma Urbana: Topologia do Lugar*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- Morier-Genoud, Eric, ed. *Sure Road? Nationalisms in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique*. Boston: Brill, 2012.
- Morier-Genoud, Eric e Michel Cahen, eds, *Imperial Migrations: Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2012.
- Morton, David. 'Chamanculo in Reeds, Wood, Zinc & Concrete.' *Slum Lab – Made in Africa, Sustainable Living Urban Model*. 9 (2014): 43–6.
- Muianga, Aldino. *Meledina (ou a História duma Prostituta)*. Maputo: Ndjira, 2004.
- Negrão, José. *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana*. Maputo: Texto Editores, 2005.
- Newitt, Malyn. *A History of Mozambique*. Bloomington: Indiana University Press, 1995.
- _____. 'The Late Colonial State in Portuguese Africa.' *Itinerário* 23 (1999): 110–22.
- Odim, Cheryl Johnson e Margaret Strobel, eds, *Expanding the Boundaries of Women's History: Essays on Women in the Third World*. Bloomington: Indiana University Press, 1992.
- O'Laughlin, Bridget. 'Class and the Customary: The Ambiguous Legacy of the Indigenato in Mozambique.' *African Affairs* 99 (2000): 5–42.
- _____. 'Proletarianisation, Agency and Changing Rural Livelihoods: Forced Labour and Resistance in Colonial Mozambique.' *JSAS* 28, 3 (2002): 511–30.
- Oliver, Paul, ed. *Shelter in Africa*. Nova Iorque: Praeger, 1971.
- Opello, Walter C. 'Pluralism and Elite Conflict in an Independence Movement: FRELIMO in the 1960s.' *JSAS* 2, 1 (1975): 66–82.
- Otobe, Naoka. *Resource Guide on Gender Issues in Employment and Labour Market Policies: Working Towards Women's Economic Empowerment and Gender Equality*. Genebra: ILO, 2014.

- Paulo, Margarida, Carmeliza Rosário, Inge Tvedten. 'Xiculungo': *Social Relations of Urban Poverty in Maputo, Mozambique*. [CMI Report 2007: 13] Bergen: Chr. Michelsen Institute, 2007.
- _____. 'Xiculungo' Revisited: *Assessing the Implications of PARPA II in Maputo, 2007–2010*. [CMI Report. 2011: 1] Bergen: Chr. Michelsen Institute, 2011.
- Parente, José Ismar e Alfredo Lopes Neto. *A Agro-Indústria do Caju em Moçambique*. [Comunicação 79] Lourenço Marques: Instituto de Investigação Agronómica de Moçambique, 1973.
- Penvenne, Jeanne Marie. *African Workers and Colonial Racism: Mozambican Strategies for Survival in Lourenço Marques, Mozambique, 1877–1962*. Portsmouth: Heinemann, 1995.
- _____. 'A Tapestry of Conflict: Mozambique 1960–1995.' In *History of Central Africa: The Contemporary Years*, editado por David Birmingham e Phyllis Martin, 230–66. Londres: Longman, 1998.
- _____. 'Elsa Joubert's Poppie Nongena.' In *African Novels in the Classroom*, editado por Margaret Jean Hay, 153–66. Boulder: Lynne Rienner, 2000.
- _____. 'Fotografando Lourenço Marques: A Cidade e os seus Habitantes de 1960 a 1975.' In *Os Outros da Colonização: Ensaio sobre Tardo-colonialismo em Moçambique*, editado por Cláudia Castelo, Omar Ribeiro Tomaz, Sebastião Nascimento e Teresa Cruz e Silva, 173–91. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.
- _____. 'Gender Studies, Area Studies, and the New History, with Special Reference to Africa.' In *Curricular Crossings: Women's Studies and Area Studies – A Web Anthology for the College Classroom* (2000) <http://www3.amherst.edu/~mrhunt/womencrossing/penvenne.html> Acedido a 3 de Março de 2015.
- _____. 'Settling Against the Tide: The Layered Contradictions of Twentieth Century Portuguese Settlement in Mozambique.' In *Settler Colonialism in the Twentieth Century: Projects, Practices, Legacies*, editado por Caroline Elkins e Susan Pedersen, 79–94. Nova Iorque: Routledge, 2005.
- _____. 'Two Tales of a City – Lourenço Marques, 1945–1975.' *Portuguese Studies Review* 19, 1/2 (2011): 249–69.
- _____. *Trabalhadores de Lourenço Marques, 1870–1974*. [Estudos, 9] Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1993.
- _____. "'We are all Portuguese!'" Challenging the Political Economy of Assimilation, Lourenço Marques, 1870 to 1933.' In *The Creation of Tribalism in Southern Africa*, editado por Leroy Vail, 255–88. Berkeley: University of California, 1989.
- Penvenne, Jeanne Marie e Bento Siteo. 'Power, Poets and the People: Mozambican Voices Interpreting History.' *Social Dynamics* 26, 2 (2000): 55–6.
- Pereira de Lima, Alfredo. *Edifícios Históricos de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Livraria Académica, 1966.
- _____. *História dos Caminhos de Ferro de Moçambique*. Lourenço Marques: Administração do Porto e dos Caminhos de Ferro de Moçambique, 1971.
- _____. *O Palácio Municipal de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Livraria Académica, 1967.
- _____. 'Para um Estudo da Evolução Urbana de Lourenço Marques.' *Boletim Municipal* 7 (1967): 7–16.
- _____. *Pedras que já não falam*. Lourenço Marques: Imprensa Tipografia Notícias Moçambique, 1972.
- Pereira Leite, Joana. 'A Economia do Caju em Moçambique e as Relações com a Índia: dos Anos 20 ao Fim da Época Colonial.' In *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*, editado pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, 631–653. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, 1995.
- _____. 'A Guerra do Caju e as Relações Moçambique–Índia na Época Pós-colonial.' *Lusotopie* (2000): 294–332.

- _____. 'Colonialismo e Industrialização em Moçambique: Pacto Colonial, Dinamização das Exportações e 'Import-substitution.' *Ler Historia* 24 (1993): 53–70.
- Pereira Leite, Joana e Nicole Khouri. *Os Ismailis de Moçambique: Vida Económica no Tempo Colonial*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.
- Personal Narratives Group. *Interpreting Women's Lives: Feminist Theory and Personal Narratives*. Bloomington: Indiana University Press, 1989.
- Pfeiffer, James. 'African Independent Churches in Mozambique: Healing the Afflictions of Inequality.' *Medical Anthropology Quarterly* 16, 2 (2002): 176–99.
- _____. 'Money, Modernity and Morality, Traditional Healing and the Expansion of the Holy Spirit in Mozambique.' In *Borders and Healers: Brokering Therapeutic Resources in Southeast Africa*, editado por Tracy J. Luedke e Harry G. West, 81–100. Bloomington: Indiana University Press, 2006.
- Pinsky, Barry. *The Urban Problematic in Mozambique: Initial Post-Independence Responses, 1975–1980*. Toronto: Centre for Urban and Community Studies, 1982.
- Pinto, António Costa, ed. *Modern Portugal*. Palo Alto, CA: The Society for the Promotion of Science and Scholarship, 1998.
- Pitcher, M. Anne. *Transforming Mozambique: The Business of Politics, 1975–2000*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- Pitcher, M. Anne and Scott Kloeck-Jenson. 'Men, Women, Memory and Rights to Natural Resources in Zambezi Province.' In *Strategic Women, Gainful Men: Gender, Land and Natural Resources in Different Rural Contexts in Mozambique*, editado por Rachel Waterhouse e Carin Vijfhuizen, 125–52. Maputo: UEM e Action Aid, 2001.
- Preston-Whyte, Eleanor. 'Women Migrants and Marriage.' In *Essays on African Marriage in Southern Africa*, editado por Eileen Jensen Krige e John L. Comaroff, 158–73. Cidade do Cabo: Juta & Company Ltd., 1981.
- Rangel, Ricardo. *Pão Nossa de Cada Noite*. [Textos por Calane da Silva, José Craveirinha, José Luís Cabaço, Luís Bernardo Honwana, Nelson Saúte e Rui Nogar] Maputo: Marimbiq, 2005.
- Redding, Sean. *Sorcery and Sovereignty: Taxation, Power and Rebellion in South Africa, 1880–1963*. Athens: Ohio University Press, 2006.
- _____. 'South African Women and Migration in Umtata, Transkei 1880–1935.' In *Courtyards, Markets and City Streets, Urban Women in Africa*, editado por Kathleen E. Sheldon, 31–46. Boulder: Westview Press, 1996.
- Reynolds, Pamela. *Dance Civet Cat: Child Labour in the Zambezi Valley*. Athens: Ohio University Press, 1991.
- Ribeiro, Fatima e António Sopa, Coord. *140 Anos de Imprensa em Moçambique: Estudos e Relatos*. Maputo: Associação Moçambicana da Língua Portuguesa, 1996.
- Ribeiro, Margarida Calafate. *África no Feminino: As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial*. Porto: Afrontamento, 2007.
- Rita-Ferreira, António. 'A Oscilação do Trabalhador Africano entre o Meio Rural e o Meio Urbano.' *Indústria de Moçambique* 2 (1969): 96–9.
- _____. 'Esboço Sociológico do Grupo de Povoações: Meu, Homoíne, Moçambique.' *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*. 26 (1957): 75–180.
- _____. *Evolução de Mão de Obra e das Remunerações no Sector Privado em Moçambique desde 1950 a 1970: Análise da Situação Cambial de Moçambique*. Lourenço Marques: Comissão Coordenadora do Trabalho de Análise da Situação Cambial da Província de Moçambique, 1971.
- _____. 'Labour Emigration among the Moçambique Thonga: Comments on Marvin Harris's Reply.' *Africa* 31 (1961): 75–7.
- _____. 'Labour Emigration among the Moçambique Thonga: Comments on a Study by Marvin Harris.' *Africa* 30 (1960): 141–52.

- _____. O Movimento Migratório de Trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1963.
- _____. 'Os Africanos de Lourenço Marques.' *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*. [Ciências Humanas, 9 Ser. C] Lourenço Marques: Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 1967–1968.
- Roberts, Richard. 'History and Memory: The Power of Statist Narratives.' *IJAHS* 33 (2000): 513–22.
- Robertson, Claire C. *Trouble Showed the Way: Women, Men and Trade in the Nairobi Area, 1980–1990*. Bloomington: Indiana University Press, 1997.
- Rocha, Aurélio. *Associativismo e Nativismo em Moçambique: Contribuição para o Estudo das Origens do Nacionalismo Moçambicano (1900–1940)*. Maputo: Promédia, 2002.
- Rodrigues, Cristina Udelsmann. *O Trabalho Dignifica o Homem: Estratégias de Sobrevivência em Luanda*. Lisboa: Edições Colibri, 2006.
- Rodrigues Júnior, José. *Transportes de Moçambique*. Lisboa: Editorial Ultramar, 1956.
- _____. *Voz dos Colonos de Moçambique (Inquérito)*. Lourenço Marques: Tipografia Notícias, 1945.
- Roesch, Otto. 'Migrant Labour and Forced Rice Production in Southern Mozambique: The Colonial Peasantry of the Lower Limpopo Valley.' *JSAS* 17, 2 (1991): 239–70.
- Roque da Silveira, Nuno. *Lourenço Marques: Acerto de Contas com o Passado, 1951–1965*. Lisboa: Edições Calibri, 2011.
- Saevfors, Ingemar. *Maxaquene: A Comprehensive Account of the First Urban Upgrading Experience in New Mozambique*. Nova Iorque: UNESCO, 1986.
- Santos, Norberto Teixeira. 'Avaliação Nutricional da População Infantil Bantu (0–5 Anos) de uma Zona Suburbana da Cidade de Lourenço Marques.' *Revista Ciências Médicas* 17 [Ser. B Lourenço Marques] Lourenço Marques: Tipografia Académica, 1975.
- Santos Oliveira, Teresa dos. 'Recordações sobre Lourenço Marques, 1930–1950.' *Arquivo* 2 (1987): 85–108.
- Sapire, Hilary e Jo Beall. 'Introduction: Urban Change and Urban Studies in Southern Africa.' *JSAS* 21 (1995): 3–17.
- Saul, John. *Recolonization and Resistance: Southern Africa in the 1990s*. Trenton: Africa World Press, 1993.
- Saúte, Alda Romão. *O Intercâmbio entre os Moçambicanos e as Missões Cristãs e a Educação em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2005.
- Saúte, Nelson. *Moçambique: A Oitava Côr do Arco-íris*. Madrid: Agência Española de Cooperación Internacional, 1998.
- _____. *Os Habitantes da Memória: Entrevistas com Escritores Moçambicanos*. Praia-Mindelo: Embaixada de Portugal, 1998.
- Schmidt, Elizabeth. *Peasants, Traders, and Wives: Shona women in the history of Zimbabwe, 1870–1939*. Portsmouth: Heinemann, 1992.
- Scott, James C. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition have Failed*. New Haven: Yale University Press, 1998.
- Sheldon, Kathleen. 'Creches, Titias and Mothers: Working Women and Child Care in Mozambique.' In *African Encounters with Domesticity*. editado por Karen Tranberg Hansen, 290–309. New Brunswick: Rutgers University Press, 1992.
- _____. 'Machambas in the City: Urban Women and Agricultural Work in Mozambique.' *Lusotopie* (1999): 121–140.
- _____. 'Markets and Gardens: Placing Women in the History of Urban Mozambique.' *Canadian Journal of African Studies* 37, 2/3 (2003): 358–95.
- _____. *Pounders of Grain: A History of Women, Work and Politics in Mozambique*. Portsmouth: Heinemann, 2002.
- _____. 'Women and Revolution in Mozambique: A Luta Continua.' In *Women and Revolution in Africa, Asia and the New World*, editado por Mary Ann Tétreault, 33–61. Columbia: University of South Carolina Press, 1994.

- _____. 'Writing about Women: Approaches to a Gendered Perspective in African History.' In *Writing African History*, editado por John Edward Philips, 465–89. Rochester: University of Rochester, 2005.
- Sheldon, Kathleen, ed. *Courtyards, Markets, City Streets: Urban Women in Africa*. Boulder: Westview Press, 1996.
- Shetler, Jan Bender. *Imagining Serengeti: A History of Landscape Memory in Tanzania from Earliest Times to the Present*. Athens: Ohio University Press, 2007.
- _____. 'The Gendered Spaces of Historical Knowledge: Women's Knowledge and Extraordinary Women in the Serengeti District, Tanzania.' *IJAHS* 36, 2 (2003): 283–307.
- Silva, Maria da Conceição Tavares Lourenço da. 'As Missões Católicas Femininas.' *Estudos de Ciências Políticas e Sociais* 37 (1960): 49–77.
- Silva, Terezinha da. 'A Journey of an Old Woman.' In *Photos: Women from Finland and Mozambique / Fotos Mulheres de Moçambique e da Finlândia*, editado por Magi Viljanen e Rui Assubuji, não paginado. Maputo: Embassy of Finland, 2005.
- Sithole, Ndabaningi. *Frelimo Militant: The Story of Ingwane from Mozambique, an Ordinary, Yet Extraordinary, Man, Awakened*. Nairobi: Transafrica, 1977.
- Sitoe, Bento. *Dicionário Changana-Português*. Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação, 1996.
- _____. 'Translation: Languages and Cultures in Contrast.' *Discussion Papers in the African Humanities*, 9, Boston: African Studies Center, Boston University, 1990.
- _____. *Zabela: My Wasted Life*. [Traduzido por Renato Matusse] Harare: Baobab Books, 1996.
- Sitoe, Bento com Narciso Mahumana e Pércida Langa, *Dicionário Ronga-Português*. Maputo: Prometra/Ciprometra, 2008.
- Smith, Allen. 'The Peoples of Southern Mozambique: An Historical Survey.' *JAH* 14 (1973): 565–80.
- Soares, Paulo Ribeiro. 'O Caju e o Regime de Propriedades no Mossuril entre 1930 e 1950.' *Arquivo* 4 (1988): 91–104.
- Sopa, António, Maria das Neves e Maria Deolinda Chamango. *Sebastião Langa: Retratos de uma vida*. [Seleção Fotográfica e Pesquisa] Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2001.
- Sorolov, Andrei. 'The Drama of the Russian Working Class and New Perspectives for Labour History in Russia.' In *Global Labour History: A State of the Art*, edited by Jan Lucassen, 397–452. Nova Iorque: Peter Lang, 2008.
- Souto, Amélia Neves de. *Caetano e o Ocaso do 'Império': Administração e Guerra Colonial em Moçambique Durante o Marcelismo (1968–1974)*. Porto: Afrontamento, 2007.
- _____. 'Media in Mozambique.' *Africa Review of Books* 1, 2 (2005).
- Spence, C. F. *Economic Survey of the Colony of Moçambique (Portuguese East Africa)*. Lourenço Marques: Lourenço Marques Guardian, 1943.
- _____. *The Portuguese Colony of Mozambique: An Economic Survey*. Cidade do Cabo: A.A. Balkema, 1951.
- Stedman-Jones, Gareth. *Outcast London: a Study in the Relationship between Classes in Victorian Society*. Nova Iorque: Pantheon, 1971.
- Steward, J. E., W. Ncube e K.C. Dengu-Zvigbo. *Standing at the Crossroads, WLSA and the Rights Dilemma: Which way do we go?* Harare: WLSA, 1997/ 1998.
- Stichter, Sharon. *Migrant Labor*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1985.
- Swai, Elinami Veraeli. *Beyond Women's Empowerment in Africa: Exploring Dislocation and Agency*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010.
- Tembe, Eulália. 'The Significance of Widowhood for Women.' *Outras Vozes Suplemento do Boletim* 8 (2004): 36–8.
- Tornimbeni, Corrado. 'Migrant Workers and State Boundaries: Reflections on the Transnational Debate from the Colonial Past in Mozambique.' *Lusotopie* (2004): 107–20.
- Tripp, Aili Mari. *Changing the Rules: The Politics of Liberalization and the Urban Informal Economy in Tanzania*. Berkeley: University of California Press, 1997.

- Urdang, Stephanie. *And Still They Dance: Women, War and the Struggle for Change in Mozambique*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1989.
- _____. 'Rural Transformation and Peasant Women in Mozambique.' *Research Working Paper 40* [World Employment Programme, WEP, 10] Genebra: ILO, 1986.
- Vail, Leroy e Landeg White. *Capitalism and Colonialism in Mozambique: A Study of Quelimane District*. Minneapolis: University of Minnesota, 1980.
- _____. 'Forms of Resistance: Songs and Perceptions of Power in Colonial Africa.' *American Historical Review* 88 (1983): 883–91.
- _____. *Power and the Praise Poem, Southern African Voices in History*. Charlottesville: University of Virginia, 1991.
- Valá, Salim Crimpton. *A Problemática da Posse da Terra na Região Agrária de Chókwé (1954–1955)*. Maputo: Promédia, 2003.
- Van Onselen, Charles. *Chibaro: African Mine Labour in Southern Rhodesia, 1900–1930*. Londres: Pluto Press, 1976.
- _____. *The Seed is Mine: The Life of Kas Main, a South African Sharecropper, 1894–1985*. Nova Iorque: Hill and Wang, 1996.
- Vaughan, Megan. 'Which Family? Problems in the Reconstruction of the History of the Family as an Economic and Cultural Unit.' *JAH* 24 (1983): 275–83.
- Viegas, Joaquim, 'Problemas Agrícolas em Moçambique: A Castanha de Caju: Mecanização Industrial e a sua Influência na Estrutura Económica de Moçambique,' *Império*, (Março /Abril 1952): 9, 85–8.
- Vieira, Carlos Alberto. *The City of Lourenço Marques Guide*. Joanesburgo: Cape Times, Limited, 1956.
- _____. *Recordações de Lourenço Marques*. [Fotografia de Carlos Alberto Vieira, Texto de Ana Paula Lemos, Coordenado por Joaquim Carlos Vieira] Lisboa: Alêtheia Editores, 2005.
- Vijfhuizen, Carin. 'The People You Live With': *Gender Identities and Social Practices; Beliefs and Power in the Livelihoods of Ndau Women and Men in a Village with an Irrigation Scheme in Zimbabwe*. Wageningen: Grafisch Service Centrum van Gils B.V., 1998.
- Vijfhuizen, Carin, Carla Braga, Luis Artur e Nazneen Kanji. *Gender, Markets and Livelihoods in the Context of Globalisation; A Study of the Cashew Sector in Mozambique, January 2002 – June 2004*. Londres: IIED, 2004.
- Viljanen, Magi e Rui Assubuji. *Photos: Women from Finland and Mozambique – Fotos: Mulheres de Moçambique e da Finlândia*. Maputo: Embassy of Finland, 2005.
- Vines, Alex. 'Renamo's Rise and Decline: The Politics of Reintegration in Mozambique.' *International Peacekeeping* 20, 3 (2013): 375–93.
- Waterhouse, Rachel e Carin Vijfhuizen, eds. *Strategic Women, Gainful Men: Gender, Land and Natural Resources in Different Rural Contexts in Mozambique*. Maputo: UEM e Action Aid, 2001.
- Walker, Cheryl, ed. *Women and Gender in Southern Africa to 1945*. Cidade do Cabo: David Philip, 1990.
- White, Louise G. *Political Analysis: Technique and Practice*. Belmont: Wadsworth Publishing Co. 1994.
- White, Luise. *Speaking With Vampires: Rumor and History in Colonial Africa*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- White, Luise, Stephan F. Miescher, David William Cohen, eds, *African Words, African Voices: Critical Practices in Oral History*. Bloomington: Indiana University Press, 2001.
- Wilson, Francis. *Labour in the South African Gold Mines 1911–1969*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.
- Women and the Law in Southern Africa. 'Some Reflections on the Working of the Assistance Centres for Victims of Domestic Violence, 2000–2003.' *Outras Vozes: Suplemento do Boletim* 8 (Agosto 2004): 1–7.

- _____. 'WLSA Mozambique – Research on Violence against Women.' *Outras Vozes: Suplemento do Boletim* 8 (Agosto 2004): 8–11.
- World Bank e Ministry of Agriculture, Mozambique. 'Cashew Production and Marketing among Smallholders in Mozambique: a Gender-Differentiated Analysis Based on Household Survey Data.' *Discussion paper 1* Maputo: Ministério da Agricultura, 1998.
- Young, Sherilynn J. 'Fertility and Famine: Women's Agricultural History in Southern Mozambique.' In *The Roots of Rural Poverty in Central and Southern Africa*. editado por Robin Palmer e Neil Parsons, 67–81. Berkeley: University of California Press, 1977.
- Yudelman, David e Alan Jeeves. 'New Labour Frontiers for Old: Black Migrants to the South African Gold Mines, 1920–1985.' *JSAS* 13 (1986): 101–24.
- Zamparoni, Valdemir. 'Copos e Corpos: A Disciplinização do Prazer em Terras Coloniais.' *Travessias: Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa* 4/5 (2004): 119–37.
- _____. *De Escravo a Cozinheiro: Colonialismo e Racismo em Moçambique*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007.
- _____. 'Lourenço Marques: Espaço Urbano, Espaço Branco?' In *Actas do Colóquio 'Construção e Ensino da História de África'*, 89–109. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995.
- Zezeza, Paul Tiyambe. 'Gender Biases in African Historiography.' In *Engendering African Social Sciences*, editado por Ayesha M. Imam, Amina Mama, Fatou Sow, 81–115. Dakar: CODESRIA Book Series, 1997.
- Zimba, Benigna. *Mulheres Invisíveis: O Género e as Políticas Comerciais no Sul do Moçambique, 1720–1830*. Maputo: Promédia, 2003.